REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXX - Nº 048 TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2015/2016)

PRESIDENTE	EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
1º VICE-PRESIDENTE	WALDIR MARANHÃO (PP-MA)
2º VICE-PRESIDENTE	GIACOBO (PR-PR)
1º SECRETÁRIO	BETO MANSUR (PRB-SP)
2º SECRETÁRIO	FELIPE BORNIER (PSD-RJ)
3ª SECRETÁRIA	MARA GABRILLI (PSDB-SP)
4º SECRETÁRIO	ALEX CANZIANI (PTB-PR)
1º SUPLENTE	MANDETTA (DEM-MS)
2º SUPLENTE	GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP)
3ª SUPLENTE	LUIZA ERUNDINA (PSB-SP)
4º SUPLENTE	RICARDO IZAR (PSD-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1- ATA DA 054ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, EM 30 DE MARÇO DE 2015.

I – Abertura da sessão 12

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior 12

III – Expediente 12

IV – Pequeno Expediente 12

PRESIDENTE (Carlos Manato) – Leitura de Ato da Presidência sobre constituição de Comissão Especial destinada ao estudo e proposição de melhorias na sistemática de análise e avaliação das contas públicas e de conferência das transferências constitucionais. 12

SANDRO ALEX (PPS, PR) – Agradecimentos aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pela eleição do orador para a Vice-Presidência do Colegiado. Anúncio de apresentação, na Comissão Especial da Reforma Política, de proposta de emenda à Constituição sobre alteração das regras de nomeação de agentes do Poder Legislativo para ocupação de cargos do Poder Executivo. 13

JÔ MORAES (PCdoB, MG) – Trâmite na Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 466, de 2010, que garante à União a detenção de 100% do capital social da Caixa Econômica Federal e o controle do capital social do Banco do Brasil. Impossibilidade de privatização das instituições bancárias. 13

LUIZ COUTO (PT, PB) – Transcurso do Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Comércio Transatlântico de Escravos. Recebimento, pelo Ministério da Saúde, do Prêmio Bloomberg para o Controle Global do Tabaco. 14

LINCOLN PORTELA (PR, MG) – Apoio à redução da maioridade penal. 15

MISAEL VARELLA (DEM, MG) – Alerta sobre a dificuldade de acesso ao sistema do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES para renovação e abertura de novos contratos. Solicitação de providências ao Ministro de Estado da Educação interino, Luiz Cláudio Costa 15

ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT, MG) – Elogio ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, pela escolha de Maria Lúcia de Oliveira Falcón para Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. 16

HEITOR SCHUCH (PSB, RS) – Participação do orador na EXPOAGRO AFUBRA 2015, feira de agricultura familiar, no Município de Rio Pardo, Estado de São Paulo. Solicitação de providências ao Governo Federal na agilidade dos processos estabelecidos pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF em favor das agroindústrias familiares. 16

VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA) – Transcurso do 466º aniversário da cidade de Salvador, Estado da Bahia. Execução de obras de infraestrutura na Capital baiana nos Governos Jaques Wagner e Rui Costa. 16

EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA) – Solidariedade do orador ao movimento de protesto dos estudantes da Universidade do Estado do Pará – UEPA contra a precariedade das instalações da instituição e a falta de professores e pessoal técnico-administrativo 18

ZÉ SILVA (SD, MG) – Encaminhamento de indicação ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, de inclusão dos Municípios de Montes Claros e Itacarambi, no Estado de Minas Gerais, na lista de Municípios monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN 19

MAJOR OLIMPIO (PDT, SP) – Anúncio de votação de proposta de emenda à Constituição acerca da redução da maioridade penal na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Pedido à população de apoio à aprovação da matéria. 19

MARCON (PT, RS) – Participação do orador no 5º Jantar do Peixe, evento em comemoração ao 23º aniversário do Município de Muliterno, Estado do Rio Grande do Sul. Presença do orador no Encontro Regional de Rádios Comunitárias, no Município gaúcho de Rodeio Bonito. Importância das rádios comunitárias na divulgação

de informação no interior do País. Compromisso do orador em apoio ao atendimento das demandas das rádios comunitárias. 020

LUCIANO DUCCI (PSB, PR) – Transcurso do 322º aniversário do Município de Curitiba, Estado do Paraná..... 020

CABO DACIOLO (PSOL, RJ) – Defesa da família. Imprescindibilidade da união entre homem e mulher para perpetuação da espécie humana. Importância do significado da letra L na sigla do PSOL. 021

JANETE CAPIBERIBE (PSB, AP) – Denúncia contra o Governador do Estado do Amapá, Waldez Góes, de tentativa de obstrução dos trabalhos da Comissão da Memória, Verdade e Justiça. 021

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ) – Nota da Executiva Nacional do PSOL sobre a suspensão do Deputado Cabo Daciolo. Nota da bancada do Partido contra a construção de novos anexos na Câmara dos Deputados. 022

CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PMDB, TO) – Preocupação do orador com a área de saúde no Estado do Tocantins. Apelo ao Governador do Estado e aos profissionais de saúde para debate e busca de solução para o problema. 023

JOÃO DANIEL (PT, SE) – Posse da Presidenta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Lúcia Falcón..... 023

SILVIO TORRES (PSDB, SP) – Transcurso do 150º aniversário da fundação do Município de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo..... 023

ERIKA KOKAY (PT, DF) – Congratulações à nova Presidenta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Defesa de realização de debate sobre a maioridade penal com base em dados estatísticos sobre a violência. 025

LOBBE NETO (PSDB, SP) – Cumprimentos ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, pela execução do Programa Mulheres de Peito, destinado à prevenção do câncer de mama. 025

PASTOR EURICO (PSB, PE) – Registro do início de movimento nacional em prol da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares..... 025

GONZAGA PATRIOTA (PSB, PE – Como Líder) – Pedido de apoio aos pares para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, de autoria do orador, que prevê a possibilidade de os servidores públicos requisitados optarem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário. Repúdio à opção da fabricante de automóveis Fiat, instalada no Município de Goiana, Estado de Pernambuco, pela empresa Sada Transportes, em detrimento dos transportadores de veículos pernambucanos. Transferência de trabalhadores rurais das cercanias da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga para reassentamentos nos Estados da Bahia e de Pernambuco. Expectativa de cumprimento de compromissos com os reassentados por parte de órgãos do Governo Federal. 026

PRESIDENTE (Carlos Manato) – Leitura de Atos da Presidência sobre criação de Comissões Especiais destinadas ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 2011, que estabelece a incidência de ICMS para exportação de bens minerais primários ou semielaborados; e dos Projetos de Lei nºs 1.927, de 2003, sobre a isenção das empresas de transporte coletivo urbano municipal e do transporte coletivo urbano alternativo da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE; 5.692, de 2013, sobre o monopólio da União na exploração das riquezas da Amazônia; e 6.170, de 2013, que regulamenta as atividades de operador de *marketing* multinível no Brasil. 030

CARLOS MANATO (SD, ES) – Transcurso do Dia Mundial da Juventude. Apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, sobre a imputabilidade penal do maior de 16 anos. Defesa de redução da maioridade penal. 031

SILAS CÂMARA (PSD, AM – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a abertura do painel. 032

PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Resposta ao Deputado Silas Câmara..... 032

CABUÇU BORGES (Bloco/PMDB, AP) – Ineficiência das políticas de incentivo à cultura. Necessidade de melhor distribuição dos recursos destinados ao financiamento da atividade cultural. Apoio ao projeto sobre a instituição do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA, em apreciação no Senado Federal. 032

LEÔNIDAS CRISTINO (PROS, CE) – Resultados positivos do compromisso de sucessivas gestões municipais com a continuidade das obras de recuperação e manutenção do Centro Histórico de Sobral, no Estado do Ceará. 033

LINCOLN PORTELA (PR, MG – Como líder) – Falecimento do Pastor Flaviano Ferreira Costa, da Igreja Plenitude de Vida do Estado de Minas Gerais. Avaliação do estado crítico da segurança pública do País. Urgente votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, sobre a criação das Polícias Penitenciárias Federal e Estaduais. 034

HÉLIO LEITE (DEM, PA) – Solicitação de providências ao Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, para a instalação de *campus* da Universidade do Estado do Pará – UEPA no Município de Santa Izabel do Pará..... 035

IZALCI (PSDB, DF – Como Líder) – Expectativas diante da posse do novo Ministro da Educação. Improcedência dos discursos da base governista sobre a execução do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Relato de atividades da CPI da PETROBRAS. Análise do depoimento da ex-Presidente da estatal, Maria das Graças Foster, ao órgão. 036

ALICE PORTUGAL (PCdoB, BA) – Reclamação contra os critérios da Presidência para o uso da palavra pelos Deputados durante as fases de Breves Comunicações e do Pequeno Expediente. Proposta de pacto com a Mesa Diretora para reserva das referidas fases da sessão aos Deputados e da Ordem do Dia aos Líderes..... 037

PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Resposta à Deputada Alice Portugal..... 037

JHC (SD, AL) – Transcurso do Dia Mundial da Juventude. Apresentação de projeto de resolução sobre a criação da Secretaria da Juventude na Casa. 037

BETO ROSADO (Bloco/PP, RN – Como Líder) – Defesa da redução da alíquota de 2% para o cálculo do pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS patronal, como no início do Plano Brasil Maior, com vistas à desoneração na folha de pagamento para as empresas de *call center.* 037

V – Grande Expediente

PEDRO VILELA (PSDB, AL) – Homenagem ao ex-Senador Teotônio Vilela e ao ex-Governador do Estado de Alagoas Teotônio Vilela Filho. Inércia do Governo Federal diante do agravamento dos índices socioeconômicos brasileiros. Vinculação entre as crises política, administrativa, ética e econômica do País e a gestão do Governo petista. Sugestão de medidas para retomada do desenvolvimento nacional. Compromisso de atuação parlamentar em prol do povo brasileiro e em especial do povo do Estado de Alagoas. 038

Aparteantes: DANIEL COELHO (PSDB, PE), FÁBIO SOUSA (PSDB, GO), RICARDO TRIPOLI (PSDB, SP), LOBBE NETO (PSDB, SP), CARLOS SAMPAIO (PSDB, SP), ANTONIO IMBASSAHY (PSDB, BA)..... 039

LUCAS VERGILIO (SD, GO) – Homenagem ao ex-Deputado Armando Vergílio, genitor do orador. Proposições de autoria do orador protocolizadas na Casa na atual Legislatura. Apresentação da pauta prioritária do orador. .. 042

Aparteantes: AUGUSTO COUTINHO (SD, PE), ZÉ SILVA (SD, MG), FÁBIO SOUSA (PSDB, GO). 043

PAES LANDIM (Bloco/PTB, PI. Discurso retirado pelo orador para revisão) – Transcurso do 50º aniversário de criação do Banco Central do Brasil – BACEN. Relato das circunstâncias e das figuras políticas envolvidas na criação e na definição do nível de independência do BACEN. Ineditismo da preocupação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o Cerrado brasileiro, por meio do Projeto Matopiba. Questões pendentes de esclarecimento acerca do projeto. Aspectos positivos do projeto para recuperação dos rios da região. Regozijo do orador com o avanço da agricultura no País. Elogios à Ministra da Agricultura, Kátia Abreu. 045

HILDO ROCHA (Bloco/PMDB, MA – Como Líder) – Transcurso do aniversário do Município de Vargem Grande, Estado do Maranhão. Agradecimento ao eleitorado da municipalidade pelos votos recebidos nas últimas eleições. Urgente revisão do pacto federativo. 045

VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB, PB – Como Líder) – Pedido aos Parlamentares de apoio à proposta de emenda à Constituição de autoria do orador acerca do pacto federativo. Importância do debate acerca da redistribuição tributária para Estados e Municípios. 046

EVAIR DE MELO (PV, ES) – Relato da vida acadêmica e profissional do orador no setor agropecuário e no Parlamento. Compromisso do mandato parlamentar em prol da agricultura com base na ciência, tecnologia e corporativismo. Características agropecuárias do Estado do Espírito Santo. Deficiência do setor de logística do Estado. Regozijo com o desempenho do setor de mineração capixaba. Elogios ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER na área de cafeicultura. Preocupação com o índice de desperdício da produção agropecuária no País. 047

Aparteantes: VICTOR MENDES (PV, MA), NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB, MG). 050

HERÁCLITO FORTES (PSB, PI – Pela ordem) – Homenagem póstuma à jornalista Beatriz Thielmann..... 052

CARLOS MELLES (DEM, MG – Pela ordem) – Associação do DEM ao pronunciamento do Deputado Heráclito Fortes em homenagem póstuma à jornalista..... 053

DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PTN, MG – Pela ordem) – Pronunciamento sobre a visita à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, no *campus* da Universidade Federal de Minas Gerais, relacionado ao tráfico de drogas e a violência. 053

HISSA ABRAHÃO (PPS, AM – Como Líder) – Esclarecimentos sobre a Lei Complementar que institui o Fundo da Zona Franca de Manaus. 054

MOSES RODRIGUES (PPS, CE – Pela ordem) – Falecimento do professor e educador cearense Edgar Linhares. 054

HERÁCLITO FORTES (PSB, PI) – Críticas à Presidenta Dilma Rousseff pela inércia no tratamento de denúncias de corrupção nos fundos de pensão de diversas entidades. Imputação de responsabilidade ao Partido dos Trabalhadores pelos desvios de recursos nos fundos de pensão. Equívocos das priorizações do Governo Federal no direcionamento de recursos públicos e na condução da política econômica do País. Leitura de matéria sobre desemprego publicada no jornal *Correio Braziliense*. Estelionato eleitoral da Presidenta Dilma Rousseff. Descrença na capacidade de liderança da Chefe do Poder Executivo. Críticas ao Governador eleito do Estado do Piauí, Wellington Dias, pela nomeação de parentes para cargos administrativos. Vivência do orador como Deputado e Senador. Solicitação de empenho dos agentes políticos para o diálogo com vistas ao reencontro do País com o crescimento econômico. 054

Aparteantes: RODRIGO MARTINS (PSB, PI), ROCHA (PSDB, AC), ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (PSDB, AM), SARNEY FILHO (PV, MA), ÁTILA LIRA (PSB, PI), JOSE STÉDILE (PSB, RS), ALBERTO FRAGA (DEM, DF). 057

DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB, BA – Pela ordem) – Votos de pesar aos familiares pelo falecimento do escritor Hélio Pólvoras. 059

MOEMA GRAMACHO (PT, BA – Como Líder) – Contrariedade à redução da maioridade penal. Relato de audiência da Presidenta Dilma Rousseff com as Parlamentares das bancadas femininas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Visita da oradora a Municípios do Estado da Bahia. Avanços socioeconômicos do País após o início dos Governos do PT. Defesa de ampla investigação das denúncias de corrupção em curso no País. Acerto de decisão da Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, sobre abertura de inquérito para investigação de denúncias contra o Senador Agripino Maia. Documentos *Nota aos Parlamentares do Congresso Nacional*, de autoria do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e Ofício Circular nº 001/2015, da Assessoria Legislativa da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, acerca da imputabilidade penal do maior de 16 anos..... 059

EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA – Pela ordem) – Solicitação ao Secretário de Educação do Governo do Estado do Pará de negociação das reivindicações do movimento grevista dos professores..... 063

SILVIO TORRES (PSDB, SP – Como Líder) – Êxito da política de segurança pública do Governo do Estado de São Paulo. 063

LINCOLN PORTELA (PR, MG – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de convocação dos Deputados para comparecimento ao plenário para início a Ordem do Dia. 064

MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB, RS – Pela ordem) – Congratulação ao Presidente Eduardo Cunha pela elaboração de agenda positiva para a Casa e promoção de debates em diversos Estados da Federação. Pedido de desculpas pelo comportamento de manifestantes em frente à sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 064

JUSCELINO FILHO (Bloco/PRP, MA – Pela ordem) – Inconformismo do orador com a fome nos Municípios de Belágua, Fernando Falcão, Marajá do Sena e Centro do Guilherme, Estado do Maranhão. Reconhecimento dos avanços do Programa Bolsa Família na Região Nordeste e dos esforços dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e de organizações não governamentais no combate à fome. Compromisso do mandato parlamentar do orador em prol das classes mais pobres da sociedade brasileira. 064

ALICE PORTUGAL (PCdoB, BA – Pela ordem) – Transcurso do 466º aniversário do Município de Salvador, Estado da Bahia. Inconformismo com o cinturão de pobreza em torno da cidade e com a situação de abandono nas áreas de educação, saúde e transporte. 065

RICARDO TEOBALDO (Bloco/PR, PE – Pela ordem) – Apoio do orador aos cegonheiros pernambucanos na participação no escoamento da produção de veículos da fábrica FIAT, no Estado. 066

GOULART (PSD, SP – Pela ordem) – Resultado da visita da delegação do Presidente Eduardo Cunha à cidade de São Paulo e participação no Programa Câmara Itinerante, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Defesa de construção de ponte entre os Municípios de Paranapanema e Itatinga e duplicação da Rodovia Raposo Tavares, para melhoria do acesso dos moradores e produtores da região do Estado de São Paulo. Transcurso do aniversário do Município de Biguaçu, Estado de São Paulo. 066

LINCOLN PORTELA (PR, MG – Pela ordem) – Urgente votação das Propostas de Emenda à Constituição nº 534, de 2002, que regulamenta as Guardas Municipais, e a de nº 308, de 2004, que cria a Polícia Penal. 067

JÔ MORAES (PCdoB, MG – Pela ordem) – Regozijo com o transcurso do 93º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil. Necessidade de construção de aliança política em defesa da institucionalidade, da retomada do desenvolvimento e do crescimento econômico do País. Defesa da continuidade do mandato da Presidenta Dilma Rousseff..... 067

VICTOR MENDES (PV, MA – Como Líder) – Comemorações pelo transcurso do 77º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Mirador, Estado do Maranhão. Congratulação ao Prefeito Municipal de Pinheiro, Estado do Maranhão, Filuca Mendes, pela inauguração de obras na municipalidade. 068

ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB, SP – Pela ordem) – Contrariedade com a não votação da proposição que estende reajuste aos aposentados na política do salário mínimo. Defesa de inclusão na Ordem do Dia da matéria que altera o fator previdenciário. 068

DANIEL ALMEIDA (PCdoB, BA – Pela ordem) – Transcursos do 466º aniversário de fundação de Salvador e dos aniversários de emancipação político-administrativa dos Municípios de Quijingue, Gavião, Pé de Serra, Monte Santo, Tucano e Itaberaba, Estado da Bahia. Homenagem póstuma ao ex-Deputado Prisco Viana. 068

CARLOS ZARATTINI (PT, SP – Pela ordem) – Esclarecimentos sobre o apoio do orador à proposição do Deputado Cabo Daciolo. 072

JOÃO DANIEL (PT, SE – Pela ordem) – Realização, pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, de sessão solene destinada à devolução simbólica dos mandatos cassados durante a ditadura militar. Realização no órgão de seminário destinado ao debate dos malefícios decorrentes do uso de agrotóxicos. 072

ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB, SP – Pela ordem) – Cumprimentos aos manifestantes em favor da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008 sobre a equiparação salarial das Polícias Militares dos Estados aos da Polícia Militar do Distrito Federal. Elogio à Câmara dos Deputados pela aprovação de proposições sobre segurança pública. Expectativa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, que trata da

Polícia Penitenciária; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 534, de 2002, que regulamenta constitucionalmente a questão das Guardas Municipal. 075

LAUDIVIO CARVALHO (Bloco/PMDB, MG – Pela ordem) – Apresentação de proposições de autoria do orador sobre segurança pública como resultado da sua plataforma política. 075

EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA – Pela ordem) – Defesa do fortalecimento e restruturação das Defensoria Públicas nos Estados. 075

CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PMDB, TO – Pela ordem) – Apoio do orador à Defensoria Pública do Estado de Tocantins. 076

SANDRO ALEX (PPS, PR – Pela ordem) – Publicação no jornal *Gazeta do Povo* de matéria sobre o voto facultativo no Brasil, tema debatido na Comissão Especial da Reforma Política. Expectativa de aprovação pela Comissão Especial da não obrigatoriedade do voto no País. 076

LOBBE NETO (PSDB, SP – Pela ordem) – Anúncio de inauguração da empresa Airship do Brasil, pioneira em projeto de transporte global de cargas com dirigível, Estado de São Paulo. Inauguração da filial da empresa automobilística Honda em Itirapina, quando do transcurso do aniversário de emancipação política do Município, Estado de São Paulo. 077

VI – Comunicações Parlamentares

(Não houve oradores)

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS:

DOMINGOS NETO (PROS, CE) – Transcurso do Dia Mundial da Juventude. Regozijo com a escolha para o exercício da Presidência da Frente Parlamentar Mista da Juventude. Empenho do orador para votação na Casa do Estatuto da Juventude. Importância de implementação da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a juventude. Necessidade de garantia aos jovens de direitos previstos no Estatuto da Juventude. 077

RICARDO IZAR (PSD, SP) – Transcurso do Dia da Imigração Libanesa no Brasil. 078

WELITON PRADO (PT, MG) – Críticas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL pela falta de transparência no trato da proposta de reajuste anual de tarifas de energia elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Protocolização de documento de autoria do orador contrário aos aumentos e com questionamentos à ANEEL. Importância do papel da agência reguladora em defesa do consumidor. 079

JEFFERSON CAMPOS (PSD, SP) – Transcurso do Dia Mundial da Água. Importância do uso racional da água. 084

ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP, GO) – Resultados positivos da participação da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Garantia de manutenção dos investimentos no setor. Protagonismo do Parlamento na cobrança de explicações sobre o Seguro Rural. 085

LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB, MG) – Prejuízos da economia nacional pela prática do contrabando. Defesa de revisão da carga tributária brasileira. Reflexos da redução do IPI incidente sobre os produtos eletrônicos. 086

VII – Encerramento

2 – ATA DA 055ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, NOTURNA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, EM 30 DE MARÇO DE 2015.

I – Abertura da sessão. 101

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior. 101

III – Expediente. 101

IV – Ordem do Dia

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.404, de 2011, do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. 108

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.773, de 2013, que altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, acrescentando o art. 288-B, tipificando o crime de terrorismo, e dá outras disposições. 109

EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de votação nominal do requerimento. 109

Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PTN, MG), ONYX LORENZONI (DEM, RS). 109

Usou da palavra para uma Comunicação de Liderança a Sra. Deputada JANDIRA FEGHALI (PCdoB, RJ). 110

MIRO TEIXEIRA (PROS, RJ – Pela ordem) – Anúncio à Presidência de solicitação de realização da votação da matéria pelo processo nominal. 111

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB, RJ), ALESSANDRO MOLON (PT, RJ), NILSON LEITÃO (PSDB, MT), CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB, SP), ROGÉRIO ROSSO (PSD, DF), LINCOLN PORTELA (PR, MG), LUIZ LAURO FILHO (PSB, SP), MENDONÇA FILHO (DEM, PE), ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE), LUCAS VERGILIO (SD, GO), WADSON RIBEIRO (PCdoB, MG), DOMINGOS NETO

(PROS, CE), RAUL JUNGMANN (PPS, PE), SARNEY FILHO (PV, MA), CHICO ALENCAR (PSOL, RJ), PASTOR EURICO (PSB, PE), JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE). 111

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados TAKAYAMA (Bloco/PSC, PR), ALBERTO FRAGA (DEM, DF). 113

ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (PSDB, AM – Como Líder) – Responsabilidade da Presidenta Dilma Rousseff pelo controle das declarações do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a respeito de ações e programas do Governo Federal. Gravidade da crise econômica brasileira. 113

COVATTI FILHO (Bloco/PP, RS – Pela ordem) – Falecimento do ex-Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Otávio Germano. 115

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Associação da Presidência à manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul Otávio Germano. 115

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Encerramento da votação. 115

Rejeição do requerimento. 115

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação do requerimento de preferência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.920, de 2010. 140

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Indagação ao Deputado Nilson Leitão sobre a retirada do requerimento. .. 140

NILSON LEITÃO (PSDB, MT – Pela ordem) – Manutenção do requerimento. 140

ROGÉRIO ROSSO (PSD, DF – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a possibilidade de apresentação de requerimento de preferência para a apreciação de projeto sobre a Defensoria Pública. 140

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta ao Deputado Rogério Rosso. 140

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aprovação do requerimento. 141

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado ZÉ GERALDO (PT, PA). 141

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 719-A, de 2015, sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo-se o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD. 141

Usou da palavra o Sr. Deputado WILLIAM WOO (PV, SP), autor do projeto. 141

Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados ALESSANDRO MOLON (PT, RJ), EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA). 142

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. 143

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB, MG), SÁGUAS MORAES (PT, MT), CAIO NARCIO (PSDB, MG), HERCULANO PASSOS (PSD, SP), CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB, SP), GORETE PEREIRA (PR, CE), LUIZ LAURO FILHO (PSB, SP), MENDONÇA FILHO (DEM, PE), ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE), LUCIANA SANTOS (PCdoB, PE), LUCAS VERGILIO (SD, GO), DOMINGOS NETO (PROS, CE), SANDRO ALEX (PPS, PR) , SARNEY FILHO (PV, MA), EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA), PASTOR EURICO (PSB, PE), JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE). 144

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aprovação do substitutivo. 145

Declaração de prejudicialidade da proposição inicial e das emendas. 145

Votação e aprovação da redação final. 146

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal. 147

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.148-A, de 2008, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. 147

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação do requerimento de retirada de pauta da matéria. 147

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências. 147

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Sr. Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE). 147

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, pela Comissão de Finanças e Tributação, o Sr. Deputado LUCIO VIEIRA LIMA (Bloco/PMDB, BA). 148

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Sr. Deputado ROGÉRIO ROSSO (PSD, DF). 148

Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados POMPEO DE MATTOS (PDT, RS), EDMILSON RODRIGUES (PSOL, PA), JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM, BA). 149

Usou da palavra o Sr. Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE), Relator da matéria. 150

Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados GLAUBER BRAGA (PSB, RJ), DANIEL COELHO (PSDB, PE), NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB, RS). 150

PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Resposta à questão de ordem formulada pelo Deputado Silvio Costa em sessão anterior sobre o caráter antirregimental da solicitação de ofício, pela Presidência, da verificação nominal de votações. 152
Usou da palavra para uma Comunicação de Liderança o Sr. Deputado JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE). 152
Usou da palavra para uma Comunicação de Liderança o Sr. Deputado ANDRÉ MOURA (Bloco/PSC, SE). 153
Usou da palavra para uma Comunicação de Liderança o Sr. Deputado CHICO ALENCAR (PSOL, RJ). 154
MENDONÇA FILHO (DEM, PE – Como Líder) – Rebate a declarações de dirigentes estaduais do PT quanto à existência de campanha voltada para o aniquilamento do partido. Responsabilidade da Administração petista pelo aumento da corrupção e pela estagflação reinante no País..... 155
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação. 156
Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM, BA), LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB, RJ). 156
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados MIRO TEIXEIRA (PROS, RJ), LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB, RJ), SÁGUAS MORAES (PT, MT), CARLOS SAMPAIO (PSDB, SP), CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB, SP), FÁBIO FARIA (PSD, RN), CLARISSA GAROTINHO (PR, RJ), BEBETO (PSB, BA), MENDONÇA FILHO (DEM, PE), ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE), LAERCIO OLIVEIRA (SD, SE), JANDIRA FEGHALI (PCdoB, RJ), ELIZIANE GAMA (PPS, MA), SARNEY FILHO (PV, MA), IVAN VALENTE (PSOL, SP), MARA GABRILLI (PSDB, SP), JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE)..... 157
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aprovação do requerimento. 160
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB, SP). 160
Usou da palavra para uma Comunicação de Liderança o Sr. Deputado BACELAR (Bloco/PTN, BA)..... 160
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados SARNEY FILHO (PV, MA), LAERCIO OLIVEIRA (SD, SE), COVATTI FILHO (Bloco/PP, RS). 160
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação das emendas oferecidas pelo Relator da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, ressalvados os destaques. 160
Votação e aprovação do Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, ressalvados os destaques. 160
Votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 2º do Projeto de Lei nº 7.924, de 2014..... 160
Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM, BA), ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT, CE)..... 161
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados LÁZARO BOTELHO (Bloco/PP, TO), SÁGUAS MORAES (PT, MT), BETINHO GOMES (PSDB, PE), CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB, SP), FÁBIO FARIA (PSD, RN), LINCOLN PORTELA (PR, MG), FERNANDO COELHO FILHO (PSB, PE), MENDONÇA FILHO (DEM, PE), AFONSO MOTTA (PDT, RS), LAERCIO OLIVEIRA (SD, SE), JANDIRA FEGHALI (PCdoB, RJ), DOMINGOS NETO (PROS, CE), ARNALDO JORDY (PPS, PA), VICTOR MENDES (PV, MA), CHICO ALENCAR (PSOL, RJ), MARA GABRILLI (PSDB, SP), JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE). 162
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Manutenção do texto..... 164
Votação e aprovação da redação final. 165
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal..... 165
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.920-A, de 2010, que dispõe sobre estelionato cometido contra idosos..... 165
Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Sr. Deputado DANILO FORTE (Bloco/PMDB, CE)..... 165
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Encerramento da discussão. 166
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Consulta ao Deputado Mendonça Filho sobre a manutenção do requerimento de preferência para apreciação da proposição inicial. 166
MENDONÇA FILHO (DEM, PE – Pela ordem) – Retirada do requerimento. 166
PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Votação e aprovação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. 166
Declaração de prejudicialidade da proposição inicial e das emendas..... 166
Votação e aprovação da redação final. 166
Encaminhamento da matéria ao Senado Federal..... 167
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados BOHN GASS (PT, RS), LAERTE BESSA (PR, DF). 167
CRISTIANE BRASIL (Bloco/PTB, RJ – Pela ordem) – Congratulações aos defensores brasileiros. 167
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados CELSO MALDANER (Bloco/PMDB, SC), PAULÃO (PT, AL), LUIZ NISHIMORI (PR, PR), GLAUBER BRAGA (PSB, RJ), JULIO LOPES (Bloco/PP, RJ), DOMINGOS SÁVIO (PSDB, MG), ANTONIO BRITO (Bloco/PTB, BA), ROGÉRIO ROSSO (PSD, DF)..... 167

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS:

SANDES JÚNIOR (Bloco/PP, GO) – Transcurso do 51º aniversário do golpe militar de 1964. Defesa das Forças Armadas no cumprimento do seu papel constitucional. Apoio à manutenção da democracia no País..... 167

WELITON PRADO (PT, MG) – Indignação do orador com o aumento das tarifas de energia elétrica para o consumidor frente aos lucros registrados pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Apresentação de requerimento de autoria do orador à Comissão de Defesa do Consumidor com vistas à investigação, pelo Tribunal de Contas da União, dos aumentos de tarifa de energia elétrica e dos os lucros da estatal nos últimos anos. 168

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB, SP) – Dificuldades de acesso ao *site* do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Dúvidas acerca do funcionamento e da continuidade do programa. Contradição do Governo Federal entre o corte de recursos ao FIES e a promessa de aumento de repasses orçamentários durante a campanha eleitoral da Presidenta Dilma Rousseff. Falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho brasileiro. Elevado índice de jovens sem estudo e sem qualificação profissional. Necessidade de investimentos na área de educação no País. Expectativa de esclarecimento pelo Governo Federal sobre as regras do FIES. 169

ALFREDO NASCIMENTO (PR, AM) – Regozijo do orador com a nomeação do filósofo Renato Janine Ribeiro para o cargo de Ministro da Educação. Necessidade de reestruturação do sistema educacional brasileiro. Pesar pelos resultados de avaliação de estudantes brasileiros pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA. Importância de implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. 170

PAUDERNEY AVELINO (DEM, AM) – Transcurso do 34º e do 77º aniversários de fundação, respectivamente, dos Municípios de Rio Preto da Eva e Fonte Boa, Estado do Amazonas. 171

JEFFERSON CAMPOS (PSD, SP) – Transcurso do Dia Mundial da Juventude..... 171

GUILHERME MUSSI (Bloco/PP, SP) – Transcurso do aniversário de fundação do Município de Roseira, Estado de São Paulo..... 172

JONY MARCOS (Bloco/PRB, SE) – Relevância do papel das Defensorias Públicas. Apoio ao Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal. Importância do Congresso Nacional para correção do desnível salarial entre as carreiras do Poder Judiciário..... 172

V – Encerramento

3 – PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

AV 33/2015, PL 963/2015, PL 964/2015, PL 965/2015, PL 966/2015, PL 967/2015, PL 968/2015, PL 969/2015, PL 970/2015, PL 971/2015, PL 972/2015, PL 973/2015, PL 974/2015, PL 975/2015, PL 976/2015, PL 977/2015, PL 978/2015, PL 979/2015, PL 980/2015, PL 981/2015, PL 982/2015, PL 983/2015, PL 984/2015, PL 985/2015, PRC 28/2015, INC 213/2015, INC 214/2015, INC 215/2015, INC 216/2015, INC 217/2015, INC 218/2015, INC 219/2015, INC 220/2015, INC 221/2015, INC 222/2015, INC 223/2015, INC 224/2015, INC 225/2015, RIC 249/2015, RIC 250/2015, RIC 251/2015, RIC 252/2015, RIC 253/2015, RIC 254/2015, RIC 255/2015, RIC 256/2015, RIC 257/2015, RIC 258/2015, RIC 259/2015, RIC 260/2015, RIC 261/2015, RIC 262/2015, REQ 1212/2015, REQ 1213/2015, REQ 1214/2015, REQ 1215/2015, REQ 1216/2015, REQ 1217/2015, REQ 1218/2015, REQ 1219/2015, REQ 1220/2015, REQ 1221/2015, REQ 1222/2015, REQ 1223/2015, REQ 1224/2015, REQ 1225/2015, REQ 1226/2015, REQ 1227/2015, REQ 1228/2015, REQ 1229/2015, REQ 1230/2015, REQ 1231/2015, REQ 1232/2015. 221

4 – PROPOSIÇOES DESPACHADAS

PL 779/2015, PL 787/2015, PL 821/2015, PL 824/2015, PL 829/2015, PL 835/2015, PL 838/2015, PL 840/2015, PL 847/2015, PL 854/2015, PL 857/2015, PL 862/2015, PL 864/2015, PL 900/2015, PL 904/2015, PL 938/2015, REQ 9/2015, REQ 370/2015, REQ 372/2015, REQ 410/2015, REQ 457/2015, REQ 1046/2015, REQ 1160/2015, REQ 1161/2015, REQ 1165/2015, REQ 1174/2015, REQ 1190/2015. 226

5 – DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

Ofício nº 226/2015, da Liderança do PT..... 247
Ofício nº 225/2015, da Liderança do PT..... 247
Ofício nº 111/2015, da Liderança do SD..... 247
Ofício nº 73/2015, da Liderança do PRB..... 247
Ofício nº 222/2015, da Liderança do PT..... 247
Ofício nº 100/2015, da Liderança do PSC..... 247
Ofício nº 101/2015, da Liderança do PSC..... 247
Ofício nº 176/2015, da Liderança do PP..... 248
Ofício nº 177/2015, da Liderança do PP..... 248
Ofício nº 124/2015, da Liderança do DEM..... 248
Ofício nº 178/2015, da Liderança do PP..... 248
Ofício nº 228/2015, da Liderança do PT..... 248
Ofício nº 227/2015, da Liderança do PT..... 248
Ofício nº 88/2015, da Liderança do PPS..... 248
Ofício nº 204/2015, da Liderança do PSD..... 248

Ofício nº 047/2015, do Senhor Deputado JÚLIO CESAR 249
Ofício nº 73/2015, da Liderança da Minoria. 249
Ofício nº 02/2015, do Senhor Deputado CARLOS ZARATTINI. 249
Ofício nº 802/15, do Senhor Deputado SERGIO VIDIGAL. 251

6 – ATOS DA PRESIDÊNCIA

Criação de Comissão Externa destinada a acompanhar as ações do governo federal, estadual e municipal no combate à seca no semiárido nordestino. 252

Designação de membro para a Comissão Externa popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco". 252

COMISSÕES

7 – ATAS

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 1ª Reunião Ordinária em 04/03/2015. 253

Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 1ª Reunião Ordinária em 03/03/2015. 253

Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 2ª Reunião Ordinária em 10/03/2015. 254

8 – DESIGNAÇÕES

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 30/03/2015. 256
Comissão de Desenvolvimento Urbano, em 30/03/2015. 256
Comissão de Educação, em 30/03/2015. 257
Comissão de Finanças e Tributação, em 30/03/2015. 258
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 19/03/2015. 259
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em 30/03/2015. 259

Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, em 03/03/2015. 259

9 – PARECERES

Despacho do Presidente, PL 123-G/2007, PL 4129-D/2008, PL 84-C/2011, PL 7920-C/2014. 260

SEÇÃO II

10 – PORTARIAS DA PRIMEIRA SECRETARIA

Portarias nº 65 a 75, de 2015. 267

11 – MESA

12 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

13 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

14 – COMISSÕES

SEÇÃO I

Ata da 54ª Sessão da Câmara dos Deputados, Não Deliberativa de Debates, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 30 de março de 2015

Presidência dos Srs.: Eduardo Cunha, Presidente. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário. Carlos Manato, Lobbe Neto, Daniel Coelho, Raquel Muniz, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 93 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. GONZAGA PATRIOTA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Gostaria de comunicar aos nobres Deputados que esta sessão é de debates. Então, não vai haver painel. O painel será mais tarde, quando o Presidente chegar para a sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Nos termos da alínea "m" do inciso I do art. 17, c/c o inciso II do art. 22, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a estudar e propor melhorias na sistemática de análise e avaliação das contas públicas e de conferência das transferências constitucionais, e RESOLVE

I – designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II – convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 31 de março, terça-feira, às 10 horas, no Plenário 16, do Anexo II.

Brasília, 30 de março de 2015. – **Eduardo Cunha,** Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSIÇÃO: CONTAS PÚBLICAS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

***Titulares**: Augusto Coutinho, Benito Gama, Celso Maldaner, Celso Russomanno, Conceição Sampaio, Covatti Filho, Edmar Arruda, Efraim Filho, Lucio Mosquini, Luiz Carlos Ramos, Rodrigo Pacheco.*

***Suplentes:** Adelson Barreto, Hildo Rocha, Mauro Pereira, Veneziano Vital do Rêgo.*

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Titulares: *Capitão Augusto, Clarissa Garotinho, Domingos Neto, Fabiano Horta, Fernando Marroni, Fernando Torres, Gabriel Guimarães, Júlio Cesar.*

Suplentes*: 8 vagas.*

PSDB/PSB/PPS/PV

Titulares: *Delegado Waldir, Fabio Garcia, Fernando Coelho Filho, Hissa Abrahão, Izalci, Luiz Carlos Hauly.*

Suplentes*: 6 vagas.*

PDT

Titular*: Dagoberto.*

Suplente*: 1 vaga.*

PSOL

Titular*: Edmilson Rodrigues.*

Suplente*: 1 vaga.*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Iniciando o período para dar como lido o pronunciamento, por 30 minutos, convido o primeiro orador inscrito, do PPS do Paraná, o nobre Deputado Sandro Alex. S.Exa. tem 1 minuto na tribuna.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Na última semana fui eleito Vice-Presidente desse importante Colegiado. Agradeço a confiança dos Parlamentares ao indicarem meu nome para a Vice-Presidência.

Sr. Presidente, apresentei a esta Casa, na Comissão Especial da Reforma Política, PEC que altera as regras para nomeação de integrantes do Poder Legislativo para ocupar cargos do Poder Executivo. Estamos resguardando o princípio da separação dos Poderes. Deputados e Senadores poderão ocupar cargos de Secretários e Ministros desde que abram mão do seu mandato nesta Casa. Assim não teremos os abusos e as práticas não condizentes com a moralidade pública entre aqueles que foram eleitos para fiscalizar e acabam sendo fiscalizados.

Essa proposta está em discussão na Comissão Especial da Reforma Política e é importante para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em recente encontro com os servidores da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, fui instada a me pronunciar acerca das possibilidades da privatização desses dois bancos públicos.

Há em toda crise, evidentemente, pretensas soluções excepcionais, que levariam à privatização. Fiz questão de dizer que esses bancos públicos têm papel fundamental no enfrentamento da crise brasileira e na sustentação de possíveis investimentos, e que existe nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 466, de 2010, do Deputado Otavio Leite, que assegura os mecanismos que impedem a privatização desses dois bancos.

Por isso, tenho certeza de que os servidores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal estão tranquilos, porque não permitiremos a aprovação da privatização desses bancos.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar a importância da PEC nº 466, de 2010, que guarda o propósito de assegurar à União a detenção de 100% do capital social da Caixa Econômica Federal, uma empresa pública, bem como o controle do capital social do Branco do Brasil. As duas instituições centenárias, como bem lembra o Deputado Otavio Leite, autor da emenda constitucional ora apreciada por esta Casa.

A Caixa Econômica Federal nasceu no século XIX. Seu DNA está na Casa de Penhor Monte Socorro da Corte e na Caixa Econômica da Corte, onde famílias brasileiras, negros que queriam comprar sua alforria, comerciantes, entre outros, depositavam seus recursos com a garantia e a segurança que marcaram e marcam

essa sólida instituição pública. E, é importante ressaltar como públicas eram as duas instituições de então: a Casa de Penhor Monte Socorro da Corte e a Caixa Econômica da Corte, criadas em 12 de janeiro de 1861 por Dom Pedro II, através do Decreto nº 2.723.

Desde a sua raiz a CEF foi assim: de todos os brasileiros, alguns com um pouco mais, outros bem pobres, brancos, negros, amarelos, vermelhos, gente que tinha algum recurso para poupar, um sonho a realizar. E é isso que estamos defendendo aqui. A garantia não de uma, mas de duas das mais sólidas instituições públicas deste País: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Ambas creditadas no coração dos brasileiros, sólidas no mercado financeiro nacional e mundial, ambas com enorme contribuição na formação social, econômica, política e financeira da própria história do Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Sr. Deputados Luiz Couto, do PT da Paraíba.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 25 deste mês celebrou-se o Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Comércio Transatlântico de Escravos.

Sr. Presidente, em outro pronunciamento compartilho a notícia de que o Ministério da Saúde do Brasil recebeu o Prêmio Bloomberg para o Controle Global do Tabaco. Então, eu quero também parabenizar o Ministério e a ação que o Governo está fazendo para controlar essa chaga que ainda existe em nosso País.

Sr. Presidente, peço que seja dada a devida publicidade nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*, aos dois pronunciamentos que agora entrego como lidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 25 de março de 2015, celebrou-se o Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos no mundo.

Diz a palavra do Nosso Senhor Jesus Cristo: *"Foi para a Liberdade que Cristo nos Libertou"*.

Essa santa palavra traz o sentido deste dia de liberdade. Contudo, essa data constituída pela ONU – Organizações das Nações Unidas lembra os perigos do racismo e do preconceito nos dias de hoje.

Por mais de 400 anos, mais de 15 milhões de homens, mulheres e crianças foram vítimas do trágico comércio transatlântico de escravos, um dos capítulos mais sombrios da história da humanidade.

A celebração anual de 25 de março como o Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Comércio Transatlântico de Escravos serve como uma oportunidade para honrar e recordar aqueles que sofreram e morreram nas mãos do brutal sistema de escravidão, bem como para aumentar a conscientização sobre os perigos do racismo e do preconceito atualmente.

O tema deste ano, Livre para sempre: Celebrando a Emancipação, presta homenagem à emancipação dos escravos nas nações em todo o mundo.

Este ano é particularmente importante, como muitos aniversários importantes, incluindo os 220 anos desde o decreto da França de emancipação dos escravos no atual Haiti; os 180 anos desde a lei de abolição da escravatura, de 1833, que pôs fim à escravidão no Canadá, nas Índias Ocidentais britânicas e no Cabo da Boa Esperança; e os 170 anos da assinatura da lei de escravidão na Índia, de 1843. A escravidão foi abolida também há 165 anos na França, há 160 anos na Argentina, há 150 anos nas colônias holandesas e há 125 anos no Brasil.

Por isso, quero celebrar este grande dia da liberdade e ressaltar a importância de sermos totalmente libertos das escravidões como o trabalho análogo à escravidão, da escravidão do tráfico de pessoas, da escravidão do racismo e dos preconceitos nos dias atuais.

Por isso, quero reafirmar que venceremos esta escravidão através das denúncias e fiscalizações e das políticas publicas que criaram perspectivas reais de crescimento.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo compartilhar a notícia de que o Brasil recebeu o prêmio internacional pelo controle do tabagismo.

Esse condecorado prêmio foi destinado pela Fundação Bloomberg, que concedeu ao Ministério da Saúde brasileiro o Prêmio Bloomberg para o Controle Global do Tabaco. A premiação da entidade internacional é um reconhecimento ao papel desempenhado pelo País no monitoramento epidemiológico do uso do tabaco e na implantação de políticas públicas para enfrentar o desafio da luta contra o fumo.

Segundo nosso Ministro da Saúde, Arthur Chioro, *"o sucesso da estratégia brasileira no combate ao fumo se deve a quatro conjuntos de ações: aumento de preço e impostos, proibição da propaganda do cigarro, ações de prevenção e tratamento, e a restrição de locais de fumo com a extinção dos fumódromos"*.

Ainda o Ministro ressaltou que o Ministério da Saúde disse que o prêmio representa o reconhecimento do papel desempenhado pelo País no monitoramento epidemiológico do uso do tabaco e na implantação de políticas públicas de luta contra o fumo.

Afirmo que esse reconhecimento dado pela Fundação Bloomberg, parceira da Organização Mundial da Saúde, engajará ainda mais nossos trabalhos sociais e políticos dentro desta Casa de Leis.

Fomos reconhecidos através dos nossos esforços. Destaca-se que o Brasil e um modelo a ser seguido por outras nações com políticas neste setor.

Dados do Ministério da Saúde indicaram que o número de fumantes no país continua em queda. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, o índice de pessoas que fumam e usam produtos derivados do tabaco é 20,5% menor que o registrado 5 anos atrás. Em 2013, do total de adultos entrevistados, 14,7% afirmavam fumar. Em 2008, o índice era 18,5%.

De acordo com nosso Governo, atualmente, mais de 23 mil equipes do Saúde da Família atuam em 4.375 Municípios no tratamento do tabagismo. Nos últimos 2 anos, o Ministério destinou R$ 41 milhões para ações de combate ao uso de tabaco.

Segundo o Ministério da Saúde, há também importância na elaboração de normas que contribuem para a redução do tabagismo como a Lei nº 12.546, sancionada em 2011, pela nossa Presidenta Dilma, que altera a sistemática de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e institui uma política de preços mínimos para os cigarros. O preço mínimo do produto passou de R$1,00 para R$3,00 e deve chegar a R$4,50 neste ano.

É importante lembrar que a partir de 2014 foi sancionado um decreto da nossa Presidenta que proíbe o fumo em ambientes fechados. Em casos de desrespeito, o estabelecimento pode receber advertência e multa, além de ser interditado e ter o alvará de funcionamento cancelado. As multas variam de R$ 5 mil a R$ 1,5 milhão.

Afirmo também que diante desse orgulho brasileiro devemos também observar os projetos que tramitam nesta Casa e que vão ao encontro da saúde dos brasileiros. Um deles foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 3.034, de 2010, que sustava os efeitos da Consulta Publica da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA nº 112, de 2010.

Cabe lembrar que a ANVISA, após uma consulta pública que abriu prazo para críticas e sugestões relativas às propostas de revisão da RDC 46/2001, sobre os teores de alcatrão, nicotina e monóxidos de carbono nos cigarros, e a proibição de aditivos nos produtos derivados do tabaco...

Graças aos esforços sociais através das entidades, vencemos esta etapa no ano passado, quando tivemos a alegria de tentar, por diversas maneiras, impedir mais este mal para a sociedade. Hoje, esse projeto encontra-se arquivado.

Assim, quero parabenizar nosso Governo brasileiro, através da nossa Presidenta Dilma Rousseff, nosso Ministro da Saúde, Artur Chioro, e todos aqueles que comigo formam uma força em favor da saúde brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Lincoln Portela, do PR de Minas Gerais.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, anteontem um coitadinho de 15 anos de idade pegou um revólver calibre 38 e deu um tirinho na cabeça de um disciplinário do seu colégio, assassinando-o. Coitadinho desse menino de 15 anos que assassinou brutalmente o disciplinário do colégio! Que dó! Nós temos que pegar esse menino, colocá-lo no colo, tratá-lo, dar mamadeira, dar Leite Ninho, dar leite em pó. Ele tem tudo isso em casa, é de classe média! Ele deu três tiros na cabeça do disciplinário. Com um tiro direto, assassinou o disciplinário.

Hoje na CCJC aprovamos punir esses facínoras que o Brasil tem, aprendizes daqueles que estão no Estado Islâmico. Pela maioridade penal aos 16 anos!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Misael Varella, do DEM de Minas Gerais.

O SR. MISAEL VARELLA (DEM-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, milhares de estudantes continuam à espera de soluções para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Instituições de ensino superior e alunos têm enfrentado dificuldades para renovar os contratos do FIES. *"Ao tentar preencher pedido de renovação, o sistema informa que a solicitação está fora de parâmetro. Não há resposta específica e não se sabe qual o parâmetro ou as condições de renovação"* – afirma um membro do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas e pró-reitor administrativo da UNIVATES, onde 30% dos alunos contam com FIES.

O problema veio a público em 10 de fevereiro, após o então Ministro da Educação, Cid Gomes, anunciar que seriam avaliados os aditamentos – pedidos de reajuste nos contratos de mensalidades – acima de 4,5%. Uma semana depois, Gomes disse que seriam aceitos aumentos de até 6,41%.

Hoje, a lei permite que universidades corrijam os valores de mensalidades, desde que, em dezembro do ano anterior, enviem a planilha de custos para o Ministério da Educação. O bloqueio seria resultado da dificuldade do órgão em levantar orçamento para pagar o FIES neste ano. Estão disponíveis R$12,4 bilhões, valor inferior aos pedidos totais de aditamentos – conforme instituições de ensino, apenas os pedidos de renovação somam R$15 bilhões.

"Mesmo universidades com correção abaixo disso estão com dificuldades para renovar. Está tudo uma confusão" – reclama o Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Sólon Caldas.

Sr. Presidente, uma sucessão de erros deixa o FIES na berlinda. Falta de controle e expansão desenfreada do programa causaram um enorme problema para instituições de ensino e alunos. Especialistas concordam que a mudança seja necessária, mas a maneira como vem sendo feita aponta para mais um equívoco. Peço providências urgentes do Ministro substituto para corrigir esses erros que vêm prejudicando gravemente as instituições de ensino e, principalmente, os alunos.

Sr. Presidente, peço que V.Exa. autorize a publicação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT de Minas Gerais.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que eu quero trazer aqui é a minha homenagem e os meus parabéns ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, pela sábia escolha que fez da Dra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón para a Presidência do INCRA.

Eu renovo as minhas esperanças em função da competência, da capacidade e do comprometimento da Dra. Maria Lúcia Falcón com a reforma agrária no Brasil. Minha esperança é renovada no sentido de, ao vê-la assumir o INCRA, nós possamos valorizar os seus servidores e garantir a reforma agrária como um processo de inclusão social, de cooperativismo, de justiça social, de soberania nacional, enfim, de construção da cidadania no campo através da ação competente da Dra. Maria Lúcia Falcón.

Parabéns, Dra. Maria Lúcia!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra o nobre Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, participei da EXPOAGRO AFUBRA 2015, em Rio Pardo, na semana passada, a maior feira da agricultura familiar. Lá houve muitos fóruns, debates e temas dos mais relevantes. Técnicos, pesquisadores, expositores, inventores e profissionais do setor, todos têm a mesma leitura, a mesma avaliação: as agroindústrias familiares geram produtos de qualidade superior, têm uma enorme capacidade de geração de empregos, renda e tributos, mas estão enclausuradas pela legislação, que não permite a comercialização da produção fora do território do seu Município, onde planta, onde são produzidos o salame, o queijo e tantos outros produtos.

Todos afirmam de forma unânime que é preciso urgentemente romper com essa reserva de mercado das grandes empresas, que ainda têm o privilégio de obter financiamentos do BNDES.

Portanto, eu apelo ao Governo Federal e ao Governo Estadual do Rio Grande do Sul para que possam agilizar os processos estabelecidos pelo SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelo SUSAF – Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte e, assim, nossas agroindústrias definitivamente possam sair da clausura, produzir com qualidade e gerar emprego e renda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra o Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a cidade de Salvador, que completou 466 anos no último dia 29. Ao mesmo tempo, quero fazer um paralelo das formas de governar.

A Bahia é governada pelo PT, e a Capital do Estado é governada pelo DEM. O Governador Rui Costa, no dia de ontem, estava em Cajazeiras, entregando obras de recuperação das encostas, um grande e importante programa de obras que ele está fazendo nas encostas de Salvador; esteve também no Bairro Uruguai, justamente para entregar à população da comunidade de Alagados 780 títulos de terra; e esteve ainda na Fábrica Cultural, uma iniciativa de Margareth Menezes, participando de atividades. Ou seja, nos bairros mais pobres

de Salvador, o nosso Governador estava entregando obras fundamentais para a população soteropolitana, enquanto o Prefeito da Capital eu não sei onde se encontrava. Então, é importante que isso fique registrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste domingo, a nossa querida Capital da Bahia, Salvador, completa 466 anos. É preciso parabenizar toda a população da terceira maior cidade do País por sua força aguerrida, mostrada no cotidiano desse Município.

Estamos falando de um patrimônio que conserva uma grande diversidade étnico-cultural e religiosa, sendo a Capital mais afrodescendente do Brasil. Mas não posso aqui deixar de citar que muitos desafios se colocam para a cidade, principalmente diante da forte desigualdade social.

É urgente e necessário que possamos girar as ações do poder público para as áreas mais periféricas, onde moram as pessoas de baixa renda. Bairros como Liberdade, Cajazeiras, Cabula, Pirajá, Subúrbio Ferroviário, Periperi, Beiru-Trancredo Neves, dentre tantos outros, onde a maior parte da população soteropolitana vive, onde está a maior parte da população negra de Salvador, precisam de investimentos que melhorem a infraestrutura urbana, que ampliem a mobilidade, que garantam acesso aos serviços públicos.

Por outro lado, a cidade tem recebido apoio para muitas obras de infraestrutura e mobilidade urbana por parte do Governo Federal, do Governo da Presidente Dilma Rousseff, e por parte do Governo Estadual, na figura do ex-Governador Jaques Wagner e agora do Governador Rui Costa.

Aqui cito a importante iniciativa do Governo do Estado com o fundo imobiliário para atrair novos moradores para o Centro Antigo de Salvador. A região compreende bairros como Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte da Liberdade, Santo Antônio e Comércio, o próprio Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré e possui em torno de 77 mil habitantes. A estimativa é de que essa primeira parte dos investimentos na construção e incorporação de imóveis chegue a R$268 milhões.

Em Salvador, o Governo do Estado ainda investiu cerca de R$100 milhões em obras de revitalização do parque São Bartolomeu e seu entorno, tais como a implantação da via de contorno, sistemas de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e abastecimento de água, sistema viário, construção de 120 unidades habitacionais e de sistema de proteção e requalificação urbana e ambiental da Praça de Oxum.

Podemos citar, ainda, a construção do Centro de Cidadania e Cultura de Pirajá, de praças de esporte em Rio Sena e Ilha Amarela, de 160 unidades habitacionais e de infraestrutura da Encosta de Pirajá.

No Mercado do Rio Vermelho, o Governo implantou obras de infraestrutura turística e recuperação do mercado, beneficiando 2 milhões 675 mil 656 habitantes, num investimento de R$32.626.156,00. No Mercado de Paripe, houve investimento de R$6.790.714,00 para implantação de infraestrutura turística. Na Feira de São Joaquim, já temos duas etapas de obras concluídas, como o Galpão Água de Meninos e o pátio de carga e descarga, na enseada de São Joaquim. A terceira etapa contempla serviços de estrutura de instalação e revestimento dos boxes, um investimento de mais R$61 milhões. E concluímos a obra de revitalização e requalificação da orla da Ribeira, beneficiando 2,7 milhões de habitantes.

Também demos um grande salto qualitativo na infraestrutura hídrica de Salvador, com a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água – SIAA de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas, com a construção da Adutora Joanes II/ETA Principal, e do sistema adutor principal de água tratada da ETA Principal – investimento: R$146 milhões. E também no Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Salvador houve ampliação dos reservatórios, com um investimento de R$91,6 milhões, beneficiando 3,2 milhões de pessoas.

No Centro Antigo, obras estaduais recuperam as ruas da região, com um investimento de R$124,7 milhões. Concluímos o Terminal de Passageiros do Porto de Salvador, estamos recuperando a Ladeira do Pilar, melhorando a iluminação do Terreiro de Jesus e do Santo Antônio. E estamos ainda na fase de conclusão das obras de dragagem de aprofundamento para 15 metros no Porto de Salvador.

Em 2013, ainda em caráter experimental, a Internacional Marítima iniciou sua gestão, dispondo de cinco ferries. Hoje o sistema trabalha com seis embarcações, além dos dois novos ferries em operação assistida, totalizando oito embarcações em operação e um em dique seco, em processo de reforma.

O Governo Jaques Wagner e agora o Governo Rui Costa ainda reorganizaram as condições estruturantes do sistema de transporte de Salvador e Região Metropolitana, com prioridade para o transporte coletivo, com investimento de cerca de R$8,5 bilhões. Inauguramos o metrô Salvador-Lauro de Freitas. Realizamos a licitação para implantação e operação da Linha 2 do metrô (Salvador-Lauro de Freitas) e a conclusão e operação da Linha 1 (Lapa-Pirajá). Só nisso houve investimento de R$3,6 bilhões. Aliás, na Linha 1, há o investimento de R$1 bilhão para a sua ampliação, com a construção do Tramo III, ligando Pirajá até a região de Águas Claras e

Cajazeiras. A Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB foi incluída, em 2013, na estrutura organizacional do Governo do Estado, como parte do acordo com a Prefeitura de Salvador, por conta da recepção do sistema metroviário.

Corredores estruturantes estão na mira das obras do Governo do Estado em Salvador, tais como a ampliação da capacidade de tráfego para permitir a implantação de transporte de massa. Citamos o Corredor Estruturante 1 – Avenida Pinto de Aguiar-Avenida Gal Costa; a obra de implantação da via Lobato-Pirajá; a duplicação da Avenida Gal Costa; a duplicação da Avenida Pinto Aguiar; o corredor da Avenida 29 de Março-Avenida Orlando Gomes, cujo investimento é de R$581,5 milhões; as obras do Complexo Viário Imbuí-Narandiba; a ligação da Avenida Luís Eduardo com a Estrada do Curralinho; a alça de ligação entre a Avenida Luís Eduardo e a BR-324, incluindo os três viadutos sobre a Avenida Paralela; e a ligação viária entre a Avenida Paralela e o Barradão.

Destaco, ainda, a via expressa Baía de Todos os Santos, que é considerada uma das maiores intervenções viárias executadas em área urbana no Brasil. Essa via expressa liga a BR-324 ao Porto de Salvador e beneficia mais de 2 milhões de pessoas, com investimento de R$480 milhões; e também o Aeroporto de Salvador e sua reforma, uma obra de valor aproximado de R$163 milhões, segundo a INFRAERO.

Também é preciso dar luz a iniciativas que tramitam na Câmara dos Vereadores, como a construção de unidades do Programa Saúde da Família em bairros como o Nordeste de Amaralina e a indicação de um Programa de Revitalização das Colônias Pesqueiras de Salvador, com reforma das sedes das colônias, qualificação e capacitação dos pescadores, melhoria das condições sanitárias e promoção de políticas públicas municipais de inclusão social das famílias dos pescadores.

Nesse sentido, cito a valorosa atuação dos Vereadores Suíca, que é o Líder da Oposição na Câmara de Vereadores, e o Vereador Moisés Rocha, que é do PT. Eles têm feito um trabalho importante no sentido não só de fortalecer o nosso partido no Município de Salvador, mas também de estabelecer projetos que possam melhorar a vida das pessoas na cidade.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há cerca de uma semana, estudantes da Universidade do Estado do Pará, do *campus* de Conceição do Araguaia, ocupam aquele *campus*. Agora, há solidários a eles, por enfrentarem as mesmas dificuldades de abandono da estrutura e dos laboratórios, de falta de professores e de servidores, de banheiros em péssimas condições, de falta de ar-condicionado. Essa é a expressão da política tucana no Estado para a educação. E lá se fala em pacto pela educação, que é até parecido com a ideia de País educador ou Pátria educadora. Na prática, há um abandono.

Eu queria me solidarizar com a luta e pedir que esta Casa, ao se solidarizar também, ajude a construir soluções para os problemas educacionais e uma solução para o problema que vive a universidade do meu Estado.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 10 dias, estudantes da Universidade do Estado do Pará – UEPA ocupam o *campus* da instituição no Município de Conceição do Araguaia, região sul do Pará, em sinal de protesto pelo completo abandono das instalações. Também estão ocupados os *campi* da UEPA em Redenção, Igarapé-Açu e São Miguel do Guamá. É iminente a deflagração de um movimento grevista em toda a Universidade, tendo em vista a falta de resposta por parte da administração superior e do próprio Governo do Estado.

As carteiras estão quebradas; faltam professores e funcionários; falta infraestrutura necessária às atividades acadêmicas; as instalações elétricas estão deterioradas e expostas, representando risco a servidores e alunos; os aparelhos de ar-condicionado estão danificados; enfim, há uma situação bastante preocupante.

O desrespeito ao princípio da autonomia das universidades tem dificultado a busca da solução dos problemas por parte da administração da UEPA. Em razão da manifestação, a UEPA anunciou que obteve autorização da Secretaria de Estado de Administração – SEAD para contratar professores e pessoal técnico-administrativo e que o conserto das instalações depende de recursos orçamentários e financeiros da universidade, que, contudo, também sofrem ingerência do Governo do Estado.

Registro desta tribuna meu firme apoio à justa luta dos estudantes da Universidade do Estado do Pará, que, em Conceição do Araguaia, Redenção, Igarapé-Açu e São Miguel do Guamá, lutam por condições dignas de educação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Silva, do Solidariedade de Minas Gerais.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho aqui mais uma vez reforçar o pedido que nós fizemos de instalação de unidade do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, no Município de Montes Claros, que é a capital do norte de Minas Gerais.

Nós sabemos que temos que estar sempre preparados. Em dois Municípios de Minas Gerais, Montes Claros e Itacarambi, aconteceram dois abalos sísmicos. Inclusive, Itacarambi é um dos únicos Municípios de Minas Gerais – talvez do Brasil – onde houve perda de vidas por esse desastre natural.

Quando não há prevenção, quando não há preparação da cidade para receber um evento da natureza tão drástico como esse, quando ele acontece, a cidade e toda a região ficam com muita dificuldade.

Por isso, eu queria reforçar esse pedido, Sr. Presidente. Peço também que seja veiculado meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna, nesta segunda-feira que antecede o feriado da Semana Santa, para comunicar que, novamente, apresentamos indicação nesta Casa ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, solicitando que promova a inserção dos Municípios de Montes Claros e Itacarambi, localizados no Estado de Minas Gerais, na lista de Municípios monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN.

Na Legislatura passada, apresentamos a Indicação nº 2.975, de 2012, sugerindo a esse Ministério a inserção dos Municípios de Montes Claros e Itacarambi, na lista de Municípios monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN. Em razão de a Indicação ter sido arquivada, atendendo ao Regimento Interno da Casa, reapresentamos a Indicação, confiantes que desta vez seremos atendidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assistimos pelos meios de comunicação ao caos gerado pelo abalo sísmico de 4,5 pontos na escala Richter, no Município de Montes Claros, recentemente. A população do Município mineiro ficou tão abalada com o ocorrido que, após uma semana do sinistro, ainda havia cidadãos dormindo na rua com medo de novos desabamentos causados pelos tremores.

Segundo dados do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília – UnB, já foram registrados em Montes Claros, desde 1995, 23 tremores, apresentando intensidades fracas a moderadas.

Embora não sejam comuns no Brasil, os terremotos são passíveis de acontecer. Estudos geológicos mostram que há maior probabilidade de que os abalos ocorram em áreas mais populosas e com maior potencial de danos, como a Região Sudeste. Segundo o Prof. Menezes, pesquisador da UnB, a falta de preparo da população em situações críticas é um grande perigo, pois faz com que terremotos não tão fortes gerem desespero e prejuízo à comunidade atingida, a exemplo do ocorrido no Município de Montes Claros.

É fato que tremores de terra desestabilizam a vida local e tendem, naturalmente, a atingir, em maiores proporções, aqueles economicamente menos favorecidos. Alertar para a importância de se realizarem ações de prevenção com relação a fatos minimamente previsíveis, calculando os riscos, é a chave para enfrentamento das situações relativas aos desastres naturais no Brasil.

Por esse motivo é que venho, por meio desse instrumento, solicitar que o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, que tem entre seus objetivos o de desenvolver atividades de pesquisa científica na área de geologia e desastres naturais, com ênfase, sobretudo, na previsão, preparação e prevenção dos impactos advindos desses eventos, venha a inserir na lista de Municípios já monitorados os Municípios mineiros de Montes Claros e Itacarambi, palco de tragédias relacionadas a tremores de terra, como o ocorrido em 2007, em Itacarambi, com óbitos e vários feridos. Essa situação poderia ter sido evitada, se houvesse um sistema de alarme e preparação da população para enfrentamento desses sinistros.

Assim, pelas razões ora expostas, estando a medida requerida revestida do necessário interesse público a justificar sua adoção, e como representante desses Municípios nesta Casa, rogo o apoio a essa medida e uma resposta do Exmo. Sr. Ministro, bem como o apoio dos demais Parlamentares.

Sr. Presidente, solicito a veiculação da nossa ação parlamentar no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, do PDT de São Paulo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, deve se iniciar nos próximos instantes a votação na CCJC da proposta de emenda à Constituição que versa sobre a redução

da maioridade penal. Depois de 22 anos, esta Casa vai deliberar sobre a matéria. Eu quero pedir a toda a população que continue com as ligações para o 0800 619 619.

Converse com o seu Deputado Federal e lembre-se da segurança e da proteção da sociedade.

Basta de hipocrisia, de defender facínoras, que, aproveitando-se do fato de terem menos de 18 anos, estão matando, estão estuprando nas ruas.

A CCJ vai votar, e a Comissão Especial e este Plenário vão alterar a Constituição Federal. Nós vamos ter muito mais que os 308 votos, em dois turnos, necessários.

Basta de hipocrisia com a segurança da população!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dar como lidos dois pronunciamentos.

Na sexta-feira eu estive no Município de Muliterno para o 5ª Jantar do Peixe, promovido pela agricultura familiar, um meio alternativo para nossos agricultores, e também para o 23º aniversário daquele Município de pequenos agricultores.

No sábado eu estive na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Rodeio Bonito, no Encontro Regional de Rádios Comunitárias.

A luta das comunicações é igual à da reforma agrária. Temos que lutar pela simplificação da liberação das rádios comunitárias, porque hoje este monopólio das comunicações está nas mãos de meia dúzia.

Gostaria de divulgar estes pronunciamentos na mídia interna e no programa *A Voz do Brasil.*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, dia 27 de março de 2015, fui muito bem recebido no Município de Muliterno, Rio Grande do Sul, onde participei do 5º Jantar do Peixe. O jantar já é um dos principais eventos da região noroeste do Estado e faz parte da comemoração do 23º aniversário da cidade.

Assim, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero deixar registrado o meu agradecimento a toda a comunidade muliternense e ao Prefeito Maurilio Pitton pela carinhosa recepção, e parabenizar o município pelo 23º aniversário e pela bela festa que realizaram este ano.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último sábado, dia 28 de março de 2015, participei, no Município de Rodeio Bonito, Rio Grande do Sul, do Encontro Regional de Rádios Comunitárias. Nessa ocasião discutimos a importância desse meio de comunicação para o nosso interior e comunidades.

Sem medo de errar, digo que a valorização da rádio comunitária é tão importante quanto à reforma agrária neste País. Por isso, é com alegria e satisfação que percebemos que a nossa Presidenta Dilma vem dando às rádios comunitárias a sua devida importância.

É importante ressaltar que apesar de vivermos num mundo globalizado, onde as informações são propagadas muito rapidamente pela moderna tecnologia, a rádio comunitária ainda exerce um papel fundamental no que se refere à divulgação de informação pelo interior do nosso País.

Assim, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero deixar registrado o meu agradecimento a todas as rádios comunitárias que prestam um serviço importantíssimo ao nosso Brasil, bem como dizer que somos um parceiro para solucionar as necessidades e demandas que as rádios comunitárias possuem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luciano Ducci, do PSB do Paraná.

O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero dar como lido o meu pronunciamento e destacar o aniversário da cidade de Curitiba, da qual eu fui Prefeito, com muita honra, que completou 322 anos de um jeito bem curitibano: com garoa num dia meio frio.

Hoje, Curitiba é uma cidade que é referência no País pela sua qualidade de vida, pelo transporte coletivo e também pela preservação das áreas verdes.

Curitiba tem os seus monumentos. Curitiba é uma bela cidade, com o seu Jardim Botânico, com o prédio da Universidade Federal, com a Rua das Flores, com os seus parques, como o Parque Barigui e o Parque Lago Azul, e o Museu Oscar Niemeyer. É uma cidade que hoje é composta por uma mistura de povos vindos de várias partes do mundo.

Gostaria, Sr. Presidente, de dar como lido o meu pronunciamento e que o mesmo fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui destacar o aniversário de Curitiba, que ontem completou 322 anos sob um dia cinzento, com chuvisco e até um pouco frio. A minha cidade, da qual fui Prefeito, caprichosamente fez o aniversário de forma modesta, mas não menos calorosa.

Em cada mensagem que vi nas redes sociais, ficou claro: Curitiba fez o aniversário nos corações de cada um dos seus quase 2 milhões de habitantes. Foi a memória afetiva de quem vive ou viveu na capital paranaense que produziu tantas homenagens à Curitiba. Se for perguntado a cada curitibano o que o faz lembrar a cidade, haverá sempre uma resposta carinhosa. Curitiba interage com cada morador no que há de mais belo: a emoção.

Quem gosta desta cidade, mesmo que não more mais em Curitiba, pode fechar os olhos e senti-la por perto. Não há como não se lembrar da comida tradicional de Santa Felicidade, com seus restaurantes italianos; não há como não ter na memória o gosto de uma barquilha ou de um caldo de cana com limão comprado em algum parque, como Jardim Botânico, São Lourenço, Barigui ou Lago Azul, enquanto se passeava com a família.

Curitiba tem seus monumentos e seus pontos turísticos. O Jardim Botânico, o prédio central da Universidade Federal, a Rua XV de Novembro – a nossa Rua das Flores –, a Ópera de Arame, o Parque Barigui, o Museu Oscar Niemeyer (o "Museu do Olho"). Tudo isto embeleza a nossa cidade, mas não é isto que se vê na cidade.

Curitiba tem referenciais que orgulham seus moradores. Sua qualidade de vida é um marco, conquistado pelo esforço de cada um dos curitibanos e também por administradores que zelaram por nossa cidade. O transporte coletivo é referência no mundo. O mesmo se diz da preservação de suas áreas verdes.

Mas quem vive em Curitiba sabe que o que vale mesmo é a gente dessa terra. A minha cidade tem o mundo dentro dela. São imigrantes, como os meus pais, que vieram da Itália para a capital paranaense. A mescla de judeu com árabe; do alemão ao angolano, do italiano aos haitianos, do nordestino ao polonês, fez desta cidade uma sociedade plural. São pessoas que trabalham todo dia para cuidar e construir a Curitiba de hoje e deixar a Curitiba do futuro.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja inserido no programa *A Voz do Brasil* e divulgado pelos canais de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Daciolo, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CABO DACIOLO (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. Boa tarde à Casa. Eu queria deixar bem claro aqui que sou bombeiro militar no Estado do Rio de Janeiro, sou cristão e sou do PSOL.

No sexto dia, Deus criou o homem a sua imagem e semelhança; homem e mulher os criou. E disse: *"Sejam férteis e multipliquem-se".* Só existe uma forma de multiplicar a espécie humana: através da união entre homem e mulher. Eu sou defensor da família brasileira, do povo brasileiro.

Eu quero deixar uma coisa bem clara: como é que eu posso tratar das diferenças da sociedade, se eu não consigo tratar a diferença dentro do meu partido?

Então, esse recado eu deixo para o PSOL. E digo: não se esqueçam do significado da letra L na sigla do partido: liberdade!

Deus está no controle. Nem um passo daremos atrás. Juntos somos fortes! Juntos somos fortes!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe, do PSB do Amapá.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Governador Waldez do Amapá paralisa o trabalho da Comissão da Memória, Verdade e Justiça desde janeiro. Exonerou a Secretária Executiva sem nomear novos membros e inviabiliza a Comissão. Ficou só a Secretaria de Colegiado, da qual faz parte a professora do curso de História da Universidade Federal do Amapá, Maura Leal, que me trouxe esse apelo. Mais 6 meses e a Comissão da Verdade apresentaria o relatório com os crimes cometidos pelos agentes da ditadura.

A dois dias do aniversário do fatídico golpe civil-militar contra a democracia, que resultou em 21 anos de ditadura, há os que querem esconder a verdade, apagar a memória e ter justiça apenas no discurso.

Peço divulgação desta minha fala, Sr. Presidente, no programa *A Voz do Brasil*, já que nós lutamos por democracia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a partir da fala do Deputado Cabo Daciolo, quero esclarecer que o PSOL é radical na defesa dos direitos de crença e de não crença e tem um programa também muito substantivo em favor do Estado laico, que acolhe a pluralidade religiosa. Claro, há muitas visões, inclusive da criação humana, e nós respeitamos todas, mas nenhuma pode ser inscrita em caráter absolutista na Constituição Federal.

Registro a nota da Executiva Nacional em relação ao Cabo Daciolo, suspenso de seus direitos de representar o partido por um tempo, até que toda essa questão seja esclarecida, com amplo direito de defesa e de argumento para todos os que estão na querela.

Por fim, Sr. Presidente, vi que a Mesa Diretora, neste País em crise, resolveu construir mais anexos em parceria público-privada. Quero registrar que isso é algo inadequado e inoportuno, inclusive para o momento político em que o País vive. Essa é a posição o PSOL publicada em nota, a qual peço seja transcrita nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

NOTAS A QUE SE REFERE O ORADOR

PSOL decide suspender deputado Daciolo e remetê-lo à Comissão de Ética.

Em reunião realizada no dia 26 de março de 2015, a Executiva Nacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), analisando o comportamento político do deputado federal Cabo Daciolo, decidiu pela suspensão imediata do seu direito de representar o Partido, e, ainda, a suspensão imediata de participar de quaisquer aparições públicas em nome do PSOL, conforme disposto no artigo 19, alínea "a" dos seus Estatutos.

Além desta providência, também foi decidido encaminhar ao Diretório Nacional a apreciação de infidelidade partidária, delegando à Comissão de Ética Nacional a análise dos fatos e garantia do direito de defesa do parlamentar envolvido, procedimento necessário para instruir a decisão da instância de direção.

A presente decisão teve como fundamento o posicionamento e apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição desfazendo a garantia da laicidade do Estado Brasileiro. Apesar dos esforços da bancada e da direção do partido, o referido parlamentar insistiu em apresentar proposição que contraria um dos mais caros princípios partidários e da esquerda. O PSOL agrega em suas fileiras incontáveis filiados, dirigentes e parlamentares que professam alguma fé religiosa. Todos estes são sempre bem vindos e não têm no partido qualquer restrição em relação às suas opções religiosas. Contudo, exige-se no partido a atuação política respeitando-se a separação entre religião e Estado.

Além do fato acima descrito, indo na contramão da luta partidária em defesa dos direitos humanos e contra a política de extermínio da população da periferia, o deputado anunciou e decidiu defender os policiais acusados pela morte do cidadão Amarildo, caso emblemático da luta por direitos humanos no Brasil. O Deputado Daciolo teria e tem todo o direito e dever de defender um julgamento justo e célere aos policiais acusados neste e noutros casos, pois todos estes são detentores de plenos direitos e do devido processo legal. Mas é inadmissível ao PSOL a defesa, por parte de um de seus membros, de que estes são inocentes e que os culpados seriam outros. A sinalização que tal postura transmitiu para a sociedade gerou confusão e desgaste político para nossa agremiação.

O PSOL tem sido coerente e destemido diante dos avanços do conservadorismo e do fundamentalismo em nosso país, sendo referência na luta pela desmilitarização da PM, punição de todos os responsáveis pelos assassinatos promovidos contra cidadãos da periferia. Não está em discussão o direito elementar de defesa de todos os acusados, mas não cabe ao partido transmitir dubiedade sobre a necessária punição dos responsáveis pelos crimes contra o povo pobre.

Da mesma forma, nosso partido tem uma marca indelével na disputa contra os retrocessos políticos ao dispositivo constitucional de laicidade do Estado. Este posicionamento é a melhor garantia do livre exercício de todas as formas de crenças, sem discriminação e preconceito. Sem um Estado laico isso não é possível.

A falta de nexos dos anexos da Câmara dos Deputados.

O PSOL considera absolutamente inadequada e inoportuna a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados de dar início ao processo de estudos técnicos para construção de novos anexos ao prédio do Congresso Nacional:

1) Por desnecessários (as atuais edificações são suficientes, demandando eventualmente reformas pontuais; o número de deputados e assessores não aumentou nem deve aumentar; as novas tecnologias de comunicação pedem menos espaços físicos);

2) R$ 1 bi é uma soma que não pode ser gasta nesse tipo de empreendimento, na atual conjuntura, em meio a tantas demandas muito mais cruciais da população;

3) A parceria público-privada sugerida geraria situações inusitadas e incabíveis, como estacionamento particular ou shopping em meio a ambiente do Poder Público Legislativo. A 'Proposta de Manifestação de Interesse' de que necessitamos, urgentemente, é quanto a matérias relevantes em tramitação na Casa, em especial a da Reforma Política.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim, do PMDB do Tocantins.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PMDB-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria deixar registrada aqui a nossa preocupação em relação ao setor de saúde em nosso Estado. Hoje, nós nos deparamos com 12 hospitais do nosso Estado que vêm paralisando suas atividades, o que é um prejuízo imenso para a nossa comunidade, para o povo do Tocantins.

Então, conclamamos aqui o Governo do Estado, o Secretário, os funcionários e os nossos médicos para que sentem à mesa para resolver essa situação que aflige o nosso povo. As pessoas estão precisando ser atendidas, estão morrendo nas filas dos hospitais. Não podemos deixar que se prolongue essa paralisação, que vai agravar ainda mais a situação da saúde no nosso Estado.

Gostaria que fosse registrada no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Câmara a nossa preocupação e o nosso desejo de que se faça um acordo. Precisamos resolver essa situação!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, do PT de Sergipe.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, eu gostaria de parabenizar a nossa Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro Patrus Ananias pela posse de representantes no MDA, especialmente pela posse da Dra. Lúcia Falcón na Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Quero também parabenizar a delegação de Sergipe, que aqui representou o Estado na posse da Presidenta Lúcia Falcón; o Secretário de Agricultura, Esmeraldo Leal, representando o Governador; representantes do MST, da EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe e demais.

Tenho certeza de que o Ministro Patrus Ananias e a Presidenta do INCRA, Lúcia Falcón, farão um grande trabalho na defesa da agricultura familiar, dos novos assentamentos e da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres, do PSDB de São Paulo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para homenagear a minha cidade natal, São José do Rio Pardo, que, no próximo dia 4 de abril, estará comemorando 150 anos de fundação.

Para marcar essa data tão importante da história do Município, uma longa agenda de eventos está ocorrendo durante todo este ano, eventos não apenas de interesse cultural, turístico, de confraternizações, mas também eventos administrativos, que vão dar à cidade uma nova etapa de desenvolvimento, de crescimento, como obras do Governo do Estado, do Governo Federal e obras municipais. O Governador recentemente liberou mais de 80 milhões de reais para obras viárias.

Enfim, é uma data que eu quero registrar com muito orgulho, dado que sou conterrâneo. Fui Prefeito da cidade e estou muito feliz de comemorar essa data aqui, em Brasília, como Deputado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna para falar de São José do Rio Pardo, Município paulista que, no próximo dia 4 de abril, estará comemorando 150 anos de fundação, um século e meio de existência.

A freguesia de São José do Rio Pardo foi fundada no dia 4 de abril de 1865 por fazendeiros liderados pelo Coronel Antônio Marçal Nogueira de Barros, que registraram em ata o início da construção de uma capela dedicada ao padroeiro São José.

A cidade tem grande tradição política e participou ativamente da criação da República no Brasil. Em 11 de agosto de 1889, um grupo de republicanos tomou o edifício da Casa de Câmara e Cadeia e, ao som da proibida Marselhesa, proclamou a República no Brasil, 3 meses antes de o Marechal Deodoro da Fonseca implantá-la oficialmente no País. O movimento foi sufocado pelas tropas federais no dia seguinte, mas a semente prosperou. Três meses depois, a República substituía o Império no Brasil.

O historiador rio-pardense Rodolpho José Del Guerra registrou que:

"(...) pela atuação incomum e única dos rio-pardenses no movimento republicano, o Decreto 179, de 29 de maio de 1891, elevou a Vila de São José do Rio Pardo à categoria de Cidade, com a denominação de Cidade Livre do Rio Pardo, que vigorou por apenas oito dias, pois os rio-pardenses, embora engrandecidos e orgulhosos, preferiram a denominação primeira e original. O Decreto 207, de 6 de junho, retificou o anterior, passando a Cidade a denominar-se, novamente, São José do Rio Pardo."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, São José do Rio Pardo é a terra em que nasci, constituí família e iniciei a minha trajetória política. Seguindo os passos de meu pai, Lupercio Torres, Prefeito eleito para dirigir o Município em dois mandatos, nas década de 60 e 70, em 1982 venci as eleições e assumi a Prefeitura para o período de 1983 a 1988. Com administração bem avaliada pela população, ali constituí minha base eleitoral e, nas últimas eleições, fui honrado com os votos de 52% de seus eleitores.

O Município de São José do Rio Pardo, hoje com 54 mil habitantes, fica no Vale do Rio Pardo, entre as montanhas da Serra do Cervo – braço da Serra da Mantiqueira. Está distante 257 quilômetros da Capital de São Paulo e tem como limites os Municípios de Mococa, Tapiratiba, Casa Branca, Itobi, São Sebastião da Grama, Divinolândia e Caconde. Fica na região Nordeste do Estado de São Paulo.

Em seus primórdios, São José chegou ser apontada como uma das principais regiões produtoras de café do Brasil. O uso da mão de obra escrava prevalecia, mas, com o passar do tempo, essa mão de obra foi substituída pela dos imigrantes italianos. Eles, a partir de 1930, passaram a dominar as fazendas da região, as quais hoje compõem a geografia agropastoril do Município.

Nos dias de hoje, São José do Rio Pardo diversificou sua economia e passa por um período de grande desenvolvimento socioeconômico. Recente pesquisa divulgada pelo Sistema FIRJAN sobre os Municípios do País revela que a nossa cidade alcançou índice de desenvolvimento considerado alto: 0,8244. Para classificar uma localidade, o Sistema FIRJAN leva em conta quatro categorias de índices de desenvolvimento: baixo, até 0,4; regular, de 0,4 a 0,6; moderado, de 0,6 a 0,8; e alto de 0,8 a 1. Portanto, quanto mais próximo de 1 o índice, maior o desenvolvimento alcançado pelo Município. As áreas analisadas, com base nos dados de 2011, foram educação, saúde e emprego e renda. Rio Pardo ocupa a 181ª posição no *ranking* nacional, entre 3.824 Municípios pesquisados em todo o País. No âmbito do Estado de São Paulo, está na 104ª posição entre 645 cidades.

O levantamento feito pela FIRJAN se baseia, exclusivamente, em dados estatísticos públicos oficiais, disponibilizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho.

A economia de São José do Rio Pardo está centrada nas atividades agrícolas, na sua crescente área industrial e num ativo, moderno e diversificado comércio, que transformou a cidade em polo regional que atrai consumidores de diversas cidades da região. Tem também um destacado setor de serviços. Na área industrial, hoje são 80 fábricas, entre grandes e de médio porte. Entre elas está um complexo de industrialização de produtos alimentícios da multinacional Nestlé.

O Município dispõe de excelente cobertura do setor financeiro. São nove agências dos maiores bancos brasileiros, três bancos cooperados e três financeiras.

Os rio-pardenses são bem servidos em assistência médico-hospitalar com um bem estruturado hospital, mantido pela Santa Casa de Misericórdia, e por vários centros clínicos de diagnóstico complexo.

Na área da educação, os serviços disponibilizados para a população têm grau de eficiência superior. A rede do ensino básica é formada por 27 unidades, 5 delas na área rural, além de 9 creches.

O Município possui duas instituições de ensino superior: a FEUC – Faculdade Euclides da Cunha, uma autarquia municipal, e um *campus* da Universidade Paulista, conhecida por UNIP. Também dispõe de uma unidade da Escola Técnica Estadual do Centro Paula Souza e de um Polo Avançado do Conservatório Musical de Tatuí.

A zona urbana é servida em 100% com água tratada e coleta de esgoto. Obras visando à expansão do consumo e ao atendimento pleno, pelos próximos anos, estão sendo realizadas, como o novo reservatório do Bairro Vale do Redentor, com 1 milhão de litros de água. E está em obras o sistema que vai garantir até 2016 o tratamento de 100% do esgoto coletado na rede urbana, contribuindo para a despoluição da Bacia do Rio Pardo.

A cidade dispõe de uma rádio AM, duas rádios FM comerciais e duas rádios FM comunitárias, dois jornais de circulação semanal e retransmissoras de sinais de TV de todas as grandes emissoras do País.

Um fato literário de alcance nacional passou a ser orgulho dos rio-pardenses: foi na nossa cidade, entre 1898 e 1901, que Euclides da Cunha escreveu *Os Sertões*, uma das obras-primas da literatura brasileira. Euclides cobrira a Guerra de Canudos para o jornal *O Estado de S.Paulo* e, como engenheiro do Departamento de Obras Públicas do Estado, foi designado para a reconstrução de uma ponte metálica sobre o Rio Pardo, para ligar os dois lados da cidade. Ali, às margens do rio, numa pequena cabana coberta de zinco, dirigiu a obra – hoje restaurada e tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional – e, nas horas disponíveis, escreveu *Os Sertões*, seu mais importante livro.

A passagem do engenheiro-escritor é comemorada, anualmente, durante o evento denominado Semana Euclidiana, de 9 a 15 de agosto. É um encontro para debater e estudar *Os Sertões* e a figura do seu escritor, com a presença de intelectuais e estudantes de todo o País.

Outro orgulho dos rio-pardenses é o fato de ter nascido em São José do Rio Pardo o Cardeal Dom Orani João Tempesta, hoje no comando da importante Diocese do Rio de Janeiro.

São José do Rio Pardo também é considerada um celeiro de craques. No futebol: Edson Boaro (Ponte Preta, Corinthians e Seleção Brasileira); Rondinelli, Deus da Raça (Flamengo, Corinthians, Vasco, Goiás, Seleção Brasileira); Márcio Araújo (São Paulo, técnico do Palmeiras); Richard Petrocelli (Palmeiras); Modesto (Santos); Zanatta (Vasco e Seleção Brasileira); Andrezinho (Flamengo, Internacional de Porto Alegre, China); Betinho Prescinotti (São Paulo, Juventus, Portuguesa); Aloisio Mattar (Portuguesa de Desportos); e Modesto (Santos), dentre outros. Na canoagem, a cidade é campeã sul-americana.

O sesquicentenário de São José do Rio Pardo vem sendo comemorado desde janeiro deste ano, com a realização de eventos culturais, cívicos e esportivos que se prolongarão até o final no ano. O Prefeito João Santurbano e demais autoridades e entidades do Município estão totalmente envolvidos nas festividades.

Não bastassem as intensas comemorações, o Município vai receber importantes obras no decorrer de 2015. Está avançado o projeto para a implantação de novo distrito industrial, que vai facilitar e alavancar a implantação de novos empreendimentos. O Governador Geraldo Alckmin destinou recursos da ordem de 70 milhões de reais para melhoria das rodovias que passam pelo Município. Uma nova ponte deverá ser construída também sobre o Rio Pardo, com recursos do Governo Estadual, para melhorar o acesso à região urbana que mais cresce na cidade. O plano de construção de moradias em andamento tem por meta erguer mil novas unidades habitacionais, para reduzir o déficit existente.

A nossa expectativa é de que, a partir deste ano, São José do Rio Pardo entre num novo estágio de crescimento e desenvolvimento.

Ao comemorar com meus conterrâneos e concidadãos essa data histórica de nosso Município, homenageio nossos antepassados e encaro com muita fé e esperança um futuro brilhante para todos aqueles que continuarão na caminhada da qual me orgulho muito ter participado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra a Sra. Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de também saudar a nova Presidenta do INCRA. Penso que temos muitos desafios para desconstruir as cercas que cercam os latifúndios e os sonhos de construção de um País mais justo e igualitário, o que só será realidade quando tivermos uma política de reforma agrária cada dia mais vigorosa. Por isso, as minhas saudações muito especiais à Presidenta do INCRA, que tomou posse no dia de hoje.

Quero também dizer que nós estamos enfrentando nesta Casa um verdadeiro anacronismo. Assegurar e dizer que são os adolescentes os responsáveis pela violência neste País é negar, é rasgar todos os dados. Nós temos apenas 0,09% dos homicídios neste País cometidos por adolescentes. São os adolescentes muito mais vítimas do que vitimizadores. Vamos fazer, portanto, uma discussão séria, não hipócrita sobre a maioridade penal, a partir dos dados sobre a violência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lobbe Neto, do PSDB de São Paulo.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu queria trazer aqui os cumprimentos ao Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, pelo trabalho que vem fazendo na questão do Programa Mulheres de Peito.

É um programa com quatro carretas que circulam por todo o Estado de São Paulo, incluindo o interior do Estado, fazendo mamografias em mulheres. Isso vem ao encontro do projeto que nós aprovamos aqui – uma Deputada do PPS o apresentou, e nós o aprovamos.

Esse projeto, que permite a realização de mamografias em todas as mulheres, é um projeto de prevenção, que visa possibilitar que as mulheres no futuro não tenham esta doença que vem matando muita gente, o câncer de mama.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, do PSB de Pernambuco.

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui o que fizemos ontem. Com o Deputado Cabo Daciolo, o Deputado Major Olimpio e o Deputado Arnaldo Faria de Sá, iniciamos a caminhada nacional em prol da segurança pública, partindo da luta em prol da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, a PEC da melhoria salarial dos nossos policiais e profissionais de segurança em todo o Brasil.

O primeiro passo foi dado no Rio de Janeiro, nesse domingo pela manhã. No dia 19 de abril, estaremos em Recife e, no dia 26, na Bahia. Outros Estados serão visitados, para que possamos, junto com policiais e bombeiros militares e agentes das forças de segurança, dizer ao Brasil que precisamos que o Congresso Nacional se posicione, para que possamos ter a PEC 300 votada em segundo turno aqui e, assim, dar dignidade salarial a esses profissionais que tanto lutam pela sociedade e merecem o nosso respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gonzaga Patriota, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, primeiro, agradecer à Liderança do meu partido, que me cedeu este tempo, porque trago três assuntos aqui muito importantes. E, numa segunda-feira como esta, em que teremos votações, não é fácil conseguir este tempo.

Inicialmente, quero fazer aqui um apelo a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados, no sentido de que analisem uma PEC de minha autoria, a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, ou seja, que está tramitando há cerca de 12 anos.

Ela dispõe, Deputada Janete, que o servidor público concursado, aquele que preencheu todos os requisitos constitucionais e legais para ingresso no serviço público, que esteja há mais de 10 anos, ininterruptamente, à disposição de outro órgão, pode fazer uma opção: ou volta para o órgão de origem ou fica onde está, na mesma função, sem nenhuma cessão, sem mudar de função.

Essa PEC entra e sai da pauta de votações. No ano passado, quase que se vota, mas ninguém votou. Deputado Vicentinho, eu acredito que agora, com o apoio já de quase todos os Líderes aqui, possamos votar essa nossa PEC. Eu peço, mais uma vez, o apoio de todas as Srs. Deputadas e de todos os Srs. Deputados.

A outra coisa que eu quero registrar, Sr. Presidente, é que acompanho o desenvolvimento de todos os Estados, principalmente, o do meu Estado. Vibrei e fiz um discurso aqui, agradecendo ao então Governador Eduardo Campos, que deu tudo o que pôde de incentivos à Fiat Automóveis, para que ela instalasse lá em Pernambuco uma fábrica, que vai ser inaugurada agora, neste mês de abril, pela Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Essa fábrica é importante para Pernambuco e também para a Paraíba, porque fica perto de Campina de Grande e de João Pessoa, principalmente. Agora, pasmem: existe na Fiat, transportando para ela, uma tal transportadora chamada Sada. E estou vendo Deputados de Pernambuco aqui, como o nosso querido Deputado José Augusto Maia, que tanto briga por esse assunto também; o Deputado Pastor Eurico, que falou aqui na semana passada a respeito disso; e o nosso Deputado limoeirense, que inclusive faz parte da Comissão.

A Fiat está trazendo de Minas Gerais – eu não tenho nada contra Minas Gerais, que já tem coisas demais – essa transportadora Sada, para transportar os 250 mil veículos que serão fabricados em Pernambuco. Não vamos aceitar isso, de maneira alguma! Até porque, em Pernambuco, há um Sindicato dos Cegonheiros, registrado, autorizado. E é o seguinte: se a Fiat quiser briga, ou tira a fábrica de lá ou a gente tira os incentivos dados à Fiat, porque não é brincadeira.

Há cegonheiros em Pernambuco. Existe lá o sindicato formado, montado. Como é que vamos aceitar isso? Isso é um desacato! Quero convidar todos os Srs. Deputados de Pernambuco, da Paraíba, do Nordeste, para encamparem essa bandeira. Não dá para aceitar que venha uma empresa de Minas Gerais – que já tem tudo – para o Estado de Pernambuco, para transportar os carros fabricados pela Fiat, que recebeu e ainda vai receber tudo o que for de incentivos que pudermos dar.

Por último, quero parabenizar os trabalhadores reassentados, que vieram de Itaparica. Com a construção da barragem para produzir energia, eles foram abandonados. Eles vieram de suas ilhas – de Petrolândia, de Floresta, de Itacuruba, de Cabrobó, de Belém de São Francisco – e foram reassentados nos projetos Brígida, em Orocó; Fulgêncio, em Santa Maria da Boa Vista; além de projetos em Petrolândia e outros na Bahia.

A CHESF não cumpriu ainda com todos os compromissos, mas o Governo, através da CODEVASF, assumiu o compromisso de fazer algumas coisas. Precisamos de estradas, que não temos; precisamos do tratamento das terras, que não temos – vemos lá ainda as terras, todas, assoreadas —; precisamos do centro de comercialização da CEASA, que não temos. Lá, nesses projetos, também não há postos de saúde, nem escolas adequadas.

A CODEVASF assumiu algumas coisas, entre elas, o fornecimento de água a esses projetos de irrigação. E não é que, na última semana, cortaram a água dos pequenos irrigantes, como se não bastasse o problema que estão sofrendo em Petrolina!

Em Petrolina, temos o Projeto Nilo Coelho praticamente parado por falta de água. Temos que conseguir recursos para conseguir baixar as adutoras. E, agora, temos o Projeto Fulgêncio, o Projeto Brígida, e tantos outros em Pernambuco e na Bahia. Ainda bem que, depois de um movimento – fizeram uma coisa que eu não

recomendo, mas fizeram –, em que interditaram a BR-428, no corre-corre, a CODEVASF fez um acordo com a CELPE, em Pernambuco, e com a COELBA, na Bahia, e pelo menos a energia foi religada.

Peço, Sr. Presidente, que V.Exa. autorize a divulgação deste pronunciamento que aqui trago com todos os dados. E que possamos ver, de uma vez por todas, a CHESF cumprir com o seu compromisso, o que ainda falta fazer, e a CODEVASF também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como é do conhecimento de todos, a Fiat, com todo o incentivo possível do Estado de Pernambuco, instalou uma fábrica no Município de Goiana, com a previsão de fabricação de 250 mil veículos ao ano.

Para que esses veículos sejam transportados para outros Estados, a Fiat mantém contrato com a Sada, operadora logística responsável pelo transporte dos automóveis.

Uso a tribuna no dia de hoje para informar, com grande tristeza, que os cegonheiros do Estado de Pernambuco, representados pelo SINTRAVE-PE, legítima categoria, está sendo deixada de lado no processo de transporte dos veículos produzidos no meu Estado.

Mesmo diante de várias tentativas de manter um diálogo saudável junto à Sada, a empresa recusa-se a inserir a categoria no processo de transporte.

A categoria já conseguiu o apoio da unanimidade da bancada pernambucana na Câmara e no Senado, bem como o apoio dos Deputados Estaduais de Pernambuco, para que, através de abertura de diálogo, a Sada oferecesse aos cegonheiros pernambucanos uma porcentagem justa no transporte dos veículos produzidos no Município de Goiana.

O SINTRAVE está desde o dia 15 de janeiro de 2015 acampado na frente da fábrica, mas infelizmente até o presente momento nada de diálogo. Diante de várias tentativas, a Sada não se manifestou.

Logo, Sr. Presidente, diante dessa inércia e falta de vontade em solucionar o impasse criado, venho a esta tribuna pedir que a Sada abra uma linha de negociação com a finalidade de chegarmos a um acordo que seja benéfico tanto para a empresa quanto para os pernambucanos.

Somos sabedores de que a Sada não terá nenhum prejuízo se contratar os pernambucanos, pois toda a sua frota é terceirizada no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que a categoria está reivindicando não é a exclusividade no transporte. O sindicato quer apenas participar com uma porcentagem justa nesse processo de transporte.

Diante de tudo que foi afirmado, peço, com o devido respeito e acatamento, que a Sada trate esse nosso pedido com a devida atenção, bem como lhe dê a devida importância, pois estamos tratando aqui dos legítimos representantes do Estado de Pernambuco. E nada mais justo que os pernambucanos participarem desse processo, e não apenas os mineiros.

Aproveito para pedir que este discurso seja veiculado nos órgãos de comunicação desta Casa e em *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cerca de 5 mil pequenos irrigantes e trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica e que foram reassentados nos Projetos Brígida, em Orocó; Fulgêncio, em Santa Maria da Boa Vista; Apolônio Sales, em Petrolândia – esse todos em Pernambuco —; e Rodelas, Glória, Pedra Branca, Curaçá e Abaré, na Bahia, ocuparam, nessa sexta-feira, dia 27 de março, as BRs 428, 116 e 316, para cobrar do Governo Federal que fosse religada, imediatamente, a energia elétrica cortada desses assentamentos há 2 dias pela CELPE, nos assentamentos de Pernambuco, e pela COELBA, nos da Bahia.

Esses cortes suspenderam o bombeamento de água para a produção irrigada e até para o consumo humano. Os manifestantes só desinterditaram as mencionadas rodovias com a volta do fornecimento de energia elétrica. Agora, esses pequenos produtores aguardam o agendamento de uma reunião com a Casa Civil do Governo Federal, para tratar dos demais acordos não cumpridos, como: estradas asfaltadas; centro de abastecimento; desassoreamentos; escolas; postos de saúde; áreas de lazer, dentre outras promessas não cumpridas.

Em razão disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamentamos, mais uma vez, usar esta tribuna para pedir socorro para esses milhares de trabalhadores da fruticultura e da agricultura das margens do São Francisco, expulsos das suas ilhas e margens do Rio São Francisco há mais de 2 décadas, quando da construção da barragem de Itaparica, em Petrolândia, Pernambuco, e Glória, na Bahia.

A Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, responsável por essa obra, ainda não cumpriu com todos os compromissos assumidos com os reassentados e repassou alguns para a CODEVASF, que também não os está cumprindo.

Senão, vejamos: temos informações sobre as tratativas acerca da transferência dos encargos relativos à operação e manutenção dos perímetros do Sistema Itaparica, Apolônio Sales, Barreiras, Icó-Mandantes, Manga de Baixo, Brígida e Fulgêncio (Caraíbas), no Estado de Pernambuco, e Glória, Rodelas e Pedra Branca, no Estado da Bahia, a partir de junho de 2014, e do custeio da energia elétrica, a partir de janeiro de 2015, por meio do Acórdão nº 101/2013, do TCU – Tribunal de Contas da União, que determinou que a Casa Civil da Presidência da República, conjuntamente com o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Integração Nacional, a CHESF e a CODEVASF, elaborasse um plano de ação que levasse à integral desincumbência da CHESF daquelas atividades não relacionadas com o objeto social da empresa.

À época, havia um termo de cooperação em fase de encerramento. E, para que as atividades não sofressem interrupção, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnico-Financeira (TCTF), a partir de março de 2013, com vigência de 32 meses. Um dos produtos desse Termo de Cooperação era a elaboração do plano de ação determinado pelo TCU, no referido Acórdão.

No ano de 2013, a CHESF teve sua receita significativamente reduzida, em decorrência da prorrogação das concessões, objeto da Medida Provisória nº 579, de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 2013, o que exigiu adoção de diversas medidas empresariais para adequar-se à nova realidade orçamentária.

Esse novo contexto econômico-financeiro da CHESF foi informado à CODEVASF, por meio da carta CE-PR-238/13, de 12 de julho 2013. Já naquele momento, a CHESF conclamava a CODEVASF com vistas a, conjuntamente, buscar em outras fontes de recursos e assim evitar comprometer o funcionamento dos perímetros irrigados do Sistema Itaparica, evitando, assim, repercussões indesejáveis para as comunidades envolvidas, bem como para os órgãos públicos das diversas esferas de governo.

Naquele mesmo ano, Sr. Presidente, o Conselho de Administração da ELETROBRAS deliberou a imediata suspensão dos aportes de recursos financeiros ao TCTF, em sua 673ª Reunião, de 14 de novembro de 2013, o que foi posteriormente ratificado pelo Conselho de Administração da CHESF, em sua 444ª Reunião, de 14 de fevereiro de 2014.

Em decorrência disso, a CHESF denunciou o TCTF, em 25 de fevereiro de 2014, por meio da carta CE-PR-064/2014, com previsão de encerramento de repasse financeiro em 31 de maio de 2014.

A CHESF, a ELETROBRAS, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Integração Nacional, juntamente com essa empresa, desenvolveram uma série de ações para viabilizar condições e recursos para a transferência dos encargos relativos à operação e manutenção dos perímetros a partir de junho de 2014, e do custeio da energia elétrica a partir de janeiro de 2015, a seguir sintetizadas.

Em 26 de março de 2014, o Ministro de Estado da Integração Nacional emitiu o Aviso Ministerial nº 28-MI, em que assume o compromisso de dotar a CODEVASF de meios para operar e manter os perímetros irrigados a partir de junho de 2014.

Em 2 de abril de 2014, de reunião realizada na Casa Civil da Presidência da República, com participação de representantes da Casa Civil, do Ministério da Integração Nacional, da CODEVASF, do Ministério de Minas e Energia, da ELETROBRAS, da CHESF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, destacam-se as seguintes deliberações: a CODEVASF deve assumir as despesas de operação e manutenção dos perímetros irrigados a partir de junho de 2014; deverá ser elaborado termo de cessão provisória para transferência dos bens de uso comum da CHESF para a CODEVASF; as despesas com fornecimento de energia elétrica para operação do perímetro irrigado seriam de responsabilidade da CHESF até dezembro de 2014, considerando que a CODEVASF necessita de um período de transição para estabelecimento do perímetro e assunção das contas de energia. Nesse período, a CODEVASF implantará a cobrança de tarifa de água, contemplando o custo de energia.

Em 16 de maio de 2014, foi enviada à CODEVASF a correspondência CE-PR-225/2014, comunicando que a CHESF notificaria a CELPE e a COELBA sobre o encerramento dos contratos de energia elétrica celebrados com a CHESF.

Em 31 de maio de 2014, o TCTF foi efetivamente encerrado, não havendo qualquer responsabilidade da CHESF, a partir de 1º de junho de 2014, com relação a despesas com a operação e a manutenção dos perímetros irrigados.

Em 30 de junho de 2014, foram emitidas correspondências da CHESF, notificando a COELBA e a CELPE de que, a partir de 1º de janeiro de 2015, a CHESF não figuraria mais como contratante dos serviços de energia elétrica para os perímetros irrigados de Itaparica.

Em 24 de outubro de 2014, foi enviada correspondência ao Presidente da CELPE, informando as ações que foram tomadas pela CHESF, visando ao encerramento dos contratos de energia elétrica.

Em 14 de novembro de 2014, foi enviada correspondência ao Presidente da COELBA, informando as ações adotadas pela CHESF, visando ao encerramento dos contratos de energia elétrica.

Em resposta, a CELPE, em 6 de novembro de 2014, comunica o envio para a CODEVASF de correspondência, registrando o encerramento dos contratos de energia elétrica com a CHESF e solicitando as providências para a celebração de contratos com a nova titularidade. A correspondência foi enviada por cópia também à COELBA.

No dia 11 de novembro de 2014, foi realizada reunião no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que contou com a participação, além da CODEVASF, de representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério de Minas e Energia e da CHESF, em que ficou equacionado o custeio da energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme registro da reunião.

Em 12 de novembro de 2014, os Presidentes das empresas CODEVASF, CHESF, CELPE e COELBA se reuniram para tratar da transferência dos contratos de fornecimento de energia elétrica em questão da CHESF para CODEVASF.

Em 19 de dezembro de 2014, a Diretoria-Executiva da CODEVASF, decidiu, conforme Resolução nº 842, autorizar a contratação da CELPE e da COELBA para fornecimento de energia elétrica para as unidades consumidoras dos perímetros de irrigação integrantes do Sistema Itaparica: Apolônio Sales, Barreiras, Icó-Mandantes, Manga de Baixo, Brígida e Fulgêncio (Caraíbas), no Estado de Pernambuco, e Glória, Rodelas e Pedra Branca, no Estado da Bahia. Ainda naquela Resolução, define que os recursos para cobertura da despesa correrão à conta do Programa de Trabalho nº 20.607.0379.20EY0001 – Administração de Perímetros Públicos de Irrigação Nacional, fonte 100, categoria econômica 3.

Em 31 de dezembro de 2014, os contratos da CHESF com a CELPE e com a COELBA foram efetivamente encerrados.

Em 11 de fevereiro de 2015, a CODEVASF emitiu o Ofício nº 050/2015/PR/GB, no qual informa sobre corte orçamentário que a levou a suspender compromissos associados aos perímetros irrigados em questão.

Em 4 de março de 2015, a CHESF reiterou a sua desoneração quanto à operação e manutenção dos respectivos perímetros irrigados, assim como quanto ao custeio da energia elétrica.

Em 27 de fevereiro de 2015, a CELPE emitiu carta COOP nº 0100/2015 à CODEVASF, informando o débito vencido do perímetro irrigado de Itaparica, em Pernambuco, e apresentou os aspectos legais que admitem o corte de energia pela inadimplência.

Em 19 de março de 2015, a CELPE encaminhou mensagem eletrônica ao Diretor Econômico-Financeiro da CHESF, comunicando a situação de inadimplência da CODEVASF junto à CELPE e à COELBA, solicitando apoio da CHESF, no sentido de adotar medidas para evitar os impactos negativos para todos os envolvidos, decorrentes de uma possível suspensão no fornecimento de energia elétrica pela falta de pagamento.

Em 23 de março de 2015, o Presidente da CELPE comunicou, por telefone, ao Diretor Econômico-Financeiro da CHESF que o corte do fornecimento de energia elétrica dos perímetros irrigados situados em Pernambuco e Bahia poderia ser efetuado a qualquer momento.

Em 25 de março de 2015, a COELBA e CELPE procederam ao corte no fornecimento de energia elétrica a todos esses perímetros irrigados, em Pernambuco e na Bahia, por falta de pagamento.

Os irrigantes e trabalhadores desses assentamentos têm conhecimento desse acordo celebrado entre a CHESF e o Governo Federal, através desses órgãos acima mencionados. E, quando tiveram a energia elétrica cortada, procuraram imediatamente a CODEVASF para resolver tal problema, o que somente foi atendido em razão do protesto realizado por esses trabalhadores rurais, na manhã dessa última sexta-feira, dia 27, quando bloquearam as BRs 428, 116 e 316, onde reivindicavam a religação imediata da energia elétrica cortada dos mencionados assentamentos – Brígida, Fulgêncio, Apolônio Sales, Icó-Mandantes, Rodelas, Glória, Pedra Branca, Curaçá e Abaré.

O Ministério da Integração Nacional fez acordos para o pagamento dos débitos da CODEVASF com a CELPE e a COELBA, conforme nota a seguir transcrita: "*O Ministério da Integração Nacional, em entendimento com a Casa Civil da Presidência da República, fez um acordo com a CELPE e a COELBA para religar a energia nos perímetros irrigados de Itaparica. A previsão é de que o fornecimento de energia seja restabelecido ainda hoje*". Quem assina é a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Integração Nacional.

Com essa nota do Ministério da Integração Nacional, não há mais dúvida de que a CODEVASF, enfim, assumiu definitivamente que é responsável por esse débito de mais de R$3 milhões da conta de energia elétrica nos perímetros de irrigação do São Francisco.

Cabe, agora, indagarmos desta tribuna, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quem vai arcar com os prejuízos dos milhares de pequenos irrigantes que tiveram o fornecimento de energia elétrica cortado durante 3 dias ininterruptos. E qual a garantia que têm esses trabalhadores de que esse e outros calotes serão honrados?

Concluímos, Sr. Presidente, dizendo à Sra. Presidente Dilma Rousseff que os investimentos que foram realizados nesses projetos de irrigação para os reassentados expulsos pela barragem de Itaparica: Brígida, Fulgêncio e Apolônio Sales, em Pernambuco, e Rodelas, Glória, Pedra Branca, Curaçá, Icó-Mandantes e Abaré, na Bahia, são menores que os gastos vergonhosos com carros-pipa, que não resolvem os problemas dos sertanejos atingidos pelas constantes secas no Nordeste brasileiro, ou que a roubalheira dos anões do Orçamento, dos graúdos do mensalão ou da quadrilha da Lava-Jato, na PETROBRAS.

Por fim, Sr. Presidente, caríssimos colegas Deputados e Deputadas, desejamos, neste momento, fazer um veemente apelo ao Governo da Presidente Dilma Rousseff e, em particular, ao Ministério da Integração Nacional e ao seu tão importante órgão de desenvolvimento do Vale do São Francisco, a CODEVASF, no sentido de que cumpram com os compromissos assumidos pelo Governo Federal, quando das desapropriações das terras desses assentados e de outros que ainda não foram assentados, a exemplo da construção de estradas e recuperação das estradas asfaltadas; da construção do centro de abastecimento; das escolas; dos postos de saúde; das áreas de lazer e, principalmente, do desassoreamento das terras irrigadas, dentre outras promessas não cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 92-A, de 2011, do Sr. Cláudio Puty e outros, que "acrescenta parágrafo ao art. 155 da Constituição" (estabelece a incidência de ICMS para exportação de bens minerais primários ou semi-elaborados) e apensada.
A Comissão será composta de 26 membros (vinte e seis) titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.
*Brasília, 30 de março de 2015. – **Eduardo Cunha**, Presidente da Câmara dos Deputados.*

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.927, de 2003, do Sr. Fernando de Fabinho, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, para isentar as empresas de transporte coletivo urbano municipal e Transporte Coletivo Urbano Alternativo da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE".
A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.
*Brasília, 30 de março de 2015. – **Eduardo Cunha**, Presidente da Câmara dos Deputados.*

Ato da Presidência

Nos termos inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.692, de 2013, do Sr. Sérgio Zveiter, que "dispõe sobre o monopólio da União na exploração das riquezas da Amazônia, com a criação do Conselho Nacional de Política da Amazônia e da Agência Nacional de Exploração dos Recursos Naturais da Amazônia, garantindo a proteção ao meio ambiente e a soberania nacional, e dá outras providências".
A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.
*Brasília, 30 de março de 2015. – **Eduardo Cunha**, Presidente da Câmara dos Deputados.*

Ato da Presidência

Nos termos inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.170, de 2013, do Sr. Silas Câmara, que "regulamenta as atividades de operador de Marketing Multinível no Brasil" e apensados.

A Comissão será composta de 26 (vinte e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.
Brasília, 30 de março de 2015. – ***Eduardo Cunha,*** *Presidente da Câmara dos Deputados.*

O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lobbe Neto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Com a palavra o Deputado Carlos Manato, do Solidariedade do Espírito Santo.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta segunda-feira, dia 30, comemoramos o Dia Internacional da Juventude – aproveito para parabenizar nossos jovens, em especial o jovem capixaba, pelo seu dia –, e é justamente hoje, Sr. Presidente, que vamos discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, que trata da diminuição da maioridade penal, da imputabilidade penal do maior de 16 anos.

Primeiramente, eu quero lembrar aos nobres colegas que essa matéria está tramitando na Câmara há 22 anos – e 22 anos é muito tempo, meus amigos!. A ela foram apensadas mais de 38 propostas sobre o tema e já passou a hora de esta Casa dar uma resposta.

Presidente, eu quero, em segunda instância, deixar registradas neste plenário algumas observações acerca da necessidade de se diminuir a maioridade penal. Se uma pessoa menor de 18 anos pode trabalhar, contratar, casar, roubar, matar, estuprar e votar, por que, então, não pode responder por seus crimes? Hoje uma pessoa com 16, 17 anos já é capaz de ter sua personalidade formada e ciência acurada do certo e do errado. Logo, colocar esses marginais na prisão com penas equivalentes aos crimes por eles cometidos não pode ser figurado como ato de maldade contra um inocente.

Outra questão, Sr. Presidente, é que todos sabemos que essas instituições que acolhem menores infratores não conseguem ressocializar seus detentos, os quais muitas vezes saem de lá e são promovidos para as cadeias comuns depois de adultos. Por isso são necessárias políticas públicas de ressocialização que efetivamente funcionem!

Sr. Presidente, quase 90% da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal. Em quase todo o mundo a maioridade penal é bem menos generosa que no Brasil.

O brasileiro está cansado de pagar impostos para que a sua segurança seja cada dia mais mitigada. Vivemos numa democracia, e a verdadeira vontade do povo é colocar esses criminosos atrás das grades.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta segunda feira, 30 de março, comemoramos o Dia Internacional da Juventude e eu aproveito para parabenizar nossos jovens, em especial os jovens capixabas, pelo seu dia. E é justamente hoje, Sr. Presidente, que discutimos a PEC 171/93, que trata da diminuição da maioridade penal, da imputabilidade penal do maior de 16 anos.

Primeiramente, eu quero lembrar aos nobres colegas que essa matéria está tramitando na Câmara há 22 anos! Vinte e dois anos é muito tempo, meus amigos. A ela foram apensadas mais 38 propostas sobre o tema e já passou da hora de esta Casa dar uma resposta à sociedade.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu quero, em segunda instância, deixar registrado neste plenário algumas observações acerca da necessidade da diminuição da maioridade penal.

Se uma pessoa, menor de 18 anos pode trabalhar, contratar, casar, matar, roubar, estuprar e votar, por que não pode então responder por seus crimes? Hoje, uma pessoa com 16 ou 17 anos já é capaz de ter sua personalidade formada, tendo ciência acurada do certo e do errado. Logo, colocar esses marginais na prisão com penas equivalentes aos crimes por eles cometidos não pode ser configurado como um ato de maldade para com um inocente.

Outra questão, Sr. Presidente, é que todos sabemos que essas instituições que acolhem menores infratores não conseguem ressocializar seus detentos, os quais muitas vezes saem de lá e são promovidos para as cadeias comuns depois de adultos. Para isso são necessárias políticas públicas de ressocialização que efetivamente funcionem!

A impunidade, senhoras e senhores, é o mais forte de todos os argumentos, pois o adolescente em conflito com a lei, ao saber que não receberá as mesmas penas de um adulto, não se inibe ao cometer mais atos infracionais. Isso alimenta a sensação de impunidade e gera crimes que jamais poderiam acontecer. Um "me-

nor de idade" sabe que, em função de sua idade, poderá cometer quantos delitos puder, sabendo que terá uma pena branda.

Sr. Presidente, quase 90% da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal. Em quase todo o mundo a maioridade penal é bem menos generosa que no Brasil.

Em países europeus como França, Itália e Alemanha, a maioridade penal é de 14 anos. Na Inglaterra é 10 anos. Não vamos muito longe, Sr. Presidente: no nossos vizinhos, a Argentina e Chile, aos 16 anos o indivíduo já responde por seus atos criminosos.

O brasileiro está cansado de pagar impostos para que a sua segurança seja cada dia mais mitigada, Sr. Presidente. Vivemos numa democracia e a verdadeira vontade do povo é colocar esses criminosos atrás das grades. Todos estamos cansados de pagar impostos para o Governo criar essas instituições que só aparecem na hora em que ocorre uma grande rebelião.

Muito obrigado.

O SR. SILAS CÂMARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o painel vai abrir ou não vai abrir? Não estou entendendo. Às 14 horas seria aberto o painel. O que houve?

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – A informação é de que o painel será aberto na hora da sessão extraordinária, por volta de 17 horas.

O SR. SILAS CÂMARA – Então, quer dizer que não haverá painel até às 17 horas?

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Até esse horário será só sessão de debates.

O SR. SILAS CÂMARA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Com a palavra o Deputado Cabuçu Borges.

O SR. CABUÇU BORGES (Bloco/PMDB-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, radiouvintes da *Rádio Câmara* e telespectadores da *TV Câmara*, uma boa tarde!

Estou aqui nesta tribuna hoje para manifestar a minha grande preocupação com os investimentos na cultura do nosso País. Na maioria dos países com políticas estruturadas de estímulo à cultura, o Estado incentiva o setor privado a patrocinar iniciativas na área, por meio da possibilidade de deduções fiscais.

Imaginemos que uma empresa que paga 25% de Imposto de Renda decida investir 100 em patrocínio. Ela terá uma dedução de 25, já que esse valor não será engolido pelo Imposto. O efeito é parecido quando nós pessoas físicas lançamos no nosso Imposto de Renda as despesas médicas ou com educação, por exemplo.

O Brasil, com o mecanismo do incentivo fiscal da Lei Rouanet, é, em tal cenário, um caso singular, pois há a possibilidade de 100% de dedução. Ou seja, a empresa que investe 100 em patrocínio terá um desconto dos mesmos 100 no seu imposto a pagar. Portanto, nada sairá do bolso da empresa. Assim, podemos dizer que existe uma ilusão criada pela Lei da Parceria Público-Privada para financiamento da cultura.

Todos os anos, chega ao Ministério da Cultura uma quantidade gigantesca de propostas que disputam a captação de recursos junto às empresas que pretendem investir no setor, através da renúncia fiscal. Muitas delas conseguem uma efetiva aprovação, só que, infelizmente, em média, apenas 20% conseguem sucesso na sua arrecadação.

Eu tenho como exemplo, enquanto Presidente de uma escola de samba do Amapá, o fato de que, por duas vezes, conseguimos aprovar projetos através da Lei Rouanet, mas em nenhuma das vezes conseguimos fazer a devida arrecadação.

O mais triste dessa corrida, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é que praticamente a totalidade dessa renúncia fica com os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e sua distribuição ocorre quase sempre para os mesmos proponentes, os que dão melhor retorno de imagem às empresas.

Não estou aqui fazendo juízo de valor. Sei que não é culpa das empresas, e sim do próprio mecanismo. A arrecadação da Lei Rouanet corresponde hoje a 80% dos recursos destinados a financiar as atividades culturais do Brasil. E com essa aparente parceria público-privada, com a empresa decidindo onde serão aplicados os recursos, cria-se, na verdade, uma privatização de recursos públicos para assim construir a imagem de empresas altamente lucrativas.

Sr. Presidente, temos que buscar uma distribuição mais justa e mais isonômica dos recursos, buscar o financiamento da cultura em todo o território nacional, principalmente no meu Estado, o Estado do Amapá, que tem uma riqueza cultural singular. Assim atenderemos a cultura em todas as suas mais diversas áreas.

O projeto PROCULTURA, que hoje espera apreciação pelo Senado Federal, parece-me o início de melhores dias para essa igualdade, e também, além das leis de incentivo, o Estado, o Congresso Nacional, todos nós devemos ter o papel de criar novas diretrizes para que as empresas possam contribuir mais com o setor, contemplando os interesses de todos e favorecendo a igualdade de oportunidades, evitando assim a concen-

tração na distribuição dos recursos. Achar esse caminho de participação conjunta, colaborativa e benéfica é o melhor para a cultura do Brasil.

Eu espero, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado em todos os meios de comunicação desta Casa, e agradeço a Deus por mais este momento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Com a palavra o Deputado Leônidas Cristino, do PROS do Ceará.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PROS-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história de uma cidade, com o registro material e imaterial deixado pelos habitantes que construíram a sua existência ao longo do tempo – arquitetura, edificações, traçado urbanístico, cultura e costumes –, constitui um referencial que honra as gerações que lhe sucederam. A preservação do patrimônio histórico, que dá identidade coletiva e memória a uma sociedade, é um bem cultural e civilizatório que fortalece a cidadania e promove a autoestima da população. O Centro Histórico de Sobral, incorporado ao conjunto de bens do País declarados como patrimônio nacional desde o ano 2000, é um exemplo de bom resultado de um trabalho continuado da Prefeitura Municipal ao longo dos mandatos de três Prefeitos.

Iniciada em 2000, ainda na primeira gestão do Prefeito Cid Gomes, que se estendeu até 2004, com a sua reeleição, a obra teve continuidade quando eu fui Prefeito de 2005 a 2010. Em seguida, quando deixei a Prefeitura e fui para a Secretaria de Portos da Presidência da República, o então Vice-Prefeito, Clodoveu Arruda, assumiu o cargo de Prefeito e manteve o curso das obras. Esse compromisso é assegurado até hoje, depois de ele ter renovado o mandato, elegendo-se Prefeito em 2012.

Sr. Presidente, o Centro Histórico de Sobral, declarado como Patrimônio Nacional pelo Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é um conjunto com 443.524 metros quadrados e mais de 1.200 prédios tombados, que datam dos séculos XVIII, XIX e XX. São edificações que contam a história econômica e social da cidade, exemplos do apogeu da sociedade iniciada como Vila Distinta e Real de Sobral, em 1773, erguidas ao longo do Ciclo do Gado, Ciclo Comercial, Ciclo do Algodão e Ciclo Industrial.

A história nos contempla neste conjunto arquitetônico e urbanístico preservado com seus bens culturais, materiais e imateriais. Impressionam os sobrados e os casarões com detalhes greco-romanos nas fachadas, as igrejas seculares, algumas construídas por escravos, o pelourinho, as praças, o Museu Dom José de Arte Sacra e o Teatro São João.

Sobral faz parte da história da ciência, pois recebeu em 1919 a Expedição Britânica do Eclipse Solar, que realizou, numa praça da cidade, a comprovação da Teoria da Relatividade de Albert Einstein. Experimento similar foi realizado então na Ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe, na costa da África, por equipe da Expedição Britânica. Nos dois locais, escolhidos em função da sua posição geográfica, foi constatada a curva sofrida pela luz ao chegar à Terra. Em homenagem a esse marco científico, existem um monumento e o Museu do Eclipse na Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio.

A declaração de patrimônio nacional foi uma conquista coletiva, com a participação da Prefeitura e de diversas organizações da sociedade sobralense, em abaixo-assinado com mais de 2.500 assinaturas.

Em nossa gestão, a Prefeitura realizou as obras de drenagem e saneamento, promoveu a readequação da fachada dos prédios comerciais e reconstruiu praças na área do Centro Histórico, devolvendo-lhes as características dos projetos originais.

São exemplos dessas obras de requalificação a Praça Doutor José Saboya (Praça da Coluna da Hora); Praça Deputado Francisco Monte (Largo de São Francisco e Santa Clara); Praça Doutor Antônio Ibiapina (Praça do Teatro São João); Praças Monsenhor Linhares e 5 de Julho (Largo do Rosário) e Praça Quirino Rodrigues (Praça do Abrigo).

As obras de infraestrutura nesse conjunto urbanístico, algumas ainda estão em curso, também contam com parcerias importantes como do Governo do Ceará, Governo Federal, Secretaria Estadual da Cultura, Ministério da Cultura, IPHAN, Diocese de Sobral, Universidade Estadual Vale do Acaraú e entidades de classe no Município. Merece destaque, também, o apoio do Ministério do Planejamento com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que beneficiou Sobral com o programa específico para cidades históricas.

Sr. Presidente, prédios históricos foram reformados, praças restauradas e foi dada identidade visual para sinalizar o espaço a visitação. Está em andamento o alargamento das calçadas em até 3 metros de largura com acessibilidade para deficientes – rampas de acesso para cadeirantes e piso táctil para cegos.

Todo cabeamento elétrico, telefônico e de dados está sendo enterrado em dutos, importante obra que eliminará a fiação aérea que polui a visão do conjunto histórico. Restarão apenas postes de iluminação pública com luminárias estilizadas.

O asfalto, imperiosa presença do modelo urbanístico atual centrado no automóvel, que constituía o principal item destoante do período histórico do centro da cidade, também começou a ser removido. Bloquetes

de cimento estão substituindo o asfalto em toda área do centro histórico, elemento atenuante do calor e que se harmoniza com os prédios históricos no acolhimento do cidadão – local ou turista – que circula no espaço restaurado com novos significados da cidadania, identidade, memória e autoestima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Lincoln Portela, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR, conforme o art. 89, combinado com o § 1º do art. 66 do Regimento Interno.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Lobbe Neto, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui, mais uma vez, falar sobre segurança pública e lamentar o homicídio, o assassinato do Pastor Flaviano Ferreira Costa, homem de 37 anos, 1,90 metro de estatura, um doce de pessoa, um *gentleman*, um homem sério, esposo de Carla Gisele Batista, que é uma das líderes da Rede de Mulheres da igreja onde eu pastoreio, a Igreja Batista Solidária, da Convenção Batista Nacional, uma igreja local que tem 56 anos de idade.

O Pastor Flaviano, ao entrar na garagem de sua casa, foi abordado por três facínoras que imediatamente o balearam, talvez preocupados com a sua estatura, achando que ele fosse reagir. Mais um homem de bem é morto, assassinado no Brasil.

Eu estou há 16 anos nesta Casa, completando 17 anos, falando dos crimes. Não adianta falar que temos crises hídricas, que temos crises no Brasil, crise de água, crise de luz, crise econômica. Nosso problema não está nisso. Nosso problema é muito mais sério, é muito mais grave.

A violência não começou no Governo Dilma Rousseff, não começou no Governo Lula. Ela passou pelo Governo Dilma Rousseff, pelo Governo Lula, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, pelo Governo Itamar Franco, pelo Governo Collor, pelo Governo Sarney. Não pensem os senhores e as senhoras de plantão que eu estou aqui para falar mal deste Governo. Eu estou aqui para dizer que nenhum desses Governos teve a coragem de fazer o enfrentamento da violência como deve ser feito.

Quarenta mil pessoas desaparecem por ano no Brasil. Em média, 55 mil morrem por homicídio por ano no Brasil. O SUS divulga uma média de 8 a 10 mil pessoas assassinadas, mortas por homicídio. As mortes são consideradas sem causa, mas são homicídios.

As fronteiras brasileiras estão abertas para tráfico de órgãos, para tráfico de drogas, para tráfico de seres humanos, para tráfico de armas. Não temos ciclo completo de polícias. Precisamos resolver a questão das polícias no Brasil, a questão salarial das polícias do Brasil.

Vejam bem: o adicional de fronteira foi votado e aprovado nesta Casa, aprovado no Senado Federal, sancionado pela Presidente da República, e até hoje os policiais federais continuam sem recebê-lo.

Quanto ao adicional noturno, temos a PEC de autoria do Deputado Vicentinho, do PT. Eu fui Presidente da Comissão que emitiu parecer sobre essa PEC, e não conseguimos votar o adicional noturno. Não conseguimos votar ainda matérias extremamente importantes para contermos essa cultura de violência no Brasil. O Brasil precisa de cultura de paz. Senhoras e senhores, enquanto não trabalharmos uma cultura de paz, continuaremos violentos.

Esta semana – eu disse agora, há alguns minutos –, um facínora de 15 anos de idade, facínora, mau caráter, bandido, de 15 anos, vestido ainda com a camisa da Seleção Brasileira, assassinou o disciplinário do seu colégio com um tiro na testa, no meio da testa! É um facínora!

Nós temos que resolver essas questões do Brasil. Não dá mais para continuar. Há, ainda, uma média de 50 mil mortos no trânsito por ano. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA mostra que temos pelo menos 300 mil internações por ano nos hospitais brasileiros por causa de acidentes cometidos no trânsito.

Sou membro da CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, que trata dos assuntos penitenciários e prisionais brasileiros, uma CPI que já aconteceu nesta Casa. Nós precisamos imediatamente votar a PEC 308. A Polícia Penal já está aqui em Brasília. Os agentes penitenciários já estão aqui. Ora, precisamos resolver essa questão, criar uma Polícia Penal devidamente consciente, treinada, para fazer a custódia dos presos, para conduzi-los às delegacias, aos fóruns. Precisamos, então, qualificar esses homens para a Polícia Penal.

Para concluir, nesses 30 segundos, Sr. Presidente, eu quero dizer que o Ministério Público tem feito TACs – Termos de Ajustamento de Conduta, para que esses homens sejam efetivados via concurso. Agora, às vezes, nós demitimos 6 mil homens que estão no sistema penal ou são agentes penitenciários que não têm para onde ir. O que esses homens, que estão há 13 anos, 14 anos no sistema penal, vão fazer?

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Conclua, Sr. Deputado.

O SR. LINCOLN PORTELA – Obrigado. Precisamos do concurso, sim. Precisamos que haja o TAC, sim, com o Ministério Público, mas não podemos deixar esses homens competentes e capacitados à mercê da injustiça social. É preciso que o Brasil, os Estados, os Municípios, a União possamos acordar para o estado de violência desenfreada que o Brasil vive.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Dando sequência ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Hélio Leite, do DEM do Pará.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com certeza absoluta, estou aqui remetido por centenas de pessoas do meu Estado que comungam do pensamento de que nós podemos, juntos, melhorar as condições de vida daquele Estado, daquela Região e do País.

Venho à tribuna hoje para falar de educação, necessidade grande e importante. Eu tenho ouvido falar muito nesta Casa sobre segurança pública, sobre a questão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, sobre a efetivação da Lei do Menor. Mas é importante também que nós possamos, aqui nesta Casa, fazer um debate diferenciado, pensar na educação, pensar em como dar oportunidades à juventude que aí está, para que possa fazer cursos, para que possa, cada vez mais, galgar aquilo que é importante, que é o conhecimento.

Eu venho a esta Casa hoje para falar do Pará, para falar de educação, mas também para falar de Santa Izabel, uma cidade grande que tem 60 mil habitantes e precisa, cada vez mais, da ação do Governo do Estado e do Governo Federal. Eu venho aqui hoje para pedir ao Governador do Estado que faça um *campus* da Universidade do Estado do Pará – UEPA em Santa Izabel do Pará, para nos dar condição de fazer crescer aquela cidade, que é uma potência da nossa região, da zona metropolitana de Belém, que tem crescido cada vez mais.

É preciso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é necessário, sim, buscar a implantação desse *campus*, para que possa crescer aquela cidade, haja vista que só Santa Izabel tem 60 mil habitantes, mas o entorno de Santa Izabel tem 15 cidades que precisam também que seus filhos tenham acesso à educação.

Eu sei da importância da UEPA no Estado do Pará, sei o que representa para cada um de nós. A UEPA, que tem feito um trabalho excelente no nosso Estado, tem dado a oportunidade para que o jovem da escola pública possa ter o sonho – e realizá-lo – de ter um curso profissional.

É preciso, Sr. Presidente, que nós possamos avançar cada vez mais. E a população de Santa Izabel, que tem o Colégio Antonio Lemos, uma grande referência educacional no Estado do Pará, poderia utilizar aquele espaço, para criar a UEPA, Universidade que não vai atender só Santa Izabel, mas também outros 15 Municípios daquela região.

Eu estou aqui porque conversei com os Vereadores da cidade, com as lideranças da cidade e com o povo daquela região. Mas sou apenas um transmissor desse pleito, que representa a vontade da população de Santa Izabel.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, com certeza absoluta, o aparato é cada vez mais avançado. Nós queremos buscar aquilo que é importante. Na próxima semana, estarei nesta tribuna apresentando um projeto, falando daquilo que é importante, a exemplo do que ocorre em Serra Pelada, onde existe um caos social, onde várias famílias – mais de 10 mil pessoas – ainda mantêm viva a esperança de receber o dinheiro daquele grande garimpo.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, venho mais uma vez à tribuna desta Casa pedir o apoio das autoridades do Estado do Pará, em particular do Governador, Simão Jatene, para que seja implantado no Município de Santa Izabel um *campus* da Universidade do Estado do Pará (UEPA). O objetivo desse projeto é suprir duas das principais demandas do Município e região: a falta de profissionais capacitados e a carência de professores. Com mais de 59 mil habitantes, o Município faz parte da Região Metropolitana de Belém, distante 40 quilômetros da Capital.

Com a missão de contribuir para o desenvolvimento e modernização do Estado, a Universidade do Estado do Pará (UEPA) foi criada há 19 anos, com característica *multicampi*. Nascida da fusão de faculdades estaduais, tem em sua estrutura organizacional os Centros de Saúde, Educação e Tecnologia. Apesar de a instituição ser uma das mais importantes universidades do Pará e estar presente em 15 Municípios do interior, na Região Metropolitana ainda se encontra restrita ao *campus* da Capital.

Nesse sentido, a implantação de um *campus* da UEPA em Santa Izabel é fundamental para o processo de desenvolvimento do Município e de Municípios vizinhos, uma vez que propicia o surgimento de novos talentos e formação de mão de obra especializada. Além disso, possibilita também o fortalecimento da Universidade enquanto instituição pública, diante do quadro de mudanças voltadas às novas dinâmicas globais.

Para que a Universidade do Estado do Pará chegue a mais um Município paraense e possa atender a demanda do número de estudantes egressos do ensino médio, principalmente os de baixa renda, que enfrentam dificuldades financeiras para custearem o deslocamento até a Capital, é preciso apoio de todas as instituições envolvidas e vontade política para que esse sonho se torne realidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Concedo a palavra ao Deputado Izalci, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta semana nós deveremos assistir à posse do novo Ministro da Educação. Espero que a troca do Ministro possa, de fato, resolver definitivamente a questão dos programas educacionais, porque, de fato, o que aconteceu com o FIES e com o PRONATEC foram coisas absurdas, as quais demonstram uma total irresponsabilidade, incompetência, falta de compromisso com a sociedade e demonstram, de fato, um estelionato eleitoral.

Na sexta-feira eu ouvi aqui Deputados da base dizendo que o que está acontecendo com o FIES é uma reestruturação, é uma organização. Isso é conversa fiada. O que aconteceu com o FIES foram promessas feitas durante a campanha que o Governo agora não quer cumprir, inclusive atacando coisas que são fundamentais para o País: o contrato e o direito adquirido.

É impossível admitir-se, neste momento, que o Governo diga a um aluno que se matriculou para realizar o sonho de fazer uma faculdade, agora, no meio do curso, que não tem dinheiro. Aquele compromisso de pagar as instituições mês a mês precisa ser honrado, porque o ano tem 12 meses e, consequentemente, tem-se que pagar em 12 parcelas. Mas o Governo agora quer pagar em 8 parcelas e jogar as 4 restantes para daqui a 2 anos, 3 anos. Quem é que paga essa conta?

A folha de pagamento tem que ser paga mensalmente. A conta de luz, que já chegou com um aumento de quase 25%, tem que ser paga. A energia tem que ser paga. E aí, o que acontece? O combustível teve também um aumento muito grande. E o Governo vem, com a cara de pau, e diz o seguinte: *"Olha, quem aumentou mais de 4,5% não pode renovar o contrato".* Depois, como se estivesse fazendo um favor, passou para 6,4%. Mas ele esquece que o aluno não tem o controle do preço. Se o aluno muda da faculdade, ele não tem o controle daquele preço. E aí vem o Governo criando esses problemas todos.

E o mais grave não é isso. O mais grave é que os alunos até hoje não conseguem acessar o *site* do MEC. O MEC garantiu aqui, através do Ministro interino, que 1 milhão e 900 mil alunos teriam seus financiamentos renovados e que haveria mais 200 mil novos alunos financiados. Conversa! Vejam o Orçamento! O Orçamento ainda não foi contingenciado e já não dá para pagar o número atual de alunos. E não dá porque o reajuste foi maior do que o adicional que foi colocado no Orçamento, de 100 milhões, o que não significa absolutamente nada.

Então, eu espero que, com esse novo Ministro, as coisas voltem à normalidade e que não façam contingenciamento com nenhum recurso do FIES.

Com o PRONATEC houve a mesma coisa. Nós aprovamos o PRONATEC aqui nesta Casa, inclusive o estendendo para o Sistema S e para as universidades privadas. E há faculdades hoje, instituições, que não recebem desde novembro. Não recebem! O Governo, que é um caloteiro nato, por falta de planejamento, por falta de responsabilidade, utilizou o PRONATEC e o FIES durante a campanha. Agora, não tem mais compromisso.

Então, Sr. Presidente, eu espero que não haja contingenciamento na educação e que a gente possa voltar à normalidade para atender aos milhões de alunos que estão desistindo do seu sonho de fazer uma faculdade.

Mas quero aqui também, Sr. Presidente, aproveitar o tempo para dizer o seguinte: amanhã, de uma forma especial, ouviremos, na CPI da PETROBRAS, o Sr. Glauco Legatti, ex-Gerente de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima. Alguém pode dizer: *"Mas um ex-gerente?"* É, um ex-gerente, tal como Pedro Barusco. E só ele devolveu à PETROBRAS 100 milhões de dólares, mais de 300 milhões de reais!

Quem não assistiu aqui ao depoimento da Graça Foster pode ler nas notas taquigráficas e perceber, claramente, que a Presidente Graça Foster foi utilizada, foi usada pelo Governo, em função da sua credibilidade como servidora, como funcionária da PETROBRAS. Acredito que tanto o Governo da Presidenta Dilma quanto o do ex-Presidente Lula usaram o prestígio dela para poder segurar aquilo que estava acontecendo na PETROBRAS. Isso ficou muito claro. Ela mesma confessou que foi uma má gestora. E foi mesmo. Ela estava na hora errada, no dia errado, fazendo a coisa errada. E ela assim confessou. Alguém perguntou se esse novo Presidente da PETROBRAS poderia resgatar a credibilidade da empresa. Ela disse que sim, pois há momentos em que é hora de financista, há momentos em que é hora de engenheiro. E aí eu disse a ela que naquele momento que ela assumiu não era hora de engenheiro; era hora da Polícia Federal ou de um bom gestor.

E ela confessou. Quando recebeu a denúncia de Venina, a primeira coisa que ela fez foi entregar para o Paulo Roberto Costa, que era o chefe dela. Ora, isso contraria tudo o que há de boa gestão. Ela tinha que entregar para a Corregedoria, para a Polícia Federal, para alguém apurar. Mas não, entregou a denúncia para o chefe, que imediatamente passou, de fato, a persegui-la, inclusive mandando-a para Singapura.

Da mesma forma, diferentemente do que disse no Senado – e que está nas notas taquigráficas –, agora ela diz que o aumento de preço da Abreu e Lima, de 2,5 bilhões para 18 bilhões, deve-se aos contratos, ao projeto básico malfeito. Ora, se o projeto básico estava malfeito, caberia a ela, como Presidente, e à Presidenta Dilma, como Presidente do Conselho, mudar, melhorar, corrigir. Mas não. Só durante 8 meses do seu mandato

de Presidente, em 2013, foram assinados 63 aditivos, algumas empresas com 15, 18, 20 aditivos, a mesma empresa. E foram aditivos de bilhões! Não estou falando aqui em milhões, não, foram bilhões.

E aí o PT descobriu a fórmula. Como é que nós podemos meter a mão no dinheiro público? Palestras, consultoria, empresas fantasmas. Agora, está aí. Nós vamos chamar o Sr. Antonio Palocci, que pegou 2 milhões para a campanha da Presidente Dilma e agora aparece com 100 milhões em consultoria – 100 milhões! Renato Duque também tem empresa de consultoria; José Dirceu tem empresa de consultoria e, inclusive, recebeu alguns milhões no período em que estava preso. Que eu saiba, Deputado Alberto Fraga, na Papuda não se usa Internet. Não dá para fazer consultoria a distância, mas houve faturamento nesse período. Então, está chegando a hora. Está chegando à rainha e vai chegar também ao rei. É questão de momento.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

A SRA. ALICE PORTUGAL – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Reclamação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Lobbe Neto, é regimental que os Líderes possam falar a qualquer tempo, em qualquer momento da sessão. Portanto, V.Exa. acaba de atuar completamente dentro do Regimento. No entanto, há um protocolo, um ritual nesta Casa que vige há muitos anos. Este é o período para os Deputados falarem, tanto nas Breves Comunicações como no Pequeno Expediente.

Na verdade, quando os Líderes ocupam este período, com o seu direito de 10 minutos para falar, a grande maioria dos Deputados que vêm cedo para cá se inscrever ficam sem oportunidade. Além do mais, regimentalmente, quem não se pronunciou hoje, no Pequeno Expediente, só terá essa possibilidade daqui a cinco sessões, quando o sorteio acontecerá de novo.

Realmente, eu quero apelar, até para um regramento de procedimento, para que possamos voltar à conduta anterior. Os Líderes falam na Ordem do Dia, até porque, gastando seu tempo agora, como o PSDB acaba de fazê-lo...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Só perde a fala, durante cinco sessões, aquele que falou. A quem não falou está assegurada a fala.

Agora está na hora do Grande Expediente e vou chamar o Deputado Pedro Vilela, de Alagoas.

A SRA. ALICE PORTUGAL – Estou terminando minha reclamação, Sr. Presidente, solicitando que façamos esse pacto com a Mesa para que os Deputados possam falar neste período e os Srs. Líderes no período da Ordem do Dia.

O SR. IZALCI – Sr. Presidente, o Regimento...

A SRA. ALICE PORTUGAL – Essa é uma proposta de protocolo, Sr. Presidente. O Regimento eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Entendi. Nós vamos levar essa proposta à Mesa Diretora.

Obrigado, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. JHC – Sr. Presidente, permita-me fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Pois não, Deputado.

O SR. JHC (SD-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é comemorado o Dia Mundial da Juventude, que foi instituído pelo Papa João Paulo II, em 1985.

Nós queremos registrar nesta Casa que protocolamos um projeto de resolução para criar a Secretaria da Juventude. Nós temos 27 Deputados com menos de 30 anos. E é importante, para nós planejarmos o futuro deste País, que a juventude brasileira possa ter voz nesta Casa também.

Então, eu gostaria de deixar para a juventude brasileira a nossa expectativa de boas novas neste mandato.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, por me deixar fazer esse registro à juventude brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Beto Rosado, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

O SR. BETO ROSADO (Bloco/PP-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em 2011, foi criado o Plano Brasil Maior, com o objetivo de incentivar alguns segmentos econômicos. Foi então introduzida uma nova modalidade no cálculo de pagamento do INSS patronal, visando a desoneração na folha de pagamento para as empresas de *call center*, estabelecendo uma alíquota de 2% sobre o faturamento bruto. No final de 2014, essa medida foi tornada permanente, balizando as decisões de investimentos e consolidando o crescimento no setor de *call center* no País.

Hoje, a proposta do Governo, através do PL 863, de 2015, é de elevar o valor da alíquota de 2% para 4,5%. Com essa alteração, os investimentos do setor estarão comprometidos, colocando em risco a manutenção e geração de empregos formais para centenas de milhares de trabalhadores. São 70 mil postos de trabalho que podem ser comprometidos com essa medida do Governo Federal. A Associação Brasileira de Telesserviços é quem dá esses dados.

A Emenda nº 22, que apresento nesta Casa, tem o objetivo de manter o valor da alíquota em 2%, garantindo a manutenção desses empregos e rendas para milhares de trabalhadores.

O setor de *call center* gera 463 mil empregos diretos e formais no País. Na minha cidade, Mossoró, no Rio Grande do Norte, a empresa do setor de *call center* A&C foi instalada em 2013 e iniciou suas atividades, gerando 2 mil empregos diretos. E agora, em 2015, são 5 mil empregos gerados diretamente através dessa empresa. Destaco aqui, segundo os dados do setor, que aproximadamente 50% são funcionários jovens, com até 25 anos de idade, que estão iniciando no mercado de trabalho; são 70% representados por mulheres e 50% por pessoas que estão na sua primeira oportunidade de emprego. Além disso, a carga horária de 6 horas diárias – são 36 horas semanais – facilita aos profissionais do setor conciliar sua jornada de trabalho com os estudos, criando diversas parcerias entre a empresa e as universidades.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é justificável que, no Nordeste, um Estado que precisa de um reforço do País tenha essa facilidade, através da redução dessa alíquota, voltando para o seu valor inicial de 2%. É justificável que esse setor mereça apoio do Governo brasileiro para continuar alavancando o desenvolvimento, principalmente na Região Nordeste, onde as oportunidades de emprego são menores do que em outras Regiões do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Vilela, do PSDB de Alagoas.

O SR. PEDRO VILELA (PSDB-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras, estou honrado com a oportunidade de dar os primeiros passos nos meses iniciais desta Legislatura, ocupando, pela primeira vez, a tribuna do Grande Expediente, espaço nobre do Parlamento brasileiro. Registro, antes de qualquer outra manifestação, que chego a esta Casa, para o meu mandato inaugural, consciente da minha alta responsabilidade.

Não poderia deixar de lembrar aqui os exemplos inspiradores que me movem e me trouxeram, não sem razão, para a política: o grande brasileiro Teotônio Vilela, meu avô; e o ex-Senador e ex-Governador Teotônio Vilela Filho, que entregou tantos anos de sua vida pública à militância no Congresso Nacional, até governar o seu Estado, Alagoas, por dois mandatos consecutivos, concluídos recentemente, no último ano de 2014.

Deles carrego lições definitivas, que estão atualíssimas e, tenho certeza, cabem bem neste momento difícil da vida nacional. A primeira e a mais importante é que não há nenhum caminho para o futuro sem democracia e liberdade.

Sabemos bem o quanto nos custou a longa noite de 20 anos de ditadura e os sacrifícios enormes realizados para garantir que a redemocratização tivesse seu curso e se consolidasse, para sermos, então, a grande democracia que somos hoje.

Portanto, Srs. Deputados, é nosso dever permanecermos atentos e vigilantes, para que prevaleça, acima de qualquer outra causa, o pleno Estado de Direito e as garantias essenciais dos cidadãos.

Aos menos avisados esta pode parecer uma tese quase esdrúxula, tendo em vista a inequívoca maturidade de nossas instituições. No entanto, os senhores sabem, somos ainda uma jovem democracia e não têm sido poucas as tentações autoritárias neste trecho da nossa história contemporânea.

Teses como o controle social da imprensa ou o questionamento das prerrogativas do Ministério Público, por exemplo, transitaram por longo período neste Parlamento e vão e vêm, travestidas, às vezes, de embalagem nova. Sob os auspícios dos argumentos da crise de governança, aí estão direitos até então inalienáveis dos trabalhadores sendo alterados, sem qualquer constrangimento.

A segunda lição que aprendi em casa, com os nossos, é que continuamos portadores de uma gigantesca dívida social para com os brasileiros. Vejam as senhoras e os senhores que, depois de termos inaugurado uma expressiva rede de proteção social no País, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e , depois, com o Presidente Lula, a termos expandido e aprofundado, registramos hoje a estagnação da pobreza extrema no País.

Paramos de avançar, de repente, Sr. Presidente. Hoje, questionamos até mesmo a percepção da realidade, imposta pela farta propaganda oficial, de que milhões de brasileiros deixaram a miséria. Visto que a totalidade

deles teve renda decrescida com a alta do dólar, está claro que o Governo faz vista grossa para o fato de já não mais conseguir manter sequer o patamar de renda mínima parametrizado pela ONU.

Na prática, e na realidade, Sr. Presidente, o Governo Federal já não consegue garantir 1,25 dólar/dia, fronteira que determina a pobreza extrema. Esse valor representaria, neste cenário, um benefício de 120 reais do Bolsa Família, e não os 77 reais atuais, cerca de 40% abaixo do patamar.

Agrava tudo isso o fato de o Brasil manter intocada uma visão meramente monetarista sobre o nosso principal desafio social.

Ignora-se, Sr. Presidente, solenemente a inexistência dos demais mínimos sociais, como habitação, saneamento, acesso à saúde, mobilidade, empregabilidade, educação, entre tantos outros itens básicos para a sobrevivência de uma família.

Noutro campo, não é menos preocupante, Srs. Deputados, que, após anos de queda consistente, a mancha vergonhosa do analfabetismo também tenha se estagnado, e permaneça, sem solução, o volume imenso de analfabetos funcionais existentes no País, aqueles que praticamente se limitam apenas a escrever o nome. A verdade é que quase nada avançamos nos *rankings* internacionais de qualidade da educação. Os dados estão aí para quem quiser observar.

E o que falar, então, da segurança? Vivemos o caos, uma autêntica convulsão. Morrem hoje mais brasileiros vítimas da criminalidade violenta do que nas guerras ao redor do mundo. O quadro agravou-se nos últimos anos de forma inacreditável. Isso ocorreu porque os Estados acabaram abandonados à sua própria sorte, sem recursos para prover a segurança pública.

Neste campo, o Governo Federal simplesmente cruzou os braços, escorado no preceito constitucional de que segurança pública é dever dos Estados e não da União, uma verdadeira atitude de omissão do atual Governo.

Doze anos depois, só agora, na campanha de 2014, uma visão diferente se impôs ao governismo, tardiamente. Neste campo, outras contradições tornam a questão da fragilidade institucional da Federação ainda mais calamitosa. Vejam bem o exemplo de Alagoas: apesar de ser o Estado mais pobre do Brasil, Alagoas continua sendo o que mais compromete suas parcas receitas com o pagamento da dívida com a União.

Não sei dizer, sinceramente, quantas e quantas reuniões realizou aqui, em Brasília, no Governo e no Congresso Nacional, o então Governador Teotônio Vilela Filho, em busca da troca de indicadores e de uma renegociação decente, pois até hoje este é assunto ainda sem solução. E, até hoje, Alagoas continua pagando, de forma injusta, mais de 50 milhões de reais por mês pelos serviços da dívida, que poderiam estar garantindo mais segurança, mais saúde e mais educação para a população alagoana.

As apreensões gerais que permanecem sobre a paisagem social brasileira agravam-se ainda mais, Sr. Presidente, quando somamos a elas o desarranjo econômico em vigor no País, porque acho que todos concordamos com o fato de que já se foi o tempo em que se limitava às políticas sociais a tarefa crucial da habilitação da cidadania plena.

Acredito que nem mesmo os mais apaixonados pelas razões do Estado e o estatismo ignoram os ganhos estruturais decorrentes do processo de crescimento sustentado e sustentável.

Pois bem, corremos o risco de alcançar uma taxa de crescimento praticamente nula nestes 3 anos, até 2015. Somente em três momentos da história assistimos a uma tragédia similar: na quebra da Bolsa em 1929, na crise da dívida externa nos anos 80 e, depois, na vigência da desastrosa política econômica do início dos anos 90.

As circunstâncias atuais não mostram mais apenas riscos. Já estamos perdendo preciosas ocupações, depois de ver desaparecer os melhores empregos gerados pela derrocada da indústria da transformação nacional, vítima da dramática desindustrialização em curso. Observamos que somos a 7ª economia do mundo, mas apenas o 95º lugar em renda *per capita*.

Os empregos que geramos têm média salarial que não ultrapassa dois salários mínimos, quando não um e meio, pois estamos caminhando para ver ruir o pleno emprego de dois mínimos.

A esta altura, em sã consciência, já não cabe mais pendurar, confortavelmente, todas as agruras nacionais nos efeitos da crise internacional, quando assistimos, no mundo – e V.Exas são testemunhas disso –, países que estiveram engolfados no epicentro da crise já a terem literalmente vencido.

A questão que parece cada vez mais crucial é que pagamos o alto preço por um governo sem projeto. Não há um projeto de país, apenas um projeto de poder.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Deputado Daniel Coelho.

O Sr. Daniel Coelho – Deputado Pedro Vilela, primeiro, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento que faz hoje aqui, com muito conteúdo, trazendo dados, fazendo uma discussão de um Deputado oposicionista, mas com conteúdo. V.Exa. não agride o Governo, simplesmente mostra o que está fazendo. Então, V.Exa. está de parabéns, e isso não me surpreende, porque eu estou convivendo com o seu trabalho desde o início deste mandato. E, sem nenhuma dúvida, V.Exa. é uma das grandes surpresas positivas deste Congres-

so para esta nova Legislatura, representando muito bem o povo do seu Estado, o povo de Alagoas. É verdade o que V.Exa. diz: esse Governo que aí está é um desastre. Nós temos um governo que traz a todo o momento medidas de um chamado ajuste a esta Casa, mas é um ajuste sempre para prejudicar a classe média, o trabalhador, a população mais pobre, para poder tirar dinheiro do bolso do povo. Em nenhum momento vejo chegar a esta Casa, Deputado, um projeto ou qualquer iniciativa do Governo para diminuir o seu custeio, para diminuir a sua quantidade de Ministérios. O Brasil, com 39 Ministérios, tem mais Ministros do que a soma dos Estados Unidos com a Alemanha. Enquanto o Brasil tem 39 Ministros, os Estados Unidos têm 15, a Alemanha tem 14, os países vizinhos ao nosso, como a Argentina, têm 15, o Chile, 22. Não se justifica esse custeio do Estado que nós apresentamos aqui, e uma conta cada vez mais sendo sempre colocada a ser paga pelo povo. V.Exa. está de parabéns. Continue não só o pronunciamento, mas o seu mandato com muita altivez, cobrando as promessas do Governo Federal e defendendo tão bem o povo de Alagoas.

O SR. PEDRO VILELA – Muito obrigado, Deputado Daniel Coelho. Tem sido uma grande experiência, bastante enriquecedora, o convívio com V.Exa. aqui neste Parlamento.

Como eu ia dizendo, Sr. Presidente, não há um projeto de país, apenas um projeto de poder, e um projeto de poder arruinado pela própria arrogância e conveniência de seus interesses. Esse é um governo que faz o que quer, como quer, quando quer. No zigue-zague das canetadas aleatórias de um neointervencionismo crônico, o Governo perdeu credibilidade, e o País, a confiança.

Inúmeros exemplos aí estão justificando a fuga de investimentos e a paralisia da economia. O intervencionismo no setor elétrico é só um deles, ainda que absolutamente grave e com consequências óbvias para o Brasil. E nós sabemos quem afinal está pagando essa conta.

Certo é que a farra dos gastos públicos, o nível quase inexistente de investimentos e a corrupção incrustada em todo o Governo nos levaram a uma posição inimaginável.

A crise é econômica, porque a economia brasileira patina; a crise é de gestão, porque este é um Governo que já nasceu velho, e não apresenta nenhuma saída nova para os problemas que ele próprio criou; a crise é política, porque a gigantesca base parlamentar federal dança conforme a música e não mais aceita o alinhamento automático; a crise é de credibilidade, representada pelos dados das últimas pesquisas, com indicadores mínimos de aprovação e a flagrante impaciência e indignação das ruas; a crise é ética, de valores, pelos escândalos em série e a corrupção endêmica, que tomou de assalto o corpo do Estado nacional.

Acredito que podemos concluir que o Brasil parou, à espera de medidas corajosas, capazes de corrigir o rumo e indicar um caminho para os dias que virão. Não resta outra alternativa ao Governo e ao próprio Partido dos Trabalhadores que não passe por uma rigorosa apuração de responsabilidades e punição exemplar daqueles que erraram, doa a quem doer.

É hora de repactuar as relações políticas no País, começando a construir um novo diálogo nacional, não movido pelo tosco adesismo, como faz o atual Governo sempre que precisa, mas em torno, isso sim, das grandes causas nacionais.

O Sr. Fábio Sousa – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PEDRO VILELA – Com muito prazer, Deputado Fábio Sousa.

O Sr. Fábio Sousa – Deputado Pedro, eu fico muito feliz de ouvir o discurso de V.Exa. nesta tarde, iniciando a semana com uma reflexão extremamente proativa e positiva, levando a Câmara dos Deputados a refletir sobre todas essas mazelas que o Brasil está passando nos últimos meses. Nós estamos vivendo uma verdadeira crise ou, melhor dizendo, não é uma crise, estamos vivendo três crises em uma só. Estamos vivendo uma crise econômica, como V.Exa. bem colocou no seu discurso; estamos vivendo uma crise moral, com os escândalos que se apresentam diariamente – e logo agora vai vir mais um, pelas informações que estão sendo passadas pela imprensa –, e uma crise de autoridade. Hoje nós não sabemos mais quem está governando, porque, na verdade, estamos vivendo um desgoverno. O alento do Brasil é saber que pessoas bem-intencionadas – e aí não faço distinção de Oposição e de Situação, porque tenho certeza de que há na Situação pessoas muito bem-intencionadas – vieram para o Congresso Nacional, vieram para Brasília para fazer o bom combate, o bom enfrentamento, e levar o Brasil a se recuperar de tudo isso que está ocorrendo nesses dias. E V.Exa. é uma pessoa que se encaixa perfeitamente, traz o preparo intelectual, traz a liderança de uma votação expressiva, traz a força da juventude e também o nome. V.Exa., sem dúvida nenhuma, será um grande representante da Família Vilela aqui no Congresso Nacional, no mesmo espírito de servir ao povo que habitou no seu avô e, com certeza, ainda está no seu tio e também em toda a sua família. Com certeza, esse espírito V.Exa. vai externar aqui, dentro deste plenário e aonde V.Exa. for levado pelo povo de Alagoas e quiçá pelo povo brasileiro. Parabéns! Conte comigo. Estamos juntos. Essa sua luta é minha luta também, uma luta por um Brasil mais decente, por um Brasil que funcione, por um Brasil que atinja a juventude de forma representativa e a sociedade, economicamente falando, mas em todos os sentidos, pois a sociedade brasileira merece. Parabéns, Deputado!

O SR. PEDRO VILELA – Muito obrigado pela intervenção, Deputado Fábio Sousa. V.Exa. tem sido um grande companheiro aqui no Congresso Nacional e representa muito bem o seu Estado, Goiás.

Como eu ia dizendo, Sr. Presidente, precisamos acabar com as filas da vergonha, por atendimento à saúde, exames, remédios e cirurgias. Precisamos impedir que o País perca uma geração inteira de jovens brasileiros vítimas ou aliciados pela criminalidade organizada, muito mais organizada, diga-se de passagem, que o próprio Estado nacional.

É hora de fazer um investimento histórico em educação de qualidade, para habilitar o nosso capital humano, e assim sonhar com uma verdadeira mudança no nosso patamar de desenvolvimento. É hora de pararmos de contar as décadas perdidas e os sonhos adiados pela conveniência. Não queremos mais ser o eterno país do futuro. Precisamos começar a construir o futuro agora, aqui, enfrentando, com coragem, os problemas e fazendo o que precisa ser feito.

Termino essas minhas primeiras palavras lembrando o meu avô, o velho Teotônio Vilela, a quem o Brasil aprendeu a admirar e a guardar na história como um dos heróis que deram a vida pelo País. Ele dizia: *"Depois de andar pelos quatro cantos deste País, descobri que existe, no Brasil, uma pátria".* E ele tinha razão! Mais do que nunca estamos sonhando agora com a pátria de Teotônio.

O Sr. Ricardo Tripoli – Deputado Pedro Vilela, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PEDRO VILELA – Com muita honra, Deputado Ricardo Tripoli.

O Sr. Ricardo Tripoli – Deputado Pedro Vilela, eu ouvi atentamente o pronunciamento de V.Exa. Com certeza, V.Exa. tem uma visão muito clara do que vem ocorrendo, hoje, no nosso País. V.Exa. não só representa à altura o Estado de Alagoas, mas também, e muito mais, o Congresso Nacional perante o seu Estado. V.Exa. demonstra um estudo que fez durante esses poucos meses em que nós estamos aqui nesta Casa e hoje nos passa muito do seu conhecimento. É fundamental a vinda de V.Exa. a esta Casa, pela representatividade familiar que tem com o nosso famoso Menestrel das Alagoas, o grande Teotônio Vilela, que num determinado momento da história brasileira fez com que nós pudéssemos trilhar pelo caminho da democracia, bem como com o seu tio, que hoje governa o Estado de Alagoas de maneira diferenciada de todos os que por lá passaram, de forma altiva, de forma competente, de forma democrática. Portanto, o que faz V.Exa. é uma constatação daquilo que vem ocorrendo no País, com uma visão clara de quem tem experiência e pode prestar muitos serviços ao nosso País. Parabéns a V.Exa. pelo brilhante pronunciamento que faz na tarde de hoje nesta Casa!

O SR. PEDRO VILELA – Muito obrigado, Deputado Tripoli, pela intervenção, parceria e companheirismo nestes dias de Parlamento aqui nesta Casa. V.Exa. é uma grande referência.

Mas, Sr. Presidente, já caminho para encerrar o meu pronunciamento. Dizia o velho Teotônio Vilela: *"Depois de andar pelos quatro cantos deste País, descobri que existe no Brasil uma pátria"*.

E ele tinha razão. Agora, mais do que nunca estamos sonhando com a pátria de Teotônio, sonhando com um novo país: mobilizado, crítico, intenso, que quer ser senhor do seu próprio destino. Sabemos, como ele sabia – e eu gosto muito desta frase –, que *"o sonho é próprio de todos nós. Não há nenhuma realidade sem que antes se tenha sonhado com ela".*

E aqui estamos neste momento importantíssimo da vida nacional, este ano de 2015, chegando para dar uma humilde contribuição para a política brasileira e para trabalhar em prol do desenvolvimento do nosso Brasil e, principalmente, do meu querido Estado de Alagoas.

Antes de encerrar meu pronunciamento, concedo um aparte ao Deputado Lobbe Neto.

O Sr. Lobbe Neto – Caro Deputado Pedro Vilela, gostaria de cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo, uma liderança jovem de Alagoas, mas que tem uma genética muito importante do Menestrel das Alagoas. E eu queria parabenizá-lo. V.Exa., mesmo com toda a juventude, está fazendo um grande trabalho aqui no Congresso Nacional, junto com a nossa bancada do PSDB. Parabéns por todos os dados que V.Exa. trouxe hoje aqui neste Grande Expediente! Acredito que V.Exa. fez pontuações interessantíssimas, que a população está acompanhando. Nós acompanhamos as últimas pesquisas e verificamos que a população também já percebeu o que está acontecendo com este desgoverno que está aí, seja na área da educação – no FIES, no PRONATEC, no Brasil sem Fronteiras –, seja na área da saúde, com obras inacabadas, recursos não chegando aos Municípios, enfim, em várias áreas. Há universidades com problemas de caixa, em que os recursos não estão chegando nem para o pagamento de água, de luz. Nós estamos num desgoverno, além de uma corrupção nunca vista antes neste País. Parabéns, Deputado Pedro Vilela!

O SR. PEDRO VILELA – Muito obrigado, Deputado Lobbe Neto.

O Sr. Carlos Sampaio – Deputado Pedro Vilela, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PEDRO VILELA – Concedo um aparte ao meu Líder do PSDB, da minha bancada, o Deputado Carlos Sampaio, com muita honra.

O Sr. Carlos Sampaio – É um privilégio ouvi-lo, quando todos falam da sua história; falam do seu tio, que governou o seu Estado; falam do seu avô. Eu queria contar uma passagem a V.Exa. Eu era aluno de Direito, na PUC de Campinas, e tive o privilégio de receber Teotônio na semana jurídica. Eu me lembro, Deputado Imbassahy, quando ele disse – e naquela época, isso era muito marcante para nós, com 18 anos de idade: *"Hei de descobrir quem foram aqueles que trocaram a última página do caderno das crianças, onde havia o Hino Nacional, por uma garrafa de coca-cola"*. Para ele, aquele Hino Nacional simbolizava a Pátria. Ele andou pelos quatro cantos deste País e assim definiu: *"Temos uma pátria"*. E é por ela, tenha certeza absoluta, Deputado Pedro, que lutamos hoje, eu, V.Exa. e o nosso partido. Lutamos para mantê-la unida, para mantê-la coesa, para mantê-la pujante. Sabemos que não é esse o caminho desse Governo. Por isso, estamos combatendo o bom combate. Combater esse Governo é aliar-se à sociedade; combater esse Governo é estar ao lado das pessoas de bem, que, assim como o seu avô, assim como o seu tio, viam, como nós vemos, neste Brasil uma pátria. Parabéns por V.Exa. ter deixado parte da sua juventude, em que poderia se dedicar às suas coisas! V.Exa., já na juventude, veio a este Parlamento para dedicar-se ao bem comum, ao trabalho da comunidade, a fazer bem a outras pessoas. Parabéns pela sua decisão! É uma honra tê-lo como colega aqui neste Parlamento.

O SR. PEDRO VILELA – Muito obrigado, meu Líder, Deputado Carlos Sampaio, pela intervenção. É uma honra ser seu liderado no Congresso Nacional.

Concedo agora um aparte ao nobre Deputado Antonio Imbassahy.

O Sr. Antonio Imbassahy – Deputado Pedro Vilela, saiba também que, para mim, é motivo de uma grande distinção poder me dirigir, nesta tarde de segunda-feira, a V.Exa., um jovem Deputado que tem tantos ideais, tantos sonhos pela frente, e que, por certo, vai ser, entre os demais membros desta Casa, um Deputado proeminente. Eu tenho a mais absoluta certeza disso, até pelo pouco tempo em que V.Exa. aqui se encontra, com o seu trabalho notável já na Comissão de Minas e Energia, quando o Brasil passa por problemas sérios tanto na área do petróleo, como também na área de energia elétrica, e V.Exa. já dando o seu norte, os seus rumos. E a minha alegria é redobrada porque tive a oportunidade de conviver com V.Exa. ainda jovem, dirigindo o nosso partido em Alagoas, no seu Estado tão querido, andando por aquelas ruas da belíssima Maceió e pelo interior também, fazendo uma campanha bonita, uma campanha que o consagrou um jovem Deputado, que, certamente, vai engrandecer não a bancada do PSDB, não a bancada de Alagoas, mas todo o Brasil. Parabéns, Deputado Pedro Vilela! V.Exa. é um orgulho para todos nós, como bem disse aqui o nosso Líder, Deputado Carlos Sampaio. V.Exa. nos honra e vai engrandecer mais ainda o Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. PEDRO VILELA – Muito obrigado, Deputado Imbassahy. V.Exa. é uma grande referência e uma grande inspiração para mim, pode ter certeza disso.

Já encerrando, Sr. Presidente, quero aqui apenas reafirmar um compromisso de sangue, feito pelo meu avô, então Menestrel das Alagoas, Teotônio Vilela – o eterno Menestrel das Alagoas, Teotônio Vilela –, e depois reafirmado pelo então Senador e depois Governador Teotônio Vilela Filho. Agora eu faço o mesmo compromisso: um compromisso com o povo do meu País, um compromisso com o povo do meu Estado, da minha querida Alagoas, o compromisso de estar sempre ao lado da democracia e ao lado da liberdade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, senhoras e senhores, pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Pedro Vilela, o Sr. Lobbe Neto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Daniel Coelho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) – Com a palavra o Deputado Lucas Vergilio, do Solidariedade de Goiás. V.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Sem revisão do orador.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É com muito entusiasmo que venho à tribuna pela primeira vez para falar dos desafios que nós Deputados teremos pela frente nesta 55ª Legislatura e especialmente dos compromissos com os meus eleitores e com os rumos do nosso País.

Inicialmente, gostaria de homenagear o ex-Deputado Armando Vergílio, meu pai, pelos ensinamentos que adquiri e pelo legado de sua atuação aqui no Parlamento.

Armando Vergílio foi o autor da Lei nº 12.977, de 2014, que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres. Foi um dos grandes articuladores da inclusão de várias categorias profissionais no SIMPLES Nacional, como a dos corretores de seguros, profissão que tenho orgulho de representar.

Dando sequência ao seu trabalho, já no meu primeiro dia de mandato, protocolei vários projetos de lei, entre eles:

- Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2015, que institui um seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares. Esse é um projeto para evitar tragédias como a da boate Kiss, que vitimou 242 jovens, há 2 anos, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul;

- Projeto de Lei nº 10, de 2015, trata da estruturação dos seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência. Esse projeto, Sras. e Srs. Deputados, que já está na pauta para votação, visa estruturar um novo produto, o VGBL Saúde. Ele acrescenta uma cláusula de sobrevivência ao VGBL, por meio da qual o consumidor poderá resgatar em vida o seu seguro. E se esse resgate for direcionado ao pagamento de um plano de saúde regulamentado pela ANS terá isenção tributária, assegurando ao consumidor condições ideais de arcar com sua própria saúde.

O trabalhador, quando vai se aposentar, quase implora ao seu empregador que não o tire do plano de saúde, pois não terá condições de arcar com esse custo sozinho e se sair, muito dificilmente ele voltará ou será aceito por outro plano.

Portanto, esse projeto funciona, na prática, como um seguro de vida com uma "previdência para pagar o plano de saúde", gerando uma enorme desoneração para a saúde pública, incentivando o investimento em vez do consumo e gerando poupança para o Governo.

Por isso, nobres colegas, peço o apoio de V.Exas. para aprovarmos esse projeto e, verdadeiramente, proteger o trabalhador, sua família e sua saúde.

Dando sequência às minhas proposições, também protocolei:

- o Projeto de Lei nº 12, de 2015, que dispõe sobre a utilização de sistemas biométricos, a proteção de dados pessoais, que tipifica os crimes de modificação de dados em sistema de informações; e

- o Projeto de Lei nº 733, de 2015, que dispõe sobre os contratos privados de seguro, que foi objeto de Comissão Especial na Legislatura passada, tendo o Deputado Armando como Relator.

Além das proposições que citei, quero trabalhar outros pontos da minha atuação parlamentar, como:

- a defesa da microempresa – faço parte da Comissão Especial que busca o aperfeiçoamento do Super-SIMPLES, a fim de criar um regime de transição para empresas que ultrapassam o teto de inclusão nesse regime tributário;

- a busca de uma reforma política que combata a corrupção no País e aperfeiçoe a nossa democracia. Para tanto integro Comissão Especial que está trabalhando duro com esta finalidade;

- na busca de avanços na saúde. Apresentei o PL 13/15, que inclui os medicamentos para disfunções tireoidianas, fibromialgia, artrite reumatoide, ansiedade e depressão na abrangência do Programa Farmácia Popular;

na defesa do consumidor. Apresentei o PL 402/15, que dispõe sobre o direito de desistência em contratos de prestação de serviço.

Aqui na Casa, sou integrante titular da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e suplente nas Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Desse modo, quero me dedicar neste mandato a honrar os compromissos que assumi na campanha eleitoral com o povo do Estado de Goiás, em questões como:

– buscar oportunidades de trabalho e qualificação da mão de obra para os jovens;
– a defesa do empreendedorismo, incorporação de novas tecnologias e oportunidades; defesa do turismo, da gastronomia e da hotelaria;
– combater da alta carga tributária;
– defender os idosos; apoio todas as iniciativas favoráveis à criação, melhorias e ampliação de creches, asilos, albergues e centros de recuperação de dependentes químicos;
– defender a educação de qualidade; e
– enfrentar o problema da violência urbana.

Concedo um aparte ao nosso Deputado Augusto Coutinho.

O Sr. Augusto Coutinho – Prezado Deputado Lucas Vergilio, inicialmente, como seu companheiro de bancada, eu queria dar oficialmente boas-vindas a V.Exa., Deputado que está iniciando a vida pública aqui nesta Casa e representando muito bem o povo de Goiás. Eu conheço bem V.Exa. e conheço muito bem o seu pai, que foi meu companheiro na Legislatura passada, um Deputado competente, qualificado, preparado. Eu tenho convicção de que V.Exa., pelo que tem demonstrado de suas aptidões políticas, de sua dedicação, de sua assiduidade, acima de tudo de seu espírito público, vai, com o seu mandato, dignificar o povo de Goiás aqui na Casa do Povo brasileiro, eu não tenho dúvida. Eu queria parabenizar V.Exa. e dizer que, para mim, é uma honra muito grande tê-lo como companheiro de bancada, como companheiro de partido, V.Exa. é do Solidariedade, e desejar-lhe boa sorte neste mandato, que, tenho certeza, será muito profícuo. V.Exa. já tem demonstrado isso

com ações e projetos, que está descrevendo e todo o Brasil está tendo oportunidade de ver. Quero dizer aqui solenemente que é um prazer enorme compartilhar com V.Exa. do Parlamento brasileiro. Boa sorte! Seja muito feliz! Eu tenho convicção de que V.Exa. vai honrar todos os votos que recebeu do povo de Goiás. Parabéns!

O SR. LUCAS VERGILIO – Obrigado, amigo Deputado Augusto Coutinho, um dos meus grandes orientadores nesta Casa.

Concedo um aparte também ao Deputado Zé Silva, de Minas Gerais, do meu partido.

O Sr. Zé Silva – Eu quero, inicialmente, falar da alegria da nossa bancada, do partido Solidariedade. Trago aqui também o abraço do Líder, Deputado Arthur, que me pediu que viesse falar, junto com o Deputado Augusto, em nome da nossa bancada. Eu tenho certeza de que V.Exa., um dos mais jovens desta Casa, vem trazer uma nova esperança à política brasileira. O poeta mineiro Guimarães Rosa, que escreveu *Grandes Sertões Veredas*, disse que o bem ou o mal está na mão de quem o faz. Assim também é a política. Ela é boa, depende de quem a pratica. Por isso V.Exa. engrandece esta Casa. Eu tenho um carinho muito especial pelo Estado de Goiás. Lá eu fiz Agronomia. E foi em Goiás onde aprendi a cuidar da agricultura, dos agricultores familiares. Tenho certeza de que, sendo um dos mais jovens desta Casa, V.Exa. só engrandece este Parlamento. Toda a população de Goiás pode se sentir extremamente bem representada por V.Exa. neste mandato, que, tenho certeza, será um dos mais profícuos do Congresso Nacional.

O SR. LUCAS VERGILIO – Muito obrigado, amigo Deputado Zé Silva. Somos vizinhos de Estado. Tenho aprendido muito com V.Exa. aqui nesta Casa, ainda mais sobre agricultura familiar, cujos assuntos técnicos eu desconhecia. Tenho aprendido muito. Obrigado, Deputado.

Reforço, Sra. Presidente, que grande parte de nós, mandatários, fomos eleitos pelo sentimento de mudança expresso pela população. E ela nos cobra a coerência do discurso com a prática. Mas, muitas vezes, numa atitude oportunista, passa-se a fazer afagos na governante do Palácio do Planalto, contrariando a própria linha partidária.

Foi o que demonstrou o jornal *Folha de S.Paulo* do dia 20 de março, quando flagrou a contradição do Governador do meu Estado.

Diz o jornal que o Governador, *"há cerca de 10 dias, criticou o Governo Federal em evento do Instituto Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo. O Governador teria dito que 'governadores e prefeitos não aguentam mais'"* e pontuou que *"72% de tudo o que se arrecada no País fica com o Governo Federal para formar superávit, pagar dívidas e outros compromissos e para a corrupção".*

Já no evento no Paço Municipal, ao lado da Presidente para assinatura da ordem de serviço do BRT Norte-Sul, o Governador disse que respeita e reconhece o trabalho de Dilma: *"Sou de outro partido que às vezes faz oposição à senhora, mas eu não. Nunca ninguém ouviu aqui em Goiás uma palavra minha que não fosse de respeito e de reconhecimento ao trabalho de V.Exa."*.

Portanto, Sra. Presidente, temos a responsabilidade de fazer diferente e mudar essa prática política, especialmente no desempenho dos nossos mandatos.

Não podemos colocar o pé em duas canoas. Precisamos ser coerentes, ter posicionamento e não querer agradar a um ou a outro, de acordo com a conveniência.

Nesse sentido também gostaria de parabenizar o Presidente Eduardo Cunha pela excelente condução dos trabalhos desta Casa. O Parlamento precisa ser independente e autônomo. Não podemos deixar que outro Poder legisle em nosso lugar. Não podemos ficar reféns das MPs enviadas ao Congresso, pois muitas não têm o caráter de urgência e tratam de projetos que já estão em discussão no Parlamento.

Presidente Eduardo Cunha, parabéns por colocar em pauta projeto de autoria parlamentar! Acredito que dessa forma conseguiremos, ao longo do tempo, dar mais independência a esta Casa.

O Sr. Fábio Sousa – Um aparte, Sr. Deputado.

O SR. LUCAS VERGILIO – Concedo um aparte ao nobre amigo e colega Deputado Fábio Sousa.

O Sr. Fábio Sousa – Deputado Lucas Vergilio, amigo já há certo tempo, da nossa querida Goiânia, do nosso querido Estado de Goiás, nós dois chegamos aqui em nosso primeiro mandato. V.Exa. – eu estava brincando há pouco – debutou de forma diferente, veio já direto à Câmara Alta. Eu passei por algumas Casas legislativas no Estado, mas, de primeiro mandato, estamos chegando juntos aqui. Eu fico muito feliz por ser seu colega, seu companheiro, porque tenho certeza de que V.Exa. fará um bom trabalho, tenho certeza de que V.Exa. será um grande Deputado nesta Casa. Já demonstrou que todas as suas propostas apresentadas de primeira mão aqui, serão propostas bem debatidas pela Casa. Mas, Deputado, eu não poderia deixar de, além de elogiar V.Exa. – que chega com garra e determinação diferenciadas, e seguindo o exemplo do seu pai com certeza trará bons fluidos e bons frutos para o nosso Estado –, dizer-lhe que houve um pouco de injustiça naquilo que registrou há pouco sobre o Governador Marconi, do nosso Estado de Goiás. Governador que, V.Exa. sabe, tem um apreço muito grande por sua família. Apesar de estarem hoje em lados diferentes, já estiveram juntos por muito tem-

po. Há uma coisa que se chama boa convivência, bom relacionamento. De fato, político faz oposição a político, PSDB faz oposição ao PT. Isso é fato. Mas Governador não pode fazer oposição ao Presidente da República. Em que pese essa respeitabilidade, essa boa convivência, o resto do seu discurso está inteiro da forma que todos nós acreditamos, inclusive na parte em que elogia o Presidente Eduardo Cunha. Parabéns, Deputado! Conte comigo para que possamos andar juntos, fazendo a diferença neste Congresso.

O SR. LUCAS VERGILIO – Obrigado, amigo Deputado Fábio Sousa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também acredito que o atual projeto do Estado brasileiro não corresponde mais às necessidades da população. Falo do projeto de Estado e não somente o de governo.

Pior que o tamanho da carga tributária brasileira é a sua péssima qualidade. O nosso sistema é anticompetitivo. Em um mundo cada vez mais preocupado com justiça social, oneramos pesadamente o consumo, que pesa mais na renda das famílias mais pobres.

É ilusão acreditar que a família de baixa renda que vive do Bolsa Família paga menos impostos. Tudo é essencial para subsistir. Comida, bebida, energia, água e telefone já vêm tributado.

A carga tributária brasileira, que alcançou 35,7% do Produto Interno Bruto, é superior à média dos mais de 30 países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, de 34,1%. Na maioria, são países em estágio de desenvolvimento mais avançado do que o Brasil, que taxam mais seus contribuintes, mas, em troca, oferecem-lhes melhores serviços públicos e garantias sociais, como ocorre na Dinamarca e na Suécia, por exemplo.

A precariedade dos serviços prestados pelo Governo brasileiro em áreas essenciais para a população, sobretudo as mais carentes, como saúde, educação e saneamento, resume a má qualidade da gestão dos recursos arrecadados.

A péssima infraestrutura é outra demonstração do mau uso que o Governo faz do dinheiro do contribuinte. A precária situação da malha rodoviária, a limitada oferta de serviços de transporte ferroviário, a baixa eficiência do sistema portuário e os riscos crescentes de crise no fornecimento de energia elétrica acrescentam mais custos a um setor privado já extremamente onerado pelo sistema tributário, retirando-lhe competitividade.

Assim, desejo cumprir nesta Casa minha missão de representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da administração pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.

Agradeço a todos que contribuíram para que eu chegasse aqui. Primeiramente a Deus, à minha família, aos 78.387 goianos que acreditam nesse projeto e ao meu partido, o Solidariedade, na pessoa do nosso Presidente Paulinho da Força e do nosso Líder Arthur Oliveira Maia, pela confiança em mim depositada.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Assumindo a Presidência, no Grande Expediente desta segunda-feira, Deputada Raquel Muniz, do PSC.

Acabamos de ouvir o Deputado Lucas Vergilio, do Solidariedade, de Goiás. Desejamos boas-vindas ao ilustre Deputado.

Durante o discurso do Sr. Lucas Vergilio, o Sr. Daniel Coelho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Raquel Muniz, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Paes Landim, do PTB do Piauí. Depois falará o Deputado Evair de Melo, do PV do Espírito Santo.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Sem revisão do orador.) -

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hildo Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Exma. Sra. Presidente, Deputada Raquel Muniz, que neste momento preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, internautas, todos os que me acompanham pela Internet, pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, subo a esta tribuna para confirmar a nossa preocupação com a reforma do nosso contrato de Federação.

A cada vez que vou a um Município no nosso País, constato a urgência de construirmos nesta Casa um novo pacto federativo. Isso já está sendo feito através de uma Comissão Especial.

Estive ontem participando da festa de 77 anos do Município de Vargem Grande, no Maranhão. Uma das mais importantes cidades do nosso Estado, com mais de 50 mil habitantes, com um comércio pujante, com

uma atuação muito forte na agropecuária, com indústrias. É um Município que cresce, mas que poderia crescer muito mais se tivéssemos um contrato de Federação em que houvesse um equilíbrio entre os entes federativos.

Sras. e Srs. Deputados, o Secretário Municipal Charles e o Prefeito Edvaldo me confidenciaram que o Município hoje utiliza 42% de seu Fundo de Participação nos serviços de saúde. Isso é um verdadeiro absurdo!

Em nossa reunião da semana passada da Comissão Especial que trata do novo pacto federativo, o Deputado Luiz Carlos Hauly, que foi Prefeito de Cambé, no Paraná – um Deputado atuante do PSDB –, disse que, quando foi Prefeito, antes da Constituinte, antes da Constituição de 1988, o Município de Cambé gastava em média 2% – Deputado Veneziano, V.Exa. que foi Prefeito de Campina Grande sabe do total que o Município gasta com saúde – com a saúde, o que deveria ser feito pelos três entes da Federação.

Isso não é cabível! Por isso que digo que este modelo de Federação se exauriu. Não tem mais como funcionar desta forma. No momento em que o prefeito, que é obrigado constitucionalmente a gastar 15%, utiliza 42%, significa dizer que outros serviços de competência municipal deixam de ser realizados ou não são realizados a contento, como é o caso das estradas vicinais, das estradas municipais, dos serviços de cultura e dos demais serviços que são também muito importantes. Mas a saúde é prioridade. E o prefeito se vê ali apertado por ser obrigado a gastar com a saúde, que deveria ser uma obrigação da União, em primeiro lugar, porque é quem mais arrecada, quem mais fica com o bolo de tributos arrecadados neste País.

Estive em Vargem Grande para participar do aniversário do Município, mas também para agradecer pelos votos que obtive naquela cidade. Fui o Deputado Federal mais votado da cidade e tenho um compromisso muito grande com esse Município. Estou aqui, no Congresso Nacional, como um dos seus representantes, um dos representantes do Município de Vargem Grande e tenho a obrigação de ajudar esse Município. Estou destinando boa parte da minha emenda para o benefício do povo da cidade de Vargem Grande, os vargem-grandenses.

Era isso que eu tinha a colocar, Sra. Presidente, na tarde de hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Agradecemos ao Deputado Hildo Rocha.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Veneziano Vital do Rêgo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, muito grato pela atenção e gentileza.

Saúdo todos os Parlamentares presentes. Cumprimento o Deputado Hildo Rocha, que, com um gesto sensível, divide os minutos dispensados à Liderança, para que falemos acerca de um assunto comum. E aí tomo a liberdade de corroborar o que S.Exa. pontuou, mesmo com limitados minutos, mas dizendo o que é preocupante, o que é diagnosticado tanto pelo Parlamento – Câmara Federal e Senado – como pelas autoridades públicas, principalmente pelos Chefes de Executivo, como V.Exa. já teve a honra de sê-lo e como eu próprio já tive, mais recentemente, por dois mandatos, em Campina Grande.

Nós sabemos que esse pacto pode ser pacto federativo das injustiças que estão sendo perpetradas ao longo desses últimos tantos anos, mas precisamos nos envolver. E agora, quem sabe, tomados por essa necessidade, criada uma Comissão Especial para tratar de um novo pacto federativo, assim não o façamos?

Como se isso já não fosse suficiente e dolorosamente alcançasse os prefeitos, Deputado Hildo Rocha, vou além. Eu vou com uma preocupação que me fez elaborar uma proposta de emenda à Constituição para que nós não nos permitamos – Deputado Heráclito Fortes, V.Exa. tem um histórico neste Parlamento – ver União e Estados, muitas vezes, quando se permitem – não estou entrando no mérito – acertadamente promover incentivos fiscais, não se recordam, por exemplo, que ao fazerem, Deputado Sérgio Reis, impõem um prejuízo direto aos próprios Estados, quando feito pela União. Vide o que aconteceu, Sra. Presidenta, em relação às desonerações do IPI, que terminaram se estendendo a diminuições do FPE – Fundo de Participação dos Estados e do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, como também aos nossos próprios Estados.

Se o Estado de Minas Gerais o faz, não o faz acertando previamente com os Municípios, abrindo mão – Prefeito Edmilson, V.Exa. também sentiu isso na pele –, que têm direito de receber 25 pontos percentuais. Sobra, ao final das contas, principalmente sobre os ombros das administrações públicas municipais.

Pois bem. Os senhores e as senhoras poderiam me questionar: "*Mas, Veneziano, e daí?*" Daí que nós precisamos, de fato, nos debruçar sobre uma reforma tributária. Daí que nós precisamos, de fato, nos debruçar sobre um pacto federativo. E até o instante em que não chegamos a esse ideal, deve-se levar em conta, ao que for proposto de incentivos fiscais, seja pela União, seja pelos Estados, a recomposição das perdas impostas principalmente aos Municípios e em grau menor aos Estados.

Eu falo de cátedra, porque durante 8 anos como Prefeito de Campina Grande assisti renitentemente, por diversas vezes, o Governo do Estado fazer a promoção de incentivos fiscais, de isenção ou de diminuição de ICMS, mas contrariando todos os Municípios, que deveriam ter acesso aos percentuais constitucionais previstos de 25%, mas não nos perguntando antecipadamente se concordávamos. Poderíamos até, Sra. Presidenta, con-

cordar, porque essa luta dos Estados, em especial dos Estados menos favorecidos, como é o Estado da Paraíba, como é o Estado do Piauí, como é o Estado do Maranhão, essa guerra que se estabeleceu para que pudéssemos atrair investimentos, Deputado Mauro, muitas vezes implicou muitos outros prejuízos.

Então, eu peço aos companheiros que, de fato e efetivamente, não mais nos permitamos deixar que esse assunto venha não apenas a ser pautado, mas a ser discutido nessa Comissão Especial do Pacto Federativo.

Apresentei essa proposta de emenda à Constituição para que, enfim, os mais atingidos, no caso os Municípios, tenham a sua recomposição.

Muito grato ao Deputado Hildo Rocha e, de igual forma, à Presidenta e aos demais companheiros que nos deram atenção nesta fala.

O SR. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Agradecemos ao Deputado Veneziano Vital do Rêgo.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Convidamos o Deputado Evair de Melo, do PV do Espírito Santo, para falar no Grande Expediente. Após S.Exa., falará o nobre Deputado Heráclito Fortes, do PSB do Piauí.

O SR. EVAIR DE MELO (PV-ES. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, nobres colegas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quis Deus que eu estivesse aqui hoje, eu que sou filho de pequenos agricultores lá do interior do Estado do Espírito Santo.

Meus pais, mesmo permanecendo na agricultura, na pequena propriedade, sempre motivaram, incentivaram os filhos a seguir o caminho da escola. Deram-me a oportunidade de cursar o magistério, na cidade de Conceição do Castelo. Depois, encaminharam-me para a cidade de Alegre, para que eu fizesse o curso de Técnico em Agropecuária.

Seguindo em frente, conduziram-me para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, terra de Roberto Carlos e Rubem Braga, para eu cursar Administração de Empresas. Continuaram incentivando meus estudos e, na Fundação Getúlio Vargas, tive oportunidade de cursar Gerenciamento de Projetos na minha pós-graduação.

Profissionalmente, debito na conta dos meus pais também a oportunidade que me deram de ter uma profissão tão importante para esta Nação, para este País. Toda a minha formação escolar e acadêmica muito contribuiu. Tive a oportunidade de tornar-me degustador de café, uma profissão, às vezes, não tão conhecida, mas muito reconhecida, dada a importância que esse produto tem para a Nação brasileira.

Ser um degustador de café no Brasil, com certeza, muito me orgulha, assim como o fato de a minha profissão contribuir para que milhares de cafeicultores deste País disponham de melhores preços e de melhor qualidade de vida.

Na vida pública, iniciei minhas atividades como Secretário Municipal de Agricultura, no Município de Venda Nova do Imigrante, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Dali, fui conduzido ao Governo do meu Estado, onde tive oportunidade de, durante 5 anos, presidir o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, uma inovação na pesquisa e extensão rural brasileira. Dentro de uma mesma instituição, trabalha-se a ciência e a extensão rural para que o conhecimento produzido pela pesquisa chegue aos nossos agricultores. Mais à frente falarei dos números do nosso INCAPER.

Estando na Presidência do INCAPER, tive oportunidade, nobres colegas, de presidir o Conselho Nacional das Empresas Estaduais de Pesquisas Agropecuárias, que congrega as empresas dos nossos Estados, que fazem, na verdade, um papel em conjunto com a EMBRAPA, para que a produção do conhecimento e da pesquisa possa ser disponibilizada aos agricultores e a todos os brasileiros.

A pesquisa agropecuária estadual, nobres Deputados, nobres colegas, tem o mesmo número de profissionais que a EMBRAPA. Então, o Brasil, em números, tem duas EMBRAPAS: a Federal e aquela conveniada com as empresas estaduais, que fazem uma parceria espetacular.

A produção científica agropecuária brasileira é motivo de orgulho para este País. Então, tive oportunidade, depois dessa caminhada, militando também por algumas cooperativas na minha formação comunitária, na minha participação no setor produtivo do meu Estado, de ser convidado pelo Partido Verde para que me filiasse e colocasse o meu nome à disposição dos capixabas, disputando a oportunidade de ser Deputado Federal. Os capixabas, assim, me convocaram. Eu ainda resido no interior hoje, na cidade acolhedora de Venda Nova do Imigrante, nas montanhas capixabas.

Então, tenho muito orgulho daquela cidade, onde não chegaram a votar 12 mil eleitores, sendo que obtive quase 50 mil votos nos 78 Municípios do Espírito Santo, e a esta Casa cheguei.

Durante minha caminhada eleitoral, fiz uma opção clara para conversar com nossos eleitores e trazer uma esperança aos irmãos capixabas – foi uma opção clara pela agricultura, pela agropecuária, pelo cooperativismo – pautado nos princípios da ciência e da tecnologia, acreditando no conhecimento. Nós não podemos negar a ciência e a tecnologia. Quem nega esses segmentos nega a educação. E sabemos que este País não cresce mais, porque não tem investido em educação.

Então, uma agricultura pautada na ciência e tecnologia com o espírito do corporativismo foi a nossa caminhada eleitoral. E aí eu cheguei a esta Casa. Chegando aqui, sabendo o que queria, bati nas portas certas e tive oportunidade, pelo meu partido, pelo meu bloco e pelos meus colegas, hoje, de ser membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Também estou tendo a oportunidade de estar na Subcomissão Permanente de Política Agrícola e na Subcomissão Especial de Desenvolvimento Sustentável. Claro, eu não poderia perder a oportunidade de também estar presente na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Faltava uma agenda mais específica. E aí quero agradecer aos colegas. Lideramos e estamos na Frente Parlamentar Mista da Água. A água na sua amplitude para a biodiversidade, para a alimentação humana, para a agricultura, para a indústria, e a água como um campo de oportunidade para os brasileiros, essa que é o maior atrativo turístico do planeta.

Com muita alegria, tive o convite, e aceitei com muita honra, de estar, pela Região Sudeste, na Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, ocupando a Vice-Presidência. Convidado, também aceitei, pela minha profissão e pela minha ligação, estar na Frente Parlamentar do Café, ocupando a Secretaria Executiva, e, claro, na Frente Parlamentar Ambientalista e na Frente Parlamentar de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Então, capixabas, brasileiros, é isso que eu faço nesta Casa. Eu tinha uma história de vida, uma caminhada no processo eleitoral e estou entregando aos capixabas e aos brasileiros mais uma responsabilidade assumida, pautando a agricultura, a ciência e a tecnologia nesta Casa.

Como Deputado de primeiro mandato do meu querido Estado do Espírito Santo, é preciso reforçar um pouco a apresentação do nosso Estado ao País. Faço isso começando pela área rural, pela agricultura, que são pilares da minha vida e da minha formação, desde que nasci, lá no pequeno Município de Conceição do Castelo. Hoje resido, com muita alegria, no vizinho e também interiorano Município de Venda Nova do Imigrante.

Sras. e Srs. Deputados, nobre Presidenta, o rural capixaba é uma síntese, em minha modesta opinião, a melhor síntese, ou o melhor resumo do rural brasileiro. Falo isso em função do quadro natural e também da formação da nossa gente e da nossa cultura. Observem que a área geográfica do Espírito Santo é muito pequena, apenas 0,5% do território nacional. Contudo, temos no Estado quase todos os ambientes do quadro natural existentes no Brasil – regiões quentes e regiões frias, como é o caso das montanhas capixabas.

Toda essa diversidade em termos naturais e culturais permitiu a diversificação importante na base da produção agrícola do Espírito Santo. Mais de 120 atividades agrícolas são desenvolvidas comercialmente no nosso Estado. Nossa produção agrícola é direcionada para o mercado regional, nacional e internacional. Nossos produtos agrícolas, ao natural ou processados, chegam a mais de cem países, senhoras e senhores. Somos expoentes na exportação de celulose, café, pimenta-do-reino (segundo maior exportador do País), carne bovina, chocolate, mamão (maior exportador do País), gengibre (maior exportador do País), pimenta rosa (segundo maior exportador do País), açúcar, entre outros. São cerca de 2 bilhões de dólares exportados anualmente em produtos do agronegócio capixaba.

Então, a agropecuária, Srs. Deputados, é a atividade mais importante para 61 dos 78 Municípios do Espírito Santo. Fora da porteira, temos agroindústria diversificada e com larga escala de produção. Temos a maior fábrica de suco de frutas pronto para beber do País. Temos o sexto polo moveleiro e a maior planta exportadora de celulose de fibras curtas do mundo. Temos diversas unidades de laticínio, torrefadoras de café, processadoras de polpa de frutas, entre tantas outras.

Esse é um dado muito importante, porque muitos brasileiros ainda não conhecem o nosso Espírito Santo e, se o conhecem, é pelas praias, pelo petróleo, pelo gás e pela siderurgia. Mas a energia que toca o Espírito Santo vem da agropecuária, vem do agronegócio. E há mais um detalhe importante: toda essa relevância socioeconômica tem como base a agricultura familiar. Poucos sabem, fora das nossas fronteiras, que a cafeicultura capixaba é a mais completa do País. Daqui a pouco, falo mais sobre isso.

E aí, é claro, eu me dediquei e pude contribuir parte da minha vida profissional como degustador de café, como Secretário Municipal de Agricultura e Presidente do nosso INCAPER.

Desde que vim para esta Casa tenho um compromisso claro com a agricultura. Hoje, a pecuária bovina evoluiu muito nos indicadores de produtividade, a produção de leite e de carne é a segunda atividade agrícola mais presente nas nossas propriedades rurais e gera renda frequente e mensal para pelo menos 35 mil propriedades rurais. Do café, a principal atividade, falo daqui a pouco.

A fruticultura representa no Estado a diversificação agrícola e de renda para os nossos agricultores. Na nossa região serrana, há a avicultura. Santa Maria de Jetibá, Município mais pomerano do Brasil, é o segundo produtor brasileiro, com produção de mais de 10 milhões de ovos por dia.

O Espírito Santo é um grande produtor e exportador de especiarias e raízes, com destaque para pimenta-do-reino, gengibre, pimenta rosa e inhame, produtos também característicos da forte e dinâmica agricultura familiar.

O dinamismo da produção agrícola é verificado pelo indicador Valor Bruto da Produção Agropecuária. O Espírito Santo saltou de R$ 4,37 bilhões, em 2009, para 8,1 bilhões, em 2014. Um fantástico crescimento de 85% em apenas 5 anos.

Não posso deixar de citar também outra atividade importante para agregação de valor do meu Estado, que é o agroturismo, que tem a minha cidade de Venda Nova do Imigrante como a capital nacional.

Mas o Estado carece de mais logísticas. As nossas BRs já não atendem mais às nossas demandas. O nosso aeroporto central de Vitória está muito aquém de atender aos brasileiros e aos capixabas que dele precisam. Os aeroportos regionais são completamente ausentes no meu Estado. Estamos trabalhando para fortalecer Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus, para atender a todos os brasileiros.

Mas, graças à força do cooperativismo capixaba, com essa energia que tem ajudado a organizar o nosso rural, o Espírito Santo tem encontrado no seu caminho instituições fortes, como o Centro do Comércio de Café de Vitória, com certeza um dos maiores exportadores de café do Brasil, que tem levado o nosso produto a todos os países do nosso continente.

O setor de mineração, que orgulha o Espírito Santo com as rochas ornamentais, é o maior produtor de mármore e de granito do Brasil – e quiçá do mundo – e tem as mais modernas plantas de processamento. Os nossos lares, as nossas empresas e as nossas indústrias hoje são enfeitadas por esse recurso natural, o que, feito de forma responsável pelas empresas capixabas, aumenta a nossa renda e as nossas oportunidades.

Também quero agradecer aqui ao nosso órgão de defesa, o nosso IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, que faz o Estado livre de febre aftosa, faz o Estado exportador de carne para o mercado russo. Nosso Estado é um dos sete Estados que operam e processam o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI. O Estado está licenciado para exportação de carne bovina para a União Europeia.

Acima de tudo, faço um apelo ao nosso Governo: precisamos de carreira de fiscal agropecuário para os nossos técnicos, para o nosso IDAF, para trazer mais qualidade ao campo e à agropecuária do Espírito Santo.

A parceria celebrada com o SENAR, com o SEBRAE, com a EMBRAPA, com a nossa Universidade e com o nosso Instituto Federal é importante para que se possam atender todos os capixabas e todos os brasileiros.

Quero voltar à cafeicultura do Espírito Santo: são 73% de pequenos agricultores implantados em 60 das 90 mil propriedades agrícolas do meu Estado e 131 mil famílias dedicadas a essa atividade, empregando diretamente 400 mil capixabas.

No ano de 2014, houve uma produção de 13 milhões de sacas de café arábica e conilon, gerando uma renda de 3,5 bilhões de reais – isso levando em consideração o recurso arrecadado.

Com base na importância social e econômica da cafeicultura do Espírito Santo, a instituição a qual eu carrego no coração, o nosso INCAPER, vem desenvolvendo, há quase 3 décadas, pesquisa aplicada, fazendo assistência técnica e extensão rural nas diversas áreas do conhecimento, atendendo, sobretudo, os nossos agricultores familiares.

Essas tecnologias de melhoramento genético, de qualidade, são associadas a um conjunto de programas e ações. Posso citar e registrar os nossos Programas Renovar Café Arábica, Renova Sul Conilon, Calcário Correto e Melhoria da Qualidade do Café, que tirou o Espírito Santo do cenário negro no setor de qualidade de café.

Hoje, mais de 1 milhão de sacas de café no meu Estado têm valor agregado, têm qualidade, encantam os consumidores do mundo todo e trazem renda aos nossos agricultores.

O Programa de Melhoria da Qualidade do Café, liderado pelo Governo do Espírito Santo, através do nosso INCAPER, em parceria com as instituições, é o maior programa de distribuição de renda de um Estado neste País. Esse Programa capacita e leva conhecimento aos nossos agricultores, que tiram 1 quilo de café torrado e moído, senhoras e senhores, que no mercado chega a 10 reais, 12 reais, para um café convencional, e o comercializam a 35 reais, 45 reais, 150 reais, 200 reais, 300 reais o quilo, gerando renda aos nossos agricultores e qualidade de vida no campo dos capixabas.

Registro aqui a competência do nosso INCAPER. Essa instituição de pesquisa agropecuária fez com que o conhecimento chegasse aos nossos agricultores. E fizemos de maneira inédita, senhoras e senhores, o nosso balanço social do ano de 2013, uma parceria com a Fundação Dom Cabral. Medimos os números, trouxemos o profissionalismo, mostrando que é possível ser profissional, ser eficiente, fazer política pública, com uma instituição pública.

O nosso INCAPER atendeu, por CPF no Espírito Santo, 71.282 agricultores no ano de 2013. E aqui quero incluir os quilombolas, os indígenas, os pescadores, os assentados, os agricultores de extrema pobreza e tantos outros.

Imaginem, senhoras e senhores, a presença da nossa instituição de pesquisa agropecuária no meu Estado trouxe um impacto na economia do Espírito Santo de 1,09 bilhão de reais no ano de 2013.

O conhecimento adquirido e repassado aos agricultores trouxe riqueza ao território capixaba, produção com qualidade, com responsabilidade social e ambiental. Imaginem que, num único ano, Sra. Presidenta, a nossa instituição promoveu treinamento, através de cursos, palestras, dias de campo, 4.213 atividades de capacitação aos nossos agricultores, levando conhecimento, informação, mostrando que é possível ser um pequeno agricultor, é possível estar na agricultura, é possível ter produtividade, qualidade, renda, com responsabilidade ambiental.

O conhecimento tem que chegar ao agricultor. Ser agricultor familiar não pode ser mais sinônimo de atraso tecnológico. Tem que haver máquina adaptada, variedade adaptada para que o agricultor, de posse do conhecimento, tome as suas decisões e, por si só, emancipe-se para uma vida digna, construindo riqueza para si e para toda a sua comunidade. É o rural capixaba contribuindo e dando exemplo para o rural brasileiro.

Também não posso deixar de pautar os nossos desafios que, é claro, são enormes. Os desafios hídricos talvez estejam pautados como o maior da agropecuária brasileira. Liderados pela nossa EMBRAPA, pelas nossas universidades, tenho certeza de que nós temos que acreditar no conhecimento, na ciência e na tecnologia. Não é com bravata, não é com lorota, não é com ideologia, não é sem fundamento da ciência que nós vamos encontrar resposta para a chamada crise hídrica brasileira. Encontraremos resposta apostando nas inovações, na produção, na agropecuária, na agricultura.

A água que hoje está em represas, a água que hoje está em lagos, a água que é usada na agricultura foi reservada com responsabilidade pelos nossos agricultores. A agricultura não pode mais ser acusada de ter responsabilidade pela falta de água.

Em função da nossa falta de planejamento urbano, fizemos as cidades do tamanho que quisemos, construímos espaços urbanos do tamanho que quisemos e agora achamos que a água é responsável. Neste momento, quando a água não alimenta mais as nossas vaidades, estamos acusando a agricultura, estamos acusando os agricultores, estamos expondo a agricultura ao ridículo, como se ela fosse a grande malfeitora deste País. Falta conhecimento, falta ciência, falta tecnologia, falta responsabilidade, falta visão de um país que tem de crescer na sua dimensão, levando oportunidades a todos os brasileiros.

As mudanças climáticas estão postas, temos os nossos desafios, temos que trabalhar com as questões do desperdício de alimentos. E hoje, principalmente, para os nossos agricultores, temos que trabalhar com questões como problemas de armazenagem. Os nossos CEASAs já não atendem mais as demandas de comercialização.

As nossas cooperativas precisam que o ato cooperativo seja legalizado o mais rápido possível para que os agricultores possam dar um passo à frente e construir a sua história por esse cooperativismo.

É fácil reconhecer uma região que se desenvolve, que tem pouca dependência do Estado – nela há um cooperativismo forte, os agricultores conseguem se organizar, conseguem encontrar respostas e soluções que, muitas vezes, o Estado não consegue, pela sua dimensão e também, às vezes, pela sua ignorância por não conseguir trabalhar com a diversidade e com a capilaridade brasileiras.

Trinta por cento da produção agropecuária deste País está sendo desperdiçado por infraestrutura e por dificuldade de armazenagem e, muitas vezes, por falta de acesso dos nossos produtores aos veículos de comunicação.

Mão de obra no campo também é outra ação importante, é qualificar, levar conhecimento. Ou seja, a agricultura tem uma agenda positiva para este País, e o Espírito Santo é prova de que, através da agricultura, é possível construir um país sério e decente e de oportunidade para os brasileiros.

O Sr. Victor Mendes – Deputado Evair de Melo, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. EVAIR DE MELO – Perfeito, Deputado Victor.

O Sr. Victor Mendes – Deputado Evair de Melo, primeiro gostaria de parabenizá-lo pelo seu discurso no Grande Expediente. Sou seu companheiro de bancada no Partido Verde. Estamos agora já nos 2 meses de atuação parlamentar, e V.Exa. tem surpreendido toda a nossa bancada e, tenho certeza, também todo o Estado que representa, pela sua capacidade de articulação, de convicção e por seus conhecimentos. Então, eu gostaria apenas de registrar o orgulho da bancada do PV de tê-lo como membro e por ter um discurso tão eficaz, tão positivo nas suas convicções, na sua área de atuação e pelo desenvolvimento do seu Estado. Parabenizo V.Exa., desejo êxito e sucesso nesse desafio para uma pessoa que vem da iniciativa privada, agora, pela primeira vez, ocupar um cargo público e está o desempenhando tão bem. Então, é com orgulho que a nossa bancada o parabeniza e lhe deseja muito sucesso.

O SR. EVAIR DE MELO – Muito obrigado, Deputado Victor Mendes. É um orgulho estar no PV e nesta Casa acompanhado de tanto conhecimento.

O Sr. Newton Cardoso Jr – Deputado Evair de Melo, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. EVAIR DE MELO – É claro, Deputado Newton Cardoso Jr, com muita alegria.

O Sr. Newton Cardoso Jr – O Espírito Santo tem em V.Exa. um exímio representante do setor agrícola e um exímio conhecedor das necessidades do nosso setor. Como colega de V.Exa., na Comissão de Agricultura, tenho visto e acompanhado o seu trabalho. É um trabalho de excelência, com vontade de realizar e de mostrar a importância do Espírito Santo, Estado irmão de Minas Gerais, por onde passa quase a totalidade da nossa produção mineral e de grandes produções mineiras; Estado que não se apequena diante de tantas dificuldades, como V.Exa. comentou muito bem em relação às estradas. Venho aqui parabenizar esse Estado por escolher tão digno representante. V.Exa. será, sem nenhuma dúvida, uma grande adesão a esta Casa e uma grande representação do Estado capixaba. Meus parabéns!

O SR. EVAIR DE MELO – Muito obrigado, Deputado Newton Cardoso Jr.

Para encerrar, eu quero deixar uma mensagem aos brasileiros. Estarei neste mandato, todos os dias em que eu estiver aqui, na defesa incondicional de uma agenda positiva para a agricultura e para a agropecuária. Se todos os segmentos, se todas as lideranças deste País se espelhassem nas lideranças da agropecuária, com certeza nós estaríamos em rumos, em caminhos melhores. Os nossos números e os nossos resultados – de Minas Gerais, do Centro-Oeste, do Rio Grande do Sul e do Nordeste – na agropecuária, na agricultura são modelo a ser copiado no sistema de produção, na ciência e na tecnologia e são espelho da nossa liderança. Estarei aqui acreditando e unindo forças para que a agricultura possa contribuir cada vez mais para o bem do Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Agradecemos a contribuição ao Deputado Evair de Melo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, como Deputado Federal do Espírito Santo, de primeiro mandato, quero me apresentar e reforçar um pouca a apresentação do nosso Estado ao País. E faço isso começando pelo rural, pela agricultura, que são pilares da minha vida e da minha formação, desde que nasci, lá no pequeno Município de Conceição do Castelo. Hoje resido no vizinho e também interiorano Município de Venda Nova do Imigrante.

O rural capixaba é uma síntese, na minha modesta opinião, a melhor síntese ou o melhor resumo do rural brasileiro. Falo isso em função do quadro natural e também na formação da nossa gente e da nossa cultura. E observem que a área geográfica do Espírito Santo é muito pequena, apenas 0,5% do total do Brasil.

Contudo, temos lá no Espírito Santo quase todos os ambientes do quadro natural existentes no Brasil – regiões quentes e regiões frias, como é o caso das montanhas capixabas.

A colonização do solo espírito-santense se deu por quase todas as nacionalidades que edificaram a economia e deram os traços de cultura no Brasil. Lá, no Espírito Santo, temos a colonização italiana, alemã, pomerana, suíça, austríaca, polaca, portuguesa, africana, libanesa e tantas outras. E toda essa diversidade em termos naturais e culturais permitiu uma diversificação importante na base de produção agrícola do Estado.

Mais de 120 atividades agrícolas são desenvolvidas comercialmente no Espírito Santo. Nossa produção agrícola é direcionada para o mercado regional, nacional e internacional. Nossos produtos agrícolas, ao natural ou processados, chegam a mais de cem países, senhoras e senhores.

Somos expoentes nas exportações de celulose, cafés, pimenta-do-reino (segundo maior exportador do País), carne bovina, chocolates, mamão (maior exportador do País), gengibre (maior do País), pimenta rosa (maior do País), açúcar, entre tantos outros. São cerca de 2 bilhões de dólares exportados anualmente em produtos do agronegócio capixaba.

Sob essa ótica da agropecuária que envolve insumos, produção agrícola, agroindustrialização, distribuição e logística, o setor é o mais importante em termos de geração de empregos, renda e tributos, para 61 dos 78 Municípios capixabas.

Outro ponto importante é que o agronegócio responde por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo, percentual superior à média brasileira (que varia de 21% a 24%), e emprega algo como um a cada três ou quatro trabalhadores no Estado ao longo de todos os elos das diversas cadeias produtivas com base na agropecuária.

Fora da porteira, temos agroindústrias diversificadas e com larga escala de produção. Temos a maior fábrica do País de sucos de frutas prontos para beber, o sexto polo moveleiro nacional, a maior planta exportadora de celulose de fibras curtas do mundo, diversas unidades de laticínios, torrefadoras de café, processadoras de polpa de frutas, entre tantas outras.

Esse é um dado muito importante porque muitos brasileiros conhecem nosso Espírito Santo mais pela magnitude dos setores de petróleo, gás e siderurgia, que de fato são muito importantes para a economia capixaba, e menos pela força e robustez do nosso agronegócio.

E mais um detalhe importante: toda essa relevância socioeconômica tem como base a agricultura familiar. Mais de 92% das propriedades rurais apresentam área inferior a 100 hectares, caracterizando-se o Espírito Santo como numa das maiores expressões da agricultura familiar do País.

Poucos sabem, fora das nossas fronteiras, que a cafeicultura capixaba é a mais completa do País e – por que não dizer? – do mundo. Afinal, somos o único Estado do Brasil que produz em quantidade e com qualidade as duas espécies de cafés produzidas e consumidas no planeta Terra.

Acompanhei, dediquei-me e pude contribuir com a nossa cafeicultura como degustador de café, Secretário Municipal de Agricultura, Presidente do INCAPER, órgão oficial de pesquisa e extensão do Espírito Santo. E desde já assumo, aqui nesta Casa, o compromisso de lutar pelo fortalecimento da agropecuária brasileira.

Quero utilizar a minha experiência na cafeicultura, setor que já debati e representei em todo o País e em vários países do mundo, em prol da cafeicultura nacional, agregando nossos Estados produtores e propondo políticas para melhoria desse setor que é determinante na qualidade de vida de milhões de brasileiros.

Hoje, amigos e amigas, a cafeicultura está presente em pelo menos 60% das propriedades rurais capixabas e responde por mais de 30% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Estadual. O Espírito Santo é o segundo produtor nacional de cafés, sendo o primeiro de conilon, com 75% da produção brasileira dessa espécie de café.

A pecuária bovina, que evolui muito nos indicadores de produtividade de produção de leite e de carne, é a segunda atividade agrícola mais presente nas nossas propriedades rurais e gera renda frequente e mensal para pelo menos 35 mil propriedades rurais.

A fruticultura representa no Estado a diversificação agrícola e de renda dos agricultores. O Espírito Santo possui excelências nesse segmento, entre elas é o maior exportador de mamão papaia do País, segundo produtor de coco verde, além de produtor expressivo de maracujá, banana, morango, manga para indústria, entre outras frutas.

A nossa região serrana também se destaca na avicultura onde já estamos em quinto lugar na produção nacional de ovos. Santa Maria de Jetibá, Município mais pomerano do Brasil, é o segundo produtor brasileiro, com produção de mais de 10 milhões de ovos por dia.

O Espírito Santo é um grande produtor e exportador de especiarias e raízes, com destaque para pimenta-do-reino, gengibre, pimenta rosa e inhame, produtos também característicos da forte e dinâmica agricultura familiar capixaba.

Somos um grande produtor de hortaliças, em que o tomate é o carro-chefe. Somos ainda o quarto produtor de cacau e seringueira do País. Lideramos o *ranking* nacional da produção de camarão gigante da malásia. A aquicultura é um setor que cresce no Estado, com destaque para a produção de tilápia, em que o Município de Linhares já figura como maior produtor brasileiro.

O dinamismo da produção agrícola é verificado pelo indicador Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBPA, uma espécie de faturamento bruto das propriedades rurais. No Espírito Santo, o VBPA saltou de R$ 4,37 bilhões, em 2009, para 8,1 bilhões, em 2014. Um fantástico crescimento de 85% em apenas 5 anos.

No nosso lindo e diversificado rural capixaba também há destaque para aquelas chamadas atividades não agrícolas, mas que ocorrem no espaço rural. Agroturismo, artesanato e agroindústria por processo artesanal hoje são realidades em quase todo o Estado, o que agrega valor à produção, ocupa todos os membros das famílias e melhora os níveis de renda das comunidades interioranas.

E aí não posso deixar de citar a Imigrante, pioneira no País em agroturismo.

Senhoras e senhores, para a construção do fantástico mundo rural capixaba, nem tudo foram flores, pois convivemos com muitas restrições, desafios e gargalos.

Sessenta e oito por cento do território capixaba apresenta balanço hídrico negativo em condições normais do quadro natural, pois a quantidade de precipitação média, de chuva, é inferior à evaporação do solo somada à transpiração das plantas.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V.Exa., Sra. Presidente.

Tenho certeza de que V.Exa. e o Plenário concordarão comigo em prestar homenagem à extraordinária jornalista Beatriz Thielmann, que nos deixou ontem. Eu faço isso por dever de justiça.

Cheguei a Brasília no início da década de 80, a esta Casa, juntamente com Beatriz, que iniciava sua carreira de jornalista. Brilhante, companheira, leal, saiu de Brasília e foi para o Rio de Janeiro, deixando fortes raízes nesta Capital e uma marca da sua atuação como jornalista por todo o Brasil.

Faço este registro que, tenho certeza, V.Exa., como Presidente, e todos da Casa irão incorporar como seu e peço que envie a seus familiares o voto de pesar da Câmara dos Deputados brasileira.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Aprovado. Os Deputados concordam com o Deputado Heráclito Fortes.

Será registrada nos Anais desta Câmara esta homenagem a essa grande mulher, profissional e jornalista.

O SR. CARLOS MELLES – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS MELLES (DEM-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, por favor, o Democratas faz coro à homenagem que o Deputado Heráclito Fortes justamente presta a essa grande jornalista do Brasil.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA – Sra. Presidente, peço a palavra para dar como lido o meu pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Pois não, Deputado.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PTN-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje pela manhã estive na UFMG, em razão de notícia sobre tráfico de drogas na FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pediram-me que participasse de reunião e para lá fui, porém, entre 50 a 100 alunos nos impediram e inclusive nos ofenderam. Mas fui até lá, na condição de Parlamentar, para cooperar com o pessoal.

Por isso, eu gostaria de dar como lido este discurso que eu faria lá na FAFICH que peço seja publicado nos Anais da Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Será recebido e divulgado nos meios de comunicação desta Câmara, Sr. Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna desta Casa informar que estive hoje na Universidade Federal de Minas Gerais, onde fiz o seguinte discurso:

"Agradeço, por me concederem a oportunidade de estar aqui para tentar ajudar a melhorar a segurança nesta importantíssima instituição de Ensino que, infelizmente, vem tendo problemas relacionados às drogas e à violência.

Como especialista em segurança pública e criminalidade, formado aqui, pela UFMG, afirmo a vocês que a violência está ligada, na esmagadora maioria das vezes, ao tráfico e uso de drogas. Afirmar que a UFMG sempre teve problemas relacionados às drogas devido ao público que a frequenta, como alguns chegaram a falar, é preconceituoso e coloca as pessoas que vêm aqui exclusivamente para aprender e para trabalhar na vala dos criminosos ou usuários de drogas. Além disso, não vai resolver uma situação que se encontra agravada, como parece ser o caso.

É lamentável que as aulas tenham precisado ser suspensas na última sexta-feira, como soube pelos noticiários, devido à insegurança e em função das denúncias de tráfico de drogas e outros casos de violência dentro da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da UFMG. Isto não pode ser recorrente, e por este motivo que estamos aqui: para debater medidas e propostas associadas à utilização dos espaços acadêmicos da unidade, apresentando alternativas consistentes.

A vigilância já passou a ter rondas por andar. Me parece que as medidas urgentes já estão tomadas, como seguranças que estão circulando pelo prédio e pelas imediações. Os serviços dos porteiros e da patrulha universitária, que circulam pelo campus Pampulha, também estão dando suporte aos vigilantes, que vão dar atenção especial à segurança durante o período noturno. Mas precisamos pensar também nas medidas à longo prazo.

Como representante do povo, vim aqui hoje para representá-los, e preciso que me pautem a respeito da melhor maneira de ajudá-los, de colaborar para que os que aqui frequentam tenham o mínimo necessário para ensinar e para aprender: tranquilidade.

Tenho sentido que a Frente Parlamentar da Segurança Pública, da qual faço parte, tem pressionado os parlamentares no Congresso Nacional e tem conseguido a aprovação de projetos importantes. A bandeira que carrego, da segurança pública, é uma carência não só da UFMG, de Belo Horizonte, ou Minas Gerais, mas de todo o Brasil.

Na semana passada, conseguimos a aprovação de projetos importantes na área da segurança, como o que dificulta a liberdade condicional e o que torna homicídio qualificado e crime hediondo assassinar policial, bombeiro militar, integrante das Forças Armadas, do sistema prisional e da Força de Segurança Nacional.

Trabalho há aproximadamente 35 anos no combate ao crime e sei da necessidade de endurecer nossas leis. Precisamos reformar nossa Constituição; acabar, ou ao menos reduzir a maioridade penal para frear a delinquência juvenil; por um fim ao Estatuto do Desarmamento que tirou do cidadão de bem o direito de escolha. Os brasileiros precisam de leis e de deputados fortes que os representem e ajudem o nosso País. Estas são algumas das minhas batalhas na Câmara dos Deputados, mas quero incluir a minha parceria com esta instituição de ensino que sempre foi orgulho para os que conseguiram passar por aqui, como é o meu caso. Que a UFMG continue a ser motivo de honra, que nunca perca a sua altivez.
Eu vim aqui para somar!"

É o que eu tenho a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Com a palavra o Deputado do nosso querido Estado do Amazonas, o Deputado Hissa Abrahão, do PPS, usando o tempo de Líder.

O SR. HISSA ABRAHÃO (PPS-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu venho hoje a esta tribuna repor a verdade em relação ao projeto de lei complementar que protocolamos nesta Casa que cria e institui o Fundo da Zona Franca de Manaus.

Vale esclarecer, até para deixar a classe empresarial do Amazonas e do Norte do País mais tranquila, que nós sabemos que hoje o Amazonas é um dos Estados que mais transfere impostos e taxas para o Governo Federal e a quantidade que recebe é bem menor. Portanto, o projeto de lei possibilitará que uma parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, apenas 1,5%, seja destinada não ao Governo Federal, na Fonte 100, na fonte de origem, mas seja repassada ao Fundo da Zona Franca de Manaus, que beneficiará Estados como Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e cidades como Macapá e Santana.

Esse fundo será gerido pelo Conselho de Administração da SUFRAMA – CAS e, nas reuniões, será decidido como o valor arrecadado por esse fundo será revertido em benefício da sociedade, se para melhoria de ruas, de rodovias, saneamento básico, escolas, enfim, tudo o que for possível para melhorar as condições de logística e de desenvolvimento dessas regiões.

Portanto, vale destacar a importância dessa lei complementar. Primeiro, a Zona Franca cria hoje diretamente 120 mil empregos diretos na região de Manaus, além de 500 mil indiretos. São aproximadamente 500 indústrias – e grandes indústrias – que estão possibilitando esse desenvolvimento.

Alguém desavisado pode dizer que o comércio e a pesca geram mais empregos naquela região, e é claro que gera, mas o desdobramento para a geração de empregos de todos esses outros segmentos se deve à Zona Franca de Manaus.

Portanto, quando o referido projeto chegar a esta Casa, eu peço o apoio dos Parlamentares para que, com muito carinho, com muito afinco, possamos criar um fundo que não aumenta, não onera com nenhum imposto a classe empresarial incentivada no Norte do País. É bom que isso fique claro, porque temos uma oposição desavisada que tem mania de não ler e falar sobre aquilo que se propõe.

Portanto, vale dizer que é importante esse projeto para que possamos continuar gerando emprego e renda.

Ressalto que, acima de tudo, 98% da floresta no Amazonas hoje estão preservados por conta dos incentivos e da permanência do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. Se hoje há muitas empresas e concentração urbana em Manaus, tal se deve aos incentivos fiscais. Se o interior hoje tem uma grande floresta, é porque o Governo permanece com os incentivos fiscais. Até vale dizer que esse prazo de prorrogação de 50 anos para a Zona Franca acaba sendo útil quando se cria um fundo para financiar.

Portanto, as classes empresariais do Amazonas, do Acre, de Rondônia, de Macapá e de Santana, no Amapá, não terão um aumento de imposto, que isso fique claro.

Eu agradeço a gentileza do Deputado Heráclito Fortes e da Deputada Presidente, porque é preciso repor a verdade e informar o Estado do Amazonas.

O SR. MOSES RODRIGUES – Sra. Presidente, peço a palavra por apenas 30 segundos.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MOSES RODRIGUES – (PPS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria notificar a Câmara do falecimento do grande educador, Prof. Edgar Linhares, no Estado do Ceará, aos 84 anos, no último final de semana, profissional que muito contribuiu para o avanço da educação na cidade de Sobral e no Estado do Ceará.

Eu queria que ficasse o registro na Casa, para que a família saiba que o Congresso também está muito sentido com o falecimento do emérito educador.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Está registrado.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Com a palavra o nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra e um prazer voltar a este Grande Expediente depois de mais de 12 anos.

Nesse período, fiquei 8 anos do lado de lá do tapete verde e 4 anos fora do Parlamento. Mas não se tratou de um período sabático, embora eu tenha me dedicado, sobretudo, à minha família e, em especial, à minha mulher Mariana e aos netos Antônio e João. Impossível ficar alheio ao que aconteceu no Brasil nos últimos anos, e devo dizer que, infelizmente, o cenário não foi positivo.

Dizem que a história só se repete como farsa – e foi isso, mais ou menos, ao que assisti nesses 4 anos. E, diga-se, não foi por falta de aviso. Por isso não dá para acreditar quando a Presidenta Dilma Rousseff se diz aberta ao diálogo, pois foram inúmeros os alertas que, arrogantemente, por incompetência, erros de condução ou irregularidades propositais, foram solenemente ignorados.

Vamos a alguns exemplos. Começarei pelo fundo de pensão dos Correios, o POSTALIS**,** que tive a honra de dirigir na década de 90 – e não nos esqueçamos que a gênese do mensalão estava nos Correios, o que hoje, perto do Petrolão, parece piada.

Na semana passada ficamos sabendo que o POSTALIS está com um rombo de mais de 6 bilhões, que terá que ser pago pelos funcionários. Imaginem só, depois de contribuir, por anos a fio, agora os servidores ficam sabendo que vão ter que abrir mão de parte dos salários para cobrir o buraco!

Não é possível que a conta, mais uma vez, seja paga pelos trabalhadores da estatal, que já foi um símbolo de eficiência no passado. O Congresso, necessariamente, vai ter que se debruçar sobre este escândalo e também sobre os demais fundos de previdência de outras estatais, que sofrem do mesmo tipo de ingerência política.

Durante os trabalhos da CPI das ONGs, cuja criação foi proposta minha no Senado, nós chegamos a esbarrar em diversas evidências de que os fundos de pensão das estatais estavam sendo usados politicamente pelo PT e alguns aliados. As investigações, no entanto, não foram adiante, barradas sobretudo pelo Relator da CPI, Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, fiel aliado petista.

Esse é um dos casos que ilustra bem o que disse na abertura deste pronunciamento. Naquela ocasião, alertávamos sobre as irregularidades que estavam sendo cometidas, mas não fomos ouvidos. Já naquela época, chamávamos a atenção para o desvio de recursos da PETROBRAS, que estavam sendo canalizados para ONGs da Bahia, com claro intuito eleitoral.

Tentamos ir a fundo às investigações sobre os fundos de pensão da PETROBRAS, o PETROS; da Caixa Econômica Federal, o FUNCEF; dos Correios, o próprio POSTALIS; e o do Banco do Brasil, a PREVI. Essa conta ainda vai chegar! Se o rombo do POSTALIS é dessa ordem, o que não estará por vir no maior fundo de pensão da América Latina, que é o do Banco do Brasil? Não vou me espantar se tivermos notícias de mais rombos nessa área, pois o *modus operandi* do Partido dos Trabalhadores é o mesmo.

Infelizmente, as investigações foram sabotadas, mas, se o Governo petista quisessse, poderia ter levado em conta os indícios, os alertas que foram feitos e evitado tanta sangria nos cofres públicos.

Da mesma maneira, não foram poucos os que entre nós da Oposição cansaram de mostrar que os rumos políticos e da condução da economia iam nos levar ao cenário de hoje, mas nunca fomos ouvidos. Ao contrário, tentaram nos calar, inclusive evitando a reeleição de alguns, como eu, que eram considerados inimigos do ex-Presidente Lula.

Chamo a atenção para um fato: todos os Senadores de 2010 eleitos naquele rolo compressor ou já estão envolvidos no petrolão ou estão prestes a terem demonstrado seu envolvimento.

Mas quem tem o PT e seus aliados não precisa de inimigos; é só ver, desde o início do ano, o que eles têm aprontado para a Presidente Dilma. Como no passado, a Oposição não teve ainda chance de criar uma única crise para a Presidente; eles tomam conta.

E o PT não consegue aprender com seus erros. Vivendo uma crise energética sem precedentes e com dificuldades de caixa, resolve agora gastar 60 milhões para reformar uma usina térmica. Para quê? Para doar ao governo amigo de Evo Morales, que, aliás, já deu um grande prejuízo para a PETROBRAS. Dá para entender uma coisa dessas?

Enquanto o dinheiro jorra sem dificuldade para o país vizinho, que consegue até ter um crescimento do PIB maior do que o nosso, não sobra para investimentos internos.

E aqui destaco o Piauí, que há anos aguarda a construção de um gasoduto e de algumas hidrelétricas, e nada. Quando eu estava no Senado, aprovamos recursos para esta obra – recursos que foram vetados pela então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Além de vários esqueletos que ainda estão no armário – e nós ainda teremos que ir a fundo quanto à atuação do BNDES e seus empréstimos sigilosos –, cada dia surge um novo problema. Só com a PETROBRAS, segundo balanço divulgado hoje, o Banco perdeu 2,6 bilhões, que provavelmente não terá como recuperar.

Assim, o novo velho Governo da Presidente Dilma Rousseff vai fazer 100 dias na próxima semana sem ter nada de positivo a apresentar ou comemorar. Aliás, está imerso em desconfianças, maus resultados, incompetência administrativa, paralisia. Já teve três trocas de Ministros e há outras no caminho. Como esperar que esse Governo possa dar certo? Não há perigo de que isso aconteça.

Isso fica ainda mais claro quando vemos a nomeação do tesoureiro da campanha presidencial para a sensível área de comunicação do Governo. É, no mínimo, sintomático que a Presidente aja assim num setor que está sendo criticado até internamente, mas sobre o qual o PT sempre manteve o maior interesse. Não me vem à memória, porém, a última vez que esse cargo tenha sido ocupado por gente alheia à área da comunicação, como jornalistas ou publicitários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de deixar claro que não torço para o quanto pior, melhor. Quero que dê certo, porque quem mais sofre nessas crises é justamente a parte mais pobre da população. Temos investimentos suspensos, concursos adiados, projetos que não vão receber recursos, e o desemprego vai bater à porta de muita gente.

Hoje mesmo, o *Correio Braziliense,* em sua manchete, estima que serão mais de 1 milhão e 200 mil desempregados este ano por causa da estagnação da economia brasileira. Vejamos o que, em síntese, diz o jornal:

> *"Diante da estagnação da economia brasileira e da retração prevista para 2015, vários setores produtivos começam a demitir no país. Apenas no primeiro bimestre do ano, 84 mil postos de trabalho foram fechados. A taxa de desocupação subiu de 5,1% em fevereiro de 2014 para 5,9% no mês passado. Os mais afetados, segundo o IBGE, são as mulheres e os jovens de 16 a 24 anos. A construção civil, que dispensou 250 mil nos últimos cinco meses, deve fechar mais 300 mil vagas. As empresas vinculadas à Petrobras, o segmento automotivo, os serviços, as mineradoras e as metalúrgicas também prometem demissões em massa. Para especialistas, trabalhadores menos qualificados devem ser os mais atingidos."*

Cada vez que abrimos os jornais, é uma enxurrada de más notícias. Segundo *O Estadão* também de hoje, os analistas do mercado já estimam inflação acima de 8% e queda do PIB de 1%.

Se 2015 já é um ano perdido, não sei o que virá nos anos seguintes.

Esta é, aliás, uma das nossas maiores dificuldades: não estamos parando para pensar nas saídas para a crise. O que fazer? Quem são as lideranças que vão conduzir esse processo? Não tenho visto seriedade nesse debate, infelizmente. E a principal responsável é mesmo a Presidente, que se deixou dominar pelo *marketing* e fez da campanha eleitoral um vale-tudo repleto de mentiras que, agora, estão vindo todas à tona. Jogou um cesto de pedras para cima, esqueceu-se de sair de baixo, e elas estão caindo em sua cabeça. Senão, passemos mais uma vez os olhos pelos jornais de hoje.

A *Folha de S.Paulo* diz, por exemplo, que o programa de creches prometido pela Presidente está travado e será revisto. O mesmo vale para um dos seus principais carros-chefes da campanha, o PRONATEC, que também está parado, com as escolas sem receber o dinheiro devido.

O fato é que a Presidente perdeu a capacidade de liderar, e não sei quem poderia assumir este lugar. Esta é uma constatação dura e triste, porque cabe também ao Parlamento uma boa dose de responsabilidade não só pela crise, mas, principalmente, de como sair dela.

A sensação de *déjà vu,* a de que já vimos este filme antes e que não vale a pena ver de novo, se estende para onde quer que olhemos.

Vejamos o meu Estado, o Piauí. Respeito a decisão dos eleitores, que resolveram conduzir o petista Wellington Dias pela terceira vez ao comando do Executivo local, mas é inacreditável a falta de propostas dele para o Estado.

A primeira coisa que faz, ao assumir o Governo, é propor uma reforma administrativa, a mesma que propôs das outras vezes, o que mostra que as que ele fez não deram certo. Depois, como não tem recursos para administrar, propõe a formação de parcerias público-privadas e, em alguns casos, a privatização pura e simples – que ótimo que se renderam às evidências e encamparam propostas que antes eles diziam ser coisas do demônio! E, claro, nomeia parentes, inclusive, numa demonstração absurda de cinismo, o primo e motorista que tinha sido flagrado levando dinheiro vivo de Brasília para o Piauí durante a sua campanha eleitoral.

Enquanto isso, velhas promessas continuam no papel, entre elas o Centro de Convenções, as hidrelétricas, o Porto de Luís Correia e uma das obras mais importantes para o nosso Estado e o Nordeste, talvez uma das mais recordistas em renovação de promessas e até de inaugurações, que é a Ferrovia Transnordestina.

Sr. Presidente, meus colegas Deputados, eu gostaria que esta minha reestreia tivesse um tom mais festivo. Eu gostaria que a economia tivesse bons números para exibir. Eu gostaria de comemorar obras que estivessem sendo feitas no meu Estado, que gerassem emprego, renda, desenvolvimento. Infelizmente, não é o

que acontece, e eu não posso fazer, como tantos fazem nesse Governo, como o avestruz: enfiar a cabeça na areia para ver se escapo da tempestade que se está armando.

Tomara que eu esteja errado. Terei um prazer maior ainda de voltar a esta tribuna a qualquer tempo para reconhecer o equívoco desta minha avaliação, mas isso só o tempo dirá.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Rodrigo Martins.

O Sr. Rodrigo Martins – Eu agradeço o aparte concedido pelo Deputado Heráclito Fortes, e aqui falo também como Deputado do Estado do Piauí e Deputado socialista que sou. É um prazer tê-lo, Deputado Heráclito Fortes, como companheiro de bancada e companheiro de Parlamento. Nesses 4 anos em que V.Exa. ficou sem mandato o Piauí ficou sem voz aqui em Brasília. Temos absoluta convicção de que todas as suas críticas, levantadas ainda no passado, estão se refletindo de uma maneira muito negativa hoje: a realidade financeira, o descaso administrativo, todo esse processo de corrupção do Governo Federal. Eu enalteço as palavras de V.Exa. no discurso de hoje e me somo a V.Exa., ao povo de bem do Estado do Piauí e ao povo de bem do Brasil para, juntos, montarmos aqui uma oposição construtiva, uma oposição responsável, em prol do nosso Brasil. Eu tenho absoluta convicção de que, nessa eleição, o Piauí sente-se muito mais representado por ter homens como V.Exa. aqui na Câmara Federal, eleito como Deputado Federal. Parabéns pelo retorno, parabéns pelo pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Eu agradeço ao nobre Deputado Rodrigo Martins pela colaboração e solicito que o seu discurso seja inserido no contexto deste pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não há como justificar, de maneira lógica, esse papai-noel praticado pelo Governo brasileiro com relação a esses investimentos nas termelétricas da Bolívia.

Nós temos carência, inclusive no Nordeste, no meu Estado, de investimentos urgentes no que diz respeito à geração de energia. Seria muito mais justo, seria muito mais lógico que esses recursos fossem aplicados ali. Já basta a questão tão falada do Porto de Mariel com relação ao empréstimo de setecentos e tantos milhões de dólares, que ninguém tem conhecimento de como foi feito, quais são as garantias, os prazos, porque tudo se deu no mais alto sigilo, enquanto o Porto de Luís Correia, que iria suprir as carências do Piauí, pois é o único Estado que não tem porto marítimo no Brasil, não recebe esse dinheiro, esse dinheiro não nos é dado, essa oportunidade não nos é concedida.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Deputado Rocha.

O Sr. Rocha – Nobre Deputado Heráclito Fortes, parabenizo V.Exa. pelo discurso. V.Exa. tocou em um ponto, em um assunto que é bastante relevante: os vultosos empréstimos que foram feitos para países que, muitas vezes, em grande parte das vezes, retribuem ao povo brasileiro com prejuízo. Eu queria lembrar a V.Exa. que, no final do Governo Lula, através do BNDES, foi aprovado recurso para pavimentar toda a região do Chapare boliviano, e isso serviu para inundar de drogas as nossas cidades. Então, queria aqui parabenizar, mais uma vez, V.Exa. pela lucidez, pela pertinência do discurso neste momento difícil que o País vive. Nós não podemos deixar de lembrar que o Brasil está financiando, muitas vezes, situações que vão trazer prejuízo para as nossas famílias, como foi o caso da pavimentação do Chapare boliviano, feito com dinheiro brasileiro, com dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Agradeço a V.Exa. o aparte.

Concedo, com muita alegria e emoção, um aparte ao Deputado Arthur Virgílio Bisneto.

O Sr. Arthur Virgílio Bisneto – Muito obrigado, Deputado Heráclito Fortes. Primeiro, é um prazer apartear V.Exa. Cresci assistindo aos seus discursos, aos seus posicionamentos firmes, e tenho muito orgulho de ser seu companheiro nesta Legislatura. V.Exa., como sempre, sobe à tribuna de forma eficaz, preparado, com os seus argumentos em dia, debatendo assuntos importantes. E, quando V.Exa. cita a questão dessa termelétrica, eu quero dizer que inclusive estou apresentando um requerimento – e podemos fazê-lo em conjunto – para que o Ministro Eduardo Braga explique exatamente o que é isso. Ao fazer mais uma concessão em um país que vive em recessão, nós vemos que não necessariamente a prioridade é a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Portanto, eu gostaria de parabenizá-lo e de reiterar o apreço, o respeito e o carinho que tenho por V.Exa. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Deputado Arthur Virgílio Bisneto, é uma alegria muito grande ouvi-lo. Aprendi a ser amigo do seu avô, do seu pai e herdo a sua amizade, que vem acompanhada da inteligência dos dois, mas, evidentemente, aperfeiçoada e atualizada.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Deputado Sarney Filho.

O Sr. Sarney Filho – Deputado Heráclito Fortes, antes de tudo, quero cumprimentá-lo pela sua atuação, pelo seu retorno à Câmara dos Deputados. V.Exa. é um quadro qualificado da política brasileira, foi um grande Senador, é um grande representante do Estado do Piauí e vem enriquecer aqui, com a sua presença, com o seu talento, com a sua inteligência, o nosso plenário, a Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que o discurso de

V.Exa. levanta uma questão que envolve vários aspectos. No que diz respeito à área da sustentabilidade, em que atuo, nós entendemos que a mudança que vem ocorrendo da nossa matriz energética é altamente nociva sob todos os aspectos. Além de aumentar o preço da energia, é emissora de gases do efeito estufa, ajuda a contribuir para o aquecimento global e para a mudança do regime de chuvas. A consequência disso tudo é a que nós vivemos hoje no Sudeste, é a que está sendo acentuada no Nordeste: é a crise da falta d'água, a famosa crise hídrica, que vem associada também ao grande e grave desmatamento da Amazônia, da Mata Atlântica e da Caatinga. Portanto, V.Exa. tem a nossa solidariedade e os nossos cumprimentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Agradeço a V.Exa. e fique certo de que seu aparte abrilhanta o meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Deputado Átila Lira.

O Sr. Átila Lira – Quero cumprimentar todos os colegas, a Sra. Presidente, especialmente este grande companheiro que é o Deputado Heráclito Fortes. Praticamente, nós começamos na política juntos. Fomos vizinhos de rua, sobretudo da minha família. E nos engrandece muito, depois da sua experiência como Prefeito de Teresina, Deputado Federal por várias vezes, Senador da República, o seu retorno à Câmara Federal justamente no nosso partido, o PSB. Portanto, seja bem-vindo! Nós temos causas nacionais para trabalhar, causas ambientais, causas de distribuição de renda e, sobretudo, causas para que este País volte a crescer. Seja bem-vindo, grande companheiro Heráclito Fortes!

O SR. HERÁCLITO FORTES – Concedo, com prazer, um aparte ao Deputado Jose Stédile.

O Sr. Jose Stédile – Muito obrigado, Deputado Heráclito Fortes. Nós, do Partido Socialista Brasileiro, temos orgulho da sua presença em nosso quadro. Quero dizer muito rapidamente, porque estamos tomando o seu tempo, que nós concordamos com a sua opinião em relação ao Brasil, especialmente quando se refere à PETROBRAS, que está sendo dilapidada, primeiro, com o leilão com apenas uma empresa; depois, com a compra de Pasadena; depois, com a descapitalização da PETROBRAS, e agora com toda essa corrupção. Parabéns, Deputado, pelas suas posições.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Agradeço a V.Exa.

Concedo um aparte ao Deputado Alberto Fraga.

O Sr. Alberto Fraga – Mestre Heráclito Fortes, eu queria só parabenizá-lo pelas suas colocações importantes e dizer que, para esta Casa, a sua volta é muito importante. V.Exa. tem um valor fantástico aqui, na luta, na defesa das causas, até mesmo das causas polêmicas. V.Exa., com a sua serenidade, com o seu equilíbrio, aponta a direção a se seguir. Não segue quem não quiser e quem está contra o povo. Por isso, parabéns, mais uma vez. Eu parabenizo V.Exa. pelo discurso.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Agradeço, meu caro Deputado Alberto Fraga, que sabe da minha admiração por V.Exa. Participamos da mesma sigla e já lutamos em campos iguais. É um prazer ouvi-lo.

Deputado Átila Lira, V.Exa. se arrependeu ou quer dizer mais alguma coisa, pedir um novo aparte? Com o maior prazer.

O Sr. Átila Lira – O que é isso? Eu estava tirando fotos melhores, porque a minha primeira gravata saiu por dentro. Eu não poderia deixar de registrar essa sua presença novamente nesta Casa.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Muito obrigado.

Srs. Parlamentares, como eu disse no início, é um motivo de muita alegria voltar ao convívio desta Casa, onde percorri durante anos as boas lutas das quais o Brasil participou. Cheguei aqui no calor do início do embate das Diretas Já; depois, a campanha de Tancredo, a Constituinte, convivendo com grandes quadros da política brasileira.

Aprendi muito nesta Casa, onde ocupei a 3ª Secretaria, a Liderança do Governo no Congresso Nacional e a Vice-Presidência, por 4 anos. Tive o maior prazer de conviver com figuras fantásticas. Para mim, esse período que passei aqui foi um aprendizado, e a minha volta, 12 anos depois, enche-me de alegria e de entusiasmo.

O que eu espero é que haja, neste momento, por parte dos que fazem o Governo, humildade suficiente para um debate político sem agressão, sem autoritarismo, para que possamos, juntos, procurar caminhos para esta crise.

Aliás, essa crise não pertence ao partido A, nem ao partido B; é uma crise nacional. Mas a responsabilidade maior pela solução dos problemas é de quem tem a caneta e o governo nas mãos, porque foram eles, após 12 anos no comando do País, que nos colocaram nesta triste situação em que nos encontramos hoje.

Faço um apelo a todos no sentido de que haja o diálogo para que nós possamos, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, encontrar um caminho para o Brasil no reencontro com a estabilidade econômica, no reencontro com a democracia plena, no reencontro, acima de tudo, com o crescimento de que nós precisamos.

Não é possível que nós estejamos na "lanterninha" do crescimento da América do Sul, da América Latina; que nós sejamos um dos piores países do mundo em exemplo de crescimento, quando temos tudo a oferecer. O que falta é decisão, é vontade política.

Meus caros amigos, povo brasileiro, é preciso que nos mantenhamos atentos para que o Brasil não afunde pela incompetência dos que estão no poder.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz) – Agradecemos ao Deputado Heráclito Fortes.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES – Sra. Presidenta, peço a palavra por 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Sr. Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, gostaria de registrar com muito pesar o falecimento do escritor Hélio Pólvora no último dia 26, quinta-feira.

Hélio ocupava a Cadeira 29 da Academia de Letras da Bahia e a Cadeira 13 da Academia Brasileira de Letras. Um itabunense que morreu feliz! Segundo sua esposa, Maria Pólvora Silva de Almeida, Hélio dizia que seu sonho era morrer escrevendo, era escrever até morrer.

Estendo meu sentimento de pesar a toda a família de Hélio Pólvora, ao povo baiano, em especial ao povo de Itabuna, minha cidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Esta Câmara enviará mensagem de pesar à família de Hélio Pólvora.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz) – Eu tenho a honra de convidar a minha colega, Deputada Moema Gramacho, da Bahia, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sra. Presidenta. É com muito orgulho que falo este termo "Sra. Presidenta".

Companheiros Deputados e Deputadas, eu quero começar, pois pode ser que não dê tempo, pedindo que sejam incluídos no meu pronunciamento e divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos Anais da Casa dois documentos: um do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que trata da questão da criança e do adolescente, e outro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

O que estão tentando fazer agora na CCJ é um estupro à Constituição, ao seu art. 60, § 4º, que trata dos direitos individuais, que não podem ser mexidos. Querem reduzir a maioridade penal.

É claro que qualquer crime tem que ser combatido, tem que ser prevenido. Os dados que estão aqui comprovam isso. O número de crianças que são assassinadas é infinitamente maior do que o de crianças que cometem crimes. Essas crianças precisam de proteção.

Esta semana votamos projeto que aumenta a pena para quem mata policial, e votei a favor. Nós devíamos fazer uma emenda para aumentar a pena daqueles que usam crianças para cometer crimes, assim como aumentamos a pena daqueles que matam policiais – e as lesões corporais contra policiais foram transformadas em crimes hediondos.

Peço que toda esta pesquisa, que é muito interessante, seja incluída nos Anais da Casa, porque não vai dar tempo de eu a ler toda.

Mas, Sra. Presidenta, eu também vim falar que neste mês de março fomos convidadas pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, para um encontro no Palácio da Alvorada. As Sras. Deputadas e Senadoras se sentiram muito à vontade, foram muito bem recebidas, de forma bastante descontraída. Éramos 49 mulheres. A nossa Presidenta teve uma conversa conosco bastante didática, tratando de um resgate histórico do nosso partido, de uma análise de conjuntura bastante aprofundada.

Houve também uma discussão sobre todas as políticas públicas de inclusão social, mas acima de tudo de defesa do direito das mulheres, do empoderamento das mulheres. Foi discorrido sobre Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, PRONATEC, universidades públicas, acesso à universidade por meio do FIES e do PROUNI, programas que cada vez mais têm ajudado às mulheres a terem condições de acesso à universidade e a políticas públicas desenvolvidas pela Presidenta Dilma. Aliás, nós que estávamos lá, Deputadas e Senadoras, temos que agradecer por essas políticas públicas iniciadas no Governo Lula, intensificadas no Governo Dilma e ampliadas neste segundo mandato.

A Presidenta Dilma explicou com detalhes o que significam as correções e ajustes. Nós estamos enfrentando momentos difíceis para o País na economia, vivenciando uma crise. Com certeza, apesar de toda a crise, o Brasil ainda enfrenta situações infinitamente melhores do que países europeus que, com a mesma crise, chegaram a um índice de desemprego altíssimo, chegaram a condições lastimáveis. Nós estamos vendo que nossa Presidenta está fazendo um esforço enorme para que possamos sair desta crise.

E é neste momento em que a Presidenta fala das correções e ajustes necessários que devemos nos somar a essa luta para garantir que nosso País saia das dificuldades que está atravessando.

Sra. Presidenta, vemos na televisão, 24 horas no ar, e nesta Casa, aves agourentas querendo o tempo todo que o Brasil quebre, que as pessoas fiquem desempregadas, que o Brasil não consiga superar esta crise. Isso nos deixa deprimidos. Eu queria dizer às Sras. e Srs. Deputados que, com a fala da Presidenta Dilma naquela reunião, a gente resgata a expectativa e a esperança de melhorias.

Eu gostaria de dizer não só da fala da Presidenta Dilma, mas também da realidade que vivenciamos nos rincões do nosso País. Estive no sábado passado com o Governador Rui Costa entregando obras na região do sisal, uma região de seca, e vi a felicidade do nosso povo por ter acesso àqueles bens.

No domingo, Sra. Presidenta, estive em Quijingue, Município de 28 mil habitantes, para informar sobre nosso mandato. Estiveram lá mil pessoas. Tivemos oportunidade de ver amigos, como os companheiros Pequinho, de Euclides da Cunha, Evaristo, de Monte Santo, Silvania, Vereadora de Monte Santo, Almirinho, Prefeito de Quijingue, e diversos outros da região.

Tive também oportunidade de conversar com um senhor de 90 anos, chamado Bieta, eleitor de Dilma. Ele não precisava votar, mas foi votar em Dilma. O Sr. Bieta estava agradecido, assim como todas aquelas pessoas que estavam naquele ambiente, pelas políticas públicas que foram implementadas. Eu olhei nos olhos daquele povo e vi a verdade neles quando dizia que Dilma e Lula são efetivamente aqueles que olharam para os que mais precisam no nosso País. Só Lula e Dilma conseguiram adentrar nossos rincões para levar água, energia, Bolsa Família e incluir socialmente 36 milhões de pessoas.

A gente chega aqui e vê – e na mídia também – muitos sem envergadura moral para atirar a primeira pedra, porque corrupção sempre houve neste País, dizer que o PT inventou a corrupção, crucificar o PT e a Presidenta Dilma, como se pudessem jogar a primeira pedra.

Eu sou de um Estado, o Deputado Davidson Magalhães sabe, onde votavam num cidadão, que já passou por este Congresso, porque roubava, mas fazia. Era isto que diziam: *"Votem nele, porque ele rouba, mas faz"*. Eu fui Deputada de oposição, combati esse discurso do rouba, mas faz, comum na Bahia. Entretanto, vejo muitos que eram adeptos daquele sistema virem crucificar o Partido dos Trabalhadores. Nós não queremos nivelar por baixo, queremos que sejam punidos todos aqueles que praticaram ilícitos. Agora, é para a Justiça punir os do PT e de todos os outros partidos.

Quero parabenizar a Ministra Cármen Lúcia porque ela já mandou abrir inquérito para investigar o Sr. Senador Agripino Maia, sob suspeita de ter recebido propina de mais de 1 milhão de reais; quero parabenizar também o Ministério Público de São Paulo, que começa a ver a necessidade de apurar o "trensalão" tucano – está hoje nos jornais a possibilidade de investigação do "trensalão" tucano —; quero que a CPI do Senado que vai investigar recursos, mais de 100 bilhões, que podem ter passado por fora da Receita e sido escondidos em outros países, efetivamente cumpra seu papel de investigar aqueles que sonegaram impostos.

Estou concluindo, nobre Presidenta. Desculpe-me, Deputado Davidson, pelo volume de informações de que venho tratar.

Eu queria que todos aqui assinassem todas as CPIs, para investigação de tudo. Se for para atirar pedra, que não fique pedra sobre pedra, que se investigue tudo, porque nós não vamos ser Cristo! Nós não vamos ser crucificados! Nós temos certeza de que o povo sabe quem governou para a maioria, sabe quem leva as políticas públicas para a maioria da população. E eu não tenho dúvidas de que o exército do povo marchará conosco contra a corrupção, exigindo punição, ao mesmo tempo, sabendo que Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores não esconderam a corrupção embaixo do tapete e garantiram a melhoria da qualidade de vida.

Obrigada, Sra. Presidenta.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A ORADORA

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

NOTA AOS PARLAMENTARES DO CONGRESSO NACIONAL.

Sobre os Aspectos Constitucionais da proposta de Redução da Idade Penal

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, órgão deliberativo e controlador da política de promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil brasileira, criado pelo Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 1.196 de 1994 considerando o processamento de iniciativas legislativas que abordam os aspectos constitucionais da idade penal no Brasil, dizer o seguinte:

Considerando que o Estado brasileiro para o exercício do controle social baseou sua Carta Constitucional nos Princípios de Direitos Humanos.

Considerando que, tratando de crianças e adolescentes, este controle social está esculpido na Doutrina da Proteção Integral encarnado no Artigo 227 e 228 da Constituição Federal.

Considerando que para consecução da proteção permanente de crianças e adolescentes e sua elevação jurídica a condição de prioridade absoluta o Estado adotou de forma indissociável os sistemas primário, secundário e terciário, na forma da Lei 8069/90.

Considerando que no conjunto das normas internacionais encontra-se o compromisso do Estado brasileiro com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, adotada e proclamada pela Resolução n. 217-A, da Assembleia Geral das Nações Unidas, constitui marco referencial, pois é o primeiro documento oficial construído no âmbito das Nações Unidas para garantir a igualdade de direitos dos cidadãos, inclusive o de crianças.

Considerando ainda o compromisso assumido internacionalmente com o primeiro documento mundial que afirmou a preocupação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, neste caso a Declaração dos Direitos da Criança em Genebra (1924), mas só em 1959 foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU.

Considerando a Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos com o maior acolhimento na história universal, ratificado pela grande maioria dos países e o Brasil adotou o seu texto na integralidade através do Decreto nº 99.710/90 e depois ratificado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 28/90, passando a ser norma cogente interna.

Considerando as Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil – Regras Mínimas de Beijing, adotada pelo Brasil, que trata do reconhecimento que quanto a situação do adolescente, ou seja, a etapa inicial do desenvolvimento humano, e por esta razão necessitam de uma atenção e uma assistência especial, com vista ao seu desenvolvimento físico mental e social, e uma proteção legal em condições de paz, liberdade, dignidade e segurança.

Considerando as Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da Deliquencia Juvenil – Diretrizes de Riad, também adotada pelo Brasil, que colocam sob o seguinte fundamento: "A prevenção da delinqüência juvenil é uma parte essencial da prevenção do crime na sociedade".

Ao enveredarem por atividades lícitas e socialmente úteis e ao adotarem – uma orientação humanista em relação à sociedade e à vida, os jovens podem desenvolver atitudes não criminógenas.

Considerando as Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade, adotada pelo Brasil, reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas quanto a necessidade de proteção especial que os jovens privados de liberdade possuem devido a sua alta vulnerabilidade, criou orientações para assegurar os direitos desses indivíduos em condição peculiar.

Considerando ainda o que preconiza o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU, aberto à adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 1992, e incorporado ao ordenamento jurídico abordando o tema da proteção à infância.

Considerando ainda em âmbito das Américas a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica assinada em 22 de novembro de 1969, na cidade de San José, na Costa Rica, e ratificado pelo Brasil em setembro de 1992,adotado pelo Brasil, que consolida entre os países americanos um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito aos direitos humanos essenciais, independentemente do país onde a pessoa resida ou tenha nascido.

Considerando que estes fundamentos jurídicos internacionais foram encarnados na Doutrina da Proteção Integral e consolidados como pressuposto da liberdade (garantia fundamental) através dos Artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988.

Considerando que a Doutrina da Proteção Integral se dá atrévés dos princípios norteadores de direitos humanos, consagrados por estes documentos internacionais e em sede constitucional que, em seu artigo 1º, estabelece como Princípio da República Federativa do Brasil a primazia dos Direitos Humanos.

Considerando o que trata o Artigo 50, § 2º: os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Considerando o que trata o Artigo 60, § 4º: Não será objeto de deliberação a proposta emenda tendente a abolir: (...); IV – os direitos e garantias individuais;

O CONANDA, a partir de suas atribuições institucionais, insta os parlamentares a declarar, com base nos Artigos 1º, 5º, 60, § 4º da Constituição Federal de 1988, a inconstitucionalidade da Proposta de Emenda Constitucional 171 de 1999, em prestigio aos fundamentos da República Federativa do Brasil, ao Estado de direito e a democracia.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ofício Circular nº 001/2015-ASL

Brasília, 19 de março de 2015

À Exma. Senhora
Deputada Federal Moema Gramacho
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Assunto: PEC 171/1993. Redução da maioridade penal. Considerações.

Senhora Deputada Federal.

Cumprimentando-a cordialmente, levo ao conhecimento de V.Exa. que, ante a importância da matéria para a sociedade brasileira, a Ordem dos Advogados do Brasil acompanha atentamente a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n. 171, de 1993, que "altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)".

Registre-se, inicialmente, que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entende ser flagrantemente inconstitucional a redução da maioridade penal.

Em breves considerações, o art. 60, § 4º, da Constituição Federal de 1988, prevê que não poderá ser objeto de emenda à Constituição matéria tendente a diminuir, a limitar ou a reduzir um direito individual. Nesse contexto, torna-se intangível a maioridade penal aos 18 anos, tendo em vista ser um direito individual por excelência, previsto no art. 228 da Carta Magna, ao prescrever que "são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial".

Os direitos individuais não são apenas aqueles previstos no art. 5º da Constituição da República, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 939, incluindo, também, a garantia da anterioridade tributária, posta no art. 150, nessa categoria.

Se uma garantia do contribuinte – a anterioridade tributária – foi considerada uma garantia individual, quanto mais a garantia do indivíduo, do adolescente, de somente ser considerado um adulto a partir dos 18 anos de idade, para fins penais.

No mesmo raciocínio, têm-se posicionado tanto a doutrina quanto a jurisprudência pátria. Alexandre de Moraes afirma "que o rol do art. 5° é exemplificativo, existindo outros direitos e garantias individuais espalhados pela Constituição Federal e, consequentemente, existindo outras cláusulas pétreas com base no art. 60, § 4º, IV da Constituição Federal".

Ademais, não se pode olvidar do princípio da vedação do retrocesso constitucional, implícito na Constituição, que decorre de vários princípios, entre eles: do Estado social e democrático de direito, da dignidade da pessoa humana, da máxima eficácia e efetividade das normas definidoras de direitos fundamentais e da segurança jurídica.

Esse princípio caracteriza-se pela impossibilidade do legislador reduzir os direitos sociais amparados na Constituição, ou que tenham sido positivados em normas infraconstitucionais, garantindo ao cidadão o acúmulo e proteção de seu patrimônio jurídico e a sedimentação da cidadania.

No Direito Constitucional Brasileiro, o primeiro doutrinador a tratar da proibição do não retrocesso social foi José Afonso da Silva, para quem normas definidoras de direitos sociais teriam sido concebidas como normas programáticas, que dependem da atividade do legislador vinculada às imposições constitucionais, onde a lei nova não pode desfazer o grau de efeitos da constituição.

Para Luis Roberto Barroso também se apresenta o impedimento de retrocesso social como um princípio implícito, onde o comando constitucional não pode arbitrariamente ser ceifado. Veja-se:

"Nessa ordem de ideias, uma lei posterior não pode extinguir um direito ou uma garantia, especialmente os de cunho social, sob pena de promover um retrocesso abolindo um direito fundado na Constituição. O que se veda é o ataque à efetividade da norma, que foi alcançada a partir de sua regulamentação. Assim, por exemplo, se o legislador infraconstitucional deu concretude a uma norma programática ou tornou viável o exercício de um direito que dependia de sua intermediação, não poderá simplesmente revogar o ato legislativo, fazendo a situação voltar ao estado de omissão legislativa anterior."

Após esta breve exposição, reafirmando o posicionamento da OAB, aproveito a oportunidade para reafirmar que a Instituição continua à disposição de V.Exa. para contribuir com os debates de tão relevante matéria.

Colho o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Marcus Vinicius Furtado Coêlho,** Presidente Nacional da OAB.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Vamos ouvir uma breve comunicação do Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, faço apelo de um educador a outro educador, o Secretário de Educação do Pará, com quem conversamos em ato recente, porque no Estado há uma greve que já alcança mais de 80% dos Municípios. Isso não é bom para a população, isso não é bom para os educadores.

Os pontos são relativamente simples: cronograma de reforma de escolas – são 800 escolas precárias – e cumprimento do piso salarial nacional, que é lei. Acho que tudo é possível com diálogo, e o Governo tem que dar esse passo.

Eu, como ex-dirigente do SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará, como Deputado Federal, estou me colocando à disposição para ajudar no que for possível, a fim de termos uma solução para o problema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Obrigada, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Raquel Muniz) – Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso o tempo da Liderança para falar do meu Estado, São Paulo, mas falarei de assuntos que não interessam apenas a esse que é o Estado mais populoso do País e que por conta de alguns pontos específicos tem sido manchete e objeto do noticiário nos últimos meses.

Vou falar especificamente sobre dois assuntos. Primeiro sobre criminalidade. O Estado de São Paulo abriga 43 milhões pessoas, 23% da população brasileira. Como não poderia deixar de ser, onde 95% das pessoas vivem nas cidades os problemas de violência talvez sejam os maiores desafios que o Governo Estadual vem enfrentando, e não apenas nos últimos anos. Há 20 anos vem investindo em segurança – combate à criminalidade, recursos humanos, inteligência, equipamentos – para dar respostas àquela população que sai de todo o Brasil para morar lá, a fim de conviver com segurança e tranquilidade.

Na última semana, nos últimos dias foram divulgados, como aliás fazem todos os meses – São Paulo é o Estado que tem mais transparência com relação aos índices de segurança —, os últimos números, de que rapidamente vou dar conhecimento a este Plenário e aos que nos assistem.

São Paulo reduziu todos os índices relacionados a crimes patrimoniais em fevereiro e houve acentuada diminuição dos crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa. O número de furtos em geral é o menor desde 2002, há 13 anos, recuou 14,1%, e em 2015 já foram registrados 13.245 boletins de ocorrência a menos do que em 2014.

O roubo de veículos, que preocupa tanta gente, diminuiu quase 28%; houve redução de quase 2.500 crimes. Neste ano o roubo de veículos já diminuiu 23% em todo o Estado. Os latrocínios caíram 40%, 39,4% – 13 ocorrências a menos do que em fevereiro do ano passado. Na série histórica do mês, a quantidade é menor desde 2010.

Os flagrantes de tráfico de entorpecentes – todos nós sabemos que o que leva à prática da maioria dos crimes na sociedade são as drogas, que o tráfico de drogas é responsável por tanta criminalidade no País – aumentaram em 11%. Os estupros caíram 19,3% no mês de fevereiro, comparativamente.

Cito um dos dados mais importantes, referenciado pela ONU: a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes dos últimos 12 meses, pela segunda vez na sua série histórica, ficou abaixo do limite apontado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 10 mortes. São Paulo é o Estado que tem o menor índice de homicídios, considerando-se a taxa para 100 mil habitantes, e atingiu o número, pela segunda vez, de 9,86 casos.

Esses são resumidamente os números, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que revelam o trabalho e a luta obstinada do Governo de São Paulo, liderada pelo atual Secretário da Segurança, Alexandre Moraes, mas principalmente o resultado de uma polícia combativa – Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, todas unidas para combater o crime em São Paulo. E estão sendo vitoriosas, os índices estão mostrando que estamos vencendo a batalha da criminalidade no Estado.

E não acabou, os números ainda são altos. Ninguém está contente com eles. O Governador Geraldo Alckmin tem dito em todas as suas manifestações sobre criminalidade em São Paulo: *"Nós não estamos satisfeito. É uma batalha todos os dias"*. É uma batalha da qual São Paulo não vai abrir mão, nem com recursos, nem com equipamentos. Também não vai abrir mão principalmente de contar com a sociedade para ajudá-la, através de vários mecanismos, dos conselhos que existem, como o Conselho Comunitário de Segurança, que, juntos com a imprensa, ajudam a fazer com que esses índices sejam diminuídos.

Então, eu queria registrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa satisfação em poder vir aqui no dia de hoje dar essas boas notícias ao Brasil, as boas notícias de todos os paulistas, e manifestar nossa convicção de que estaremos sempre lutando para melhorá-las ainda mais.

Parabéns, Governador Geraldo Alckmin! Parabéns, Secretário Alexandre Moraes! Parabéns, principalmente, Polícia de São Paulo.

Muito obrigado. *(Palmas nas galerias.)*

A Sra. Raquel Muniz, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, Deputado Manato, eu gostaria de fazer uma sugestão a V.Exa., que sempre tem autoridade nesta Casa, também quando se assenta a essa mesa para presidir com tamanha competência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Pois não.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 17h52min. Temos apenas 123 pessoas registradas em painel. Sugiro a V.Exa. fazer uma convocação para que os Parlamentares saiam de seus gabinetes e venham ao plenário, para atingirmos o quórum e darmos início à Ordem do Dia. Temos uma sessão extraordinária com diversas matérias.

Conto com os auspícios de V.Exa. nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Obrigado, nobre Deputado. Na Casa já há 290 Deputados.

Então, convoco todos os Deputados para comparecerem ao plenário, pois o painel já foi aberto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Mauro Pereira, do Rio Grande do Sul.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estivemos hoje na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em companhia do nosso Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente Eduardo Cunha. Fomos muito bem recebidos pelo nosso Governador, José Ivo Sartori, e pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Edson Brum.

A Câmara dos Deputados, a nossa Casa, está fazendo debates muito positivos, como o que aconteceu sábado, em São Paulo. Nós estamos indo ao encontro das pessoas, Prefeitos, Vereadores, para tratar de assuntos pertinentes ao nosso País, como a reforma política. Ao mesmo tempo, estamos atendendo a anseios da população, como a proposta de emenda à Constituição, que vai tramitar na Casa, que visa reduzir de 39 para 20 o número de Ministérios. É uma agenda que a Câmara Federal está fazendo de forma positiva, ouvindo nossos cidadãos.

Eu quero até pedir desculpas a nossa sociedade, porque em frente à Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, lugar de povo ordeiro, hospitaleiro, trabalhador, educado, como é a sociedade rio-grandense, infelizmente um grupo de pessoas agiu de forma deselegante, por assim dizer, com tremenda falta de educação, até no momento da execução do Hino Nacional brasileiro, com xingamentos a todo tempo.

Essa atitude não faz parte do povo brasileiro. Nós já assistimos a diversas manifestações no País ordeiras, educadas. É disso que precisamos. E a Câmara Federal – os Deputados, as Comissões – está pronta para receber e dialogar de forma ordeira, como sempre acontece nesta Casa.

Infelizmente, no dia de hoje houve um ato que, sem sombra de dúvidas, não é a cara do povo brasileiro. O povo brasileiro é, na sua maioria, educado, que gosta de fazer política com seriedade. E nós podemos dizer, olhando no olho de qualquer cidadão: esta Casa, ao longo desses meses, vem procurando atender e ouvir a população, e estamos votando os projetos que realmente vão ao encontro dos interesses da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Conclua, Deputado.

O SR. MAURO PEREIRA – Eu quero parabenizar nosso Presidente Eduardo Cunha pelos projetos colocados em pauta, pela demanda positiva que esta Casa vem fazendo. Esse é um trabalho de todos os Deputados. Com certeza nós vamos continuar ouvindo a população, visitando nossos Estados. Todos nós pessoalmente, nas Comissões e nos nossos gabinetes, temos respeito por toda a sociedade e por todas as diferenças que existem. Mas somos seres humanos e, o principal, educados e queremos que esse respeito que temos pelas pessoas seja recíproco, especialmente por parte dos cidadãos. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Juscelino Filho.

O SR. JUSCELINO FILHO (Bloco/PRP-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna movido por forte sentimento com a chocante realidade social que ainda temos no País e no meu Estado.

Semana passada, o programa *Repórter Record Investigação* mostrou como vivem famílias que não têm o que comer. São 7 milhões de brasileiros que passam fome.

Os exemplos da reportagem, quatro Municípios do Maranhão: Belágua, Fernando Falcão, Marajá do Sena, Centro do Guilherme.

Como brasileiro, como maranhense, estou triste, consternado, exatamente igual aos muitos cidadãos que viram aquelas cenas horríveis de mães e crianças desnutridas, chorando, sofrendo.

Essa situação é um dos motivos que me fez entrar na política, pois só através dela podemos mudar isso. O País, que é a sétima economia do mundo, que se orgulha de seu povo generoso e solidário, não pode ficar cego, paralisado, omisso diante da miséria de irmãos nossos.

Sr. Presidente, eu sei que o Brasil é campeão de redução da extrema pobreza, que o Programa Bolsa Família é modelo para o mundo: 14 milhões de famílias (50 milhões de pessoas) foram atendidas em 2014, 22 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza.

No Maranhão, em 10 anos, a quantidade de famílias atendidas pelo Bolsa Família saltou de 250 mil para quase 1 milhão, o benefício médio subiu de 100 reais para quase 600 reais.

Mas, o ritmo de redução da extrema pobreza foi dos menores dentre os Estados nordestinos. Por isso, temos de agir rápido, a fome tem pressa. Reconheço que muitos esforços vêm sendo feitos pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e por várias Prefeituras.

Muitos cidadãos, empresas, organizações não governamentais e entidades da sociedade têm ajudado muita gente que precisa.

Mas ainda somos um País desigual, entre as regiões, os Estados, as famílias, as pessoas. Há muita distância entre ricos e pobres.

No Maranhão, onde a economia e a renda média cresceram bem acima do Nordeste e do Brasil, conforme dados do IBGE, o desenvolvimento humano ainda é ruim, a mortalidade infantil é alta.

Sr. Presidente, tenho consciência do tamanho do desafio que temos a enfrentar e tenho esperança na capacidade de superação do nosso povo. Sei da minha responsabilidade com os milhares de votos que tive. Tenho compromisso com o Maranhão, com o Nordeste, com o Brasil, especialmente com os mais pobres.

Como Parlamentar, vou usar o direito constitucional que tenho para fiscalizar os recursos públicos. Vou verificar o quanto foi destinado aos Municípios, o que foi aplicado, onde e como o dinheiro foi usado, quem foi beneficiado. Quero ver a prestação de contas. Vou mostrar o que estiver errado.

Reafirmo minha disposição para usar a força desta Casa e do meu mandato para melhorar a qualidade de vida do povo.

Para se desenvolver de forma justa, o Brasil e o Maranhão precisam de mais investimentos estruturantes, não do injustificável cancelamento deles, como ocorreu com refinaria da PETROBRAS.

Nós não podemos dormir tranquilos enquanto um único brasileiro estiver passando fome, nem no Maranhão, nem em nenhum lugar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra à nobre Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Carlos Manato, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna nesta tarde para saudar a cidade de Salvador, que ontem, dia 29, completou 466 anos. Foi a primeira Capital do Brasil Colônia e sem dúvida é berço cultural, multirracial e multirreligioso da Nação brasileira.

A Capital baiana completa 466 anos, teve sua fundação por Tomé de Souza, e vive, sem dúvida, os dramas de uma metrópole. É a terceira cidade em população no País, com quase 3 milhões de habitantes, e um enorme cinturão de pobreza que aperta a cidadania e leva a índices sociais ainda extremamente preocupantes.

É nessa quadra que Salvador se vê governada por um projeto absolutamente atrasado de pão e circo, de garantia da pulverização de eventos ao vento, deixando educação em situação caótica, saúde em situação precária, com postos de saúdes sem funcionamento e bairros populares em abandono, apesar da maquiagem bem montada das vias principais da cidade.

Somos uma cidade de declives, de vales, de avenidas, de encostas. Por isso, somos uma cidade que precisa de mobilidade diferenciada: elevadores, como já fez há mais de 1 século; planos inclinados, instrumentos baratos, facilmente organizáveis; metrô.

Por isso, nos 466 anos da cidade onde nasci e que amo, da cidade que me dá a maior parte dos votos para estar nesta Casa – estou no meu quarto mandato como Deputada Federal, depois de ter sido duas vezes Deputada Estadual —, aproveito para parabenizar todos os soteropolitano e também para erguer cada vez mais

alta a bandeira de uma cidade melhor, mais democrática, onde a especulação imobiliária, através da circunstância de uma efetiva atitude de privilegiá-la, não seja a grande vencedora das riquezas da cidade, ao invés de o povo ser beneficiado através dos seus direitos.

Parabéns a Salvador. Vamos construí-la uma cidade de todos nós!

Muito obrigada. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Teobaldo, do PR de Pernambuco. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. RICARDO TEOBALDO (Bloco/PR-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês de abril nós vamos ter em Pernambuco a inauguração de fábrica da FIAT, a segunda montadora de automóveis do mundo. Isso significa um avanço muito grande para o Estado e para o Nordeste. É um projeto que vai estruturar a região, promovendo desenvolvimento e gerando emprego em Pernambuco.

Porém, temos uma situação. É preciso que a FIAT possa, juntamente com a Sada, a empresa que trata dos seus terceirizados, olhar para os cegonheiros, os motoristas das carretas que transportam os automóveis das indústrias automobilísticas. A Sada de Minas Gerais cuida dos transportes de veículos fabricados em todo o Brasil, inclusive em Pernambuco. O que nós temos hoje no Estado? Mais de 140 cegonheiros que prestam serviço a outras empresas, que inclusive transportam veículos usados, estão à mercê da vontade da Sada para transportar a produção da FIAT.

A FIAT, para se instalar em Pernambuco, recebeu incentivos estaduais e federais. Nós não podemos aceitar que a Sada corte os cegonheiros pernambucanos, pessoas que sobrevivem de carretas, que transportam automóveis. É fundamental que todos tenham a mesma oportunidade. O crescimento econômico de Pernambuco não terá sentido se não contribuir para melhorar a qualidade de vida dos pernambucanos. Nós não vamos admitir de forma alguma que os cegonheiros sejam excluídos desse processo.

Estamos empenhados, apoiando os cegonheiros, o sindicato de Pernambuco, o SINTRAVE. Os cegonheiros uniram Assembleia Legislativa, Governo do Estadual e Deputados Federais de Pernambuco. Inclusive hoje já falou aqui sobre essa questão o companheiro Gonzaga Patriota. Além dele, outros também já usaram a tribuna. É importante que possamos unir a bancada federal de Pernambuco e, se for preciso, do Nordeste em defesa dos cegonheiros do Estado e da região. Nós não vamos aceitar que a Sada exclua os companheiros pernambucanos.

Pretendemos não que os cegonheiros possam atrapalhar a produção ou o escoamento de carros da FIAT, de forma que não consiga retirar as unidades produzidas, mas apoiar os cegonheiros em qualquer ação que desejem fazer no Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que veicule este pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Goulart, do PSD de São Paulo. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. GOULART (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste pela *TV Câmara* e leitores do *Diário Oficial,* quero aproveitar esta oportunidade para falar da importante visita que nosso Presidente, Deputado Eduardo Cunha, fez ao Estado de São Paulo na semana passada.

Tive a oportunidade de, ao lado de várias Deputadas e Deputados, acompanhar S.Exa. à FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, onde apoiamos o pleito das mulheres por 30% de participação feminina no Parlamento. Cumprimento todas as mulheres que estiveram lá nessa luta. No dia seguinte tive oportunidade também de participar da Câmara Itinerante, que esteve na Assembleia Legislativa.

Mas venho hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para falar do descaso dos Governos, não importando se Estadual ou Federal, com relação à Rodovia Raposo Tavares, a rodovia da morte, no trecho de Itapetininga a Paranapanema. Ela é duplicada até Itapetininga, e logo depois da cidade se torna pista única.

É uma região produtora – inclusive Holambra II está sediada em Angatuba —, uma série de caminhões trafega naquela via, e lamentavelmente é uma pista simples, simples e malcuidada. Se fosse pista simples bem cuidada... Mas, devido ao peso dos caminhões, a via está sempre com grandes buracos, e não tem sinalização. Existe o compromisso do Governo do Estado de simplesmente melhorá-la. Mas só melhorar não adianta, é necessário compromisso dos Governos de fazer a duplicação.

Temos a grande reivindicação da construção de uma ponte que ligue Paranapanema a Itatinga, e o projeto de um porto seco. Mas a distância que liga a Itapetininga, passando por Porangatu, ou a Avaré, é muito grande. Então, é muito importante a construção dessa ponte sobre a represa daquela região, que facilitaria muito o acesso de moradores e produtores.

Aproveito para cumprimentar mais uma vez os moradores de Biguaçu, cujo aniversário foi ontem. Participei de desfile cívico. Assisti ao jogo, no sábado, da Seleção Brasileira de Master, mas infelizmente não pude jogar, porque o Corinthians não me liberou. No próximo jogo pedirei com antecedência e jogarei.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela, do PR de Minas Gerais. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Manato, Sras. e Srs. Parlamentares, nós não poderíamos deixar de nos expressar em relação a tantas matérias aqui nesta Casa, mas há uma em especial, que não está na pauta hoje, à qual eu não poderia deixar de fazer menção: a questão das GCMs, as Guardas Municipais aqui no Brasil.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 534, de 2002, que regulamenta as Guardas Municipais, precisa ser votada o mais rápido possível.

Votamos aqui, há 2 anos, o Projeto de Lei nº 1.332, de 2003, que seguiu para o Senado Federal, onde foi aprovado, e as Guardas Municipais tiveram uma condição melhor em todo o Brasil.

Nada impede que a PEC 534 seja votada. Ela não causa impacto financeiro para o Governo e vai trazer dignidade a essa nova modalidade de segurança pública para o Brasil.

É importante que as Guardas Municipais sejam devidamente valorizadas. Nós tivemos aqui na Comissão de Segurança Pública a presença de Pedro Bueno, Comandante Naval, e de vários outros integrantes das Guardas Municipais. Precisamos resolver essa questão o mais rápido possível.

Hoje pela manhã, falei sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004. Precisamos resolver essa questão da Polícia Penal no Brasil. Os agentes penitenciários não podem mais continuar da maneira que se encontram em relação à segurança pública. Precisamos dar qualificação, dignidade, qualidade de vida, para que esses homens e mulheres estejam preparados para enfrentar os conflitos dentro dos presídios brasileiros.

Aproximadamente 600 a 700 mil pessoas estão encarceradas. Pelo menos mais 200 mil precisam ser encarceradas, e nós temos homens e mulheres que não são suficientes para fazer as guardas desses presídios nem a condução dos presos.

A PEC 308, que cria a Polícia Penal, é de fundamental importância. Esperamos que seja votada neste plenário o mais rápido possível.

Portanto, Sr. Presidente, conto com o apoio dos colegas para votarmos a PEC 534, referente às Guardas Municipais, e a PEC 308, relativa à Polícia Penal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra a Deputada Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais. V.Exa. tem 3 minutos na tribuna, nobre Deputada.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, venho a este plenário registrar a enorme satisfação que nós filiados ao Partido Comunista do Brasil vivemos quando do seu aniversário de 93 anos. Por que essa satisfação?

Nós vivemos uma crise de representação; nós vivemos um momento em que a sociedade se distancia da representação política. Há nas diferentes manifestações uma expressão de combate e de tentativa de criminalizar a ação política. Nós não podemos deixar que essas atividades se realizem sem resposta, porque democracia pressupõe instituições sólidas, instituições de representação.

A ação política é a forma pela qual nós realizamos as mudanças, as transformações de que a sociedade necessita. Não há possibilidade de construir democracia sem partidos políticos. Evidentemente, nós consideramos que os partidos políticos têm que cada vez mais se consolidar com a identidade programática.

O que pensa o meu partido, o Partido Comunista do Brasil, neste momento em que atravessam o mundo e o nosso País? Pensa exatamente que tivemos uma crise econômica de dimensões múltiplas que atinge o conjunto dos países desenvolvidos e não desenvolvidos. Existe também uma crise de liderança mundial. Que nós possamos atravessar esta quadra do mundo sem apelar para conflitos, reforçando cada vez mais a busca de alternativas para entendimentos pela paz, pela coexistência.

É exatamente nesse sentido que meu partido, o Partido Comunista do Brasil, considera que é preciso construir uma sólida e ampla aliança em que nós possamos defender os caminhos que o Brasil necessita cruzar para retomar seu desenvolvimento, seu crescimento econômico e enfrentar os desafios de ampliar os investimentos.

Dentro dessa perspectiva de construir uma aliança em torno de um projeto de desenvolvimento econômico, nós consideramos que é necessário também pactuar uma aliança política que assegure a institucionalidade. Nós não podemos imaginar que devemos discutir questões relativas à interrupção do mandato de

uma Presidente legitimamente eleita. Nós devemos consolidar nossa democracia ampliando a aliança política, o pacto político pela manutenção da institucionalidade, da legitimidade conquistada nesse último período.

Que esta Casa vote cada vez mais projetos que assegurem o desenvolvimento amplo, os investimentos e sobretudo a segurança tranquila de uma soberania que não permitirá que nos afetem os conflitos externos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Mendes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. VICTOR MENDES (PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, eu gostaria primeiramente de agradecer ao Líder Sarney Filho e a toda a bancada do PV por ter me facultado este tempo para falar e pontuar algumas questões não ainda de âmbito nacional.

Peço vênia aos colegas Deputados e Deputadas para fazer um recorte, um registro desse final de semana no Maranhão.

Quero parabenizar o Prefeito de Mirador, Joacir Andrade, cidade que completou 77 anos e que tem a maior unidade de conservação do Estado, a Unidade de Conservação Estadual do Parque do Mirador, onde nasce um dos principais rios que abastecem São Luís, o Rio Itapecuru. Então, é uma cidade estratégica, do ponto de vista ambiental, por sua riqueza de fauna e flora.

Eu gostaria de registrar esse grande dia, esse grande evento e externar um abraço a todos os Vereadores, a toda a equipe de secretários que participaram dessa grande festa e principalmente ao povo de Mirador.

Outro registro, Sr. Presidente, também nesse mesmo sentido. Parabenizo o Prefeito de Pinheiro, Filuca Mendes, pelas grandes inaugurações de obras naquele Município. Pinheiro é uma cidade-polo da Baixada Maranhense, com 80 mil habitantes, onde nasci, que tenho muito orgulho de representar no Parlamento Federal, assim como todo o Estado do Maranhão.

Abro este espaço especial para registrar essa grande festa que aconteceu, com inauguração de obras, como o restaurante popular, uma escola climatizada, com toda tecnologia e acesso de alunos e professores. Realmente é uma escola muito moderna.

Assim, registro a grande participação da população nesses dois eventos, tanto em Mirador quanto em Pinheiro, e externo meus cumprimentos a todos os Vereadores, ao Vice-Prefeito César Soares e ao Secretariado e parabenizo por esse grande dia importante para a cidade, em especial pelo lançamento do restaurante popular, obra social de grande envergadura que vai ajudar muitas famílias carentes feita com recursos próprios do Município.

Esses eram os registros que tinha a fazer, agradecendo mais uma vez a minha bancada por me ceder o tempo da Liderança para fazer esses importantes e necessários registros sobre o nosso Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá para fazer um registro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de deixar registrada a grande preocupação dos aposentados por não ter sido votada na semana passada a emenda que lhes estendia o reajuste do salário mínimo.

A Presidente editou medida provisória no dia da votação, logicamente impedindo essa possibilidade de apreciar as emendas. Mas nós já apresentamos as mesmas emendas na medida provisória. É desculpa sem sentido de que precisava estar em vigor antes de 1º de maio. Primeiro, não vai estar vigor em 1º de maio, ainda vai demorar muito mais tempo para ser votado. Depois, o salário mínimo não se altera mais em 1º de maio; já foi alterado em 1º de janeiro.

Essa é uma desculpa lavada, um passa-moleque em quem é de idade. Isso não pode acontecer. Sem dúvida nenhuma, vamos lutar para aprovar essas emendas e também para entrar na pauta o projeto que altera o fator previdenciário, que rouba direitos dos trabalhadores, depois de 35 anos de idade, em 40%, se for homem, e em até 50%, se for mulher. Isso não pode continuar acontecendo!

Obrigado, Presidente Manato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar da satisfação de congratular-me com todos os soteropolitanos, porque Salvador comemorou ontem 466 anos de fundação.

Durante o dia, acompanhei o Governador Rui Costa em vasta agenda no Bairro de Cajazeiras, entregando obras; na Ribeira, garantindo a revitalização da Fábrica Cultural, ao lado da artista Margareth Menezes; no

Uruguai, entregando ali título de propriedade de várias unidades habitacionais. Portanto, foi uma alegria poder comemorar o aniversário de Salvador.

Também registro a comemoração do aniversário de alguns outros Municípios do interior, como Pé de Serra e Gavião.

Sr. Presidente, além disso, gostaria de fazer uma homenagem a Prisco Viana, que foi homenageado por esta Casa em sessão solene e, na ocasião, não tive oportunidade de me pronunciar. Mas é um amigo querido, por isso, eu queria deixar aqui este registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das primeiras cidades brasileiras, sede do império português nos primórdios da Colônia, Salvador, Capital da Bahia, comemorou no último domingo, dia 29 de março, 466 anos de fundada.

Reconhecida em todo o mundo pelas suas belezas naturais, exuberância, criatividade e alegria, a soterópolis chega à maturidade, com mais leveza, reinventando-se a cada dia.

Para entender um pouco do perfil desta curiosa cidade, precisamos voltar ao passado e entender a sua história. Em 29 de março de 1549, o português Tomé de Souza desembarca na Praia do Porto da Barra, com a incumbência de construir a primeira capital brasileira. O local foi escolhido estrategicamente. Tanto o projeto quanto o nome vieram prontos de Portugal.

A escolha do nome "São Salvador da Bahia de Todos os Santos" foi uma referência à Baía, descoberta no dia de Todos os Santos, e uma homenagem feita pelos colonizadores católicos do Império Português a Jesus Cristo, o Salvador no cristianismo.

Primeira sede da administração colonial portuguesa no Brasil, a cidade projeta-se sobre a Baía de Todos os Santos, assumindo um formato triangular. Cresceu no entorno da Baía e foi dividida inicialmente em Cidade Alta e Cidade Baixa, devido ao relevo acidentado, em cujo vértice estava, em uma ponta, o Farol da Barra e, na outra margem, o Cais do Porto, o primeiro do Brasil e um dos mais importantes da América.

Salvador antigamente era chamada de "Bahia" ou "cidade da Bahia". Também recebeu epítetos de "Roma Negra" e "Meca da Negritude", por ser uma metrópole com uma alta percentagem de negros. Um Município com quase 3 milhões de habitantes, a sua grande maioria formada por afrodescendentes.

Salvador é a cidade mais populosa do Nordeste, a terceira do Brasil, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, e a oitava da América Latina. A superpopulação que se concentra na cidade traz consigo alguns problemas estruturais que precisam ser revistos imediatamente.

Um dos epicentros da desigualdade social no Estado, há tempos, a Capital baiana sofre com a violência, a falta de segurança pública, saúde precária, o crescimento desordenado, a falta de infraestrutura urbana, transporte e educação precários, além do desrespeito ao meio ambiente.

Apesar de ser a segunda Capital mais rica do Nordeste e entre as primeiras do Brasil, alguns indicadores relativizam essa riqueza. Como no resto do Brasil – e principalmente do Nordeste –, há uma grande desigualdade em diversos aspectos.

O IDH é levemente maior que o do Brasil, mas pode se reduzir a níveis da África ou se elevar a níveis da Europa, dependendo do bairro ou região da cidade considerados.

De acordo com o PNUD, o IDH-M do bairro do Itaigara, um dos mais nobres da cidade, é de 0,971. Este número faz do bairro um dos detentores do melhor IDH-M do Brasil.

O Caminho das Árvores, Iguatemi, Pituba e Loteamento Aquárius possuem 0,968. A Avenida Paulo VI e o Parque Nossa Senhora da Luz possuem 0,965, fazendo destes todos citados iguais ou maiores que da Noruega, líder mundial há 6 anos.

Porém, locais como Areia Branca e CIA Aeroporto, na periferia norte da cidade, amargam índices de 0,652. Coutos e Fazenda Coutos, no Subúrbio Ferroviário, com índices de IDG que chegam a 0,659; somados a eles, vem o Bairro da Paz e Itapuã, com 0,664. Todos estes bairros possuem índices menores que países como a África do Sul, Guiné Equatorial e Tajiquistão, localizados na África e Ásia Central.

A cidade possui também bairros como Liberdade, Brotas e Paripe, que detêm a maior concentração de pessoas por metro quadrado. Liberdade, por exemplo, é conhecido como o bairro mais negro da América Latina, e Brotas, como um dos bairros mais populosos do Brasil. Mas Salvador é assim, e é este povo soteropolitano que enche as ruas e vielas, a faz única e especial.

É berço de grandes nomes no cenário artístico, com destaque mundial. Personalidades como Dorival Caymmi, Jorge Amado, Glauber Rocha, irmã Dulce – a primeira santa brasileira – Mãe Menininha do Gantois, Neguinho do Samba – o criador do samba-reggae; e hoje, personalidades vivas como mãe Stella de Oxóssi,

Cid Teixeira, Gilberto Gil, Vovô do Ilê, Carlinhos Brown, Margareth Menezes, entre tantos e tantas que elevam o nome da cidade à categoria de "capital cultural do País".

Sem falar nos anônimos, artistas que fazem da rotina diária uma luta poética de sobrevivência que encanta todos os visitantes da soterópolis. A cidade é uma veia latente de criatividade, que emana a cada minuto exemplos de cultura e arte.

Salvador segue como uma das capitais mais belas, calorosas e animadas do Brasil. A cidade descobriu o potencial do seu povo, que, unida exploração das artes, belezas naturais e patrimônios culturais, atrai cada dia mais turistas.

A indústria do turismo é hoje um dos principais potenciais da Capital. É o principal destino turístico da Bahia e um dos principais do Brasil. Apesar dessa importância, a cidade vive hoje um período de abandono, com alguns equipamentos, que poderiam servir aos baianos e turistas, sendo a cada dia desabilitados por falta de conservação e investimentos em políticas públicas mais eficientes.

O Pelourinho, um dos orgulhos da cidade, ponto oficial de tortura dos escravos, onde existem mais de 800 casarões, diversas igrejas e museus, vive em completo abandono.

Os parques da cidade, a exemplo do Parque do Abaeté, São Bartolomeu e Parque das Dunas, são vítimas diárias do descuido e da invasão e especulação imobiliária. Os 50 quilômetros de belas praias sofrem com a falta de investimentos e casos de poluição. Além disso, toda a periferia, que é muito rica em belezas naturais, também sofre com a falta de investimentos públicos e melhoria da qualidade de vida do seu povo.

É nesse sentido que desejo encerrar este pronunciamento, dirigindo apelo aos representantes do poder público municipal, para que possam olhar para a cidade como um todo; não apenas cuidem dos cartões postais da cidade.

É preciso que se veja que ela vai além das fronteiras que margeiam os roteiros turísticos. Percebam que esta jovem senhora de 466 anos, que cresce a cada dia, ultrapassa limites e vai de encontro a um povo que tirou da mistura de raças e costumes o seu principal tempero. Um povo que luta a cada dia pela sobrevivência. Um povo que sabe comemorar como ninguém as lutas e vitórias marcadas a cada por do sol.

Viva Salvador! Axé para a cidade da Bahia!

É o que tenho a dizer!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, sete Municípios baianos comemoram aniversário de emancipação política. Quero deixar registrado nos Anais desta Casa legislativa a passagem das datas, como uma forma de homenagear a população destas cidades.

A primeira homenagem que presto é ao Município de Quijingue, que comemorou, no segundo domingo de março, 25 anos de emancipada. A festa foi marcada pela realização de eventos esportivos e culturais. Entre eles, o ponto alto foi a "Cavalgada da Emancipação", uma das tradições da data.

Quijingue é um pequeno Município do sertão baiano, e fica a aproximadamente 300 quilômetros de Salvador. A população de quase 30 mil habitantes é formada basicamente por pequenos produtores da agricultura familiar e comerciantes. A cidade tem uma forte veia cultural e religiosa, um povo acolhedor e hospitaleiro.

A segunda cidade a ser homenageada é Gavião, este pequeno Município da Bacia do Jacuípe, comemorou na quinta-feira passada, dia 19 de março, 30 anos de emancipada.

Uma cidade com características que poderiam ser encontradas em qualquer Município do Brasil, especialmente os nordestinos, Gavião é especial. Encravada às margens da BR-324, a 250 quilômetros de Salvador, é uma cidade tranquila e calma, e proporciona aos seus moradores rotinas que não são mais vistas nos grandes centros urbanos, como, por exemplo, o convívio solidário entre as famílias. A cidade tem uma cultura religiosa forte, a começar pelas comemorações em torno do aniversário, que coincidem com a festa de São José Operário, celebrada na mesma data. O santo é um dos patronos desse povo.

O aniversário de emancipação política de Gavião foi marcado por atividades cívicas, religiosas, culturais e esportivas. Um dos pontos altos foi a tradicional Maratona da Liberdade, que anualmente reúne diversos atletas da região.

O terceiro Município a ser homenageado é a cidade de Pé de Serra, que fez aniversário de 85 anos de emancipação política na sexta-feira, dia 20 de março. O ponto alto das comemorações foi a Festa do Vaqueiro, tradição do município, com desfile físico e atividades culturais. Estive na cidade e pude comemorar com o Prefeito e o povo a alegria do lançamento de diversas obras.

Pé de Serra é um Município com 15 mil habitantes, que fica a 280 quilômetros de Salvador, logo no início da chamada Estrada do Feijão. A região tem natureza exuberante, com belas paisagens desenhadas em torno de morros e chapadas.

Por fim, deixo registrado ainda, nas comemorações desta semana, Monte Santo, no norte da Bahia, que comemorou 177 anos de emancipação. Monte Santo, cidade com forte cultura religiosa, especialmente neste período da Semana Santa, reúne milhares de romeiros que repetem a tradição da procissão do fogaréu.

Temos nesta mesma data as comemorações da cidade de Tucano, que também celebra 177 anos de liberdade política e administrativa. Tucano, cidade-natal do ator Othon Bastos, destaca-se pelo turismo, devido à Estância Hidromineral de Caldas do Jorro.

Além disso, tem ainda Itaberaba, no Portal da Chapada Diamantina, que celebra 138 anos de independência na quinta-feira, dia 26 de março. Itaberaba é reconhecida em todo o Brasil como principal exportador de melancia e abacaxi.

Por fim, no dia 27 de março, sexta-feira, é o dia das comemorações de Ouriçangas, no sertão baiano, com 53 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com isso, finalizo esta singela homenagem a estes seis pequenos Municípios, que têm em si características similares, por estarem localizados no semiárido baiano. Parabéns aos Prefeitos, Vereadores e, em especial, a toda população dessas cidades.

Era o que tinha a falar!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã esta Casa realizou sessão solene de homenagem póstuma a Prisco Viana, e eu, lamentavelmente, não tive condições de chegar a tempo para dela participar.

Quero deixar aqui registro de homenagem que presto a esse importante líder da política baiana. Sem dúvida, no mês passado, perdemos um protagonista da história política do século XX. Partidos de todas as ideologias lamentam a morte do nosso querido Luiz Humberto Prisco Viana.

Órfão na cidade baiana de Caetité, a mais de 700 quilômetros de Salvador, Viana teve uma infância difícil. Por interferência de Getúlio Vargas, porém, nosso homenageado foi estudar no melhor Colégio do Brasil, o Dom Pedro II, no Rio de Janeiro.

Formou-se em jornalismo, e rapidamente chegou à Secretaria de Comunicação no Governo de Luiz Viana Filho, na Bahia. Elegeu-se Deputado Federal pela primeira vez em 1970. Foi representante do povo por sete mandatos consecutivos, quase três décadas, de 1971 a 1999.

Nesse período, o Brasil transitou entre uma cruel ditadura e uma democracia renovada. O Parlamentar que homenageamos teve importância fundamental para seu Estado durante todos esses anos, e também para o Brasil. Graças à sua liderança e competência legislativa, foi, como Deputado Federal Constituinte, Relator na Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições, em 1987, e titular da Comissão de Sistematização, em 1987 e 1988. Ambas as Comissões foram muito importantes na definição do atual arcabouço jurídico brasileiro.

Licenciou-se desta Câmara por duas vezes, ambas na Legislatura 1987-1991, para exercer os cargos de Ministro de Estado da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, de 1987 a 1988, e de Ministro de Estado da Habitação e Bem-Estar Social, de 1988 a 1989.

Foi interlocutor privilegiado por governantes, Parlamentares e jornalistas, ajudando o Brasil a superar a ditadura e consolidar sua democracia. Nesta Casa, assinou quase 800 pronunciamentos, projetos, pareceres, requerimentos e outros trabalhos legislativos, praticamente um trabalho por semana de atividade parlamentar.

Participou de várias Comissões, de todos os tipos, na Câmara e no Congresso, bem como de delegações brasileiras no exterior, como a que negociou o Acordo Internacional do Cacau, em 1972.

A partir de março de 1979, Secretário-Geral da Arena, vinculou o sucesso da liberalização política ao apoio de seu partido. Defendeu o multipartidarismo no mesmo ano, processo que futuramente permitiria ao nosso Partido Comunista do Brasil sair da clandestinidade, na qual permanecera por décadas.

Prisco Viana lamentou o atentado do Riocentro, em maio de 1981, garantindo na ocasião que a explosão frustrada e outros atos terroristas não teriam a força de mudar a determinação democrática da sociedade brasileira.

Líder do PDS em 1985, manifestou-se contrariamente à utilização indiscriminada de decretos-leis, e passou a apoiar o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República e Prefeito das capitas e zonas de segurança. No ano seguinte, filiou-se ao PMDB, a convite do Presidente do partido, Ulysses Guimarães. Apoiou a vitoriosa candidatura de Waldir Pires ao Governo baiano, dando seguimento ao seu projeto de enfraquecer Antonio Carlos Magalhães.

Quando o PFL lançou a candidatura de Sílvio Santos à Presidência da República, em 1988, Prisco, então Ministro de Sarney, declarou que o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, seria o "único capaz de virar o Brasil de cabeça para baixo". Deixou o Ministério de Sarney e, em 1989, integrou a CPI Mista sobre o Sistema Globo de Rádio e Televisão, mirando no seu ex-colega, o Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães.

Em setembro de 1991, votou a favor da abertura do processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo. Em 1996 candidatou-se à Presidência desta Casa, tendo por plataforma a independência do Legislativo frente ao Executivo, o cumprimento do Regimento Interno e a democratização das decisões no Parlamento. Viana contou com o apoio da maioria dos Parlamentares oposicionistas da época, como o PT, o PDT e o nosso Partido Comunista do Brasil.

Em 1997, manifestou-se contrário à reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, e favorável à realização de um plebiscito sobre o tema. Em 1998, pronunciou-se contra o fim da estabilidade do servidor público, item da reforma administrativa. Deixou a Câmara em janeiro de 1999, ao final de sua sétima Legislatura.

Eu, como um dos representantes da Serra Geral e da Bahia neste Parlamento, não poderia deixar de também render as minhas homenagens a esse ardoroso representante dos interesses da Bahia e da Serra Geral. O filho de Caetité foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores defensores dessa região, sobretudo a cidade de Guanambi.

Sras. e Srs. Deputados, o Partido Comunista do Brasil homenageia esse político que, embora muitas vezes adversário de nossas convicções, destacava-se por sua honestidade, inteligência e capacidade crítica. Pessoas assim, no Parlamento e na sociedade, sempre farão falta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. tem a palavra para um registro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer um fato que tem causado muita estranheza às pessoas que nos apoiaram e que acompanham nosso mandato: a assinatura da PEC de autoria do Deputado Cabo Daciolo que trata de mudar a frase importante da nossa Constituição *"todo o poder emana do povo"*.

Nós gostaríamos de dizer que assinamos essa PEC pelo motivo de que é praxe nesta Casa assinar iniciativas parlamentares, para que tenham prosseguimento, para que tenham andamento. De forma alguma se trata de concordância com o conteúdo da proposta, a qual, evidentemente, se chegar a vir a voto, terá nosso voto contrário. Eu gostaria de deixar muito claro isso, porque muitas vezes as pessoas estranham determinadas iniciativas nossas.

Para concluir, quero dizer que nossos eleitores, que as pessoas que acompanham nosso mandato podem ficar tranquilas porque não daremos nosso aval a qualquer mudança na Constituição com o cunho que está declarado no projeto do Deputado Cabo Daciolo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado. Está feito o registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Com a palavra o Deputado João Daniel, do PT de Sergipe. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu queria registrar com muito carinho que a Assembleia Legislativa de Sergipe realiza sessão especial de devolução simbólica dos mandatos dos homens cujos mandatos foram cassados durante a ditadura militar.

Eu queria parabenizar a Assembleia, em especial a iniciativa da nossa companheira, Deputada Ana Lúcia, que participa desse ato simbólico da entrega dos mandatos do nosso ex-Governador, Seixas Dória, cassado pela ditadura militar; dos Deputados Estaduais Cleto Maia, Viana de Assis, José Nivaldo dos Santos, Baltazar José dos Santos, Antônio de Oliveira e Armando Domingos.

É uma sessão especial que cumpre a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Faço esse registro para que fique na memória de todos os homens e mulheres do nosso País a nossa história, pois no período da ditadura muitos brasileiros lutaram e foram perseguidos e muitos Parlamentares perderam seus mandatos, atingidos pela falta de democracia, pela ditadura.

Portanto, meus parabéns à Assembleia, em especial aos lutadores e lutadoras do nosso querido Estado de Sergipe!

Sr. Presidente, também quero destacar a bela audiência pública feita na última sexta-feira na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, quando tivemos a oportunidade de debater o uso dos agrotóxicos, da qual participaram representantes de órgãos públicos estaduais e federais, de movimentos sociais e da sociedade civil organizada sergipana. Tivemos a oportunidade de, das 9h30min às 14h30min, ouvir as várias denúncias dos graves problemas que têm ocorrido no País e no mundo.

O Brasil não pode continuar sendo o país que mais consome agrotóxicos, aumentando o número de doenças e afetando o futuro das nossas crianças e jovens. Está comprovado que em várias partes do País até o leite materno está contaminado, como também a água das chuvas.

Portanto, nós precisamos debater o assunto na Comissão de Agricultura desta Casa e construir um modelo que ajude a produzir alimentos saudáveis e a desenvolver uma agricultura que respeite o meio ambiente, preserve a vida e pense no futuro do nosso País, das nossas gerações.

Muito obrigado!

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que a Deputada Ana Lucia realiza hoje na ALESE uma sessão solene de devolução simbólica dos mandatos cassados por perseguição política do Governador Seixas Dórea (PR) e dos Deputados Estaduais Cleto Sampaio Maia (PRT), Viana de Assis (PR), José Nivaldo dos Santos (PR), Baltazar José dos Santos (PSD), Antônio de Oliveira (PTB) e Armando Domingues (PCB).

A sessão acontece em cumprimento à resolução de iniciativa da Deputada Estadual Ana Lúcia e terá início às 17 horas.

Durante o seu mandato de Governador do Estado, Seixas Dórea estava realizando as reformas de base em Sergipe em consonância com o projeto implementado em âmbito nacional pelo presidente João Goulart. Por se posicionar contra o golpe militar de 1964 e defender a democracia, foi perseguido e teve o seu mandato extinto.

Considerados subversivos por não terem aceitado o golpe de Estado e por alertarem a sociedade sobre o regime golpe de Estado que estava sendo implementado no Brasil, Cleto Maia, Viana de Assis, José Nivaldo dos Santos, Baltazar José dos Santos e o suplente Antônio de Oliveira tiveram seus direitos políticos cassados em 14 de maio de 1964, logo após a deposição do Governador do Estado, Seixas Dória. Os cinco foram considerados "infratores da Lei de Segurança Nacional" pelo General Mendes Pereira, comandante da VI Região Militar, que solicitou a cassação, e pela maioria dos então colegas Deputados que votaram e aprovaram a revogação dos mandatos.

O médico comunista e grande ativista das causas populares Armando Domingues (PCB), cassado em 1947, também terá seu mandato devolvido simbolicamente. Sua cassação, ocorrida quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi considerado ilegal, aconteceu num período em que o regime político no Brasil sequer era ditatorial.

Defensora da democracia, a companheira Ana Lúcia foi quem apresentou os projetos de resolução que tornaram nulas as decisões que extinguiram os mandatos. Para ela, a devolução tem um profundo significado político e representa um passo histórico em direção à consolidação da democracia. *"A mesma casa que deslegitimou a soberania nacional, tem agora a chance de devolver os direitos políticos a estes importantes atores que lutaram pela democracia sergipana e brasileira e que foram injustiçados e perseguidos"*, avalia a Deputada Ana Lúcia.

Concordamos com a Deputada Ana Lúcia. Apesar de a devolução ser simbólica, é extremamente educativa e pedagógica e mostra à população que nós não podemos aceitar a ditadura e que nós queremos aprofundar nossa democracia. Que esses dias sombrios jamais voltem em nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que nosso mandato realizou um seminário em Aracaju na última sexta-feira, dia 27 de março, que debateu os danos causados pelos agrotóxicos aos trabalhadores rurais, pela aplicação, e os efeitos que geram à saúde das pessoas, pelo consumo de alimentos contaminados. Esse foi um dos temas tratados durante o seminário.

O seminário aconteceu no plenário da Assembleia Legislativa de Sergipe. Nós apresentamos um requerimento na Comissão de Agricultura. As galerias e o plenário da Assembleia ficaram lotados de participantes, que debateram as causas dessa utilização inadequada e da forma como vêm sendo manipulados os agrotóxicos e os danos causados tanto para os trabalhadores como para os que consomem os produtos cultivados com sua utilização. Agricultores, técnicos, representantes dos movimentos sociais, entidades governamentais, estudiosos do tema colaboraram com o debate com propostas para tentar mitigar esse problema que tem crescido a cada dia no Brasil.

Esse é um tema de grande importância e por isso propusemos o debate amplo sobre ele nesse seminário. É de extrema gravidade a situação que temos vivido no País. Já está comprovado, através de pesquisas, contaminação de leite materno por agrotóxicos consumido pelas mães, contaminação da água da chuva e consequentemente da terra e com isso um agravamento das doenças.

Vamos nos empenhar como Deputado Federal. junto com a bancada de Sergipe e a bancada federal do PT, para viabilizar os projetos para Sergipe, especialmente nessa linha de combate à monocultura e ao agronegócio e ajudar a construir um projeto novo de agricultura, comprometido com a natureza e com os homens e mulheres que lutam por uma sociedade mais justa e fraterna.

Durante o seminário, os participantes discutiram os problemas ambientais resultantes do uso desses produtos e foram destacadas as ações governamentais destinadas à superação dos problemas relacionados. Participaram da primeira Mesa, o Procurador Regional do Trabalho e Coordenador do Fórum Nacional de Com-

bate aos Agrotóxicos, Pedro Luiz Gonçalves Serafim, que representou o Procurador-Geral do MPT; o Procurador do Trabalho em Sergipe e Coordenador do Fórum Estadual, Manoel Adroaldo Bispo; o Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Sergipe, Gileno Damascena; o Coordenador Nacional da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, Jorge Montalván Rabanal.

Nessa Mesa, os participantes apresentaram suas experiências, os problemas decorrentes da manipulação e consumo de produtos que utilizam agrotóxicos, tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente. O Procurador Pedro Serafim lembrou que o MPT é fiscal da lei e sua obrigação é fazer cumprir a lei. Segundo ele, existem várias dificuldades no setor regulatório. *"O Estado está desaparelhado"*, afirmou. Para ele, a sociedade deve ver isso, porque ela participando também fortalece o trabalho do Ministério Público do Trabalho, que não pode estar ausente desse tema que são os agrotóxicos.

O procurador informou que todos os Estados sofrem com esse problema e o número de denúncias é crescente no que se refere à saúde do trabalhador e do consumidor. *"Porque o veneno está na mesa com muitos produtos contaminados e cidadão precisa saber disso. Da parte do Ministério Público vamos cobrar para que se cumpra a lei e o Estado funcione nesse tema e o cidadão seja beneficiado com a proteção que ele precisa e seja salvo dessa agonia que é o agrotóxico"*, declarou Serafim, que em sua explanação citou alguns casos de intoxicação de trabalhadores do País.

Vários dados foram apresentados pelo palestrante, entre eles, que os agrotóxicos não são remédios para plantas, mas, sim, veneno; que a taxa de crescimento do mercado brasileiro de agrotóxico, ente 2000 e 2010, foi de 190%, contra 93% do mercado mundial. O Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo com 19% do mercado mundial.

O Procurador do Trabalho em Sergipe, Manoel Adroaldo Bispo, Coordenador do Fórum Estadual de Combate aos Agrotóxicos, também destacou os problemas dessa utilização indiscriminada dos venenos nas lavouras no Estado. Segundo ele, esse é o mal do século e, mais que isso, um mal silencioso. *"As clínicas tiveram um incremento de 50% em sua clientela de pessoas acometidas por câncer"*, observou, citando uma das implicações a longo prazo na saúde das pessoas por essa exposição, seja através da aplicação ou da alimentação com produtos contaminados.

Representando o MST, Gileno Damascena disse que a luta dos movimentos camponeses ligados à Via Campesina tem sido denunciar esse uso indiscriminado desse modelo agressivo de cultivo no mundo. Ele lembrou que enquanto alguns países na Europa estão banindo o uso de agrotóxicos, o Brasil caminha na contramão. *"Nós dos movimentos sociais temos lutado pelo fortalecimento da agricultura camponesa, contra o uso de agrotóxicos e é obrigação nossa estar nas fileiras e apoiar os assentamentos que estão na transição para a agroecologia, mas essa responsabilidade toda não pode ser jogada toda para o agricultor"*, disse Gileno, ao ressaltar que o seminário serviu também para revigorar movimentos e técnicos que lutam pela agroecologia.

A segunda mesa teve a participação de representantes de órgãos governamentais que falaram sobre como os problemas do uso dos agrotóxicos são considerados em cada uma das entidades e as providências que vêm sendo tomadas por cada um deles para a mitigação dos males causados e a perspectiva de mudanças na forma de produção. Participaram dela o Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Sergipe, Adailton dos Santos; o representante do Ministério da Agricultura no Estado, André Barreto Pereira; o Chefe-Geral da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, Manoel Moacir Macedo; e o Assessor da Vigilância Sanitária Estadual de Sergipe, representante do Ministério da Saúde, José Laércio Fontes.

Estiveram presentes ao seminário, a quem queremos agradecer, a Deputada Estadual Ana Lúcia (PT) e o Deputado Jairo Santana (PRB); o Deputado Federal Jony Marcos, também membro da Comissão de Agricultura da Câmara; o Secretário de Estado da Agricultura, Esmeraldo Leal; o Coordenador da Vigilância Sanitária Estadual, Antônio de Pádua Pombo, representando o Secretário de Saúde, José Macedo Sobral; o Reitor do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Ailton Ribeiro; a Profa. Tereza Raquel, representando o Reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Prof. Angelo Antoniolli; além de representantes de Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Territórios da Cidadania, Conselho Regional de Nutrição, Sindicato dos Psicólogos, Associação dos Engenheiros Agrônomos (AEASE), sindicatos de trabalhadores rurais, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), além do publico que compareceu e participou das atividades. Nós iremos dar continuidade a esse trabalho e encaminhar todas as demandas que surgiram no seminário.

O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, permita-me uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – V.Exa. tem 1 minuto para sua comunicação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar todos que participaram ontem, no Rio de Janeiro, no Posto 6, em Copacabana, do relançamento da luta pela PEC 300/08. O Cabo Daciolo fez o convite. O Major Olimpio, o Pastor Eurico e eu estivemos presentes. Vamos começar essa luta. Aproveito para saudar esta Câmara, que tem votado vários projetos na área de segurança pública extremamente importantes.

Eu queria poder votar a PEC 308/04, que trata da Polícia Penitenciária, bem como a PEC 534/02, que regulamenta constitucionalmente as Guardas Municipais, extremamente importantes.

Lembro que foi votado na Comissão de Seguridade, na semana passada, requerimento para a realização de audiência pública para discutir guarda compartilhada. Apesar de ser lei, algumas varas não a estão aplicando. Já sugeri que façam recursos ao tribunal e representações ao Conselho Nacional de Justiça. Guarda compartilhada é lei e o juiz tem que cumprir!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Concedo a palavra ao Deputado Laudivio Carvalho, que já está na tribuna, por 3 minutos.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar esta oportunidade para fazer um breve relato sobre minhas proposições apresentadas nesta Casa nesse curto período de 2 meses de atividade legislativa. Quero lembrar que sou estreante na vida política e mesmo assim, com apenas 2 semanas de mandato, apresentei o primeiro projeto de lei.

Apresentamos o Projeto de Lei nº 374, de 2015, que dá autonomia aos delegados de polícia para aplicar medidas de proteção imediatas às vítimas e às testemunhas de crimes e também de ameaças. Isso, sem tirar a autonomia do Ministério Público e do Judiciário. A minha intenção é dar celeridade ao processo e evitar que essas vítimas e testemunhas sejam coagidas, não relatem um crime por opressão ou até mesmo morram antes de o processo ser encerrado.

Dando sequência nosso segundo projeto, o Projeto de Lei nº 586, de 2015, propõe a substituição de fianças por medidas cautelares, alterando o Código de Processo Penal e dando mais garantias de que o autor não vai interferir na investigação do processo. Hoje, ao efetuar a prisão em flagrante, os delegados de polícia têm apenas 2 opções: ou mantêm o bandido preso ou concedem uma fiança. No caso de ser prestada a fiança, não é possível, nas regras atuais, que sejam impostas algumas medidas cautelares pelo delegado para que se evite que o indiciado fuja. Com isso, atualmente, não existem garantias de que o processo pode ser concluído. É importante, Sr. Presidente, ressaltar que novamente todas as ações do delegado de polícia serão efetivamente controladas pelo Judiciário, que poderá mantê-las ou modificá-las de forma cabível.

O terceiro projeto, o Projeto de Lei nº 873, de 2015, reserva vagas para reeducandos de bom comportamento prisional. Acrescenta, ainda, dispositivo à Lei nº 8.666, de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública, reservando 10% do trabalho a reeducandos de bom comportamento no sistema prisional.

O que eu pretendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que o bandido cumpra a sua pena, mas trabalhando – aquilo que eu disse, sempre, em toda a minha vida como repórter policial por mais de 30 anos. Ele tem que cumprir pena trabalhando, ele tem que pagar na cadeia pelo crime cometido, mas tem que pagar também o almoço, o jantar, o café da manhã, o guarda que toma conta, o banho quente dele e também o banho de sol. Lugar de bandido é na cadeia, mas trabalhando. Entendo que o primeiro passo para um malfeitor retornar à sociedade é assim, trabalhando: na construção de rodovias; nas reformas de prédios públicos, como escolas, hospitais, etc.

Paralelamente a essa proposta, destaco que também fiz uma indicação ao Ministério da Justiça, sugerindo que na construção de novos presídios sejam construídos também centros de capacitação técnica para a profissionalização dos detentos.

Por último, Sr. Presidente, protocolei, no final da semana passada, o Projeto de Lei nº 874, de 2015, que aumenta o cumprimento da pena para crimes hediondos, estupro, tortura, tráfico e outros. A progressão do regime previsto, de acordo com nossa proposta, se dará após o cumprimento de 70% da pena, se o condenado for primário.

Obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL, do Pará. S.Exa. dispõe de 3 minutos para o seu pronunciamento.

Estou transferindo a lista do Pequeno Expediente anterior. S.Exa. ainda não havia falado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho alguns assuntos escritos, mas vou tocar num tema importante. Acabei de conversar com

alguns profissionais hoje, por telefone, e não foi possível conversar com o amigo matemático que, por amor à justiça, à causa social, se transformou em defensor público da União e hoje dirige o órgão no meu Estado, o Pará.

Hoje, dia 30 de março, foi assinada uma medida provisória que cria, de forma precária, essa importante instituição que compõe o sistema de justiça do nosso País. Viu-se, ao longo das últimas décadas, mormente após a Constituição de 1988, avanços importantes no fortalecimento do sistema de justiça do nosso País.

O Poder Judiciário foi se enraizando com comarcas aonde outrora não chegava. O Ministério Público ressurgiu com força. Aliás, no ano passado, tentou-se quebrar a força do Ministério Público. Foi importante, na minha avaliação, a derrota da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011.

As investigações ora feitas sobre o escândalo da PETROBRAS demonstram a importância do poder investigatório realizado pelo Ministério Público. Quero dizer com isso que algumas instituições receberam um tratamento carinhoso, digno.

Talvez pelo fato de este País, há mais de 5 séculos, vilipendiar, em nome de interesses de uma minoria, a dignidade da maioria do seu povo, a Defensoria Pública, por ser a possibilidade da assistência jurídica aos pobres, seja tratada como uma parte menor, sem valor, do sistema de Justiça do nosso País. *(Palmas nas galerias.)*

Daqui a pouco – já há acordo –, entra um projeto, não o único necessário. Há que se dar muitos passos para fortalecer essa instituição tão importante em um país onde a criança é vilipendiada, prostituída, agredida, explorada no trabalho, onde sofre tantas outras injustiças, enquanto os ricos metem a mão no dinheiro público e sabem que um percentual significativo vai servir para pagar grandes bancas de advogados.

O pobre, mesmo inocente, é preso e não tem assistência jurídica. Daí a importância de se fortalecer a Defensoria Pública. *(Palmas nas galerias.)*

Está expressa aqui a minha solidariedade à Defensoria Pública da União e às Defensorias Públicas nos Estados.

Concluo dizendo que a bandeira, neste momento, é a equiparação remuneratória, porque é preciso dar dignidade à instituição e aos seus servidores.

Muito obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Vamos votar contra! Vamos votar contra! Esse discurso é para votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Defensoria do Tocantins, nosso Estado, tem nos ajudado muito e pode contar com o apoio do Deputado Gaguim, ex-Governador de Tocantins! *(Palmas nas galerias.)*

A Defensoria ajuda realmente os necessitados, aquelas pessoas que precisam que seus processos tramitem com custo baixo, sem ter que pagar custos elevados para a sociedade.

Então, Defensoria Pública do Estado de Tocantins e do Brasil, conte com o Gaguim!

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex, do Paraná.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o jornal *Gazeta do Povo* trouxe, neste final de semana, um levantamento sobre o voto facultativo no Brasil, um dos temas em debate na Comissão Especial da Reforma Política. Na última Comissão, eu fui o autor do assunto, e conseguimos aprovar, por uma diferença muito pequena, e hoje está em debate nesta Casa, o voto facultativo no Brasil.

Essa matéria traz as estatísticas da presença nas urnas, o fato de ser um direito ou um dever. O voto é um direito, mas, sendo obrigatório, passa a ser uma imposição. Também trata a matéria a respeito da presença do eleitor nas urnas, inclusive da eleição do Chile.

O que é mais legítimo: levar um número maior de eleitores pela obrigatoriedade, sendo que, no dia da eleição, um desses eleitores acaba pegando um papel no chão para votar; ou levar pela livre e espontânea vontade o eleitor que quer o seu representante sendo eleito através do voto facultativo?

São mais de 200 países que adotam o sistema facultativo, e em pouco mais de 20 países o voto é obrigatório – e o Brasil é um deles, infelizmente. Muitos me dizem o seguinte: *"Realmente, é um direito, mas o Brasil não está preparado"*.

A primeira reforma política feita no Brasil tratou do voto feminino, da presença das mulheres. E o que se dizia naquela época? *"É um direito, mas acho que não estamos preparados para que as mulheres votem."* Hoje, é inadmissível que elas não estejam presentes, assim como já é inadmissível que em uma democracia plena se obrigue o eleitor a votar.

Vamos debater o assunto! Quem sabe nessa Comissão Especial o voto passe a ser facultativo. Não sei se será nesta semana ou na próxima, daqui a 10 anos ou 50 anos, mas um dia o voto será facultativo. Vivemos em um Estado Democrático de Direito, e o caminho é este: dar o direito ao cidadão de, primeiro, escolher se quer

ou não votar. Para aqueles que querem, vem a reforma política e tudo o que estamos discutindo; para aqueles que não querem, o direito resguardado de não votar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lobbe Neto, que disporá de 3 minutos.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Parlamentares, caro amigo Deputado Gilberto Nascimento, que preside os trabalhos desta Casa hoje, estamos aqui para trazer uma reivindicação da cidade de São Carlos.

Nesse fim de semana houve várias atividades no Município, onde moro, e região. Primeiro, a inauguração da Airship do Brasil, que está preparando projetos para fazer um dirigível para cargas e, com isso, melhorar o transporte e a infraestrutura de cargas no País.

Esteve presente o Deputado Federal Duarte Nogueira, representando nosso Governador Geraldo Alckmin, que é do transporte e logística do Estado de São Paulo. Também várias personalidades do segmento aeronáutico estiveram nesse evento importante. Esperamos que essa fábrica dê continuidade a projetos de grande interesse para a parte de logística e transportes, Correios, cargas e operações de linha de transmissão.

Também tivemos há poucos dias importante evento sinalizando que em breve teremos a inauguração da Honda em Itirapina, cidade que fez mais um aniversário de emancipação política, com seu Prefeito José Maria. Não pudemos estar lá, mas foi um evento importante de emancipação política – e temos uma fábrica chegando.

Sr. Presidente, eu quero pedir que o Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, agilize a reforma do INSS em São Carlos. Há muito tempo todos os funcionários mudaram de endereço e não estão mais no prédio, que há mais de 5 anos está sem a reforma devida para ser devolvido à população da região central do Estado, à população de São Carlos e principalmente aos funcionários, para que possam atender toda aquela região.

A gente vê que no Governo Federal, infelizmente, em todas as áreas, há desgoverno, falta de gestão, não há sequência. Isso atrapalha nossos Municípios.

Por favor, Presidenta Dilma, ponha a casa em ordem, ponha a máquina para funcionar. Não dá mais este desgoverno que estamos enfrentando atualmente no País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vai-se passar ao horário de

VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Não há oradores.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. DOMINGOS NETO (PROS-CE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemora-se hoje o Dia Mundial da Juventude, uma data escolhida pelo Papa João Paulo II, em 1985, associada à Jornada Mundial da Juventude, que a Igreja Católica celebra a cada 3 anos, escolhendo uma cidade para reunir representações de todo o mundo do segmento juvenil, chamados peregrinos. Nos anos intermediários, o Dia Mundial da Juventude é comemorado diocesanamente, como ocorre agora, no Domingos de Ramos. O Concílio Vaticano II, de 1965, que pediu um olhar especial da Igreja Católica para os jovens, e o Ano Internacional da Juventude, instituído pela ONU em 1985, foram inspiração de João Paulo II para criar a jornada que tivemos a honra de receber em 2013 no Rio de Janeiro: a Jornada, seu símbolo, a Cruz Peregrina, e o admirável Papa Francisco.

Foi também em 2013 que a Presidenta Dilma sancionou o Estatuto da Juventude, um conjunto de políticas públicas para os jovens que por quase uma década tramitou nesta Casa. Tive a honra de, no meu primeiro mandato, ser escolhido para presidir a Frente Parlamentar Mista da Juventude. Ao lado de companheiros também comprometidos com essa bandeira, empreendemos todos os esforços para que a matéria fosse votada, incorporando as demandas e reivindicações dos movimentos sociais, entidades estudantis, movimento *hip hop*, enfim, uma lei polifônica como são as juventudes brasileiras.

Sancionada pela Presidenta Dilma, a Lei nº 12.852, de 2013, rege os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, conformando-se um avanço ao delinear um novo enfoque, não mais o da fase transitória para a vida adulta, de um segmento que representa, segundo a última base de dados do IBGE, cerca de 50 milhões de brasileiros.

Sem dúvida alguma, o Estatuto da Juventude foi a maior conquista do século para nós, atores do desenvolvimento, protagonistas das mudanças sociais. Entretanto, seus benefícios permanecem letra morta, seja por falta de regulamentação, seja pelo recrudescimento da crise econômica que impôs novas realidades principalmente no mercado de trabalho.

O Brasil tem hoje quase 10 milhões de jovens que não estudam nem trabalham, a chamada geração "nem-nem", o que demonstra que são os jovens os mais afetados pelo desemprego. É, portanto, uma necessidade premente a implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude, prevista no Estatuto. E lembro aqui os últimos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do mês de fevereiro, divulgado pelo Ministério do Trabalho, situando que, na faixa entre 16 e 24 anos, o desemprego saltou de 11%, em dezembro, para 16,1%, em fevereiro.

O direito à segurança pública é outra conquista que ainda não se tornou palpável, sobretudo entre os jovens negros. Pesquisa divulgada no inicio deste ano, realizada em 288 Municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, revelou que a média de assassinatos de jovens no Brasil é de 3,32 a cada mil. O Índice de Homicídios na Adolescência, elaborado numa parceria entre o UNICEF, o Laboratório de Análise da Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o Governo Federal e a ONG Observatório das Favelas estima que 42 mil adolescentes morram até o ano de 2019. Tão estarrecedor quanto esse número é o perfil das vítimas, delineado pelo estudo, os jovens três pês: pobre, preto e da periferia.

Direito à comunicação e liberdade de expressão; direito à cidade e à mobilidade; direito à diversidade, à pluralidade, à cidadania, à participação social e garantia de desenvolvimento integral com políticas públicas nas mais variadas áreas do Estado são conquistas do Estatuto que apontam para a necessidade de um pacto federativo entre Municípios, Estados e a Federação para a execução dessas políticas. Um marco legal é importante, mas não se encerra em si. Para comemorarmos, é preciso que ele se efetive, e nossa vitória só será completa se conseguirmos construir um Brasil que respeite e valorize as novas gerações, criando condições para a promoção de um País que assegure os direitos plenos a todos os cidadãos, principalmente os jovens que são o presente desta Nação.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

Obrigado.

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com alegria que comunico que em 25 de março é comemorado o Dia da Imigração Libanesa no Brasil. Mais do que relembrar os 135 anos daquele grande feito, que beneficiou ambos os países, é saber que Brasil e Líbano se consolidaram como nações irmãs. Suas relações diplomáticas e comerciais são facilmente perceptíveis e apreciadas por todos nós.

Oficialmente, a imigração libanesa no Brasil começou em 1880, 4 anos após o Imperador Dom Pedro II ter visitado o Líbano. Aquele episódio foi muito bom para os dois lados. Se o Líbano procurava um lugar com menos perseguição, violência e guerras, o Brasil, por sua vez, precisava de mão de obra para fortalecer o franco crescimento industrial. Foi exatamente o que aconteceu.

Mas, antes, gostaria de fazer um breve histórico do fluxo imigratório no Brasil. O século XIX marcou aquele momento. Várias são as nacionalidades que vieram para o território brasileiro em busca de melhores condições de vida. O crescente processo de abolição da escravatura impulsionou o Governo brasileiro a admitir trabalhadores estrangeiros no País. Entre as nacionalidades que se destinaram ao Brasil estão os libaneses.

Ao contrário dos imigrantes europeus, os libaneses não vieram para o Brasil com a perspectiva de trabalhar nas lavouras de café, mas, sim, de encontrar nas cidades as condições para o florescimento do comércio. O emprego em lavouras também ocorreu, mas em quantidade muito menos expressiva que dos europeus. Com o sucesso comercial obtido aqui no Brasil, suas vidas melhoraram visivelmente e puderam ajudar os seus familiares que moravam no Líbano, sua terra natal, pois investiram muito recurso em hospitais, bibliotecas e escolas.

Estima-se que os descendentes de libaneses somem 7 milhões de pessoas. São 4% da população brasileira, espalhados por todos os rincões deste País. Só para se ter ideia, em apenas um século, isto é, de 1872 a 1972, cerca de 130 mil libaneses vieram para cá. A Embaixada do Líbano no Brasil garante que há pelo menos um representante da colônia em cada Município brasileiro.

A presença libanesa no Brasil é, sem dúvida alguma, grandiosa. No Congresso Nacional, por exemplo, Sr. Presidente, dos 513 Deputados, 38 têm origem libanesa ou síria. Já no Senado Federal, dos 81 Senadores, 5 têm sangue árabe correndo nas veias. No total, são quase 8% dos Parlamentares.

Portanto, Sr. Presidente, não tenho dúvida de que Brasil e Líbano não são apenas nações amigas, mas nações irmãs.

Parabéns a todos os libaneses e seus descendentes, que, com sua cultura, garra e seu jeito amistoso de ser, fizeram do nosso País um lugar ainda melhor!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a veiculação do meu pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em audiência pública no dia último dia 26, deixamos clara a necessidade de se investigar a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e os últimos aumentos na conta de luz autorizados pelo órgão. Protocolamos, inclusive, documento em que nos posicionamos contrários aos aumentos com os questionamentos a serem respondidos pela agência. O documento foi entregue nas mãos do Diretor-Geral da ANEEL, Romeu Rufino.

A ANEEL já analisa a proposta de reajuste anual das tarifas de energia elétrica da CEMIG Distribuição S/A com o pleito feito pela própria Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

Inicialmente, é inaceitável que a agência reguladora e fiscalizadora ainda não tenha divulgado o pleito apresentado pela concessionária mineira com todos os detalhes técnicos, o que impede a participação dos consumidores residenciais, Parlamentares e outros setores em um processo que vai afetar praticamente todos os consumidores de energia do Estado de Minas Gerais, visto que o serviço oferecido é monopolizado pela CEMIG Distribuição S/A, que atende 7 milhões de unidades consumidoras em 805 Municípios mineiros.

A ANEEL, mais uma vez, age de forma contrária ao seu papel de ampliar a participação da sociedade e os mecanismos de transparência; a ANEEL não nos faz crer que atua para ser reconhecida como instituição de Estado que atende ao interesse público. É papel dessa agência proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. O que é desenvolver com equilíbrio? É defender o interesse público, garantir os direitos dos consumidores e a melhoria da qualidade do serviço, a estabilidade das regras, a obediência aos contratos e a remuneração adequada dos serviços. Contudo, não é isso que acontece.

As tarifas de energia elétrica no Brasil não são módicas, estão entre as mais caras do mundo; não há nenhuma defesa do interesse público em benefício da sociedade; não há a garantia dos direitos dos consumidores de energia elétrica, que estão pagando os custos de programas sociais, de programas de desenvolvimento regional, amortizações que já pagaram durante 50 anos e que deveriam ser arcados com recursos do Tesouro Nacional. Não há transparência nas decisões da agência reguladora, que têm impactado absurdamente a renda dos consumidores, especialmente de Minas Gerais.

Por isso, quero reforçar as considerações que fiz à ANEEL em documento:

> Considerando que a tarifa residencial cobrada pela CEMIG é a mais cara do Brasil, se considerarmos o ICMS de 30% – para consumo superior a 90 quilowatts/hora – para as residências, que chega a 43% com a cobrança por dentro;
>
> Considerando que a CEMIG, graças às altas tarifas, tem apresentado lucros exorbitantes e crescentes, chegando a mais de R$ 4 bilhões, em 2012, e ultrapassando os R$ 3 bilhões, em 2013, e que esses ganhos não são distribuídos aos consumidores de energia elétrica para a modicidade tarifária;
>
> Considerando que nos manifestamos contrariamente a qualquer aumento das tarifas, uma vez que não há razão econômico-financeira para tal, diante dos lucros advindos com as tarifas atuais, bem como com os últimos reajustes autorizados por essa agência;
>
> Considerando que a conta de luz (29,4%) lidera, juntamente com a de telefonia celular (32,4%) as despesas correntes em atraso dos consumidores, conforme Pesquisa de Endividamento do Consumidor, realizada em 2013 pela Federação do Comércio de Minas Gerais, o que demonstra a dificuldade das famílias em pagar a conta mais cara do mundo;
>
> Considerando que essa situação se repete ano a ano, chegando até mesmo a ser o maior peso no orçamento doméstico;
>
> Considerando que o consumidor não tem outra opção, senão pagar as altas tarifas da conta de luz, pois não quer ser punido pelo corte da prestação desse serviço essencial, mas com mínima margem de negociação para quitar débitos;
>
> Considerando que uma conta de luz mais barata significa reduzir o custo de vida das famílias e garantir mais poder de compra para o consumidor mineiro;
>
> Considerando que pagar caro na tarifa de energia provoca a perda no bem-estar para as famílias, já que o alto valor da energia limita o poder de compra dos consumidores e compromete os investi-

mentos e a produção nacional, afetando a capacidade produtiva do País, com impacto negativo na geração de empregos e compromete a competitividade dos produtos nacionais;

Considerando que o consumidor residencial não paga apenas a conta de luz de sua casa e que, para cada unidade de energia consumida na conta de luz, há duas outras unidades de energia elétrica pagas pelo consumidor residencial embutidas nas mercadorias e serviços, ou seja, do pãozinho ao carro, da casa ao sabão, o valor da energia está embutido nos preços;

Considerando que energia a preços adequados significa economia forte e mais arrecadação de impostos associada ao crescimento da renda e do consumo;

Considerando que, de forma alguma, aceitaremos uma decisão que prejudique o povo de Minas Gerais e que denunciaremos os abusos, erros na definição das tarifas e as tentativas de repassar custos aos consumidores que já foram assumidos pelo Governo Federal;

Requeremos da ANEEL o exame, a análise e a resposta dos questionamentos a seguir formulados, de forma clara e objetiva, com vistas a que não seja considerado qualquer pleito de majoração no valor das tarifas de energia elétrica da CEMIG-D.

Questionamento 1. Divisão dos ganhos bilionários da CEMIG com os consumidores para modicidade tarifária.

Não há que se falar em desequilíbrio entre o quanto cobrado e os custos do serviço, como se verifica, obviamente, pelos altos lucros da CEMIG-D.

Ora, onde estão sendo aplicados os altos ganhos da CEMIG?

A arrecadação da CEMIG tem batido recordes anuais.

Lucros bilionários da CEMIG:

ANO	LUCRO (R$)
2013	3,1 bilhões com receita líquida de R$ 14,6 bilhões, aumento de 3,47% na comparação com 2012
2012	4,27 bilhões
2011	2,41 bilhões
2010	2,257 bilhões
2009	1,887 bilhão
2008	1,9 bilhão
2007	1,743 bilhão

Segundo dados do próprio Ministério de Minas e Energia, com a manutenção das altas tarifas por mais 20 anos, o caixa da CEMIG teria um rendimento mínimo de R$ 30 bilhões.

Em vez de redistribuir todos esses ganhos com os consumidores, a CEMIG tem preferido dividi-lo com os acionistas privados. A grande maioria dos lucros e dividendos resultantes da conta de luz de Minas Gerais sai do País. Os ganhos não são divididos com os consumidores de energia elétrica.

"CEMIG vai apostar nas térmicas.

Governo está preocupado com a atração de investidor estrangeiro. (...)

Outro impacto para a estatal mineira é com relação aos investidores estrangeiros, que estão sendo afugentados pela insegurança jurídica propiciada pela Medida Provisória do setor Energético. 'Como explicar essa situação para eles' – critica a Secretária de Desenvolvimento Econômico Dorothea Werneck. Do total dos investidores de bolsa da CEMIG, 79% são estrangeiros de 42 países diferentes.

O Governo mineiro já estuda alternativas para tentar manter a atração de investimentos privados para o Estado diante da possibilidade da redução de oferta de energia por parte da CEMIG, por causa da disputa com o Governo Federal. A principal aposta é em termelétricas a gás, que devem ser abastecidas com o insumo que se espera produzir com a exploração da bacia sedimentar do São Francisco, mas cuja capacidade das reservas ainda está sendo avaliada."

Ademais, o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIELETRO/MG tem denunciado que a CEMIG tem distribuído aos acionistas – a maioria estrangeiros – cerca de 100% dos lucros obtidos anualmente. A CEMIG deveria servir ao interesse da sociedade, pois estamos falando de energia elétrica, que é um bem essencial e não mercadoria.

Lucro e Dividendos Distribuídos pela CEMIG (R$)			
Ano	Lucro Líquido	Dividendos, div. Extra e JCP	Percentual do Lucro Distribuído
2009	1.861.403.000	1.830.702.000	98,4%
2010	2.257.976.000	2.046.074.000	90,6%
2011	2.415.450.000	2.144.041.000	88,8%
2012	4.271.685.000	4.518.107.000	105,8%
2013*	3.103.855.000	3.359.602.000	108,2%
TOTAL	13.910.369.000	13.898.526.000	99,9%
Fonte: CEMIG *Dividendos de 2013: ver quadro abaixo			

Essa situação – altos lucros graças às altas tarifas – deve ser analisada pela ANEEL e modificada em benefício dos consumidores. Para isso, deve-se rever a base para remuneração, considerando os ganhos bilionários às custas do sacrifício dos consumidores, de forma a alterar o índice de reajuste da tarifa para um valor bem inferior, ou mesmo negativo.

Questionamento 2. Aumentos abusivos na conta de luz em 2015 punem consumidor por erros de gestões e não por erros de consumo.

Absurdamente, a ANEEL já proporcionou este ano aumentos abusivos e até mesmos ilegais nas tarifas de energia elétrica e que merecem investigação, já solicitada por mim na Câmara dos Deputados.

1 – Em janeiro: início da cobrança do adicional das bandeiras tarifárias.

A ANEEL pune e multa o consumidor de energia elétrica por erros de gestões nas áreas hídricas e de energia elétrica; a agência reguladora faz uma propaganda enganosa, induzindo o consumidor ao erro ao informar em cadeia nacional que a bandeira tarifária vermelha é de R$3,00 por 100 quilowatts/hora, induzindo várias pessoas a pensarem que a taxa só seria cobrada quando o consumo atingisse os 100 quilowatts/hora, quando, na verdade, a cobrança é de 0,03 para cada quilowatt/hora consumido. A esse consumo ainda são acrescentados os impostos vigentes – imaginem em Minas Gerais o que não representa esse valor com a incidência do ICMS mais caro do Brasil; a ANEEL diz que, com as bandeiras, a conta de luz fica mais transparente, quando na verdade acontece justamente o contrário; a ANEEL novamente não é transparente e tenta confundir o consumidor ao afirmar que as bandeiras tarifárias não são uma conta a mais para o consumidor pagar, são apenas uma forma diferente de apresentar um custo.

Ressalte-se que esse adicional na conta de luz não representa um adicional de serviços prestados ao consumidor, ou seja, nenhum serviço novo ou investimento está sendo apresentado.

2 – Um mês depois: a ANEEL inventou e propôs um aumento de mais de 83% no valor da bandeira tarifária vermelha, que é a que está valendo desde o início do ano.

> *"ANEEL aprova aumento no valor da taxa extra da bandeira tarifária*
> *Taxa da bandeira vermelha passa de R$ 3 para R$ 5,50 por 100 quilowatts/hora. Novos valores passam a encarecer contas de luz a partir de segunda. (…)*
> *Arrecadação.*
> *No início de janeiro, quando foi divulgada a proposta de reajuste, a expectativa era que seriam arrecadados, via bandeiras tarifárias, R$ 7,2 bilhões a mais nas contas de luz em 2015.*
> *Com os valores antigos (R$1,50 para a bandeira amarela e R$3,00 para a vermelha), a arrecadação total no ano era estimada em cerca de R$ 10,6 bilhões. Já com os aumentos (para R$2,50 e R$5,50, respectivamente), ela sobe para R$ 17,885 bilhões.*
> *Conforme o G1 antecipou em 30 de janeiro, com a mudança no sistema de bandeiras tarifárias, o Governo pretende arrecadar recursos para cobrir custos extras no setor elétrico em 2015, que, no ano passado, foram pagos por meio de empréstimos bancários."*

A ANEEL afirma que o valor aumentou porque as bandeiras tarifárias consideravam somente os custos variáveis das usinas térmicas que eram utilizadas na geração de energia e que, a partir de março de 2015, com o aprimoramento do sistema – qual aprimoramento do sistema? –, todos os custos de geração que variam conforme o cenário passam a compor o cálculo das bandeiras.

3 – Ainda em fevereiro: revisão extraordinária em que as tarifas foram elevadas com o aumento dos custos da CDE em quase 1.200% – passando de R$ 1,7 bilhão, em 2014, para R$ 22,06 bilhões, em 2015. Aumento nas tarifas da CEMIG foi de 28,8%.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL realizou, em fevereiro deste ano, a Audiência Pública nº 3, de 2015, que objetivava *"obter subsídios e informações adicionais para a fixação das cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para o ano de 2015, a serem pagas por todos os agentes comercializadores de energia ao consumidor final, mediante encargo a ser incluído nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição* e *Transmissão – TUSD e TUST"*.

Contudo, o prazo para o envio de contribuições anunciado pela agência reguladora foi totalmente insuficiente diante da complexidade que envolve a proposta de orçamento da CDE para 2015 e das possíveis consequências para o País, que não podem ser ignoradas, como o valor de uma conta de luz insustentável, redução na produção da indústria e consequente desemprego.

A agência ignorou todos os apelos feitos por este Deputado e segmentos da sociedade para que a audiência fosse suspensa ou que o prazo de participação fosse ampliado.

Além do prazo, outros indícios de irregularidades foram levantados, como a falta de informações suficientes para análise da proposta colocada em audiência à população, o que dificultou a participação da sociedade na fiscalização de despesas, que somam R$ 26 bilhões, em uma proposta de elevação percentual de 1.182% nos custos.

A situação se torna mais grave, visto que, em 2012, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 579, que criou mecanismos para reduzir as tarifas de energia elétrica e permitir a renovação das concessões do setor, que vencem entre 2015 e 2017.

O que se propôs à sociedade foi a possibilidade de prorrogação das concessões de geração de energia hidrelétrica uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

A principal condição para a renovação foi a retirada da remuneração relativa a investimentos já amortizados do preço das tarifas. E, ainda, que as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, que não fossem prorrogadas, seriam licitadas via leilão ou concorrência.

Como membro da MP 579, enfrentei uma verdadeira batalha no Congresso Nacional para defender a aprovação da medida diante dos benefícios garantidos aos consumidores, especialmente residenciais, e à indústria.

Como forma de garantir a redução e eliminação de encargos do setor elétrico, a MP permitiu que a União adquirisse créditos que a ELETROBRAS detém contra a hidrelétrica Itaipu Binacional e que destinasse esses recursos à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A proposta garantida à sociedade era de reduzir em aproximadamente 75% a cobrança da CDE, além de extinguir a cobrança da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e eliminar a cobrança da Reserva Global de Reversão – RGR das distribuidoras, de novos empreendimentos de transmissão de energia e das usinas e linhas de transmissão que tiveram as concessões renovadas.

A cobrança de R$ 4,9 bilhões via CDE é indevida. O consumidor já custeou, desde 1957, o fundo RGR, que é voltado para esse fim. É cobrar uma despesa do consumidor que já foi paga.

Não há transparência da ANEEL na divulgação dos valores devidos de indenização. Na Nota Técnica não há o detalhamento dos pagamentos que foram feitos e os que estão por fazer. Há insuficiência de dados e falta de transparência.

Também há questionamentos sobre as despesas com os programas sociais que estão onerando a CDE e que deveriam ser custeados com recursos do Tesouro Nacional e os Restos a Pagar de anos anteriores, resultantes de ineficiência na gestão da CCC.

4 – Em março: a CEMIG envia o pedido de reajuste anual das tarifas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL tem como competência proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

A busca do equilíbrio do setor pela ANEEL consiste em garantir que o Governo e o Congresso implementem as políticas públicas e fiscalizem o cumprimento da lei; que os consumidores tenham a garantia dos seus direitos e a melhoria da qualidade do serviço; que os agentes regulados, como a CEMIG, tenham a estabilidade de regras, obediência aos contratos e remuneração adequada do serviço. Destaca-se a remuneração adequada e não com as tarifas mais altas do mundo, como é atualmente. Caso esses princípios fossem obedecidos, o objetivo final do interesse público seria atingido.

Contudo, não é isso que se verifica. A CEMIG é uma estatal que tem registrado lucros recordes anuais com uma das tarifas mais caras do País, especialmente se considerarmos a cobrança do ICMS, imposto estadual, que, em Minas Gerais, passa de 42% para os consumidores residenciais.

Apesar dos lucros exorbitantes, às custas do sacrifício das famílias mineiras, a empresa não reverte esses ganhos à sociedade.

É direito dos consumidores residenciais pagarem um preço justo, razoável e adequado para a continuidade do serviço essencial de energia elétrica.

Resta evidente que a necessidade da reajustes tarifários se esvazia diante de todos os aumentos tão expressivos, abusivos e que já estão sendo praticados pela CEMIG na conta do consumidor residencial, que, diga-se de passagem, é hipossuficiente.

Nesse sentido, é dever constitucional e legal do Estado e da ANEEL criarem condições adequadas aos consumidores, estabelecendo um equilíbrio entre prestadora do serviço e consumidor, em que as concessionárias tenham condições de exercer sua atividade e os consumidores paguem módicas tarifas pela energia elétrica, por se tratar de serviço público essencial e tendo em vista o universo de pessoas que serão afetadas pelo reajuste.

Ademais, não há desequilíbrio entre o quanto é cobrado e os custos do serviço, como se verifica, obviamente, pelos altos lucros da CEMIG.

Portanto, urge a necessidade da ANEEL em atuar em defesa dos consumidores e garantir que os ganhos bilionários da CEMIG sejam revertidos para modicidade tarifária. Não resta dúvida de que o consumidor é a parte mais frágil desse contrato de prestação dos serviços de energia elétrica e vem sofrendo absurdamente com os abusos impostos.

5 – Em 24 de março: o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuncia a previsão de um novo aumento de 6% na conta de luz e afirma que as tarifas só terão redução depois de 5 anos.

> *"Conta de luz vai subir mais 6%, além dos 23,4% fixados em fevereiro, diz ANEEL. (...)*
> *O empréstimo bancário de R$ 3,4 bilhões para as distribuidoras de energia, previsto para a próxima segunda-feira (30), deve gerar um novo aumento de 6% na conta de luz em 2015. (...) A previsão é de que as tarifas de energia só vão cair depois de 5 anos. A informação foi dada pelo Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Romeu Rufino (...)"*

6 – Minas: ICMS mais caro do Brasil. A conta de luz fica ainda mais cara com o ICMS, imposto estadual, maior do Brasil, passando de 42% para as residências com a cobrança por dentro.

Ademais, os reajustes que já estão sendo praticados estão bem acima da inflação, que fechou 2014 em 6,87%, segundo a Fundação Getulio Vargas – FGV.

Questionamento 3. Valor cobrado a mais na conta de luz deve ser devolvido ao consumidor.

Em 2013, o Tribunal de Contas da União – TCU identificou novo erro na definição das tarifas de energia elétrica, incluindo as da CEMIG. O TCU considerou ilegal resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que autorizou as distribuidoras a trocarem contratos de energia mais barata por energia mais cara, o que elevou o índice de reajuste tarifário de maneira artificial. No total, o valor cobrado a mais dos consumidores corresponde a cerca de R$ 5,6 milhões e compreende o período entre julho de 2011 e julho de 2012.

O que era feito com a anuência da ANEEL em detrimento dos consumidores? As distribuidoras rompiam contratos mais baratos de energia, como de hidrelétricas, antes do vencimento. No lugar deles, efetuavam compras em leilões para fornecimento de energia em contratos de curto prazo de fontes mais caras, como termoelétrica e eólica. A manobra tornava justificados aumentos mais fortes na correção anual.

> *"A diretora da secretaria de regulação de energia do TCU, Arlene Nascimento, constatou a falha e informou que o erro resultou em impactos na tarifa de energia elétrica. 'Provocou a majoração indevida de índices tarifários que atingiram, basicamente, seis distribuidoras."*

Ora, sabe-se que a cobrança a mais nas contas dos consumidores, que já é a terceira, representa novamente uma situação de desequilíbrio econômico-financeiro, desfavorável aos consumidores.

Em audiência na Câmara dos Deputados, o superintendente da ANEEL, Davi Lima, reconheceu o erro e afirmou que esse erro seria considerado no cálculo tarifário.

Ressalte-se que chegamos a questionar esta agência durante a 3ª Revisão Tarifária da CEMIG sobre o real objetivo do custo da CEMIG com as termelétricas. O Presidente do Conselho de Consumidores da CEMIG, em 2013, levantou o mesmo questionamento:

> *"O Presidente do Conselho de Consumidores da CEMIG, José Luiz Ribeiro, diz que aguarda da empresa uma explicação para a grande utilização das termelétricas. 'Não dá para comparar os reajustes de outras concessionárias do Brasil, porque cada uma tem suas peculiaridades. Mas já foi solicitado à CEMIG uma exposição clara dos motivos que fizeram a empresa ter sido tão dependente das termelétricas no ano passado."*

Denúncias dos trabalhadores da empresa dão conta de que a CEMIG teria energia proveniente das hidrelétricas suficiente para atender aos consumidores de Minas Gerias. Contudo, usaria as termelétricas para a revenda de energia no mercado livre, voltada especialmente para consumidores industriais. E, assim, repassando os custos aos consumidores residenciais, especialmente os de baixa tensão.

Absurdamente, este é o terceiro erro na definição das tarifas de energia elétrica constatados pelo TCU a nosso pedido e do Deputado Eduardo da Fonte, e que ainda não foram ressarcidos aos consumidores, contrariando o Código de Defesa do Consumidor e a legislação que trata das concessões.

As distribuidoras de energia elétrica, incluindo a CEMIG, respondem, de modo objetivo, independentemente de dolo ou culpa, por todos os prejuízos que causarem aos consumidores, segundo a Lei nº 8.987, de 1995, que regulamenta o regime de concessão de serviços públicos.

Ademais, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, todos os consumidores têm direito à reparação dos danos patrimoniais e morais causados pelas empresas na execução do contrato de fornecimento de energia elétrica.

Se considerarmos os contratos de concessão, todos os consumidores têm o direito contratual de receber o ressarcimento dos danos que lhe sejam causados em função do serviço concedido.

> – Erro 1: de 2002 a 2009 foram autorizados até 2 pontos percentuais acima do necessário nos reajustes tarifários – prejuízo aos consumidores de R$ 11 bilhões;
> – Erro 2: o reajuste de 2011 usou uma tarifa de 2010 acima do que deveria ser, por ter sido reajustada por 7 anos com erro de metodologia;
> – Erro 3: entre julho de 2011 e julho de 2012, as distribuidoras romperam contratos mais baratos de energia e utilizaram contratos com energias mais caras para justificar um aumento mais forte.

Portanto, a ANEEL não nos faz crer que cumpre o seu papel, especificamente, na garantia dos direitos dos consumidores.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento tivesse ampla divulgação nos meios de comunicação da Casa, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero falar de um dos bens mais preciosos que a humanidade pode ter e deve, com todas as suas forças, preservar: a água.

Ela é o resultado da junção de dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio, que formam a molécula de H^2O. E o mais incrível é que a superfície do nosso planeta é coberta por 70% de água, dos quais menos de 3% é água doce, e sabe-se lá quanto ainda é potável. Lembro que estamos falando de uma população mundial de quase 7 bilhões de pessoas consumindo e poluindo água.

A maior parte da água doce está congelada nas geleiras polares e nas neves das montanhas. Desse total de água que cobre a Terra, a distribuição se dá em 97,5% nos oceanos, ou seja, água salgada. Dos 2,5% que são água doce, 68,9% estão nas calotas polares; os aquíferos equivalem a 29,7%; os rios e lagos compreendem 0,5% deste total e 0,9% está nas nuvens ou vapores de água.

Devemos levar em conta que 80% do nosso organismo é composto por água e ela é de importância vital para a nossa sobrevivência. Precisamos da água tratada para conservar nossa saúde. Ela é considerada um solvente universal, além de auxiliar na prevenção de doenças, como cálculo renal, infecção de urina, entre outras, e, ainda, proteger nosso organismo contra o envelhecimento.

Voltando aos dados, 69% da (pouca) água potável que nos resta são destinados à agricultura; 22%, às indústrias, restando ínfimos 9% para o consumo humano. Desse tiquinho de água que nos resta, pela nossa displicência, boa parte está poluída por esgotos domésticos, efluentes industriais, resíduos hospitalares, agrotóxicos, entre outros elementos que alteram as propriedades físico-químicas da água.

No Brasil, a situação é um pouquinho, mas só um pouquinho mesmo, mais confortável. Nós somos detentores de 53% do manancial de água doce disponível na América do Sul e possuímos o maior rio do planeta, o Rio Amazonas.

Graças ao nosso clima, contamos com elevados índices pluviométricos. Porém, apesar de tamanha disponibilidade de recursos hídricos, sofremos a escassez de água potável em alguns lugares. Nossa água doce se distribui em cerca de 72% dos mananciais concentrados na Região Amazônica; outros 27% estão na região Centro-Sul; e apenas 1% na Região Nordeste do País.

A ausência de saneamento básico nas residências brasileiras é um fator de complicação. Somente 45% da população contam com água tratada e saneamento básico.

Levando em consideração dados como esses, a Organização das Nações Unidas – ONU criou o Dia Mundial da Água, em 22 de março de 1992, divulgando um importante documento: a *Declaração Universal dos Direitos da Água* que abaixo compilo:

> *"Declaração Universal dos Direitos da Água*
> *Art. 1º A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.*
> *Art. 2º A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do Art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem.*
> *Art. 3º Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.*
> *Art. 4º O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.*
> *Art. 5º A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.*
> *Art. 6º A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.*
> *Art. 7º A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.*
> *Art. 8º A utilização da água implica no respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.*
> *Art. 9º A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.*
> *Art. 10º O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra."*

Uma série de mudanças em nossos hábitos cotidianos pode trazer grande diferença para o futuro. Podemos reutilizar as águas das chuvas; fechar a torneira enquanto escovamos os dentes ou ensaboamos a louça; consertar torneiras que pingam e demais vazamentos; utilizar produtos biodegradáveis; entre diversas outras medidas.

Vamos nos conscientizar e economizar!

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, quero, primeiramente, agradecer a todos os colegas que participaram na última quarta-feira da audiência com a Ministra Kátia Abreu na Comissão de Agricultura desta Casa. Foram muitos os temas que pudemos debater com ela e que nos deram esperança em relação ao apoio que todos defendemos para o produtor rural neste País.

Cito, colegas Deputados, em especial, as respostas dadas em relação ao Seguro Rural, preocupação que manifestei aqui recentemente em requerimento de minha autoria que reforçou o pedido da presença da Ministra. Como endossei aqui, dos 400 milhões de reais previstos de subvenção do seguro para o ano passado, só 10 milhões foram repassados dentro do ano; ainda faltam 390 milhões, dos quais 330 milhões vencem neste mês. Isso, sem dizer que a Presidenta Dilma Rousseff havia prometido um implemento do seguro de modo a que chegasse a 700 milhões de reais.

As explicações dadas pela Ministra Kátia Abreu nos trouxeram uma boa expectativa em relação à postura que será destinada ao nosso produtor neste ano. Ela garantiu que o ajuste fiscal não vai penalizar os investimentos em agricultura e que o Ministro da Fazenda Joaquim Levy não pretende fazer cortes drásticos nesse setor, que já sofre com a infraestrutura ainda precária do País.

Em relação à subvenção do Seguro Rural, ela garantiu que pretende chegar a 750 milhões de reais este ano. A Ministra também informou que fechou um acordo com a Presidenta Dilma Rousseff para que os mais de 300 milhões de reais que ficaram atrasados do seguro do ano passado fossem pagos com recursos deste ano ainda no primeiro semestre.

Ainda segundo ela, no segundo semestre, um crédito suplementar será aberto para complementar a diferença que foi tirada.

O nosso desejo, no entanto, é que tais problemas não voltem a ocorrer e que os compromissos firmados sejam cumpridos. Sobre o Seguro Rural, são mais de 60 mil produtores que atualmente estão prejudicados e necessitam de uma solução. Nosso papel, como Parlamentares que representam esse setor chave para o nosso País, é cobrar explicações e ações em prol dos que nos elegeram e, com certeza, usaremos essa atribuição quantas vezes for preciso.

As respostas dadas não foram para nós, Deputados, mas para todos esses mais de 60 mil que esperam a situação resolvida. Como eles, continuaremos atentos e empenhados na busca por essa solução.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 100 bilhões de reais é o prejuízo causado a cada ano pelo contrabando em nosso País. É preciso que o poder público esteja atento a esse problema e às suas consequências para a economia e para a população brasileira.

Procedentes da China, do Paraguai e de inúmeros outros lugares do mundo, os produtos que entram no País por meio do contrabando enfraquecem a indústria nacional. Além disso, não se atêm às normas sanitárias, às normas de qualidade e de segurança. São um risco para o consumidor.

O produto mais contrabandeado, de acordo com estudo do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras – IDESF, é o cigarro. Ele corresponde a quase 70% de todo o contrabando que entra no País pelas fronteiras com o Paraguai. No Brasil, o cigarro contrabandeado chega a um preço muito mais baixo do que os produzidos aqui, devido à alta tributação do produto nacional.

No ano de 2014, 123 veículos roubados carregados de cigarros foram apreendidos na região da BR-277, que cruza o Estado do Paraná, de Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá. Somente com a retenção desses veículos, foram retirados de circulação 3,2 milhões de maços de cigarros.

A Receita Federal e a Polícia Rodoviária têm uma forte presença na região de fronteira com o Paraguai, que é o principal ponto de entrada de mercadorias contrabandeadas. Ainda assim, estima-se que as apreensões correspondam a apenas 10% do volume de contrabando que entra no Brasil.

Essa atividade pode ser altamente lucrativa e acaba atraindo muitas pessoas para suas fileiras. O contrabando é tão presente nas cidades de fronteira que a informalidade é maior na economia desses locais. Foz do Iguaçu é a cidade brasileira mais diretamente afetada pelo contrabando, devido à proximidade com o Paraguai. Ali, apenas 29% da população economicamente ativa tem emprego formal. Ao mesmo tempo, são 15 mil pessoas trabalhando diretamente com o contrabando só naquela cidade.

Também é importante estarmos cientes de que os graves problemas sociais resultantes dessa atividade criminosa não atingem somente a população das fronteiras. O contrabando prejudica todos os brasileiros, que veem a indústria nacional perder força diante da concorrência dos produtos contrabandeados. São milhares de empregos perdidos anualmente, com as fábricas contratando menos e deixando de utilizar boa parte do potencial instalado.

As mercadorias ilegais são vendidas em todo o Brasil. São cigarros, produtos eletrônicos, relógios, brinquedos e até mesmo medicamentos falsificados disponíveis ao consumidor, que é atraído pelos preços baixos e pela facilidade de acesso. Enquanto isso, o País perde bilhões de reais entre os prejuízos à indústria e os impostos que deixam de ser arrecadados.

Sras. e Srs. Deputados, todos sabemos da necessidade de reforçar a segurança nas fronteiras brasileiras, mas ainda mais importante para o combate ao contrabando é a revisão da carga tributária que pesa sobre a indústria nacional. Isso, sim, seria atacar o calcanhar de Aquiles do contrabando, pois ele só existe porque é muito rentável, e só é rentável devido aos preços altos do produto nacional.

O estudo do IDESF ao qual me referi anteriormente identificou que a redução do IPI fez com que a venda de produtos eletrônicos tivesse baixa rentabilidade para os contrabandistas. Isso porque os eletrônicos nacionais passaram a ter um preço mais acessível para o consumidor, que nessas circunstâncias obviamente prefere comprar no mercado legal.

Com impostos mais baixos, os produtos nacionais ficariam mais baratos, e a indústria local teria condições de vencer a injusta concorrência das mercadorias que entram no País ilegalmente. Como resultado, veríamos o crescimento do mercado interno, da formalidade e, consequentemente, da arrecadação.

O combate ao contrabando não passa apenas pelo aumento da fiscalização e das apreensões; ele pode ser feito com muito menos custo para a população e para o Governo. Para isso, Sr. Presidente, basta vontade política e visão de futuro.

Muito obrigado.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para segunda-feira, dia 30 de março, às 18 horas e 46 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

I – Requerimento nº 1.005/15, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2015, do Sr. Félix Mendonça Júnior, que susta o decreto 2.745, de 1998, que "aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997". (NT 62 e NT 64)

II – Requerimento nº 1.126/15, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.111, de 2012, do Sr. Roberto de Lucena, que torna obrigatória a existência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde nos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal. (T 62 e T 64)

III – Requerimento nº 1.127/15, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.404, de 2011, do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. (NT 62 e T 64)

IV – Requerimento nº 1.129/15, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5.773, de 2013, do Sr. Onyx Lorenzoni, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, acrescentando o art. 288 – B, tipificando o crime de terrorismo, e dá outras disposições. (Apensado ao PL 2.462/91) (NT 62 e T 64)

V – Recurso nº 234/13, do Sr. Eduardo Cunha, que recorre contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2011, do Poder Executivo, que altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus. (T 62 e T 64)

URGÊNCIA
(Art. 155 do Regimento Interno)

Votação

1
PROJETO DE LEI Nº 719-A, DE 2015
(Do Sr. William Woo)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 719-A, de 2015, que altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; tendo pareceres proferidos em Plenário: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado (Relator: Dep. Evandro Gussi); da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relator: Dep. Evandro Gussi); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária (Relator: Dep. Luiz Carlos Hauly); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa (Relator: Dep. Arnaldo Faria De Sá). (Prorroga o prazo para apresentação de projetos de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas beneficiadas pelo PADIS) (T 62 e T 64)

Discussão

2
PROJETO DE LEI Nº 4.148-A, DE 2008
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.148-A, de 2008, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; tendo pareceres, quando de sua tramitação conjunta ao PL 5.848/05, este originalmente principal (arquivado nos termos do art. 58, § 4º, do Regimento Interno): da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação do PL 5.848/05, com emenda (Relator: Dep. Fernando de Fabinho); da Comissão de Defesa do Consumidor pela rejeição do PL 5.848/05 (Relator: Dep. Barbosa Neto); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade e injuridicidade do PL 5.848/05 e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Relator: Dep. Ricardo Barros). (Estabelece que os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano informem ao consumidor a natureza transgênica do alimento) (T 62 e 64)
Tendo apensado o PL nº 7.335/14.

3
PROJETO DE LEI Nº 7.924, DE 2014
(Da Defensoria Pública da União)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e NT 64)

4
PROJETO DE LEI Nº 2.177-A, DE 2011
(Do Sr. Bruno Araújo e Outros)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.177-A, de 2011, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; tendo parecer da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Sibá Machado). (NT 62 e T 64)

5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.428, DE 2013
(Do Sr. Nelson Marquezelli)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.428, de 2013, que susta o art. 13 da Resolução normativa nº 479, de 3 de abril de 2012 , da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que repassa aos municípios a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. Pendente de parecer das Comissões: de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e NT 64)

6
PROJETO DE LEI Nº 2.505-A, DE 2000
(Do Sr. Lincoln Portela)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.505-A, de 2000, que determina que o material apreendido pela Polícia Federal, fruto de contrabando e que possa vir a ser usado no combate ao crime, deverá ser repassado às Secretarias de Segurança Pública Estaduais e à Polícia Federal; tendo parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Pannunzio). Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

7
PROJETO DE LEI Nº 6.920-A, DE 2010
(Do Sr. Márcio Marinho)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.920-A, de 2010, que dispõe sobre estelionato cometido contra idosos; tendo parecer da Comissão Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Dep. Antonio Bulhões). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania. (Agrava a pena para o crime de estelionato quando cometido contra pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos) (NT 62 e T 64)
Tendo apensado o PL nº 807/11.

8
PROJETO DE LEI Nº 3.481-A, DE 2012
(Do Sr. Alexandre Leite)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.481-A, de 2012, que dispõe sobre uso de explosivos na destruição ou rompimento de obstáculo para o crime de Furto e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)
Tendo apensados (7) os PLs nºs 367/15, 7.106/14, 7.226/14, 8.018/14, 8.136/14, 850/15 e 851/15.

9
PROJETO DE LEI Nº 8.122, DE 2014
(Do Sr. Pedro Paulo)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.122, de 2014, que acrescenta dispositivos na lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (SINESP), tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada e cria mecanismo punitivo aos estados que coletarem os dados fora dos critérios estabelecidos em lei. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (T 62 e T 64)

10
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 267-A, DE 2014
(Do Sr. Stefano Aguiar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 267-A, de 2014, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar de Cooperação e Amizade Brasil-Jordânia; tendo parecer da Mesa Diretora, pela aprovação (Relator: Dep. Waldir Maranhão). (NT 62 e NT 64)

11
PROJETO DE LEI Nº 686, DE 2015
(Do Sr. Wellington Roberto)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 686, de 2015, que dispõe sobre responsabilidade civil do Estado. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.570, DE 2001
(Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CMCAI))

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.570, de 2001, que encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 5º § único, e 6º § 1º da Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, para exame e sugestões, ao texto da proposta de Política Nacional de inteligência, que define os objetivos e estabelece as diretrizes para os órgãos encarregados do exercício da atividade de inteligência no país. (NT 62 e NT 64)

13
PROJETO DE LEI Nº 779-A, DE 1995
(Do Sr. Corauci Sobrinho)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 779-A, de 1995, que eleva as penas previstas para o crime de receptação, modificando o artigo 180 do Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição (Relator: Dep. Ibrahim Abi-Ackel). (Aumentando a pena por receptação para 04 a 10 anos e multa, e por receptação culposa para 06 meses a 02 anos e multa). (NT 62 e T 64)

Tendo apensados (19) os PLs nºs 1.234/99, 5.586/01, 6.726/02, 7.435/02, 588/03, 2.804/03, 5.563/05, 5.925/05, 60/07, 5.636/09, 109/11, 222/11, 1.707/11, 5.683/13, 5.995/13, 7.382/14, 8.137/14, 277/15 e 476/15.

14

PROJETO DE LEI Nº 6.701, DE 2013

(Do Sr. Fabio Reis)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.701, de 2013, que altera o art. 319-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 que institui o "Código Penal" para aumentar a pena pelo crime praticado por diretor de penitenciária e/ou agente público que deixa de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. Pendente de parecer das Comissões: de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

15

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 2015

(Da Sra. Rosangela Gomes)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2015, que altera a redação do art. 3.º da Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)

Discussão

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 457-C, DE 2005

(Do Senado Federal)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 457-B, de 2005, que altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Trata da aposentadoria compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União) (NT 62 e NT 64)

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 504-A, DE 2010

(Do Senado Federal)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 504-A, de 2010, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Tripoli); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade das de nºs 115/95, 150/95, 60/99 e 131/99, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Biscaia); e da Comissão Especial, pela aprovação das de nºs 115/95, 150/95, 60/99, 131/99, 100/03, 131/03 e 188/03, com substitutivo (Relatora: Dep. Neyde Aparecida). (NT 62 e NT 64)

Tendo apensadas (7) as PECs nºs 115/95, 131/99, 150/95, 100/03, 131/03, 188/03 e 60/99.

18
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 206-A, DE 2012
(Do Senado Federal)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 206-A, de 2012, que acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 220 da Constituição Federal, para dispor sobre a profissão de jornalista; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta (Relator: Dep. Daniel Almeida e Relator Substituto: Dep. Esperidião Amin) e das de nºs 386/09, 388/09 e 389/09, apensadas (Relator: Dep. Maurício Rands); e da Comissão Especial pela aprovação das de nºs 386/09, 388/09 e 389/09, apensadas, com substitutivo (Relator: Dep. Hugo Leal). (NT 62 e NT 64)
Tendo apensadas (3) as PECs nºs 386/09, 388/09 e 389/09.

19
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-B, DE 2005
(Da Sra. Maria Helena e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 488-B, de 2005, que dá nova redação ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Fernando Coruja); e da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Luciano Castro). (Inclui os empregados do extinto Banco de Roraima, cujo vínculo funcional tenha sido reconhecido, no quadro em extinção da Administração Federal. Altera a Constituição Federal de 1988). (NT 62 e NT 64)

20
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N º 82-B, DE 2007
(Do Sr. Flávio Dino e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82-B, de 2007, que acresce os arts. 132-A e 135-A e altera o art. 168 da Constituição Federal; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta (Relator: Dep. Regis De Oliveira) e da de nº 452/09, apensada (Relator: Dep. Fábio Trad); e da Comissão Especial, pela aprovação desta e da de nº 452/09, apensada, com substitutivo (Relator: Dep. Lelo Coimbra). (Atribui autonomia funcional e prerrogativas aos membros da Defensoria Pública, Advocacia da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria das autarquias e às Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) (NT 62 e NT 64)
Tendo apensada a PEC nº 452/09.

21
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 10-B, DE 2011
(Do Sr. Luiz Fernando Machado e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10-B, de 2011, que altera os arts. 28, 29 e 84 da Constituição Federal para instituir a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do plano de metas pelo Poder Executivo municipal, estadual e federal, com base nas propostas da campanha eleitoral; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e da de nº 52/11, apensada (Relator: Dep. Jutahy Junior); e da Comissão Especial, pela aprovação desta e da de n° 52/11, apensada, com substitutivo (Relator: Dep. João Paulo Lima). (PEC do Plano de Metas) (NT 62 e NT 64)
Tendo apensada a PEC nº 52/11.

22
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 391-B, DE 2014
(Do Sr. Paulão e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 391-B, de 2014, que fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que sejam Capital de Estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela

admissibilidade (Relator: Dep. Décio Lima); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das emendas apresentadas na Comissão e, no mérito, pela aprovação desta e da Emenda nº 2, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1 (Relator: Dep. Mauro Benevides). (NT 62 e NT 64).

ORDINÁRIA

Discussão

23

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14-A, DE 1999
(Do Sr. Marcos Afonso)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 14-A, de 1999, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica; tendo parecer da Mesa Diretora, pela aprovação (Relator: Sr. Heráclito Fortes). (NT 62 e NT 64)

24
PROJETO DE LEI Nº 2.479-C, DE 200
(Do Sr. Ricardo Barros)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.479-C, de 2000, que altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o sistema nacional de seguros privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação deste e da emenda apresentada na Comissão (Relator: Dep. Luiz Bittencourt); da Comissão de Finanças e Tributação pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (Relator: Dep. José Lourenço); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda (Relator: Dep. Odair) (Fixa um prazo limite de 30 (trinta) dias para o pagamento de indenização ao segurado; dispondo que os casos em que haja litigio ou discordância sejam dirimidos na justiça) (T 62 e T 64)
(Encerra-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

Ata da 55ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, 30 de março de 2015

Presidência do Sr.: Eduardo Cunha, Presidente

ÀS 18 HORAS E 46 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha
Beto Mansur
Felipe Bornier
Mara Gabrilli
Mandetta
Gilberto Nascimento
Luiza Erundina
Ricardo Izar

RORAIMA

Abel Mesquita Jr. PDT
Edio Lopes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Jhonatan de Jesus PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Maria Helena PSB
Remídio Monai PR
Total de RORAIMA 5

AMAPÁ

Cabuçu Borges PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Janete Capiberibe PSB
Jozi Rocha PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Professora Marcivania PT
Roberto Góes PDT
Total de AMAPÁ 5

PARÁ

Beto Faro PT
Beto Salame PROS
Delegado Éder Mauro PSD
Edmilson Rodrigues PSOL
Francisco Chapadinha PSD
Hélio Leite DEM
Júlia Marinho PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PARÁ 7

AMAZONAS

Alfredo Nascimento PR
Arthur Virgílio Bisneto PSDB
Conceição Sampaio PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Hissa Abrahão PPS
Marcos Rotta PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Silas Câmara PSD
Total de AMAZONAS 6

RONDÔNIA

Expedito Netto Solidaried
Lindomar Garçon PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lucio Mosquini PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Cláudio PR
Marcos Rogério PDT
Mariana Carvalho PSDB
Marinha Raupp PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Nilton Capixaba PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RONDÔNIA 8

ACRE

Alan Rick PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Angelim PT
Leo de Brito PT
Rocha PSDB
Total de ACRE 4

TOCANTINS

Carlos Henrique Gaguim PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Dulce Miranda PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen

Josi Nunes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lázaro Botelho PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Vicentinho Júnior PSB
Total de TOCANTINS 5

MARANHÃO

Aluisio Mendes PSDC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
André Fufuca PEN PmdbPpPtbPscPhsPen
Eliziane Gama PPS
Hildo Rocha PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
João Castelo PSDB
João Marcelo Souza PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Junior Marreca PEN PmdbPpPtbPscPhsPen
Juscelino Filho PRP PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Sarney Filho PV
Victor Mendes PV
Total de MARANHÃO 10

CEARÁ

Adail Carneiro PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Chico Lopes PCdoB
Danilo Forte PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Domingos Neto PROS
Genecias Noronha Solidaried
Gorete Pereira PR
José Guimarães PT
Leônidas Cristino PROS
Luizianne Lins PT
Moses Rodrigues PPS
Ronaldo Martins PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Total de CEARÁ 11

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Átila Lira PSB
Heráclito Fortes PSB
Marcelo Castro PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Merlong Solano PT
Paes Landim PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Rodrigo Martins PSB
Silas Freire PR
Total de PIAUÍ 8

RIO GRANDE DO NORTE

Beto Rosado PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Fábio Faria PSD
Felipe Maia DEM
Rafael Motta PROS
Rogério Marinho PSDB
Walter Alves PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Zenaide Maia PR
Total de RIO GRANDE DO NORTE 7

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP PmdbPpPtbPscPhsPen

Benjamin Maranhão Solidaried
Damião Feliciano PDT
Luiz Couto PT
Manoel Junior PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Rômulo Gouveia PSD
Veneziano Vital do Rêgo PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Wellington Roberto PR
Total de PARAÍBA 8

PERNAMBUCO

Augusto Coutinho Solidaried
Betinho Gomes PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PCdoB
Daniel Coelho PSDB
Fernando Coelho Filho PSB
Fernando Monteiro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Gonzaga Patriota PSB
João Fernando Coutinho PSB
Jorge Côrte Real PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luciana Santos PCdoB
Marinaldo Rosendo PSB
Pastor Eurico PSB
Raul Jungmann PPS
Ricardo Teobaldo PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Tadeu Alencar PSB
Wolney Queiroz PDT
Zeca Cavalcanti PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PERNAMBUCO 17

ALAGOAS

Arthur Lira PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Cícero Almeida PRTB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
JHC Solidaried
Marx Beltrão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Pedro Vilela PSDB
Ronaldo Lessa PDT
Total de ALAGOAS 6

SERGIPE

Adelson Barreto PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Andre Moura PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Fábio Mitidieri PSD
Fabio Reis PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
João Daniel PT
Laercio Oliveira Solidaried
Valadares Filho PSB
Total de SERGIPE 7

BAHIA

Afonso Florence PT
Alice Portugal PCdoB
Bacelar PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Bebeto PSB
Benito Gama PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Cacá Leão PP PmdbPpPtbPscPhsPen

Caetano PT
Daniel Almeida PCdoB
Davidson Magalhães PCdoB
Elmar Nascimento DEM
Erivelton Santana PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Félix Mendonça Júnior PDT
Fernando Torres PSD
Irmão Lazaro PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
João Carlos Bacelar PR
João Gualberto PSDB
Jorge Solla PT
José Carlos Aleluia DEM
José Carlos Araújo PSD
Lucio Vieira Lima PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Márcio Marinho PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Mário Negromonte Jr. PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Moema Gramacho PT
Paulo Azi DEM
Paulo Magalhães PSD
Roberto Britto PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Ronaldo Carletto PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Uldurico Junior PTC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Valmir Assunção PT
Total de BAHIA 29

MINAS GERAIS

Adelmo Carneiro Leão PT
Ademir Camilo PROS
Bilac Pinto PR
Bonifácio de Andrada PSDB
Brunny PTC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Caio Narcio PSDB
Carlos Melles DEM
Dâmina Pereira PMN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Delegado Edson Moreira PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Dimas Fabiano PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Domingos Sávio PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Eros Biondini PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Fábio Ramalho PV
Jô Moraes PCdoB
Laudivio Carvalho PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Leonardo Monteiro PT
Leonardo Quintão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lincoln Portela PR
Luiz Fernando Faria PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcelo Álvaro Antônio PRP PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Marcelo Aro PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Margarida Salomão PT
Mário Heringer PDT
Mauro Lopes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Misael Varella DEM
Newton Cardoso Jr PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Odelmo Leão PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Padre João PT
Pastor Franklin PTdoB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB

Raquel Muniz PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Reginaldo Lopes PT
Renzo Braz PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Rodrigo de Castro PSDB
Rodrigo Pacheco PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Saraiva Felipe PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Subtenente Gonzaga PDT
Tenente Lúcio PSB
Toninho Pinheiro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Wadson Ribeiro PCdoB
Weliton Prado PT
Zé Silva Solidaried
Total de MINAS GERAIS 42

ESPÍRITO SANTO

Carlos Manato Solidaried
Dr. Jorge Silva PROS
Evair de Melo PV
Helder Salomão PT
Lelo Coimbra PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcus Vicente PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Max Filho PSDB
Paulo Foletto PSB
Sergio Vidigal PDT
Total de ESPÍRITO SANTO 9

RIO DE JANEIRO

Alessandro Molon PT
Alexandre Serfiotis PSD
Altineu Côrtes PR
Aureo Solidaried
Benedita da Silva PT
Cabo Daciolo PSOL
Celso Jacob PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Celso Pansera PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Chico Alencar PSOL
Chico D Angelo PT
Clarissa Garotinho PR
Cristiane Brasil PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Deley PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Dr. João PR
Fabiano Horta PT
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PROS
Jair Bolsonaro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Jandira Feghali PCdoB
Jean Wyllys PSOL
Leonardo Picciani PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Carlos Ramos PSDC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Luiz Sérgio PT
Marcelo Matos PDT
Marquinho Mendes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Miro Teixeira PROS
Paulo Feijó PR
Roberto Sales PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB

Rosangela Gomes PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Soraya Santos PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Sóstenes Cavalcante PSD
Walney Rocha PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Washington Reis PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO DE JANEIRO 33

SÃO PAULO

Alex Manente PPS
Alexandre Leite DEM
Ana Perugini PT
Andres Sanchez PT
Antonio Bulhões PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Faria de Sá PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Baleia Rossi PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Bruna Furlan PSDB
Bruno Covas PSDB
Capitão Augusto PR
Carlos Sampaio PSDB
Carlos Zarattini PT
Celso Russomanno PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Dr. Sinval Malheiros PV
Eduardo Bolsonaro PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Eduardo Cury PSDB
Eli Côrrea Filho DEM
Evandro Gussi PV
Fausto Pinato PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Flavinho PSB
Goulart PSD
Guilherme Mussi PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Herculano Passos PSD
Ivan Valente PSOL
Jefferson Campos PSD
Jorge Tadeu Mudalen DEM
José Mentor PT
Keiko Ota PSB
Lobbe Neto PSDB
Luiz Lauro Filho PSB
Major Olimpio PDT
Marcelo Squassoni PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Marcio Alvino PR
Miguel Haddad PSDB
Miguel Lombardi PR
Milton Monti PR
Missionário José Olimpio PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Nelson Marquezelli PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Nilto Tatto PT
Orlando Silva PCdoB
Paulo Freire PR
Paulo Teixeira PT
Renata Abreu PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Ricardo Tripoli PSDB
Roberto Alves PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Samuel Moreira PSDB

Sérgio Reis PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Silvio Torres PSDB
Tiririca PR
Valmir Prascidelli PT
Vanderlei Macris PSDB
Vicentinho PT
Vitor Lippi PSDB
William Woo PV
Total de SÃO PAULO 56

MATO GROSSO

Adilton Sachetti PSB
Nilson Leitão PSDB
Professor Victório Galli PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Ságuas Moraes PT
Valtenir Pereira PROS
Total de MATO GROSSO 5

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga DEM
Erika Kokay PT
Izalci PSDB
Laerte Bessa PR
Rogério Rosso PSD
Ronaldo Fonseca PROS
Roney Nemer PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de DISTRITO FEDERAL 7

GOIÁS

Alexandre Baldy PSDB
Daniel Vilela PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Delegado Waldir PSDB
Fábio Sousa PSDB
Giuseppe Vecci PSDB
João Campos PSDB
Lucas Vergilio Solidaried
Pedro Chaves PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Roberto Balestra PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Sandes Júnior PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de GOIÁS 10

MATO GROSSO DO SUL

Carlos Marun PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Dagoberto PDT
Elizeu Dionizio Solidaried
Geraldo Resende PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Tereza Cristina PSB
Vander Loubet PT
Zeca do Pt PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 7

PARANÁ

Aliel Machado PCdoB
Assis do Couto PT

Christiane de Souza Yared PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Diego Garcia PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Dilceu Sperafico PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Hermes Parcianello PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
João Arruda PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Leandre PV
Luciano Ducci PSB
Marcelo Belinati PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Osmar Bertoldi DEM
Osmar Serraglio PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Ricardo Barros PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Rossoni PSDB
Sandro Alex PPS
Sergio Souza PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Takayama PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Toninho Wandscheer PT
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 19

SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS
Décio Lima PT
Edinho Bez PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Geovania de Sá PSDB
Jorge Boeira PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Marco Tebaldi PSDB
Mauro Mariani PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de SANTA CATARINA 7

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Afonso Motta PDT
Alceu Moreira PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Carlos Gomes PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Covatti Filho PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Danrlei de Deus Hinterholz PSD
Fernando Marroni PT
Giovani Cherini PDT
Heitor Schuch PSB
Henrique Fontana PT
João Derly PCdoB
Jose Stédile PSB
Luiz Carlos Busato PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marco Maia PT
Marcon PT
Maria do Rosário PT
Mauro Pereira PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Nelson Marchezan Junior PSDB
Onyx Lorenzoni DEM
Osmar Terra PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Pompeo de Mattos PDT
Renato Molling PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO SUL 22

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 319 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

PRESENTES NA CASA 368 SRAS. E SRS. DEPUTADOS

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O painel está mantido.

IV – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Abel Mesquita Jr. PDT
Edio Lopes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Jhonatan de Jesus PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Maria Helena PSB
Remídio Monai PR
Total de RORAIMA 5

AMAPÁ

Janete Capiberibe PSB
Jozi Rocha PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Professora Marcivania PT
Roberto Góes PDT
Total de AMAPÁ 4

PARÁ

Beto Faro PT
Delegado Éder Mauro PSD
Edmilson Rodrigues PSOL
Francisco Chapadinha PSD
Júlia Marinho PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Zé Geraldo PT
Total de PARÁ 6

AMAZONAS

Alfredo Nascimento PR
Arthur Virgílio Bisneto PSDB
Conceição Sampaio PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Hissa Abrahão PPS
Marcos Rotta PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Silas Câmara PSD
Total de AMAZONAS 6

RONDÔNIA

Lindomar Garçon PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lucio Mosquini PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Cláudio PR
Marcos Rogério PDT
Mariana Carvalho PSDB
Marinha Raupp PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RONDÔNIA 6

ACRE

Alan Rick PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Angelim PT
Leo de Brito PT
Rocha PSDB
Total de ACRE 4

TOCANTINS

Carlos Henrique Gaguim PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Dulce Miranda PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Josi Nunes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lázaro Botelho PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Vicentinho Júnior PSB
Total de TOCANTINS 5

MARANHÃO

Aluisio Mendes PSDC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
André Fufuca PEN PmdbPpPtbPscPhsPen
Hildo Rocha PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
João Castelo PSDB
João Marcelo Souza PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Junior Marreca PEN PmdbPpPtbPscPhsPen
Juscelino Filho PRP PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Sarney Filho PV
Victor Mendes PV
Total de MARANHÃO 9

CEARÁ

Adail Carneiro PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Chico Lopes PCdoB
Danilo Forte PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Domingos Neto PROS
Genecias Noronha Solidaried
Gorete Pereira PR
José Guimarães PT
Leônidas Cristino PROS
Luizianne Lins PT
Moses Rodrigues PPS
Ronaldo Martins PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Total de CEARÁ 11

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Átila Lira PSB
Heráclito Fortes PSB

Merlong Solano PT
Rodrigo Martins PSB
Silas Freire PR
Total de PIAUÍ 6

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PSD
Rafael Motta PROS
Rogério Marinho PSDB
Walter Alves PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Zenaide Maia PR
Total de RIO GRANDE DO NORTE 5

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Benjamin Maranhão Solidaried
Damião Feliciano PDT
Luiz Couto PT
Manoel Junior PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Rômulo Gouveia PSD
Wellington Roberto PR
Total de PARAÍBA 7

PERNAMBUCO

Augusto Coutinho Solidaried
Betinho Gomes PSDB
Daniel Coelho PSDB
Fernando Coelho Filho PSB
Fernando Monteiro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
João Fernando Coutinho PSB
Jorge Côrte Real PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marinaldo Rosendo PSB
Pastor Eurico PSB
Raul Jungmann PPS
Ricardo Teobaldo PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Wolney Queiroz PDT
Zeca Cavalcanti PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PERNAMBUCO 13

ALAGOAS

Cícero Almeida PRTB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
JHC Solidaried
Marx Beltrão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Pedro Vilela PSDB
Ronaldo Lessa PDT
Total de ALAGOAS 5

SERGIPE

Adelson Barreto PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Fábio Mitidieri PSD
Fabio Reis PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
João Daniel PT
Laercio Oliveira Solidaried
Valadares Filho PSB
Total de SERGIPE 6

BAHIA

Afonso Florence PT
Alice Portugal PCdoB
Bacelar PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Bebeto PSB
Benito Gama PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Cacá Leão PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Caetano PT
Daniel Almeida PCdoB
Davidson Magalhães PCdoB
Elmar Nascimento DEM
Félix Mendonça Júnior PDT
Fernando Torres PSD
Irmão Lazaro PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
João Carlos Bacelar PR
João Gualberto PSDB
Jorge Solla PT
José Carlos Araújo PSD
Lucio Vieira Lima PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Márcio Marinho PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Mário Negromonte Jr. PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Moema Gramacho PT
Paulo Azi DEM
Paulo Magalhães PSD
Roberto Britto PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Ronaldo Carletto PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Uldurico Junior PTC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Valmir Assunção PT
Total de BAHIA 27

MINAS GERAIS

Adelmo Carneiro Leão PT
Ademir Camilo PROS
Bilac Pinto PR
Bonifácio de Andrada PSDB
Brunny PTC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Caio Narcio PSDB
Carlos Melles DEM
Dâmina Pereira PMN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Delegado Edson Moreira PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Dimas Fabiano PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Domingos Sávio PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Fábio Ramalho PV
Jô Moraes PCdoB
Laudivio Carvalho PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Leonardo Monteiro PT
Leonardo Quintão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lincoln Portela PR
Luiz Fernando Faria PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcelo Álvaro Antônio PRP PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Marcelo Aro PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Margarida Salomão PT
Mário Heringer PDT
Mauro Lopes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen

Misael Varella DEM
Newton Cardoso Jr PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Odelmo Leão PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Padre João PT
Pastor Franklin PTdoB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Raquel Muniz PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Reginaldo Lopes PT
Rodrigo de Castro PSDB
Saraiva Felipe PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Subtenente Gonzaga PDT
Toninho Pinheiro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Wadson Ribeiro PCdoB
Weliton Prado PT
Zé Silva Solidaried
Total de MINAS GERAIS 38

ESPÍRITO SANTO

Carlos Manato Solidaried
Evair de Melo PV
Helder Salomão PT
Lelo Coimbra PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcus Vicente PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Max Filho PSDB
Paulo Foletto PSB
Sergio Vidigal PDT
Total de ESPÍRITO SANTO 8

RIO DE JANEIRO

Alessandro Molon PT
Alexandre Serfiotis PSD
Altineu Côrtes PR
Aureo Solidaried
Benedita da Silva PT
Cabo Daciolo PSOL
Celso Jacob PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Celso Pansera PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Chico Alencar PSOL
Chico D Angelo PT
Clarissa Garotinho PR
Deley PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Dr. João PR
Eduardo Cunha PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Fabiano Horta PT
Felipe Bornier PSD
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PROS
Jair Bolsonaro PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Jean Wyllys PSOL
Leonardo Picciani PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Carlos Ramos PSDC PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Luiz Sérgio PT
Marcelo Matos PDT
Marquinho Mendes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Miro Teixeira PROS
Rosangela Gomes PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB

Soraya Santos PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Sóstenes Cavalcante PSD
Walney Rocha PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Washington Reis PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO DE JANEIRO 31

SÃO PAULO

Alex Manente PPS
Ana Perugini PT
Andres Sanchez PT
Antonio Bulhões PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Faria de Sá PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Baleia Rossi PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Bruna Furlan PSDB
Bruno Covas PSDB
Capitão Augusto PR
Carlos Sampaio PSDB
Carlos Zarattini PT
Celso Russomanno PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Dr. Sinval Malheiros PV
Eduardo Bolsonaro PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Eduardo Cury PSDB
Evandro Gussi PV
Fausto Pinato PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Flavinho PSB
Gilberto Nascimento PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Goulart PSD
Guilherme Mussi PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Herculano Passos PSD
Ivan Valente PSOL
Jefferson Campos PSD
José Mentor PT
Keiko Ota PSB
Lobbe Neto PSDB
Luiz Lauro Filho PSB
Luiza Erundina PSB
Major Olimpio PDT
Mara Gabrilli PSDB
Marcio Alvino PR
Miguel Haddad PSDB
Miguel Lombardi PR
Missionário José Olimpio PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Nelson Marquezelli PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Orlando Silva PCdoB
Paulo Freire PR
Paulo Teixeira PT
Ricardo Izar PSD
Ricardo Tripoli PSDB
Roberto Alves PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Samuel Moreira PSDB
Sérgio Reis PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Silvio Torres PSDB
Tiririca PR
Valmir Prascidelli PT

Vanderlei Macris PSDB
Vicentinho PT
Vitor Lippi PSDB
William Woo PV
Total de SÃO PAULO 53

MATO GROSSO

Adilton Sachetti PSB
Nilson Leitão PSDB
Ságuas Moraes PT
Total de MATO GROSSO 3

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga DEM
Erika Kokay PT
Laerte Bessa PR
Rogério Rosso PSD
Ronaldo Fonseca PROS
Roney Nemer PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de DISTRITO FEDERAL 6

GOIÁS

Alexandre Baldy PSDB
Daniel Vilela PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Delegado Waldir PSDB
Fábio Sousa PSDB
Giuseppe Vecci PSDB
João Campos PSDB
Lucas Vergilio Solidaried
Pedro Chaves PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Roberto Balestra PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Sandes Júnior PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de GOIÁS 10

MATO GROSSO DO SUL

Dagoberto PDT
Elizeu Dionizio Solidaried
Geraldo Resende PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Mandetta DEM
Tereza Cristina PSB
Vander Loubet PT
Zeca do Pt PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 7

PARANÁ

Assis do Couto PT
Christiane de Souza Yared PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Dilceu Sperafico PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Hermes Parcianello PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
João Arruda PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Leandre PV
Luciano Ducci PSB
Marcelo Belinati PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Osmar Bertoldi DEM

Osmar Serraglio PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Ricardo Barros PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Rossoni PSDB
Sandro Alex PPS
Sergio Souza PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Toninho Wandscheer PT
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 16

SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS
Décio Lima PT
Edinho Bez PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Geovania de Sá PSDB
Jorge Boeira PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Mauro Mariani PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de SANTA CATARINA 6

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Afonso Motta PDT
Covatti Filho PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Danrlei de Deus Hinterholz PSD
Fernando Marroni PT
Giovani Cherini PDT
Heitor Schuch PSB
Henrique Fontana PT
João Derly PCdoB
Jose Stédile PSB
Marco Maia PT
Marcon PT
Maria do Rosário PT
Mauro Pereira PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Nelson Marchezan Junior PSDB
Onyx Lorenzoni DEM
Osmar Terra PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Pompeo de Mattos PDT
Renato Molling PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO SUL 19

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A lista de presença registra o comparecimento de 319 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

A LISTA DE PRESENÇA REGISTRA O COMPARECIMENTO DE 322 SRAS. E SRS. DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Requerimento nº 1.127, de 2015, dos Srs. Líderes.

REQUERIMENTO Nº 1.127, DE 2015

"Sr. Presidente,
Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para apreciação do PL 1.404/2011, que 'Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente."

*Sala das Sessões, 24 de março de 2015. – **Eduardo da Fonte**, Líder do PP; **André Figueiredo,** Líder do PDT; **Celso Russomano,** Líder do Bloco Parlamentar PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB; **Evandro Gussi,** Vice-Líder do PV; **Leonardo Picciani,** Líder do Bloco Parlamentar PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN; **Maurício Quintella Lessa**, Líder do PR; **Fernando Coelho Filho**, Líder do PSB; **Wilson Filho,** Vice-Líder Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PE; e **Rogério Rosso,** Líder do PSD.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contra, tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

Não há mais oradores.

Passa-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento nº 1.129, de 2015, dos Srs. Líderes.

REQUERIMENTO Nº 1.129, DE 2015

"Sr. Presidente,

Requeremos a V.Exa., com base no art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do PL 5.773/2013, de autoria do Sr. Onyx Lorenzoni, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, acrescentando o art. 288-B, tipificando o crime de terrorismo, e dá outras disposições."

*Sala das Sessões, em 24 de março de 2015. – **Mendonça Filho,** Líder do Democratas; **Leonardo Picciani,** Líder do do Bloco Parlamentar PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN; **Arthur Oliveira Maia**, Líder do Solidariedade; **Carlos Sampaio,** Líder do PSDB; **André Figueiredo,** Líder do PDT; **André Moura,** Líder do PSC; e **Wilson Filho** Vice-Líder do Bloco Parlamentar PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.*

Apensado o Projeto de Lei nº 2.462, de 1991.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSOL pede que seja nominal a votação desta urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Será. Já há consciência de que será nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não há oradores inscritos. Eu vou passar, então, à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PMDB?

O SR. RAUL JUNGMANN – Presidente, eu estou inscrito para falar contrariamente à matéria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Perdão, é verdade. Não, V.Exa. não está inscrito para falar contra. Há outros inscritos aqui que eu não vi.

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Glauber.

O SR. RAUL JUNGMANN – Permita-me, Presidente. Hoje estava aí em cima uma listagem. Não estou colocando em dúvida. Estou dizendo que eu assinei uma listagem que estava em branco aí em cima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em requerimento de urgência, só cabe um de cada lado, um contra e um a favor. Há um a favor e quatro contrários. Então, eu tenho que chamar pela ordem, Deputado Raul Jungmann. Infelizmente, eu não posso fazer diferente.

Para falar contra, Deputados Glauber Braga, Delegado Edson Moreira, Alessandro Molon e Luiza Erundina. Para falar a favor, Deputado Onyx Lorenzoni.

O Deputado Delegado Edson Moreira está aí.

Concedo a palavra, primeiro, ao Deputado Delegado Edson Moreira, para falar contra, em seguida, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PTN-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu entendo o seguinte: este projeto precisa ser mais bem elaborado. Estão faltando vários termos. Por exemplo, guerrilha não está aí; no caso do terrorismo, há o anthrax, veneno que é mandado por envelope. Muitos outros termos precisariam ser colocados neste artigo. Quer dizer, são poucas os termos.

Tem que ter maior amplitude a tipificação do crime de terrorismo. O crime de terrorismo é muito grave, principalmente em se falando desta matéria que foi tão combatida em anos anteriores. A tipificação do terrorismo tem que ser mais abrangente. O Deputado teve boa intenção, mas a tipificação precisa ser mais ampliada, a meu ver.

Por isso, nós nos colocamos contra a urgência, tendo em vista que este artigo tem que ser mais bem estudado.

Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, para falar a favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, o Brasil é signatário de vários acordos internacionais de combate ao terrorismo. O Senado Federal, neste momento, já pauta e discute a regulamentação da legislação brasileira e a adaptação da legislação brasileira a esses acordos internacionais.

Uma legislação antiterror é como um seguro de vida: todo mundo faz, ninguém quer usar, mas, quando a tragédia advém, é uma cautela importante e inafastável da existência humana.

Lamentavelmente, as ações de terrorismo vêm ganhando cada vez maior volume. A utilização das redes sociais, inclusive como forma de propagar o medo e o terror, é algo que hoje se enfrenta no cotidiano das nações.

O Brasil terá, no próximo ano, Olimpíadas, evento de alcance mundial e que, triste e lamentavelmente, em edições anteriores, foi palco de ações terroristas, grupos terroristas praticaram ações em lugares muito distantes das suas bases. Quando os olhos das nações e os olhos do mundo se voltam para o evento do porte das Olimpíadas, é lá, triste e lamentavelmente, o cenário onde os extremistas se valem para lançar a sua proposta de aterrorizar as sociedades e as pessoas, em busca de propaganda farta, barata, sem medir consequências em relação a vidas humanas.

O Brasil precisa de uma legislação que nos dê condições de enfrentar e combater o terrorismo. O projeto que nós oferecemos abre na Câmara essa discussão e essa possibilidade. A Câmara dos Deputados não pode abrir mão do seu protagonismo histórico, no momento que antecede uma competição como as Olimpíadas, que vão ocorrer no próximo ano aqui no Brasil.

Volto a enfatizar que o Senado Federal já teve essa iniciativa. É importante que a Câmara possa dar a sua contribuição ao nosso País, adequando a legislação, para que o Brasil esteja preparado para enfrentar toda e qualquer ação terrorista que possa se realizar no País.

Só para lembrar, uma das pessoas que organizou e participou do atentado ao World Trade Center teve uma passagem pela Tríplice Fronteira, em Foz do Iguaçu, habitando inclusive em território brasileiro durante um período. Isso é só para entender do que nós estamos falando. O Brasil precisa fazer o seu seguro, seja através de uma legislação adequada, seja dando instrumentos ao Judiciário e ao Ministério Público, como as forças de segurança.

O presente projeto pede a preferência para que se abra um grande e profícuo debate no plenário desta Casa a favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra à nobre Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar como Líder exatamente sobre este tema para registrar algumas preocupações para este Plenário. Parece até que coincidem o tema e a data. Às vésperas da data do golpe militar, nós estamos discutindo lei antiterrorismo.

É óbvio que aqui há um consenso. Todos aqui somos contra atos terroristas. Todos, sem exceção. Tenho certeza disso. Todos os partidos, todos os Parlamentares, a sociedade brasileira, o Governo, a Oposição. Obviamente ninguém concorda com atos terroristas. O que nos importa é saber o que é considerado ato terrorista. Essa é a nossa preocupação. Do jeito que está o texto deste projeto, obviamente o nível de abrangência é tanto que daqui a pouco o fato de uma comunidade incendiar um pneu será considerado um ato terrorista. Então, temos que ter muito cuidado. Não há por que dar urgência a uma matéria como esta. Nós precisamos ter cautela.

Ainda hoje está em vigor no Brasil a Lei de Segurança Nacional. Essa lei não foi revogada até hoje. Ela está em vigor e é fruto da ditadura militar. Há uma série de projetos circulando na Casa. Existe um projeto em tramitação no Senado Federal, com conteúdo de debates sobre a lei antiterror. No ano passado, o Ministério da Justiça, a pedido de muitos de nós, abriu um debate sobre este tema.

Não dá para votar a urgência e atropelar este Plenário, de novo, com 46% de renovação, que não participou do debate, não acumulou o debate, para dar urgência a uma matéria como esta.

O apelo que nós do PCdoB fazemos, tenho certeza, com a concordância de muitos outros, é para que tenhamos calma ao votar projetos com esse conteúdo, com essa contundência e com essa abrangência.

Precisamos, sim, determinar o que é o terrorismo no Brasil, baseados na legislação internacional, mas nós precisamos de tempo, para não fazermos aqui algo que dê uma resposta de *marketing* para a sociedade, para não fazermos aqui uma publicidade da agenda da Câmara e incorrermos em erros graves na definição, incluindo ações legítimas do movimento social como se fossem práticas de terrorismo no Brasil.

Então, vamos com cuidado! Nós não estamos mais na ditadura militar. A primeira atitude que esta Câmara deveria tomar é revogar a Lei de Segurança Nacional. Isso, sim, seria um ato para a democracia brasileira. Devemos discutir isso com a cautela devida. O Senado debate há anos o tema, com tramitação de projetos. Nós não precisamos ter um protagonismo à frente do Senado nisso. Nós podemos debater também com calma e com profundidade o tema.

Nós somos contrários a esta urgência, pelo risco que temos de, na pressa, fazer algo que atente contra a democracia e que não seja eficaz contra os verdadeiros atos de terrorismo.

Por isso, fazemos um apelo à Casa, como Líder de uma bancada. Tenho certeza de que outros Líderes têm a mesma opinião. Cautela não faz mal num tema como este. Faço um apelo para que sejamos certeiros no alvo contra o terrorismo e não no cerceamento da democracia, em questões que não precisam estar abrangidas neste projeto.

Essa é a nossa opinião e o apelo que fazemos à Casa. Não precisamos da urgência; precisamos do debate. Precisamos ter prazo; mas não com a urgência que a Casa, neste momento, imagina dar a um tema tão complexo como este.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Cunha, só gostaria de declarar que pedirei a votação nominal, mas desde já deixo registrado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Já foi pedido e já será nominal.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A Deputada Jandira já concluiu? *(Pausa.)*

Vamos passar, então, à orientação de bancada.

Como vota o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN?

O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – "Sim".

Como vota o PT?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos votar contra a urgência, inclusive porque, como alertamos na semana passada, consideramos que o debate sobre lei penal deve ser feito com uma tranquilidade que o regime de urgência não permite.

Trata-se de criar um novo tipo penal. Não há urgência para criá-lo porque nós não temos, felizmente, este problema no Brasil. Nós não precisamos correr contra o relógio na expectativa de tipificar uma conduta que venha causando prejuízo ao Brasil. Não se trata de uma lacuna legislativa de algo que venha ocorrendo, mas não vem encontrando punição.

Por essa razão, para fazer um debate tranquilo, sereno para a criação de um novo tipo penal, o nosso partido encaminha o voto "não". Queremos fazer este debate, mas julgamos que a forma adequada de fazê-lo é permitindo que o projeto passe pelas Comissões, que receba parecer de todas as Comissões e, quem sabe, inclusive, Presidente, que façamos uma Comissão Geral sobre o tema, que merece ser debatido, mas não com a pressa de um regime de urgência.

Por esta razão, o Partido dos Trabalhadores vota "não" a esta urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSDB?

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo decidiu, de alguns anos para cá, relacionar-se com inúmeros países, alguns governados por ditadores e alguns até ligados ao terrorismo.

É mais do que óbvio: se a ligação comercial é importante, existe o outro lado da moeda, países que vivem o dia a dia e têm uma facilidade para conviver com o terrorismo.

A legislação que tipifica e especifica é imprescindível que seja debatida nesta Casa, que seja aprovada. Nós precisamos proteger o Brasil. O Brasil ainda não tem uma lei que proteja os brasileiros.

O PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco do PRB?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB entende que esta discussão é salutar e extremamente importante para a sociedade, mas entende também que o texto do Senado, que está tramitando no Senado – e o Relator é o Senador Jucá – é muito mais adequado à realidade brasileira.

Portanto, o PRB vota "não" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSD?

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSD vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – "Não".

Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Brasil precisa de uma lei antiterrorismo.

Com as fronteiras abertas, como nós estamos, com uma legislação que data de 1940, sem uma lei contra o terrorismo, e depois da construção que V.Exa. começou ali no Colégio de Líderes, para buscar o entendimento em outros projetos que tramitam nesta Casa e também no Senado, nós podemos chegar a uma conclusão melhor sobre este assunto.

O que nós queremos fazer, na realidade, é tão somente votar essa urgência, para que essa lei antiterrorismo, juntamente com tudo aquilo que já está tramitando nesta Casa e no Senado, possa se somar e nos ajudar a encontrar uma solução para isso. E que nossas fronteiras também estejam mais fechadas para isso.

Nós encaminhamos o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSB?

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o texto para o qual foi solicitada a urgência não é aquele que o PSB entende ser o melhor, votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Democratas?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consideramos muito importante o tema em discussão neste instante: a urgência para votarmos um projeto de lei sobre o terrorismo.

Infelizmente, o Brasil é uma das poucas nações democráticas do mundo que não tem uma legislação específica sobre o tema terrorismo.

Eu acho que a Câmara dos Deputados deveria fazer prevalecer que esta Casa normalmente inicie o processo legislativo. Há uma discussão no Senado, mas não devemos receber um texto do Senado. O Senado é Casa revisora. Quem deve ter a iniciativa de debater grandes temas nacionais é a Câmara dos Deputados.

Por isso, considero importante a votação e a aprovação da urgência, para que o protagonismo da Câmara dos Deputados se coloque à frente até mesmo do texto discutido e debatido no Senado da República.

Para concluir, Sr. Presidente – alguns segundos a mais –, quero dizer o seguinte: eu estranho muito a posição do Governo e estranho ainda mais a posição da Presidente Dilma, que chegou ao absurdo – ao absurdo – de propor a negociação com o Estado Islâmico, que faz decapitação de pessoas e transmite pela Internet!

Não tem lógica o Estado brasileiro querer abrir o diálogo com um grupo terrorista internacional que tem, de certo modo, deixado o mundo todo extremamente preocupado.

Então, por tudo isso, eu considero muito relevante a aprovação da urgência do projeto do Deputado Onyx Lorenzoni e outros apensados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vota "não", respeitando o posicionamento individual de dois companheiros que são ligados à segurança pública e, como tal, estão liberados a votar contrariamente à orientação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Solidariedade?

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade acredita que terrorismo é um tipo de violência muito específico, e nós precisamos aprofundar este debate, que é muito salutar para a Casa e, por isso, nós vamos orientar "sim" a esta urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PCdoB?

O SR. WADSON RIBEIRO (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "não", por achar que este é um debate muito importante, que trata de um tema que se relaciona não apenas ao terrorismo, mas também a manifestações legítimas, democráticas e que, portanto, é um tema que merece desta Casa um debate mais aprofundado, de modo a não cometermos nenhuma ação que apene cidadãos ou confunda a sociedade sobre o que realmente é terrorismo e o que não são ações ligadas ao terrorismo.

Por isso o PCdoB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PROS?

O SR. DOMINGOS NETO (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PROS vota "não", Sr. Presidente, em face de que nós precisamos também aperfeiçoar o texto. O Senado já tem um texto que já está bem avançado, e nós precisamos aqui acompanhar o interesse do País nesse projeto. Portanto, o PROS vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PPS?

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde o meu primeiro mandato que venho estudando a questão do terrorismo. Inclusive, realizei aqui duas audiências públicas sobre a questão do terrorismo e a sua tipificação. Sou daqueles que entendem que nós precisamos tipificar o terrorismo e daqueles que acham que isso não pode demorar.

Entretanto, Sr. Presidente, se o Brasil é signatário da Lei Interamericana Antiterrorismo e da Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, não podemos, Sr. Presidente, fazer qualquer confusão e termos qualquer ambiguidade entre combate ao terrorismo e direitos constitucionais de manifestação e de expressão.

Por isso, concluo dizendo que nós, que estudamos esse tema, que conhecemos a Convenção Internacional, acreditamos que devemos ter um alinhamento entre essa lei e as convenções internacionais. Elas estão, Sr. Presidente, muito ambíguas e atingem direitos constitucionais.

Por isso, voto "não" ao Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PV?

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma matéria importante, muito importante, que não merece ser votada através de requerimento de urgência. Ela merece uma discussão muito mais aprofundada.

Portanto, o nosso posicionamento é "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL também não é a favor dessa urgência, em nome da boa discussão da matéria. Queremos lembrar que, nos Estados Unidos da América do Norte, que são um exemplo de democracia para muitos aqui, a preocupação com o terrorismo na Era Bush – até justificável em função das Torres Gêmeas – acabou sendo um biombo para a supressão de algumas liberdades. O próprio Presidente Obama questionou isso.

Nós não podemos, em uma situação muito mais amena – aliás, houve Copa do Mundo e ninguém falou da urgência para uma lei deste tipo – atropelar o debate e acabar por suprimir liberdades de lutas democráticas, com instrumentos ao alcance daqueles que não têm projeção na mídia, instrumentos para comover autoridades e mover estruturas.

Portanto, nosso voto é contra o atropelo do debate. Vamos, nas Comissões, examinar o projeto do Senado. Devagar com o andor, porque a democracia ainda é frágil no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota a Minoria?

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votar pela urgência é a posição favorável da Minoria, respeitando os demais partidos. Mas entendemos que o terrorismo está correndo numa velocidade supersônica, e é hora de o Brasil também trabalhar a prevenção. Temos que discutir o mérito.

Devido à posição dos companheiros, a Minoria resolve liberar. Então, a Minoria libera.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Governo vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Governo vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. TAKAYAMA – Sr. Presidente, solicito a palavra enquanto está sendo votado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Com a palavra o Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (Bloco/PSC-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entristece-me saber que alguns partidos não querem a regulamentação dessa questão do terrorismo.

O Brasil não pode conviver com esse tipo de violência. Dá-me tristeza saber que vale para alguns mais a ação política do que propriamente a resolução de um problema em uma nação, aliás, no mundo, onde nós estamos vendo o crescimento do terrorismo, explosões, gente decente morrendo, gente honesta morrendo, enquanto algumas organizações criminosas parecem ter vínculos com alguns partidos.

É inaceitável alguns partidos dizerem "não" a um requerimento que quer regulamentar a situação, Sr. Presidente.

Deixo aqui o meu pensamento, o meu ponto de vista, estarrecido com alguns partidos que não querem a regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venham a plenário, para que possamos continuar a pauta, rapidamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Com a palavra V.Exa.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, pela Frente Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – A palavra está com o Líder da Minoria neste momento.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quem é contra o terrorismo vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Bisneto, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (PSDB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na última terça-feira, o Ministro Joaquim Levy, com mais uma palavra não pensada, teceu críticas direcionadas à Presidente da República, Dilma Rousseff.

Numa palestra para ex-alunos da faculdade em que ele se graduou, Levy disse, em inglês, o que podemos traduzir assim*: "Acho que há um desejo genuíno da Presidente de acertar as coisas, às vezes não da maneira mais fácil, não da maneira mais efetiva, mas há um desejo genuíno".*

O Ministro Levy, nesse momento, une-se aos 90% de brasileiros que desaprovam este Governo. É fato que, mesmo os governantes mais corruptos, ou corruptas, têm no fundo o desejo de acertar, à frente das suas administrações. Isso é óbvio. O que se estranha e o que nos dá a exata sensação de que este Governo não se governa é a certeza de que um Ministro, assim como a população brasileira, entende que realmente este Governo não procura os caminhos certos para agir na crise por que nós passamos na economia. Por exemplo, para agir na hora de defender a PETROBRAS, em vez de proteger pessoas de cunho pessoal e partidário, como o Sr. João Vaccari Neto.

O Governo Federal mais uma vez derrapa, Líder Carlos Sampaio. É impressionante que o Ministro, que é, sim, a figura central da política econômica do novo Governo Dilma, não possa em hipótese alguma ser demitido, apesar de todas as falas – essa não foi a primeira, foi a quinta – que derraparam terem sido corrigidas por alguém do Governo ou de ter sido chamada a sua atenção pela Presidente da República.

O Ministro Levy já declarou, em 21 de janeiro, na Suíça, o seguinte: *"A gente pode ter um trimestre de recessão, e isso não quer dizer nada em relação ao crescimento"*. A Chefe não gostou. Levy tentou se corrigir: admitiu que o termo correto não era "recessão", mas "contração". Dois dias depois, em entrevista ao jornal *Financial Times*, Levy derrapou: *"O Programa Seguro-Desemprego é completamente ultrapassado"*. Dilma voltou a exigir um desmentido do Ministro, e Levy mandou dizer aos jornalistas que o que havia dito tivera como objetivo ampliar o debate, para aperfeiçoar o Programa.

Em 28 de fevereiro, ao discutir o programa de desoneração da folha de pagamentos adotado por Guido Mantega, o Ministro que o antecedeu, Levy comentou: *"Você aplicou num negócio que era muito grosseiro. Essa brincadeira nos custa 25 bilhões por ano"*. Mais uma vez repreendido, Levy afirmou que fora infeliz e coloquial demais.

Em 16 de março, dia seguinte às manifestações contra o Governo, Levy disse que o capitalismo do Estado é incompatível com a democracia. Dilma, a chefe de Levy, mais uma vez, defensora do capitalismo do Estado, produziu artificialmente gigantes nacionais com o dinheiro do BNDES.

Portanto, Sr. Presidente, tem que haver uma manifestação clara do Governo em relação às palavras do seu principal Ministro. Deputado Pauderney Avelino, sem o Ministro Joaquim Levy, a palavra do Governo Federal, em relação ao mercado financeiro, é nula. O Governo Federal tem, na palavra de Joaquim Levy, o seu grande fiador. Portanto, a Presidente da República tem que escolher o melhor caminho a traçar. O Ministro não falou por maldade, mas a repreensão, mais uma vez, foi mínima, já que, numa hora como essa, não deve ser o Ministro Aloizio Mercadante a chamar a atenção de A, B ou C, mas a sua chefe, puxando para si a responsabilidade da correção dos problemas da crise econômica que vem assolando este País.

Nós estamos passando por uma recessão grave: inflação acima de 8%, PIB negativo – Pibinho, juros acima de 13% ao ano. Essa é a previsão do mercado para o ano de 2015. Portanto, que o Governo, de uma vez por todas, tire da responsabilidade da população uma responsabilidade que é sua. Para se ter uma ideia, 84% dos recursos que serão cortados – podemos dizer assim –, com o ajuste fiscal, têm a previsão de sair do bolso do brasileiro. Somente 14% desses recursos serão provenientes de cortes no Governo Federal. Vamos lá: número excessivo de Ministérios, corrupção, cargos comissionados, exagero e falta de controle nas obras a serem executadas pelo País, tudo isso onera a máquina brasileira. A economia não consegue assistir mais à recessão que vem atingindo-a, batendo à sua porta e tirando o dinheiro do bolso do brasileiro.

Presidente Dilma Rousseff, por favor, corrija o seu Ministro.

Ministro Joaquim Levy, por favor, corrija o PT, corrija a economia brasileira, dê um norte ao Brasil, para que saia desta crise, cumpra a sua função. V.Exa. é o único Ministro deste País que não pode ser demitido, porque a sua demissão seria a demonstração clara do desgoverno de um Governo que não tem condições de assumir uma palavra perante a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Desejo sorte ao Ministro, desejo sorte à Presidente da República e um pouco mais de cuidado com o bolso, com o coração e com a vida da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vou encerrar a votação. Alguém no plenário ainda não votou? *(Pausa.)* Quem não votou, por favor, faça-o rapidamente. Vou encerrar a votação.

O SR. COVATTI FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo-lhe a palavra por 1 minuto, Deputado. Fale rapidamente, para encerrarmos a votação.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria dizer à Casa que ontem faleceu o ex-Vice-Governador do Rio Grande do Sul Dr. Otávio Germano, que foi Deputado Federal nesta Casa e era pai do nosso colega Deputado José Otávio Germano.

Então, queremos prestar as nossas condolências, em nome da bancada do Partido Progressista, a toda a família.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Esta Presidência associa-se aos sentimentos manifestados por V.Exa. à família do ex-Governador Otávio Germano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 216;

NÃO: 181;

ABSTENÇÃO: 1;

TOTAL: 398.

ART. 17: 1.

QUÓRUM: 399

O REQUERIMENTO NÃO FOI APROVADO. *(Palmas.)*

LISTAGEM DE VOTAÇÃO

Proposição: REQ Nº 1129/2015 - URGÊNCIA PARA APRECIAÇÃO DO PL Nº 5773/2013 - Nominal Eletrônica

Início da votação: 30/03/2015 19:11
Encerramento da votação: 30/03/2015 19:20

Presidiu a Votação:
Eduardo Cunha

Resultado da votação

Sim: 216

Não: 181

Abstenção: 1

Total da Votação: 398

Art. 17: 1

Total Quorum: 399

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Roraima (RR)			
Abel Mesquita Jr.	PDT		Sim
Carlos Andrade	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Edio Lopes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Jhonatan de Jesus	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Maria Helena	PSB		Não
Remídio Monai	PR		Sim
Total Roraima: 6			
Amapá (AP)			
André Abdon	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Janete Capiberibe	PSB		Não
Jozi Rocha	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Marcos Reategui	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Professora Marcivania	PT		Não
Roberto Góes	PDT		Não
Total Amapá: 7			

Pará (PA)

Beto Faro	PT		Não
Delegado Éder Mauro	PSD		Não
Edmilson Rodrigues	PSOL		Não
Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Francisco Chapadinha	PSD		Não
Hélio Leite	DEM		Sim
Joaquim Passarinho	PSD		Não
José Priante	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Josué Bengtson	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Júlia Marinho	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Lúcio Vale	PR		Não
Nilson Pinto	PSDB		Sim
Simone Morgado	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Total Pará: 13

Amazonas (AM)

Alfredo Nascimento	PR		Não
Arthur Virgílio Bisneto	PSDB		Sim
Conceição Sampaio	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Hissa Abrahão	PPS		Não

Marcos Rotta	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Pauderney Avelino	DEM		Sim
Silas Câmara	PSD		Não

Total Amazonas: 7

Rondonia (RO)

Lindomar Garçon	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Lucio Mosquini	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Luiz Cláudio	PR		Sim
Marcos Rogério	PDT		Não
Mariana Carvalho	PSDB		Sim
Marinha Raupp	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Nilton Capixaba	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Total Rondonia: 7

Acre (AC)

Alan Rick	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Angelim	PT		Não
Jéssica Sales	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Leo de Brito	PT		Não
Rocha	PSDB		Sim

Total Acre: 5

Tocantins (TO)

Carlos Henrique Gaguim	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
César Halum	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Dulce Miranda	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Josi Nunes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Lázaro Botelho	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Sim
Vicentinho Júnior	PSB		Não

Total Tocantins: 7

Maranhão (MA)

Aluisio Mendes	PSDC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
André Fufuca	PEN	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Deoclides Macedo	PDT		Não
Eliziane Gama	PPS		Não
Hildo Rocha	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
João Castelo	PSDB		Sim
João Marcelo Souza	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Junior Marreca	PEN	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Juscelino Filho	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Sarney Filho	PV		Não
Victor Mendes	PV		Não

Total Maranhão: 11

Ceará (CE)

Adail Carneiro	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
André Figueiredo	PDT		Não
Antonio Balhmann	PROS		Não
Arnon Bezerra	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Chico Lopes	PCdoB		Não
Danilo Forte	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Domingos Neto	PROS		Não
Gorete Pereira	PR		Não
José Airton Cirilo	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Leônidas Cristino	PROS		Não
Luizianne Lins	PT		Não
Moses Rodrigues	PPS		Não

Ronaldo Martins	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Vitor Valim	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Total Ceará: 15

Piauí (PI)

Assis Carvalho	PT		Não
Átila Lira	PSB		Não
Heráclito Fortes	PSB		Não
Marcelo Castro	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Merlong Solano	PT		Não
Paes Landim	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Rodrigo Martins	PSB		Não
Silas Freire	PR		Sim

Total Piauí: 8

Rio Grande do Norte (RN)

Beto Rosado	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Fábio Faria	PSD		Não
Felipe Maia	DEM		Sim
Rafael Motta	PROS		Não
Rogério Marinho	PSDB		Sim
Walter Alves	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Zenaide Maia	PR		Não

Total Rio Grande do Norte: 7

Paraíba (PB)

Aguinaldo Ribeiro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Benjamin Maranhão	Solidaried		Sim
Damião Feliciano	PDT		Não
Luiz Couto	PT		Não
Pedro Cunha Lima	PSDB		Sim
Rômulo Gouveia	PSD		Não
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Wellington Roberto	PR		Sim
Wilson Filho	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não

Total Paraíba: 9

Pernambuco (PE)

Anderson Ferreira	PR		Sim
Augusto Coutinho	Solidaried		Sim
Betinho Gomes	PSDB		Sim
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB		Não
Daniel Coelho	PSDB		Sim

Fernando Monteiro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Gonzaga Patriota	PSB		Não
João Fernando Coutinho	PSB		Não
Jorge Côrte Real	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Kaio Maniçoba	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Luciana Santos	PCdoB		Não
Marinaldo Rosendo	PSB		Não
Mendonça Filho	DEM		Sim
Pastor Eurico	PSB		Sim
Raul Jungmann	PPS		Não
Ricardo Teobaldo	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Tadeu Alencar	PSB		Não
Wolney Queiroz	PDT		Não
Zeca Cavalcanti	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não

Total Pernambuco: 19

Alagoas (AL)

Cícero Almeida	PRTB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim

JHC	Solidaried		Sim
Marx Beltrão	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Pedro Vilela	PSDB		Sim
Ronaldo Lessa	PDT		Não

Total Alagoas: 5

Sergipe (SE)

Adelson Barreto	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Fabio Reis	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
João Daniel	PT		Não
Jony Marcos	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Laercio Oliveira	Solidaried		Sim
Valadares Filho	PSB		Não

Total Sergipe: 6

Bahia (BA)

Afonso Florence	PT		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Antonio Imbassahy	PSDB		Sim
Bacelar	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Bebeto	PSB		Não
Benito Gama	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Cacá Leão	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não

Caetano	PT		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Davidson Magalhães	PCdoB		Não
Elmar Nascimento	DEM		Sim
Erivelton Santana	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Fernando Torres	PSD		Não
Irmão Lazaro	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
João Carlos Bacelar	PR		Não
João Gualberto	PSDB		Sim
Jorge Solla	PT		Não
José Carlos Aleluia	DEM		Sim
José Carlos Araújo	PSD		Não
José Nunes	PSD		Não
Lucio Vieira Lima	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Márcio Marinho	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Mário Negromonte	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não

Moema Gramacho	PT		Não
Paulo Azi	DEM		Sim
Paulo Magalhães	PSD		Abstenção
Roberto Britto	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Ronaldo Carletto	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Sérgio Brito	PSD		Não
Uldurico Junior	PTC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não

Total Bahia: 33

Minas Gerais (MG)

Adelmo Carneiro Leão	PT		Não
Ademir Camilo	PROS		Não
Bilac Pinto	PR		Sim
Bonifácio de Andrada	PSDB		Sim
Brunny	PTC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Caio Narcio	PSDB		Sim
Carlos Melles	DEM		Sim
Dâmina Pereira	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim

Delegado Edson Moreira	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Dimas Fabiano	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Eduardo Barbosa	PSDB		Sim
Eros Biondini	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Fábio Ramalho	PV		Não
Jô Moraes	PCdoB		Não
Laudivio Carvalho	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Leonardo Monteiro	PT		Não
Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Lincoln Portela	PR		Sim
Luiz Fernando Faria	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Marcelo Álvaro Antônio	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Marcelo Aro	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Margarida Salomão	PT		Não
Mário Heringer	PDT		Não
Mauro Lopes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Misael Varella	DEM		Sim
Newton Cardoso Jr	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Odelmo Leão	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Padre João	PT		Não
Pastor Franklin	PTdoB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Sim
Raquel Muniz	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Renzo Braz	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Rodrigo de Castro	PSDB		Sim
Rodrigo Pacheco	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Stefano Aguiar	PSB		Não
Subtenente Gonzaga	PDT		Sim
Tenente Lúcio	PSB		Não
Toninho Pinheiro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Wadson Ribeiro	PCdoB		Não
Weliton Prado	PT		Sim

Total Minas Gerais: 41

Espírito Santo (ES)

Carlos Manato	Solidaried		Sim
Dr. Jorge Silva	PROS		Não
Evair de Melo	PV		Sim
Helder Salomão	PT		Não
Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Max Filho	PSDB		Sim
Paulo Foletto	PSB		Não
Sergio Vidigal	PDT		Não

Total Espírito Santo: 8

Rio de Janeiro (RJ)

Alessandro Molon	PT		Não
Alexandre Serfiotis	PSD		Sim
Alexandre Valle	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Altineu Côrtes	PR		Sim
Aureo	Solidaried		Sim
Benedita da Silva	PT		Não
Cabo Daciolo	PSOL		Não

Celso Jacob	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Celso Pansera	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Chico Alencar	PSOL		Não
Chico D Angelo	PT		Não
Clarissa Garotinho	PR		Não
Cristiane Brasil	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Deley	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Dr. João	PR		Sim
Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Art. 17
Fabiano Horta	PT		Não
Felipe Bornier	PSD		Não
Francisco Floriano	PR		Sim
Hugo Leal	PROS		Não
Jair Bolsonaro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jean Wyllys	PSOL		Não
Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Luiz Carlos Ramos	PSDC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim

Luiz Sérgio	PT		Não
Marcelo Matos	PDT		Não
Marcos Soares	PR		Sim
Marquinho Mendes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Miro Teixeira	PROS		Não
Paulo Feijó	PR		Sim
Roberto Sales	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Rosangela Gomes	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Soraya Santos	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Sóstenes Cavalcante	PSD		Sim
Walney Rocha	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Washington Reis	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Total Rio de Janeiro: 37

São Paulo (SP)

Alex Manente	PPS		Não
Alexandre Leite	DEM		Sim
Ana Perugini	PT		Não
Andres Sanchez	PT		Não

Antonio Bulhões	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Faria de Sá	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Baleia Rossi	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Bruna Furlan	PSDB		Sim
Bruno Covas	PSDB		Sim
Capitão Augusto	PR		Sim
Carlos Sampaio	PSDB		Sim
Carlos Zarattini	PT		Não
Celso Russomanno	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Dr. Sinval Malheiros	PV		Não
Eduardo Bolsonaro	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Eduardo Cury	PSDB		Sim
Eli Correa Filho	DEM		Sim
Evandro Gussi	PV		Não
Fausto Pinato	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim

Flavinho	PSB		Não
Gilberto Nascimento	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Goulart	PSD		Não
Guilherme Mussi	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Herculano Passos	PSD		Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Jefferson Campos	PSD		Não
João Paulo Papa	PSDB		Sim
Jorge Tadeu Mudalen	DEM		Sim
José Mentor	PT		Não
Keiko Ota	PSB		Não
Lobbe Neto	PSDB		Sim
Luiz Lauro Filho	PSB		Não
Luiza Erundina	PSB		Não
Major Olimpio	PDT		Sim
Mara Gabrilli	PSDB		Sim
Marcelo Aguiar	DEM		Sim
Marcelo Squassoni	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Marcio Alvino	PR		Sim

Miguel Haddad	PSDB		Sim
Miguel Lombardi	PR		Sim
Milton Monti	PR		Sim
Missionário José Olimpio	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Nelson Marquezelli	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Nilto Tatto	PT		Não
Orlando Silva	PCdoB		Não
Paulo Freire	PR		Sim
Paulo Pereira da Silva	Solidaried		Sim
Paulo Teixeira	PT		Não
Renata Abreu	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Ricardo Izar	PSD		Não
Ricardo Tripoli	PSDB		Sim
Roberto Alves	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Samuel Moreira	PSDB		Sim
Sérgio Reis	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Silvio Torres	PSDB		Sim
Tiririca	PR		Sim

Valmir Prascidelli	PT		Não
Vanderlei Macris	PSDB		Sim
Vicentinho	PT		Não
Vinicius Carvalho	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Vitor Lippi	PSDB		Sim
William Woo	PV		Sim

Total São Paulo: 64

Mato Grosso (MT)

Adilton Sachetti	PSB		Não
Fabio Garcia	PSB		Não
Nilson Leitão	PSDB		Sim
Professor Victório Galli	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Ságuas Moraes	PT		Não
Valtenir Pereira	PROS		Não

Total Mato Grosso: 6

Distrito Federal (DF)

Alberto Fraga	DEM		Sim
Erika Kokay	PT		Não
Izalci	PSDB		Sim

Rogério Rosso	PSD		Não
Ronaldo Fonseca	PROS		Sim
Roney Nemer	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Total Distrito Federal: 6

Goiás (GO)

Alexandre Baldy	PSDB		Sim
Célio Silveira	PSDB		Sim
Daniel Vilela	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Delegado Waldir	PSDB		Sim
Fábio Sousa	PSDB		Sim
Giuseppe Vecci	PSDB		Sim
João Campos	PSDB		Sim
Lucas Vergilio	Solidaried		Sim
Marcos Abrão	PPS		Não
Pedro Chaves	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Roberto Balestra	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Sandes Júnior	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Total Goiás: 12

Mato Grosso do Sul (MS)

Carlos Marun	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Dagoberto	PDT		Não
Elizeu Dionizio	Solidaried		Sim
Geraldo Resende	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Mandetta	DEM		Sim
Tereza Cristina	PSB		Não
Vander Loubet	PT		Não
Zeca do Pt	PT		Não

Total Mato Grosso do Sul: 8

Paraná (PR)

Aliel Machado	PCdoB		Não
Assis do Couto	PT		Não
Christiane de Souza Yared	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Sim
Diego Garcia	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Dilceu Sperafico	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
João Arruda	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Leandre	PV		Não
Luciano Ducci	PSB		Não

Marcelo Belinati	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Osmar Bertoldi	DEM		Sim
Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Ricardo Barros	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Rossoni	PSDB		Sim
Sandro Alex	PPS		Não
Sergio Souza	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Takayama	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Toninho Wandscheer	PT		Não
Zeca Dirceu	PT		Não

Total Paraná: 19

Santa Catarina (SC)

Carmen Zanotto	PPS		Não
Cesar Souza	PSD		Não
Décio Lima	PT		Não
Edinho Bez	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Geovania de Sá	PSDB		Sim
Jorge Boeira	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Marco Tebaldi	PSDB		Sim
Mauro Mariani	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Total Santa Catarina: 8

Rio Grande do Sul (RS)

Afonso Hamm	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Afonso Motta	PDT		Não
Alceu Moreira	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Carlos Gomes	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB	Não
Covatti Filho	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD		Sim
Fernando Marroni	PT		Não
Giovani Cherini	PDT		Sim
Heitor Schuch	PSB		Não
Henrique Fontana	PT		Não
João Derly	PCdoB		Não
José Fogaça	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Jose Stédile	PSB		Não
Luiz Carlos Busato	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Não
Marco Maia	PT		Não
Marcon	PT		Não
Maria do Rosário	PT		Não

Mauro Pereira	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Nelson Marchezan Junior	PSDB		Sim
Onyx Lorenzoni	DEM		Sim
Osmar Terra	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Paulo Pimenta	PT		Não
Pompeo de Mattos	PDT		Não
Renato Molling	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim
Ronaldo Nogueira	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen	Sim

Total Rio Grande do Sul: 25

CENIN - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Sobre a mesa requerimento de preferência:

"Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 160, combinado com o art. 117, XVI, RICD, a preferência para apreciação do PL 6.920/2010, seja apreciado como 4º (quarto) item da Ordem do Dia."
*Sala das Sessões, em 30/3/2015. – **Nilson Leitão**, 1º Vice-Líder do PSDB.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – É o item 7 da pauta. O requerimento é para que passe a ser o item 4. V.Exa. retira o requerimento?

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – V.Exa. quer que se vote o requerimento? *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO ROSSO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pois não, Deputado Rogério Rosso.

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD gostaria de fazer uma consulta: sobre se pode encaminhar à Mesa requerimento de preferência para a votação do projeto que trata da Defensoria Pública. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Agora já iniciou, já passou, já está precluso o tempo da apresentação de requerimentos. Eu não tenho mais como aceitar esse tipo de requerimento.

O SR. ROGÉRIO ROSSO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado Nilson Leitão, V.Exa. mantém o requerimento?

O SR. NILSON LEITÃO – Sr. Presidente, a nossa vontade é de que votemos a questão da Defensoria primeiro e, em seguida,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vamos votar. É porque isso daqui vai acabar sendo votado na frente inclusive do projeto da Defensoria. Ah! Não, é depois.

O SR. NILSON LEITÃO – Não. Nós votamos primeiro o projeto que trata da Defensoria e, em seguida, a questão do crime hediondo contra os idosos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Então, para passar a ser o item 4 da pauta, remanejando os seguintes, como itens posteriores.

Não há oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Zé Geraldo votou com o seu partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Peço a V.Exa. que vote na próxima votação. Não adianta fazer a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Item 1.

PROJETO DE LEI Nº 719-A, DE 2015

(Do Sr. William Woo)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 719-A, de 2015, que altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; tendo pareceres proferidos em plenário: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado (Relator: Deputado Evandro Gussi); da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relator: Deputado Evandro Gussi); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária (Relator: Deputado Luiz Carlos Hauly); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa (Relator: Deputado Arnaldo Faria De Sá). (Prorroga o prazo para apresentação de projetos de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas beneficiadas pelo PADIS) (T 62 e T 64)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Encaminhamento de votação.

Em votação.

O SR. WILLIAM WOO – Sr. Presidente, quero saber se posso falar como autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para esclarecimento sobre o projeto, como Relator?

O SR. WILLIAM WOO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Eu concedo a palavra a V.Exa. para esclarecer o Plenário, como Relator, antes do encaminhamento.

Eu sei que V.Exa. é autor, mas, neste momento da votação, não cabe... Eu estou concedendo a palavra a V.Exa. para que esclareça. Eu deveria conceder a palavra aos Relatores.

Concedo a palavra ao Deputado William Woo para um esclarecimento, como autor.

O SR. WILLIAM WOO (PV-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Líderes, primeiramente, eu quero agradecer a todas as Lideranças e a todos os Deputados por colocarem este projeto em urgência, para que mantenhamos o PADIS no Brasil. O PADIS é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores.

Os semicondutores são a maior tecnologia que podemos ter na área da informática, na área da eletrônica, em tudo o que ocorre hoje em nossa vida, seja na área da agricultura, seja na área da segurança, seja dentro da EMBRAER, seja nos computadores. Não existe hoje uma indústria sem os semicondutores. E esse programa vai se encerrar no dia 31 de maio deste ano. Nós estamos votando a continuação desse programa.

Nos últimos 9 anos, nove empresas habilitaram-se nesse programa no Brasil, mas elas só fabricam no Brasil 3% do que importamos. Esse é um mercado mundial de 350 milhões de dólares, e o Brasil só tem o fa-

turamento de 1 milhão. Temos um exemplo bonito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, desde 2008, conseguiu formar 328 engenheiros. São profissionais da elite mundial de semicondutores.

No Brasil, nós temos trabalhado para isso. Estamos contando com o apoio de todos os Deputados para que esse programa continue, para que novas empresas acreditem em nosso País e venham para cá, não para serem uma montadora de telefones, uma montadora de TVs ou uma montadora de *smartphones*, mas, sim, para produzir aqui no Brasil os seus componentes.

Há previsão, para o ano de 2015, de que essas empresas invistam mais de 40 milhões de reais em pesquisa e desenvolvimento. É o tipo de empresa que transfere tecnologia. Não é possível que uma empresa de semicondutores não tenha transferência de tecnologia. Para se ter uma ideia, colegas, é necessário uma sala limpa do tamanho deste plenário para a produção de semicondutores. Se é achada sujeira nela em quantidade maior do que 1 milímetro, a sala é reprovada. Estamos falando da entrada do Brasil na era da alta tecnologia.

Agradeço muito ao Líder José Guimarães, que, desde a entrada deste projeto, trouxe o Governo para debater comigo, a fim de que, sendo aprovado o projeto, ele vá ao Senado para ser aprimorado.

Mais indústrias virão para o nosso País e acreditarão que este País não será somente montador de produtos eletrônicos, mas, sim, produtor de semicondutores.

Obrigado a todos os Líderes pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Bom, feito o esclarecimento, em votação.

Encaminhamento de votação.

Para falar a favor da matéria...

O SR. ALESSANDRO MOLON – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não. A matéria já teve a sua discussão encerrada. Nós estamos em processo de votação, de encaminhamento de votação. Cabe encaminhamento, e há inscrição para encaminhamento. V.Exa. inclusive está inscrito.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Caio Narcio. Vai abrir mão? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Alessandro Molon, para falar a favor da matéria.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, cumprimento o Deputado que me antecedeu pela apresentação desse importante projeto de lei que prorroga o prazo de um importante programa que apoia o desenvolvimento de semicondutores no Brasil.

Portanto, desde já, defendo o voto favorável. É verdade que é preciso fazer alguns ajustes no projeto, mas ele segue para o Senado Federal, onde poderá ser aperfeiçoado.

Quero, além disso, Sr. Presidente, chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para uma reportagem hoje veiculada pelo jornal *Valor Econômico*, de extrema importância, que derruba alguns dos mitos e preconceitos mais recorrentes em nosso País. A matéria do jornal *Valor Econômico* mostra que, entre as famílias que recebem o Bolsa Família, a queda da taxa de natalidade foi superior à média da queda da taxa de natalidade das demais famílias e mulheres brasileiras, ao contrário do que alguns imaginam, por preconceito, Sr. Presidente, ou seja, que o Bolsa Família é um programa que serve para estimular o aumento da natalidade.

Esse dado, objetivo e concreto, trazido pelo jornal *Valor Econômico* a público, mostra que as famílias que têm a oportunidade de ter um pouco mais de dignidade e acesso à informação podem fazer melhor planejamento familiar, e não pior planejamento familiar.

Portanto, isso mostra o acerto dessa política desenvolvida pelo nosso Governo há mais de 12 anos, que incluiu milhões de brasileiros, tirando dezenas de milhões de brasileiros da miséria, incluindo-os na classe média e fazendo com que o fim da miséria seja uma possibilidade real no Brasil de hoje em dia.

E, para aqueles que imaginavam que políticas como essa reforçariam ou aumentariam a pobreza ou a dependência, esses dados objetivos de hoje mostram justamente o contrário. O Programa Bolsa Família permite melhor planejamento familiar, permite às famílias que se organizem, que se estruturem de forma melhor e, ao contrário do que se imaginava, não aumenta a dependência, reduz a dependência.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que no ano passado mais de 1 milhão de pessoas saíram do cadastro do Bolsa Família exatamente pelo fato de que essa ajuda deixou de ser necessária. São famílias que saíram pela porta da frente do Bolsa Família, que deixaram de precisar desse programa. E isso em ano eleitoral, ao contrário do que alguns imaginam ou ao contrário do que muitas vezes o preconceito sugere.

Por isso, Sr. Presidente, mais inclusão, mais distribuição de renda e, com isso, melhor planejamento familiar, para fazer do Brasil um país cada vez mais desenvolvido e socialmente justo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por que ser contrário? Não se trata de um "principismo". É necessário pensar o Brasil. E, quando se pensa o desenvolvimento, há de se pensar muitas dimensões, inclusive os benefícios fiscais.

Nós estamos aqui tratando do PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores. Estamos falando de um projeto que mantém esse programa e de vários apensos, que na verdade ampliam a quantidade de produtos a serem alcançados pelo benefício fiscal.

Eu vou falar aqui do meu Estado: o Governador é tucano, o Prefeito da Capital também. Eu poderia estar torcendo, fazendo a má política, para que caísse mais a arrecadação do Estado e do Município, na linha do quanto pior melhor, mas não. No ano passado, foram 300 milhões de reais a menos que a minha cidade recebeu. E eu não estou feliz, porque não quero ver a desgraça do nosso povo, mesmo que mais recursos representem a possibilidade de melhorar a gestão de um tucano.

Agora, quando se dá esse tipo de incentivo sem uma discussão mais profunda, o que ocorre é que afetamos o sistema da Seguridade Social. Daqui a pouco nós vamos discutir restrições ao seguro-defeso, ao seguro-desemprego, ao auxílio-doença – a viúva vai ter dificuldade para acessar a pensão. E não é possível que alguém que defenda isso possa defender que algumas empresas sejam favorecidas com a ampliação do período, por tempo indeterminado, de incentivo fiscal.

Por outro lado, trata-se aqui de abrir mão de PIS/COFINS, de IPI. Quem é que tem acesso ao PIS/PASEP? Quem ganha um salário mínimo, no máximo. Nós sabemos que o IPI é fundamental para o Fundo de Participação dos Estados e para o Fundo de Participação dos Municípios. Todos os Governadores estão chorando a queda dos repasses. Não há um único Prefeito, do PT, do PSDB, do DEM, que não esteja reclamando da redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. E nós vamos dizer aqui *"reduza-se ainda mais"*? É isso o que estamos discutindo. Manter e ampliar esse incentivo significa reduzir a arrecadação federal, reduzir o bolo, o Fundo, e reduzir, portanto, o percentual que cabe a Estados e Municípios. Significa que o próprio Governo Federal abre mão, ainda mais, de investimentos, até em obras do PAC.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para encaminhar a votação a favor, tem a palavra o Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

Está encerrado o encaminhamento.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° A Lei n° 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2°.....

.....

§ 2º.....

I – alcança os mostradores de informações (displays) utilizados em telefones celulares do tipo 'smartphones', "tablets" e outros relacionados em ato do Poder Executivo, com tecnologia baseada em componentes de cristal líquido LCD, fotoluminescentes (painel mostrador de plasma – PDP}, eletroluminescentes (diodos emissores de luz – LED, diodos emissores de luz orgânicos OLED ou displays eletroluminescentes a filme fino – TFEL) ou similares com microestruturas de emissão de campo elétrico, destinados à utilização como insumo em equipamentos eletrônicos;" (NR)

.....

§ 5° O disposto no inciso I do caput alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso ou substrato – chip on board, classificada no código 8523.51, 8523.59 e 8523.52.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados TIPI. (NR).

"Art. 3°.....

.....

"§ 1°-A Para efeito do disposto no § 1°, o circuito integrado classificado na posição 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização das etapas previstas nas alíneas 'b' e 'c' ou ambas do inciso I do art. 2°, desde que a etapa 'a' tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

§ 1°-8 Para efeito do disposto no § 1°, o circuito integrado classificado na posição 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização da etapa prevista na alínea 'c', do inciso I, do art. 2°, desde que a etapa 'b' tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

§ 1°-C A importação a que se referem os parágrafos anteriores deverá ser feita por empresa beneficiária do PADIS para as etapas de concepção, desenvolvimento ou projeto previstas na alínea 'a', do inciso I, do caput do art. 2°.

§ 2° As disposições do caput e do § 1° deste artigo alcançam somente os bens ou matérias-primas e insumos aprovados no projeto. (NR).

.....

§ 5° Conforme ato do Poder Executivo e projeto aprovado nas condições e pelo prazo nele fixados, e desde que destinados às atividades de que tratam os incisos I a III do caput do art. 2° desta Lei, poderá também ser reduzida a zero a alíquota do Imposto de Importação- II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, ferramentas computacionais (software), para incorporação ao seu ativo imobilizado, e matéria prima e insumos importados por pessoa jurídica beneficiária do Padis." (NR)

"Art. 4° Nas vendas dos dispositivos referidos nos incisos I a III do caput do art. 2° desta Lei, e dos serviços a eles associados, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do Padis, ficam reduzidas: "(NR)

§ 2° (REVOGADO)."

.....

"Art. 5°.....

.....

§ 2° (REVOGADO)."

"Art. 6°.....

.....

§ 5° Serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março ao ano subsequente, em cumprimento às obrigações de que trata este artigo, decorrentes da fruição dos incentivos do PADIS."

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco do PMDB?

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PT?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSDB?

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco do PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

O SR. HERCULANO PASSOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSD vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PR?

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O PR vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSB?

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Democratas?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apesar de a iniciativa do Deputado William Woo, do PV de São Paulo, autor do projeto, ser bem-intencionada, porque diz respeito a projetos de pesquisa e desenvolvimento numa área que é estratégica, a de semicondutores, que são ferramentas e tecnologias chamadas de "portadoras de futuro", o PCdoB considera que as alterações propostas

vão na contramão daquilo que nós pensamos que seja desenvolver e apropriar o conhecimento, daquilo que chamamos de "cadeias produtivas" que agregam muito valor.

Nós só vamos conseguir desenvolver no Brasil a atividade de concepção e projeto. A partir daí, as demais atividades, que são exatamente o produto, os insumos, podem ser feitas no exterior. E daí, quando o Brasil importar, ele virá...

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Conclua, Deputada.

A SRA. LUCIANA SANTOS – Para completar, Sr. Presidente, também prorroga, *ad aeternum*, o incentivo fiscal. Por isso, nós achamos que o substitutivo altera completamente a essência do projeto. Vamos votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PROS?

O SR. DOMINGOS NETO (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PROS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PPS?

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vota "sim". A palavra "inovação" não foi colocada à toa na Constituição. É necessário que o legislador garanta incentivos à indústria de equipamentos e de componentes eletrônicos e semicondutores, Sr. Presidente.

Além da prorrogação, nós estamos ampliando o alcance dos benefícios do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS. Também estamos ampliando os incentivos fiscais às indústrias brasileiras de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores.

Uma indústria que caminha de forma lenta, que inicia, que engatinha no Brasil não pode receber o voto "não". Nós temos que dar o voto "sim", para garantir os primeiros passos e o avanço da inovação e da tecnologia no Brasil.

O nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PV?

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV acredita que essa medida é altamente positiva. Não está retirando receitas do Governo. Ao contrário. Está incentivando indústrias a gerarem receita, a gerarem empregos, para que o Brasil possa se capacitar para essa nova era da tecnologia. É um incentivo e não um desincentivo. Tanto que o Governo, que hoje tem um ajuste fiscal duro, é a favor.

Portanto, o nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante afirmar o princípio de que não se podem fazer políticas para penalizar os mais pobres. Ninguém duvida da importância do desenvolvimento tecnológico de condutores e semicondutores e do desenvolvimento, por exemplo, da TV digital, mas neste País há 13 milhões de analfabetos, alguns milhões de famélicos, muita gente sem teto.

Hoje, a imprensa fala em corte de quase 40% no PAC, fala em restrição. Há repasses reduzidos para os Municípios, para os Estados. Então, não são exatamente o celular ou a TV digital a prioridade neste momento. Não façamos aqui um discurso hipócrita. Assumamos que a redução de COFINS, de IPI, entre outros impostos, vai redundar na...

(O microfone é desligado.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES – Permita-me concluir, Sr. Presidente.

A redução de COFINS, de IPI, entre outros impostos, vai redundar em redução de receitas estaduais e municipais.

Então, Prefeitos e Governadores, saibam que esta votação aqui é contra a Federação brasileira. Fala-se em pacto federativo, mas se trabalha na concentração de recursos na esfera federal. Infelizmente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota a Minoria?

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em nome do avanço da tecnologia no Brasil, a Minoria vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Governo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Estão prejudicadas a proposição inicial e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 719-B DE 2015

Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° .....

§ 2° .....

I – alcança os mostradores de informações (displays) utilizados em telefones celulares do tipo smartphones, tablets e outros relacionados em ato do Poder Executivo, com tecnologia baseada em componentes de cristal líquido – LCD, fotoluminescentes (painel mostrador de plasma – PDP), eletroluminescentes (diodos emissores de luz – LED, diodos emissores de luz orgânicos – OLED ou displays eletroluminescentes a filme fino – TFEL) ou similares com microestruturas de emissão de campo elétrico, destinados à utilização como insumo em equipamentos eletrônicos;

§ 5° O disposto no inciso I do caput alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso ou substrato – chip on board, classificada nos códigos 8523.51, 8523.59 e 8523.52.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI."(NR)

"Art. 3º. .....

§ 1°-A Para efeito do disposto no § 1º, o circuito integrado classificado nas posições 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização das etapas previstas nas alíneas b e c ou ambas do inciso I do caput do art. 2°, desde que a etapa prevista na alínea a tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

§ 1°-B Para efeito do disposto no § 1°, o circuito integrado classificado nas posições 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização da etapa prevista na alínea c do inciso I do caput do art. 2°, desde que a etapa prevista na alínea b tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

§ 1°-C A importação a que se referem os §§ 1º, 1º-A e 1º-B deverá ser feita por empresa beneficiária do Padis para as etapas de concepção, desenvolvimento ou projeto previstas na alínea a do inciso I do caput do art. 2°.

§ 2° As disposições do caput e do § 1° deste artigo alcançam somente os bens ou matérias-primas e insumos aprovados no projeto.

§ 5° Conforme ato do Poder Executivo e projeto aprovado nas condições e pelo prazo nele fixados e desde que destinados às atividades de que tratam os incisos I a III do caput do art. 2° desta Lei, poderá também ser reduzida a zero a alíquota do Imposto de Importação – II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, ferramentas computacionais (software), para incorporação ao seu ativo imobilizado, e matéria-prima e insumos importados por pessoa jurídica beneficiária do Padis.

....."(NR)

"Art. 4° Nas vendas dos dispositivos referidos nos incisos I a III do caput do art. 2° desta Lei e dos serviços a eles associados, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do Padis, ficam reduzidas:

§ 2° (Revogado).

....."(NR)

"Art. 5º .....

§ 2° (Revogado).

....."(NR)

"Art. 6° .....

§ 5º Serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até

31 de março do ano subsequente, em cumprimento às obrigações de que trata este artigo, decorrentes da fruição dos incentivos do Padis."(NR)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2015. – Deputado **Arnaldo Faria de Sá,** Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Item 2.

PROJETO DE LEI Nº 4.148-A, DE 2008

(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.148-A, de 2008, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; tendo pareceres, quando de sua tramitação conjunta ao PL 5.848/05, este originalmente principal (arquivado nos termos do art. 58, § 4º, do Regimento Interno): da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação do PL 5.848/05, com emenda (Relator: Deputado Fernando de Fabinho); da Comissão de Defesa do Consumidor, pela rejeição do PL 5.848/05 (Relator: Deputado Barbosa Neto); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade e injuridicidade do PL 5.848/05 e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Relator: Deputado Ricardo Barros). (Estabelece que os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano informem ao consumidor a natureza transgênica do alimento)

Tendo apensado o PL nº 7.335/14.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Há sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

"Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei nº 4.148, de 2008, do Sr. Luis Carlos Heinze, item 2 da Ordem do Dia da presente sessão".

Sala das Sessões, 30 de março de 2015. – Deputado ***Fernando Monteiro****, Vice-Líder Bloco Parlamentar PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN e Vice-Líder do PP.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não há oradores inscritos para orientar.

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Item 3.

PROJETO DE LEI Nº 7.924, DE 2014

(Da Defensoria Pública Da União)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências. Pendente de pareceres das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e NT 64)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para oferecer parecer ao Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, concedo a palavra ao Sr. Deputado André Figueiredo. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, espero que estejamos chegando à culminância de um exaustivo processo de discussão. Realizamos intensos debates na CTASP, discutimos com as Lideranças do Governo, com todos os Líderes dos partidos políticos representados na Casa, e conseguimos buscar um caminho que viesse ao encontro de fazermos uma simetria no sistema jurisdicional brasileiro. *(Palmas nas galerias.)*

Em dezembro do ano passado, esta Casa aprovou um novo subsídio para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e para os integrantes do Ministério Público da União. E naquele momento, mesmo estando acordado, resolvemos postergar a decisão para agora, para o mês de março de 2015, sobre a questão de darmos esse mesmo tratamento também à Defensoria Pública da União.

Isso foi discutido. Tivemos, há três semanas, mais um prazo sendo estendido. E cabe ressaltar aqui a extrema boa vontade que a categoria demonstrou para com esta Casa, para que pudéssemos chegar a uma situação que não trouxesse prejuízos, inclusive no momento por que passa o nosso País em termos de ajuste fiscal.

Então, construímos um amplo acordo. Primeiro, apresentamos uma emenda para a adequação do teto, que naquele momento ultrapassava os 35 mil reais, ao valor destinado aos Ministros do Supremo e ao Procurador-Geral da República, que, no caso, ficou em 33.763 reais. E, ao mesmo tempo, dentro dessa premissa de que queremos realmente buscar um entendimento que nos sirva daqui por diante e não cause problemas no Orçamento de 2015, inclusive com sugestões da própria categoria, colocamos a vigência desse reajuste para 1º de janeiro de 2016.

Tudo está então devidamente sanado, inclusive uma espécie de atecnia que poderia ser arguida aqui em plenário, visto que, no art. 2º, colocávamos que o subsídio seria equivalente ao fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Nós o suprimimos, porque aquilo era basicamente uma figura de retórica, uma figura meramente simbólica. Então, apresentamos nosso relatório ao Plenário, uma emenda supressiva que visa justamente extirpar toda possibilidade de ser arguido aqui qualquer vício que possa tornar esse projeto não viável.

Sras. e Srs. Deputados, aqui nós estamos trabalhando a valorização de uma categoria que está perdendo seus grandes quadros por conta da assimetria que existe entre a remuneração de quem julga e a de quem acusa.

Justamente aqueles que defendem os indivíduos na nossa sociedade em situação mais vulnerável têm um salário bem aquém do de outras carreiras, sendo que têm o mesmo preparo *(palmas nas galerias)*, têm a mesma formação, e, como tal, têm que estar na mesma carreira.

Cabe ressaltar que hoje a Defensoria Pública da União, se formos escaloná-la junto às Defensorias Públicas estaduais, está no 19º nível de remuneração; ou seja, 18 Estados já pagam bem melhor do que a União, em relação ao Defensor Público-Geral Federal.

Se formos analisar o trabalho que esses colegas, que esses grandes profissionais do Direito fazem, nós vamos ver o quão urgente é corrigirmos esse absurdo que, infelizmente, ainda vige no nosso Direito.

Portanto, vimos à tribuna, em nome da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pedir às Sras. e aos Srs. Deputados, considerando esse grande pacto que construímos nos últimos meses, o apoio para que possamos corrigir justamente essa anomalia que existe, infelizmente, no nosso sistema. Com o voto de cada um de nós, ela será corrigida na noite de hoje.

Por isso, nós encaminhamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.924, com as correções que fizemos em plenário em relação ao teto do subsídio, em relação à vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, em emenda supressiva que tira a questão meramente simbólica da equivalência com os Ministros do Supremo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para oferecer parecer, pela Comissão de Finanças e Tributação, concedo a palavra ao Deputado Manoel Junior. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Lucio Vieira Lima, para oferecer parecer, pela Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (Bloco/PMDB-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Somos pela admissibilidade financeira do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Rogério Rosso.

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 134 da Constituição Federal dispõe sobre a Defensoria Pública, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, como instrumento de expressão do regime democrático.

Sr. Presidente, o defensor público, muito mais do que um orientador ou um advogado dos mais necessitados, é o guardião, é um instrumento para assegurar os direitos e garantias individuais do cidadão.

Portanto, nosso parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, Sr. Presidente. *(Palmas na galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Passa-se à discussão.

Vou conceder a palavra a oradores contrários à matéria.

Deputado Silvio Costa *(Pausa.)*

Deputado Pompeo de Mattos *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Aleluia *(Pausa.)*

Perdão, Deputado Pompeo de Mattos, eu não o tinha visto.

Primeiro falará o Deputado Pompeo de Mattos. Em seguida, o Deputado José Carlos Aleluia. É que infelizmente, desta posição, não conseguimos mais ver a lateral.

O SR. CHICO ALENCAR – Sr. Presidente, não há ninguém a favor para entremear?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não, é que primeiro é o contrário e depois é o a favor. Estou chamando o primeiro dos contrários. E vou chamar, em seguida, o primeiro dos favoráveis.

O SR. CHICO ALENCAR – O Deputado José Carlos Aleluia é contrário?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – É contrário. Estou chamando o primeiro dos contrários; em seguida, chamarei o primeiro dos favoráveis.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós contivemos a votação do Orçamento da União, nós brigávamos, e brigamos muito, para que incluíssemos, já no Orçamento Público Federal deste ano – que, aliás, deveria ter sido votado no ano passado, mas só o foi neste ano –, as verbas, para dar exatamente o suporte orçamentário e financeiro a fim de garantir à Defensoria Pública os recursos necessários para os ajustes, para a valorização salarial e para credenciar a categoria dentro das carreiras jurídicas.

Sabíamos, Sr. Presidente, que dependíamos da votação da própria lei em si, para depois inserir no Orçamento. Pois esta é a oportunidade que temos de fazer esse reparo, com a urgência necessária e cabível, para que os defensores públicos possam, assim como o Ministério Público Federal, assim como a magistratura pública federal, ou seja, como todos aqueles entes da carreira jurídica, ter equiparado o seu salário.

Fala aqui um advogado com mais de 30 anos de militância na área do Direito, e, via de regra, um advogado que militou a vida inteira na atividade da defesa. Por isso tenho a clara compreensão do significado e da importância da Defensoria Pública. *(Palmas nas galerias.)* Tanto que, no meu Estado, quando eu era Deputado Estadual e Alceu Collares Governador, nós criamos a Defensoria Pública Estadual, que é um dos modelos, um dos exemplos de Defensoria para o País.

Agora, estamos aqui em Brasília e queremos ajudar a Defensoria Pública da União a seguir o mesmo caminho. Aliás, hoje faz 20 anos da existência da Defensoria Pública Federal. Até em homenagem a esses trabalhadores, a esses operadores do Direito, a esses homens da causa jurídica, homens e mulheres, para que possam receber com dignidade o seu salário, receber a sua remuneração adequada, como o juiz recebe, como o promotor recebe, como o procurador recebe, pois o defensor também merece receber.

Então, a eles o nosso reconhecimento, Sr. Presidente!

Muito obrigado. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar a favor, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

Em seguida, o Deputado José Carlos Aleluia para falar contra.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PL 7.924 vai fazer justiça a essa instituição de grande relevância para a democracia brasileira.

A Emenda Constitucional nº 80/14 equipara a Defensoria Pública às demais carreiras do sistema de Justiça. Todos aqui sabem, mesmo os que ainda não eram Deputados, que, em dezembro passado, houve um debate importante. E no momento em que se poderia ter definido o tema que ora debatemos, foi retirado de discussão, de pauta exatamente o projeto da Defensoria.

É como um sistema pensa uma carreira jurídica, instituições que são estabelecidas constitucionalmente, através, inclusive, de emendas constitucionais mais recentes com o mesmo *status* dentro do sistema, mas uns são tratados como o primo rico e outros como o primo pobre. *(Palmas nas galerias.)*

Então, aprovar a lei presente é dar dignidade a uma instituição e, naturalmente, aos profissionais de carreira concursados, com saber jurídico rigoroso e que podem, a qualquer momento, por uma desilusão, trabalhar na iniciativa privada.

Os que estão na Defensoria Pública permanecem lá porque são movidos pelo sentimento de justiça social. Eu tenho certeza de que, a despeito das nossas diferenças, ninguém acha aqui que o interesse do pobre é menor. Como falei de forma emocionada, quando me referi ao assunto em outro momento, um rico, mesmo quando criminoso, muitas vezes, deixa de ser condenado porque paga um bom advogado. Acontece que muitos pobres estão nas cadeias com uma prisão provisória, uma prisão sem assistência jurídica e sem possibilidade de voltar ao seio da sociedade para uma vida digna. A gente visita as penitenciárias e vê 600 presos, e menos de 300 ou a maior parte sem assistência jurídica. Vamos ver na CPI Carcerária, que se instala amanhã, que eles não têm sequer assistência jurídica.

Eu poderia falar dos rincões do Nordeste, poderia falar do norte de Minas, mas falo da região do Marajó, do meu Estado, que tem os mais baixos índices de desenvolvimento humano do planeta e do Brasil, e lá não há defensor público.

É necessário, portanto, fortalecer a Defensoria e fazer justiça a essa categoria e a essa instituição. (*Palmas nas galerias*.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contrário, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esse projeto no art. 2º é inconstitucional. Eu fui indicado Relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e protocolei o meu relatório pela inconstitucionalidade da vinculação do salário dos defensores ao do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Será que nós vamos aprovar isso? Será que nós vamos nos curvar às galerias mais uma vez? Não temos dinheiro para pagar os médicos; as universidades federais estão quase parando, porque não têm dinheiro para a limpeza pública. Os catedráticos, os titulares da Universidade Federal da Bahia e das universidades do Brasil não estão vinculados ao Supremo; os Deputados e os Senadores não estão vinculados ao Supremo; os generais não estão vinculados ao Supremo; os médicos não estão vinculados ao Supremo. Não me impressionam duas ou três dúzias de defensores de si mesmos, não defensores públicos, defensores de si mesmos, que estão nas galerias. O Presidente fez muito bem em não me indicar Relator, porque o meu parecer já estava protocolado na CCJC pela aprovação do projeto, suprimindo o art. 2º.

Tenho um destaque que vou defender depois.

Eu não fui eleito para defender engravatado, eu não fui eleito para ser aplaudido por ninguém ou por quem quer que seja; eu fui eleito para defender o meu cidadão, que está lá no interior da Bahia, na periferia de Salvador e que não tem recursos para a saúde. Eu estou aqui ajudando o Líder do Governo, não para defender o atual Governo, que já acabou no início, mas para defender o Brasil, para defender a continuidade da República, para defender a governabilidade.

Este País vai ficar ingovernável, porque o Governo não consegue um Líder, um Líder deles para defender a rejeição do art. 2º desse projeto.

Deputados, lembrem-se de quem votou em vocês. Não foram eles. Eles estão querendo substituir o Ministério Público na Bahia, em uma ação que não tinha nada a ver com a defesa de pobres. Uma defensora, de forma fraudulenta, entrou na Justiça para paralisar uma obra do Prefeito da cidade.

Basta de criar engravatados! Basta de jogar o dinheiro todo em Brasília e nessas pessoas! Vamos olhar os nossos eleitores. Eles não concordam com isso.

Somos aplaudidos hoje e, depois, nós deixamos os nossos eleitores em situação difícil, porque não há dinheiro para tudo, Deputado Sílvio, não há dinheiro para tudo, meus companheiros, não há dinheiro para tudo, Deputado Guimarães. Há que se estabelecer prioridade. E a minha prioridade é atender ao meu povo, e não aos aplausos fortuitos desses defensores de si mesmos.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Relator, só queria esclarecer. O Deputado José Carlos Aleluia arguiu uma inconstitucionalidade. Eu, na minha explanação, já apresentei uma emenda supressiva de Plenário e retirei o termo que diria que será equivalente ao fixado dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Então, essa arguida inconstitucionalidade já está sanada no meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Bem, a inconstitucionalidade já foi decidida pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Neste momento, vamos votar apenas o mérito.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Rodrigo de Castro. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos assistem neste momento pela *TV Câmara* e todos que estão aqui com a gente também nas galerias, eu queria estabelecer um diálogo respeitoso com o Deputado José Carlos Aleluia.

Deputado José Carlos Aleluia, eu ouvi atentamente as palavras de V.Exa. na defesa de que os rendimentos dos defensores públicos não fossem majorados. Mas, Deputado José Carlos Aleluia, é esse o diálogo que eu quero ter a oportunidade de estabelecer com V.Exa. e com as Lideranças de seu partido. É simples, é fácil fazer a defesa e votar, como este Plenário no final do ano passado teve a oportunidade de fazer, o aumento dos rendimentos dos juízes, dos magistrados. É fácil este Plenário, como fez no final do ano passado, votar a ampliação dos rendimentos dos Procuradores e do Ministério Público. É fácil – e falo isso respeitosamente, Deputado José Carlos Aleluia – fazer, como foi feito, e eu não vi a insurgência das Lideranças do seu partido

naquele momento, quando não houve a criação de regras, inclusive para a defesa da ampliação do salário dos próprios Parlamentares.

Agora, nada disso foi feito naquele momento, mas quando se trata exatamente de garantir igualdade e os direitos daqueles que defendem os que mais precisam do serviço público, que têm na ação da Defensoria uma alternativa, aí nós fazemos um discurso inflamado contrariamente. Não. *(Palmas nas galerias.)* Nós temos que ter, sim, regras para a ampliação dos vencimentos de todos os Poderes da República. Já foi inclusive apresentado um projeto – eu tive a oportunidade, com a Deputada Luiza Erundina e o Deputado Chico Alencar. Sim, regramento sim! Agora, discriminação para determinar que magistrados, Deputados Federais, Senadores, Ministério Público vão ter a possibilidade de ter reajustes, e a Defensoria Pública, que é quem faz o elo com o representante que mais precisa do serviço público, não vai ter, desculpem-me, não parece uma fala coerente com quem defende os interesses reais do Brasil. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga. *(Pausa.)*

Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior. *(Pausa.)*

Para falar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma análise que tem que ser feita, do ponto de vista do mérito dessa matéria, é que nós não podemos ter dois critérios. Por que quem acusa ou quem defende o Estado tem que ganhar mais do que quem defende a população? Esse é o mérito da discussão que está sendo feita hoje no plenário. *(Palmas nas galerias.)*

É evidente que o Brasil tem e vive problemas financeiros e orçamentários. Ninguém vai poder esconder isso. Mas nós não podemos deixar de olhar a ótica de quem está na ponta querendo acesso à Justiça, querendo defesa de qualidade, querendo exercer sua cidadania. O cidadão tem direito a ter um defensor, a ter um representante legal, da mesma forma como tem o Estado. Esse é o mérito da questão, e é isso que me motiva, hoje, a votar a favor do projeto. Nós não podemos, de forma alguma, ter a compreensão de que o Estado merece uma defesa de mais qualidade do que merece o cidadão, o pobre, o que não tem acesso à Justiça. *(Palmas nas galerias.)*

Que tipo de democracia é essa que nós estamos construindo, que exclui a população mais carente de uma defesa digna? Não tenho nenhuma dúvida de que esse projeto melhora a nossa democracia e dá ao cidadão mais pobre acesso à Justiça, a uma defesa digna e correta.

É por isso que eu peço a sensibilidade dos Srs. Deputados para nós aprovarmos a matéria e construirmos uma justiça que trate o cidadão da mesma forma como trata o Estado, colocando uma carreira de defensor público com salários dignos, decentes, e com condições de trabalho para que a gente possa, aí sim, exigir da Defensoria Pública um bom serviço prestado a todo cidadão brasileiro que dela precisar. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contrariamente, com a palavra o Sr. Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, caros defensores públicos, essa não é uma questão de entender aqui que um defensor público não mereça ganhar 25, 33, 40, 50 mil reais. Essa é uma questão, senhoras e senhores, de prioridade.

Administrar dinheiro público não é administrar o que não é de ninguém; é administrar o que é de todos, e é escolher, dentre o volume de recursos que é escasso para todas as necessidades, o que é prioridade.

E eu pergunto aos senhores aqui – e responderiam os senhores que sim —: é prioridade alguém que cursou Direito receber 33 mil reais por mês, ou é prioridade pagar o piso do magistério? É prioridade recursos públicos serem destinados a pagar alguém que cursou Direito para ganhar 33 mil reais, ou é prioridade que nós tenhamos um médico ganhando o mínimo de 10 mil reais, para que ele possa atender o mínimo que o ser humano pode ter – antes, aliás, do Direito —, que é o direito à vida, de ter um médico?

A escolha aqui nesta tribuna, a escolha quando se coloca o dedo é, sim, de prioridades, e cada vez que este Plenário diz sim a alguém, ele estará sempre, sempre, sempre dizendo não a outras pessoas, a outros brasileiros. Não há como votar sim, aqui, sem estar diretamente votando não para outro grupo de brasileiros.

Será que o erro que fizemos aqui no ano passado – eu votei contra —, será que o erro de aumentar os nossos salários, será que o erro de aumentar o salário de todo o Judiciário brasileiro, será que o erro de aumentar o salário de todos os promotores brasileiros, que já ganham até 4.300 reais para morar onde vivem há 30 anos com a sua família, será que esse erro justifica outro erro?

Não que não mereçam, mas é um erro de prioridades. Não, senhores, eu acho que há o direito sim, há legitimidade no pleito, mas nós não podemos dizer não todos os dias a...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Conclua, Deputado.

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR – Para dizer sim, sempre aqui, sempre dizer sim a todas as minorias que são sempre as mais privilegiadas do Estado brasileiro.

O Estado não é do servidor público, o Estado é do cidadão brasileiro, e há muitos outros que precisam antes da Defensoria, do Judiciário e do Ministério Público.

Por uma questão de prioridade e não de mérito, eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar como Líder, tem a palavra o Deputado José Guimarães, Líder do Governo.

Antes, enquanto S.Exa. sobe à tribuna, eu quero decidir uma questão de ordem formulada pelo Deputado Silvio Costa na última votação da última quinta-feira, contestando a decisão da Presidência de solicitar a verificação nominal de ofício.

No caso em questão, o Deputado Silvio Costa invocou os art. 185 e 186. Nesse caso em questão, eu respondo a ele pelo próprio art. 185, § 5º:

> *"Art. 185.....*
> *§ 5º Ocorrendo requerimento de verificação de votação, se for notória a ausência de quórum no Plenário, o Presidente poderá, desde logo, determinar a votação pelo processo nominal."*

Naquele caso em questão, havia requerimento de votação oriundo da bancada do PPS para quebra do interstício e votação nominal. Então, sendo assim, está atendido o pressuposto do art. 185, § 5º.

De maneira geral, o precedente da Questão de Ordem nº 637, de 2005, decidida pelo Presidente Aldo Rebelo, e remetendo à questão de ordem decidida pelo Deputado Aécio Neves, em 4 de dezembro de 2001, sobre a votação nominal de ofício, faço menção ao art. 185, § 1º, em que diz que:

> *"Art. 185.....*
> *§ 1º Havendo votação divergente, o Presidente consultará o Plenário se há dúvida quanto ao resultado proclamado, assegurando a oportunidade de formular-se pedido de verificação de votação."*

Faço menção ao próprio § 5º – já feito – e ao art. 186, quando faz remissão, nos casos de verificação nominal, ao § 4º:

> *"Art. 185.....*
> *§ 4º Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de um décimo dos Deputados, ou de Líderes que representem esse número."*

A Presidência, no período de decurso de prazo de 1 hora de votação, tem o poder de aferir ao Plenário e conceder a proclamação do resultado.

Na medida em que a Presidência abre mão da sua prerrogativa e transfere para a posição soberana do Plenário, ela está permitindo que a Casa se represente pela sua expressão e abre mão inclusive do seu poder de arbitrar daqui de cima aqueles que eventualmente venceram uma votação que, muitas vezes, não representa o quórum da Casa, já que aqueles que, mesmo que sejam maioria, quando levantam o braço ou não, podem não estar representando a totalidade do quórum. Aí a Presidência, por dúvida, deve sempre se submeter à soberania do Plenário. É a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui, em nome do Governo, através desta declaração, fazer uma manifestação ao Plenário, aos Líderes da base, aos Líderes da Oposição, aos defensores, homens e mulheres que acompanham esta sessão e que têm enorme responsabilidade na prestação jurisdicional, sobretudo com os mais pobres, os mais carentes do Brasil.

Quero fazer esta manifestação nos seguintes termos, Sr. Presidente. Primeiro, eu havia me comprometido com os Líderes da base e havia chamado a Oposição para um acordo: o de que em 15 dias nós votaríamos a matéria. Na semana passada, abrimos um diálogo enorme com os senhores defensores e as senhoras defensoras, com os Líderes da base e alguns da Oposição, e acertamos que a matéria seria votada hoje à noite, aqui no plenário.

Portanto, estou honrando esse compromisso. Em decorrência disso, e já, já entro no mérito, nós não estamos encaminhando nenhuma obstrução. Não apresentamos obstrução nenhuma, para que a Câmara decida – evidentemente, com base no encaminhamento das Lideranças – uma matéria relevante como esta.

Eu, portanto, declaro aqui que estou honrando meu compromisso como Líder do Governo de não encaminhar nenhuma obstrução, nem muito menos retirar a base do Governo do plenário para evitar que esta matéria seja votada.

Foi este o primeiro compromisso que assumi com os senhores defensores, com as senhoras defensoras, com os Líderes da base e, sobretudo, com o Plenário desta Casa. *(Palmas nas galerias.)*

No entanto, Sr. Presidente, quero, também em nome do Governo, expressar uma coerência que tem preservado o discurso do Governo. No momento de dificuldades na economia brasileira, nós não podemos fazer gestos, não podemos sinalizar algo que possa ser interpretado como vacilação do Governo de enfrentar coletivamente as turbulências da economia, o impacto que a crise mundial teve – e que agora está repercutindo no Brasil –, e, principalmente, a necessidade de nós votarmos o ajuste dentro daquilo que está sendo negociado com o Congresso.

Nós já fizemos vários gestos nessa direção. Nós reajustamos a tabela do Imposto de Renda, nós mantivemos os vetos, nós editamos a medida provisória do salário mínimo. E todas essas posições foram no sentido de preservar duas questões centrais. A primeira delas é de preservar a ideia de que o Governo não medirá esforços para cortar gastos. Logo, logo, nos próximos dias, a Presidenta, atendendo a um imperativo importante do ajuste, cortará gastos importantes no custeio da máquina pública, para dizer ao País que o seu Governo está fazendo a sua parte no sentido de enfrentarmos as turbulências da economia brasileira. Diante disso, num momento como este, coerente com isso, coerente com esse discurso, o Governo não poderá encaminhar, meus caros Líderes da base, o voto "sim" a esta matéria.

Compreendemos o apelo que foi feito por todos os Líderes da base, e os defensores sabem do esforço que fizemos nesse diálogo permanente, ouvindo, construindo, formatando um conjunto de saídas, até porque esta matéria vem tramitando desde o ano passado. Nós estamos enfrentando uma série de pautas ainda recorrentes da legislatura passada.

No entanto, coerente com esse discurso do Governo – e digo isto porque entendo que nós temos enormes responsabilidades aqui –, eu, como Líder do Governo, não posso deixar de representar a posição do Governo aqui, mediada evidentemente, dialogando com os defensores públicos, dialogando com o País e compreendendo que vocês que estão nas galerias – e eu sei disso porque eu fui Deputado Estadual no meu Estado – prestam enorme e extraordinário serviço jurisdicional ao Brasil inteiro!

Nos Governos Dilma e Lula, nós fizemos muito pelas Defensorias Públicas Estaduais e pela Defensoria Pública da União.

Mas o momento exige esse sacrifício. E faço isso com a maior tranquilidade. Quero me dirigir ao Líder Picciani, com quem nós dialogamos muito, ao Líder do PRB, Celso Russomanno, ao Líder do PSD, Rogério Rosso, ao Deputado-Relator, André Figueiredo, ao Líder do PROS, Domingos Neto, à Líder do PCdoB, a companheira Jandira, ao Líder do PR, que não está presente, mas com a qual dialogamos, enfim, ao Líder do PSC, que está me ouvindo. Conversamos em todos os blocos e compreendemos o apelo que V.Exas. nos fizeram hoje, na presença do Ministro Pepe Vargas, e na minha presença, na reunião dos Líderes.

Coerente com esse discurso da necessidade de ajuste, de o Governo não vacilar um milímetro na manutenção do equilíbrio das contas públicas, nós viemos aqui, Sr. Presidente, Deputado Aleluia, sem a intenção de obstruir, permitindo o diálogo franco entre todos nós. Mas a posição do Governo é "não", coerente com o discurso que nós estamos fazendo, o da necessidade do ajuste de que o Brasil precisa. O Governo está empenhado em cortar da sua própria carne para preservar o equilíbrio das contas públicas, o equilíbrio orçamentário e, principalmente, o investimento público e o gasto social.

Esta é a posição do Governo. E faço isso pedindo desculpas aos defensores, com os quais tanto dialogamos. Mas na política temos sempre que ter um lado. E eu prefiro a transparência, eu prefiro o caminho da sinceridade, a evitar falar por este microfone. Faço isso com a maior coerência de quem acredita que o nosso Governo vai tomar as medidas internas para preservar o equilíbrio das contas públicas e, principalmente, para fazer a retomada do crescimento econômico.

Esta é a posição do Governo, portanto, Sr. Presidente. Dialogamos até agora há pouco, e sempre preservamos isso, mas o Governo não pode, neste momento, sinalizar outro caminho que não o do voto "não".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar como Líder, tem a palavra o Deputado André Moura, pelo PSC.

O SR. ANDRÉ MOURA (Bloco/PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero primeiro me congratular com os que me antecederam e entendem a importância da Defensoria, e por isso parabenizá-los.

Eu fui autor, juntamente com o nosso querido Deputado Mauro Benevides e o Deputado Alessandro Molon – que aqui se encontra –, da PEC, que ficou conhecida como de fundamental importância, que fixa o prazo de 8 anos para que nós tenhamos defensores públicos em todas as Comarcas do nosso País.

Aqui, ouvi atentamente as explicações de todos aqueles que falaram de forma favorável à Defensoria Pública, e, com todo respeito, as do nosso querido Deputado José Carlos Aleluia, que se posicionou contrário à Defensoria Pública.

Mas aqui quero falar da importância da autonomia da Defensoria Pública, para que ela tenha a mesma e a idêntica autonomia que tem o Ministério Público e que têm os Poderes, mesmo porque a balança é o símbolo, Deputado Valadares Filho, da Justiça, e ela tem que estar em perfeito equilíbrio. Mas, para a balança estar em perfeito equilíbrio, nós temos que ter aqueles que naturalmente julgam, que são os juízes, bem remunerados – porque têm de ser bem remunerados. Há aqueles que são os promotores, que normalmente acusam, e que também são bem remunerados – e têm também de ser bem remunerados. Mas nós temos que ter, principalmente, os defensores públicos, que são aqueles que cuidam das pessoas pobres e dos carentes. *(Palmas nas galerias.)*

Não é justo que cheguem lá, a uma mesa, onde todos estão ali desempenhando a mesma atividade, com juízes bem remunerados, com os membros do Ministério Público bem remunerados, os defensores públicos com uma defasagem salarial enorme! Nós temos que lhes dar o mesmo tratamento e a mesma igualdade. O impacto no Orçamento é de 110 milhões de reais. Ou seja, o impacto mensal seria de pouco mais de 9 milhões de reais.

Então, nada mais do que justo que, sabendo todos nós da importância da Defensoria Pública, tenhamos equilíbrio no sistema de Justiça do nosso País. *(Palmas nas galerias.)* Nós não podemos ter um sistema desequilibrado. Nós precisamos, sim, ter esse equilíbrio, para que a balança funcione.

Deputado Marcos Reategui, V.Exa., que é do meio, sabe da importância dos defensores públicos.

Eu já tive a oportunidade, no meu Estado de Sergipe, há cerca de 30 dias, de participar de um grande evento. Vi ali estampada na face de todos os assistidos a alegria, a felicidade de poder ter, através de um defensor público, o reconhecimento na Justiça, para que eles pudessem ter os seus benefícios garantidos. *(Palmas nas galerias.)*

Então, que isso possa continuar, mas continuar com os defensores públicos recebendo salário justo e digno pelo trabalho honrado, pelo trabalho de fundamental importância que desenvolvem. Então, vamos trabalhar pela autonomia da Defensoria Pública da União, para que nós tenhamos um equilíbrio no sistema de Justiça do nosso País.

Os defensores têm saído para outras carreiras? Lógico! Eles gostam do que fazem, e eu tenho certeza de que, a partir de agora, quando este Parlamento fizer justiça com a Defensoria Pública da União, eles irão lá permanecer, continuar trabalhando e fazendo com que muitos assistidos, que não têm condições de contratar um advogado, possam naturalmente, Sr. Presidente, ter através do defensor público a assistência jurídica necessária. Consequentemente, que a gente possa ter vários dias de vitória – como eu vi, em Sergipe, a alegria e a emoção; que a gente possa ter dias de vitória sendo comemorados em vários Estados deste País!

Viva a Defensoria Pública! Viva a autonomia! Viva o equilíbrio do Sistema Judiciário! *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar como Líder, tem a palavra o Deputado Chico Alencar, pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores, todos os que acompanham esta sessão, esta é uma bela coincidência que não pode virar uma triste coincidência. Há exatamente 20 anos, neste dia penúltimo de março de 1995, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, a necessidade social e a sensibilidade para com os direitos do povo criaram a Defensoria Pública da União. Repito, há 20 anos, em caráter precário, em uma provisoriedade que, a rigor, continua até hoje, haja vista a presença de 2.200 estagiários, hoje, auxiliando a Defensoria nesse trabalho que todos aqui, unanimemente, reputamos como fundamental e decisivo.

Vamos agora, daqui a pouco, dar coerência a essa importância da Defensoria dos mais pobres do nosso País. *(Palmas nas galerias.) Vamos* dar coerência. E dar coerência significa não repetir uma máxima de má tradição na política brasileira: *"Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei". (Palmas nas galerias.)*

Por que digo isso? Nós votamos aqui, neste plenário – e o Deputado Glauber Braga já fez essa referência –, a majoração ou a reposição de perdas dos Parlamentares Federais – 594 Deputados e Senadores —, como a da cúpula do Judiciário e do Executivo, que até rebaixou um pouco a sua proposta, a sua demanda.

Ora, dizer que a tesoura do Levy, nesta época das contenções absolutas, não comporta essa remuneração cautelosíssima de 550 Defensores Públicos da União, 550, é ridículo! *(Palmas nas galerias.)* Porque isso não impacta o Orçamento de maneira alguma. Aliás, temos até números desse mínimo impacto, como o Deputado André Figueiredo já relatou aqui na proposta cautelosíssima, a vigorar em 1º de janeiro de 2016.

Será que o Governo não vai conseguir o mínimo de respiração até lá? Aí, é melhor o Prof. Renato Janine Ribeiro, da Pátria Educadora, quinto Ministro em 5 anos e 3 meses de Governo Dilma Rousseff, desistir desde já, porque ele não vai poder fazer absolutamente nada na educação. Mas nós, Parlamento independente, devemos fazer algo, aqui e agora, pela a Defensoria Pública da União, sem qualquer irresponsabilidade.

O impacto é no item "Despesas da União com Pessoal": de 5 centésimos... Ora, o que se paga com juros e serviços da dívida é infinitamente maior! Nós decidimos para o MP um impacto de quase 2%, e, para o Judiciário, de 11%. Quer dizer então que a Defensoria Pública não merece esses 5 centésimos? De cada mil reais, entre os gastos da União com pessoal, 86 centavos vão para a DPU. Ou seja, as razões econômicas são pífias, enquanto as razões de justiça e de direito para a população pobre – porque é aí que eles trabalham; e, muitas vezes, nós é que somos servidores de nós mesmos para reproduzir mandatos – são absolutamente justas, necessárias e razoáveis. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendonça Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o PT divulgou há pouco um manifesto que foi composto por dirigentes estaduais do partido, com aval do Presidente Nacional da legenda, Rui Falcão, e do ex-Presidente Lula. O documento divulgado diz que o PT está sob forte ataque e que a ofensiva de agora é uma campanha de cerco e aniquilamento.

Eu quero fazer um paralelo futebolístico desse ataque sofrido pelo Partido dos Trabalhadores. Mais parece essa declaração com o episódio que envolveu o jogo do Brasil e Chile, em que o goleiro da seleção chilena, chamado Rojas, simulou que estava sendo atingido por um rojão, naquela disputa entre Brasil e Chile. Pois bem, esse é o PT de hoje, dizendo que está sendo atacado. E eu pergunto: atacado por quem, cara pálida? Ora, atacado pelo próprio Partido dos Trabalhadores. Quem foi que colocou o País na situação de recessão e inflação alta, estagflação? Foi o Partido dos Trabalhadores. Quem foi que prometeu crescimento pleno aos brasileiros, aumento de renda, bem-estar? Foi o Partido dos Trabalhadores. Quem foi que posou para o Brasil como o grande partido que luta contra a corrupção e que, infelizmente, viu no seu governo instalada a corrupção, a partir do maior exemplo, e o mais nefasto, a PETROBRAS, que foi literalmente saqueada, que teve três diretores presos porque envolvidos até o pescoço com o esquema de corrupção denominado petrolão? Esta é a verdade. O PT não precisa de entes, não precisa de partidos, não precisa de oposição para aniquilar a si mesmo. O aniquilamento do PT está dentro do PT. Está em Vaccari, está em Delúbio, está justamente no desgoverno em que se meteu a Administração da Presidenta Dilma Rousseff. Aliás, ela está tão sem rumo, tão sem direção, que desmente a si própria. Tudo que ela dizia na campanha política, e que assumiu em termos de compromisso público, ela desmentiu.

Acusava Aécio de querer plantar juros para colher inflação. E quem mais plantou juros para colher inflação, se não a Presidenta Dilma Rousseff? Acusava Aécio e Marina Silva de querer retirar direitos dos trabalhadores. E quem está promovendo a retirada de direitos de desempregados, pensionistas, aposentados, daqueles que ganham salário mínimo, se não o Partido dos Trabalhadores? Esta é a verdade. O Governo do PT, da Presidenta Dilma está no fundo do poço, desacreditado por conta desse tipo de situação.

E ainda fica criando situações, como a recentemente criada em São Paulo, que eu não vou dizer que é fato, mas que gera suspeição, ou seja, um atentado a um diretório do Partido dos Trabalhadores, de madrugada, e que foi comunicado horas depois.

Não adianta encontrar alguém como responsável pelo desgoverno, o desmando, os erros do Partido dos Trabalhadores. Se há erros, se há desmandos, se há situação constrangedora, essa situação foi gerada por aqueles que governam na atualidade.

A Presidenta Dilma e o seu Governo deveriam fazer *mea-culpa*, deveriam assumir as suas responsabilidades. Deveria a Presidenta da República ter um ato de humildade e pedir desculpas ao povo brasileiro pelo estelionato eleitoral que ela proporcionou, pelas mentiras afirmadas durante a campanha política e desmoralizadas pelos fatos, passado o momento da eleição.

Esta é a verdade: o PT é pródigo em encontrar inimigos ocultos, em terceirizar a culpa. A crise econômica do Brasil é culpa da crise internacional. Que piada! O mundo cresce 3% ao ano, e o Brasil está em recessão. E a culpa é do crescimento dos países estrangeiros?! Na América Latina chegamos ao ponto de perder, em termos de crescimento, até para a Argentina, que neste ano de 2014 cresceu mais do que o Brasil, parado, estagnado...

Então, tenham santa paciência! Não arrumem bode expiatório, não arrumem inimigo oculto! Não arrumem alguém para se responsabilizar por aqueles que afundaram o Brasil na corrupção e na recessão. Não arrumem alguém para dizer que é o culpado daquilo que foi gerado pela má conduta da Presidenta da República e de seu Governo.

Há um descasamento, há um divórcio verdadeiro e, creio eu, definitivo, entre o Governo PT e a sociedade brasileira. A sociedade brasileira hoje quer ouvir falar em qualquer coisa, menos na Administração da Presidenta Dilma. E, infelizmente, eu tenho que afirmar neste instante: esse divórcio veio mais cedo do que eu esperava, e ela não vai ter qualquer tipo de recuperação até o final da sua gestão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação:

> *"Sr. Presidente,*
> *Requeremos, nos termos do art. 178 c/c 157, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do PL nº 7.924/2014 em apreciação em Plenário."*
> *Sala das Sessões, 30 de março de 2015. –* ***Leonardo Picciani****, Líder do Bloco Parlamentar PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN;* ***Nilson Leitão****, 1º Vice-Líder PSDB;* ***Fernando Coelho Filho,*** *Líder do PSB;* ***André Figueiredo****, Líder do PDT;* ***Celso Russomanno,*** *Líder do Bloco Parlamentar PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB, e Líder do PRB.*

Assinam o Deputado Leonardo Picciani e vários Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou contra o encerramento da discussão porque, quem sabe, não venhamos a ouvir outro discurso de um jovem, como o Deputado Nelson Marchezan Junior.

Deputado Marchezan, fui companheiro de seu pai. Ele, hoje, pode se orgulhar da sua clareza e da sua coragem. Coragem, aliás, que está faltando ao Governo. O seu discurso foi um discurso de alguém preocupado com o presente e com o futuro do Brasil. O discurso do Líder do Governo foi de alguém preocupado com as próximas eleições – as eleições dele.

V.Exa. sabe muito bem que não representa categoria nenhuma, como eu também não represento. Não sou Deputado de categoria; sou Deputado de comunidade. Represento as comunidades que votaram em mim, assim como V.Exa. E V.Exa. foi quem me animou a vir até aqui para falar contra o encerramento. Quem sabe, nos debates outros não seguirão o seu caminho, o caminho de quem chama o Plenário à sensatez?

Sr. Presidente, V.Exa. tinha e tem todo o direito de indicar os Relatores, e não me indicou porque V.Exa. sabe – e eu disse com antecedência – que o meu parecer seria divergente da opinião de V.Exa. Nada a comentar, nada a opor. Como seria bom, Sr. Presidente, se esse assunto fosse decidido em votação nominal, para que cada um pudesse assumir compromisso com o seu eleitor – o seu eleitor, que está sem dinheiro para a saúde, que está sem dinheiro para a escola, que está sem dinheiro para praticamente tudo. E sabe quem vai pagar esse salário? É a D. Hildete, que vai pagar mais conta de luz, que vai pagar mais caro o transporte, que vai pagar mais caro o frete da farinha de trigo, que vai pagar mais caro pelo pão.

V.Exa. tem razão, Deputado Marchezan: não tem nada que não seja escolha. Eu espero que o Plenário não escolha atender a meia dúzia ou a duas dúzias que estão lá. Eu espero que o Plenário escolha atender ao povo que está nas ruas e nas casas reclamando deste Governo. E, se não tem governo, a responsabilidade do Parlamento aumenta muito mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, antes de defender o encerramento da discussão, dizer por que nós estamos votando este projeto e desfazer um pouco da confusão que os brilhantes oradores que falaram contra a matéria conseguiram promover.

Nós não estamos aqui, Sras. e Srs. Deputados, votando uma matéria salarial, um reajuste salarial para uma categoria. Poderíamos até fazer isso para uma, para duas, para dez categorias, poderíamos discutir se isso é justo ou injusto. Mas não é o que nós estamos fazendo. Nós estamos tratando do nosso sistema jurídico, do exercício da justiça, dos operadores do Direito.

O que não se justifica é que quem acusa para o Estado ganhe o dobro do que ganha quem defende para o Estado. *(Palmas nas galerias.)*

Eu quero dizer aos Deputados que disseram que este Plenário precisa fazer a opção que hoje nós faremos a opção pelos milhares e milhares, talvez milhões de brasileiros que dependem da Defensoria para ter o seu direito exercido, para não ser presos injustamente, para não ter as suas garantias e direitos individuais violados.

Não se enganem. Isto aqui não é uma discussão salarial. Nós temos responsabilidade com o ajuste fiscal, mas nós temos mais responsabilidade ainda com o direito do cidadão, e o cidadão que não pode pagar a assistência jurídica deve ter garantida pelo Estado a sua defesa, deve ter garantida pelo Estado a cidadania no exercício dos seus direitos, no exercício da sua defesa. Aqui se trata de equilibrar o nosso sistema judiciário.

Já existe uma diferença muito grande. Muitas vezes, o juiz e o promotor se sentam lá em cima, e o advogado fica lá embaixo, na tribuna, sem que haja nenhuma justificativa, Deputado Marquezelli, para que isso aconteça. Em uma ação penal, por exemplo, advogado e Ministério Público são partes iguais no processo. *(Palmas nas galerias.)*

Sr. Presidente, o projeto gera um impacto da ordem de 100 milhões anuais. Não é muito para a União, mas nós sabemos do esforço feito para o ajuste, portanto o ajuste só terá validade em 2016. E todos nós esperamos que, ao chegar o ano de 2016, nós já tenhamos conseguido colocar o País de volta na rota do crescimento, no caminho do crescimento.

A opção hoje é pela cidadania e pelo direito das pessoas.

Muito obrigado. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Alguém deseja orientar a bancada?

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Para o requerimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Não?

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Para o requerimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eu vou orientar pelo PROS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Por favor, Deputado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Vamos orientar só na votação do conteúdo, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava tentando falar com o Líder Domingos Neto, mas não consegui. Nós vamos votar "sim", pelo encerramento da discussão.

Mas não foi para isso que eu me movi para dizer uma palavra em nome do partido em que estou enquanto lutamos pela fundação do partido Rede Sustentabilidade – eu homenageio o PROS a todo instante.

Quando eu ouço este tipo de pergunta: *"Quem vai pagar?"*, eu digo que quem vai pagar esse salário é o trabalho dos defensores públicos. *(Palmas nas galerias.)*

Os defensores públicos dão assistência, sim, às camadas menos favorecidas diretamente, no contencioso, no foro, mas eles também têm o poder de entrar com mandado de injunção, de incomodar prefeitos que não cumprem com os seus deveres em favor do povo. Muito da resistência a este projeto está nisso.

Eu agradeço a V.Exa. Vamos votar "sim", homenageando a Defensoria. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Alguém mais quer orientar a bancada?

O SR. CARLOS SAMPAIO – Sr. Presidente, o PSDB quer orientar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Então vamos perguntar a todo mundo.

Como o PMDB vota o requerimento?

O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PT?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT vota "sim", Sr. Presidente. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSDB?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota favoravelmente ao encerramento da discussão, porque está ávido para votar "sim" ao projeto dos defensores. E vou explicar a V.Exa. rapidamente o porquê. *(Palmas nas galerias.)*

Eu vi o Líder do Governo pedir que retirássemos a matéria de pauta por 15 dias, para um acordo. Concordamos. Esse acordo não se realizou. E S.Exa. disse, ali daquela tribuna, que existem outras prioridades. Eu não sei quais são as prioridades do Governo, mas certamente as prioridades do Governo não contemplam os que mais precisam, os que são mais pobres; não contemplam os aposentados, que precisam, muitas vezes, dos defensores; não contemplam os portadores de deficiência; não contemplam os pequenos produtores.

O Governo é perito em jogar a culpa na população e cobrar o ônus da população. Se temos petróleo, cobra-se mais na gasolina; se o Governo errou na política energética, aumenta a tarifa.

Sr. Presidente, não faz sentido o Governo se opor aos defensores públicos, que defendem aqueles que mais necessitam neste País.

O PSDB está dizendo em alto e bom som "sim" aos defensores públicos da União. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco do PRB?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco do PRB entende que já discutimos bastante este projeto e que é importante encerrar a discussão. Subscrevi o requerimento para o encerramento. Nós votamos "sim". *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO FARIA (PSD-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSD encaminha o voto "sim", Sr. Presidente. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PR?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fico muito feliz de encaminhar a matéria em nome do Partido da República, porque minha família tem a tradição de defender a Defensoria Pública.

O Deputado Garotinho ganhou nesta Casa o título de Parlamentar Amigo da Defensoria, e foi a Governadora Rosinha Garotinho quem, numa ação pioneira no Estado do Rio de Janeiro, equiparou os defensores públicos estaduais aos membros do Ministério Público. *(Palmas nas galerias.)*

Então, o PR encaminha o voto favorável. Precisamos acabar com esta contradição que existe hoje no Estado brasileiro de quem acusa ganhar mais do que quem defende. Principalmente, quem ganha com a Defensoria são as pessoas mais humildes, que precisam dessa assistência.

Reforçar as causas populares é um compromisso do Partido da República. O PR encaminha o voto favorável. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSB?

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB entende que nós todos fomos levados, de boa-fé, a concordar com uma proposta apresentada pelo Líder do Governo para que construíssemos em torno deste tema uma proposta que, em 15 dias, após debate entre as Lideranças, seria apresentada ao Plenário. A boa-fé dos Líderes nos levou a apostar num acordo que seria construído por todos. Lamentavelmente, o que vimos aqui não foi esse encaminhamento do Líder do Governo.

Portanto, o PSB reafirma sua posição e entende que a culminância deste assunto no plenário deve acontecer no dia de hoje.

Nós encaminhamos o voto "sim". *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Democratas?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, primeiro, ressalvar nosso respeito à posição pessoal do Deputado José Carlos Aleluia e dizer que está claramente definida uma maioria a favor do encerramento da discussão.

Foi bem lembrado pelo Líder do PSDB que o Governo, representado pelo seu Líder, por várias semanas pediu o adiamento desta discussão e da votação da matéria. Mas não chegou a um consenso, não se chegou à formação de uma ideia clara, o que mostra que o Governo realmente, muitas vezes, tem dificuldade de se posicionar diante de temas mais importantes.

Nós vamos acompanhar a posição pelo encerramento da votação: "sim", respeitando a posição do Deputado José Carlos Aleluia. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT quer apenas reafirmar que o Governo honrou, sim, com a palavra dada de que votaríamos este projeto no mês de março. Discutimos nas últimas 3 semanas com o Líder José Guimarães, com todos os Líderes da base, e também no Colégio de Líderes, presidido por V.Exa.

O PDT fica muito feliz e honrado em encaminhar o voto "sim", para que possamos aprovar este projeto hoje. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade também vota "sim", Sr. Presidente, pelo encerramento da discussão, para votarmos e aprovarmos o projeto. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta matéria já está bem madura. Ela vem sendo construída desde a Legislatura passada. Já foi objeto de um diálogo importante com a representação dos defensores, que foram sérios, amplos, combativos e ao mesmo tempo flexíveis, pois concordaram com as emendas feitas para ajustar o projeto à constitucionalidade. Este é um projeto conceitual, que dá equidade ao sistema de Justiça.

Quero aqui deixar um elogio a todos os Líderes, entre eles o Líder do Governo, que não apenas cumpriu o acordo para a votação, como não obstruiu a pauta.

Portanto, o PCdoB vota "sim" ao encerramento da discussão. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PPS?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PPS vota "sim", pelo encerramento da discussão, por entender que este é um passo fundamental, depois da garantia da auto-

nomia da Defensoria Pública. O próximo passo, no nosso entendimento, é a garantia da Defensoria no interior dos Estados brasileiros. Nós temos, por exemplo, na Região Nordeste, Estados em que todo o interior está sem Defensoria. Onde há Justiça Federal é preciso haver também um defensor público federal para defender as minorias, a população pobre do Brasil.

Portanto, o PPS vota "sim", pelo encerramento da discussão, para garantir logo esta votação. Afinal de contas, todos os acordos solicitados foram cumpridos, para que nós tenhamos hoje a valorização do defensor público federal.

Defender o defensor público federal é defender as minorias do Brasil! *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PV?

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV, logicamente, é a favor do encerramento da discussão e a favor da votação o quanto antes. Nós somos contra essa dissintonia que existe entre aqueles que acusam e aqueles que julgam.

Portanto, nós, que na semana passada já estávamos a favor da votação imediata, continuamos a favor dela. E mais ainda, Sr. Presidente, estamos estudando com a Liderança e os consultores uma emenda constitucional para que isso nunca mais ocorra. Se houver qualquer aumento salarial para os juízes ou para os membros do Ministério Público, todos terão direito, os defensores também. *(Palmas nas galerias.)*

É um compromisso do Partido Verde fazer essa emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta não é uma discussão salarial. Mas poderíamos lembrar aqui que, em 18 Estados da Federação, a Defensoria estadual ganha mais do que a Defensoria nacional.

Neste momento, o que nós estamos fazendo é um reconhecimento tardio a uma função essencial do Estado brasileiro. *(Palmas nas galerias.)*

Sr. Presidente, nós estamos tratando exatamente da defesa daqueles que mais necessitam. Defendemos os que estão embaixo na sociedade brasileira. Defendemos aqueles que têm sede de justiça, por isso defendemos o fortalecimento dessa instituição. Somos contra o argumento da seletividade dos gastos. Aqui, quando se fala em taxar grandes fortunas e heranças, em fazer auditoria da dívida, ninguém quer saber. Querem fazer cortes no lugar errado. Fazer justiça é com a Defensoria!

O PSOL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota a Minoria?

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, valorizar o defensor público é assegurar o direito à Justiça, o direito do pobre, o direito do excluído, o direito do miserável. E aumentou o número de miseráveis este ano, isto é, aumentou o público da Defensoria.

O Líder do Governo subir ali para dizer que uma crise internacional espirrou no Brasil e por isso não é preciso valorizar o defensor é um tabefe na cara do pobre brasileiro! *(Palmas nas galerias.)*

Eu acho que o defensor público tem hoje mais do que razão para se juntar a todos nós que estamos indignados com este Governo e ir para a rua no dia 12. Quem não defende o pobre, quem não dá direito a se defender é este Governo.

Por isso, defensor também tem que ir para a rua conosco reivindicar os direitos da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo entende que esta matéria já foi bastante discutida. O Governo encaminha o voto "sim", como fizeram os demais Líderes, para o encerramento da discussão.

No entanto, Sr. Presidente, é importante dizer ao Líder do PSDB que quem tirou 44 milhões de brasileiros da miséria não foi o Governo do PSDB, foi o Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidenta Dilma. Quem patrocinou o maior arrocho salarial para os professores de São Paulo, que estão em greve, é que foi o Governo do PSDB. Eles lotam a Avenida Paulista, mas muitas vezes a imprensa não divulga isso. Quem levou São Paulo para a maior crise hídrica também foi o Governo do PSDB. V.Exas. falam, mas muitas vezes não têm autoridade nem para falar do seu Governo. Quem fez nos últimos anos pela Defensoria Pública foi o Governo Lula e o Governo da Presidenta Dilma.

Há uma crise conjuntural – já conversei bastante sobre isso. É claro que o PSDB não topou o acordo quando eu sugeri os 15 dias, porque prefere aquela tese do quanto pior melhor. Quem propôs o acordo – disse bem o Líder André Figueiredo – para votarmos a matéria hoje fomos nós.

Portanto, o Governo vota "sim" ao encerramento da discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar como Líder, tem a palavra o Deputado Bacelar, pelo PTN. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quanto ao projeto, já se poderia encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O encaminhamento já está encerrado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Isso. Vamos encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Com a palavra, para uma Comunicação de Liderança, o Deputado Bacelar, pelo PTN. Em seguida vamos ouvir a orientação dos Líderes.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Como Representante. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um grande poeta romano, cerca de 40 anos antes de Cristo, pronunciou a seguinte frase: *"O tribunal está fechado para os pobres".* Dois mil anos depois, Sras. e Srs. Deputados, quem abriu as portas do tribunal para os pobres foi a Defensoria Pública. *(Palmas nas galerias.)*

A Defensoria Pública permite que a função jurisdicional do Estado chegue aos necessitados.

Sr. Presidente, hoje nós ouvimos muito aqui a expressão "função jurisdicional do Estado". O que é isso, para milhões de brasileiros que não são versados na linguagem jurídica? É apenas, Sr. Presidente, a aplicação do Direito ao caso concreto, a aplicação do Direito ao caso real. Para isso, nós precisamos de juízes, de representantes do Ministério Público e de representantes da Defensoria Pública. Sem a Defensoria Pública, não há, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, exercício integral da função jurisdicional do Estado.

Eu também queria chamar a atenção dos ilustres pares para o fato de que a Defensoria Pública atua nos quatro ramos da Justiça da União: atua na Justiça Comum, atua na Justiça do Trabalho, atua na Justiça Eleitoral, atua na Justiça Militar. Mas a Defensoria recebe menos da metade do que o digno representante do Ministério Público percebe apenas atuando em um dos ramos da Justiça.

Não podemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ter salários diferentes para a Magistratura, para o Ministério Público e para a Defensoria Pública. As três carreiras estão no mesmo plano de importância.

Quero, para finalizar e para que possamos votar favoravelmente a este projeto de lei, lembrar que o defensor público é o grande agente político da transformação social.

Não vamos deixar a frase de Ovídio permanecer viva: *"O Tribunal está fechado para os pobres".* A Defensoria Pública é a chave para abrir essa porta. *(Palmas nas galerias.)*

Muito obrigado.

O SR. COVATTI FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra para a orientação.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma proposta: aqueles que forem a favor da Defensoria Pública abram mão da palavra, e vamos votar logo a matéria. É o apelo que se faz.

O SR. COVATTI FILHO – Sr. Presidente, vamos à orientação.

O SR. SARNEY FILHO – Vamos abrir mão da orientação! Vamos abrir mão de tudo! Todo mundo já orientou na votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Se o Plenário concordar...

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Concordam? *(Pausa.)*

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação as emendas oferecidas pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, ressalvados os destaques.

EMENDA DO RELATOR Nº 1

O art. 1º do Projeto de Lei n. 7.924, de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 1º O subsídio mensal do Defensor Público-Geral, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com os §§ 2º a 4º do art. 134, todos da Constituição Federal, será de R$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) a contar de 1º de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 5º desta Lei."

EMENDA DO RELATOR Nº 2

Suprime-se do PL 7.924/14, Art. 2º., Parágrafo Único, a expressão: "que será equivalente ao fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal."

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, ressalvados os destaques.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal referido no inc. XI do art. 37 e no § 4° do art. 39, combinados com os §§ 2º a 4º do art. 134, todos da Constituição Federal, será de R$ 35.919,05 (trinta e cinco mil, novecentos e dezenove reais e cinco centavos) a partir de 1º de janeiro de 2015, observado o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 2º Os membros ela Defensoria Pública da União serão remunerados na forma desta Lei, por subsídio mensal, conforme referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o inc. V do art. 93, o inc. II do art. 96 e com os §§ 2º a 4º do art. 134, todos da Constituição Federal.

Parágrafo único. O subsídio de que trata o caput deste artigo observará o escalonamento de cinco por cento entre as categorias que compõem a carreira de Defensor Público Federal e terá como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal, que será equivalente ao fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 3º A partir do exercício financeiro de 2016, o subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal será fixado por lei de iniciativa do Defensor Público Geral Federal, sendo observados, obrigatoriamente, de acordo com a respectiva previsão orçamentária, os seguintes critérios:

I- a recuperação do seu poder aquisitivo;

II – a posição do subsídio mensal do membro do Supremo Tribunal Federal como teto remuneratório para a Administração Pública;

III- a comparação com os subsídios e as remunerações totais dos integrantes das demais Carreiras de Estado e do funcionalismo federal.

Art 4° As despesas resultantes da aplicação desta Lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União.

Art 5º A implementação do disposto nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Sobre a mesa destaque de bancada do Democratas.

"Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161 e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do artigo 2º do PL 7.924/2014."

*Sala das Sessões, em 25 de março de 2015. – **José Carlos Aleluia**, Vice-Líder do Democratas*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que diz o art. 2º, que nós estamos querendo suprimir?

"Os membros da Defensoria Pública serão remunerados na forma da lei, por subsídio mensal, conforme referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o inciso V do art. 93 e o inciso II do art. 96 (...).

Parágrafo único. O subsídio de que trata o caput deste artigo observará o escalonamento de cinco por cento (...)."

Isso significa que, na crise brasileira, os senhores e as senhoras estão fazendo com que um advogado ingresse na Defensoria Pública, ou seja, deixe de ser advogado particular para ser advogado da Defensoria Pú-

blica e passe a ganhar, hoje, o inicial de 16 mil reais. Com essa generosidade do Plenário, com o dinheiro do povo e do Brasil, sairão de 16 mil reais para 28 mil e 900 reais.

Eu não preciso dizer mais nada: é inconstitucional e, no momento, não é viável. É inconstitucional porque, na verdade, está vinculando o salário não só do Defensor Público-Geral, mas de todos os Defensores ao salário do Supremo. Chegaram ao absurdo de – porque tinham iniciativa legislativa – propor ao Defensor Público-Geral um salário maior do que o do Ministro do Supremo.

Espero que o Sr. Relator tenha corrigido isso no seu relatório.

Portanto, eu voto favorável à aprovação desse destaque e peço o apoio do Plenário, embora as votações estejam sendo simbólicas, porque o Governo já não existe mais e não consegue sequer o apoio dos partidos da base para pedir a verificação.

Espero que D. Dilma, ainda que no fim do seu Governo, um Governo que acaba com menos de 4 meses, tenha coragem e responsabilidade pública para vetar esse projeto.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós já apresentamos – e, inclusive, o Plenário acabou de aprovar – um texto alternativo ao art. 2º, que dizia que haveria equivalência. No último texto aqui explicitava-se que seria equivalente ao fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Isso já foi suprimido pelo Plenário.

O que o Deputado José Carlos Aleluia talvez não tenha entendido é que esse escalonamento de 5% é previsto pela Constituição. Então, não há inconstitucionalidade nenhuma e, portanto, está prejudicado o destaque de S.Exa.

Nós já suprimimos o que, em tese, poderia ser arguido como inconstitucional, que era a equivalência com os Ministros do Supremo. *(Palmas nas galerias.)* O restante é completamente constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vou logo dar início à orientação de bancada. Não há o que fazer.

O SR. LÁZARO BOTELHO (Bloco/PP-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN reconhece que o Ministério Público e o Judiciário merecem ganhar bem, mas que a Defensoria Pública também merece esse respeito, porque são pessoas que fizeram o mesmo curso e concursos semelhantes, defendendo a mesma justiça.

Portanto, o PP e o Bloco do PMDB votam "sim". *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vota como? Vota "sim"?

Veja bem: o voto "sim" é para manter o texto. Quem votar "sim" quer manter o art. 2º, o.k.?

Como vota o PT?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT vota "sim", pela manutenção do texto original. O Deputado André Figueiredo acabou de dizer que corrigiu esse artigo; portanto, nós somos pela manutenção do texto original. O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSDB?

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a posição do PSDB é muita clara em favor da Defensoria Pública fortalecida, em favor do cidadão brasileiro. Por isso, a nossa posição é votar "sim", pela manutenção do texto original.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Bloco Parlamentar PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PRTB/PTC/PSL/PTdoB?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no tripé da Justiça nós não podemos ter o primo rico e o primo pobre. Temos que ter todos em condição de igualdade.

O PRB tem, na sua maioria, Deputados favoráveis aos defensores públicos. Mas como na bancada eu tenho alguns Deputados que têm opinião divergente, apesar de a maioria ter opinião favorável, eu vou liberar a bancada.

O PRB libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO FARIA (PSD-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD vota "sim", pela manutenção do texto e em favor da Defensoria Pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Defensoria Pública da União tem feito um trabalho digno de todo o mérito. A meritocracia vale muito mais do que o reajuste ou uma recomposição salarial. *(Manifestação nas galerias).*

Nós temos percebido que diversos servidores da DPU, apesar de terem trabalhado muito, com o passar dos anos – 5, 6, 7 anos – têm feito concursos públicos para outros órgãos, para outros departamentos, porque já não aguentam mais viver da maneira em que se encontram.

Pela meritocracia, por um Estado Democrático de Direito e pelo direito de um Estado democrático, o Partido da República encaminha o voto "sim" ao texto, lembrando o Deputado Maurício Quintella Lessa, que sempre atuou em favor deste trabalho, como também os Deputados Anthony Garotinho e Clarissa Garotinho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSB?

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSB vota pela manutenção do texto; por isso, vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Democratas?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o destaque foi subscrito e defendido há pouco pelo Vice-Líder Deputado José Carlos Aleluia. Evidentemente, nós temos que respeitar a posição do Deputado Aleluia e de, eventualmente, algum outro Parlamentar que tenha divergência.

Considerando a existência de divisão interna na bancada, o mais coerente, respeitando o nosso Vice-Líder, seria liberar a bancada.

O Deputado Aleluia já defendeu o seu ponto de vista, e nós liberamos a bancada, para quem tiver um ponto de vista contrário poder se posicionar no voto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT entende que a Defensoria Pública representa um avanço extraordinário no contexto da prestação jurisdicional do nosso País, defendendo aqueles que mais precisam da prestação jurisdicional.

A iniciativa do nosso Líder, Deputado André Figueiredo, faz com que a nossa bancada vote "sim". *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a estrutura jurídica brasileira está preservada agora.

A Defensoria Pública merece este momento, porque a sociedade brasileira tem como chegar e ter exatamente o atendimento que merece. A sociedade brasileira era órfã da Justiça.

Nós precisamos não só disso; a Defensoria Pública precisa de estrutura; e nós estaremos aqui dispostos a contribuir para que também a Defensoria Pública possa ter sua estrutura de trabalho.

Portanto, o Solidariedade vota "sim", para que o texto original seja preservado. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é importante deixar claro que este destaque, que está em votação neste momento, é incoerente com o encaminhamento anterior dos partidos da defesa da Defensoria.

Se nós suprimimos todo o art. 2º, nós descaracterizamos o que fizemos aqui o tempo inteiro. O que nós temos que aprovar depois é o destaque do PDT, que retira apenas a parte final, que desvincula do Supremo. E isso está acordado com os defensores.

Então, em nome dos 20 anos da Defensoria, em nome da equidade do sistema de Justiça, do equilíbrio entre acusação e defesa, precisamos votar "sim" ao projeto, contra esse destaque. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PROS?

O SR. DOMINGOS NETO (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse destaque desvirtua todo o projeto.

Por isso o PROS vota "sim", tendo a convicção de que hoje nós vamos poder dar à Defensoria Pública um grande presente pelo seu aniversário. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso entendimento é o de que o texto apresentado no substitutivo do Deputado André Figueiredo já sana qualquer inconstitucionalidade ou qualquer entendimento duvidoso sobre o alcance desse projeto.

Nós entendemos que aprovar o destaque agora é renunciar a tudo o que foi dito em favor da essencialidade, da simetria jurisdicional brasileira em favor dos defensores públicos. *(Palmas nas galerias.)*

Segundo pesquisa do Datafolha realizada em 2013, mais de 50 milhões de brasileiros jamais tiveram acesso a assistência jurídica no Brasil, numa sociedade ainda profundamente marcada por privilégios, desigualdades e anomalias. Portanto, mais do que justo e tardiamente esta Casa aprova e faz justiça em favor dos menos favorecidos, dando, tardiamente, repito, aos defensores públicos a isonomia, a simetria que eles bem merecem.

O PPS vota "sim". *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PV?

O SR. VICTOR MENDES (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votar esse projeto de lei não é apenas um reconhecimento em favor de uma das principais categorias do Poder que faz a Justiça do nosso País. Votar esse projeto de lei é uma homenagem, um reconhecimento a todos os defensores públicos da União e, consequentemente, dará oportunidades aos defensores públicos dos Estados, que trabalham com a população carente, que dão oportunidade e a esperança de uma Justiça acessível a todos.

É por isso que o PV, com muito orgulho, vota "sim". *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL vota "sim" ao texto, "não" ao destaque, porque, como já esclareceu o Deputado André Figueiredo, o destaque quer suprimir algo que já não está no texto. Esse tipo de preocupação que o Deputado José Carlos Aleluia externou aqui não procede, não tem cabimento.

Eu queria destacar também que, no ano passado, o Defensor Público-Geral Federal, Haman Tabosa, na sua justificativa do projeto, lembrou que, no último concurso da Defensoria, em 2010, para prover 214 cargos, foi necessário chamar 330 aprovados, o que mostra que a carreira, essencial na defesa dos direitos da população pobre, sobretudo, andava muito desprestigiada.

Agora, nós acreditamos que cada voto aqui a favor do projeto é um voto, sobretudo, a favor dos direitos do povo desassistido, esquecido e que não tem como contratar essas bancas caríssimas de grandes advogados.

Viva a Defensoria Pública! *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota a Minoria?

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Minoria vota "sim", pela manutenção do texto.

Quero dizer que a Defensoria tem sido uma das maiores parceiras das pessoas com deficiência no Brasil. Eu agradeço o trabalho da Defensoria.

A Minoria encaminha o voto "sim". *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Como vota o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Governo vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – O Governo vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o destaque de bancada do art. 2º do PL 7.924/14.

> *"Art. 2º Os membros ela Defensoria Pública da União serão remunerados na forma desta Lei, por subsídio mensal, conforme referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o inc. V do art. 93, o inc. II do art. 96 e com os §§ 2º a 4º do art. 134, todos da Constituição Federal.*
> *Parágrafo único. O subsídio de que trata o caput deste artigo observará o escalonamento de cinco por cento entre as categorias que compõem a carreira de Defensor Público Federal e terá como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal, que será equivalente ao fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal."*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que votam pela manutenção do texto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

MANTIDO O TEXTO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 7.924-A DE 2014

Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com os §§ 2° a 4° do art. 134, todos da Constituição Federal, será de R$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) a contar de 1° de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 5° desta Lei.

Art. 2º Os membros da Defensoria Pública da União serão remunerados na forma desta Lei, por subsídio mensal, conforme referido no inciso XI do art. 37 e no § 4° do art. 39, combinados com o inciso V do art. 93, com o inciso II do art. 96 e com os §§ 2° a 4° do art. 134, todos da Constituição Federal.

Parágrafo único. O subsídio de que trata o caput deste artigo observará o escalonamento de 5% (cinco por cento) entre as categorias que compõem a Carreira de Defensor Público Federal e terá como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 3º A partir do exercício financeiro de 2016, o subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal será fixado por lei de iniciativa do Defensor Público-Geral Federal, sendo observados, obrigatoriamente, de acordo com a respectiva previsão orçamentária, os seguintes critérios:

I – a recuperação do seu poder aquisitivo;

II – a posição do subsídio mensal do membro do Supremo Tribunal Federal como teto remuneratório para a administração pública;

III – a comparação com os subsídios e as remunerações totais dos integrantes das demais Carreiras de Estado e do funcionalismo federal.

Art. 4° As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União.

Art. 5° A implementação do disposto nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2015. – Deputado **Rogério Rosso,** Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal. *(Palmas.)*

Parabéns aos defensores!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Item 4, resultado da inversão da pauta e deslocamento do item 7.

PROJETO DE LEI Nº 6.920-A DE 2010

(Do Sr. Márcio Marinho)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.920-A, de 2010, que dispõe sobre estelionato cometido contra idosos; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste (Relator: Dep. Antonio Bulhões). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Agrava a pena para o crime de estelionato quando cometido contra pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos) (NT 62 e T 64)

Tendo apensado o PL 807/2011.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PMDB-CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, dentro do espírito inclusive do seu programa Câmara Itinerante, que busca aproximar esta Casa da cidadania brasileira, nós tivemos a compreensão de que o setor da sociedade mais fragilizado e que precisa de maior apoio e de maior segurança é, exatamente, o setor da terceira idade.

E, para proteger esse setor, eu agradeço a contribuição que me foi dada pela Deputada Cristiane Brasil, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, nosso ex-colega de bancada, e pelo Deputado Marllos Sampaio na construção deste relatório pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Passa-se à discussão.

Há vários oradores inscritos, somente a favor. Vão manter a inscrição? Abrem mão da discussão ou todos querem discutir? Abrem mão? *(Pausa.)*

O SR. DANILO FORTE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Eu preciso ler o substitutivo.

O SR. CAETANO – Pelo adiantado da hora, seria importante que todos abrissem mão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Vai ser o último de hoje. O restante vamos apreciar amanhã, às 9 horas da manhã, em sessão extraordinária.

Amanhã haverá sessão extraordinária às 9 horas da manhã. Nós a suspenderemos para a sessão solene que haverá aqui e, assim que for atingido o quórum, viremos para o plenário. Haverá sessão ordinária amanhã, às 14 horas, a qual será encerrada impreterivelmente às 19 horas, sem prorrogação. É o compromisso da Presidência.

O substituto foi encaminhado e já está aqui. Alguém tem alguma dúvida sobre o substitutivo? *(Pausa.)*

Abrem mão da inscrição? Todo mundo abre mão? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Há um requerimento do Deputado Mendonça Filho, pedindo preferência ao projeto original.

Pergunto ao Deputado Mendonça Filho se persiste no requerimento ou mantém o apoio ao substitutivo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com esse seu poder de persuasão, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Obrigado, Deputado Mendonça Filho.

Foi retirado o requerimento.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161 e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque de preferência para votação do PL 6920/2010.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2015. – **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Esta lei modifica o art. 171 do Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940, com o propósito de estabelecer causa de aumento de pena na hipótese de estelionato cometido contra idoso.

Art. 2º Acrescente-se ao art. 171 do Decreto-Lei n ° 2.848, de 07 de dezembro de 1940, o seguinte parágrafo:

"Art.171.....

Estelionato contra idoso

§4° Aplica-se a pena em dobro se o crime for cometido contra idoso (NR)".

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. CHICO ALENCAR – Existem destaques?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – V.Exas. abrem mão de orientar as bancadas? *(Pausa.)* Todos abrem mão? Todos votam "sim"? *(Pausa.)*

O SR. CELSO RUSSOMANNO – Todos votam "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Estão prejudicadas a proposição inicial e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 6.920-B DE 2010

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena para o caso de estelionato cometido contra idoso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com o propósito de estabelecer causa de aumento de pena na hipótese de estelionato cometido contra idoso.

Art. 2º O art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 171. .....

.....

Estelionato contra idoso

§ 4º Aplica-se a pena em dobro se o crime for cometido contra idoso."(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2015. – Deputado **Danilo Forte,** Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Bohn Gass votou com o partido.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Laerte Bessa votou com o partido.

A SRA. CRISTIANE BRASIL (Bloco/PTB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Parabéns a todos os defensores públicos brasileiros.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Celso Maldaner votou com o partido.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Paulão votou com o partido.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PR-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Luiz Nishimori votou com o partido.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Glauber Braga estava na Comissão de Constituição e Justiça e votou com o PSB.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Julio Lopes votou com o partido na última votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Domingos Sávio votou com o partido.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PTB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Antonio Brito votou com o partido.

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rogério Rosso votou com o partido.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana o País tem a possibilidade de relembrar, no dia 31 de março, a data do golpe militar do ano de 1964, há exatos 53 anos. Devemos refletir sobre essa data neste momento em que pequenos grupos vão às ruas defender a volta do regime militar.

Qualquer cidadão sabe reconhecer a importância das Forças Armadas na construção da história do Brasil. Estiveram presentes no século XIX em disputas internacionais. Também no século XX nossas Forças Armadas atuaram com incrível destemor nos campos de batalha internacionais, em especial na Segunda Guerra Mundial.

Batalhões de militares brasileiros estiveram em todos os cantos do planeta nas ultimas décadas, em nome das Forças de Paz da ONU em processos de independência, no caso do Timor Leste, ou ainda em ações humanitárias, como mais recentemente no Haiti.

Preocupa-nos, contudo, que cidadãos atuem para desmerecer a democracia tão duramente conquistada pela sociedade brasileira. Ela, assim como o ser humano, tem seus erros, mas temos a liberdade de aprender e de corrigir esses erros.

Os nossos militares estão ocupados em cumprir o papel que a Constituição lhes reserva: defender nossas fronteiras, atuar em ações de saúde em locais isolados de nosso imenso País, auxiliar as forças regulares em ações conjunturais de segurança.

A democracia se constrói no dia a dia, com a participação de toda a sociedade. Tivemos, durante o regime militar, erros que não precisam ser repetidos – quem conhece nossa história sabe a que me refiro. Saudemos, portanto, nesta data, a democracia brasileira: representativa e defensora dos direitos de todo o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isto precisa mudar urgentemente! É inaceitável que a CEMIG continue a registrar lucros bilionários, e que esses ganhos não sejam revertidos para a redução das tarifas.

Enquanto o Governo e a ANEEL culpam a crise hídrica pela crise energética e a esta pelos aumentos tarifários que dizem ser necessários para socorrer as empresas de energia, eu pergunto: de que socorro a CEMIG pode estar precisando se registrou, em meio a toda essa crise, um lucro bilionário líquido de R$ 3,136 bilhões em 2014, tendo, portanto, obtido alta em relação aos R$ 3,103 bilhões registrados em 2013? Ou seja, a CEMIG aumenta o seu lucro e quer que acreditemos que é preciso aumentar as tarifas?

Faço um apelo ao Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel, para que mude essa situação em benefício da sociedade, para que não continue com a prática do Governo anterior de usar a CEMIG para arrecadar mais para o caixa do Estado e para o bolso de acionistas estrangeiros. Energia é um bem essencial e pagamos por ela a tarifa mais cara do mundo, em razão do ICMS cobrado em Minas, que chega a 43% para as residências, com a cobrança por dentro.

Sr. Presidente, não há, justificativa para impor tamanho sofrimento às famílias e aos pequenos comerciantes.

Esse ganho de produtividade não está sendo revertido para a modicidade tarifária. A ANEEL deveria garantir o direito dos consumidores e reverter esses ganhos para a redução das tarifas em Minas, mas, ao contrário disso, tem autorizado aumentos absurdos na conta de luz para garantir cada vez mais lucros à CEMIG.

De acordo com o relatório apresentado pela empresa, a receita líquida, em 2014, totalizou R$ 19,539 bilhões, o que representou um crescimento de 33,5% em comparação com 2013, quando teve uma receita de R$ 14,627 bilhões. Não há, portanto, justificativa para nenhum aumento de tarifa da CEMIG e nem justificativa para as atuais tarifas, já tão elevadas.

A empresa ainda afirmou que não há que se falar em racionamento, visto que *"os reservatórios da empresa estão, atualmente, com 30% da capacidade. Mas a expectativa é que o volume aumente até o fim de abril"*.

Não há margem alguma para se falar em térmicas, não há desequilíbrio entre o quanto é cobrado e os custos do serviço de energia. Os lucros bilionários da CEMIG estão aí para comprovar isso.

Faço, repito, um apelo ao Governador do Estado para que modifique essa situação em benefício da sociedade e não autorize a CEMIG a praticar nenhum ouro aumento nas tarifas. E mais: que a ANEEL cumpra o seu papel e apresente um índice de redução tarifária. O Governo de Minas não pode continuar a usar a CEMIG e o consumidor de energia elétrica para aumentar a arrecadação do Estado. Na verdade, essa é uma arrecadação muito fácil para o Governo: ele sacrifica as famílias em Minas com essa arrecadação obrigatória e injusta, porque o consumidor não tem opção senão pagar essa conta absurda para ter o serviço de energia elétrica, que é essencial.

O Governo deveria investir nas administrações fazendárias para combater a sonegação de grandes empresas e, mais que isso, promover a justiça tributária aumentando os impostos sobre bens considerados supérfluos e diminuindo os impostos sobre bens essenciais. Nesse sentido, apresentei na Comissão de Defesa do Consumidor um requerimento para que o Tribunal de Contas da União investigue os últimos aumentos e informe quanto dos lucros bilionários da CEMIG obtidos nos últimos anos foram revertidos para modicidade tarifária.

O que sabemos é que 100% dos ganhos de produtividade estão sendo divididos com os acionistas, a maioria deles privados. A maior parte dos lucros e dividendos resultantes das contas de luz de Minas Gerais sai do País. Esses ganhos não são divididos com os consumidores de energia elétrica. Segundo o jornal *O Tempo*, *"do total dos investidores de bolsa da CEMIG, 79% são estrangeiros de 42 países diferentes"*.

É preciso investigar a atuação da ANEEL e da CEMIG. Segundo o SINDIELETRO-MG, a CEMIG tem distribuído aos acionistas cerca de 100% dos lucros obtidos anualmente. A CEMIG deveria servir aos interesses da sociedade, pois estamos falando de energia elétrica, um bem essencial e não uma mercadoria.

Lucro e Dividendos Distribuídos pela CEMIG (R$)			
Ano	Lucro Líquido	Dividendos, div. Extra e JCP	Percentual do Lucro Distribuído
2009	1.861.403.000	1.830.702.000	98,4%
2010	2.257.976.000	2.046.074.000	90,6%
2011	2.415.450.000	2.144.041.000	88,8%
2012	4.271.685.000	4.518.107.000	105,8%
2013*	3.103.855.000	3.359.602.000	108,2%
TOTAL	13.910.369.000	13.898.526.000	99,9%
Fonte: CEMIG			

Essa situação – altos lucros graças às altas tarifas – deve ser analisada pela ANEEL e pelo Governo de Minas e modificada em benefício dos consumidores. Para isso, deve-se rever a base para remuneração, considerando os ganhos bilionários à custa do sacrifício dos consumidores, de forma a alterar o índice de reajuste da tarifa para um valor bem inferior ou até mesmo negativo.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento tivesse ampla divulgação pelos meios de comunicação da Casa e também pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, milhares de estudantes vêm enfrentando grandes dificuldades para acessar o *site* do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Anteriormente, os estudantes faziam as inscrições de forma permanente, mas agora não mais. Pairam muitas dúvidas sobre a forma de funcionamento e a continuidade do programa, deixando sem orientação os estudantes que já estão no programa, os novos estudantes e ainda as instituições de ensino superior.

A Presidente Dilma Rousseff, durante sua campanha, disse em diversos debates que parte essencial de seu segundo mandato seria para o aumento do repasse orçamentário aos programas relacionados à educação. Ao contrário do que foi pregado, a Presidente baixou decreto cortando mais de R$ 7 bilhões do orçamento do Ministério da Educação. Esse foi um duro golpe para aqueles que sonham ter acesso à educação e não possuem condições financeiras para arcar com seus estudos.

O Brasil vive uma terrível contradição: sobram vagas no mercado de trabalho, mas falta mão de obra qualificada. Segundo o Sistema Nacional de Emprego – SINE, vagas são oferecidas, mas não são preenchidas, por não haver candidato com o mínimo de qualificação exigida, ou seja, com escolaridade, com preparo técnico ou com experiência.

Enquanto isso, dados da Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE dão conta de que um em cada cinco jovens brasileiros entre 15 e 29 anos (20,3%) não estudava nem trabalhava em 2013: é a geração "nem-nem". São quase 10 milhões de jovens no Brasil. O estudo revela ainda que a faixa etária que mais concentra os chamados "nem-nem" é a de 18 a 24 anos, em que 24% da população não estão nas escolas nem no mercado de trabalho.

Com esses dados, podemos constatar que existe uma parcela considerável de jovens abandonados que se constituem em presas fáceis do tráfico de drogas ou do crime organizado. Estamos falando de quase 10 milhões de jovens. É inadmissível que o Governo deixe esses jovens na mão de criminosos. Essa é uma luta que precisa ser abraçada por todos os governantes.

O estudo do IBGE revela, mais do que nunca, que o Brasil precisa investir em educação. O futuro de um país só se faz com investimentos maciços em educação.

É preciso lembrar que o FIES é um financiamento oferecido aos jovens de baixa renda, devendo se consistir em estímulo à capacitação profissional dos mais carentes e viabilizar o término de sua formação de nível superior. Hoje, apenas 17% dos jovens na faixa etária entre 18 e 23 anos cursam uma faculdade. O Governo pode e deve agir como um facilitador da vida desses jovens.

O Brasil espera que o Governo esclareça de fato as novas regras do FIES. O Governo precisa vir a público e dar uma satisfação aos milhares de estudantes que veem no FIES a porta de entrada para um futuro promissor.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi com entusiasmo que recebi a nomeação do filósofo Renato Janine Ribeiro para o cargo de Ministro da Educação. O Dr. Renato Janine é um especialista amplamente reconhecido no meio acadêmico por sua competência e formação. É professor de Ética e Filosofia Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo – USP e foi Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES de 2004 a 2008.

Com mestrado pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, doutorado pela USP e pós-doutorado pela British Library, Renato Janine tem 18 livros editados, além de inúmeros ensaios e artigos em publicações científicas. É um homem público com a vida dedicada ao ensino e, portanto, tem todas as ferramentas necessárias para revolucionar a educação do nosso País.

O novo Ministro tem o desafio de reestruturar o sistema educacional brasileiro para fazer valer o lema deste segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff: *Brasil, Pátria Educadora*. E os desafios na área não são poucos, nem simples. Não será uma tarefa fácil, e os resultados não aparecerão de um dia para o outro.

No Brasil, por conta de poucos investimentos no setor ao longo de sua história, a avaliação dos estudantes deixa muito a desejar. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, que reúne 65 países, o Brasil sempre disputa as últimas colocações, atrás de países como Vietnã e Cazaquistão.

O último Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM apresentou resultados decepcionantes: mais de meio milhão de estudantes tiraram zero em redação.

Mas acredito que temos como melhorar consideravelmente esse quadro. O grande desafio do novo Ministro será implementar o Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado por esta Casa e sancionado sem vetos pela Presidenta Dilma Rousseff. O Plano Nacional de Educação representa uma esperança de sanarmos os problemas seculares da educação brasileira, não só por estabelecer metas, mas também por garantir mais recursos para a educação ao fixar que 10% do Produto Interno Bruto – PIB sejam aplicados obrigatoriamente na educação.

São basicamente 20 metas que abrangem todos os níveis de formação, desde a educação infantil até o ensino superior, com atenção para a educação inclusiva, para a melhoria da taxa de escolaridade média dos brasileiros e para a formação e plano de carreira para professores, bem como para a gestão e o financiamento da educação.

Em 10 anos, os investimentos deverão saltar de atuais R$ 138,7 bilhões para R$ 228,35 bilhões nas principais áreas. Esses recursos deverão ser direcionados para a ampliação de matrículas e melhoria da qualidade do ensino em creches e pré-escolas; ensinos fundamental, médio e superior; educação especial, ensino em tempo integral, ensino de jovens e adultos, e educação profissional.

O aporte de mais recursos para a educação vai garantir considerável melhoria de qualidade para todas as instituições educacionais do País, além de contribuir para a redução da evasão escolar no ensino médio e ampliar o acesso ao ensino superior público e à pré-escola.

Mas o fato, Sr. Presidente, é que, embora tenha sido aprovado com votos de todos os partidos, quase alcançando a unanimidade dos Parlamentares do Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação ainda não saiu do papel.

Temos metas importantes a alcançar e não podemos perder mais tempo. O plano fixa, por exemplo, que até 2016 todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. As metas são audaciosas, mas factíveis, desde que os trabalhos comecem já.

Eu acredito na capacidade do Dr. Roberto Janine. Sua passagem pelo comando do Ministério da Educação será exitosa se ele colocar em prática o PNE. Estamos aqui para apoiá-lo no que for necessário. Todos nós

aqui, independentemente da cor partidária, entendemos que o PNE é o caminho mais seguro, mais curto e mais fácil para a transformação da educação brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dois Municípios do meu Estado, Rio Preto da Eva e Fonte Boa, fazem aniversário de fundação em 31 de março.

Rio Preto da Eva é, aliás, o nome da cidade e da microrregião a que o Município está vinculado, juntamente com Presidente Figueiredo, no centro do Estado. Está distante 79 quilômetros ao norte de Manaus. É um dos mais recentes Municípios criados no Amazonas e integra a Região Metropolitana da Capital. Na verdade, sua história remonta ao final dos anos de 60, quando imigrantes japoneses implantaram a então colônia do Rio Preto da Eva, que, em 1981, foi desmembrada de Manaus e, com territórios adjacentes de Itacoatiara e Silves, passou à condição de Município autônomo. Consta do seu calendário de festas e eventos no mês de março, além do aniversário da cidade, o tradicional e muito apreciado Festival da Canção do Rio Preto.

Fonte Boa é situado na microrregião do Alto Solimões, sudoeste do Estado, a 602 km de Manaus. Taracuariba, aldeia dos índios omáguas, foi o núcleo de povoamento que, ainda no século XVII, deu origem à atual cidade de Fonte Boa.

Dentre suas riquezas naturais destacam-se algumas espécies de madeiras nobres, como o aguano e o cedro, e a grande abundância de pescados – a atividade da pesca é controlada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa.

O evento de maior destaque do ano é a Festa do Pirarucu, no final de novembro e primeiros dias de dezembro, em razão de ser o Município de Fonte Boa o maior produtor de pirarucu do Amazonas e do Brasil. Também a agricultura e a pecuária estão em franco desenvolvimento.

Felicito ambas as cidades pela celebração do aniversário e espero que este registro seja acolhido como homenagem que faço da tribuna desta Casa e chegue ao conhecimento de ambas as comunidades e por seus Prefeitos: Luiz Ricardo de Moura Chagas, de Rio Preto da Eva, e José Suediney de Souza Araújo, de Fonte Boa.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há como negar: a vida é muito mais divertida quando temos jovens no nosso convívio e, portanto, quero homenagear aos jovens do Brasil.

Hoje, dia 30 de março, comemora-se o Dia Mundial da Juventude. A data foi criada pelo então Papa João Paulo II, em 1985, como uma forma de valorizar a força jovem que naquela época era cheia de ímpetos revolucionários. Embora inicialmente ligado aos eventos da Igreja Católica, o dia passou a ser lembrado por pessoas de diversas culturas e credos.

Apesar de a maioria de nós nos considerarmos eternamente jovens, segundo a PEC da Juventude, aprovada em 2010 pelo Congresso Nacional, somente os cidadãos com idade entre 15 e 29 anos são considerados jovens no Brasil.

Entre as atividades mais importantes a se realizar no período da juventude, estudar deveria ser a principal. Contudo, uma pesquisa divulgada no último dia 11 relata que mais de 1,7 milhão de adolescentes (16,3%) entre 15 e 17 anos estão fora das escolas e 3,1 milhões de adolescentes (35,2%) não saíram do ensino fundamental. A publicação foi elaborada pelo Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

Entre as causas do abandono escolar estão a violência familiar e, nas regiões do entorno, a gravidez precoce e a necessidade de trabalhar.

Desse total de brasileiros com idade de 15 a 17 anos que estão fora da escola e que foram considerados na pesquisa, 610 mil se concentram na Região Sudeste do País e 556 se concentram na Região Nordeste. Na Região Centro-Oeste, 112 mil jovens abandonaram os estudos.

O dado mais alarmante é que o Brasil precisaria de 30 anos para alcançar 100% de jovens de matriculados, mesmo considerando o fato de que, entre 2004 e 2014, o número de jovens inscritos nas escolas subiu de 47,5% para 59,5%.

Ocorre que é nessa idade que se dá a principal escolha da vida de uma pessoa: a profissão que irá ter. É durante a juventude que o indivíduo decide o que fará pelo resto de sua vida, e a educação tem um peso definitivo nos resultados desta escolha.

Tanto em minha igreja, que conta com um forte grupo jovem, quanto em minha família posso presenciar a garra desses indivíduos tão dispostos a mudar o mundo e tão cheios de fé e vontade de fazê-lo.

Hoje parabenizo cada um dos jovens brasileiros e incentivo todos eles a continuarem lutando por seus ideais e perseguindo seus sonhos. Jovens, mantenham-se firmes em seus propósitos!

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. GUILHERME MUSSI (Bloco/PP-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna parabenizar o Município de Roseira, em São Paulo, pelo seu aniversário, comemorado todo dia 21 de março.

O povoado que deu origem ao Município de Roseira surgiu por volta de 1750, à margem do caminho real que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro.

No período entre 1770 e 1840, a região foi ocupada por grandes engenhos de cana-de-açúcar e, mais tarde, com a introdução da cultura do café, tornou-se importante produtora. Com o declínio dessa atividade, os proprietários rurais dedicaram-se à pecuária leiteira e à cultura do arroz.

Em 1877, quando foi inaugurada a Estrada de Ferro D. Pedro II e construída a Estação de Roseira, o povoado foi transferido para o local atual. Em 30 de novembro de 1944, foi criado o distrito no Município de Aparecida, o qual somente em 18 de fevereiro de 1959 foi elevado a Município.

Sr. Presidente, parabenizo esta cidade tão importante para o Estado de São Paulo e solicito que este discurso seja publicado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. JONY MARCOS (Bloco/PRB-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa Constituição Republicana de 1988 é clara ao declarar em seu art. 133 que *"o advogado é indispensável à administração da justiça"*, tendo em vista o direito fundamental de todos os brasileiros a uma defesa técnica.

Ora, do direito a uma defesa técnica de qualidade depreende-se a necessidade de manutenção das Defensorias Públicas, que cumprem o fulcral papel de promover o acesso de todas as pessoas, sobretudo das mais humildes, a uma prestação jurisdicional justa e com qualidade.

Também se deve notar, Sr. Presidente e probos Deputados e Deputadas, que a norma fundamental de 1988 muito bem discorreu sobre a Defensoria Pública determinando sua importância e objetivos em seu art. 134:

> *"Art. 134. Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados (...)."*

Dessa maneira, tem-se inegavelmente que a Defensoria Pública é uma instituição permanente fomentadora do aprimoramento do Estado Democrático de Direito que zela pelos direitos dos brasileiros mais necessitados.

Assim, é importantíssimo que esta Casa legislativa federal busque, em suas atividades legislativas, condições de aprimorar a Defensoria Pública, no sentido de aparelhá-la para o cumprimento de sua missão constitucional, inclusive com uma política de subsídios justa.

Nesse parâmetro, consigno publicamente meu apoio ao Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, que versa sobre os subsídios dos defensores públicos da União, tendo em vista que esses profissionais, por sua missão constitucional, devem ser muito mais valorizados por toda a sociedade.

Assim, ainda me amparando na Constituição Republicana de 1988, constato que é inadmissível o desnível salarial encontrado entre promotores, juízes e defensores públicos. Este vetusto Congresso Nacional deve reparar essa injustiça!

Sr. Presidente, ínclitos colegas Parlamentares, conclamo a todos para nos engajarmos na luta pelos direitos da Defensoria Pública da União, expressa no Projeto de Lei nº 7.924, de 2014, tendo em vista que investir em um órgão de defesa qualificado é melhorar a qualidade jurisdicional e democrática do Estado brasileiro.

Agradeço pela atenção de todos!

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que haverá Sessão Não Deliberativa Solene, amanhã, terça-feira, dia 31 de março, às 10 horas, em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

RORAIMA

Carlos Andrade PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Shéridan PSDB
Total de RORAIMA 2

AMAPÁ

André Abdon PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Cabuçu Borges PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcos Reategui PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de AMAPÁ 3

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS
Elcione Barbalho PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Hélio Leite DEM
Joaquim Passarinho PSD
José Priante PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Josué Bengtson PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Lúcio Vale PR
Nilson Pinto PSDB
Simone Morgado PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PARÁ 9

AMAZONAS

Pauderney Avelino DEM
Total de AMAZONAS 1

RONDÔNIA

Expedito Netto Solidaried
Nilton Capixaba PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RONDÔNIA 2

ACRE

Jéssica Sales PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Sibá Machado PT
Total de ACRE 2

TOCANTINS

César Halum PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Irajá Abreu PSD
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de TOCANTINS 3

MARANHÃO

Cleber Verde PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Deoclides Macedo PDT
Eliziane Gama PPS
José Reinaldo PSB
Pedro Fernandes PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Weverton Rocha PDT
Total de MARANHÃO 6

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Aníbal Gomes PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Antonio Balhmann PROS
Arnon Bezerra PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Cabo Sabino PR

José Airton Cirilo PT
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Vitor Valim PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de CEARÁ 8

PIAUÍ

Júlio Cesar PSD
Marcelo Castro PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Paes Landim PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PIAUÍ 3

RIO GRANDE DO NORTE

Beto Rosado PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Felipe Maia DEM
Total de RIO GRANDE DO NORTE 2

PARAÍBA

Pedro Cunha Lima PSDB
Veneziano Vital do Rêgo PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Wilson Filho PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PARAÍBA 3

PERNAMBUCO

Anderson Ferreira PR
Carlos Eduardo Cadoca PCdoB
Gonzaga Patriota PSB
Kaio Maniçoba PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Luciana Santos PCdoB
Mendonça Filho DEM
Tadeu Alencar PSB
Total de PERNAMBUCO 7

ALAGOAS

Arthur Lira PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Paulão PT
Total de ALAGOAS 2

SERGIPE

Andre Moura PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Jony Marcos PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Total de SERGIPE 2

BAHIA

Antonio Brito PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Antonio Imbassahy PSDB
Erivelton Santana PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
José Carlos Aleluia DEM
José Nunes PSD
Sérgio Brito PSD
Waldenor Pereira PT
Total de BAHIA 7

MINAS GERAIS

Eros Biondini PTB PmdbPpPtbPscPhsPen

Gabriel Guimarães PT
Jaime Martins PSD
Luis Tibé PTdoB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Paulo Abi-Ackel PSDB
Renzo Braz PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Rodrigo Pacheco PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Stefano Aguiar PSB
Tenente Lúcio PSB
Total de MINAS GERAIS 9

ESPÍRITO SANTO

Dr. Jorge Silva PROS
Total de ESPÍRITO SANTO 1

RIO DE JANEIRO

Alexandre Valle PRP PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Cristiane Brasil PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Fernando Jordão PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Francisco Floriano PR
Jandira Feghali PCdoB
Julio Lopes PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcos Soares PR
Paulo Feijó PR
Roberto Sales PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Sergio Zveiter PSD
Total de RIO DE JANEIRO 10

SÃO PAULO

Alexandre Leite DEM
Beto Mansur PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Eli Correa Filho DEM
João Paulo Papa PSDB
Jorge Tadeu Mudalen DEM
Marcelo Aguiar DEM
Marcelo Squassoni PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Milton Monti PR
Nilto Tatto PT
Paulo Pereira da Silva Solidaried
Renata Abreu PTN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Vinicius Carvalho PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Total de SÃO PAULO 12

MATO GROSSO

Fabio Garcia PSB
Professor Victório Galli PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Valtenir Pereira PROS
Total de MATO GROSSO 3

DISTRITO FEDERAL

Izalci PSDB
Total de DISTRITO FEDERAL 1

GOIÁS

Célio Silveira PSDB

Heuler Cruvinel PSD
Marcos Abrão PPS
Total de GOIÁS 3

MATO GROSSO DO SUL

Carlos Marun PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de MATO GROSSO DO SUL 1

PARANÁ

Alex Canziani PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Aliel Machado PCdoB
Diego Garcia PHS PmdbPpPtbPscPhsPen
Evandro Rogerio Roman PSD
Leopoldo Meyer PSB
Luiz Carlos Hauly PSDB
Luiz Nishimori PR
Takayama PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PARANÁ 8

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Cesar Souza PSD
João Rodrigues PSD
Marco Tebaldi PSDB
Pedro Uczai PT
Rogério Peninha Mendonça PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Valdir Colatto PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de SANTA CATARINA 7

RIO GRANDE DO SUL

Alceu Moreira PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Bohn Gass PT
Carlos Gomes PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
José Fogaça PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Carlos Busato PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Paulo Pimenta PT
Ronaldo Nogueira PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO SUL 7

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

RORAIMA

Hiran Gonçalves PMN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Total de RORAIMA 1

AMAPÁ

Vinicius Gurgel PR
Total de AMAPÁ 1

PARÁ

Beto Salame PROS
Wladimir Costa Solidaried
Total de PARÁ 2

AMAZONAS

Átila Lins PSD
Total de AMAZONAS 1

ACRE

César Messias PSB
Flaviano Melo PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de ACRE 2

MARANHÃO

Rubens Pereira Júnior PCdoB
Waldir Maranhão PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Zé Carlos PT
Total de MARANHÃO 3

CEARÁ

Macedo PSL PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Moroni Torgan DEM
Odorico Monteiro PT
Total de CEARÁ 3

PIAUÍ

Iracema Portella PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PIAUÍ 1

RIO GRANDE DO NORTE

Antônio Jácome PMN PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Total de RIO GRANDE DO NORTE 1

PARAÍBA

Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PARAÍBA 2

PERNAMBUCO

Adalberto Cavalcanti PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Bruno Araújo PSDB
Eduardo da Fonte PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Jarbas Vasconcelos PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Silvio Costa PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de PERNAMBUCO 5

ALAGOAS

Givaldo Carimbão PROS
Maurício Quintella Lessa PR
Total de ALAGOAS 2

BAHIA

Arthur Oliveira Maia Solidaried
Claudio Cajado DEM
José Rocha PR
Jutahy Junior PSDB
Tia Eron PRB PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoB
Total de BAHIA 5

MINAS GERAIS

Aelton Freitas PR
Diego Andrade PSD
Júlio Delgado PSB
Marcos Montes PSD
Marcus Pestana PSDB
Silas Brasileiro PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de MINAS GERAIS 6

ESPÍRITO SANTO

Givaldo Vieira PT
Total de ESPÍRITO SANTO 1

RIO DE JANEIRO

Ezequiel Teixeira Solidaried
Indio da Costa PSD
Otavio Leite PSDB
Rodrigo Maia DEM
Simão Sessim PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO DE JANEIRO 5

SÃO PAULO

Paulo Maluf PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Pr. Marco Feliciano PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Roberto Freire PPS
Vicente Candido PT
Walter Ihoshi PSD
Total de SÃO PAULO 5

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Ezequiel Fonseca PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de MATO GROSSO 2

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho Solidaried
Total de DISTRITO FEDERAL 1

GOIÁS

Flávia Morais PDT
Jovair Arantes PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Magda Mofatto PR
Rubens Otoni PT
Total de GOIÁS 4

PARANÁ

Alfredo Kaefer PSDB
Edmar Arruda PSC PmdbPpPtbPscPhsPen
Enio Verri PT
Giacobo PR
Nelson Meurer PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Rubens Bueno PPS
Total de PARANÁ 6

SANTA CATARINA

Esperidião Amin PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Jorginho Mello PR
Ronaldo Benedet PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de SANTA CATARINA 3

RIO GRANDE DO SUL

Darcísio Perondi PMDB PmdbPpPtbPscPhsPen
Jerônimo Goergen PP PmdbPpPtbPscPhsPen
José Otávio Germano PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Luis Carlos Heinze PP PmdbPpPtbPscPhsPen
Sérgio Moraes PTB PmdbPpPtbPscPhsPen
Total de RIO GRANDE DO SUL 5

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, terça-feira, dia 31 de março, às 9 horas, e Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas, com as seguintes

ORDENS DO DIA

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

(DELIBERATIVA)

(Às 9 horas)

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

Recurso nº 234/13, do Sr. Eduardo Cunha, que recorre contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2011, do Poder Executivo, que altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus. (T 62 e T 64)

URGÊNCIA
(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

1
PROJETO DE LEI Nº 4.148-A, DE 2008
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.148-A, de 2008, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; tendo pareceres, quando de sua tramitação conjunta ao PL 5.848/05, este originalmente principal (arquivado nos termos do art. 58, § 4º, do Regimento Interno): da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação do PL 5.848/05, com emenda (Relator: Dep. Fernando de Fabinho); da Comissão de Defesa do Consumidor pela rejeição do PL 5.848/05 (Relator: Dep. Barbosa Neto); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade e injuridicidade do PL 5.848/05 e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Relator: Dep. Ricardo Barros). (Estabelece que os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano informem ao consumidor a natureza transgênica do alimento) (T 62 e 64)
Tendo apensado o PL nº 7.335/14.

2

PROJETO DE LEI Nº 2.177-A, DE 2011

(Do Sr. Bruno Araújo e Outros)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.177-A, de 2011, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; tendo parecer da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Sibá Machado). (NT 62 e T 64)

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.428, DE 2013

(Do Sr. Nelson Marquezelli)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.428, de 2013, que susta o art. 13 da Resolução normativa nº 479, de 3 de abril de 2012 , da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que repassa aos municípios a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. Pendente de parecer das Comissões: de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e NT 64)

4

PROJETO DE LEI Nº 2.505-A, DE 2000

(Do Sr. Lincoln Portela)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.505-A, de 2000, que determina que o material apreendido pela Polícia Federal, fruto de contrabando e que possa vir a ser usado no combate ao crime, deverá ser repassado às Secretarias de Segurança Pública Estaduais e à Polícia Federal; tendo parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Pannunzio). Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

5

PROJETO DE LEI Nº 412-A, DE 2011

(Do Sr. Hugo Leal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 412-A, de 2011, que dispõe sobre responsabilidade civil do Estado; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e dos de nºs 923/11 e 2763/11, apensados, com a redação dada ao de nº 412/11 (Relator: Dep. André Figueiredo). Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Dispõe sobre a reparação em face dos danos causados por agentes estatais aos cidadãos, dando caráter alimentar às indenizações). (NT 62 e T 64)

Tendo apensados (3) os PLs nºs 923/11, 2.763/11e 686/15.

6

PROJETO DE LEI Nº 3.481-A, DE 2012

(Do Sr. Alexandre Leite)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.481-A, de 2012, que dispõe sobre uso de explosivos na destruição ou rompimento de obstáculo para o crime de Furto e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

Tendo apensados (7) os PLs nºs 367/15, 7.106/14, 7.226/14, 8.018/14, 8.136/14, 850/15 e 851/15.

7

PROJETO DE LEI Nº 8.122, DE 2014

(Do Sr. Pedro Paulo)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.122, de 2014, que acrescenta dispositivos na lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (SINESP), tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada e cria mecanismo punitivo aos estados que coletarem os dados fora dos critérios estabelecidos em lei. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (T 62 e T 64)

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 267-A, DE 2014

(Do Sr. Stefano Aguiar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 267-A, de 2014, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar de Cooperação e Amizade Brasil-Jordânia; tendo parecer da Mesa Diretora, pela aprovação (Relator: Dep. Waldir Maranhão). (NT 62 e NT 64)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.570, DE 2001

(Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Cmcai))

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.570, de 2001, que encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 5º § único, e 6º § 1º da Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, para exame e sugestões, ao texto da proposta de Política Nacional de inteligência, que define os objetivos e estabelece as diretrizes para os órgãos encarregados do exercício da atividade de inteligência no país. (NT 62 e NT 64)

10

PROJETO DE LEI Nº 779-A, DE 1995

(Do Sr. Corauci Sobrinho)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 779-A, de 1995, que eleva as penas previstas para o crime de receptação, modificando o artigo 180 do Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição (Relator: Dep. Ibrahim Abi-Ackel). (Aumentando a pena por receptação para 04 a 10 anos e multa, e por receptação culposa para 06 meses a 02 anos e multa). (NT 62 e T 64)

Tendo apensados (20) os PLs nºs 1.234/99, 5.586/01, 6.726/02, 7.435/02, 588/03, 2.804/03, 5.563/05, 5.925/05, 60/07, 5.636/09, 109/11, 222/11, 1.707/11, 5.683/13, 5.995/13, 7.382/14, 8.137/14, 277/15, 476/15 e 938/15.

11

PROJETO DE LEI Nº 6.701, DE 2013

(Do Sr. Fabio Reis)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.701, de 2013, que altera o art. 319-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 que institui o "Código Penal" para aumentar a pena pelo crime praticado por diretor de penitenciária e/ou agente público que deixa de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. Pendente de parecer

das Comissões: de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

12
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 2015
(Da Sra. Rosangela Gomes)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2015, que altera a redação do art. 3.º da Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

13
PROJETO DE LEI Nº 1.404, DE 2011
(Do Senado Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.404, de 2011, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)
MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS
(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)

Discussão

14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 457-C, DE 2005
(Do Senado Federal)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 457-B, de 2005, que altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Trata da aposentadoria compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União) (NT 62 e NT 64)

15
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N º 504-A, DE 2010
(Do Senado Federal)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 504-A, de 2010, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Tripoli); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade das de nºs 115/95, 150/95, 60/99 e 131/99, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Biscaia); e da Comissão Especial, pela aprovação das de nºs 115/95, 150/95, 60/99, 131/99, 100/03, 131/03 e 188/03, com substitutivo (Relatora: Dep. Neyde Aparecida). (NT 62 e NT 64)
Tendo apensadas (7) as PECs nºs 115/95, 131/99, 150/95, 100/03, 131/03, 188/03 e 60/99.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 206-A, DE 2012

(Do Senado Federal)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 206-A, de 2012, que acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 220 da Constituição Federal, para dispor sobre a profissão de jornalista; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta (Relator: Dep. Daniel Almeida e Relator Substituto: Dep. Esperidião Amin) e das de nºs 386/09, 388/09 e 389/09, apensadas (Relator: Dep. Maurício Rands); e da Comissão Especial pela aprovação das de nºs 386/09, 388/09 e 389/09, apensadas, com substitutivo (Relator: Dep. Hugo Leal). (NT 62 e NT 64)

Tendo apensadas (3) as PECs nºs 386/09, 388/09 e 389/09.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-B, DE 2005

(Da Sra. Maria Helena e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 488-B, de 2005, que dá nova redação ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Fernando Coruja); e da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Luciano Castro). (Inclui os empregados do extinto Banco de Roraima, cujo vínculo funcional tenha sido reconhecido, no quadro em extinção da Administração Federal. Altera a Constituição Federal de 1988). (NT 62 e NT 64)

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N º 82-B, DE 2007

(Do Sr. Flávio Dino e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82-B, de 2007, que acresce os arts. 132-A e 135-A e altera o art. 168 da Constituição Federal; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta (Relator: Dep. Regis De Oliveira) e da de nº 452/09, apensada (Relator: Dep. Fábio Trad); e da Comissão Especial, pela aprovação desta e da de nº 452/09, apensada, com substitutivo (Relator: Dep. Lelo Coimbra). (Atribui autonomia funcional e prerrogativas aos membros da Defensoria Pública, Advocacia da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria das autarquias e às Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) (NT 62 e NT 64)

Tendo apensada a PEC nº 452/09.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 10-B, DE 2011

(Do Sr. Luiz Fernando Machado e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10-B, de 2011, que altera os arts. 28, 29 e 84 da Constituição Federal para instituir a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do plano de metas pelo Poder Executivo municipal, estadual e federal, com base nas propostas da campanha eleitoral; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e da de nº 52/11, apensada (Relator: Dep. Jutahy Junior); e da Comissão Especial, pela aprovação desta e da de n° 52/11, apensada, com substitutivo (Relator: Dep. João Paulo Lima). (PEC do Plano de Metas) (NT 62 e NT 64)

Tendo apensada a PEC nº 52/11.

20
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 391-B, DE 2014
(Do Sr. Paulão e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 391-B, de 2014, que fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que sejam Capital de Estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Décio Lima); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das emendas apresentadas na Comissão e, no mérito, pela aprovação desta e da Emenda nº 2, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1 (Relator: Dep. Mauro Benevides). (NT 62 e NT 64).

ORDINÁRIA

Discussão

21
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14-A, DE 1999
(Do Sr. Marcos Afonso)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 14-A, de 1999, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica; tendo parecer da Mesa Diretora, pela aprovação (Relator: Sr. Heráclito Fortes). (NT 62 e NT 64)

22
PROJETO DE LEI N.º 2.479-C, DE 2000
(Do Sr. Ricardo Barros)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.479-C, de 2000, que altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o sistema nacional de seguros privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação deste e da emenda apresentada na Comissão (Relator: Dep. Luiz Bittencourt); da Comissão de Finanças e Tributação pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (Relator: Dep. José Lourenço); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda (Relator: Dep. Odair) (Fixa um prazo limite de 30 (trinta) dias para o pagamento de indenização ao segurado; dispondo que os casos em que haja litigio ou discordância sejam dirimidos na justiça) (T 62 e T 64)

SESSÃO ORDINÁRIA

(DELIBERATIVA)

(Às 14 horas)

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores:

15h – Alex Manente (PPS – SP)

15h25min – Izalci (PSDB – DF)

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

Recurso nº 234/13, do Sr. Eduardo Cunha, que recorre contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2011, do Poder Executivo, que altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus. (T 62 e T 64)

URGÊNCIA
(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

1
PROJETO DE LEI Nº 4.148-A, DE 2008
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.148-A, de 2008, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; tendo pareceres, quando de sua tramitação conjunta ao PL 5.848/05, este originalmente principal (arquivado nos termos do art. 58, § 4º, do Regimento Interno): da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação do PL 5.848/05, com emenda (Relator: Dep. Fernando de Fabinho); da Comissão de Defesa do Consumidor pela rejeição do PL 5.848/05 (Relator: Dep. Barbosa Neto); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade e injuridicidade do PL 5.848/05 e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Relator: Dep. Ricardo Barros). (Estabelece que os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano informem ao consumidor a natureza transgênica do alimento) (T 62 e 64)
Tendo apensado o PL nº 7.335/14.

2
PROJETO DE LEI Nº 2.177-A, DE 2011
(Do Sr. Bruno Araújo e Outros)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.177-A, de 2011, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; tendo parecer da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Sibá Machado). (NT 62 e T 64)

3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.428, DE 2013
(Do Sr. Nelson Marquezelli)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.428, de 2013, que susta o art. 13 da Resolução normativa nº 479, de 3 de abril de 2012 , da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que repassa aos municípios a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. Pendente de parecer das Comissões: de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e NT 64)

4

PROJETO DE LEI Nº 2.505-A, DE 2000

(Do Sr. Lincoln Portela)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.505-A, de 2000, que determina que o material apreendido pela Polícia Federal, fruto de contrabando e que possa vir a ser usado no combate ao crime, deverá ser repassado às Secretarias de Segurança Pública Estaduais e à Polícia Federal; tendo parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Pannunzio). Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

5

PROJETO DE LEI Nº 412-A, DE 2011

(Do Sr. Hugo Leal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 412-A, de 2011, que dispõe sobre responsabilidade civil do Estado; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e dos de nºs 923/11 e 2763/11, apensados, com a redação dada ao de nº 412/11 (Relator: Dep. André Figueiredo). Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Dispõe sobre a reparação em face dos danos causados por agentes estatais aos cidadãos, dando caráter alimentar às indenizações). (NT 62 e T 64)

Tendo apensados (3) os PLs nºs 923/11, 2.763/11e 686/15.

6

PROJETO DE LEI Nº 3.481-A, DE 2012

(Do Sr. Alexandre Leite)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.481-A, de 2012, que dispõe sobre uso de explosivos na destruição ou rompimento de obstáculo para o crime de Furto e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

Tendo apensados (7) os PLs nºs 367/15, 7.106/14, 7.226/14, 8.018/14, 8.136/14, 850/15 e 851/15.

7

PROJETO DE LEI Nº 8.122, DE 2014

(Do Sr. Pedro Paulo)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.122, de 2014, que acrescenta dispositivos na lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (SINESP), tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada e cria mecanismo punitivo aos estados que coletarem os dados fora dos critérios estabelecidos em lei. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (T 62 e T 64)

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 267-A, DE 2014

(Do Sr. Stefano Aguiar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 267-A, de 2014, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar de Cooperação e Amizade Brasil-Jordânia; tendo parecer da Mesa Diretora, pela aprovação (Relator: Dep. Waldir Maranhão). (NT 62 e NT 64)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.570, DE 2001

(Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CMCAI))

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.570, de 2001, que encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 5º § único, e 6º § 1º da Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, para exame e sugestões, ao texto da proposta de Política Nacional de inteligência, que define os objetivos e estabelece as diretrizes para os órgãos encarregados do exercício da atividade de inteligência no país. (NT 62 e NT 64)

10

PROJETO DE LEI Nº 779-A, DE 1995

(Do Sr. Corauci Sobrinho)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 779-A, de 1995, que eleva as penas previstas para o crime de receptação, modificando o artigo 180 do Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição (Relator: Dep. Ibrahim Abi-Ackel). (Aumentando a pena por receptação para 04 a 10 anos e multa, e por receptação culposa para 06 meses a 02 anos e multa). (NT 62 e T 64)

Tendo apensados (20) os PLs nºs 1.234/99, 5.586/01, 6.726/02, 7.435/02, 588/03, 2.804/03, 5.563/05, 5.925/05, 60/07, 5.636/09, 109/11, 222/11, 1.707/11, 5.683/13, 5.995/13, 7.382/14, 8.137/14, 277/15, 476/15 e 938/15.

11

PROJETO DE LEI Nº 6.701, DE 2013

(Do Sr. Fabio Reis)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.701, de 2013, que altera o art. 319-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 que institui o "Código Penal" para aumentar a pena pelo crime praticado por diretor de penitenciária e/ou agente público que deixa de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. Pendente de parecer das Comissões: de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

12

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 2015

(Da Sra. Rosangela Gomes)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2015, que altera a redação do art. 3.º da Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

13

PROJETO DE LEI Nº 1.404, DE 2011

(Do Senado Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.404, de 2011, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Se-

gurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)
MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS
(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)

Discussão

14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 457-C, DE 2005
(Do Senado Federal)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 457-B, de 2005, que altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Trata da aposentadoria compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União) (NT 62 e NT 64)

15
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N º 504-A, DE 2010
(Do Senado Federal)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 504-A, de 2010, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Tripoli); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade das de nºs 115/95, 150/95, 60/99 e 131/99, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Biscaia); e da Comissão Especial, pela aprovação das de nºs 115/95, 150/95, 60/99, 131/99, 100/03, 131/03 e 188/03, com substitutivo (Relatora: Dep. Neyde Aparecida). (NT 62 e NT 64)
Tendo apensadas (7) as PECs nºs 115/95, 131/99, 150/95, 100/03, 131/03, 188/03 e 60/99.

16
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 206-A, DE 2012
(Do Senado Federal)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 206-A, de 2012, que acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 220 da Constituição Federal, para dispor sobre a profissão de jornalista; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta (Relator: Dep. Daniel Almeida e Relator Substituto: Dep. Esperidião Amin) e das de nºs 386/09, 388/09 e 389/09, apensadas (Relator: Dep. Maurício Rands); e da Comissão Especial pela aprovação das de nºs 386/09, 388/09 e 389/09, apensadas, com substitutivo (Relator: Dep. Hugo Leal). (NT 62 e NT 64)
Tendo apensadas (3) as PECs nºs 386/09, 388/09 e 389/09.

17
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-B, DE 2005
(Da Sra. Maria Helena e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 488-B, de 2005, que dá nova redação ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Fernando Coruja); e da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Luciano Castro). (Inclui os empregados do extinto Banco de Roraima, cujo vínculo funcional tenha sido reconhecido, no quadro em extinção da Administração Federal. Altera a Constituição Federal de 1988). (NT 62 e NT 64)

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N º 82-B, DE 2007

(Do Sr. Flávio Dino e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82-B, de 2007, que acresce os arts. 132-A e 135-A e altera o art. 168 da Constituição Federal; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta (Relator: Dep. Regis De Oliveira) e da de nº 452/09, apensada (Relator: Dep. Fábio Trad); e da Comissão Especial, pela aprovação desta e da de nº 452/09, apensada, com substitutivo (Relator: Dep. Lelo Coimbra). (Atribui autonomia funcional e prerrogativas aos membros da Defensoria Pública, Advocacia da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria das autarquias e às Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) (NT 62 e NT 64)

Tendo apensada a PEC nº 452/09.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 10-B, DE 2011

(Do Sr. Luiz Fernando Machado e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10-B, de 2011, que altera os arts. 28, 29 e 84 da Constituição Federal para instituir a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do plano de metas pelo Poder Executivo municipal, estadual e federal, com base nas propostas da campanha eleitoral; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e da de nº 52/11, apensada (Relator: Dep. Jutahy Junior); e da Comissão Especial, pela aprovação desta e da de n° 52/11, apensada, com substitutivo (Relator: Dep. João Paulo Lima). (PEC do Plano de Metas) (NT 62 e NT 64)

Tendo apensada a PEC nº 52/11.

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 391-B, DE 2014

(Do Sr. Paulão e Outros)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 391-B, de 2014, que fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que sejam Capital de Estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Décio Lima); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das emendas apresentadas na Comissão e, no mérito, pela aprovação desta e da Emenda nº 2, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1 (Relator: Dep. Mauro Benevides). (NT 62 e NT 64).

ORDINÁRIA

Discussão

21

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14-A, DE 1999

(Do Sr. Marcos Afonso)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 14-A, de 1999, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica; tendo parecer da Mesa Diretora, pela aprovação (Relator: Sr. Heráclito Fortes). (NT 62 e NT 64)

22

PROJETO DE LEI Nº 2.479-C, DE 2000

(Do Sr. Ricardo Barros)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.479-C, de 2000, que altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o sistema nacional de seguros privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação deste e da emenda apresentada na Comissão (Relator: Dep. Luiz Bittencourt); da Comissão de Finanças e Tributação pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (Relator: Dep. José Lourenço); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda (Relator: Dep. Odair) (Fixa um prazo limite de 30 (trinta) dias para o pagamento de indenização ao segurado; dispondo que os casos em que haja litigio ou discordância sejam dirimidos na justiça) (T 62 e T 64)

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

1. PROJETOS COM URGÊNCIA – ART. 64, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Ato da Mesa nº 177, de 1989).

PROJETO DE LEI

Nº 5586/05 (Poder Executivo) – Acrescenta o art. 317-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Tipificando o crime de enriquecimento ilícito quando o funcionário público possuir bens ou valores, incompatíveis com sua renda, ou quando deles faça uso de tal modo que permita atribuir-lhe a propriedade).
SOBRESTA A PAUTA EM: 04/05/2015 (46º dia)
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 2902/11 (Poder Executivo) – Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Estabelece normas para medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores de proveniência ilícita, e procedimentos de destruição de drogas, destinação e perdimento de bens apreendidos).
SOBRESTA A PAUTA EM: 04/05/2015 (46º dia)
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 863/15 (Poder Executivo) – Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta; a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias; e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.
SOBRESTA A PAUTA EM: 05/05/2015 (46º dia)
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O RICD

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Art. 216, § 1º, do RICD).

Nº 17/15 (Chico Alencar) – Dispõe sobre o afastamento de membro da Mesa Diretora, de Presidente de Comissão e de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que tenha contra si instaurado inquérito ou denúncia no âmbito do STF.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 20/15 (Reginaldo Lopes) – Altera o Art. 102 do Regimento Interno incluindo o § 5º e 6º. Trata da prejudicialidade de requerimentos e recursos atinentes a proposição de iniciativa coletiva em decorrência de mudança de legislatura.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 01/04/2015

Nº 21/15 (JHC) – Acrescenta Capítulo II-B ao Título II do Regimento Interno, para acrescentar a Secretaria da Juventude aos órgãos da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 01/04/2015

Nº 26/15 (Carlos Manato) – Altera os arts. 191 e 196 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, para dispor sobre a declaração de incorporação de proposição considerada prejudicada e texto incorporado ao substitutivo aprovado, e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07/04/2015

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 855/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Campo Belo FM Stereo Ltda para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 861/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos da Vila Operária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraçaí, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1145/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Regional de Barueri Educacional, Cultural e Comunicação Social – ARB a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barueri, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1230/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1248/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DBC Comunicações S/C Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ibaté, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1522/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cidade de santos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santos, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1523/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos e Produtores Rurais de Caxingó – AAPRC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxingó, Estado do Piauí.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1525/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Retiro Velho Radiodifusão de Piedade do Rio Grande a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1528/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Piçarra Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1535/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educacional de Trombudo Central a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1538/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Malhada, Estado da Bahia.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 01/04/2015

Nº 1543/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Itaguari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaguari, Estado de Goiás.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1545/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Juazeirinho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conceição do Coité, Estado da Bahia.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 01/04/2015

Nº 1547/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pedro Machado de Guaiúba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaiúba, Estado do Ceará.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1550/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes – ASCOMAR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aroazes, Estado do Piauí.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1553/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Mulher da Sombrinha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catende, Estado de Pernambuco.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1555/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radio Difusão Comunitária Harmonia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1559/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de José de Freitas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de José de Freitas, Estado do Piauí.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1562/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Radiofônica e Comunitária de Betim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Nº 1565/2014 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Pais, Alunos e Mestres de Santa Luzia – Touros/RN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

PROJETO DE LEI

Nº 6128/2013 (Keiko Ota) – Institui o Dia Nacional do Perdão.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 06/04/2015

Nº 7573/2014 (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO) – Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.
Apensados: PL 7909/2014 (Tribunal Superior do Trabalho)
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07/04/2015

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 245/2011 (Sandes Júnior) – Determina que a imunidade de execução em favor de Estado Estrangeiro não alcança o crédito trabalhista.
Apensados: PL 3276/2012 (Guilherme Mussi)
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 DO RICD C/C ART. 132, § 2º DO RICD

(MATÉRIAS SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIAÇÃO PRELIMINAR, NOS TERMOS DO ART.144 DO RICD)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – Art. 58, § 3º, c/c o art. 132, §2º, do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD)

2.2 PELA INCONSTITUCIONALIDADE E/OU INJURIDICIDADE OU INADMISSIBILIDADE

PROJETO DE LEI

Nº 5780/2009 (Gilmar Machado) – Dispõe sobre a informatização dos serviços notariais e de registros. **Apensado ao PL3502/2008 (Paes Landim)**
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 08/04/2015

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD

(SUJEITO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJC, NOS TERMOS DO ART. 164, §§ 2º e 3º DO RICD)

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (Art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

Nº 6628/2013 (Ademir Camilo) – Dá nova redação ao §11 do art. 26 da Lei nº 12.663 e acrescenta o §13, para dispor sobre a comprovação da condição de estudante, para efeito da compra dos ingressos de que dispõe esta lei.
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 08/04/2015

Nº 550/2015 (Alice Portugal) – Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.
ÚLTIMA SESSÃO: 31/03/2015

Relação dos Deputados para o Grande Expediente
ABRIL DE 2015

01 4ª-feira	15:00	Professor Victório Galli (PSC - MT)
	15:25	Mauro Mariani (PMDB - SC)
06 2ª-feira	15:00	Roney Nemer (PMDB - DF)
	15:25	Anderson Ferreira (PR - PE)
	15:50	Capitão Augusto (PR - SP)
	16:15	Marcos Soares (PR - RJ)
	16:40	Otavio Leite (PSDB - RJ)
07 3ª-feira	15:00	Hildo Rocha (PMDB - MA)
	15:25	Valmir Prascidelli (PT - SP)
08 4ª-feira	15:00	Rogério Peninha Mendonça (PMDB - SC)
	15:25	Benito Gama (PTB - BA)
09 5ª-feira	15:00	Dr. Jorge Silva (PROS - ES)
	15:25	Silvio Costa (PSC - PE)
10 6ª-feira	10:00	Fabio Reis (PMDB - SE)
	10:25	Luiz Carlos Hauly (PSDB - PR)
	10:50	Miguel Lombardi (PR - SP)
	11:15	Ronaldo Lessa (PDT - AL)
	11:40	Cabo Daciolo (PSOL - RJ)
13 2ª-feira	15:00	Caetano (PT - BA)
	15:25	José Otávio Germano (PP - RS)
	15:50	Cabuçu Borges (PMDB - AP)
	16:15	Leo de Brito (PT - AC)
	16:40	Miro Teixeira (PROS - RJ)
14 3ª-feira	15:00	Mariana Carvalho (PSDB - RO)
	15:25	Rocha (PSDB - AC)
15 4ª-feira	15:00	Conceição Sampaio (PP - AM)
	15:25	Danrlei de Deus Hinterholz (PSD - RS)
16 5ª-feira	15:00	Sergio Zveiter (PSD - RJ)
	15:25	Sarney Filho (PV - MA)
17 6ª-feira	10:00	Arthur Lira (PP - AL)
	10:25	Assis Carvalho (PT - PI)
	10:50	José Guimarães (PT - CE)

	11:15	Raquel Muniz (PSC - MG)
	11:40	Rômulo Gouveia (PSD - PB)
20 2ª-feira	15:00	Dr. Sinval Malheiros (PV - SP)
	15:25	Pedro Cunha Lima (PSDB - PB)
	15:50	Zé Geraldo (PT - PA)
	16:15	Geovania de Sá (PSDB - SC)
	16:40	Wellington Roberto (PR - PB)
22 4ª-feira	15:00	Manoel Junior (PMDB - PB)
	15:25	Rogério Rosso (PSD - DF)
23 5ª-feira	15:00	Takayama (PSC - PR)
	15:25	Mendonça Filho (DEM - PE)
24 6ª-feira	10:00	Felipe Maia (DEM - RN)
	10:25	Rodrigo Maia (DEM - RJ)
	10:50	César Halum (PRB - TO)
	11:15	Leonardo Quintão (PMDB - MG)
	11:40	José Airton Cirilo (PT - CE)
27 2ª-feira	15:00	Luiz Sérgio (PT - RJ)
	15:25	Paulo Magalhães (PSD - BA)
	15:50	Gorete Pereira (PR - CE)
	16:15	Marcelo Álvaro Antônio (PRP - MG)
	16:40	Hissa Abrahão (PPS - AM)
28 3ª-feira	15:00	Geraldo Resende (PMDB - MS)
	15:25	Christiane de Souza Yared (PTN - PR)
29 4ª-feira	15:00	João Castelo (PSDB - MA)
	15:25	Delegado Éder Mauro (PSD - PA)
30 5ª-feira	15:00	Carmen Zanotto (PPS - SC)
	15:25	Ademir Camilo (PROS - MG)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 10
HORÁRIO: 10h

A – Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 26/15 Do Sr. Alceu Moreira – que "requeremos, nos termos regimentais da Câmara dos Deputados, a aprovação de Moção de Repúdio às recentes invasões realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em empresas públicas e privadas no território brasileiro".

REQUERIMENTO Nº 31/15 Do Sr. João Daniel – que "requeremos, nos termos regimentais, a aprovação de Moção Repúdio a permanente violência perpetrada pelo latifúndio e o agronegócio contra o povo brasileiro, notadamente contra os pequenos agricultores, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e lideranças religiosas".

REQUERIMENTO Nº 34/15 Do Sr. Carlos Henrique Gaguim – que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDIC, e Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – CAPADR destinada a discutir a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região do MATOPIBA".

REQUERIMENTO Nº 35/15 Do Sr. Evair de Melo – que "requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 312, de 2015 que "Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências".

REQUERIMENTO Nº 36/15 Do Sr. Sérgio Moraes – que "requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater a política de preços e comercialização do tabaco no Estado do Rio Grande do Sul".

REQUERIMENTO Nº 37/15 Do Sr. Heuler Cruvinel – que "requer que seja realizado encontro desta Comissão durante a 14º edição da grande feira de tecnologia rural do Centro-Oeste brasileiro – TECNOSHOW COMIGO 2015, no município de Rio Verde (GO)".

REQUERIMENTO Nº 38/15 Do Sr. Sergio Souza – que "requer a realização de Encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Município de Londrina PR".

REQUERIMENTO Nº 39/15 Do Sr. Luiz Cláudio – que "requer nos termos regimentais convidar a Ministra de Meio Ambiente, Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira para prestar esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, sobre a atual situação do Cadastro Ambiental Rural".

REQUERIMENTO Nº 40/15 Da Sra. Tereza Cristina – que "solicita realização de Audiência Pública com a participação do Ministro do Desenvolvimento Agrário".

REQUERIMENTO Nº 42/15 Do Sr. Celso Maldaner – (PL 6459/2013) – que "requer a realização de encontro no Estado de Santa Catarina, na Cidade de Chapecó, para debater e discutir sobre o Projeto de Lei 6.459/2013".

REQUERIMENTO Nº 43/15 Do Sr. Valdir Colatto – que "requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública destinada à comemoração do Dia Nacional da Conservação do Solo, (Lei nº 7.876), a ser realizada no dia 15 de abril, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS".

B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

PRIORIDADE

PROJETO DE LEI Nº 5.016/05 – do Senado Federal – Tasso Jereissati – (PLS 208/2003) – que "estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências". (Apensados: PL 2667/2003 (Apensado: PL 3283/2004), PL 2668/2003 (Apensado: PL 3842/2012), PL 3500/2004 (Apensados: PL 3524/2004 e PL 408/2015), PL 8015/2010, PL 1302/2011, PL 3107/2012, PL 4017/2012 e PL 5209/2013 (Apensado: PL 311/2015))
RELATOR: Deputado LUIS CARLOS HEINZE.
PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS), pela rejeição deste, do PL 3283/2004, do PL 3524/2004, do PL 408/2015, do PL 2667/2003, do PL 2668/2003, do PL 3500/2004, do PL 8015/2010, do PL 1302/2011, do PL 3107/2012, do PL 4017/2012, do PL 5209/2013, e do PL 311/2015, apensados, e pela aprovação do PL 3842/2012, apensado.

O Deputado Valmir Assunção apresentou voto em separado em 29/10/2014.

C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

PRIORIDADE

PROJETO DE LEI Nº 5.018/13 – do Senado Federal – Antonio Russo – (PLS 238/2012) – que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício

Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e dá outras providências". (Apensado: PL 739/2011 (Apensados: PL 4124/2012 e PL 5846/2013))
RELATOR: Deputado BETO FARO.
PARECER: pela aprovação deste, do PL 4124/2012, do PL 5846/2013, e do PL 739/2011, apensados, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 5.628/13 – do Senado Federal – Ana Rita – (PLS 395/2011) – que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural". (Apensado: PL 4967/2013)
RELATOR: Deputado HEULER CRUVINEL.
PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4967/2013, apensado, com substitutivo.

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 3.541/12 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "obriga as indústrias processadoras de laranja in natura a adquirirem percentual mínimo de matéria-prima junto a produtores rurais, quando tiverem recebido financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES". (Apensado: PL 4693/2012)
EXPLICACAO DA EMENTA: Percentual mínimo de 40% (quarenta por cento).
RELATOR: Deputado DOMINGOS SÁVIO.
PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4693/2012, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 6.432/13 – do Sr. Ivan Valente – que "proíbe no território nacional a venda, o cultivo e a importação de sementes de plantas alimentícias transgênicas com tolerância a herbicidas".
RELATOR: Deputado WELLINGTON ROBERTO.
PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Wellington Roberto (PR-PB), pela rejeição.

O Deputado Moreira Mendes apresentou voto em separado em 08/04/2014.

PROJETO DE LEI Nº 6.971/13 – do Sr. Jorginho Mello – que "altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994 e dá outras providências".
RELATOR: Deputado DOMINGOS SÁVIO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Valdir Colatto, em 18/03/2015.

PROJETO DE LEI Nº 7.955/14 – do Sr. Félix Mendonça Júnior – que "altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, com o objetivo de estimular a liquidação ou a renegociação de dívidas inscritas ou não na dívida ativa da União oriundas de crédito rural de responsabilidade de cacauicultores".
RELATOR: Deputado JOSUÉ BENGTSON.
PARECER: pela aprovação.

Vista ao Deputado Abel Mesquita Jr., em 18/03/2015.

PROJETO DE LEI Nº 5.919/13 – do Sr. Dr. Jorge Silva – que "altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973".
EXPLICACAO DA EMENTA: Garante indenização de befeitorias ao ocupante de boa-fé em terras indígenas.
RELATOR: Deputado IRAJÁ ABREU.
PARECER: pela aprovação, com quatro emendas.
O Deputado Padre João apresentou voto em separado em 05/08/2014.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 10
HORÁRIO: 14h30min

A – Audiência Pública:

Debater sobre "os efeitos da Portaria 445, de 17 de dezembro de 2014, que proíbe a pesca de 475 espécies de peixes em todo o território nacional e sobre a INI MPA/MMA nº 010, de junho de 2011".

Convidados:

DÉCIO COUTINHO – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;(confirmado)

FÁBIO HASIN – Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca do MPA; (confirmado)

JAIR SCHIMITT – Coordenador-Geral de Fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis Naturais – Ibama;(confirmado)

Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA;

FERNANDO PINTO DAS NEVES – Vice-Presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região – SINDIPI;(confirmado)

PAULO SILVA MATTOS – Presidente da Colônia de Pescadores Z-30 de Xangri-La/RS e Coordenador do Fórum da Pesca do Litoral Médio e Norte;(confirmado)

MANOEL ANTUNES NETO – Presidente da Colônia de Pescadores Z-14 de Palmares do Sul/RS; (confirmado)

IVO DA SILVA – Presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina – FEPESC;

CLAIR TOMÉ KUHN – Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul – Emater/RS;

ABRAHÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA;

SALOMAR SILVA DO CANTO – Presidente da Associação de Pescadores de Xangri-La/RS;

VALDOMIRO HOFFMANN – Presidente da Associação dos Pescadores do Litoral Norte;

ROBERTO MARCÍLIO – Presidente da Associação dos Pescadores de Capão da Canoa/RS – APCC;

JOAQUIM ELVIRO EME – Presidente da Associação dos Pescadores Profissionais e Artesanais da Zona Sul – ASPESUL;

DILTON CARDOSO – Presidente do Sindicato dos Pescadores de Tramandaí/RS;

GILMAR CAPELO BRUM – Presidente da Colônia de Pescadores Z-11 de Tavares/RS;

LIANE DE MATTOS KREME – Presidente da Colônia de Pescadores Z-34 e da Associação Comunitária do Distrito Figueirinhas (ASSOFIG) de Balneário Pinhal/RS;

OSVALDO ALVES DE SIQUEIRA – Presidente do Sindicato dos Pescadores de Torres/RS.

Autor do Requerimento nº 005/15 – Deputado Alceu Moreira – PMDB/RS; e Autor do Requerimento nº 09/15 – Deputado Celso Maldaner – PMDB/SC.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 599/15 – da Sra. Margarida Salomão – que "altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que , dentre outros objetos "altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos", para restituir a apuração de crédito presumido para rações animais".
RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 01
HORÁRIO: após a Reunião Deliberativa Ordinária

A – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 171/93 – do Sr. BENEDITO DOMINGOS – que "altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)". (Apensados: PEC 37/1995,

PEC 68/1999, PEC 91/1995 (Apensados: PEC 386/1996 (Apensado: PEC 382/2014) e PEC 426/1996), PEC 133/1999, PEC 150/1999, PEC 167/1999, PEC 169/1999 (Apensado: PEC 242/2004), PEC 260/2000, PEC 301/1996, PEC 531/1997, PEC 633/1999, PEC 377/2001, PEC 321/2001, PEC 582/2002, PEC 64/2003, PEC 179/2003, PEC 272/2004, PEC 302/2004, PEC 345/2004, PEC 489/2005, PEC 48/2007, PEC 73/2007, PEC 87/2007, PEC 85/2007 (Apensado: PEC 273/2013), PEC 125/2007, PEC 399/2009, PEC 57/2011, PEC 223/2012, PEC 228/2012, PEC 279/2013 e PEC 332/2013 (Apensados: PEC 349/2013 e PEC 438/2014))
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.
PARECER: pela inadmissibilidade desta, da PEC 386/1996, da PEC 426/1996, da PEC 242/2004, da PEC 37/1995, da PEC 91/1995, da PEC 301/1996, da PEC 531/1997, da PEC 68/1999, da PEC 133/1999, da PEC 150/1999, da PEC 167/1999, da PEC 169/1999, da PEC 633/1999, da PEC 260/2000, da PEC 321/2001, da PEC 377/2001, da PEC 582/2002, da PEC 64/2003, da PEC 179/2003, da PEC 272/2004, da PEC 302/2004, da PEC 345/2004, da PEC 489/2005, da PEC 48/2007, da PEC 73/2007, da PEC 85/2007, da PEC 87/2007, da PEC 125/2007, da PEC 399/2009, da PEC 57/2011, da PEC 223/2012, da PEC 228/2012, da PEC 279/2013, da PEC 332/2013, da PEC 382/2014, da PEC 273/2013, da PEC 349/2013 e da PEC 438/2014, apensadas.

Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Adail Carneiro, Alessandro Molon, Arnaldo Faria de Sá, Capitão Augusto, Efraim Filho, Esperidião Amin, Fausto Pinato, Giovani Cherini, Ivan Valente, Laerte Bessa, Rodrigo Pacheco, Sergio Zveiter e Tadeu Alencar, em 17/03/2015.

Os Deputados Efraim Filho, Onofre Santo Agostini, Marcos Rogério, Chico Alencar, Ivan Valente, Laerte Bessa, Tadeu Alencar e Capitão Augusto apresentaram votos em separado.

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 01
HORÁRIO: 10h

A – Redações Finais:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.065/10 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 2404/2010) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo, Estado de São Paulo".
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

URGENTE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 394/14 – do Sr. Chico Alencar – que "acrescenta inciso ao Art. 4º-A da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, para assegurar aos assistidos da Defensoria Pública o direito de atendimento em tempo integral (24h) para casos de natureza urgente, em que exista risco grave de perecer o direito do cidadão".
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.

Proferido o parecer pelo Deputado Pedro Uczai. Vista conjunta aos Deputados José Carlos Aleluia e Marcos Rogério, em 10/03/2015.

Discutiram a Matéria: Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), Dep. Fausto Pinato (PRB-SP), Dep. Delegado Waldir (PSDB-GO), Dep. Alexandre Leite (DEM-SP), Dep. Capitão Augusto (PR-SP), Dep. Marcos Rogério (PDT-RO), Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), Dep. Jhc (SD-AL), Dep. José Carlos Aleluia (DEM-BA), Dep. Valtenir Pereira (PROS-MT), Dep. Evandro Gussi (PV-SP), Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), Dep. Elmar Nascimento (DEM-BA), Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), Dep. José Fogaça (PMDB-RS), Dep. Betinho Gomes (PSDB-PE), Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Dep. Esperidião Amin (PP-SC) e Dep. Luiz Couto (PT-PB). Encerrada a discussão. Aprovado Requerimento de adiamento de votação por duas sessões, em 18/03/2015.

O Deputado José Carlos Aleluia apresentou voto em separado.

PROJETO DE LEI Nº 6.920/10 – do Sr. Márcio Marinho – que "dispõe sobre estelionato cometido contra idosos". (Apensado: PL 807/2011)
EXPLICACAO DA EMENTA: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940, agravando a pena para o crime de estelionato quando cometido contra pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.
RELATOR: Deputado DANILO FORTE.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e aprovação do PL 807/2011, apensado.

PRIORIDADE

PROJETO DE LEI Nº 4.714/04 – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 70/2004) – que "altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, na seção relativa à função de jurado". (Apensados: PL 5928/2009 (Apensados: PL 5933/2009 (Apensado: PL 6054/2009), PL 6212/2009 (Apensado: PL 6943/2010) e PL 2726/2011) e PL 3054/2011)
EXPLICACAO DA EMENTA: Estabelece direitos e vantagens para o exercício da função de Jurado; extingue a obrigatoriedade do serviço do júri e cria o Dia Nacional do Jurado, a ser comemorado no dia 30 de março.
RELATOR: Deputado MARCOS ROGÉRIO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com emenda; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 5928/2009, do PL 5933/2009, do PL 6054/2009, do PL 3054/2011, do PL 6212/2009, do PL 2726/2011 e do PL 6943/2010, apensados.

Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Arnaldo Faria de Sá, Elmar Nascimento, Evandro Gussi, Fausto Pinato, Rodrigo Pacheco, Ronaldo Fonseca e Rubens Pereira Júnior, em 18/03/2015.

(Avulso Nº 103)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 190/01 – da Sra. Nair Xavier Lobo – que "suprime o art. 105 do Regimento Interno, que trata do arquivamento das proposições ao final da legislatura". (Apensados: PRC 70/2003, PRC 100/2003, PRC 176/2004, PRC 229/2005, PRC 295/2006, PRC 5/2007 (Apensado: PRC 240/2014), PRC 84/2007, PRC 232/2010, PRC 234/2010 (Apensado: PRC 191/2013), PRC 1/2011, PRC 10/2011 e PRC 30/2011 (Apensado: PRC 48/2011))
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PRC 70/2003, apensado, de igual teor; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PRC 176/2004, do PRC 229/2005, do PRC 295/2006, do PRC 5/2007, do PRC 84/2007, do PRC 232/2010, do PRC 234/2010, do PRC 1/2011, do PRC 10/2011, do PRC 30/2011, do PRC 100/2003, do PRC 240/2014, do PRC 191/2013, e do PRC 48/2011, apensados.

Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Arnaldo Faria de Sá, José Carlos Aleluia, Marcos Rogério, Pr. Marco Feliciano e Sergio Zveiter, em 11/03/2015.

Os Deputados Arnaldo Faria de Sá e Marcos Rogério apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 6.234/13 – do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – que "dispõe sobre a criação de 1 (uma) vara federal no Estado do Mato Grosso e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências".
RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Capitão Augusto, Laerte Bessa e Paulo Teixeira, em 25/03/2015.

(Avulso Nº 135) **– CUMPRINDO PRAZO DE VISTA**

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 171/93 – do Sr. BENEDITO DOMINGOS – que "altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)". (Apensados: PEC 37/1995, PEC 68/1999, PEC 91/1995 (Apensados: PEC 386/1996 (Apensado: PEC 382/2014) e PEC 426/1996), PEC 133/1999, PEC 150/1999, PEC 167/1999, PEC 169/1999 (Apensado: PEC 242/2004), PEC 260/2000, PEC 301/1996, PEC 531/1997, PEC 633/1999, PEC 377/2001, PEC 321/2001, PEC 582/2002, PEC 64/2003, PEC 179/2003, PEC 272/2004, PEC 302/2004, PEC 345/2004, PEC 489/2005, PEC 48/2007, PEC 73/2007, PEC 87/2007, PEC 85/2007 (Apensado: PEC 273/2013), PEC 125/2007, PEC 399/2009, PEC 57/2011, PEC 223/2012, PEC 228/2012, PEC 279/2013 e PEC 332/2013 (Apensados: PEC 349/2013 e PEC 438/2014))
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.
PARECER: pela inadmissibilidade desta, da PEC 386/1996, da PEC 426/1996, da PEC 242/2004, da PEC 37/1995, da PEC 91/1995, da PEC 301/1996, da PEC 531/1997, da PEC 68/1999, da PEC 133/1999, da PEC 150/1999, da PEC 167/1999, da PEC 169/1999, da PEC 633/1999, da PEC 260/2000, da PEC 321/2001, da PEC 377/2001, da PEC 582/2002, da PEC 64/2003, da PEC 179/2003, da PEC 272/2004, da PEC 302/2004, da PEC 345/2004, da PEC 489/2005, da PEC 48/2007, da PEC 73/2007, da PEC 85/2007, da PEC 87/2007, da PEC 125/2007, da PEC 399/2009, da PEC 57/2011, da PEC 223/2012, da PEC 228/2012, da PEC 279/2013, da PEC 332/2013, da PEC 382/2014, da PEC 273/2013, da PEC 349/2013 e da PEC 438/2014, apensadas.

Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Adail Carneiro, Alessandro Molon, Arnaldo Faria de Sá, Capitão Augusto, Efraim Filho, Esperidião Amin, Fausto Pinato, Giovani Cherini, Ivan Valente, Laerte Bessa, Rodrigo Pacheco, Sergio Zveiter e Tadeu Alencar, em 17/03/2015.
Os Deputados Efraim Filho, Onofre Santo Agostini, Marcos Rogério, Chico Alencar, Ivan Valente, Laerte Bessa, Tadeu Alencar e Capitão Augusto apresentaram votos em separado.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 223/03 – do Sr. Ivan Valente e outros – que "acrescenta inciso II e parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal". (Apensado: PEC 410/2014)
EXPLICACAO DA EMENTA: Inclui como competência exclusiva do Congresso Nacional a autorização para operações financeiras garantidas pela União.
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.
PARECER: pela admissibilidade desta e da PEC 410/2014, apensada.

Proferido o Parecer. Vista ao Deputado Pastor Eurico, em 19/03/2015.

(Avulso Nº 105)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56/07 – do Sr. Vicentinho Alves e outros – que "altera o § 4º do art. 18 da Constituição Federal". (Apensados: PEC 70/2007 (Apensado: PEC 101/2007) e PEC 23/2011)
EXPLICACAO DA EMENTA: Estabelece que a criação, fusão ou desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos de lei complementar estadual.
RELATOR: Deputado DÉCIO LIMA.
PARECER: pela admissibilidade desta, da PEC 23/2011 e da PEC 101/2007, apensadas; e pela inadmissibilidade da PEC 70/2007, apensada.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 436/09 – do Sr. Manoel Junior – que "acrescenta § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para conceder aos brasileiros residentes no exterior o direito de eleger seus representantes à Câmara dos Deputados. "
RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA.
PARECER: pela admissibilidade.

Proferido o Parecer pelo Deputado Rodrigo Pacheco. Vista conjunta aos Deputados Felipe Maia, João Campos, José Carlos Aleluia, Luiz Couto, Pr. Marco Feliciano, Rubens Pereira Júnior e Veneziano Vital do Rêgo, em 11/03/2015.

Retirado de pauta em virtude da ausência do Relator, em 19/03/2015.

(Avulso Nº 95)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28/11 – do Sr. Eduardo Barbosa – que "acrescenta art. 201-A à Constituição Federal para instituir, no âmbito da previdência social, plano de benefícios destinado à proteção das pessoas em situação de dependência".
RELATOR: Deputado ANTONIO BULHÕES.
PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 267/13 – do Sr. Wilson Filho – que "dá nova redação ao inciso XI, do art. 84, da Constituição Federal, determinando o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional, no começo de cada sessão legislativa, para prestar contas de suas atividades passadas e informar o plano de governo para o novo ano".
RELATOR: Deputado ANDRE MOURA.
PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 299/13 – do Sr. Eduardo Cunha – que "altera o art. 88 da Constituição Federal".
EXPLICACAO DA EMENTA: Limita o número de ministérios.
RELATOR: Deputado ANDRE MOURA.
PARECER: pela admissibilidade.

Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Alessandro Molon, Betinho Gomes, Elmar Nascimento, Leonardo Picciani e Paulo Teixeira, em 25/03/2015.

(Avulso Nº 139) **– CUMPRINDO PRAZO DE VISTA**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 304/13 – da Sra. Antônia Lúcia – que "altera o inciso IV do art. 201 e acrescenta o inciso VI ao art. 203 da Constituição Federal, para extinguir o auxílio-reclusão e criar benefício para a vítima de crime" (Apensado: PEC 368/2013)

RELATOR: Deputado ANDRE MOURA.
PARECER: pela admissibilidade desta e da PEC 368/2013, apensada.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 415/14 – do Sr. Rubens Bueno – que "dá nova redação ao § 11, do art. 14, da Constituição Federal, para suprimir a tramitação em segredo de justiça da ação de impugnação de mandato eletivo".
RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.
PARECER: pela admissibilidade.

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 2.374/03 - que "dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas do Senado Federal ao PL 2374/2003.

PROJETO DE LEI Nº 3.702/04 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "dispõe sobre a instituição em todos condomínios do Brasil, do treinamento de proteção contra incêndio, técnicas de resgate e primeiros socorros na forma que específica e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAES LANDIM.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas.
Proferido o Parecer pelo Deputado Rubens Pereira Júnior. Vista ao Deputado Padre João, em 18/03/2015.

(Avulso Nº 107)

PROJETO DE LEI Nº 1.499/07 – do Sr. Deley – que "estabelece a concessão de visto temporário para os estrangeiros que vierem trabalhar temporariamente em eventos esportivos de nível internacional".
EXPLICACAO DA EMENTA: Altera a Lei nº 6.815, de 1980.
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação na forma do Substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto.

PROJETO DE LEI Nº 281/11 – do Sr. Thiago Peixoto – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação da situação de adimplência do usuário nas faturas emitidas por empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, nas condições que menciona". (Apensado: PL 7327/2014)
RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; do PL 7327/2014, apensado; e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor.

Proferido o Parecer pelo Deputado Sergio Souza. Vista conjunta aos Deputados Luiz Couto e Tadeu Alencar, em 11/03/2015.

(Avulso Nº 99)

PROJETO DE LEI Nº 343/11 – do Sr. Hugo Leal – que "acrescenta dispositivos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal e ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao livramento condicional".
EXPLICACAO DA EMENTA: Suspende automaticamente o livramento condiconal do liberado, preso em flagrante delito por crime doloso.
RELATOR: Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.487/12 – do Sr. Jerônimo Goergen – que "dispõe sobre a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz, trigo, feijão, cebola, cevada e aveia e seus derivados importados de outros países, para consumo e comercialização interno, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 3.615/12 – do Sr. Padre João – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para obrigar as empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes".
RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA.

PARECER: pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

Os Deputados João Paulo Lima e Luiz Couto apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 3.708/12 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera a redação do art. 155 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal".
EXPLICACAO DA EMENTA: Estabelece que o furto de arma de fogo é considerado furto qualificado.
RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Proferido o Parecer. Vista ao Deputado João Campos, em 17/03/2015.

(Avulso Nº 100)

PROJETO DE LEI Nº 6.999/13 – do Sr. Afonso Hamm – que "dispõe sobre o crime de abigeato e sobre o comércio de carne e outros alimentos sem procedência legal, e dá outras providências". (Apensados: PL 7725/2014 e PL 7757/2014)
EXPLICACAO DA EMENTA: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.137, 1990.
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com Substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 7725/2014 e do PL 7757/2014, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 7.774/14 – da Sra. Erika Kokay – que "dispõe sobre a inviolabilidade do domicílio da população cigana".
RELATOR: Deputado CHICO ALENCAR.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.
Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Evandro Gussi, João Campos, Marcos Rogério, Pastor Eurico e Ronaldo Fonseca, em 19/03/2015.

Os Deputados Pastor Eurico e Marcos Rogério apresentaram votos em separado.

C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

PRAZO CONSTITUCIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.414/13 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 270/2013) – que "aprova o ato que outorga permissão à Becker, Castro & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado DÉCIO LIMA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.502/14 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 764/2013) – que "aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão-FADEPE/JF para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.628/14 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 607/2013) – que "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado DÉCIO LIMA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.630/14 – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 799/2014) – que "aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro das Indústrias a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiaí, Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado BRUNO COVAS.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PRIORIDADE

PROJETO DE LEI Nº 4.402/08 – do Senado Federal – Demóstenes Torres – (PLS 38/2008) – que "altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente".
RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 5.657/09 – do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS 74/2008) – que "altera o art. 19 do Regulamento a que se refere o Decreto n° 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para incluir como competência dos leiloeiros a venda em hasta pública ou público pregão por meio da rede mundial de computadores".
RELATOR: Deputado ANDRE MOURA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 6.748/10 – do Senado Federal – Arthur Virgílio – (PLS 664/2007) – que "acrescenta dispositivos à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos".
RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 3.694/12 – do Senado Federal – Allvaro Dias – (PLS 501/2009) – que "institui o Dia Nacional da Poesia".
RELATOR: Deputado CHICO ALENCAR.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Cultura.
PROJETO DE LEI Nº 6.698/13 – do Senado Federal – Paulo Bauer – (PLS 96/2012) – que "altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aperfeiçoar a disciplina da empresa individual de responsabilidade limitada e para permitir a constituição de sociedade limitada unipessoal".
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Proferido o Parecer. Vista ao Deputado Antonio Bulhões, em 18/03/2015.

(Avulso Nº 118)

PROJETO DE LEI Nº 7.169/14 – do Senado Federal – Ricardo Ferraço – (PLS 517/2011) – que "dispõe sobre a mediação entre particulares como o meio alternativo de solução de controvérsias e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997".
RELATOR: Deputado SERGIO ZVEITER.
PARECER: proferido em reunião, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste; da Emenda nº 1/2014, com a Subemenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; das Emendas ao Substitutivo nºs. 3, 4, 6, 7, 10, 12 e 13, na forma de novo Substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição parcial das Emendas ao Substitutivo nºs. 1, 5 e 9; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5/2014, apresentadas nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e das Emendas ao Substitutivo nºs 2 e 11.

Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Aguinaldo Ribeiro, Arnaldo Faria de Sá, Betinho Gomes, Delegado Waldir, Elmar Nascimento, Indio da Costa, Ivan Valente, Marcos Rogério, Max Filho, Paulo Magalhães e Paulo Teixeira, em 25/03/2015.

(Avulso Nº 119) **– CUMPRINDO PRAZO DE VISTA**

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 1.781/99 – do Sr. Jovair Arantes – que "dispõe sobre o cancelamento das sanções administrativas que discrimina, aplicadas a servidores públicos, e dá outras providências".
EXPLICACAO DA EMENTA: Penalidades aplicadas em decorrência da participação efetiva em movimento reivindicatório, entre 05 de outubro de 1988 e a data da publicação desta lei.
RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 6.970/10 – do Sr. Chico Alencar – que "institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de março, em todo o território nacional".
EXPLICACAO DA EMENTA: Cria o Dia Nacional do Teatro do Oprimido em homenagem ao teatrólogo Augusto Boal.
RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 138/11 – do Sr. Weliton Prado – que "dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental".
RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, com Subemenda, e pela antirregimentalidade da Emenda apresentada naquela Comissão.

Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Dr. Grilo, Leonardo Gadelha, Marcelo Almeida e Nelson Marchezan Junior, em 05/11/2013.

(Avulso Nº 123)

PROJETO DE LEI Nº 1.014/11 – do Sr. Ronaldo Fonseca – que "acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre comprovação de infração por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual". (Apensados: PL 1864/2011 e PL 2936/2011)
EXPLICACAO DA EMENTA: A infração sera considerada não comprovada se o equipamento estiver em desacordo com a regulamentação do Contran.
RELATOR: Deputado MARCOS ROGÉRIO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 1864/2011 e do PL 2936/2011, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transporte.

PROJETO DE LEI Nº 1.249/11 – da Sra. Erika Kokay – que "dispõe sobre alimentação especial do preso".
EXPLICACAO DA EMENTA: Presos com prescrição médica. Altera a Lei nº 7.210, de 1984.
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Fausto Pinato, Giovani Cherini, José Carlos Aleluia, Marcos Rogério e Ronaldo Fonseca, em 19/03/2015.

O Deputado Marcos Rogério apresentou voto em separado em 26/03/2015.

PROJETO DE LEI Nº 1.715/11 – do Sr. Diego Andrade – que "altera a redação do parágrafo único do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a divulgação dos resultados dos processos seletivos de acesso a cursos superiores de graduação".
RELATOR: Deputado MARCOS ROGÉRIO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Educação.

PROJETO DE LEI Nº 2.859/11 – do Sr. Rubens Bueno – que "acrescenta o art. 294-A ao Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal".
EXPLICACAO DA EMENTA: Estabelece o afastamento imediato de funcionário público em caso de prisão em flagrante, preventiva ou temporária.
RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.
Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados João Campos, Luiz Couto, Rodrigo Pacheco e Ronaldo Fonseca, em 19/03/2015.

(Avulso Nº 126)

PROJETO DE LEI Nº 2.900/11 – do Sr. Otavio Leite – que "estabelece o PIB Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional".
RELATOR: Deputado FELIPE MAIA.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Arnaldo Faria de Sá e Luiz Couto, em 18/03/2015.

(Avulso Nº 127)

PROJETO DE LEI Nº 3.004/11 – do Sr. Aguinaldo Ribeiro – que "dá nova redação aos artigos 9º e 43 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, que "regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro" permitindo a prática de atos notariais no âmbito da circunscrição da Comarca".
RELATOR: Deputado MARCOS ROGÉRIO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e das Emendas apresentadas nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

PROJETO DE LEI Nº 3.408/12 – da Sra. Erika Kokay – que "aumenta para trinta por cento o percentual de policiais militares femininos na Polícia Militar do Distrito Federal".
EXPLICACAO DA EMENTA: Altera a Lei nº 9.713, de 1998.
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 08-04-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 727/15 – do Sr. Osmar Serraglio – que "altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que "Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro""
RELATOR: Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 4.964/09 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "autoriza às sociedades cooperativas de crédito receber pagamentos de contribuições e tributos federais, estaduais e municipais".
RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 6.260/13 – da Sra. Flávia Morais – que "altera o art. 29 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que dispõe sobre as normas gerais do desporto, para dar novas disposições à formação de atletas".
RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.629/11 – do Sr. Fábio Faria – que "obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais".
RELATOR: Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO.

PROJETO DE LEI Nº 3.115/12 – do Sr. João Arruda – que "dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.""
RELATOR: Deputado ELMAR NASCIMENTO.

PROJETO DE LEI Nº 3.616/12 – do Sr. Félix Mendonça Júnior – que "altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências", para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, 3 (três) anos".
RELATOR: Deputado MARCOS ROGÉRIO.

PROJETO DE LEI Nº 265/15 – do Sr. Eli Correa Filho – que "altera o §1º do art. 42º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995".
RELATOR: Deputado EVANDRO GUSSI.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.491/11 – do Sr. Manoel Junior – que "institui o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública de ensino".
RELATOR: Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO.

PROJETO DE LEI Nº 3.372/12 – do Sr. Paulo Foletto – que "dispõe sobre a escolta durante o transporte de explosivos em rodovias e ferrovias federais".
RELATOR: Deputado SERGIO ZVEITER.

PROJETO DE LEI Nº 3.788/12 – do Senado Federal – Lúcia Vânia – (PLS 450/2011) – que "altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet".
RELATOR: Deputado TADEU ALENCAR.

COMISSÃO DE CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 566/15 – do Sr. Rubens Bueno – que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais, equipamentos musicais, suas partes e acessórios, constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), e partituras musicais".
RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 491/15 – do Sr. Jorge Solla – que "acresce o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências", estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos".
RELATOR: Deputado ELI CORREA FILHO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.883/12 – do Senado Federal – Humberto Costa – (PLS 66/2012) – que "obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário".
RELATOR: Deputado SÉRGIO BRITO.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 485/15 – do Sr. Alfredo Nascimento – que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para estabelecer reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência nos concursos seletivos para ingresso em cursos de instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio".
RELATORA: Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 06
HORÁRIO: 09h30min

A – Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 9/15 Do Sr. Júlio Cesar – que "requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para debater o ajuste fiscal e seus impactos econômicos, bem como os diagnósticos dos problemas da economia brasileira com os convidados que especifica".

REQUERIMENTO Nº 10/15 Do Sr. Jorge Côrte Real – que "requer que seja convidado o Ministro Armando Monteiro Neto para debater a atuação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para melhorar a competitividade do parque industrial nacional e a balança comercial brasileira".

REQUERIMENTO Nº 11/15 Do Sr. Renato Molling – que "requer que seja convidado o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Armando Monteiro para debater sobre assuntos relevantes da pasta".

B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 432/15 – da Sra. Alice Portugal – que "altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para determinar a proibição de importação de bens usados e dá outras providências".
EXPLICACAO DA EMENTA: Altera a Lei nº 9.605, de 1998.
RELATOR: Deputado HELDER SALOMÃO.
PARECER: pela rejeição.

C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 5.191/13 – do Sr. Rogério Peninha Mendonça – que "dispõe sobre a produção de cerveja artesanal".
RELATOR: Deputado ANTONIO BALHMANN.
PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 6.692/13 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera o art. 47 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para explicitar que os cargos de diretoria de sociedade cooperativa podem ser ocupados por não associados, nas condições que especifica".
RELATOR: Deputado ANTONIO BALHMANN.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 7.525/14 – do Sr. Mendonça Filho – que "altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e dá outras providências".
EXPLICACAO DA EMENTA: Proíbe o BNDES de conceder financiamento a taxas subsidiadas para viabilizar projetos que contemplem atos de concentração econômica.
RELATOR: Deputado MANDETTA.
PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 6.292/13 – do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS 461/2012) – que "altera o § 1º do art. 106 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a fim de ampliar para até 1 (um) ano o prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial".

RELATOR: Deputado ANTONIO BALHMANN.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Vista ao Deputado Mauro Pereira, em 18/03/2015.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07-04-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 589/15 – do Sr. Diego Andrade – que "dispõe sobre a suspensão e cassação da eficácia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF de estabelecimentos que distribuam, adquiram, comercializem, transportem ou estoquem produtos que tenham sido objeto de contrafação, crimes contra a marca, sonegação de tributos ou furto ou roubo".
RELATOR: Deputado MAURO PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 699/15 – do Sr. Rômulo Gouveia – que "proíbe a venda direta ao consumidor de carne previamente moída".
RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 725/15 – do Sr. Chico Alencar – que "dispõe sobre os registros financeiros das pessoas jurídicas de direito privado".
RELATOR: Deputado JORGE CÔRTE REAL.

PROJETO DE LEI Nº 789/15 – do Sr. Nelson Marquezelli – que "altera a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado WALTER IHOSHI.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 486/15 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "dispõe sobre o registro de bombas para extração de água de aquífero subterrâneo".
RELATOR: Deputado JORGE BOEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 537/15 – do Sr. Marcos Reategui – que "obriga as empresas e produtores de florestas plantadas a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para a construção civil, moveleira, construção naval, etc".
RELATOR: Deputado MARCOS SOARES.

PROJETO DE LEI Nº 551/15 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "dispõe sobre a vedação da abertura do capital social de empresa pública e dá outras providências".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 595/15 – do Sr. Covatti Filho – que "altera a redação do cabeço do art. 1º; do art. 10 e do Inciso I do art. 12 e acrescenta o Inciso VI ao art. 37, da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências"".
RELATOR: Deputado ANTONIO BALHMANN.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 12
HORÁRIO: 10h

A – Audiência Pública:
REQUERIMENTO CDU Nº 8/15, de autoria do Dep. Carlos Marun.
TEMA: "Prestar informações e esclarecimentos acerca das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)".

Convidado:

1. Sr. Gilberto Kassab.
Excelentíssimo Ministro de Estado das Cidades.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 01/04/2015)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.743/13 – do Sr. Eduardo da Fonte – que "altera a Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996, para instituir competência da ANEEL para estabelecer metas de implantação e distribuição de energia elétrica por via subterrânea, e dá outras providências". (Apensado: PL 8261/2014)
RELATOR: Deputado AGUINALDO RIBEIRO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 08-04-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 145/15 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para tornar mais efetivo o funcionamento da comissão de representantes".
RELATOR: Deputado FLAVIANO MELO.

PROJETO DE LEI Nº 390/15 – do Sr. Lelo Coimbra – que " Acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre formação permanente acerca de mobilidade urbana".
RELATOR: Deputado HILDO ROCHA.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 21/15 – do Sr. Otavio Leite – que "institui financiamento especial para porteiros e funcionários de edifícios e condomínios para aquisição da casa própria".
RELATOR: Deputado ALEX MANENTE.

PROJETO DE LEI Nº 524/15 – do Sr. Carlos Gomes – que "estabelece limites para emissão sonora nas atividades em templos religiosos".
RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 8.140/14 – do Sr. Mandetta – que "altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina".

RELATORA: Deputada RAQUEL MUNIZ.

PROJETO DE LEI Nº 8.182/14 – do Sr. Pedro Paulo – que "acrescenta os parágrafos 18, 19, 20, 21 e 22 ao artigo 2º da lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, visando possibilitar a independência dos beneficiários do Programa Bolsa Família (Porta de Saída do Bolsa Família), oferecendo benefício adicional para famílias que atingirem metas voltadas para a educação e saúde".
RELATOR: Deputado CELSO JACOB.

PROJETO DE LEI Nº 8.200/14 – do Sr. Alexandre Leite – que "altera o art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a promoção automática no ensino fundamental e médio".
RELATORA: Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE.

PROJETO DE LEI Nº 20/15 – do Sr. Otavio Leite – que "considera como despesa classificável nos preceitos do art. 212 da Constituição Federal os gastos com apoio a programas de inserção do escotismo na rede regular de ensino".
RELATORA: Deputada MARIANA CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 43/15 – do Sr. Sergio Vidigal – que "altera o inciso XIII do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a apresentação da caderneta de saúde da criança para efetivar matrícula na educação infantil".
RELATOR: Deputado ANGELIM.

PROJETO DE LEI Nº 75/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "dispõe sobre a isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, na aquisição de móveis escolares e dá outras providências".
RELATOR: Deputado SERGIO VIDIGAL.

PROJETO DE LEI Nº 104/15 – do Sr. Alceu Moreira – que "proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior".
RELATOR: Deputado LEÔNIDAS CRISTINO.

PROJETO DE LEI Nº 114/15 – do Sr. Alceu Moreira – que "regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista".
RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 150/15 – do Sr. Félix Mendonça Júnior – que "destina cinquenta por cento da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, para o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE".
RELATOR: Deputado WALDENOR PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 243/15 – do Sr. Wadson Ribeiro – que "altera a redação do art. 11 da Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, com relação à concessão de bolsa-permanência para estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (Prouni)". (Apensados: PL 244/2015 e PL 650/2015)
RELATOR: Deputado CELSO PANSERA.

PROJETO DE LEI Nº 251/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamentou o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, previsto na alínea "e" do inciso III do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para viabilizar que todos os Estados e Municípios, que não tenham disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado, recebam, da União, os recursos necessários à complementação da integralização do aludido piso salarial profissional nacional".
RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

PROJETO DE LEI Nº 252/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "altera a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, para assegurar aos estudantes da educação básica o direito de fundar, organizar e participar de Grêmios Estudantis, proibindo a transferência compulsória e a perda de bolsas de seus dirigentes durante o período compreendido entre o registro de candidatura a cargo de representação ou direção estudantil e, caso seja eleito, um ano após o final do mandato".
RELATOR: Deputado ANGELIM.

PROJETO DE LEI Nº 255/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "torna obrigatória a veiculação de mensagens educativas nos livros e materiais distribuídos pelo Ministério da Educação e dá outras providências".
RELATOR: Deputado DIEGO GARCIA.

PROJETO DE LEI Nº 322/15 – do Sr. Luciano Ducci – que "institui a "Semana Nacional do Uso Consciente da Água"".

RELATOR: Deputado GIVALDO VIEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 325/15 – do Sr. Goulart – que "dispõe sobre o fornecimento de uniforme e material escolar na educação básica".
RELATORA: Deputada RAQUEL MUNIZ.

PROJETO DE LEI Nº 351/15 – do Sr. Felipe Bornier – que "dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de atendimento contínuo em creches, destinadas à Educação infantil". (Apensado: PL 871/2015)
RELATOR: Deputado DIEGO GARCIA.

COMISSÃO DO ESPORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 04
HORÁRIO: 14h

A – Reunião Deliberativa:

Constituição das Subcomissões e apreciação dos Procedimentos Internos da Comissão.

B – Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 22/15 Do Sr. Arnaldo Jordy – que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre medidas e propostas para a modernização da gestão e a responsabilidade fiscal das entidades desportivas profissionais no Brasil".

REQUERIMENTO Nº 23/15 Do Sr. João Derly – que "requer a realização de Audiência Pública para debater o tema violência nos estádios".

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 08-04-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 331/15 – do Sr. Hélio Leite – que "cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE incidente sobre os direitos de transmissão de imagem da entidade de administração nacional do futebol brasileiro"
RELATOR: Deputado FÁBIO MITIDIERI.

PROJETO DE LEI Nº 651/15 – do Sr. Luiz Nishimori – que "dispõe sobre o incentivo, em forma de apoio, a atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas de alto rendimento comprovado, para participação em competições regionais, nacionais e internacionais, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 755/15 – do Sr. Betinho Gomes – que "acrescenta dispositivos ao artigo 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a distribuição dos recursos oriundos da comercialização dos direitos de transmissão de imagem de eventos esportivos".

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 11
HORÁRIO: 09h30min

A – Audiência Pública:

Avaliar e discutir o andamento de obras aeroportuárias na Região Amazônica.

Requerimento 02/15 de autoria da Deputada Julia Marinho, subscrito pelos Deputados Arnaldo Jordy, Cacá leão, Rocha e Zé Geraldo.

Convidados:

Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC); e
Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 483/15 – do Sr. Adail Carneiro – que "dispõe sobre os usos a serem priorizados para as águas oriundas da transposição do rio São Francisco nos Estados da região Nordeste".
RELATOR: Deputado VITOR VALIM.

PROJETO DE LEI Nº 533/15 – do Sr. Dagoberto – que "cria áreas de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PROJETO DE LEI Nº 612/15 – do Sr. Rômulo Gouveia – que "dispõe sobre a contratação de energia elétrica proveniente da fonte solar em instalações geradoras situadas na região Nordeste".
RELATOR: Deputado CACÁ LEÃO.

PROJETO DE LEI Nº 648/15 – do Sr. Luiz Nishimori – que "cria Área de Livre Comércio no Município de Guaíra, Estado do Paraná".
RELATOR: Deputado ALFREDO NASCIMENTO.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07-04-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 616/15 – do Sr. Felipe Bornier – que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos Estados e Municípios desenvolverem políticas públicas mínimas de proteção animal para celebração de convênios com a União".
RELATOR: Deputado RICARDO IZAR.

PROJETO DE LEI Nº 654/15 – do Sr. Luiz Nishimori – que "dispõe sobre a proibição do uso de amálgama dentária, composta por mercúrio, para restauração dentária".
RELATOR: Deputado RODRIGO MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 661/15 – do Sr. Daniel Vilela – que "cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia".
RELATOR: Deputado ROBERTO BALESTRA.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 523/15 – do Sr. Carlos Bezerra – que "proíbe a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagem de produtos alimentícios".
RELATOR: Deputado ROBERTO SALES.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 443/15 – do Sr. Jair Bolsonaro – que "denomina "Mar Presidente Médici – Amazônia Azul" a Zona Econômica Exclusiva brasileira, faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial".
RELATOR: Deputado JUTAHY JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 669/15 – do Sr. William Woo – que "altera o art. 14 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para autorizar a concessão de visto por dois anos a estrangeiro que venha desenvolver atividades religiosas no Brasil".
RELATOR: Deputado EROS BIONDINI.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 5
HORÁRIO: 14h

A – Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 8/15 Do Sr. Subtenente Gonzaga – que "requer a criação de Subcomissão Especial no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para analisar as propostas que tramitam na Câmara dos Deputados, com vistas a desenhar uma nova arquitetura institucional da Segurança Pública com a adoção da Polícia de Ciclo Completo".

REQUERIMENTO Nº 13/15 Do Sr. Major Olimpio – que "requer a criação de uma Subcomissão Especial, dentro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO, com o objetivo de promover estudos e apresentar propostas de modernização da Legislação Brasileira para que medidas efetivas de combate aos roubos de cargas e de transporte de valores sejam tomadas".

REQUERIMENTO Nº 15/15 Do Sr. Alexandre Leite e outros – que "requer a criação de Subcomissão Permanente para tratar do controle de armas, munições e explosivos".

REQUERIMENTO Nº 16/15 Do Sr. Alexandre Leite – que "requer realização de Audiência Pública para tratar da edição da Portaria 01, de 16/01/2015, do Comando Logístico do Exército (COLOG), que dispõe sobre a regulamentação das atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça, e seus reflexos junto a esses segmentos".

REQUERIMENTO Nº 21/15 Do Sr. Cabo Sabino – que ""Requerer a realização de Audiência Pública visando discutir a jornada de trabalho dos Policiais e Bombeiros Militares Estaduais do Brasil.""

B – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 6.990/13 – do Sr. Antonio Brito – que "altera a Lei nº 7.210, de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal"".
RELATOR: Deputado WILSON FILHO.
PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 7.611/14 – da Sra. Gorete Pereira – que "inclui parágrafo único ao art. 11 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, disciplinando a custódia de armas à disposição do juízo".
RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.
PARECER: pela aprovação.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 31-03-15

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 84/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "altera a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984) para restringir os depósitos em contas bancárias relacionadas à remuneração e benefícios previdenciários inerentes à condição do presidiário".
RELATOR: Deputado LAUDIVIO CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 101/15 – do Sr. Alceu Moreira – que "altera a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para excluir a exigência de autorização judicial e da presença do Ministério Público, para a realização da incineração das drogas apreendidas pela polícia judiciária".
RELATOR: Deputado DELEGADO ÉDER MAURO.

PROJETO DE LEI Nº 191/15 – do Sr. Vicentinho – que "altera a Lei 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística".
RELATOR: Deputado LAUDIVIO CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 193/15 – do Sr. Major Olimpio Gomes – que "regulamenta o § 7º do art. 144, que versa sobre organização e funcionamento dos órgãos integrantes do sistema de segurança pública reconhecendo a atividade como insalubre e de risco".
RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.

PROJETO DE LEI Nº 246/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "disciplina a declaração da perda da propriedade ou posse adquiridas por atividade ilícita, regulamenta a Ação Civil Pública de Extinção de Domínio para tal fim, e dá outras providências". (Apensados: PL 355/2015 e PL 856/2015)
RELATOR: Deputado RONALDO MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 344/15 – do Sr. Capitão Augusto – que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LAUDIVIO CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 347/15 – da Sra. Rosangela Gomes – que "acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências".
RELATORA: Deputada MOEMA GRAMACHO.

PROJETO DE LEI Nº 374/15 – do Sr. Laudivio Carvalho – que "altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, com o objetivo de ampliar os mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PROJETO DE LEI Nº 404/15 – da Sra. Luiza Erundina – que "acrescenta artigos à Lei 12.594 de 18 de Janeiro de 2012, Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para dispor sobre a revista pessoal".
RELATOR: Deputado POMPEO DE MATTOS.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

LOCAL: Anexo II, Plenário 07
HORÁRIO: 10h

A – Audiência Pública:

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

(Requerimentos nº 16 do Deputado Pompeo de Mattos, subscrito pelos Deputados Carlos Busato e Flávia Moraisda CSSF e nº 06 do Deputado André Figueiredo da CTASP)

Tema:

"Expor as ações em desenvolvimento e metas a serem cumpridas no exercício de 2015, bem como os impactos sociais das novas disposições estabelecidas pela MP nº664/2014".

Convidado:

CARLOS EDUARDO GABAS
MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 07
HORÁRIO: 14h30min

A – Audiência Pública:

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

(Requerimento nº 01 dos Deputados Misael Varella, Diego Garcia, Leandre, Carmen Zanotto, Geraldo Resende, Luiz Carlos Buzato, Jorge Solla e Carlos Gomes)

Tema:

"Debater o reajuste da tabela do SUS aplicável aos hospitais filantrópicos."

Convidados:

ELAINE MARIA GIANNOTTI
Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas do Ministério da Saúde

MÁRIO MEDEIROS
Diretor Institucional da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO
Presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – FEDERASSSANTAS

FÁBIO AUGUSTO DE CASTRO GUERRA
Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 01/04/2015)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.402/99 – do Sr. Dr. Evilásio – que "modifica a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, estabelecendo restrições à propaganda de medicamentos e terapias". (Apensados: PL 2117/1999, PL 2191/1999, PL 2880/2000, PL 3513/2000, PL 3752/2000, PL 5532/2001, PL 4572/2001, PL 1739/1999 (Apensado: PL 2322/2000), PL 5211/2005, PL 7571/2006, PL 3511/2008, PL 5729/2009 (Apensado: PL 404/2011), PL 5924/2009, PL 6724/2010 e PL 4286/2012)
RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

LOCAL: Anexo II, Plenário 07
HORÁRIO: 10h

A – Audiência Pública:

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

(Requerimentos nº 16 do Deputado Pompeo de Mattos, subscrito pelos Deputados Carlos Busato e Flávia Morais da CSSF e nº 06 do Deputado André Figueiredo da CTASP)

Tema:

"Expor as ações em desenvolvimento e metas a serem cumpridas no exercício de 2015, bem como os impactos sociais das novas disposições estabelecidas pela MP nº 664/2014".

Convidado:

CARLOS EDUARDO GABAS
MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS COM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS INFRACONSTITUCIONAIS DA REFORMA POLÍTICA

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 13
HORÁRIO: 10h

A – Reunião de Instalação e Eleição:

I – Instalação da Comissão; e

II – Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTUDAR E DEBATER OS EFEITOS DA CRISE HÍDRICA, BEM COMO PROPOR MEDIDAS TENDENTES A MINIMIZAR OS IMPACTOS DA ESCASSEZ DE ÁGUA NO BRASIL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 14
HORÁRIO: 10h

A – Reunião de Instalação e Eleição:

I – Instalação da Comissão;

II – Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTUDAR E PROPOR MELHORIAS NA SISTEMÁTICA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS E DE CONFERÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 16
HORÁRIO: 10h

A – Reunião de Instalação e Eleição:

I – Instalação da Comissão;

II – Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 182, DE 2007, DO SENADO FEDERAL, QUE ALTERA OS ARTS. 17, 46 E 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ASSEGURAR AOS PARTIDOS POLÍTICOS A TITULARIDADE DOS MANDATOS PARLAMENTARES E ESTABELECER A PERDA DOS MANDATOS DOS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO E DO PODER EXECUTIVO QUE SE DESFILIAREM DOS PARTIDOS PELOS QUAIS FOREM ELEITOS (PEC DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA), E APENSADAS

REUNIÃO ORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 13
HORÁRIO: 10h30min

A – Audiência Pública:

Tema: Reforma Política com ênfase em Sistemas Eleitorais e Financiamento de Campanha.

Convidados:

Prof. Emir Sader – Cientista Político

(Requerimentos nº 15, do Dep. Marcus Pestana, nº 21, da Dep. Moema Gramacho, e nº 29, do Dep. Indio da Costa).

*Audiência Pública interativa.

Acesse: http://edemocracia.camara.gov.br/web/eventosinterativos

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1572, DE 2011, DO SR. VICENTE CANDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL"

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (15 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 17-04-15

Projetos de Lei (Art. 205, §4º)

PROJETO DE LEI Nº 1.572/11 – do Sr. Vicente Candido – que "institui o Código Comercial".

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2011, DO SR. WELINTON PRADO, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME DE APROVEITAMENTO DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS, COM EXCEÇÃO DOS MINÉRIOS NUCLEARES, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS E DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SUBMETIDAS AO REGIME DE LICENCIAMENTO DE QUE TRATA O INCISO III DO ART. 2º DO DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967", E APENSADOS (MINERAÇÃO)

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 14
HORÁRIO: 14h

Reunião

Debate sobre o parecer ao PL 37/11 e apensados

Convidados: (PRESENÇAS CONFIRMADAS)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia;

MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES, Diretor do Departamento de Indústrias Intensivas em Mão de Obra e Recursos Naturais da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

JOSÉ GUILHERME RAMOS, Subsecretário de Políticas Minerais e Energéticas do Estado de Minas Gerais;

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA,, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;

CELSO COTA, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG;

JOSÉ FERNANDO COURA, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM;

OSVALDO BARBOSA FERREIRA FILHO,, Vice-Presidente do Sinagencias.

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE, ESTUDO E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À LEI 8.666, DE 1993 (INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 11
HORÁRIO: 14h

A – Reunião Deliberativa:

Deliberação de requerimentos (apresentados até as 18h30 da véspera da reunião).

B – Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2/15 Do Sr. Celso Maldaner – que "requer a realização de audiência pública na Comissão Especial com representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, da Federação Catarinense dos Municípios – FECAM, e da Confederação Nacional dos Municípios – CNM".

REQUERIMENTO Nº 3/15 Do Sr. Luiz Carlos Busato – que "requer que seja realizada, nessa Comissão Audiência Pública para discutir a importância do Projeto Completo nas Obras Públicas. Convidados: HAROLDO PINHEIRO – Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR); – JOSÉ TADEU DA SILVA – Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) – SÉRGIO MAGALHÃES – Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Nacional (IAB/DN); – JAIME LERNER – Arquiteto e Urbanista, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná; – EDUARDO SAMPAIO NARDELLI – Presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA); – JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO); – ANDRÉ PACHIONI BAETHA – Engenheiro e Auditor Federal de Controle Externo do tribunal de Contas da União (TCU)".

REQUERIMENTO Nº 4/15 Do Sr. Luiz Carlos Busato – que "requer que seja realizada, nessa Comissão Audiência Pública para discutir os prejuízos da contratação de serviços de arquitetura e engenharia por pregão. Convidados: – HAROLDO PINHEIRO – Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR); – JOSÉ TADEU DA SILVA – Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) – CARLOS ROBERTO SOARES MINGIONE – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO) Regional de São Paulo; – JEFERSON SALAZAR – Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA);"

REQUERIMENTO Nº 6/15 Do Sr. Helder Salomão – que "requer a realização de audiência pública com Órgãos Federais de Controle Interno e Externo".

REQUERIMENTO Nº 7/15 Do Sr. Helder Salomão – que "requer a realização de audiência pública no com organizações da sociedade civil e de municípios".

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS CIRCUNSTANCIAS EM QUE OCORRERAM E OS DESDOBRAMENTOS DA PRISÃO DO PREFEITO DA CIDADE DE CARACAS, ANTONIO LEDEZMA, PELO SERVIÇO BOLIVARIANO DE INTELIGÊNCIA NACIONAL (SEBIN)

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Sala de Reuniões das Comissões Temporárias, Anexo II, Ala B, Sala 165
HORÁRIO: 17h

A – Reunião Deliberativa:

Assuntos de interesse da Comissão.

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTES, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO "TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO", BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 12
HORÁRIO: 14h30min

A – Audiência Pública:

Audiência Pública, com os seguintes convidados (confirmados):

Sr. **Davi Ferreira Gomes Barreto**
Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária do TCU (SeinfraHidroferrovia);

Sr.**Sérgio Veiga Fleury**
Diretor da SeinfraHidroferrovia do TCU

TEMA: Conhecimento dos relatórios das auditórias do Tribunal de Contas da União referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

(Requerimento nº 5/15, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos)

B – Deliberação de Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 9/15 Do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que "requer a realização de Audiência Pública para discutir atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e solicita que, na oportunidade, seja convidado Diretor-Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e o Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)".

REQUERIMENTO Nº 10/15 Do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que "requer a realização de Audiência Pública para discutir atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e solicita que, na oportunidade, sejam convidados o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, o Presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa)"

REQUERIMENTO Nº 11/15 Do Sr. Rômulo Gouveia – que "requer encaminhamento de Indicação ao Ministro de Estado da Integração Nacional sugerindo adoção de providências para acelerar a conclusão das obras da transposição do Rio São Francisco e abertura do terceiro eixo da transposição no Vale do Piancó(PB)".

REQUERIMENTO Nº 12/15 Do Sr. Beto Rosado – que "requer a realização de Seminário no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, para mostrar e debater o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – com ênfase no Eixo Norte, com a participação das seguintes autoridades: Representantes da Comissão Externa sobre a Transposição do Rio São Francisco da Câmara dos Deputados; do Ministério da Integração Nacional; do Ministério do Meio Ambiente; do Conselho Gestor do Projeto de Transposição do Rio São Francisco; da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN); do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN)".

REQUERIMENTO Nº 13/15 Do Sr. Adail Carneiro – que "requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a operacionalização e gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional com os seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Águas, representante do Comitê da Bacia do Vale do São Francisco, representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e o Presidente da CODEVASF".

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 03
HORÁRIO: 09h30min

A – Audiência Pública:

Audiência Pública com a participação do Senhor:

Glauco Colepicolo Legatti, ex-Gerente de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima (Renest).

(Convocação: Reqs. ns. 321, 264 e 378 de 2015).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 05
HORÁRIO: 09h30min

A – Reunião de Eleição:

Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

III – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 02
HORÁRIO: 14h

A – Reunião de Eleição:

Eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para 2015.

IV – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 30/03/2015:

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 889/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 965/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.102/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.235/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.242/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.344/2013
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.484/2014
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.510/2014
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.512/2014
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.516/2014
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.521/2014
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.548/2014
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.573/2014
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.582/2014
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.583/2014

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 21 minutos.)

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

AVISO

Nº 33/2015 – do Banco Central do Brasil – Encaminha ao Congresso Nacional o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de fevereiro de 2015.

PROJETO DE LEI

Nº 963/2015 – da Srª. Tereza Cristina – Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.

Nº 964/2015 – do Sr. Hélio Leite – Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para dispor sobre a priorização dos municípios localizados até dez quilômetros ao redor das margens dos reservatórios das usinas hidrelétricas e das suas redes de transmissão de energia no processo de universalização dos serviços públicos de energia elétrica no meio rural.

Nº 965/2015 – do Sr. Jorginho Mello – Denomina "Viaduto Arivaldo Angelo Pancera" o viaduto transversal localizado à BR-282 no Município de Catanduvas, que liga os Bairros Centro-Oeste e Sayonara ao Centro da Cidade de Santa Catarina.

Nº 966/2015 – do Sr. Lincoln Portela – Altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, para tipificar como crime a zoofilia.

Nº 967/2015 – do Sr. Delegado Waldir – Dispõe sobre a proibição de uso de modelos mulheres para divulgação de propagandas de lingerie e afins em vias públicas, bem como em mídias visuais como TV, Jornais impressos e similares.

Nº 968/2015 – do Sr. Delegado Waldir – Dispõe sobre a proibição de propagandas e divulgações que incentivem, facilitem ou incitem a prostituição em estabelecimentos como casas noturnas, motéis e em mídias como canais de TV, jornais e similares e dá outras providências.

Nº 969/2015 – do Sr. Zeca Dirceu – "Dispõe sobre os programas de residência em enfermagem."

Nº 970/2015 – do Sr. Marcelo Squassoni – Altera a Lei n. 9.074, de 07 de julho de 1995, que "estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências", e cria a Lei da "portabilidade da conta de energia elétrica".

Nº 971/2015 – do Sr. Alfredo Nascimento – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar à instituição financeira a realização de débito em contas de depósito sem prévia autorização do consumidor.

Nº 972/2015 – do Sr. Marco Tebaldi – Dá nova redação ao Art. 85º da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a sinalização vertical na via de travessia de pedestres, e dá outras providencias.

Nº 973/2015 – do Sr. Chico D'Angelo – Acresce artigo à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tipificar a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza.

Nº 974/2015 – do Sr. William Woo – Acrescenta parágrafos ao art. 105 e altera a redação do "caput" do art. 108 e do §1º do art. 122 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

Nº 975/2015 – do Sr. William Woo – Acrescenta o art. 15-A na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, estabelecendo critérios para a concessão de visto temporário e autorização de trabalho nos casos que especifica.

Nº 976/2015 – do Sr. William Woo – Altera o parágrafo único do art. 291 e o art. 301 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e acresce dispositivos ao mesmo diploma legal.

Nº 977/2015 – do Sr. Pompeo de Mattos – Modifica os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer novos limites para dispensa de licitação por valor da contratação.

Nº 978/2015 – do Sr. Pompeo de Mattos – Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, para regulamentar o exercício de estágio profissional por bacharéis em Direito.

Nº 979/2015 – do Sr. Wadson Ribeiro – Criminaliza a discriminação pelo uso de vestimentas ou paramentos religiosos.

Nº 980/2015 – do Sr. Wadson Ribeiro – Criminaliza a apologia ao retorno da ditadura militar ou a pregação de novas rupturas institucionais.

Nº 981/2015 – do Sr. William Woo – Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório, previsto na Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009.

Nº 982/2015 – do Sr. Fábio Ramalho – Acrescenta dispositivos ao artigo 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a distribuição dos recursos oriundos da comercialização dos direitos de transmissão de imagem de eventos esportivos.

Nº 983/2015 – do Sr. Jhc – Determina a obrigatoriedade de registro em vídeo dos procedimentos que especifica, e dá outras providências

Nº 984/2015 – do Sr. Domingos Neto – Altera o art. 302 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir nova situação de flagrância, consistente no registro de imagens da conduta delitiva por meio de câmeras de segurança ou dispositivos de filmagem congêneres.

Nº 985/2015 – do Sr. Domingos Neto – Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988, para majorar as penas ali previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano e dá outras providências.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 28/2015 – do Sr. Domingos Neto – Altera o art. 66 e o art. 67, da Resolução n. 17, de 1989 – Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

INDICAÇÃO

Nº 213/2015 – do Sr. João Derly – Sugere ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que sejam tomadas providências no sentido de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) forneça crédito em condições favorecidas para a aquisição de geradores de energia alternativa (eólica, solar, etc.) pelas pessoas físicas.

Nº 214/2015 – do Sr. Zeca Dirceu – "Sugere à Casa Civil o aproveitamento da mão de obra de presidiários do regime semiaberto em obras do Programa Minha Casa, Minha Vida."

Nº 215/2015 – do Sr. Zeca Dirceu – "Sugere a inclusão do fármaco pregabalina (Lyrica) no rol de medicamentos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS."

Nº 216/2015 – do Sr. Zeca Dirceu – "Sugere realização de campanha nacional para inspeção e informação sobre sistemas contra incêndio, em locais e estabelecimentos frequentados por grande número de pessoas."

Nº 217/2015 – do Sr. Zeca Dirceu – "Sugere a realização de campanha de conscientização sobre os riscos da automedicação."

Nº 218/2015 – do Sr. Cícero Almeida – Sugere a Ministra dos Direitos Humanos, para que sejam adotadas providências no sentido de coibir que empresas aeronáuticas procedam de forma desrespeitosa no trato com pacientes portadores de deficiência.

Nº 219/2015 – do Sr. Cícero Almeida – Sugere a Ministro da Aviação Civil, para que sejam adotadas providências no sentido de coibir que empresas aeronáuticas procedam de forma desrespeitosa no trato com pacientes portadores de deficiência.

Nº 220/2015 – do Sr. Arthur Virgílio Bisneto – Sugere o envio de Indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, no sentido que seja autorizada a recuperação e pavimentação da BR-319, do trecho que compreende o município de Manaus, no Estado do Amazonas, ao município de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Nº 221/2015 – do Sr. Weliton Prado – Sugere ao Ministro de Estado dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), as providências urgentes e necessárias diante dos indícios de descumprimento de contrato por parte da concessionária Autopista Fernão Dias, responsável desde 2008 pela administração e conservação da Rodovia Fernão Dias (BR-381), com vistas a intervir em defesa dos contribuintes/consumidores que sofreram com a falta de um plano de emergência que pudesse solucionar o bloqueio de trecho da estrada por 31 horas ocasionado por uma carreta aparentemente com problemas mecânicos.

Nº 222/2015 – do Sr. Weliton Prado – Sugere ao Ministério de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pedido de providências urgentes para que não sejam autorizados índices de aumento de tarifas no processo de Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), diante do lucro líquido bilionário da empresa registrado em 2014 de R$ 3,1 bilhões.

Nº 223/2015 – do Sr. Marx Beltrão – Sugere ao Ministério do Turismo a adoção de medidas para a execução das obras de Duplicação da Rodovia AL 101 Norte – Maceió/Maragogi, no estado de Alagoas.

Nº 224/2015 – do Sr. Marx Beltrão – Sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a adoção de medidas para a execução das obras de Duplicação da Rodovia AL 101 Norte – Maceió/Maragogi, no estado de Alagoas.

Nº 225/2015 – do Sr. Rômulo Gouveia – Sugere ao Ministro de Estado das Cidades, alteração da Portaria nº 595 de 18/12/2013 no item 5.4.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 249/2015 – do Sr. Sóstenes Cavalcante – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Cultura acerca dos projetos culturais incentivados pela Lei Rouanet no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 250/2015 – do Sr. Sóstenes Cavalcante – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Cultura acerca dos projetos culturais incentivados pela Lei Rouanet no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 251/2015 – do Sr. Sóstenes Cavalcante – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre o controle da Jornada de Trabalho dos Pilotos Comerciais.

Nº 252/2015 – do Sr. Sóstenes Cavalcante – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre o controle da Jornada de Trabalho dos Pilotos Comerciais.

Nº 253/2015 – do Sr. Sóstenes Cavalcante – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre o controle da Jornada de Trabalho dos Pilotos Comerciais.

Nº 254/2015 – do Sr. Arthur Virgílio Bisneto – Requer ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia informações sobre a doação de usina termelétrica brasileira à Bolívia.

Nº 255/2015 – do Sr. Arthur Virgílio Bisneto – Requer ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social informações a respeito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS no Estado do Amazonas.

Nº 256/2015 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – Requer informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia sobre o gasto de R$ 60 milhões para reforma, modernização e doação da usina térmica do Rio Madeira, em favor da Bolívia.

Nº 257/2015 – do Sr. Professor Victório Galli – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação acerca dos Programas e Ações voltados para Construção e Custeio de Creches para o Estado do Mato Grosso – MT.

Nº 258/2015 – do Sr. Professor Victório Galli – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação acerca dos Programas e Ações voltados para a Educação Profissional no Estado do Mato Grosso – MT.

Nº 259/2015 – do Sr. Professor Victório Galli – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação acerca dos Programas e Ações voltados para o Transporte Escolar na Educação Básica do Estado do Mato Grosso – MT.

Nº 260/2015 – do Sr. Professor Victório Galli – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde acerca dos Investimentos na Politica Nacional de Saúde Mental no Estado do Mato Grosso – MT.

Nº 261/2015 – do Sr. Jhc – Requer o envio de pedido de informações por escrito ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social para que sejam encaminhados ao gabinete do requerente as informações que especifica.

Nº 262/2015 – do Sr. Professor Victório Galli – Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação acerca dos Programas e Ações voltados para a Educação Especial no Estado do Mato Grosso – MT.

REQUERIMENTO

Nº 1212/2015 – do Sr. Lincoln Portela – Solicita o apensamento do Projeto de Lei n. 644/2015, que "define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências." ao Projeto de Lei n. 6361/2009.

Nº 1213/2015 – do Sr. Veneziano Vital do Rêgo – Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3249, de 2012, que "Altera a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000", que "dá prioridade de especifica, e dá outras providências", para determinar atendimento prioritário e reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para pessoas com obesidade mórbida".

Nº 1214/2015 – do Sr. Marcon – Requer que seja retirada a minha assinatura de apoio à PEC 012/2015.

Nº 1215/2015 – do Sr. Aluisio Mendes – Requer a recriação de Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 6493, de 2009, do Poder Executivo.

Nº 1216/2015 – da Comissão de Finanças e Tributação – Requer a reconstituição do Projeto de Lei nº 3.674, de 2012.

Nº 1217/2015 – do Sr. José Carlos Aleluia – Requer a criação da Comissão Externa Temporária, com ônus para esta Casa, para acompanhar e coletar informações acerca das investigações sobre irregularidades na gestão do Fundo de Pensão dos Correios, Postalis.

Nº 1218/2015 – da Srª. Erika Kokay – Requer o registro da Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento as DST/HIV/AIDS.

Nº 1219/2015 – do Sr. Mendonça Filho – Requer urgência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do PL nº 6.726, de 2013, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de concessão, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, e dá outras providências.

Nº 1220/2015 – do Sr. Helder Salomão – Requer a retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 12/2015.

Nº 1221/2015 – do Sr. Uldurico Junior – Requer inclusão, na Ordem do Dia, Proposta de Emenda à Constituição n° 555 de 2006 que "Revoga o dispositivo da Emenda Constitucional – Reforma da Previdência , acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados (Contribuição de Inativos)"

Nº 1222/2015 – do Sr. Arthur Virgílio Bisneto – Voto de Regozijo ao lutador amazonense Marcos Loro pela conquista do cinturão do Bellator 135, tornando-se campeão mundial dessa modalidade esportiva.

Nº 1223/2015 – do Sr. Arthur Virgílio Bisneto – REQUER Voto de Louvor ao Município de Amaturá/AM, pelo transcurso de seu 60º aniversário de fundação.

Nº 1224/2015 – dos Líderes – RequeR, nos termos do art. 155 do Regimento Interno desta Casa, URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 730, de 2015, que "Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa, entre União, Estados e Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de máquinas perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de municípios integrantes do semiárido brasileiro.

Nº 1225/2015 – do Sr. Rômulo Gouveia – Requer o envio de voto de pesar pelo falecimento da Srª MARIA DAS GRAÇAS MARINHO SANTOS, ocorrido em 26 de março de 2015.

Nº 1226/2015 – do Sr. Jair Bolsonaro – Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, que altera a redação dos artigos 21, 32 e 144, da Constituição Federal, criando as polícias penitenciárias federal e estaduais.

Nº 1227/2015 – do Sr. Eduardo Bolsonaro – Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, que altera a redação dos artigos 21, 32 e 144, da Constituição Federal, criando as polícias penitenciárias federal e estaduais.

Nº 1228/2015 – do Sr. Carlos Zarattini – Solicita a retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 012 de 2015.

Nº 1229/2015 – do Sr. Laerte Bessa – Requer a criação de Comissão Especial para apreciar e acompanhar os projetos que tratam da Lei de Execução Penal.

Nº 1230/2015 – do Sr. João Daniel – Requer a retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 12/2015.

Nº 1231/2015 – do Sr. Ricardo Izar – Requeremos nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3490/2012, do Deputado Ricardo Izar, que dispõe "sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e da outras providências".

Nº 1232/2015 – do Sr. Professor Victório Galli – Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados para homenagear o dia da Bíblia.

PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

PROJETO DE LEI Nº 779, DE 2015

(Do Sr. William Woo)

Dispõe sobre a redução de alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de néctares, sucos de frutas e bebidas a base de soja.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-5037/2013.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Esta Lei modifica a Lei n° 10.925, de 23 d e Julho de 2004, para Dispões sobre a redução de alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de néctares, sucos de frutas e bebidas a base de soja.

Art. 2° O artigo 1° da Lei n° 10.925, de 23 de Jun ho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 1º.....

"XIV – néctares de frutas (classificados no EX 02 da posição 22.02.90.00 da TIPI); os sucos de frutas (classificados na posição 20.09 da TIPI) e; as bebidas a base de soja (classificadas no EX 01 na posição 2202.90.00)". (NR)

Parágrafo Único – O Poder Executivo regulamentará a aplicação das disposições deste artigo.

Art. 3° A redução a 0 (zero) das alíquotas da cont ribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, para os produtos relacionados no inciso XIV, não se aplica às operações de importações, caso em que serão aplicadas as alíquotas estabelecidas nos incisos I e II do artigo 8º da Lei 10.865/2004.

Art. 4° Aos valores apurados na forma do parágrafo segundo deste artigo, não se aplicam as disposições do artigo 15 da Lei 10.865/04, no caso, esses valores não poderão ser utilizados para descontar as contribuições do PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, apurados na forma dos artigos 2º e 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/03.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O "Néctar de Frutas", o "Suco de Frutas" e a "Bebida a Base de Soja", são bebidas não fermentadas, obtidas da diluição em água potável da parte comestível do vegetal e açúcares ou de extrato vegetais e açúcares, podendo ser adicionada de ácidos, e destinada ao consumo direto.

Enquadram-se, portanto, na categoria de alimentos líquidos, prontos para o consumo, advindos ou contendo polpas de frutas e soja, que, dentre outros, contribuem para suprir as necessidades nutricionais diárias dos indivíduos, no que diz respeito a ingestão de energia, carboidratos, proteínas e sais minerais.

Esses alimentos líquidos, por ser uma fonte de energia e de nutrientes essenciais, podem ser considerados uma opção interessante para a população em geral, principalmente para as ocasiões de consumo em que o produto geralmente se insere: lanches, acompanhando refeições, merenda escolar, em substituição a outras bebidas que não possuem polpa de fruta ou soja, em quantidade significativa em sua composição.

Por conterem polpas de frutas ou soja em suas formulações, os néctares de frutas, os sucos de frutas e as bebidas a base de soja, se aproximam mais dos alimentos naturais, sendo uma opção mais saudável para o consumo diário do que os produtos de características essencialmente artificiais. Além disso, não precisam de nenhum preparo ou ingrediente adicional, podendo ser facilmente adquiridos, transportados e consumidos.

Sem prejuízo disso, os néctares de frutas, os sucos de frutas e, as bebidas a base de soja, como cediço, têm gosto agradabilíssimo, facilmente aceito por todos os paladares. Tanto é assim, que esses produtos são introduzidos na merenda escolar das instituições públicas de ensino fundamental, bem como nos Hospitais Infantis, em especial porque não padecem de problemas de aceitação junto às crianças, pelo contrário são facilmente consumidos.

Dessa forma, mostra-se imprescindível que esses produtos tenham um custo mais acessível e, conseqüentemente, maior penetração nas camadas de baixa renda, onde as carências nutricionais e o acesso às opções mais saudáveis de consumo alimentar é mais restrito.

Deve-se notar, exemplificativamente, que os néctares de frutas e

os sucos de frutas vêm se solidificando como parte integrante da dieta alimentar da população brasileira e mundial, isso, e segundo a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais em decorrência da mudança dos "hábitos alimentares da população" que passou a procurar produtos mais naturais para a obtenção de uma vida mais saudável; passou a substituir o consumo de outras formas de derivados de frutas, como doces, que são contrários a tendência anterior; e passou a procurar produtos de maior conveniência, substituindo o consumo do fruto in natura pelo seu equivalente processado.

Por fim, deve se notar que a redução da carga tributária dos néctares de frutas, dos sucos de frutas e, as bebidas a base de soja, produzidos no Brasil, trará um aumento na demanda, isso em decorrência do correspondente barateamento do preço do produto ao seu consumidor final.

É certo que esse aquecimento de demanda trará um imediato e proporcional efeito na Fruticultura e Agricultura Brasileira, fomentando, dentre outros, o crescimento da massa de recursos direcionados ao campo, quer em decorrência dos investimentos diretos realizados, quer em decorrência do aumento de postos de trabalhos, em razão do imenso contingente de mão-de-obra necessária a esses segmentos agrícolas.

Com efeito, o crescimento do consumo dos néctares de frutas, dos sucos de frutas e, as bebidas a base de soja, mediante a redução de sua carga

tributária, reverterá favoravelmente na macroeconomia do país, pois é sabido que esse tipo de produto traz um melhor retorno social global, mediante a maior demanda de mão de obra agrícola, comparativamente a outros produtos ditos correlatos, como por exemplo, as bebidas gaseificadas.

Sem prejuízo do que já exposto, o fomento das indústrias de Néctares de Frutas, Sucos de Frutas e, Bebidas a Base de Soja, com adição de fruta, também tem o condão de melhorar o aproveitamento da fruta, visto que diminuirá sensivelmente a sua perda, situação essa que, certamente, propiciará mais alimentos para a população e contribuirá para a erradicação da fome no Brasil.

Deve destacar-se que a presente proposta só beneficiara os produtos fabricados no Brasil, visto que para as importações dos produtos citados, prevalecerá a incidência das contribuições ao PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS que, inclusive, não gerarão direito a crédito, para desconto quando da apuração das contribuições próprias, na forma dos artigos 2º e 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/03.

Por fim, imperioso destacar que o aumento do consumo supraindicado, elevará a arrecadação de outros tributos federais, nomeadamente: as contribuições ao INSS, o IPI, o IRPJ e a CSLL, o que certamente irá compensar a renúncia de arrecadação decorrente da redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS, conforme consta da presente.

Face ao notório interesse público deste Projeto, espera-se contar com o apoio e com a receptividade dos Nobres Pares.

Sala das Sessões, 18 de março de 2015. – Deputado **William Woo,** PV/SP.

PROJETO DE LEI Nº 787, DE 2015

(Do Sr. Luiz Nishimori)

Dispõe sobre a proibição para aplicação do horário de verão no Brasil.
DESPACHO: APENSE-SE AO PL 397/2007.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Revoga os dispositivos do Decreto nº Nº 6.558, DE 8 DE SETEMBRO DE 2008 que institui o horário de verão em todo território nacional.

Art. 2º e ainda, proíbe a adoção do horário de verão em todo o território nacional. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O horário de verão foi implementado no Brasil em 1931/1932, e era adotado esporadicamente até 1967. Depois de quase 18 anos sem instituir a medida, ela passa a ser adotada novamente no ano de 1985, permanecendo até os dias de hoje.

O intuito do horário de verão é aproveitar ao máximo a luz natural, que dura por um período maior dos dias de verão. Economizando assim, energia!

Porém, segundo dados estatísticos da Aneel- Agência Nacional de Energia Elétrica, a margem de economia de energia varia entre 4 a 5%, no horário de pico.

É inegável que existe um pequeno índice de economia, mas, as consequências advindas dessa adoção também são consideráveis. Fadiga, sonolência, dores de cabeça, falta de concentração e irritabilidade. São as consequências de se adiantar uma hora no relógio, e por uma economia de 4%!

Os trabalhadores e estudantes tem que levantar uma hora mais cedo, sendo que o dia sequer amanheceu, obrigados a encarar a escuridão das primeiras horas do dia, ficando sujeitos a todo tipo de violência.

As consequências advindas da adoção do horário de verão são maiores do que as consequências da não adoção da medida, uma economia tão pequena de energia não vale o sacrifício que é submetido a população.

Diante de todas as consequências apresentadas, não vale o sacrifício do povo brasileiro por essa pequena economia.

Conto, então, com a sensibilidade e o apoio dos nobres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação da proposta.

Sala das Sessões, 18 de março de 2015. – Deputado **Luiz Nishimori,** (PR/PR).

PROJETO DE LEI Nº 821, DE 2015

(Do Sr. Hildo Rocha)

Acrescenta parágrafo ao art. 67 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inserção obrigatória de prova prática didática nos concursos públicos para provimento de cargo de magistério na educação básica voltado para a docência.
DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-1287/2011.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 67 .....

.....

§ 4º O concurso público para provimento de cargo de magistério da educação básica com atribuição voltada para a docência incluirá obrigatoriamente, entre as provas referidas no inciso I deste artigo, prova prática didática, de caráter eliminatório". (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não há dúvida que o êxito da educação escolar deriva diretamente da qualificação dos profissionais do magistério, em especial dos docentes. Bons professores são atores fundamentais para a educação de qualidade.

As estratégias de recrutamento e seleção de professores são instrumentos privilegiados para que as redes públicas de ensino contratem profissionais com perfil adequado ao exercício do cargo.

Nesse sentido, no basta que os concursos públicos avaliem os conhecimentos dos candidatos ou sua titulação acadêmica. É indispensável que, previamente, sejam eles também examinados sob a ótica da aptidão para docência, por meio de prova prática que evidencie o domínio da didática, a capacidade de ministrar adequadamente uma aula e a competência no domínio das metodologias de ensino.

A escola pública precisa de professores que, além de saber o que ensinar, também saibam como fazê-lo.

Estou seguro de que a relevância da presente iniciativa haverá de receber o necessário apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015. – Deputado **Hildo Rocha.**

PROJETO DE LEI Nº 824, DE 2015

(Do Sr. Felipe Bornier)

Dispõe sobre a realização do exame de capacidade auditiva em todos os recém-nascidos do país.
DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL 484/2011.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todas as unidades dos sistemas de saúde pública e privada que realizem partos deverão submeter os recém-nascidos a exame para avaliação da capacidade auditiva.

Parágrafo único. As normas regulamentadoras definirão os procedimentos recomendados para esta avaliação.

Art. 2º Os recém-nascidos com sinais de deficiência auditiva serão imediatamente encaminhados para tratamento especializado.

Art. 3º O descumprimento sujeitará os infratores às penas cominadas na legislação sanitária.

Art. 4º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Justificação

Projeto similar foi apresentado nesta Casa, em 2012, e arquivado ao final da legislatura, nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Porque se avalia que é de extrema relevância para a saúde integral e para garantir a melhor condição de desenvolvimento de nossas crianças, voltamos a apresentar este pleito.

A falta de capacidade auditiva é um empecilho para a integração de uma pessoa ao ambiente. Desde o desenvolvimento intrauterino a criança consegue ouvir vozes e sons, em especial os do corpo materno.

Quando a perda auditiva se manifesta ao nascer, é imprescindível detectá-la com rapidez, sob o risco de comprometer não somente a fala, mas toda a vida de relação da pessoa, além de serem remotas as chances de se conseguir recuperação total. Na população geral, estima-se que de 1 a 3 em cada 1000 recém-nascidos apresentem perdas auditivas.

Algumas situações representam maior risco de surdez: história familiar, anomalias cromossômicas, estadia em UTI, infecções congênitas como herpes, sífilis, toxoplasmose e rubéola. No entanto, muitas crianças portadoras de déficit auditivo não apresentam nenhum fator de risco, o que faz com que a avaliação auditiva seja recomendada para todo recém-nato.

A realização de exames para identificar com precocidade deficiências auditivas permite adotar medidas oportunas para possibilitar o desenvolvimento pleno do indivíduo, na fala, na linguagem, no comportamento e na vida escolar. As intervenções iniciadas até os seis meses de idade possibilitam a aquisição da linguagem muito próxima do normal.

No momento atual, está sendo realizado com mais frequência, dentre outros, o exame de emissões otoacústicas evocadas, que é indolor, rápido e simples. Porém, com a incorporação de novas tecnologias à saúde, podem surgir outros exames melhores, motivo pelo qual julgamos que a definição dos testes será mais adequada se feita pelas normas regulamentadoras. Determinamos, ainda, o imediato encaminhamento daqueles que apresentem deficiência auditiva para centros de atendimento especializados.

A Sociedade Brasileira de Pediatria apoia a triagem auditiva neonatal universal. No entanto, ainda não existe obrigatoriedade de oferecer este teste para todos os recém-nascidos.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015. – Deputado **Felipe Bornier,** PSD/RJ.

PROJETO DE LEI Nº 829, DE 2015

(Da Sra. Jô Moraes)

Determina a inclusão do nome de devedor de alimentos em cadastro de inadimplentes.
DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-799/2011.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade prever a inclusão do nome de devedor de pensão alimentícia em cadastros de inadimplentes.

Art. 2º O art. 24 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo único:

"Art. 24.....

Parágrafo único. O devedor de alimentos que se ausentar do seu domicílio, sem deixar notícias, terá seu nome inscrito nos cadastros de inadimplentes, caso venha a descumprir a obrigação alimentícia imposta em sentença transitada em julgado (NR)."

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo desta proposição é resguardar o direito dos alimentandos, nos casos em que o devedor de alimentos ausenta-se do seu domicílio, sem deixar notícias, a fim de frustrar o cumprimento de obrigação imposta por sentença judicial.

Nestas hipóteses, desconhecendo o paradeiro do alimentante, a parte interessada não dispõe de meios de coerção para o pagamento dessas verbas alimentícias. Trata-se de verdadeira vitória de Pirro. A parte ganha na Justiça o direito a receber alimentos, mas a execução se impossibilita com a fuga do devedor para lugar incerto ou insabido.

A fim de coibir essa prática, A fim de coibir essa prática, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vem determinando a inclusão dos nomes desses devedores de pensão alimentícia em cadastros de inadimplentes como o SPC/Serasa. Nesse caso, para retirar o nome do cadastro de devedores, a parte inadimplente precisa pagar a dívida.

Essa decisão, todavia, é uma medida isolada, que beneficia um número pequeno e restrito de alimentandos. É necessário tornar essa solução ampla e aplicável a todos os interessados que se encontrem em situação semelhante.

Tendo em vista a não reeleição do proponente original, reapresento o PL 119/2011, dada a importância do tema para o país, a fim de prever, na Lei vigente sobre pagamento de pensão alimentícia, a regra da inscrição em cadastro de devedores dos nomes de pessoas que descumprirem a obrigação de pagar alimentos, imposta por decisão judicial transitada em julgado.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015. – Deputada **Jô Moraes,** PCdoB/MG.

PROJETO DE LEI Nº 835, DE 2015

(Do Sr. Daniel Coelho)

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que "dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências", para regulamentar o uso de cães na atividade de vigilância.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-767/2015.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que "dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências", para regulamentar o uso de cães na atividade de vigilância.

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

"Art. 10. .....

.....

§ 5º É proibida a substituição de trabalho usualmente exercido por vigilantes pela utilização de cães de guarda, e sob nenhuma hipótese o animal poderá exercer tal função sem que esteja acompanhado por um profissional humano.

§ 6º Os serviços de vigilância e de transporte de valores que utilizarem cães de guarda em suas atividades deverão fazê-lo a partir de regras de conduta, de treinamento e de promoção do bem-estar animal estabelecidas em regulamento".

Art. 3º O art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 19. É assegurado ao vigilante:

.....

V – treinamento para a utilização de cães em serviço".

Art. 4º O art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

"Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal:

.....

XI – estabelecer regras de conduta, de treinamento e de promoção do bem-estar animal quando cães forem utilizados nas atividades de vigilância e de transporte de valores".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Têm sido muitas as denúncias de maus-tratos a cães utilizados na vigilância patrimonial por empresas privadas que exercem essa atividade.

No Rio Grande do Sul, está em vigor, desde outubro de 2014, após decisão do Tribunal de Justiça do Estado, a Lei nº 14.229, de 2013, que determina a proibição do uso de animais para fins de vigilância patrimonial. Na Assembleia Legislativa de São Paulo tramita o Projeto de Lei nº 55, de 2015, proibindo o uso de cães por empresas de segurança patrimonial privada e de vigilância.

Esta proposição determina a não substituição do trabalho costumeiramente feito por vigilantes pela utilização de cães de guarda e regulamenta o uso desses animais, a partir da obrigatoriedade de treinamento específico aos vigilantes e critérios de bem-estar animal. Assim o faz por meio da alteração da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que "dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências".

Esperamos que a proposição receba o apoio dos nobres Pares para sua célere tramitação, sendo bem-vindas propostas que visem ao seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015. – Deputado **Daniel Coelho.**

PROJETO DE LEI Nº 838, DE 2015

(Do Sr. Irajá Abreu)

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para reduzir para trinta dias o período de realização da propaganda eleitoral.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-3868/2000.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 36, 52 e 57-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para reduzir para trinta dias o período de realização da propaganda eleitoral.

Art. 2º Os arts. 36, 52 e 57-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida trinta dias antes da antevéspera das eleições".

.....(NR)

.....

Art. 52. A partir do dia 2 de setembro do ano da eleição, a Justiça Eleitoral convocará os partidos e a representação das emissoras de televisão para elaborarem plano de média, nos termos do artigo anterior, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos participação nos horários de maior e menor audiência.

.....(NR)

.....

Art. 57-A. É permitida a propaganda eleitoral na internet, nos termos desta Lei, trinta dias antes da antevéspera das eleições.(NR)

....."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que apresentamos à consideração dos nobres Pares do Congresso Nacional pretende reduzir para trinta dias o prazo de realização da propaganda eleitoral.

Não propomos alteração das datas de realização de convenções nem de registro de candidatos, que permanecem as mesmas da lei eleitoral em vigor. Contudo, o presente projeto de lei estabelece que somente num período de trinta dias antes das eleições a propaganda eleitoral poderá ser realizada pelos candidatos.

A redução do período de propaganda eleitoral contribuirá para a melhoria da qualidade das informações prestadas aos eleitores sobre os candidatos e suas propostas. Concentrar os esforços para o convencimento dos eleitores em poucos dias pode ser bem mais efetivo e muito menos cansativo para eleitores e candidatos. O desgaste será, portanto, muito menor.

A diminuição da propaganda eleitoral também permitirá a redução dos gastos eleitorais, tão onerosos para os candidatos e partidos políticos, impedindo o desperdício de materiais e de esforços de todos os envolvidos nas eleições. Com essa medida, a questão do financiamento de campanha se torna menos importante, reduzindo a influência do poder econômico nos pleitos.

Certos de que a presente iniciativa conduzirá ao aperfeiçoamento do processo eleitoral pátrio, contamos com o apoio dos ilustres Pares para o aprimoramento e aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015. – Deputado **Irajá Abreu.**

PROJETO DE LEI Nº 840, DE 2015

(Do Sr. Marcos Rotta)

Altera o §3º do artigo 103 da Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos de Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-6790/2013.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera o §3º do artigo 103 da Lei n. 9.472 de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos de Emenda Constitucional nº 8, de 1995, que passará a vigorar da seguinte forma:

Art. 103 .....

§1º.....

§2º.....

§3º As tarifas serão fixadas no contrato de concessão, consoante edital ou proposta apresentada na licitação, sendo VEDADA a instituição da cobrança por meio de tarifa ou preço de assinatura básica de telefonia fixa.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando qualquer disposição normativa ou ato administrativo contrário.

Justificação

O serviço de telefonia fixa se diferencia dos serviços públicos, pois os serviços de telefonia, que podem ser prestados tanto por pessoa jurídica de direito privado ou mediante delegação do poder público, remuneram-se por meio de tarifa, já os serviços públicos são prestados mediante pagamento de taxa.

Na tarifa não há compulsoriedade, distintamente da taxa, que trata-se de tributo, tendo portanto a inequívoca natureza tributária. O STF estabeleceu a distinção entre tarifa e taxa por meio da súmula n. 545, que dispõe: "Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daquelas, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à previa autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu."

Ao bem da verdade, a tarifa básica tem se revestindo de natureza compulsória, enquadrando-se como prática abusiva, tirando do consumidor a liberdade de escolha, que acaba sedo vítima de venda casada, situação vedada pelo nosso ordenamento jurídico, conforme dispõe o art. 39, inciso I do Código de Defesa do Consumidor.

Essa cobrança tem sido realizada sistematicamente ao longo de mais de 10 anos, sem a necessária contraprestação de serviço por parte da empresa prestadora do serviço, configurando enriquecimento sem causa por parte do fornecedor.

No plano jurídico, a imposição da cobrança é nula de pleno direito, conforme dispõe do art. 51, inciso IV.

As operadoras invocam diversas normas jurídicas para embasarem a cobrança, tanto na Constituição, no artigo 21, inciso IX, que trata sobre a regulação do setor por lei ordinária, como a própria Lei Geral de Telecomunicações, objeto deste projeto, que no art. 103 passa a responsabilidade da política tarifária do setor a ANATEL, e no §3º do mesmo artigo, deixa a cargo da Agência Reguladora dispor sobre as tarifas.

A Resolução n. 426, de 2005, da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) , que aprovou o regulamento do serviço de telefonia comutado, por via do artigo 3º, XXIV define como tarifa ou preço de assinatura: "valor devido pelo assinante em contrapartida da manutenção da disponibilidade do acesso telefônico de forma individualizada para fruição contínua do serviço.".

No mais, a Resolução, por se tratar de ato administrativo, não pode criar direitos e nem deveres, apenas tratar especificamente o que determina a legislação ordinária. Tal ato é um flagrante desrespeito à Constituição Federal e ao direito do consumidor.

Portanto, não há lei autorizando a cobrança de tarifa por assinatura básica de telefonia fixa, mas apenas uma resolução lesiva que autoriza o repasse indevido de valor pertencente ao consumidor às operadoras e concessionárias de telefonia fixa, que por fim cria obrigações a terceiros, estranhos à aludida relação jurídica entre concedente e concessionária.

Isso posto, por se questão de direito, é que peço aos meus nobres pares apoio para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 19 de Março de 2015. – Dep. **Marcos Rotta,** PMDB/AM.

PROJETO DE LEI Nº 847, DE 2015

(Do Sr. Eduardo Barbosa)

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.
DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-5854/2013.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com cuidadores de pessoas com deficiência e idosos no rol das despesas dedutíveis no ajuste anual do imposto de renda da pessoa física.

Art. 2° O inciso II, do art. 8° da Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8°.....

.....

II – .....

.....

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, cuidadores de pessoas com deficiência e de idosos que necessitem de apoio extensivo e generalizado e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias; (NR)

.....

....."

Justificação

As pessoas com deficiência que apresentam sérios comprometimentos que as colocam em condições de total dependência de outrem, como, por exemplo, deficiência intelectual severa, deficiência intelectual associada a outras deficiências também severas ou graves, tetraplegia, e outras, arcam com grandes custos em relação à manutenção de cuidadores.

O mesmo ocorre com as pessoas idosas que, em decorrência das limitações impostas pelo envelhecimento, necessitam dos serviços de cuidadores, durante vinte e quatro horas para, simplesmente, garantir o seu direito à vida.

Por vezes, as despesas nem chegam a se configurar como desembolso financeiro, como é o caso de pessoas com deficiência que são obrigadas a se afastar do mercado de trabalho, ou ainda, cujos familiares são forçados a renunciar ao exercício de atividades remuneradas para cuidar de membro da família idoso ou com deficiência, casos em que a renda familiar é reduzida sensivelmente. É indispensável levar em conta as enormes dificuldades que vêm se apresentando nos dias de hoje, seja pelos novos formatos de família, seja pelo envelhecimento da nossa população.

A Convenção sobre os direitos das pessoas com Deficiência, que tem status constitucional, garante à pessoa com deficiência a igualdade efetiva de direitos as demais pessoas, sendo possível a adoção de medidas, inclusive legislativas, para garantir a efetivação de seus direitos. Embora a medida que ora propomos em rela-

ção ao imposto de renda não resolva o problema do elevado ônus de manutenção contínua e ininterrupta de cuidadores, questão que deve ser urgentemente analisada pelo Parlamento, minora o custo que a deficiência e o envelhecimento com graves comprometimentos impõem a essas pessoas.

À vista da justa regulamentação dos direitos dos empregados domésticos, o ônus advindo dessa medida é muito alto para que as pessoas com deficiência e idosos em situação de dependência, que precisam de cuidadores vinte e quatro horas por dia, possam assegurar a manutenção das suas necessidades básicas e viver com dignidade.

Diante do exposto, solicito a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015. – Deputado **Eduardo Barbosa,** PSDB/MG.

PROJETO DE LEI Nº 854, DE 2015

(Da Sra. Conceição Sampaio)

Torna obrigatória a manutenção de ao menos 1 (um) exemplar da Lei Maria da Penha em escolas e bibliotecas públicas, unidades de saúde e delegacias de polícia.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna obrigatória a manutenção de ao menos 1 (um) exemplar da Lei Maria da Penha em escolas e bibliotecas públicas, unidades de saúde e delegacias de polícia.

Art. 2° As escolas e bibliotecas públicas, as unidades de saúde e as delegacias de polícia são obrigadas a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, ao menos 1 (um) exemplar da Lei Maria da Penha (Lei n° 11.340, de 2006)

Art. 3° As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4° Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo tornar mais conhecida pela população brasileira a Lei Maria da Penha, cuja promulgação representou um marco histórico no combate à violência doméstica no país.

A edição da Lei Maria da Penha retirou da invisibilidade e do silêncio a vítima de hostilidades ocorridas na privacidade do domicílio e representou claro movimento no sentido de garantir às mulheres agredidas o acesso efetivo à reparação, à proteção e à Justiça. O Diploma buscou mitigar realidade de discriminação social e cultural existente no Brasil, mas, infelizmente, ainda são assombrosas as estatísticas referentes à violência doméstica.

Ante o quadro, a divulgação da lei, assim como a realização de campanhas educativas, constitui algo essencial para internalizar os valores representados pela norma na população, competindo aos órgãos públicos contribuir para a realização deste objetivo.

O prazo de 90 dias para a entrada do diploma em vigor busca conferir tempo razoável para que as entidades adquiram os exemplares.

Tendo isto em vista, clamo os pares a aprovar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015. – Deputada **Conceição Sampaio.**

PROJETO DE LEI Nº 857, DE 2015

(Do Sr. Capitão Augusto)

Institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Está lei institui o dia nacional de Segurança Pública.

Art. 2º Fica instituído o dia 21 de abril de cada ano, como "**O DIA NACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA.**"

Art. 3º No dia nacional da segurança pública os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios poderão promover, dentre outras as seguintes medidas:

I – seminários e eventos de discussão sobre o tema;

II – solenidade de caráter civil nos órgãos públicos homenageando pessoas que praticaram atos meritórios que contribuíram para a segurança pública;

III – instituição da medalha do mérito da segurança pública em nível municipal, estadual e federal;

IV – homenagem aos servidores e militares que foram vitimados na defesa da sociedade;

V – instituição de programas educativos nos canais de rádio e televisão educativos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todos os países desenvolvidos do mundo destinam um dia exclusivo para cultuar e homenagear as praticas de atos meritórios no campo da segurança pública.

No Brasil temos vistos a cada dia a ênfase para os aspectos negativos, permeando e aumentando o total sentimento de insegurança e a inibição da sociedade na participação de ações no campo da segurança pública.

O Poder Constituinte originário sabiamente colocou a previsão no art. 144 da Constituição Federal que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Neste sentido faz-se necessário o culto e a valorização das ações de segurança pública, buscando enraizar estes valores na cultura do povo, criando uma sociedade participativa.

Precisamos resgatar os valores nobres do serviço de segurança pública, onde todo cidadão tenha orgulho de seus órgãos públicos, confiança e participação comunitária.

Neste mês em que se destina nesta Casa uma semana de segurança pública, nada mais oportuno do que a discussão e aprovação desta matéria e virá em todo o contexto contribuir no campo mais valioso que é o dos valores morais e sociais.

Temos a certeza que os nobres pares aperfeiçoarão esta proposição e a aprovarão em benefício de toda a sociedade.

Sala das Sessões, 20 de março de 2015. – **Capitão Augusto,** Deputado Federal, PR-SP.

PROJETO DE LEI Nº 862, DE 2015
(Do Poder Executivo)
Mensagem nº 63/2015
Aviso nº 103/2015 – C. Civil

Dispõe sobre a vedação para a ocupação de cargo em comissão e função de confiança na administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União e para a ocupação como membro de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal das empresas estatais.
DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-7396/2010.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º-A. São vedadas a nomeação para cargo em comissão e a designação para função de confiança, ou seus equivalentes, na administração pública direta, autárquica e fundacional, de pessoa que se enquadre nas hipóteses do art. 1º, **caput**, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os prazos de incompatibilidade nela previstos.

§ 1º Não incidirá a vedação de que trata o **caput** quando decisão administrativa ou judicial suspender ou desconstituir o fato gerador do impedimento.

§ 2º A vedação de que trata o **caput** não se aplica aos crimes culposos, aos crimes definidos em lei como de menor potencial ofensivo e aos crimes de ação penal privada.

§ 3º O disposto nesse artigo aplica-se à nomeação para o cargo de Ministro de Estado." (NR)

Art. 2º As vedações de que trata o art. 5º-A da Lei nº 8.112, de 1990, aplicam-se à nomeação para presidente, vice-presidente, membro de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, ou seus equivalentes, em empresas públicas, em sociedades de economia mista, em suas subsidiárias e controladas, e em quaisquer empresas sob o controle direto ou indireto da União.

Parágrafo único. As vedações do **caput** se aplicam à contratação ou designação para emprego em comissão ou função de confiança, ou equivalentes, que detenham poderes de direção ou gerência, em empresas

públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, e quaisquer empresas sob o controle direto ou indireto da União, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º As vedações previstas nesta Lei se aplicam aos atuais ocupantes de cargo, função e emprego nela mencionados.

Parágrafo único. No âmbito do Poder Executivo federal, ato conjunto do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União definirá, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Lei, os procedimentos para análise da situação prevista no **caput**.

Art. 4º As dúvidas sobre a incidência das vedações previstas nesta Lei serão dirimidas, no âmbito do Poder Executivo federal, pela Controladoria-Geral da União.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

EMI nº 00004/2015 CGU MJ MP

Brasília, 18 de março de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei que tem por finalidade vedar a nomeação de pessoa que se enquadre em hipóteses mencionadas da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para cargos em comissão e funções comissionadas em toda a administração pública federal, e para membro de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal de empresas estatais, subsidiárias e controladas.

2. A proposição estabelece condições para ocupação de cargo em comissão e funções comissionadas, ou equivalentes, na administração pública federal. A proposta tem inspiração nas regras estabelecidas para os candidatos a cargo eletivo pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Esse diploma normativo, resultante de ampla mobilização popular, inclui, entre os casos de inelegibilidade, novas hipóteses que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

3. Tanto no exercício do mandato eletivo, quanto no âmbito dos demais cargos e funções públicas, a Constituição da República impõe aos que os exercem requisitos de conduta consentâneos com os princípios a que toda a administração pública deve obediência, como a moralidade e a probidade administrativa. Por isso, esse aprimoramento proposto da legislação pretende estabelecer restrições à ocupação de cargos públicos por pessoas que sofreram sanções criminais ou administrativas, o que está em linha com as diretrizes constitucionais e com os anseios da população.

4. A proposta estende a mesma vedação à ocupação de cargos de presidente, vice-presidente, membro de diretoria, conselho de administração e conselho fiscal, ou equivalentes, nas empresas estatais, incluindo subsidiárias e controladas. Com isso, busca-se também a garantia de uma boa governança nas estatais, assegurando que a composição de seus quadros esteja afinada com os princípios constitucionais relativos à probidade e à moralidade administrativa. Aplica-se também às estatais as mesmas vedações para os empregos em comissão ou funções de confiança que detenham poderes de direção ou gerência, conforme ato a ser expedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5. A proposta prevê ainda que a vedação à ocupação de cargos, empregos e funções mencionados por aqueles que se enquadrem nos dispositivos em questão da Lei Complementar nº 64, de 1990, aplique-se também aos atuais ocupantes dos cargos, empregos e funções indicados. Para tanto, prevê-se um prazo de noventa dias, a contar da publicação da lei, para que o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União editem ato conjunto para definir os procedimentos necessários à análise dessas situações.

Essas são, em síntese, as razões que nos conduzem a oferecer à elevada consideração de Vossa Excelência o presente anteprojeto de lei.

Respeitosamente, – **Valdir Moysés Simão, José Eduardo Martins Cardozo, Nelson Henrique Barbosa Filho.**

PROJETO DE LEI Nº 864, DE 2015

(Do Sr. Marco Tebaldi)

Altera o art. 121º, do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-4893/2012.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 121º, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Homicídio Simples
Art.121º – .....
Pena – reclusão, de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) anos.
.....
Homicídio Qualificado
§ 2º – .....
Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos.
Homicídio culposo
§ 3º – .....
Pena – detenção, de 4 (quatro) a 12 (dose) anos."
....."(NR)

Art. 2º Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta de alteração legislativa resulta no grande índice de crimes contra a vida, que bate recorde no Brasil, desestabilizando a sociedade e suas famílias, sem que haja uma efetiva resposta do Direito Penal ao condenar o assassino. Ciente da necessidade de conter e penalizar o crescimento vertiginoso das taxas de homicídio no país, a presente proposta visa aumentar as penas referentes aos homicídios qualificado, simples e culposo, penalizando o marginal de uma forma mais rigorosa.

Não se pode deixar de punir com mais rigor as barbáries que acontece no nosso cotidiano devido às ações desses assassinos, que destroem as famílias tirando a vida de seus entes queridos. Com o avanço significativo dos homicídios no Brasil, a redução da violência no país passa pela realização de grandes reformas na estrutura da segurança pública, incluindo mudanças nas ações policiais, no sistema penitenciário e na mudança do Código Penal, punindo severamente aqueles que frontalmente violam os preceitos constitucionais, tirando o direito à vida, à liberdade e à segurança da sociedade.

O aumento das penas referidas na presente proposta visa punir o marginal que pratica o crime de homicídio com penas mais duras, já que a conduta homicida avança sobre os pilares da sociedade a qual a Constituição Federal espraia seus princípios.

Segundo a pesquisa mais recente divulgada no Brasil pelo Instituto Avante Brasil, com dados atualizados pelo Ministério da Saúde, houve um crescimento de 7,2% no número de homicídios no Brasil, passando de 27,1 para 29 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Em 2012 o número de mortes violentas chegou a 56.337. Entre 2002 e 2012 a evolução no número de mortes chegou a 13%, de acordo o "delitômetro" projetado pelo Instituto Avante Brasil.

De acordo com o instituto, se a taxa de homicídios continuar a crescer de acordo com a taxa média de crescimento dos últimos anos, é possível prever que em 2050 o Brasil chegue ao número de 100.749 mortes anuais, ou seja, 276 homicídios por dia e 12 por hora.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o país com o maior índice de homicídios por arma de fogo per capita. O número é superior a países em conflitos, como Iraque e Afeganistão e comparado a nações africanas e caribenhas com governos e instituições precárias e instáveis.

Ao assistirmos aos noticiários, é comum nos dias de hoje defrontarmos com casos de homicídios que chocam por sua crueldade e violência que fazem parte do cotidiano das grandes cidades, onde comprova que a violência tem tomado proporções gigantescas e devastadores.

O combate a esses homicídios é um clamor social e se faz necessária uma série de ações voltadas a solucionar esse problema de insegurança e impunidade aos infratores, que acabam sendo julgados com penas de seis anos por um homicídio, sendo que a família que perdeu seu ente querido está sendo penalizado pelo resto da vida.

Acredito na sensibilidade dos nobres pares para apreciarem, contribuírem e, ao final, aprovarem o presente projeto, considerando sua contribuição fundamental para toda a nação brasileira, que tem na família sua sustentação.

Sala das sessões, 23 de março de 2015. – **Marco Tebaldi,** Deputado Federal – PSDB/SC.

PROJETO DE LEI Nº 900, DE 2015

(Do Sr. Marcus Pestana)

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências", para permitir o aviamento de receitas médicas e odontológicas em qualquer parte do território nacional, independentemente do local em que forem emitidas.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-5254/2013.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 35 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, numerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

"Art. 35.....

.....

§ 1º As receitas médicas e odontológicas, desde que emitidas por profissionais devidamente habilitados no País, poderão ser aviadas em qualquer parte do território nacional, independentemente do local de emissão, de acordo com as normas estabelecidas pela autoridade sanitária federal.

§ 2º....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Justificação

O cuidado com a saúde, enquanto necessidade primária do ser humano, deve ser promovido e estimulado pelo Estado, não obstante, a sua igual necessidade de conformação e regulamentação.

O dispositivo jurídico que se pretende alterar data de mais 40 anos atrás, quando a sociedade brasileira era muito menos dinâmica do que a atual.

Nessa medida, não há mais justificativa plausível para que referido dispositivo permaneça impondo barreiras e limites físicos que não são mais comportados em nossa sociedade.

Desta forma, impedir que a aquisição de um medicamento pode ser capaz de salvar a vida ou proporcionar melhores condições de saúde exclusivamente por imposição barreira geográfica não atende aos princípios que devem reger a proteção da vida e da saúde do cidadão.

Além disso, nada obstante haver singular regulação para venda e administração de fármacos e similares, não há justificativa plausível para reduzir a habilitação médica à determinada circunscrição, pois, o grau recebido e a regulamentação da atividade tem caráter nacional e não local.

Assim sendo, apresento o presente projeto, contando com o apoio de Vossas Excelências, para que possamos diminuir as barreiras burocráticas que impedem cuidar da saúde do cidadão brasileiro.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015. – Deputado **Marcus Pestana.**

PROJETO DE LEI Nº 904, DE 2015

(Do Sr. Guilherme Mussi)

Altera a redação dos artigos 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-4744/2012.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os artigos 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação.

"Art.32.....

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, do exercício da ética e cidadania, da responsabilidade social, da tecnologia, das artes e dos valores que compõem a sociedade.

.....

§ 5º. O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, da Ética, Convívio e Cidadania e da Responsabilidade Social, além do conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui os direitos da criança e do adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Art.36......

I – destacará a formação ética, a moral e de responsabilização social; a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da ética e cidadania;

.....

IV – serão incluídas Responsabilidade Social, Exercício de Ética, Convívio e Cidadania, a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

..... (...)"

Art. 2º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta propositura tem como objetivo inserir novas disciplinas no ensino médio e fundamental, que são respectivamente: "Ética, Convívio e Cidadania" e "Responsabilidade Social".

Tendo como prioridade a educação de nossas crianças e adolescentes juntamente com a necessidade da evolução do pensamento, apresentamos esta proposta que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para conscientizar estes jovens sobre a importância de sermos éticos e também do quanto é importante cumprir seu papel na sociedade, exercendo de forma convicta seu papel de cidadão.

Um dos objetivos desta proposta é de diminuir o preconceito com as pessoas com deficiência, inclusive com as crianças deficientes, elevar o respeito os idosos, alertar estas crianças e jovens sobre o os perigos e da responsabilização que poderá advir do abuso de álcool, do uso de drogas, e também, da responsabilização sobre o envolvimento em atos delituosos.

Com isto, as escolas poderão realizar excursões com estas crianças e adolescentes para que estes possas ver a realidade de entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Especiais – APAE's, Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD, Casas de Repouso, Casas de Recuperação de Dependentes Químicos, Orfanatos, etc.

Entendemos que a educação tem que ir além dos valores que ensinamos em nossas casas para nossos filhos. Temos fazer com que todos os ambientes que estes jovens cidadãos frequentem sejam éticos.

Acreditamos que com esta proposta, poderemos sim melhorar a educação, combater preconceitos e condutas inadequadas, por isto, nobres colegas parlamentares, conto com a colaboração de vossas excelências para aprovação desta proposta, para que possamos construir uma sociedade mais ética.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015. – **Guilherme Mussi,** Deputado Federal – PP/SP.

PROJETO DE LEI Nº 938, DE 2015

(Do Sr. Subtenente Gonzaga)

Altera a pena do crime de receptação previsto no caput e nos §§ do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providencias

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-779/1995.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a pena do caput e dos §§ do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, alem de atualizar a redação das ações tipificadas nos §§ 2º e 3º deste dispositivo legal.

Art. 2º O art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 180. .....

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º.....

Pena – reclusão, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior qualquer forma de comercio irregular ou clandestino, **inclusive por meio virtual** e o exercido em residência.

§ 3º **Possuir**, adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou estado em que se encontre, ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, ou multa, ou ambas as penas.

.....(NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto faz parte de um conjunto de temas que nos foram enviados pelo Procurador de Justiça de Minas Gerais, Rômulo Ferraz, ex-Secretário de Defesa daquele Estado, Ex-Presidente da Associação Mineira do Ministério Público, e tem por objetivo aprofundar a minha luta no combate à impunidade no Brasil e na valorização dos integrantes dos órgãos de segurança pública, em especial dos membros da Polícia Militar dos Estados.

Já apresentei, com esses objetivos, projeto que cria os crimes de desobediência a ordem policial e resistência a ação policial especificamente quando praticados em face de policiais, com penas aumentadas em razão desta peculiaridade; que altera a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para impor a liberdade obrigatória somente aos 29 anos, e não aos 21 como o é hoje, bem como permitir ao Poder Judiciário considerar, no julgamento, a vida pregressa do acusado.

Agora, pretendo oferecer, com a presente iniciativa, o aperfeiçoamento do Código Penal, no que tange ao crime de receptação. Já que o combate aos crimes de roubo, extorsão e latrocínio exigem a adoção de postura rígida do Estado, de mesmo modo, em face da receptação, desestimulando, assim, o cometimento dos crimes principais e, em especial, fazendo valer a dupla face do princípio da proporcionalidade. A receptação apresenta-se como uma atividade econômica de natureza ilícita que possibilita o acesso e a circulação de bens de origem criminosa.

A presente propositura visa, também, a atualização do § 2º e do § 3º do art. 180, primeiro, para inibir o uso da internet como meio para a pratica das ações descritas no § 1º deste mesmo dispositivo, como por exemplo, a aquisição, a venda e a exposição de coisa que deve saber ser produto de crime, virtualmente. A segunda alteração, para estender a tipificação da receptação presumida aos casos em que o agente estiver na posse de coisas das quais qualquer pessoa sabe ter procedência ilícita, atualizando, nesta oportunidade, a pena atualmente prevista para esta modalidade do crime, pois a sanção, hoje, é de um mês a um ano, ou seja, pífia e, a nosso ver encorajadora desta conduta criminosa.

Somado a tudo isto e tendo em vista a crescente participação de menores de dezoito anos na execução de crimes de roubo, principalmente no latrocínio, necessária se faz a repressão mais dura em relação a quem comete o crime de receptação em todas as suas modalidades, o que justifica a apresentação e a aprovação desta propositura.

Assim sendo, acreditando estar aperfeiçoando, mesmo que de forma pontual, a legislação criminal brasileira, conto com o apoio dos nobres Pares na rápida aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 26 de março de 2015. – Deputado **Subtenente Gonzaga,** PDT/MG.

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2015

(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Solicita o desarquivamento de proposições apresentadas a Câmara dos Deputados.

DESPACHO: Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PL 2312/2000, PL 2388/2000, PL 2490/2000, PL 3165/2000, PL 3437/2000, PL 3570/2000, PL 3671/2000, PL 3760/2000, PL 3761/2000, PL 4044/2001, PL 4225/2001, PL 4630/2001, PL 4657/2001, PL 4727/2001, PL 4948/2001, PL 5652/2001, PL 5992/2001, PL 6215/2002, PL 6611/2002, PL 6889/2002, PL 6902/2002, PL 7114/2002, PL 7373/2002, PL 7465/2002, PL 485/2003, PL 697/2003, PL 825/2003, PL 1023/2003, PL 1465/2003, PL 2517/2003, PL 2741/2003, PL 4141/2004, PL 4196/2004, PL 3086/2004, PL 6897/2006, PL 992/2007, PL 1739/2007, PL 2180/2007, PL 6334/2009, PL 640/2011, PL 7624/2014, PL 3872/2008, PL 3972/2012, PL 7929/2014, PL 3336/2008, PL 2233/2007, PL 3592/2008, PL 4148/2008, PL 7335/2014, PL 3967/1997, PL 3999/1997, PL 1780/1999, PL 3774/2000, PL 4090/2001, PL 4325/2001, PL 5518/2001, PL 6133/2002, PL 6394/2002, PL 6766/2002, PL 6881/2002,

PL 6890/2002, PL 6916/2002, PL 6947/2002, PL 7226/2002, PL 7344/2002, PL 460/2003, PL 770/2003, PL 1296/2003, PL 1312/2003, PL 1421/2003, PL 1475/2003, PL 1708/2003, PL 2039/2003, PL 2299/2003, PL 3363/2004, PL 3633/2004, PL 3652/2004, PL 3903/2004, PL 4366/2004, PL 4592/2004, PL 4613/2004, PL 4674/2004, PL 4928/2005, PL 5662/2005, PL 5871/2005, PL 5936/2005, PL 6026/2005, PL 7146/2006, PL 7597/2006, PL 380/2007, PL 434/2007, PL 577/2007, PL 682/2007, PL 695/2007, PL 917/2007, PL 918/2007, PL 924/2007, PL 952/2007, PL 1043/2007, PL 1577/2007, PL 1630/2007, PL 1781/2007, PL 1865/2007, PL 1898/2007, PL 1959/2007, PL 1996/2007, PL 2040/2007, PL 2146/2007, PL 2209/2007, PL 2847/2008, PL 2911/2008, PL 2963/2008, PL 3163/2008, PL 4114/2008, PL 4233/2008, PL 4650/2009, PL 5196/2009, PL 5248/2009, PL 4158/2001, PL 4464/2001, PL 5356/2001, PL 5926/2001, PL 3047/2004, PL 1904/2007, PL 3356/2008, PL 5671/2009, PL 2362/2007, PL 6321/2009, PL 5422/2005, PL 5946/2005, PL 7031/2006, PL 5561/2009, PL 6450/2009, PL 1016/2011, PDC 2227/2009, PDC 2228/2009, PL 6947/2010, PDC 3034/2010, PL 848/2011, PL 3102/2012, REC 158/2012 => PL 848/2011, PDC 1346/2008, PDC 1259/2013, PDC 1260/2013, PDC 1261/2013 e PDC 1427/2013, . DECLARO PREJUDICADO o pedido de desarquivamento das seguintes proposições: PDC 2552/2010, PL 7707/2010, PRC 105/2012, PL 3846/2012, PDC 713/2012 e PDC 1449/2014, haja vista a(s) proposição(ões) já se encontrar(em) desarquivada(s).Publique-se.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 17, inciso II, Alínea d, e 105, Parágrafo Único, ambos do Regimento Interno desta Casa, o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – **Luis Carlos Heinze,** Deputado Federal – PP/RS.

REQUERIMENTO Nº 370, DE 2015

(Do Sr. Laerte Bessa)

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de sessão solene no dia 13 de maio do corrente ano, para homenagear o dia do Policial Militar do Distrito Federal.

DESPACHO: Defiro. Publique-se.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de sessão solene no dia 13 de maio do corrente ano, para homenagear o dia do Policial Militar do Distrito Federal.

Justificatição

Polícia Militar do Distrito Federal foi instalada definitivamente na nova sede da capital somente em 1966, com militares que optaram por permanecer e que aguardavam o seu remanejamento do Estado da Guanabara para o Planalto Central, oficiais da reserva do Exército Brasileiro (R/2), oriundos da extinta Guarda Especial de Brasília (GEB), organização esta fardada mas de carater civil e mais alguns remanejados de outras instituições de segurança pública, em virtude da reorganização do DF em Brasília.

São mais de 200 anos de serviços prestados à Nação brasileira, a Polícia Militar do Distrito Federal dedica-se à segurança pública da capital, sua missão é garantir ao povo de Brasília e de todas as outras

cidades do Distrito Federal a tranquilidade necessária para uma vida de paz, harmonia e prosperidade.

Solicito a realização desta justa homenagem a esta corporação que muito nos orgulha, na semana em que se comemora seu aniversário.

Plenário, 09 de fevereiro de 2015. – Deputado **Laerte Bessa,** PR/DF. – Deputado **Maurício Quintella,** Líder do PR. – Deputado **Rogério Rosso,** Líder do PSD.

REQUERIMENTO Nº 372, DE 2015

(Do Sr. Laerte Bessa)

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de sessão solene no dia 22 de abril do corrente ano, para homenagear o dia do Policial Civil do Distrito Federal.

DESPACHO: Defiro. Publique-se.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de sessão solene no dia 22 de abril do corrente ano, para homenagear o dia do Policial Civil do Distrito Federal.

Justificação

No dia 21 de abril comemora-se o dia do Policial Civil do Distrito Federal, e ciente da importância desse profissional para a defesa da sociedade, que vem heroicamente trabalhando de maneira incansável, em especial contra as organizações criminosas que buscam se instalar nesta Capital, muitas vezes privando-se do convívio com os seus familiares e não medindo esforços para a fiel execução da sua missão, não poderia deixar passar a referida data, até porque tenho tido como paradigma, como homem público, que a valorização do servidor é insumo necessário para que o Estado não se apequene frente às inúmeras dificuldades, e cumpra de forma eficaz os deveres que lhe são imbuídos.

Outrossim, registro que a presente proposição também tem por finalidade a justa homenagem a todos policiais civis da Nação, como forma de enaltecer essa dura e indispensável atividade de Estado.

Sabedor que as palavras caem no vazio, se não acompanhadas de atos concretos, tenho como essencial à realização da presente sessão solene.

Plenário, 9 de fevereiro de 2015. – Deputado **Laerte Bessa,** PR/DF. – Deputado **Maurício Quintella,** Líder do PR. – Deputado **Rogério Rosso,** Líder do PSD.

REQUERIMENTO Nº 410, DE 2015

(Do Sr. Izalci)

Requer a realização da Sessão Solene da Câmara dos Deputados para prestar justa homenagem à "POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL"
DESPACHO: DEFIRO. PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 68 do Regimento Interno, realização da Sessão Solene no dia 15 de maio de 2015, às 15 horas para prestar justa homenagem a POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.

Justificação

A história da Polícia Militar do Distrito Federal começa no século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, por causa do bloqueio continental e da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Dom João VI, o príncipe regente, e sua corte necessitariam de uma grande estrutura no Brasil-Colônia e, com isso, promoveu-se um grande desenvolvimento no País com a abertura de portos, a criação da Biblioteca Pública, do Arquivo Militar, da Academia de Belas Artes, do Jardim Botânico e de outras instituições que estruturam o país.

Com os elementos da Guarda Real da Polícia de Lisboa – uma instituição de caráter militar, mas subordinada a Intendência-Geral da Polícia – que vieram para o Brasil e segundo os seus moldes, em 13 de maio de 1809, Dom João VI cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, primeiro núcleo da Polícia Militar do Distrito Federal, que tinha a missão de guardar e vigiar a cidade do Rio de Janeiro. Essa divisão também foi chamada de Corpo de Quadrilheiros.

Após ser rebatizada algumas vezes, a Polícia Militar do Distrito Federal foi transferida do Rio de Janeiro para a nova capital da república, Brasília. Em agosto de 1965, o diretor do então Departamento Federal de segurança Pública baixou normas para o comandante geral da corporação, naquela época sediada no Estado da Guanabara, instalasse na nova capital uma unidade administrativa com efeito orgânico de uma Companhia de Polícia Militar. A finalidade dessa companhia era executar o serviço de trânsito do DF.

A PMDF foi instalada na atual capital somente em 1966, com profissionais vindos da PM do Rio de Janeiro, oficiais do Exército Brasileiro e mais alguns remanejados de outras instituições de segurança pública, em virtude da reorganização do Distrito Federal.

Nesses 205 anos de existência, a Polícia Militar do Distrito Federal dedica-se à segurança pública da Capital Federal, atuando em todas as regiões do DF e trabalhando dia e noite para o seu bem-estar, sempre sob o lema: Polícia Militar do Distrito Federal – muito mais que segurança.

Para o ingresso de Oficiais e Soldados, é exigida formação acadêmica de nível superior (Lei nº 12.086/2009). Atualmente, a Policia Militar do Distrito Federal é formada por cerca de 17.000 homens espalhados pela Capi-

tal em 15 Batalhões e 01 regimento. As unidades operacionais ficam divididas em 05 comandos intermediários (CPRM, CPRL, CPRO, CPRS, CME), além de unidades médico-hospitalares, educacionais e administrativas.

Por isso, julgamos importante a realização das Sessões Solenes em epígrafe, para homenagear estes policiais militares do Distrito Federal, que realizam com bravura e dedicação o trabalho de proteger a sociedade na Capital da República.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015. – Deputado Federal **Izalci,** PSDB/DF.

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2015

(Do Sr. Capitão Augusto)

Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para homenagear o dia do Policial Militar.
DESPACHO: DEFIRO. PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 68 do Regimento Interno, a convocação de sessão solene no Plenário da Câmara dos Deputados para o dia 20 de abril de 2015, em homenagem ao dia do policial militar.

Justificação

No dia 21 de abril comemoramos o dia do policial militar, dia de lembrarmos daqueles que não medem esforços e sacrificam as próprias vidas para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos brasileiros.

Portanto, mais do que justa a homenagem, para registrarmos o reconhecimento por esses nobres heróis da pátria.

Em meu discurso na solenidade, com orgulho e gratidão, compartilharei tudo isso com o povo brasileiro.

Sala das Sessões, de de 2015. – **Capitão Augusto,** Deputado Federal, PR-SP.

REQUERIMENTO Nº 1.046, DE 2015

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requeremos a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia dos Empregados Domésticos a ser realizada no dia 27 de abril.
DESPACHO: DEFIRO. PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação de **sessão solene** para o dia 27 de abril, às 15:00 horas em homenagem ao Dia dos Trabalhadores Domésticos**.**

Justificação

No dia 27 de abril é celebrado o Dia do Empregado Doméstico. Apesar de ser uma das profissões mais antigas do País, e ainda que fosse reconhecida a relação de emprego, a Consolidação das Leis do Trabalho excluiu taxativamente os domésticos de suas disposições legais. Somente em 1972, quando a profissão foi regulamentada, é que os empregados domésticos passaram a gozar de parcos direitos como férias anuais de vinte dias úteis, obrigatoriedade de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e inscrição obrigatória na previdência social. Posteriormente, a Lei nº 7.418, de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 1987, concedeu-lhes o direito ao vale-transporte.

No entanto, apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que alguns direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais foram estendidos aos trabalhadores domésticos, como o salário-mínimo, irredutibilidade de salários, 13º salário, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, um terço a mais de salário nas férias, licenças maternidade e paternidade e aviso-prévio.

Já nessa época, houve um grande debate em relação à possibilidade de conceder a esses trabalhadores os mesmos direitos já garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais. No entanto, o legislador constituinte optou por estabelecer um número reduzido de direitos em comparação com os de outros trabalhadores, atendendo ao argumento de que havia especificidades no trabalho doméstico, por ser realizado no âmbito residencial da pessoa física e, por conta disso, não deveria ser tão oneroso, em razão de esta atividade não constituir fator de produção na atividade capitalista. Após essa data, poucas foram as modificações legislativas em relação ao tra-

balho doméstico, como a possibilidade de o empregador doméstico inserir o empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, por consequência, vir este a ter direito ao Seguro-desemprego, na hipótese de despedida sem justa causa por iniciativa do empregador. Em seguida foi estabelecido o descanso remunerado em feriados, trinta dias corridos de férias e estabilidade à gestante, vedando o desconto no salário por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia. Ficou proibido, também, o trabalho doméstico para menores de dezoito anos, considerando os riscos ocupacionais de esforços físicos intensos, o isolamento, o abuso físico, psicológico e sexual, longas jornadas, exposição ao fogo, entre outros. Com o objetivo de aumentar a formalização dos vínculos empregatícios dos domésticos, tornou possível a dedução, no Imposto de Renda da Pessoa Física, do valor da contribuição patronal à Previdência Social, limitada a um salário-mínimo mensal de apenas um empregado, incluindo a parcela recolhida a título de 13º e 1/3 de férias.

Em 2013 foi promulgada a "PEC das Domésticas", que estendeu aos trabalhadores domésticos, além dos que já lhes eram concedidos, os seguintes direitos: a) proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa; b) seguro-desemprego; c) fundo de garantia do tempo de serviço; d) garantia de salário-mínimo, quando a remuneração for variável; e) remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; f) proteção do salário, constituindo crime sua retenção dolosa; g) salário-família; h) jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; i) adicional de serviço extraordinário; j) redução dos riscos inerentes ao trabalho; k) creches e pré-escolas para filhos e dependentes até seis anos de idade; l) reconhecimento dos acordos e convenções coletivas; m) seguro contra acidentes de trabalho; n) proibição de discriminação de salário, de função e de critério de admissão; o) proibição de discriminação em relação à pessoa com deficiência e p) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos.

A Emenda Constitucional representou grande avanço para a categoria, no entanto alguns itens da lei ainda dependem de regulamentação, como indenização em demissões sem justa causa, conta no FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche, seguro-desemprego e seguro contra acidente de trabalho.

Diante das dúvidas e da insegurança que a matéria causou, principalmente nos meios patronais, e do impacto que a normatização dos serviços domésticos provocou no seio da sociedade brasileira, constituiu-se no Senado Federal uma Comissão Mista Especial para analisar o assunto, que com relatoria do senador Romero Jucá e, após discutido em audiências públicas o tema converteu-se no Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2013.

Aprovado pelo Plenário do Senado Federal, o Projeto de Regulamentação chegou à Câmara sob o número de PLP nº 302, de 2013. Após tentativas de se levar a matéria para discussão nas Comissões Temáticas, especialmente, em razão de sua complexidade, em 23/04/2014 o Plenário aprovou as cerca de 50 Emendas apresentadas, com exceção das de nºs 5 a 8, que foram retiradas pelo autor, e o referido PLP foi devolvido à Comissão Mista que o originou para apreciá-las. Em 12 de novembro do corrente exercício, a Comissão Mista analisou e rejeitou todas a emendas apresentadas pela Câmara dos Deputados, mantendo apenas o texto original e, em face do que, a matéria agora retorna ao Plenário desta Casa que deverá decidir sobre a matéria.

Este é um assunto de fundamental importância para todos os brasileiros, uma vez que trata de questões de extrema importância para todos, como a dignidade dos trabalhadores domésticos. Mas também é uma matéria complexa porque envolve a legislação previdenciária e trabalhista que não são passíveis de soluções fáceis, pois requer um esforço grande de conciliação e uma visão muito voltada para direitos adquiridos, coisas que, na nossa visão, apenas um debate amplo e profundo envolvendo patrões, trabalhadores e todos os órgãos governamentais respectivos poderiam solucionar.

Outra questão que torna difícil o reconhecimento do trabalho doméstico se dá porque neste caso trabalho e lazer muitas vezes se confundiam no ambiente doméstico, onde as pessoas passam horas a fio juntas, entretidas, cada uma em sua atividade, nem sempre se estabelecendo uma divisão nítida entre elas. Além do mais, o trabalho doméstico é regido por uma convenção de regras inerentes ao lar familiar; um universo avesso às normas externas e cerrado à fiscalização da autoridade pública.

Atualmente, o PL 302 / 2013, esta aguardando deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados.

Assim sendo, somente por meio da conscientização social será possível o reconhecimento e respeito ao empregado doméstico no Brasil. Essa é uma longa atividade de educação e cidadania que levará anos para realizar-se completamente. Reconhecendo a importância desses trabalhadores, nada mais justo que esta Casa prestar homenagem em Sessão Solene ao seu Dia.

Sala das Sessões, de de 2015. – Deputado **Arnaldo Jordy,** PPS/PA.

REQUERIMENTO Nº 1.160, DE 2015

(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Voto de Regozijo pelo transcurso do 46° aniversário do Município de Maraã, Estado do Amazonas.

DESPACHO: Publique-se. Oficie-se ao autor. Arquive-se.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, XIX do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário, Voto de Regozijo pelo transcurso, no dia 25 de março de 2015, do 46° aniversário do Município de Maraã, Estado do Amazonas..

Requeiro, ademais, que este Voto da Câmara dos Deputados seja levado ao conhecimento do Prefeito de Maraã por intermédio deste, ao presidente da Câmara Municipal e a todos os Vereadores do Município.

Justificação

Localizado na Microrregião do Rio Japurá, Maraã, próspero município amazonense comemora hoje, 25 de março, seu aniversário de fundação. É motivo de regozijo para todos os seus habitantes, pelo que nos incorporamos às manifestações de apreço pelo transcurso da data.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015. – Deputado **Arthur Virgílio Bisneto,** PSDB/AM.

REQUERIMENTO Nº 1.161, DE 2015

(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Voto de Regozijo pelo lançamento do livro Dois Irmãos, de Milton Hatoum em francês e em HQ, no Salão do Livro de Paris, França, no dia 22 de março de 2015.

DESPACHO: Publique-se. Oficie-se ao autor. Arquive-se.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, XIX do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário, Voto de Regozijo ao escritor amazonense Milton Hatoum, no ensejo do lançamento, na França, no Salão do Livro de Paris, do livro "Dois Irmãos", traduzido para a língua francesa e editado em quadrinhos (HQ).

Requeiro, ademais, que este Voto da Câmara dos Deputados seja levado ao conhecimento do consagrado escritor brasileiro e amazonense.

Justificação

Milton Hatoum, escritor brasileiro mundialmente conhecido, participou, em março de 2015, de debate literário no Salão de Paris. Na ocasião em que discorria sobre seus livros, o Salão recebeu a visita do Presidente da França, François Hollande, que ouviu o escritor por alguns momentos, no lançamento de "Deux Frères", em HQ, uma tradução francesa do livro "Dois Irmãos".

Sala das Sessões, 25 de março de 2015. – Deputado **Arthur Virgílio Bisneto,** PSDB/AM.

REQUERIMENTO Nº 1.165, DE 2015

(Do Sr. Uldurico Junior)

Requeiro a V. Exa. a retirada de tramitação do projeto de lei complementar nº 24 de 2015

DESPACHO: Defiro a retirada do Projeto de Lei Complementar n. 24/2015, nos termos do artigo 104 combinado com o artigo 114, VII, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se..

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. a retirada de tramitação do projeto de lei complementar nº 24 de 2015, que dispõe sobre a alteração do art.71-B da lei 8.213/91 para ampliar a cobertura de benefício do salário-maternidade para ascendente/descendente que declare-se legalmente responsável pela criança no caso de falecimento materno durante a cobertura do auxiliado, observados e mantidos o tempo carência e casos especias estabelecidos na lei.

Sala das Sessões, de março de 2015. – Deputado **Uldurico Junior,** (PTC/BA).

REQUERIMENTO Nº 1.174, DE 2015

(Da Srª. Renata Abreu)

Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei 623, de 2015, que Altera os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir Educação Política e direitos básicos de Primeiros Socorros.

DESPACHO: Defiro a retirada do Projeto de Lei n. 623/2015, nos termos do artigo 104 combinado com o artigo 114, VII, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 104, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa. a retirada de Tramitação do projeto de lei nº 623 de 2015, que Altera os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir Educação Política e direitos básicos de Primeiros Socorros.

Sala das Sessões, 6 de março de 2015. – Deputada **Renata Abreu,** PTN/SP.

REQUERIMENTO Nº 1.190, DE 2015

(Do Sr. Professor Victório Galli)

Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagens póstumas aos 150 anos de Marechal Rondon.

DESPACHO: Defiro. Publique-se.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência nos termos do Artigo 68 do Regimento Interno da Câmara do Deputados – CD, seja realizada Sessão Solene no dia 05 de maio de 2015, para homenagens póstumas ao mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon mais conhecido por Marechal Rondon, pelos feitos de reconhecimento mundial em diversos setores, destacando seu papel de pacificador em conflitos de natureza diplomática, na proteção dos índios e da floresta, como também nosso precursor do sistema de telecomunicação.

Em momento oportuno apresentaremos os nomes dos convidados que participarão da Sessão Solene.

Justificação

O Governo do Estado de Mato Grosso, estará dedicando todo ano de 2015, homenagens ao seu Ilustre filho Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal da Paz e Patrono das Comunicações, pelo reconhecimento ao seu trabalho pacificador.

Nasceu em 5 de maio de 1865, na cidade de Mimoso-MT, e faleceu em 19 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro, tinha como lema: ***"Somente pela paz e jamais pela guerra deveremos penetrar pelos sertões" e " Morrer, se preciso for; matar, nunca".*** Essas foram as frases deixadas por aquele que lutou pelos os Sertões, como também pelos Silvícolas, nossos queridos índios.

Em reconhecimento ao seu trabalho pacificador, Rondon foi, por duas vezes, indicado ao Prêmio Nobel da Paz, sendo uma delas pelo eminente físico Prof. Albert Einstein. O Congresso Internacional de História das Ciências (Lisboa, 1938) tornou Rondon o único homem a dar nome a um meridiano terrestre, o de número 52 se chama Meridiano Rondon. A Sociedade de Geografia de Nova York lhe concedeu o Prêmio Livingstone e gravou o seu nome em placa de ouro entre os cinco maiores exploradores do planeta, sendo Rondon o que mais se aventurou por terras tropicais. Sobre ele, assim falou o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt:

"A AMÉRICA PODE APRESENTAR AO MUNDO DUAS REALIZAÇÕES CICLÓPICAS: AO NORTE, O CANAL DO PANAMÁ; AO SUL, O TRABALHO DE RONDON – CIENTÍFICO, PRÁTICO, HUMANITÁRIO".

No entanto, foi o antropólogo Darcy Ribeiro quem melhor externou a admiração e o orgulho de todos os brasileiros:

"NÓS PODEMOS APONTAR RONDON PARA O MUNDO E GRITAR: ESTE É O NOSSO HERÓI!"

Mário César Cabral Marques

Nesse sentido, rogo a V. Exa, o deferimento desse requerimento, a fim de que possamos prestar merecidas homenagens a quem tanto se dedicou pelo nosso País.

Sala das Sessões 26 de março de 2015. – **Professor Victório Galli,** Deputado Federal PSC-MT.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 226/2015, da Liderança do PT – desliga o Deputado Afonso Florence (PT/BA) como titular da Comissão de Finanças e Tributação.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 225/2015, da Liderança do PT – desliga o Deputado Paulo Teixeira (PT/SP) e indica o Deputado Afonso Florence (PT/BA) para titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 111/2015, da Liderança do SD – desliga o Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA) e indica o Deputado Zé Silva (SD/MG) para titular da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 73/2015, da Liderança do PRB – desliga o Deputado André Abdon (PRB/AP) como titular da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3722, de 2012, do Sr. Rogério Peninha Mendonça, que "disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas" (altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e revoga a Lei nº 10.826, de 2003).

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 222/2015, da Liderança do PT – desliga o Deputado Chico D'angelo (PT/RJ) como titular da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Cartelização na Fixação de Preços e Distribuição de Órteses e Próteses, inclusive, com a Criação de Artificial Direcionamento da Demanda e Captura dos Serviços Médicos por Interesses Privados – MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 100/2015, da Liderança do PSC – indica o Deputado Silvio Costa (PSC/PE) para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.238, de 2012, do Senado Federal, que "altera o art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores" (o piso varia de oitocentos reais, grau mínimo, a mil e cem reais, grau máximo), e apensados.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 101/2015, da Liderança do PSC – desliga o Deputado Andre Moura (PSC/SE) e indica o Deputado Hiran Gonçalves (PMN/RR) para suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar

a Cartelização na Fixação de Preços e Distribuição de Órteses e Próteses, inclusive, com a Criação de Artificial Direcionamento da Demanda e Captura dos Serviços Médicos por Interesses Privados – MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 176/2015, da Liderança do PP – indica o Deputado Cacá Leão (PP/BA) para suplente da Comissão de Finanças e Tributação.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 177/2015, da Liderança do PP – indica o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) para titular da Comissão de Finanças e Tributação.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 124/2015, da Liderança do DEM – indica o Deputado Eli Correa Filho (DEM/SP) para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2007, do Sr. Barbosa Neto, que "dá nova redação ao caput do art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006" (Simples Nacional ou "Supersimples"), e apensados..

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 178/2015, da Liderança do PP – indica o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) para suplente da Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Lei 8.666, de 1993 (institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências).

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 228/2015, da Liderança do PT – desliga o Deputado Afonso Florence (PT/BA) e indica o Deputado Paulo Teixeira (PT/SP) para titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 227/2015, da Liderança do PT – indica o Deputado Afonso Florence (PT/BA) para titular da Comissão de Finanças e Tributação.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 88/2015, da Liderança do PPS – desliga o Deputado Moses Rodrigues (PPS/CE) e indica o Deputado Sandro Alex (PPS/PR) para suplente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 204/2015, da Liderança do PSD – desliga o Deputado Fernando Torres (PSD/BA) e indica o Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB) para titular e indica os Deputados Jaime Martins (PSD/MG) e José Nunes (PSD/

BA) para suplentes da Comissão Especial destinada a estudar e propor melhorias na sistemática de análise e avaliação das contas públicas e de conferência das transferências constitucionais.

Defiro. Publique-se.
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício-Pres. n. 047/2015-CDEIC, do Senhor Deputado JÚLIO CESAR, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Comunicação de pareceres divergentes no Projeto de Lei n. 4.550/1998, originário do Senado Federal.

Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 4.550/1998, originário do Senado Federal, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, II, *g*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. **Oficie-se.**
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Of. nº 73/2015, da Liderança da Minoria – Indica o Dep. Arthur Virgílio Bisneto para exercer as prerrogativas de Líder no período de 30 de março a 03 de abril de 2015.

Publique-se
Em 30-3-15. – **Eduardo Cunha,** presidente.

Ofício nº 002/2015 – Gab / FPDN

Brasília, 26 de março de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado EDUARDO COSENTINO DA CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que encaminho, anexo, Termo de Adesão de parlamentares para inclusão na Frente Parlamentar Mista da Defesa Nacional, instituída pelo Requerimento nº 970/2015.

Respeitosamente,

Deputado CARLOS ZARATTINI
Deputado Federal (PT/SP)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Proposição: OF. 0002/2015

Autor da Proposição: CARLOS ZARATTINI E OUTROS

Data de Apresentação: 30/03/2015

Ementa: Adesão à Frente Parlamentar Mista de Defesa Nacional.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	003
Não Conferem	000
Fora do Exercício	000
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	003

Confirmadas

1	HUGO LEAL	PROS	RJ
2	MARCELO BELINATI	PP	PR
3	MOEMA GRAMACHO	PT	BA

PRESIDÊNCIA / SGM
Of. nº 02/2015, do Dep. Carlos Zarattini - solicita inclusão de novas adesões à Frente Parlamentar Mista da Defesa Nacional .
Em 30/03/2015.

Publique-se.

EDUARDO CUNHA
Presidente

OF/GDSV.Nº 802/2015 Brasília-DF, 17 de Março de 2015.

À Sua Excelência
Deputado Eduardo Cunha
MD. Presidente da
Câmara dos Deputados
Brasília-DF.

Senhor Presidente,

Cumprimentamos cordialmente Vossa Excelência e, vimos por intermédio deste solicitar sua especial atenção ao Requerimento de nossa autoria de nº 771/2015.

Na oportunidade solicitamos a alteração de **Frente Parlamentar de Incentivo à Geração de Eletricidade por meio de Energias Renováveis,** para **Frente Parlamentar Mista de Incentivo à Geração de Eletricidade por meio de Energias Renováveis.**

Agradecemos pelo imprescindível apoio, renovamos votos de consideração.

Atenciosamente,

SÉRGIO VIDIGAL
Deputado Federal – PDT/ES.

PRESIDÊNCIA / SGM
Of. nº 802/2015, do Dep. Sérgio Vidigal - solicita alteração do nome da "Frente Parlamentar de Incentivo à Geração de Eletricidade por meio de Energias Renováveis" para "Frente Parlamentar Mista de Incentivo à Geração de Eletricidade por meio de Energias Renováveis".
Em 30/03/2015.

Publique-se.

EDUARDO CUNHA
Presidente

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 38 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar **Comissão Externa destinada a acompanhar as ações do governo federal, estadual e municipal no combate à seca no semiárido nordestino**, sem ônus para a Câmara dos Deputados, conforme Requerimento nº 385, de 2015, aprovado no Plenário em 17 de março, composta pelos seguintes membros:

- Zeca Cavalcanti (PTB/PE) – Coordenador,
- Manoel Junior (PMDB/PB) – Relator,
- Arnon Bezerra (PTB/CE),
- Cacá Leão (PP/BA),
- Eliziane Gama (PPS/MA),
- Givaldo Carimbão (PROS/AL),
- Gonzaga Patriota (PSB/PE),
- Jorge Côrte Real (PTB/PE), e
- Zenaide Maia (PR/RN).

Brasília, 30 de MARÇO de 2015.

EDUARDO CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados

ATO DA PRESIDÊNCIA

Em aditamento ao Ato da Presidência de 26 de fevereiro de 2015, que criou a "**Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**", designo o Deputado Jony Marcos (PRB/SE) para compor a referida Comissão.

Publique-se.

Brasília, 30 de Março de 2015.

EDUARDO CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da 1ª Reunião Ordinária Realizada em 4 de Março de 2015 (Instalação da Comissão e Eleição do Presidente)

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia quatro de março de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no Anexo II, Plenário 7 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados Deley, Dulce Miranda, Elizeu Dionizio, Mandetta, Aelton Freitas, Dr. Jorge Silva, Luizianne Lins, Maria do Rosário, Rejane Dias, Sóstenes Cavalcante, Carmen Zanotto e Eduardo Barbosa – Titulares; Wilson Filho e Otavio Leite – Suplentes. Compareceram também os Deputados Conceição Sampaio, Mara Gabrilli, Marx Beltrão, Pompeo de Mattos e Zenaide Maia, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Jhonatan de Jesus, Leonardo Picciani e Pastor Eurico. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Deputado Eduardo Barbosa, na forma do artigo 39, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência e declarou abertos os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Instalação da Comissão e eleição do Presidente. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente declarou a Comissão instalada; informou sobre os procedimentos regimentais que deveriam ser observados durante o processo eleitoral e anunciou o nome do Deputado Aelton Freitas como candidato ao cargo de presidente, indicação decorrente de acordo de Lideranças. Na sequência, passou ao processo de votação e, enquanto aguardava seu término, passou a palavra à Deputada Mara Gabrilli, apontada como uma das grandes idealizadoras da comissão recém-instalada. A Deputada falou da importância e da abrangência daquela comissão, ressaltando que tudo o que se fizesse em prol das pessoas com deficiência seria, em última instância, revertido para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira; agradeceu a parceria dos deputados e, em especial, do presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que determinou a criação da comissão, e do atual 2º Secretário da Casa, Deputado Felipe Bornier, que trabalhou muito para que isso ocorresse. Em seguida, verificado o quórum regimental, o Presidente encerrou a votação, da qual participaram os Deputados Aelton Freitas, Carmen Zanotto, Deley, Dr. Jorge Silva, Dulce Miranda, Eduardo Barbosa, Luizianne Lins, Mandetta, Rejane Dias, Otavio Leite e Wilson Filho. Processada a apuração dos votos pelo painel eletrônico, o Presidente proclamou o resultado: onze votos favoráveis ao candidato, Deputado Aelton Freitas, que, de imediato, declarado empossado, assumiu a presidência dos trabalhos. Este, após agradecimentos, franqueou a palavra aos Deputados Luizianne Lins, Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Rejane Dias, Carmen Zanotto e Mandetta. Assim como o Presidente, todos ressaltaram a necessidade e a importância de promover a acessibilidade aos deficientes, possibilitando-lhes o exercício pleno de sua cidadania. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos e, para constar, eu, ..., Leila Machado Campos, Secretária-Executiva, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, deputado Aelton Freitas ....., e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado e o arquivo de áudio correspondente passa a integrar o acervo documental desta reunião. xxxxxxxxxxxxxxxx

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTES, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO "TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO", BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

55ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Ata da 1ª Reunião Ordinária, Realizada em 3 de Março de 2015.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia três de março de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no Anexo II, Plenário 05 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Raimundo Gomes de Matos – Coordenador; Rômulo Gouveia – Relator; Adail Carneiro

e Vitor Valim – Titulares. Compareceram também os Deputados Beto Rosado e Pedro Cunha Lima, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Eduardo da Fonte e Paulo Magalhães. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Coordenador declarou abertos os trabalhos. **EXPEDIENTE:** O Coordenador deu conhecimento ao Plenário da seguinte correspondência: Mem. 51/2015/CONLE, de 02 de março de 2015, do Diretor da Consultoria Legislativa, designando a Consultora Dra. Lívia de Souza Viana, para prestar assessoramento técnico especializado a CEXTRRIO. **ORDEM DO DIA:** O Coordenador declarou instalada a Comissão e, em seguida, discorreu sobre a importância de que o Colegiado realize uma agenda proativa e, neste sentido, no primeiro momento, propôs convidar representantes dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf. Sugeriu, ainda, a realização de trabalhos internos e audiências públicas com os diversos setores do governo federal e dos governos estaduais envolvidos no projeto de Integração do Rio São Francisco e no Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com o objetivo de colher informações, tomar conhecimento da real situação das obras e promover o debate acerca das principais questões que permeiam o projeto, tais como atrasos nas obras e sustentabilidade ambiental do empreendimento. Ato contínuo, o Deputado Raimundo Gomes de Matos propôs que as reuniões fossem agendadas para as terças-feiras, às 14h30, com vistas à otimização dos trabalhos da Comissão. Em seguida, convidou a tomar assento à Mesa o Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), designado por ele, com anuência do colegiado, Relator da Comissão. Com a palavra, o Relator destacou a necessidade de se estabelecer uma agenda de visitas aos estados, com objetivo de acompanhar o andamento das obras, sugerindo que elas sejam realizadas às segundas e sextas feiras. Fizeram uso da palavra para discutir a agenda da Comissão os Deputados Adail Carneiro, Vitor Valim e Beto Rosado. Em seguida, o Coordenador passou a palavra aos Deputados Estaduais Carlos Matos e Agenor, que parabenizaram a criação da Comissão, sob a coordenação do Deputado Raimundo Gomes de Matos. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador encerrou a presente reunião às quinze horas e trinta e sete minutos, antes convocando Audiência Pública para o dia 10 de março, às 14h30, em Plenário a ser definido oportunamente, conforme Requerimento nº 1 de 2015, a ser apreciado antes da realização da referida Audiência Pública. E para constar, eu _____, Eugenia S. Pestana, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que após ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Coordenador _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental da reunião. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTES, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO "TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO", BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

55ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Ata da 2ª Reunião Ordinária, Realizada em 10 de Março de 2015.

Às quinze horas e três minutos do dia dez de março de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Externa, com ônus para esta Casa, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no Anexo II, Plenário 05 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Raimundo Gomes de Matos – Coordenador; Rômulo Gouveia – Relator; Adail Carneiro, Beto Rosado, Gonzaga Patriota, Odorico Monteiro, Raquel Muniz, Valmir Assunção e Vitor Valim – Titulares. Deixaram de comparecer os Deputados Fernando Coelho Filho, Paulo Magalhães e Pedro Cunha Lima. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Coordenador declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 1ª reunião, realizada no dia 3 de março de 2015, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Rômulo Gouveia. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada sem restrições. **EXPEDIENTE:** O Coordenador deu conhecimento ao Plenário do recebimento das seguintes correspondências: Aditamentos ao Ato da Presidência, datados de 03, 04 e 06 de março, designando, respectivamente, os Deputados: Odorico Monteiro (PT/CE), Valmir Assunção (PT/BA), Gonzaga Patriota (PSB/PE), Fernando Coelho Filho (PSB/PE), Pedro Cunha Lima (PSDB/PB), o Deputado Beto Rosado (PP/RN) em substituição ao Deputado Eduardo da Fonte (PP/PE) e a Deputada Raquel Muniz (PSC/MG) para integrarem a Comissão; Ofício nº 40 de 2015 do Ministério da Integração Nacional, informando da impossibilidade do comparecimento do Ministro para a audiência pública, prevista para o dia 10 de março de 2015, tendo sido sugerida pelo Ministério a data

de 24 de março para a realização da audiência, viabilizando, assim a presença do Ministro e do Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf. O coordenador comunicou aos membros da Comissão que oficializaria o convite ao Ministro da Integração Nacional e ao Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf. Esclareceu, ainda, que não recebeu oficialmente comunicação do Ministério do Meio Ambiente, informando da impossibilidade de comparecimento de representantes daquela Pasta, para a reunião de Audiência Pública que estava prevista para o dia 10 de março. **ORDEM DO DIA: Deliberação de Requerimentos.** O Coordenador anunciou a Ordem do Dia, solicitando que o Deputado Rômulo Gouveia assumisse os trabalhos, para que se pudessem deliberar os requerimentos nºs 1 e 2 de sua autoria. Na presidência dos trabalhos, o Deputado Rômulo Gouveia salientou a importância da ampliação da Comissão pelo Presidente da Casa e parabenizou os novos integrantes. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos para encaminhar as matérias: **REQUERIMENTO Nº 1/15** – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que "requer a realização de Audiência Pública para discutir todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com a presença de representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Meio Ambiente e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf". **APROVADO. REQUERIMENTO Nº 2/15** – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que "requer a realização de Audiência Pública com os Secretários de Recursos Hídricos dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará para que apresentem o plano de integração de bacias e o estágio em que se encontram os eixos da obra de Transposição nos referidos Estados". **APROVADO.** O Deputado Rômulo Gouveia restituiu a coordenação dos trabalhos ao Coordenador, que informou das **Matérias Sobre a Mesa:** 1 – **Requerimento de inclusão de extrapauta do REQUERIMENTO Nº 3/15** – do Sr. Odorico Monteiro – que "requer, ouvir em reunião, Prof. Dr. Francisco de Assis de Souza, da Universidade Federal do Ceará". Em votação nominal, a inclusão extrapauta foi aprovada, com oito votos favoráveis e nenhum contrário. Votaram os Deputados Adail Carneiro (PHS/CE), Beto Rosado (PP/RN), Gonzaga Patriota (PSB/PE), Odorico Monteiro (PT/CE), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Rômulo Gouveia (PSD/PB), Valmir Assunção (PT/BA) e Vitor Valim (PMDB/CE). Em votação, no mérito, o **REQUERIMENTO nº 3/15** foi **APROVADO.** 2 – **Requerimento de inclusão de extrapauta do REQUERIMENTO Nº 4/15** – do Sr. Odorico Monteiro – que "requer, ouvir em reunião, o Sr. Francisco Lopes Viana". Em votação nominal, a inclusão extrapauta foi aprovada, com sete votos favoráveis e nenhum contrário. Votaram os Deputados Adail Carneiro (PHS/CE), Beto Rosado (PP/RN), Odorico Monteiro (PT/CE), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Rômulo Gouveia (PSD/PB), Valmir Assunção (PT/BA) e Vitor Valim (PMDB/CE). Em votação, no mérito, o **REQUERIMENTO nº 4/15** foi **APROVADO.** O Coordenador passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Rômulo Gouveia para deliberação de requerimentos de sua autoria. O deputado Rômulo Gouveia submeteu à apreciação o seguinte requerimento: 3 – Requerimento de inclusão de extrapauta do **REQUERIMENTO Nº 5/15** – do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que "requer a realização de Audiência Pública para conhecer os relatórios das auditorias do Tribunal de Contas da União referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco". Em votação nominal, a inclusão extrapauta foi aprovada, com sete votos favoráveis e nenhum contrário. Votaram os Deputados Adail Carneiro (PHS/CE), Beto Rosado (PP/RN), Odorico Monteiro (PT/CE), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Rômulo Gouveia (PSD/PB), Valmir Assunção (PT/BA) e Vitor Valim (PMDB/CE). Em votação, no mérito, o **REQUERIMENTO nº 5/15** foi **APROVADO.** Em seguida, o Coordenador expôs o plano de trabalho ao colegiado, indagando se haveria sugestões à agenda da Comissão. Usaram da Palavra os deputados Valmir Assunção, Adail Carneiro e Raquel Muniz. Ato contínuo, o coordenador comunicou a reunião de audiência pública para o dia 17 de março de 2015 e ratificou a reunião de audiência pública para o dia 24 de março com a presença do Ministro de Integração Nacional e do Presidente da Companhia do Vale do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf. Foi concedida a palavra ao deputado Rômulo Gouveia que sugeriu que para a reunião de audiência pública do dia 17 de março fossem convidados pelo menos um ou dois Secretários de Recursos Hídricos dos Estados, com vistas a dar mais celeridade ao andamento da comissão. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Coordenador encerrou a presente reunião às dezesseis horas, antes convocando reunião de Audiência Pública para o dia 17 de março de 2015, às 14h30, no Plenário 5. E, para constar, eu _____, Mirna de Castela Carvalho Pessoa, Secretária-Executiva, lavrei a presente Ata, que após ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Coordenador, Deputado Raimundo Gomes de Matos_____ e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteí-

ro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental da reunião. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Juscelino Filho

PROJETO DE LEI Nº 204/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "dispõe sobre a impenhorabilidade de máquinas e equipamentos hospitalares e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 215/15 – do Sr. Hildo Rocha – que "acrescenta inciso V ao art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940".

Ao Deputado Pr. Marco Feliciano

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.666/14 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 339/2014) – que "aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012".

Ao Deputado Rogério Rosso

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 136/07 – do Sr. Guilherme Campos – que "inclua-se o seguinte artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Sala da Comissão, 30 de março de 2015. – **Arthur Lira,** Presidente.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Aguinaldo Ribeiro

PROJETO DE LEI Nº 6.743/13 – do Sr. Eduardo da Fonte – que "altera a Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996, para instituir competência da ANEEL para estabelecer metas de implantação e distribuição de energia elétrica por via subterrânea, e dá outras providências". (Apensado: PL 8261/2014)

Ao Deputado Alex Manente

PROJETO DE LEI Nº 2.637/11 – do Sr. Laercio Oliveira – que "institui a obrigatoriedade de ascensorista em edificações comerciais e prédios públicos não residenciais com elevador".

Ao Deputado Carlos Marun

PROJETO DE LEI Nº 6.525/13 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências", para fins de disciplinar o tratamento da alienação fiduciária em garantia". (Apensado: PL 7484/2014)

Ao Deputado João Carlos Bacelar

PROJETO DE LEI Nº 7.983/14 – do Sr. Arthur Oliveira Maia – que "acrescenta inciso o VI ao art. 44 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para incluir o condomínio como modalidade de pessoa jurídica de direito privado".

Ao Deputado Marcos Abrão

PROJETO DE LEI Nº 8.047/14 – da Sra. Jaqueline Roriz – que "dispõe sobre projeto e construção de área de acesso a pontos de ônibus em rodovias federais nas regiões metropolitanas". (Apensado: PL 8240/2014)

Ao Deputado Valadares Filho

PROJETO DE LEI Nº 2.639/11 – do Sr. Laercio Oliveira – que "altera a Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009". (Apensados: PL 4656/2012, PL 5405/2013 (Apensado: PL 6937/2013) e PL 626/2015)

Sala da Comissão, 30 de março de 2015. – **Julio Lopes,** Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

À Deputada Alice Portugal

PROJETO DE LEI Nº 831/15 – do Sr. Roberto Sales – que "acresce parágrafo único ao art. 35 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a oferta de orientação vocacional aos alunos do último ano do ensino médio".

Ao Deputado Aliel Machado

PROJETO DE LEI Nº 8.174/14 – do Sr. Thiago Peixoto – que "altera o § 1º do art. 11 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências".

À Deputada Ana Perugini

PROJETO DE LEI Nº 4.005/12 – da Sra. Erika Kokay – que "institui a Semana Nacional dos Contadores de História".

PROJETO DE LEI Nº 53/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "cria a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio".

Ao Deputado Arnon Bezerra

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23/15 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 353/2014) – que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013".

Ao Deputado Augusto Carvalho

PROJETO DE LEI Nº 977/11 – do Sr. Fernando Jordão – que "torna obrigatório o treinamento dos funcionários que trabalhem no controle de entrada e saída das unidades de ensino".

À Deputada Brunny

PROJETO DE LEI Nº 203/15 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "dispõe sobre a criação de Conselhos Escolares e dá outras providências".

Ao Deputado Caio Narcio

PROJETO DE LEI Nº 4.415/12 – do Sr. Roberto de Lucena – que "dispõe sobre a garantia de escolaridade às crianças internadas para tratamento de saúde por tempo indeterminado e superior a 90 (noventa) dias". (Apensado: PL 6297/2013)

Ao Deputado Damião Feliciano

PROJETO DE LEI Nº 690/15 – do Sr. Beto Rosado – que "altera o art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para admitir a matrícula em curso de graduação de estudante que, ainda cursando o ensino médio, tenha sido aprovado em processo seletivo e obtido pontuação no Exame Nacional de Ensino Médio que o habilite ao certificado de conclusão desse nível de ensino".

Ao Deputado Diego Garcia

PROJETO DE LEI Nº 560/15 – do Sr. Alfredo Nascimento – que "dispõe sobre critério para a concessão de bolsas pelas agências federais de fomento à pesquisa".

Ao Deputado Dr. Jorge Silva

PROJETO DE LEI Nº 479/15 – do Sr. João Daniel – que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para dispor sobre educação em tempo integral". (Apensados: PL 552/2015, PL 542/2015 e PL 707/2015)

Ao Deputado Geraldo Resende

PROJETO DE LEI Nº 7.646/14 – do Sr. Lucio Vieira Lima – que "institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino". (Apensados: PL 8225/2014 e PL 209/2015)

PROJETO DE LEI Nº 454/15 – do Sr. Rômulo Gouveia – que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a realização de exames toxicológicos nos adolescentes matriculados na rede de ensino".

Ao Deputado Giuseppe Vecci

PROJETO DE LEI Nº 8.156/14 – do Sr. Gonzaga Patriota – que "estabelece a realização, a cada quatro anos, da Conferência Nacional Infanto-Juvenil dos Estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio, pelo Governo Federal, em parceria com os Governos Estaduais".

Ao Deputado Goulart

PROJETO DE LEI Nº 7.541/14 – do Sr. João Rodrigues – que "regula a segurança nos campi das instituições de ensino superior, no âmbito Federal, Estadual e Municipal".

PROJETO DE LEI Nº 708/15 – do Sr. Alan Rick – que "estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências".

Ao Deputado Izalci

PROJETO DE LEI Nº 715/15 – do Sr. Alberto Fraga – que "institui o Sistema de Bolsa de Estudo para os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal".

À Deputada Josi Nunes

PROJETO DE LEI Nº 4.579/09 – do Sr. Dr. Pinotti – que "altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para ampliar o prazo máximo do estágio para três anos e para tornar obrigatória a concessão de auxílio-alimentação ao estagiário pela empresa concedente". (Apensados: PL 5094/2009, PL 5262/2009 (Apensado: PL 4273/2012), PL 4443/2012, PL 4598/2012 e PL 4813/2012)

PROJETO DE LEI Nº 5/15 – do Sr. Ricardo Barros – que "altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para permitir o estágio aos alunos dos anos finais do ensino fundamental regular, maiores de quatorze anos".

Ao Deputado Orlando Silva

PROJETO DE LEI Nº 7.867/14 – do Sr. Vicentinho – que "assegura a manutenção e o fomento do emprego nas indústrias gráficas e disciplina a aquisição de livros adquiridos pelo Poder Público por meio do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, e similar, bem como a produção e impressão de livros contemplados com o incentivo fiscal da Lei Rouanet"

PROJETO DE LEI Nº 705/15 – da Sra. Rejane Dias – que "altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tratar da disponibilidade de infraestrutura desportiva nos estabelecimentos de ensino públicos e privados"

Ao Deputado Pompeo de Mattos

PROJETO DE LEI Nº 4.435/12 – do Sr. Professor Victório Galli – que "acrescenta § 5º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de educação a distância no ensino fundamental e médio".

À Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.142/08 – do Sr. Eduardo Barbosa – que "susta a aplicação da Resolução nº 33, de 04 de julho de 2008, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação".

PROJETO DE LEI Nº 457/15 – do Sr. Dr. Jorge Silva – que "altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que "Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências", para estender o Programa da Merenda Escolar aos profissionais da educação em exercício em escolas públicas de educação básica e nas escolas filantrópicas e comunitárias de educação básica conveniadas com os entes federados".

Ao Deputado Reginaldo Lopes

PROJETO DE LEI Nº 7.029/13 – do Sr. Alessandro Molon – que "altera redação do art. 6º e art. 10 da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, e seus respectivos parágrafos, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências".

Sala da Comissão, 30 de março de 2015. – **Saraiva Felipe,** Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Andres Sanchez

PROJETO DE LEI Nº 40/07 – da Sra. Elcione Barbalho – que "concede isenção do imposto de importação a aparelhos e equipamentos deportivos utilizados em esportes olímpicos, principalmente, os utilizados por pessoas portadoras de necessidades especiais".

PROJETO DE LEI Nº 5.344/09 – do Senado Federal – Fátima Cleide – (PLS 395/2008) – que "insere o art. 24-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar as escolas públicas e privadas de educação básica a comprovar a existência de áreas cobertas destinadas à prática de educação física, esportes e recreação". (Apensados: PL 5384/2009, PL 6272/2009, PL 7331/2010, PL 1006/2011 e PL 1158/2011)

Sala da Comissão, 30 de março de 2015. – **Soraya Santos,** Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição a senhora Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

PL 485/2015 – do Sr. Alfredo Nascimento – que "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para estabelecer reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência nos concursos seletivos para ingresso em cursos de instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio. "

Em 19 de março de 2015. – Deputado **Aelton Freitas,** Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Henrique Fontana

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/15 – da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. – (MSC 201/2013) – que "aprova o texto do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, assinado em San Juan, na República Argentina, em 2 de agosto de 2010".

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 6/15 – do Sr. Eduardo Barbosa – que "propõe que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – com o auxílio do Tribunal de Contas da União – adote as medidas necessárias de fiscalização e controle visando investigar se os sucessivos cortes orçamentários impostos pelo Governo ao Itamaraty têm prejudicado a execução da política externa brasileira a cargo do Itamaraty".

À Deputada Jô Moraes

MENSAGEM Nº 444/14 – do Poder Executivo – (AV 611/2014) – que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014".

MENSAGEM Nº 445/14 – do Poder Executivo – (AV 612/2014) – que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto doTratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/15 – do Sr. Alexandre Leite – que "susta os efeitos em todos os seus termos a Portaria nº 001 – COLOG, de 16 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de colecionamento, tiro esportivo e caça e dá outras providências".

Ao Deputado Marco Maia

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7/15 – da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. – (MSC 547/2012) – que "aprova o texto do Acordo de Defesa da Concorrência do MERCOSUL, assinado em 16 de dezembro de 2010".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8/15 – da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. – (MSC 551/2012) – que "aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso com a Democracia, assinado em 26 de dezembro de 2010".

Ao Deputado Raul Jungmann

CONSULTA Nº 1/15 – PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – que "consulta do Presidente da Câmara dos Deputados, na condição de membro do Conselho de Defesa Nacional, o projeto de pesquisa intitulado "Biodiversidade de Psylloidea no Brasil". Processo n. 01300.002152/2012-77".

Sala da Comissão, 30 de março de 2015. – Deputada **Jô Moraes,** presidente.

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTES, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO R IO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDO COMO "TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO", BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. (CEXTRRIO)

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo, nesta data, o **Deputado RÔMULO GOUVEIA** para o cargo de **Relator** da Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente

conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CEXTRRIO.

Em 03 de março de 2015. – Deputado **Raimundo Gomes de Matos,** Coordenador.

PARECERES

DESPACHO DO PRESIDENTE

PUBLICAÇÃO DE PARECER DE COMISSÃO

PL 84-C/2011 – CFT
PL 123-G/2007 – CFT
PL 4129-D/2008 – CFT
PL 7920-C/2014 – CCJC

PRESIDÊNCIA/SGM

Publique-se.
Em 06-4-15. – **Eduardo Cunha,** presidente**.**

PROJETO DE LEI Nº 123-G, DE 2007
(Do Sr. Neilton Mulin)
Ofício nº 382/12 – SF

EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 123-D, de 2009, que "possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência"; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família pela aprovação (relatora: DEP. BRUNA FURLAN); e da Comissão de Finanças e Tributação pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária (relator: DEP. MANOEL JUNIOR).
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Neilton Mulim, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora gratuita a mulheres vítimas de violência, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 2009. Encaminhado ao Senado Federal, foi apreciado e aprovado pela Casa Revisora com cinco emendas, as quais são, por ora, objeto de análise desta Comissão.

As emendas de números 1 a 4 constituem proposições de aprimoramento de redação, sem alterar o escopo da proposição. A de nº 5, por sua vez insere artigo que comina penas para os gestores que deixarem de cumprir com a obrigação legal de informar as mulheres vitimadas por violência sobre os direitos a elas garantidos por lei.

Apreciadas pela Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, o parecer final foi pela aprovação das cinco emendas supracitadas.

Encaminhadas à Comissão de Finanças e Tributação, fomos honrados com a designação para relatá-las.

É o relatório.

II – Voto

Da análise efetuada, fica evidenciado que as cinco emendas oferecidas pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 123, de 2007, apenas aperfeiçoam o texto da Câmara dos Deputados, sem alterar seu objeto e conteúdo.

De acordo com o Regimento Interno, somente aquelas proposições que "importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública" estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financei-

ra e orçamentária. Neste sentido dispõe também o art. 9º de Norma Interna, aprovada por esta Comissão, em 29.05.96, *in verbis*:

> *"Art. 9º Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não."*

Diante do exposto, somos pela não implicação em aumento ou diminuição de despesas ou receitas públicas das emendas de nºs 1, 2, 3, 4 e 5 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 123-E, de 2007, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto sua adequação financeira e orçamentária.

Sala da Comissão, 1 de julho de 2013. – Deputado **Manoel Junior,** (PMDB/PB), Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 123/2007, nos termos do parecer do relator, Deputado Manoel Junior.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Soraya Santos – Presidente, Afonso Florence, Alexandre Baldy, Alfredo Kaefer, Aluisio Mendes, Andres Sanchez, Benito Gama, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elizeu Dionizio , Enio Verri, Fábio Ramalho, Félix Mendonça Júnior, João Gualberto, Junior Marreca, Leonardo Quintão, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Hauly, Manoel Junior, Miro Teixeira, Otavio Leite, Pauderney Avelino, Rafael Motta, Renzo Braz, Rodrigo Martins, Rubens Otoni, Silvio Torres, Walter Alves, André Figueiredo, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Esperidião Amin, Helder Salomão, Hildo Rocha, Joaquim Passarinho, Júlio Cesar, Leandre, Marcio Alvino, Mauro Pereira, Nelson Marchezan Junior, Pastor Franklin, Paulo Azi, Paulo Teixeira, Reginaldo Lopes, Ricardo Barros e Zé Silva.

Sala da Comissão, 25 de março de 2015. – Deputada **Soraya Santos,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.129-D, DE 2008

(Da Sra. Elcione Barbalho)

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para equiparar os catadores de siris e guaiamuns aos pescadores profissionais, com o objetivo de estender-lhes o benefício do seguro-desemprego nos períodos de defeso; tendo parecer: da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. JERÔNIMO REIS); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste na forma do substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (relatora: DEP. SANDRA ROSADO); da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com substitutivo (relatora: DEP. NILDA GONDIM); e da Comissão de Finanças e Tributação pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária deste, do substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família (relator: DEP. ASSIS CARVALHO).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL; TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Elcione Barbalho, visa inserir § 3º ao art. 1º da Lei nº 10.779, de 2003, a fim de incluir os catadores de siris e guaiamuns no conceito de pescadores profissionais passíveis de auferir o benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso da atividade.

Em sua justificação, a autora registra que, pelo fato de não serem contemplados de forma expressa pela Lei nº 10.779, de 2003, como pescadores profissionais, os catadores de siris e guaiamuns nem sempre têm acesso ao benefício do seguro-desemprego por ocasião dos períodos de defeso estabelecidos pelo IBAMA. Nesse sentido, faz-se necessário alterar a legislação, a fim de assegurar regularidade na concessão do citado benefício.

A proposição foi distribuída para apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno, às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, o projeto foi aprovado com a adoção de substitutivo que altera a redação do § 3º, de forma substituir o termo "consideram-se", contido originalmente na proposta, por "equiparam-se".

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a matéria foi aprovada na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Contudo, na Comissão de Seguridade Social e Família, um novo substitutivo foi oferecido e aprovado, desta vez, buscando estender a garantia do seguro-desemprego a um grupo mais amplo de trabalhadores, compreendendo o "catador de mariscos, incluídos os crustáceos, moluscos e outras espécies do gênero".

Na Comissão de Finanças e Tributação, transcorrido o prazo de regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto

O Projeto de Lei nº 4.129, de 2008, foi distribuído a esta Comissão para pronunciar-se quanto à compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da matéria.

A Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação – NI CFT, ao dispor sobre o assunto, define que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade das proposições com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e as normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas.

Para efeitos dessa Norma entende-se como:

compatível a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e demais proposições legais em vigor, especialmente a Lei Complementar nº 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e;

adequada a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual.

A proposição em análise objetiva alterar a Lei nº 10.779, de 2008, de forma a equiparar os catadores de siris e guaiamuns ao pescador profissional, para fins da concessão do benefício de seguro-desemprego durante o período de defeso.

Esse tipo de iniciativa não constitui novidade no Congresso Nacional, sendo relevante ressaltar que recentemente foi encaminhado à sanção presidencial o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, também de autoria da deputada Elcione Barbalho, que propõe estender os efeitos da Lei nº 10.779, de 2008, aos catadores de caranguejo.

Contudo, a proposição foi vetada integralmente pela Presidente da República com o argumento de que, por se tratar de matéria adequadamente tratada pela legislação vigente, os termos do projeto de lei poderiam causar insegurança jurídica em relação a algumas categorias de pescadores artesanais. Esse posicionamento baseia-se, portanto, na constatação de que o disposto na Lei nº 10.779, de 2003, alcança o universo de trabalhadores que se dedicam não só à atividade pesqueira, mas também àquelas que lhe são correlatas, de forma que a especificação no texto da lei de um único ramo de catadores poderia acarretar prejuízos a outros grupos de beneficiários atualmente assistidos com amparo na referida lei.

Vale registrar que a própria justificativa da proposta reconhece o caráter abrangente que vem sendo adotado na aplicação da Lei nº 10.770, de 2003, ao registrar que "o Ministério do Trabalho e Emprego já autorizou administrativamente a concessão do benefício do seguro-desemprego aos catadores de mexilhão e guaiamum, nos períodos de defesos estabelecidos pelo IBAMA."

Desse modo, parece plausível concluir que a proposição em exame não se constitui na criação de um novo regime de concessão de benefícios e nem mesmo na ampliação da sua clientela de beneficiários. Na verdade, o objetivo almejado pelo Projeto de Lei nº 4.129, de 2008, já vem sendo contemplado por meio da execução do Programa de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, ainda que careça de formalização por norma regulamentadora.

Nesse sentido, pode-se concluir que a matéria é adequada e compatível do ponto de vista orçamentário ou financeiro, uma vez que seu efeitos acham-se abrigados na normatização do benefício do seguro-desemprego e na peça orçamentária.

Pelo exposto, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 4.129, de 2008, e dos substitutivos aprovados pela a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2012. – Deputado **Assis Carvalho,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.129/2008, do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do parecer do relator, Deputado Assis Carvalho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Soraya Santos – Presidente, Afonso Florence, Alexandre Baldy, Alfredo Kaefer, Aluisio Mendes, Andres Sanchez, Benito Gama, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elizeu Dionizio , Enio Verri, Fábio Ramalho, Félix Mendonça Júnior, João Gualberto, Junior Marreca, Leonardo Quintão, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Hauly, Manoel Junior, Miro Teixeira, Otavio Leite, Pauderney Avelino, Rafael Motta, Renzo Braz, Rodrigo Martins, Rubens Otoni, Silvio Torres, Walter Alves, André Figueiredo, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Esperidião Amin, Helder Salomão, Hildo Rocha, Joaquim Passarinho, Júlio Cesar, Leandre, Marcio Alvino, Mauro Pereira, Nelson Marchezan Junior, Pastor Franklin, Paulo Azi, Paulo Teixeira, Reginaldo Lopes, Ricardo Barros e Zé Silva.

Sala da Comissão, 25 de março de 2015. – Deputada **Soraya Santos,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 84-C, DE 2011

(Do Sr. Weliton Prado)

Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, incluindo os profissionais que trabalhem com socioeducação de adolescentes como beneficiários do Projeto Bolsa-Formação; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público pela aprovação deste e do de nº 1392/11, apensado, com substitutivo (relatora: DEP. FLÁVIA MORAIS); da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado pela aprovação deste e do de nº 1392/11, apensado, com substitutivo (relator: DEP. PASTOR EURICO); e da Comissão de Finanças e Tributação pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária deste, do de nº 1.392/11, apensado, do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (relator: DEP. ASSIS CARVALHO).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O Projeto de Lei em análise adiciona os "profissionais que trabalhem com socioeducação de adolescentes" na autorização de inclusão como beneficiários do projeto Bolsa-Formação. Trata-se de apoio financeiro temporário para agentes de segurança pública que participem de algum dos cursos oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ).

No mesmo sentido, o PL nº 1392/2011 estende aos "educadores sociais e demais monitores de centros de internação de adolescentes apreendidos" a possibilidade de participação dos benefícios do projeto Bolsa-Formação.

Submetida inicialmente à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) a proposição não recebeu emendas. No dia 30 de maio de 2012, os Projetos de Lei nº 82/2011 e nº 1.392/2011 foram aprovados, nos termos do Substitutivo da relatora, Deputada Flávia Morais.

Posteriormente, os projetos foram submetidos à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), onde receberam parecer pela aprovação, nos termos do Substitutivo do relator, Deputado Pastor Eurico.

Na Comissão de Finanças e Tributação, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe a esta Comissão exclusivamente o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização e adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32, inciso IX, alínea "h"**,** do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em que pese o Projeto autorize a inclusão dos agentes indicados no rol de possíveis beneficiários do Bolsa-Formação, não se trata da criação de despesa, pois apenas os inclui na possibilidade de serem contemplados com tal recurso. A efetiva despesa dependerá de prévia dotação orçamentária e sua realização terá caráter discricionário, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Ministério da Justiça.

Em face do exposto, voto pela ADEQUAÇÃO e COMPATIBILIDADE orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 84, de 2011, do Projeto de Lei nº 1.392, de 2011, bem como dos substitutivos da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2014. – Deputado **Assis Carvalho,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 84/2011, do PL nº 1.392/2011, apensado, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, nos termos do parecer do relator, Deputado Assis Carvalho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Soraya Santos – Presidente, Afonso Florence, Alexandre Baldy, Alfredo Kaefer, Aluisio Mendes, Andres Sanchez, Benito Gama, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elizeu Dionizio , Enio Verri, Fábio Ramalho, Félix Mendonça Júnior, João Gualberto, Junior Marreca, Leonardo Quintão, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Hauly, Manoel Junior, Miro Teixeira, Otavio Leite, Pauderney Avelino, Rafael Motta, Renzo Braz, Rodrigo Martins, Rubens Otoni, Silvio Torres, Walter Alves, André Figueiredo, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Esperidião Amin, Helder Salomão, Hildo Rocha, Joaquim Passarinho, Júlio Cesar, Leandre, Marcio Alvino, Mauro Pereira, Nelson Marchezan Junior, Pastor Franklin, Paulo Azi, Paulo Teixeira, Reginaldo Lopes, Ricardo Barros e Zé Silva.

Sala da Comissão, 25 de março de 2015. – Deputada **Soraya Santos,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 7.920-C, DE 2014

(Do Supremo Tribunal Federal)

Mensagem nº 34/2014 – STF

Altera dispositivo da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e pela rejeição das Emendas apresentadas na Comissão (relator: DEP. POLICARPO); da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária deste, com emenda; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 12 e 15 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 9, 10, 11, 13 e 14 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (relator: DEP. MANOEL JUNIOR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação; e pela antirregimentalidade das Emendas apresentadas nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (relator: DEP. ARNALDO FARIA DE SÁ).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

EMENDA ADITIVA Nº 1, DE 2015

Inclua-se, onde couber, no PL Nº 7920, de 2014 os seguintes artigos:

Art. X. O art. 4º da Lei n° 11.416, de 15 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte §3°:

"Art. 4°.....

.....

§3° Os servidores a que se refere o §2° receberão curso de capacitação e treinamento pelos respectivos Tribunais, na forma de regulamento." (NR)

Art. Y. Fica revogado o §3° do art. 17 da Lei n° 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Justificação

A presente emenda propõe alterar os artigos 4º e 17 da Lei 11.416/2006, em razão da inadequação temática trazida pelo texto original, bem como a necessidade de se realçar a aplicação dos comandos determinados pela Constituição Federal acerca da "nova" Administração Pública gerencial, que capacita seus servidores como forma de atingimento do bem comum.

Conforme se pode extrair da exposição de motivos do PL 5845/2005, que originou a norma acima mencionada, as Gratificações de Atividade Externa (GAE) e de Atividade de Segurança (GAS) possuem o mesmo fundamento e razão de existirem: os riscos inerentes ao exercício das atividades externas.

Diz a exposição de motivos quanto às gratificações, *in verbis*:

"Em virtude dos mais diversos riscos inerentes ao exercício de atividades externas, foram instituídas pelos artigos 17 e 18 as gratificações de Atividade Externa – GAE e de Atividade de Segurança – GAS. A primeira é devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário – área judiciária cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais. A segunda, exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança. Saliente-se que para percepção de ambas as gratificações é necessário que o servidor esteja no efetivo exercício das atribuições do cargo, evitando-se, assim, eventuais desvios."

No caso da GAS, devida aos Técnicos e Analistas Judiciários cujas atribuições estejam relacionadas com as funções de segurança, o fator externo da atividade requer da Administração Pública uma conduta proativa quanto ao oferecimento dos meios necessários para que os servidores estejam adequadamente preparados para o enfrentamento de riscos.

Ou seja, os cursos de capacitação para servidores da área de segurança devem ser uma obrigação do Estado enquanto gestor de pessoas e não uma condição formal e burocrática para o recebimento de eventual gratificação ou *plus* remuneratório. Por tal razão, sua inclusão no artigo 17 da norma está equivocada e fora da *ratio* que o próprio projeto de lei inicial perquiriu.

A Carta Republicana, após a Emenda nº19/1998, instaurou na Administração Pública um novo horizonte, calcado na inserção da eficiência na prestação dos serviços estatais como sendo uma obrigação do gestor público. Dessa forma, o próprio texto constitucional foi enfático ao trazer expressões como "escola de governo", "participação nos cursos", "aperfeiçoamento dos servidores públicos", dentre outros objetivos que apenas realçam a necessidade da boa formação técnica do profissional público, onde, obviamente, se enquadram os servidores do Judiciário em comento.

Da mesma forma, a emenda atual procura aperfeiçoar a legislação que apenas menciona o referido curso de capacitação como sendo de reciclagem. Isso porque, ao prever que a Administração deverá providenciar, também, cursos iniciais, podemos asseverar que os novos integrantes de tais cargos, que ingressam no serviço público sem contato prático com a formação na área de segurança, possam exercer a contento e com a preservação de sua própria integridade as funções públicas em questão.

Dessa forma, assim como na carreira policial existem os cursos periódicos e de reciclagem, também lá é requisito essencial e inclusive de aprovação no concurso público, o aproveitamento na academia de polícia, ou seja, no curso inicial promovido pela Administração para preparar a contento as pessoas ingressantes em seus quadros.

Portanto, a presente emenda busca adequar o texto legal às necessidades da Administração Pública e de seus servidores, demonstrando que cabe a ela bem capacitar seus agentes públicos.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres pares, peço a aprovação da referida emenda.

Sala das Comissões, de de 2015. – Deputado **Sergio Zveiter,** PSD/RJ.

EMENDA Nº 2, DE 2015

(Do Sr. Deputado Max Filho)

Revoga-se o parágrafo 3º do Art. 17, da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006:

Art. 17 –.....

§ 3º REVOGADO

Justificação

A presente emenda visa corrigir distorção verificada quando da aprovação da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que ao instituir a participação obrigatória dos agentes e inspetores de segurança judiciária em programa de reciclagem anual para o recebimento da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS acabou por criar situações de difícil aplicação na prática aos tribunais da União, bem como onerá-los demasiadamente com a contratação de cursos voltados às atividades de segurança, muitos deles sem eficácia prática.

Verificaram-se distorções nos mais diversos tribunais da União quanto à aplicabilidade da referida norma que ora se pretende suprimir e que vieram a prejudicar os referidos servidores, sem a esperada melhor qualificação desses profissionais. Até mesmo testes de condicionamento físico foram exigidos, criando uma carga injustificável aos servidores de maior idade, muitos reprovados nos rigorosos testes aplicados, alijando-os da gratificação em comento.

Contribuiu ainda para uma injustificável quebra da isonomia entre os servidores agentes de segurança judiciária e os oficiais de justiça avaliadores federais descritos no artigo 16 da citada Lei, que ao serem contemplados com gratificação semelhante **e sem nenhuma contrapartida**, cria situações diferentes para o recebimento de gratificações semelhantes, quais sejam, o exercício de atividade externa, no caso dos oficiais de justiça, e o exercício de atividades de segurança, para os agentes de segurança.

Não há ainda na legislação pátria precedente em nenhum organismo de segurança em se exigir a aprovação em cursos de segurança para o recebimento de uma gratificação pelo desempenho de atividade de risco.

Não há que se falar com essa emenda em simplesmente acabar com o treinamento dos agentes de segurança, eis que estes já participam de cursos de segurança regularmente, por força da forte demanda de segurança existente nos órgãos do Poder Judiciário da União.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres pares, peço a aprovação da referida emenda.

Sala da Comissão, 12 de março de 2015. – **Max Filho,** Deputado Federal, PSDB-ES.

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe pretende alterar a tabela remuneratória constante no anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que trata do Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário da União. Segundo a justificativa da proposição, o reajuste tem por escopo diminuir a defasagem de vencimentos dos integrantes da carreira judiciária em relação a outras carreiras públicas, aprimorar as políticas e as diretrizes estabelecidas para a gestão de pessoas e, como consequência, diminuir a alta rotatividade de servidores no Judiciário.

A proposta reajusta a tabela de vencimento em percentuais que variam de 53% (padrão 4 do cargo de Técnico Judiciário) a 78% (padrão 1 do cargo de Auxiliar Judiciário), e propõe a implementação gradual desse percentual, em seis parcelas, entre julho de 2015 e dezembro de 2017.

O despacho de distribuição previu o exame do mérito pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, e dos aspectos formais de admissibilidade (art. 54, RICD) pela Comissão de Finanças e Tributação – CFT e por esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

Na CTASP foram apresentadas 15 emendas à proposição. Em reunião realizada no dia 5 de novembro de 2014, a Comissão aprovou o Projeto de Lei e rejeitou todas as emendas, nos termos do parecer, com complementação de voto, do Relator, Deputado Policarpo.

Por sua vez, a CFT, nos limites do despacho de distribuição, decidiu pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 7.920, de 2014, com emenda de adequação; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das emendas de nºs 1, 4, 5, 8, 12 e 15 apresentadas na CTASP; e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, sem pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das demais Emendas apresentadas na CTASP, as de nºs 2, 3, 6, 7, 9, 10, 11, 13 e 14. A deliberação seguiu o parecer com complementação de voto do Relator, Deputado Manoel Junior.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania foi aberto prazo para apresentação de emendas ao projeto no dia 5 de março de 2015. Encerrado o prazo, foram apresentadas 2 emendas, pelos Deputados Sérgio Zveiter e Max Filho.

É o nosso relatório.

II – Voto do Relator

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise de aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, conforme a alínea "a" do inciso IV do artigo 32 do Regimento Interno da Casa.

O Projeto de Lei em exame atende ao critério de constitucionalidade formal. A matéria compreende-se no campo da competência privativa da União de legislar sobre organização judiciária, conforme se depreende do art. 22, inciso XVII, da Constituição Federal. Também se insere no âmbito do poder legiferante congressual, com a sanção do Presidente da República, a teor do disposto no art. 48, caput, da Lei Maior, com iniciativa legislativa reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal.

No tocante à constitucionalidade material, inexistem discrepâncias entre o conteúdo do projeto e a Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, observa-se que a proposição está em conformidade aos preceitos gerais do Direito e não ofende o ordenamento jurídico pátrio nem os princípios constitucionais.

A necessária observância de existência de dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentária para viabilização da proposta do autor foi incluída, via emenda, pela Comissão de Finanças e Tributação. Contemplou-se, assim, as disposições do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

A técnica legislativa é adequada e não merece reparos, pois que em consonância aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

Da mesma forma, não há quaisquer vícios na emenda de adequação da Comissão de Finanças e Tributação. As emendas apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, por seu turno, foram todas rejeitadas naquele colegiado.

No que concerne às emendas apresentadas nesta CCJC, entendo louvável a intenção de aprimorar a Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e de corrigir distorções relacionadas aos agentes e inspetores de segurança judiciária. Não obstante isso, o despacho de distribuição da Mesa Diretora não previu a apreciação de mérito nesta Comissão, o que me impede de contemplá-las em face da antirregimentalidade.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.920, de 2014, e da Emenda de adequação da Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, de março de 2015. – Deputado **Arnaldo Faria de Sá,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.920/2014 e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação; e pela antirregimentalidade das Emendas apresentadas nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Lira – Presidente, Aguinaldo Ribeiro, Osmar Serraglio e Veneziano Vital do Rêgo – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Altineu Côrtes, André Fufuca, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Bacelar, Betinho Gomes, Bonifácio de Andrada, Bruno Covas, Chico Alencar, Covatti Filho, Cristiane Brasil, Danilo Forte, Décio Lima, Esperidião Amin, Evandro Gussi, Fausto Pinato, Felipe Maia, Giovani Cherini, Hiran Gonçalves, Indio da Costa, Jhc, João Campos, José Carlos Aleluia, José Fogaça, José Guimarães, Júlio Delgado, Juscelino Filho, Lincoln Portela, Luciano Ducci, Luis Tibé, Luiz Couto, Luiz Sérgio, Marcelo Aro, Maria do Rosário, Padre João, Paes Landim, Pastor Eurico, Paulo Freire, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Paulo Teixeira, Raul Jungmann, Rodrigo Pacheco, Ronaldo Fonseca, Rubens Pereira Júnior, Sergio Souza , Sergio Zveiter, Tadeu Alencar, Afonso Motta, Delegado Éder Mauro, Glauber Braga, Gorete Pereira, Keiko Ota, Nelson Marchezan Junior, Pedro Cunha Lima, Silas Câmara, Valtenir Pereira e Vitor Valim.

Sala da Comissão, 25 de março de 2015. – Deputado **Arthur Lira,** Presidente.

SEÇÃO II

PORTARIAS DA PRIMEIRA SECRETARIA

PORTARIA Nº 65, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **PAULO RUBENS REGINATO LOFFREDA** como Representante da **CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE SERVIÇOS / CEBRASSE.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 66, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento da Senhora **AMÁBILE APARECIDA PACIOS** como Representante da **FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES / FENEP.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 67, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **ALEXANDRE SEABRA RESENDE** como Representante da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS / ABRAS.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 68, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **CLAUDIO MARÇAL FREIRE** como Representante da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA DOS CARTORÁRIOS DA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO / ANDC.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 69, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar a Senhora **EVELINE RIBEIRO DOS SANTOS** como Representante da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS / ANER.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015.

Deputado **BETO MANSUR**

Primeiro-Secretário

PORTARIA Nº 70, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **LUCAS BRANDÃO VEIGA** como Representante da **ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA NACIONAL / P&D BRASIL.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 71, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **VALDIR PIETROBON** como Representante da **FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS / FENACON.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 72, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **EDUARDO SOARES MARTINS** como Representante da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS OPERADORES E FORNECEDORES PARA ARENAS MULTIUSO / ABRARENAS.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 73, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **ITAMAR REVOREDO KUNERT** como Representante da **FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS ADMINISTRADORES / FEBRAD.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 74, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **SÉRGIO LUIZ LEITE** como Representante da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA QUÍMICA / CNTQ.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 75, DE 2015

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **ADOLFO ANTONIO FERNANDES** como Representante da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO / ABERT.**

Câmara dos Deputados, 26 de março de 2015. – Deputado **Beto Mansur,** Primeiro-Secretário.

MESA DIRETORA

Presidente:
EDUARDO CUNHA - PMDB - RJ

1º Vice-Presidente:
WALDIR MARANHÃO - PP - MA

2º Vice-Presidente:
GIACOBO - PR - PR

1º Secretário:
BETO MANSUR - PRB - SP

2º Secretário:
FELIPE BORNIER - PSD - RJ

3º Secretário:
MARA GABRILLI - PSDB - SP

4º Secretário:
ALEX CANZIANI - PTB - PR

1º Suplente de Secretário:
MANDETTA - DEM - MS

2º Suplente de Secretário:
GILBERTO NASCIMENTO - PSC - SP

3º Suplente de Secretário:
LUIZA ERUNDINA - PSB - SP

4º Suplente de Secretário:
RICARDO IZAR - PSD - SP

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Liderança do Governo
Líder: JOSÉ GUIMARÃES
Vice-Líderes:
Antonio Bulhões, Carlos Zarattini, Hugo Leal, José Rocha, Luiz Carlos Busato, Marcelo Castro, Orlando Silva, Paulo Magalhães, Ricardo Barros e Silvio Costa.

Liderança da Minoria
Líder: BRUNO ARAÚJO
Vice-Líderes:
Arthur Virgílio Bisneto (1º Vice), Moroni Torgan, Pastor Eurico, Elizeu Dionizio , Raul Jungmann e Felipe Maia.

Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN
Líder: LEONARDO PICCIANI
Vice-Líderes:
Jovair Arantes (1º Vice), Wilson Filho, Antonio Brito, Arnaldo Faria de Sá, Josué Bengtson, Baleia Rossi, Daniel Vilela, Darcísio Perondi, Dulce Miranda, Edio Lopes, Fabio Reis, Lelo Coimbra, Manoel Junior, Marcos Rotta, Newton Cardoso Jr, Sergio Souza , Simone Morgado, Walter Alves, Carlos Henrique Gaguim, Beto Rosado, André Fufuca, Carlos Marun, Eduardo da Fonte, Marcelo Aro, Jorge Côrte Real, Danilo Forte, Fernando Monteiro , Conceição Sampaio e Ronaldo Nogueira.

PT
Líder: SIBÁ MACHADO
Vice-Líderes:
Ságuas Moraes (1º Vice), Alessandro Molon, Afonso Florence, Benedita da Silva, Moema Gramacho, Décio Lima, Margarida Salomão, Maria do Rosário, Paulo Teixeira, Zeca Dirceu, Luiz Sérgio, Assis Carvalho, Beto Faro, Erika Kokay, Odorico Monteiro e Pedro Uczai.

PSDB
Líder: CARLOS SAMPAIO
Vice-Líderes:
Nilson Leitão (1º Vice), Bruno Covas, Célio Silveira, Daniel Coelho, Izalci, João Gualberto, João Paulo Papa, Marcus Pestana, Pedro Cunha Lima, Shéridan, Silvio Torres, Mariana Carvalho e Pedro Vilela.

Bloco PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB
Líder: CELSO RUSSOMANNO
Vice-Líderes:
César Halum (1º Vice), Aluisio Mendes, Jhonatan de Jesus, Marcelo Squassoni, Christiane de Souza Yared, Rosangela Gomes, Uldurico Junior, Roberto Alves, Carlos Gomes e Fausto Pinato.

PSD
Líder: ROGÉRIO ROSSO
Vice-Líderes:
Paulo Magalhães, Rômulo Gouveia, Marcos Montes, Danrlei de Deus Hinterholz, Herculano Passos, Indio da Costa, Sergio Zveiter, Joaquim Passarinho e Jefferson Campos.

PR
Líder: MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Vice-Líderes:
Wellington Roberto (1º Vice), Anderson Ferreira, Gorete Pereira, Jorginho Mello, Lincoln Portela, Paulo Freire, Vinicius Gurgel, João Carlos Bacelar e Capitão Augusto.

PSB
Líder: FERNANDO COELHO FILHO
Vice-Líderes:
Paulo Foletto (1º Vice), Luiz Lauro Filho, Luciano Ducci, Fabio Garcia, João Fernando Coutinho, Heitor Schuch, Rodrigo Martins, Heráclito Fortes e Glauber Braga.

DEM
Líder: MENDONÇA FILHO
Vice-Líderes:
Efraim Filho (1º Vice), Alexandre Leite, José Carlos Aleluia, Onyx Lorenzoni, Paulo Azi e Professora Dorinha Seabra Rezende.

PDT
Líder: ANDRÉ FIGUEIREDO
Vice-Líderes:
Weverton Rocha (1º Vice), Ronaldo Lessa, Pompeo de Mattos, Marcos Rogério e Mário Heringer.

SD
Líder: ARTHUR OLIVEIRA MAIA
Vice-Líderes:
Zé Silva (1º Vice), Jhc, Lucas Vergilio e Laercio Oliveira.

PCdoB
Líder: JANDIRA FEGHALI
Vice-Líderes:
Luciana Santos (1º Vice), Rubens Pereira Júnior e Chico Lopes.

PROS
Líder: DOMINGOS NETO

Vice-Líderes:
Rafael Motta, Beto Salame e Leônidas Cristino.

PPS
Líder: RUBENS BUENO
Vice-Líderes:
Arnaldo Jordy (1º Vice), Hissa Abrahão e Carmen Zanotto.

PV
Líder: SARNEY FILHO
Vice-Líderes:
Evandro Gussi e William Woo.

PSOL
Líder: CHICO ALENCAR
Vice-Líderes:
Jean Wyllys.

Líderes de Partidos que participam de Bloco Parlamentar

PMDB
Líder: LEONARDO PICCIANI
PP
Líder: EDUARDO DA FONTE
PTB
Líder: JOVAIR ARANTES
PRB
Líder: CELSO RUSSOMANNO
PSC
Líder: ANDRE MOURA
PHS
Líder: MARCELO ARO

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PTN
Repr.: BACELAR
PMN
Repr.: HIRAN GONÇALVES
PRP
Repr.: JUSCELINO FILHO
PSDC
Repr.: ALUISIO MENDES
PEN
Repr.: JUNIOR MARRECA
PTC
Repr.: ULDURICO JUNIOR
PTdoB
Repr.: LUIS TIBÉ
PRTB
Repr.: CÍCERO ALMEIDA
PSL
Repr.: MACEDO

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Abel Mesquita Jr. - PDT
Carlos Andrade - PHS
Edio Lopes - PMDB
Hiran Gonçalves - PMN
Jhonatan de Jesus - PRB
Maria Helena - PSB
Remídio Monai - PR
Shéridan - PSDB

Amapá

André Abdon - PRB
Cabuçu Borges - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Jozi Rocha - PTB
Marcos Reategui - PSC
Professora Marcivania - PT
Roberto Góes - PDT
Vinicius Gurgel - PR

Pará

Arnaldo Jordy - PPS
Beto Faro - PT
Beto Salame - PROS
Delegado Éder Mauro - PSD
Edmilson Rodrigues - PSOL
Elcione Barbalho - PMDB
Francisco Chapadinha - PSD
Hélio Leite - DEM
Joaquim Passarinho - PSD
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Júlia Marinho - PSC
Lúcio Vale - PR
Nilson Pinto - PSDB
Simone Morgado - PMDB
Wladimir Costa - SD
Zé Geraldo - PT

Amazonas

Alfredo Nascimento - PR
Arthur Virgílio Bisneto - PSDB
Átila Lins - PSD
Conceição Sampaio - PP
Hissa Abrahão - PPS
Marcos Rotta - PMDB
Pauderney Avelino - DEM
Silas Câmara - PSD

Rondônia

Expedito Netto - SD
Lindomar Garçon - PMDB
Lucio Mosquini - PMDB
Luiz Cláudio - PR
Marcos Rogério - PDT
Mariana Carvalho - PSDB
Marinha Raupp - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Alan Rick - PRB
Angelim - PT
César Messias - PSB
Flaviano Melo - PMDB
Jéssica Sales - PMDB
Leo de Brito - PT
Rocha - PSDB
Sibá Machado - PT

Tocantins

Carlos Henrique Gaguim - PMDB
César Halum - PRB
Dulce Miranda - PMDB
Irajá Abreu - PSD
Josi Nunes - PMDB
Lázaro Botelho - PP
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM
Vicentinho Júnior - PSB

Maranhão

Alberto Filho - PMDB
Aluisio Mendes - PSDC
André Fufuca - PEN
Cleber Verde - PRB
Eliziane Gama - PPS
Hildo Rocha - PMDB
João Castelo - PSDB
João Marcelo Souza - PMDB
José Reinaldo - PSB
Junior Marreca - PEN
Juscelino Filho - PRP
Pedro Fernandes - PTB
Rubens Pereira Júnior - PCdoB
Sarney Filho - PV
Victor Mendes - PV
Waldir Maranhão - PP
Weverton Rocha - PDT
Zé Carlos - PT

Ceará

Adail Carneiro - PHS
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Balhmann - PROS
Arnon Bezerra - PTB
Cabo Sabino - PR
Chico Lopes - PCdoB
Danilo Forte - PMDB
Domingos Neto - PROS
Genecias Noronha - SD
Gorete Pereira - PR
José Airton Cirilo - PT
José Guimarães - PT
Leônidas Cristino - PROS
Luizianne Lins - PT
Macedo - PSL
Moroni Torgan - DEM
Moses Rodrigues - PPS
Odorico Monteiro - PT
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Ronaldo Martins - PRB
Vitor Valim - PMDB

Piauí

Assis Carvalho - PT
Átila Lira - PSB
Heráclito Fortes - PSB
Iracema Portella - PP
Júlio Cesar - PSD
Marcelo Castro - PMDB
Merlong Solano - PT
Paes Landim - PTB
Rodrigo Martins - PSB
Silas Freire - PR

Rio Grande do Norte

Antônio Jácome - PMN
Beto Rosado - PP
Fábio Faria - PSD
Felipe Maia - DEM
Rafael Motta - PROS
Rogério Marinho - PSDB
Walter Alves - PMDB
Zenaide Maia - PR

Paraíba

Aguinaldo Ribeiro - PP
Benjamin Maranhão - SD
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM
Hugo Motta - PMDB
Luiz Couto - PT
Manoel Junior - PMDB
Pedro Cunha Lima - PSDB
Rômulo Gouveia - PSD
Veneziano Vital do Rêgo - PMDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Filho - PTB

Pernambuco

Adalberto Cavalcanti - PTB
Anderson Ferreira - PR
Augusto Coutinho - SD
Betinho Gomes - PSDB
Bruno Araújo - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PCdoB
Daniel Coelho - PSDB
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Monteiro - PP
Gonzaga Patriota - PSB
Jarbas Vasconcelos - PMDB
João Fernando Coutinho - PSB
Jorge Côrte Real - PTB
Kaio Maniçoba - PHS
Luciana Santos - PCdoB
Marinaldo Rosendo - PSB
Mendonça Filho - DEM
Pastor Eurico - PSB
Raul Jungmann - PPS
Ricardo Teobaldo - PTB
Silvio Costa - PSC
Tadeu Alencar - PSB
Wolney Queiroz - PDT
Zeca Cavalcanti - PTB

Alagoas

Arthur Lira - PP
Cícero Almeida - PRTB
Givaldo Carimbão - PROS
Jhc - SD
Marx Beltrão - PMDB
Maurício Quintella Lessa - PR
Paulão - PT
Pedro Vilela - PSDB
Ronaldo Lessa - PDT

Sergipe

Adelson Barreto - PTB
Andre Moura - PSC
Fábio Mitidieri - PSD
Fabio Reis - PMDB
João Daniel - PT
Jony Marcos - PRB
Laercio Oliveira - SD
Valadares Filho - PSB

Bahia

Afonso Florence - PT
Alice Portugal - PCdoB
Antonio Brito - PTB
Antonio Imbassahy - PSDB
Arthur Oliveira Maia - SD
Bacelar - PTN
Bebeto - PSB
Benito Gama - PTB
Cacá Leão - PP
Caetano - PT
Claudio Cajado - DEM
Daniel Almeida - PCdoB
Davidson Magalhães - PCdoB
Elmar Nascimento - DEM
Erivelton Santana - PSC
Félix Mendonça Júnior - PDT
Fernando Torres - PSD
Irmão Lazaro - PSC
João Carlos Bacelar - PR
João Gualberto - PSDB
Jorge Solla - PT
José Carlos Aleluia - DEM
José Carlos Araújo - PSD
José Nunes - PSD
José Rocha - PR
Jutahy Junior - PSDB
Lucio Vieira Lima - PMDB
Márcio Marinho - PRB
Mário Negromonte Jr. - PP
Moema Gramacho - PT
Paulo Azi - DEM
Paulo Magalhães - PSD
Roberto Britto - PP
Ronaldo Carletto - PP
Sérgio Brito - PSD
Tia Eron - PRB
Uldurico Junior - PTC
Valmir Assunção - PT
Waldenor Pereira - PT

Minas Gerais

Adelmo Carneiro Leão - PT
Ademir Camilo - PROS
Aelton Freitas - PR
Bilac Pinto - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Brunny - PTC
Caio Narcio - PSDB
Carlos Melles - DEM
Dâmina Pereira - PMN
Delegado Edson Moreira - PTN
Diego Andrade - PSD
Dimas Fabiano - PP
Domingos Sávio - PSDB
Eduardo Barbosa - PSDB
Eros Biondini - PTB
Fábio Ramalho - PV
Gabriel Guimarães - PT
Jaime Martins - PSD
Jô Moraes - PCdoB
Júlio Delgado - PSB
Laudivio Carvalho - PMDB
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luis Tibé - PTdoB
Luiz Fernando Faria - PP
Marcelo Álvaro Antônio - PRP
Marcelo Aro - PHS
Marcos Montes - PSD
Marcus Pestana - PSDB
Margarida Salomão - PT
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Misael Varella - DEM
Newton Cardoso Jr - PMDB
Odelmo Leão - PP
Padre João - PT
Pastor Franklin - PTdoB
Paulo Abi-ackel - PSDB
Raquel Muniz - PSC
Reginaldo Lopes - PT
Renzo Braz - PP
Rodrigo de Castro - PSDB
Rodrigo Pacheco - PMDB
Saraiva Felipe - PMDB
Silas Brasileiro - PMDB
Stefano Aguiar - PSB
Subtenente Gonzaga - PDT
Tenente Lúcio - PSB
Toninho Pinheiro - PP
Wadson Ribeiro - PCdoB
Weliton Prado - PT
Zé Silva - SD

Espírito Santo

Carlos Manato - SD
Dr. Jorge Silva - PROS
Evair de Melo - PV
Givaldo Vieira - PT
Helder Salomão - PT
Lelo Coimbra - PMDB
Marcus Vicente - PP
Max Filho - PSDB
Paulo Foletto - PSB
Sergio Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Alessandro Molon - PT
Alexandre Serfiotis - PSD
Alexandre Valle - PRP
Altineu Côrtes - PR
Aureo - SD
Benedita da Silva - PT
Cabo Daciolo - PSOL
Celso Jacob - PMDB
Celso Pansera - PMDB
Chico Alencar - PSOL
Chico D'angelo - PT
Clarissa Garotinho - PR
Cristiane Brasil - PTB
Deley - PTB
Dr. João - PR
Eduardo Cunha - PMDB
Ezequiel Teixeira - SD
Fabiano Horta - PT
Felipe Bornier - PSD
Fernando Jordão - PMDB
Francisco Floriano - PR
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PROS
Indio da Costa - PSD
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
Jean Wyllys - PSOL
Julio Lopes - PP
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Carlos Ramos - PSDC
Luiz Sérgio - PT
Marcelo Matos - PDT
Marcos Soares - PR
Marquinho Mendes - PMDB
Miro Teixeira - PROS
Otavio Leite - PSDB
Paulo Feijó - PR
Roberto Sales - PRB
Rodrigo Maia - DEM
Rosangela Gomes - PRB
Sergio Zveiter - PSD
Simão Sessim - PP
Soraya Santos - PMDB
Sóstenes Cavalcante - PSD
Walney Rocha - PTB
Washington Reis - PMDB

São Paulo

Alex Manente - PPS
Alexandre Leite - DEM
Ana Perugini - PT
Andres Sanchez - PT
Antonio Bulhões - PRB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Baleia Rossi - PMDB
Beto Mansur - PRB
Bruna Furlan - PSDB
Bruno Covas - PSDB
Capitão Augusto - PR
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Celso Russomanno - PRB
Dr. Sinval Malheiros - PV
Eduardo Bolsonaro - PSC
Eduardo Cury - PSDB
Eli Corrêa Filho - DEM
Evandro Gussi - PV

Fausto Pinato - PRB
Flavinho - PSB
Gilberto Nascimento - PSC
Goulart - PSD
Guilherme Mussi - PP
Herculano Passos - PSD
Ivan Valente - PSOL
Jefferson Campos - PSD
João Paulo Papa - PSDB
Jorge Tadeu Mudalen - DEM
José Mentor - PT
Keiko Ota - PSB
Lobbe Neto - PSDB
Luiz Lauro Filho - PSB
Luiza Erundina - PSB
Major Olimpio - PDT
Mara Gabrilli - PSDB
Marcelo Aguiar - DEM
Marcelo Squassoni - PRB
Marcio Alvino - PR
Miguel Haddad - PSDB
Miguel Lombardi - PR
Milton Monti - PR
Missionário José Olimpio - PP
Nelson Marquezelli - PTB
Nilto Tatto - PT
Orlando Silva - PCdoB
Paulo Freire - PR
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - SD
Paulo Teixeira - PT
Pr. Marco Feliciano - PSC
Renata Abreu - PTN
Ricardo Izar - PSD
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto Alves - PRB
Roberto Freire - PPS
Samuel Moreira - PSDB
Sérgio Reis - PRB
Silvio Torres - PSDB
Tiririca - PR
Valmir Prascidelli - PT
Vanderlei Macris - PSDB
Vicente Candido - PT
Vicentinho - PT
Vinicius Carvalho - PRB
Vitor Lippi - PSDB
Walter Ihoshi - PSD
William Woo - PV

Mato Grosso

Adilton Sachetti - PSB
Carlos Bezerra - PMDB
Ezequiel Fonseca - PP
Fabio Garcia - PSB
Nilson Leitão - PSDB
Professor Victório Galli - PSC
Ságuas Moraes - PT
Valtenir Pereira - PROS

Distrito Federal

Alberto Fraga - DEM
Augusto Carvalho - SD
Erika Kokay - PT
Izalci - PSDB
Laerte Bessa - PR
Rogério Rosso - PSD
Ronaldo Fonseca - PROS
Roney Nemer - PMDB

Goiás

Alexandre Baldy - PSDB
Célio Silveira - PSDB
Daniel Vilela - PMDB
Delegado Waldir - PSDB
Fábio Sousa - PSDB
Flávia Morais - PDT
Giuseppe Vecci - PSDB
Heuler Cruvinel - PSD
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Lucas Vergilio - SD
Magda Mofatto - PR
Marcos Abrão - PPS
Pedro Chaves - PMDB
Roberto Balestra - PP
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP

Mato Grosso do Sul

Carlos Marun - PMDB
Dagoberto - PDT
Elizeu Dionizio - SD
Geraldo Resende - PMDB
Mandetta - DEM
Tereza Cristina - PSB
Vander Loubet - PT
Zeca do Pt - PT

Paraná

Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Aliel Machado - PCdoB
Assis do Couto - PT
Christiane de Souza Yared - PTN
Diego Garcia - PHS
Dilceu Sperafico - PP
Edmar Arruda - PSC
Enio Verri - PT
Evandro Rogerio Roman - PSD
Giacobo - PR
Hermes Parcianello - PMDB
João Arruda - PMDB
Leandre - PV
Leopoldo Meyer - PSB
Luciano Ducci - PSB
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Luiz Nishimori - PR
Marcelo Belinati - PP
Nelson Meurer - PP
Osmar Bertoldi - DEM
Osmar Serraglio - PMDB
Ricardo Barros - PP
Rossoni - PSDB
Rubens Bueno - PPS
Sandro Alex - PPS
Sergio Souza - PMDB
Takayama - PSC
Toninho Wandscheer - PT
Zeca Dirceu - PT

Santa Catarina

Carmen Zanotto - PPS
Celso Maldaner - PMDB
Cesar Souza - PSD
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Esperidião Amin - PP
Geovania de Sá - PSDB
João Rodrigues - PSD
Jorge Boeira - PP
Jorginho Mello - PR
Marco Tebaldi - PSDB
Mauro Mariani - PMDB
Pedro Uczai - PT
Rogério Peninha Mendonça - PMDB
Ronaldo Benedet - PMDB
Valdir Colatto - PMDB

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Afonso Motta - PDT
Alceu Moreira - PMDB
Bohn Gass - PT
Carlos Gomes - PRB
Covatti Filho - PP
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD
Darcísio Perondi - PMDB
Fernando Marroni - PT
Giovani Cherini - PDT
Heitor Schuch - PSB
Henrique Fontana - PT
Jerônimo Goergen - PP
João Derly - PCdoB
José Fogaça - PMDB
José Otávio Germano - PP
Jose Stédile - PSB
Luis Carlos Heinze - PP
Luiz Carlos Busato - PTB
Marco Maia - PT
Marcon - PT
Maria do Rosário - PT
Mauro Pereira - PMDB
Nelson Marchezan Junior - PSDB
Onyx Lorenzoni - DEM
Osmar Terra - PMDB
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Renato Molling - PP
Ronaldo Nogueira - PTB
Sérgio Moraes - PTB

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Irajá Abreu (PSD)
1º Vice-Presidente: Heuler Cruvinel (PSD)
2º Vice-Presidente: Carlos Henrique Gaguim (PMDB)
3º Vice-Presidente: Nilson Leitão (PSDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Afonso Hamm vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Alberto Filho
André Abdon	Alberto Fraga
Carlos Henrique Gaguim	Alceu Moreira
Celso Maldaner	Beto Rosado
César Halum vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Carlos Bezerra
Dilceu Sperafico	Carlos Melles
Elcione Barbalho	Daniel Vilela
Hélio Leite	Jorge Boeira
Jerônimo Goergen	Lázaro Botelho
Jony Marcos	Lucio Mosquini
Josué Bengtson	Marcelo Aro
Kaio Maniçoba	Márcio Marinho
Luis Carlos Heinze	Nelson Marquezelli
Marcelo Castro	Nilton Capixaba
Nelson Meurer	Professor Victório Galli
Newton Cardoso Jr	Ronaldo Benedet
Odelmo Leão vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Sergio Souza
Onyx Lorenzoni	Wilson Filho
Pedro Chaves	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
Ricardo Teobaldo	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
Roberto Balestra vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
Rogério Peninha Mendonça	1 vaga
Sérgio Moraes	
Silas Brasileiro	
Valdir Colatto	
Zé Silva	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Assis do Couto	Aelton Freitas
Beto Faro	Alexandre Serfiotis
Bohn Gass	Átila Lins vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Evandro Rogerio Roman	Diego Andrade
Francisco Chapadinha	Givaldo Carimbão
Heuler Cruvinel	Indio da Costa
Irajá Abreu	João Carlos Bacelar vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
João Daniel	João Rodrigues
Luiz Cláudio	José Nunes vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Luiz Nishimori	Marcos Montes
Marcon	Miguel Lombardi vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Valmir Assunção	Remídio Monai
Zé Carlos	Vander Loubet
Zeca do Pt vaga do PSOL	Vinicius Gurgel
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Wellington Roberto
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	5 vagas
1 vaga	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Adilton Sachetti	Alexandre Baldy
César Messias	Alfredo Kaefer
Evair de Melo	Domingos Sávio
Heitor Schuch	Dr. Sinval Malheiros
Nilson Leitão	Fábio Ramalho vaga do PSOL
Raimundo Gomes de Matos	Hissa Abrahão
Tereza Cristina	Luciano Ducci
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Marinaldo Rosendo
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Rocha
2 vagas	Vicentinho Júnior (Dep. do PDT ocupa a vaga)
	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
PDT	
Abel Mesquita Jr.	Afonso Motta
Ronaldo Lessa	Mário Heringer vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
	Subtenente Gonzaga
PSOL	
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 34
Telefones: 3216-6403/6404/6406
FAX: 3216-6415

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Fábio Sousa (PSDB)
1º Vice-Presidente: Sandro Alex (PPS)
2º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Mudalen (DEM)
3º Vice-Presidente: Eduardo Cury (PSDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Cabuçu Borges	Alexandre Valle
Celso Pansera	Antonio Bulhões
Fabio Reis	Arnon Bezerra
Gilberto Nascimento	Benito Gama
Jorge Tadeu Mudalen	Cleber Verde
Marcelo Aguiar	Eli Corrêa Filho
Missionário José Olimpio	Fernando Monteiro
Renata Abreu vaga do PSL	Hélio Leite
Roberto Alves	Hugo Motta
Ronaldo Nogueira	Jhc
Tia Eron	Josué Bengtson

Vitor Valim	Manoel Junior
Wladimir Costa	Nelson Meurer
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Pr. Marco Feliciano
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Rogério Peninha Mendonça
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Sandes Júnior
3 vagas	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Anderson Ferreira	Beto Faro
Bilac Pinto	Fabiano Horta
Cesar Souza	Goulart
Francisco Floriano vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Indio da Costa
Jefferson Campos vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	João Daniel
Luciana Santos	João Derly
Marco Maia	José Rocha
Marcos Soares	Júlio Cesar
Margarida Salomão	Milton Monti
Paulão	Odorico Monteiro
Rômulo Gouveia	Sergio Zveiter
Silas Câmara	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
Sóstenes Cavalcante (Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga
1 vaga	

PSDB/PSB/PPS/PV

Eduardo Cury	Alex Manente
	Arthur Virgílio Bisneto vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Fábio Sousa	
Flavinho	Caio Narcio
Heráclito Fortes	Evair de Melo
Luiz Lauro Filho vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Evandro Gussi vaga do PSL
Luiza Erundina	Fábio Ramalho vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Pedro Cunha Lima	Izalci
Sandro Alex	João Fernando Coutinho
Vitor Lippi	Lobbe Neto
William Woo	Marinaldo Rosendo
	Miguel Haddad vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
	Paulo Abi-ackel
	Paulo Foletto

PDT

Afonso Motta	Dagoberto

PSL

(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)

PTdoB

Pastor Franklin vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 51
Telefones: 3216-6452 A 6458
FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Arthur Lira (PP)
1º Vice-Presidente: Aguinaldo Ribeiro (PP)
2º Vice-Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
3º Vice-Presidente: Veneziano Vital do Rêgo (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Aguinaldo Ribeiro	Alexandre Leite
Alceu Moreira	Carlos Marun
André Fufuca	Edmar Arruda
Andre Moura	Efraim Filho vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Antonio Bulhões	Elmar Nascimento
Arnaldo Faria de Sá	Hildo Rocha
Arthur Lira	Jerônimo Goergen
Arthur Oliveira Maia	Laudivio Carvalho
Bacelar	Leonardo Picciani
Carlos Bezerra vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Lucas Vergilio
Covatti Filho	Manoel Junior
Cristiane Brasil	Mário Negromonte Jr.
Danilo Forte	Marx Beltrão
Esperidião Amin	Mauro Lopes
Fausto Pinato	Mendonça Filho
Felipe Maia	Odelmo Leão
Hiran Gonçalves	Paulo Pereira da Silva
Jhc	Professor Victório Galli
José Carlos Aleluia	Renata Abreu
José Fogaça	Ricardo Barros
Juscelino Filho	Roberto Britto
Marcelo Aro	Soraya Santos
Osmar Serraglio	Tia Eron
Paes Landim	Vitor Valim
Paulo Maluf	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
Pr. Marco Feliciano	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
Rodrigo Pacheco	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
Sergio Souza	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
Veneziano Vital do Rêgo	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Alessandro Molon	Capitão Augusto
Altineu Côrtes	Daniel Almeida
Décio Lima	Delegado Éder Mauro
Indio da Costa	Dr. João
Jorginho Mello	Erika Kokay
José Guimarães	Fábio Faria
José Mentor	Francisco Floriano vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Lincoln Portela	Gabriel Guimarães
Luiz Couto	Gorete Pereira
Luiz Sérgio	Jefferson Campos vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Maria do Rosário	João Carlos Bacelar

Padre João	José Nunes
Paulo Freire	Laerte Bessa vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Paulo Magalhães	Marcio Alvino vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Paulo Teixeira	Marco Maia
Rogério Rosso	Moema Gramacho
Ronaldo Fonseca	Odorico Monteiro
Rubens Pereira Júnior	Pedro Uczai
Sergio Zveiter	Reginaldo Lopes
Valmir Prascidelli	Rubens Otoni
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Silas Câmara
	Valtenir Pereira
	Vicentinho
	Wellington Roberto
	(Dep. do PDT ocupa a vaga)

PSDB/PSB/PPS/PV

Betinho Gomes	Bruna Furlan
Bonifácio de Andrada	Célio Silveira vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Bruno Covas	Delegado Waldir
Evandro Gussi	Glauber Braga
João Campos	Gonzaga Patriota
Júlio Delgado	Janete Capiberibe
Jutahy Junior	Max Filho
Luciano Ducci	Nelson Marchezan Junior
Marco Tebaldi	Pedro Cunha Lima
Pastor Eurico	Pedro Vilela
Raul Jungmann	Ricardo Tripoli
Rossoni	Sandro Alex
Tadeu Alencar	Sarney Filho
	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)

PDT

Giovani Cherini	Afonso Motta
Marcos Rogério	Félix Mendonça Júnior vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
	Wolney Queiroz

PSOL

Chico Alencar	Ivan Valente

PTC

(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Uldurico Junior

PTdoB

Luis Tibé vaga do PTC

Secretário(a): Alexandra Zaban Bittencourt
Local: Anexo II,Térreo, Ala A, sala 19
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE CULTURA

Presidente: Félix Mendonça Júnior (PDT)
1º Vice-Presidente: Marcelo Matos (PDT)
2º Vice-Presidente: Moses Rodrigues (PPS)
3º Vice-Presidente: Luciana Santos (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Cabuçu Borges	Capitão Fábio Abreu (Licenciado)
Celso Jacob	Diego Garcia
Efraim Filho	João Marcelo Souza
Sérgio Reis	Mendonça Filho
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	3 vagas
2 vagas	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Leônidas Cristino	Alice Portugal vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Luciana Santos vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Clarissa Garotinho
Margarida Salomão	Erika Kokay
Rubens Otoni	Jandira Feghali vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Sóstenes Cavalcante	Leo de Brito
Tiririca	3 vagas
Waldenor Pereira	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Moses Rodrigues vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Arnaldo Jordy
Tadeu Alencar	Geovania de Sá
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Giuseppe Vecci
2 vagas	Jose Stédile
PDT	
Félix Mendonça Júnior	1 vaga
Marcelo Matos vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	
PSOL	
Jean Wyllys vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	

Secretário(a): Nádia Lúcia das Neves Raposo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - salas 168/169-C
Telefones: 3216-6942 a 6947

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Eli Corrêa Filho (DEM)
1º Vice-Presidente: Chico Lopes (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Vinicius Carvalho (PRB)
3º Vice-Presidente: Eros Biondini (PTB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Celso Russomanno	Alexandre Leite
Eli Corrêa Filho	Antonio Brito vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Erivelton Santana	Augusto Coutinho vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Eros Biondini	Aureo
Iracema Portella	Carlos Henrique Gaguim
Irmão Lazaro	César Halum
Marcos Rotta	Deley
Vinicius	Elmar Nascimento

Carvalho	
2 vagas	Felipe Maia vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
	Guilherme Mussi
	Jovair Arantes vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
	Leonardo Quintão
	Marcelo Belinati
	Márcio Marinho vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
	Paulo Azi vaga do PDT
	Silvio Costa

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Chico Lopes	Herculano Passos
José Carlos Araújo	Heuler Cruvinel
Ricardo Izar vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Ronaldo Fonseca
Sérgio Brito	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
Walter Ihoshi	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
Weliton Prado (Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
2 vagas	1 vaga

PSDB/PSB/PPS/PV

Eliziane Gama vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	João Fernando Coutinho
Fernando Coelho Filho	Júlio Delgado
Maria Helena (Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Nelson Marchezan Junior
	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
2 vagas	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)

PDT

Wolney Queiroz	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)

PSOL

Ivan Valente vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Presidente: Aelton Freitas (PR)
1º Vice-Presidente: Zenaide Maia (PR)
2º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
3º Vice-Presidente: Carmen Zanotto (PPS)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Conceição Sampaio	Marx Beltrão
Deley	Professora Dorinha Seabra Rezende
Dulce Miranda	Wilson Filho
Elizeu Dionizio	(Dep. do PTC ocupa a vaga)
Geraldo Resende	5 vagas
Jhonatan de Jesus	
Mandetta	
Misael Varella vaga do PDT	
Soraya Santos (Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Aelton Freitas	Erika Kokay
Dr. Jorge Silva	Evandro Rogerio Roman
Luizianne Lins	Professora Marcivania
Maria do Rosário	Rubens Otoni
Rejane Dias (Licenciado)	2 vagas
Sóstenes Cavalcante	
Zenaide Maia vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	

PSDB/PSB/PPS/PV

Carmen Zanotto	Dr. Sinval Malheiros
Eduardo Barbosa	Otavio Leite
Pastor Eurico	Paulo Foletto
Pedro Vilela	1 vaga

PDT

(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	1 vaga

PTC

Brunny vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Secretário(a): Hérica Pimentel Brito de Souza
Local: Anexo II, ala A, sala 05, térreo
Telefones: 3216-6971/72/73

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Júlio Cesar (PSD)
1º Vice-Presidente: Keiko Ota (PSB)
2º Vice-Presidente: Jorge Côrte Real (PTB)
3º Vice-Presidente: Laercio Oliveira (SD)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Dimas Fabiano vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Augusto Coutinho
Jorge Boeira	Conceição Sampaio
Jorge Côrte Real	Luiz Carlos Ramos
Jozi Rocha vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Mandetta
Laercio Oliveira	Marcos Reategui
Lucas Vergilio	Silas Brasileiro
Mauro Pereira	Zeca Cavalcanti
Renato Molling vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	
2 vagas	

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Antonio Balhmann	Afonso Florence
Fernando Torres	Enio Verri
Helder Salomão	Herculano Passos
Júlio Cesar vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/	Marcos Soares

PEN/PRTB

(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga) — Walter Ihoshi vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga) — 1 vaga

PSDB/PSB/PPS/PV

Keiko Ota — Eduardo Cury

(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga) — Luiz Lauro Filho

2 vagas — Otavio Leite

Tereza Cristina

PDT

1 vaga — Roberto Góes

Secretário(a): Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Julio Lopes (PP)
1º Vice-Presidente: Carlos Marun (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alberto Filho	Aguinaldo Ribeiro
Carlos Marun	Genecias Noronha
Cícero Almeida	Mauro Lopes
Dâmina Pereira vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Mauro Mariani
Flaviano Melo	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
Hildo Rocha	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
Julio Lopes	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
Osmar Bertoldi	1 vaga
1 vaga	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Caetano	Angelim
Herculano Passos	Heuler Cruvinel vaga do PDT
José Nunes vaga do PDT	Irajá Abreu vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Luizianne Lins	Jefferson Campos
Moema Gramacho	João Carlos Bacelar
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Nilto Tatto
	Toninho Wandscheer
	Zé Carlos vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
PSDB/PSB/PPS/PV	
João Paulo Papa	Alex Manente
Leopoldo Meyer	Miguel Haddad
Marcos Abrão	Silvio Torres
Valadares Filho	Tenente Lúcio
PDT	
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
PSL	
	Macedo vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Secretário(a): Marcos Vasconcelos
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Paulo Pimenta (PT)
1º Vice-Presidente: Rosangela Gomes (PRB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Ezequiel Teixeira	Diego Garcia
Jair Bolsonaro	Eduardo Bolsonaro
Lindomar Garçon	Elizeu Dionizio
Marcelo Aguiar	Iracema Portella
Pr. Marco Feliciano	Professora Dorinha Seabra Rezende
Ronaldo Nogueira	Roberto Alves
Rosangela Gomes	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Anderson Ferreira	Capitão Augusto
Beto Salame	Delegado Éder Mauro
Erika Kokay	Laerte Bessa
Paulo Pimenta	Luiz Couto
Sóstenes Cavalcante	Marcon
	Orlando Silva vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
PSDB/PSB/PPS/PV	
Arnaldo Jordy	Bonifácio de Andrada
Flavinho	Daniel Coelho
Janete Capiberibe	Luiza Erundina
Keiko Ota	Pastor Eurico
PDT	
Marcos Rogério	Major Olimpio
PSOL	
	Jean Wyllys vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)
1º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
2º Vice-Presidente: Goulart (PSD)
3º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Arnon Bezerra	Bacelar
Augusto Carvalho	Baleia Rossi
Celso Jacob	Beto Rosado
Josi Nunes	Celso Pansera vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Lelo Coimbra	César Halum
Pedro Fernandes	Diego Garcia
Professor Victório Galli	Elcione Barbalho
Professora Dorinha Seabra Rezende	Ezequiel Fonseca
Raquel Muniz	Geraldo Resende
Saraiva Felipe	Kaio Maniçoba
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Luiz Carlos Ramos
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Osmar Serraglio
(Dep. do PTC ocupa a vaga)	Paes Landim
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Toninho Pinheiro
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Wilson Filho
3 vagas	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Alice Portugal	Alessandro Molon
Aliel Machado vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Alexandre Serfiotis
Ana Perugini	Antonio Balhmann
Angelim vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Danrlei de Deus Hinterholz
Domingos Neto	Dr. Jorge Silva vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Givaldo Vieira	Helder Salomão
Goulart	Jorginho Mello
Leônidas Cristino	Leo de Brito
Orlando Silva	Margarida Salomão
Pedro Uczai	Maria do Rosário
Professora Marcivania	Odorico Monteiro vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Reginaldo Lopes	Rafael Motta vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Ságuas Moraes	Valtenir Pereira vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Waldenor Pereira	Wadson Ribeiro
Zeca Dirceu vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Zenaide Maia
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB/PSB/PPS/PV	
Caio Narcio	Átila Lira vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Giuseppe Vecci vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Betinho Gomes
Glauber Braga	Bonifácio de Andrada
Izalci	Evandro Gussi
Lobbe Neto vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Fabio Garcia
Mariana Carvalho vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Geovania de Sá
Max Filho	Keiko Ota
Moses Rodrigues	Leandre vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Nilson Pinto	Shéridan
Rogério Marinho	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
Victor Mendes	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	
PDT	
Damião Feliciano	Pompeo de Mattos
Sergio Vidigal	Weverton Rocha
PTC	
Brunny vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	

Secretário(a): Eugenia S. Pestana
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala T170
Telefones: 3216-6621/6622/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DO ESPORTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB)
1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP)
2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM)
3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Afonso Hamm	Adelson Barreto
Alexandre Valle	Alan Rick
Deley	Benjamin Maranhão
Fabio Reis	Edinho Bez
Fernando Monteiro	Ezequiel Teixeira
Hélio Leite	João Arruda
Hiran Gonçalves vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Marcus Vicente
Jhonatan de Jesus	Pedro Fernandes
Marcelo Aro	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Márcio Marinho	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Andres Sanchez	Altineu Côrtes
Carlos Eduardo Cadoca	Chico D'angelo
Danrlei de Deus Hinterholz	Fábio Mitidieri

Evandro Rogerio Roman	Goulart
João Derly	José Rocha
José Airton Cirilo	Weliton Prado
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)

PSDB/PSB/PPS/PV

Rogério Marinho	Arnaldo Jordy
Rubens Bueno	Fábio Sousa
Silvio Torres	Tenente Lúcio
Valadares Filho	(Dep. do PDT ocupa a vaga)

PDT

Roberto Góes	André Figueiredo
	Damião Feliciano vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
	Flávia Morais vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
	Marcelo Matos vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Secretário(a): Lindberg Aziz Cury Júnior
Local: Sala nº 2 ala C, térreo, do Anexo II
Telefones: 3216-6351

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Soraya Santos (PMDB)
1º Vice-Presidente: Manoel Junior (PMDB)
2º Vice-Presidente: Alfredo Kaefer (PSDB)
3º Vice-Presidente: Guilherme Mussi (PP)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alexandre Leite	Andre Moura
Aluisio Mendes	Cacá Leão
Benito Gama	Celso Maldaner
Carlos Melles vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Christiane de Souza Yared
Edmar Arruda	Esperidião Amin
Elizeu Dionizio	Hildo Rocha
Fernando Monteiro vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Lelo Coimbra
Guilherme Mussi	Luis Carlos Heinze
Junior Marreca	Mandetta vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Leonardo Picciani	Marcelo Álvaro Antônio
Leonardo Quintão	Mauro Pereira
Lucio Vieira Lima	Mendonça Filho
Manoel Junior	Paulo Azi
Pauderney Avelino	Rodrigo Maia vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Renzo Braz	Rodrigo Pacheco
Ricardo Barros	Simone Morgado
Soraya Santos	Tia Eron vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Walter Alves vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Zé Silva
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
4 vagas	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
	2 vagas
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Aelton Freitas	Assis Carvalho
Afonso Florence	Davidson Magalhães
Andres Sanchez	Helder Salomão
Átila Lins	Joaquim Passarinho
Enio Verri	José Guimarães
Miro Teixeira	José Mentor
Rafael Motta vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Júlio Cesar
Rejane Dias (Licenciado)	Marcio Alvino
Rubens Otoni	Paulo Teixeira
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Reginaldo Lopes
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Rogério Rosso
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Valtenir Pereira
4 vagas	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
PSDB/PSB/PPS/PV	
Alexandre Baldy	Antonio Carlos Mendes Thame
Alfredo Kaefer	Arnaldo Jordy vaga do PSOL
Fábio Ramalho	Bebeto
João Gualberto vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Bruno Covas
Luiz Carlos Hauly	Evair de Melo vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Otavio Leite vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Giuseppe Vecci
Rodrigo Martins	Leandre
Silvio Torres	Marcos Abrão
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Marcus Pestana
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Nelson Marchezan Junior
2 vagas	Rodrigo de Castro
	Tereza Cristina
PDT	
Félix Mendonça Júnior	André Figueiredo
1 vaga	Giovani Cherini
PSOL	
Edmilson Rodrigues	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
PTdoB	
	Pastor Franklin vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
PSL	
	Macedo vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 3216-6652/6655/6657
FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Vicente Candido (PT)
1º Vice-Presidente: Valtenir Pereira (PROS)
2º Vice-Presidente: João Arruda (PMDB)
3º Vice-Presidente: Wellington Roberto (PR)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Aníbal Gomes	Antonio Bulhões
Ezequiel Teixeira	Edinho Bez
Hugo Motta	Edio Lopes
João Arruda	Efraim Filho
Lindomar Garçon vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Elizeu Dionizio
Marcos Reategui vaga do PDT	Esperidião Amin
Mendonça Filho	Gilberto Nascimento
Nilton Capixaba	Marcelo Aro
Sandes Júnior	Vitor Valim vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Simone Morgado (Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Leo de Brito	Adelmo Carneiro Leão
Paulo Pimenta	Jorge Solla
Toninho Wandscheer	Luiz Cláudio
Valtenir Pereira vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Paulo Feijó
Vicente Candido	Rubens Pereira Júnior
Vinicius Gurgel	Sérgio Brito
Wellington Roberto (Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Waldenor Pereira
PSDB/PSB/PPS/PV	
Delegado Waldir	Carmen Zanotto
Hissa Abrahão	Heitor Schuch
Vanderlei Macris	Nilson Leitão (Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
1 vaga	
PDT	
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Abel Mesquita Jr.
PTdoB	
(Dep. do PTC ocupa a vaga)	1 vaga
PTC	
Uldurico Junior vaga do PTdoB	

Secretário(a): Luiz Paulo Pieri
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 3216-6671 A 6675
FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

Presidente: Júlia Marinho (PSC)
1º Vice-Presidente: Wladimir Costa (SD)
2º Vice-Presidente: Simone Morgado (PMDB)
3º Vice-Presidente: Alan Rick (PRB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Aguinaldo Ribeiro	André Abdon
Alan Rick	Jéssica Sales
Cacá Leão	Jorge Boeira
Jozi Rocha	Marinha Raupp
Júlia Marinho	Roberto Britto
Marcelo Castro	Vitor Valim
Paes Landim vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Wilson Filho (Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
Pauderney Avelino	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
Simone Morgado	
Wladimir Costa	
Zeca Cavalcanti vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Beto Salame	Alfredo Nascimento
Francisco Chapadinha	Angelim
Leo de Brito	Átila Lins
Zé Geraldo	Domingos Neto
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Professora Marcivania
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Silas Câmara vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
	1 vaga
PSDB/PSB/PPS/PV	
Arnaldo Jordy	Hissa Abrahão
Arthur Virgílio Bisneto	Janete Capiberibe
Maria Helena	Nilson Leitão vaga do PDT
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Nilson Pinto vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
	Rocha
	Vitor Lippi
PDT	
1 vaga	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
PSOL	
Cabo Daciolo vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	

Secretário(a): Cláudio Ribeiro Paes
Local: Anexo II, Sala 55, Ala A, Térreo
Telefones: 3216-6432
FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Fábio Ramalho (PV)
1º Vice-Presidente: Sarney Filho (PV)
2º Vice-Presidente: Glauber Braga (PSB)
3º Vice-Presidente: Janete Capiberibe (PSB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Celso Jacob	Efraim Filho
Juscelino Filho	Júlia Marinho

Nelson Marquezelli
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
(Dep. do PTC ocupa a vaga)
2 vagas

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Benedita da Silva
Jaime Martins
3 vagas

PSDB/PSB/PPS/PV

Bonifácio de Andrada
Fábio Ramalho
Glauber Braga vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Janete Capiberibe
Luiza Erundina vaga do PDT
Sarney Filho vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
1 vaga

PDT

(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)

PTC

Uldurico Junior vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Secretário(a): Aldo Matos Moreno
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6699

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Átila Lira (PSB)
1º Vice-Presidente: Rodrigo Martins (PSB)
2º Vice-Presidente: Ricardo Izar (PSD)
3º Vice-Presidente: Stefano Aguiar (PSB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Augusto Carvalho	Andre Moura
Eduardo Bolsonaro	Carlos Gomes
Josué Bengtson	Carlos Melles
Roberto Balestra	Conceição Sampaio
Roberto Sales	Daniel Vilela
Valdir Colatto	Mauro Pereira
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Zé Silva
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Leonardo Monteiro	Alessandro Molon
Nilto Tatto	Assis do Couto
Ricardo Izar	Jaime Martins
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	João Daniel vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Paulão
	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
PSDB/PSB/PPS/PV	
Arnaldo Jordy	Adilton Sachetti vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Átila Lira	Bruno Covas
Daniel Coelho	Eliziane Gama
Ricardo Tripoli	Júlio Delgado
Rodrigo Martins vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Leopoldo Meyer
Sarney Filho vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Stefano Aguiar vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
PDT	
Weverton Rocha	1 vaga
PSOL	
Edmilson Rodrigues vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Rodrigo de Castro (PSDB)
1º Vice-Presidente: Pedro Vilela (PSDB)
2º Vice-Presidente: Edio Lopes (PMDB)
3º Vice-Presidente: Joaquim Passarinho (PSD)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Beto Rosado	Augusto Carvalho
Carlos Andrade	Claudio Cajado
Cleber Verde	Covatti Filho
Edio Lopes	Delegado Edson Moreira
Elmar Nascimento	Dimas Fabiano
Expedito Netto	Ezequiel Fonseca
Fernando Jordão	Hermes Parcianello
José Otávio Germano	João Arruda
José Priante	Jony Marcos
Lucio Mosquini	José Carlos Aleluia
Luiz Fernando Faria	Lucio Vieira Lima
Marcelo Álvaro Antônio	Pr. Marco Feliciano
Marcelo Squassoni	Roberto Balestra
Marcus Vicente vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Ronaldo Nogueira
Mário Negromonte Jr.	Walter Alves
Paulo Azi	Washington Reis
Ronaldo Benedet	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
Simão Sessim vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Beto Salame	Altineu Côrtes
Carlos Zarattini	Ana Perugini

Davidson Magalhães	Antonio Balhmann
Fábio Faria	Bilac Pinto
Fernando Marroni	Carlos Eduardo Cadoca
	Evandro Rogerio Roman
Gabriel Guimarães	vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Jaime Martins	Fernando Torres
João Carlos Bacelar	Francisco Chapadinha
Joaquim Passarinho	Hugo Leal
José Rocha	José Carlos Araújo
Marcos Montes vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/ PEN/PRTB	Paulo Magalhães
Vander Loubet	Paulo Pimenta
Zé Geraldo	Rafael Motta vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Wadson Ribeiro
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Weliton Prado
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	2 vagas
PSDB/PSB/PPS/PV	
Antonio Carlos Mendes Thame	Bebeto
Antonio Imbassahy	Caio Narcio
Arnaldo Jordy	Marco Tebaldi
Arthur Virgílio Bisneto vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Nelson Marchezan Junior
Domingos Sávio vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/ PEN/PRTB	Pedro Cunha Lima vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Fabio Garcia vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Rogério Marinho
João Castelo vaga do PDT	Rossoni
João Fernando Coutinho	Vicentinho Júnior
José Reinaldo	Victor Mendes
Jose Stédile	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
Miguel Haddad vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/ PEN/PRTB	1 vaga
Paulo Abi-ackel	
Pedro Vilela	
Rodrigo de Castro	
Samuel Moreira vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/ PEN/PRTB	
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	
PDT	
Dagoberto	Abel Mesquita Jr.
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	Marcos Rogério
PTC	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	1 vaga
PSL	
Macedo vaga do PTC	

Secretário(a): Fábio Gomes Ferreira
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Jô Moraes (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Bruna Furlan (PSDB)
2º Vice-Presidente: Carlos Zarattini (PT)
3º Vice-Presidente: Subtenente Gonzaga (PDT)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Antônio Jácome vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Dilceu Sperafico
Arthur Oliveira Maia	Eduardo Bolsonaro
Benito Gama	Eros Biondini
César Halum	Jair Bolsonaro
Claudio Cajado	José Fogaça
Deley	Lucio Mosquini
Ezequiel Fonseca	Luiz Carlos Busato
Jarbas Vasconcelos	Marcelo Squassoni
Marcus Vicente	Moroni Torgan
Nelson Marquezelli	Newton Cardoso Jr
Rosangela Gomes	Roberto Sales
Takayama	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdo B ocupa a vaga)
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	1 vaga
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Arlindo Chinaglia	Benedita da Silva
Átila Lins	Caetano
Carlos Zarattini	Cesar Souza
Chico Lopes vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/ PEN/PRTB	Fernando Marroni
Henrique Fontana	Givaldo Vieira
Jefferson Campos	Goulart
Jô Moraes	Jandira Feghali
Marco Maia	Luiz Nishimori
Rômulo Gouveia	Valmir Assunção vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Vicente Candido
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
PSDB/PSB/PPS/PV	
Bruna Furlan	Antonio Imbassahy
Bruno Araújo	César Messias
Eduardo Barbosa	Daniel Coelho vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Eduardo Cury	João Gualberto
Heráclito Fortes	Jutahy Junior
Luiz Lauro Filho vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/ PEN/PRTB	Luiz Carlos Hauly
Pastor Eurico vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/ PEN/PRTB	Raul Jungmann
Rubens Bueno	Rocha
Stefano Aguiar	William Woo vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS

/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

PDT

Subtenente Gonzaga	Major Olimpio

PSOL

Ivan Valente	Cabo Daciolo
Jean Wyllys vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	

Secretário(a): Edilson Holanda Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: José Priante (PMDB)
1º Vice-Presidente: Capitão Augusto (PR)
2º Vice-Presidente: Marcos Reategui (PSC)
3º Vice-Presidente: Laudivio Carvalho (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alberto Fraga	Aluisio Mendes vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Alexandre Leite	Edio Lopes
Arnaldo Faria de Sá	Eros Biondini
Delegado Edson Moreira	Irmão Lazaro
Eduardo Bolsonaro	Mauro Lopes
Efraim Filho vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Onyx Lorenzoni
Fernando Monteiro	Osmar Terra
Gilberto Nascimento	Pauderney Avelino vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Guilherme Mussi	Renzo Braz
Jair Bolsonaro	Rogério Peninha Mendonça
José Priante	Ronaldo Benedet vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Laudivio Carvalho	Ronaldo Martins
Marcos Reategui	Simone Morgado
Moroni Torgan	Wladimir Costa
Wilson Filho	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)
	1 vaga
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Adelmo Carneiro Leão	Ademir Camilo
Cabo Sabino	Hugo Leal
Caetano	Lincoln Portela
Capitão Augusto	Paulo Freire
Delegado Éder Mauro	Rubens Otoni
Fábio Mitidieri	Silas Freire vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Givaldo Carimbão	Valmir Assunção
Laerte Bessa vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Vander Loubet vaga do PSOL
Moema Gramacho	Zé Carlos
Padre João	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB/PSB/PPS/PV	
Delegado Waldir	Betinho Gomes
Eliziane Gama	Gonzaga Patriota
João Campos	Moses Rodrigues
Keiko Ota	Otavio Leite
Pastor Eurico	Shéridan
Rocha	William Woo vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
PDT	
Major Olimpio	Pompeo de Mattos vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
	Subtenente Gonzaga
PSOL	
Cabo Daciolo	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 3216-6761 / 6762
FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Antonio Brito (PTB)
1º Vice-Presidente: Zeca Cavalcanti (PTB)
2º Vice-Presidente: Alexandre Serfiotis (PSD)
3º Vice-Presidente: Darcísio Perondi (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Adelson Barreto	André Fufuca
Antonio Brito	Antônio Jácome vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Carlos Gomes	Arnaldo Faria de Sá
Carlos Manato	Carlos Andrade
Christiane de Souza Yared	Cristiane Brasil
Conceição Sampaio	Dâmina Pereira vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Darcísio Perondi	Danilo Forte
Diego Garcia	Jorge Tadeu Mudalen
Dulce Miranda	Josi Nunes
Geraldo Resende	Júlia Marinho
Jéssica Sales	Juscelino Filho
João Marcelo Souza	Luiz Carlos Busato
Mandetta	Professora Dorinha Seabra Rezende
Marcelo Belinati	Raquel Muniz
Marx Beltrão	Saraiva Felipe
Misael Varella	Sérgio Reis
Osmar Terra	Takayama
Roney Nemer	Vinicius Carvalho
Rosangela Gomes	Walney Rocha
Toninho Pinheiro	5 vagas
Zeca Cavalcanti	
(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Adelmo Carneiro Leão	Arlindo Chinaglia
Alexandre Serfiotis	Erika Kokay

Assis Carvalho	Francisco Floriano
Benedita da Silva	Henrique Fontana
Chico D'angelo	Indio da Costa
Delegado Éder Mauro	Jô Moraes
Dr. João	Rejane Dias (Licenciado)
Dr. Jorge Silva	Rômulo Gouveia
Fábio Mitidieri	Ságuas Moraes
Jandira Feghali	Silas Câmara
Jorge Solla	Sóstenes Cavalcante
Miguel Lombardi	Zeca Dirceu
Odorico Monteiro	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
Sibá Machado	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
Zenaide Maia	2 vagas
1 vaga	

PSDB/PSB/PPS/PV

Carmen Zanotto	Flavinho
Célio Silveira	Heitor Schuch
Dr. Sinval Malheiros	João Campos
Eduardo Barbosa	Luciano Ducci
Geovania de Sá	Mariana Carvalho
Leandre vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS /PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Raimundo Gomes de Matos
Marcus Pestana	Victor Mendes
Paulo Foletto	Vitor Lippi
Shéridan	3 vagas
3 vagas	

PDT

Mário Heringer	Flávia Morais
Pompeo de Mattos	Sergio Vidigal

PSOL

Jean Wyllys	1 vaga

Secretário(a): Rubens Gomes Carneiro Filho
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Benjamin Maranhão (SD)
1º Vice-Presidente: Aureo (SD)
2º Vice-Presidente: Silvio Costa (PSC)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Augusto Coutinho vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Darcísio Perondi
Aureo vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Efraim Filho
Benjamin Maranhão	Erivelton Santana
Daniel Vilela	Jorge Côrte Real vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Genecias Noronha	José Otávio Germano
Jovair Arantes vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Jozi Rocha vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Luiz Carlos Busato	Laercio Oliveira
Luiz Carlos Ramos	Lelo Coimbra
Paulo Pereira da Silva	Lucas Vergilio
Silvio Costa	Luiz Fernando Faria
Walney Rocha vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Ricardo Barros vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Roney Nemer
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Wladimir Costa vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
2 vagas	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
	1 vaga
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Ademir Camilo	Alice Portugal vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Daniel Almeida vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Bohn Gass
Erika Kokay	Cabo Sabino
Gorete Pereira	Fábio Mitidieri
Laerte Bessa vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Marcon
Leonardo Monteiro	Valmir Prascidelli
Vicentinho	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
1 vaga	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Bebeto	Adilton Sachetti
Nelson Marchezan Junior	Alexandre Baldy
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Geovania de Sá
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	Maria Helena
1 vaga	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
PDT	
André Figueiredo	Roberto Góes vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Flávia Morais vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	Ronaldo Lessa

Secretário(a): José Mauro Meira Magalhães
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Alex Manente (PPS)
1º Vice-Presidente: Giuseppe Vecci (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ronaldo Lessa (PDT)
3º Vice-Presidente: José Rocha (PR)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Adail Carneiro	Marquinho Mendes
Adalberto Cavalcanti	Ricardo Teobaldo
Afonso Hamm	Roberto Britto
Edinho Bez	Rodrigo Maia
Laercio Oliveira	Vitor Valim
Pedro Chaves	4 vagas
Renato Molling	
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Carlos Eduardo Cadoca vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Helder Salomão
Goulart	Herculano Passos
José Airton Cirilo	Magda Mofatto
José Rocha	3 vagas
Luizianne Lins	
Rafael Motta	
Rubens Otoni	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Alex Manente	João Gualberto
Fabio Garcia	Mariana Carvalho
Giuseppe Vecci	Rubens Bueno
Tenente Lúcio	Valadares Filho
PDT	
Ronaldo Lessa	André Figueiredo
PSL	
Macedo vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	

Secretário(a): Ana Katia Martins Bertholdo
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833
FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Clarissa Garotinho (PR)
1º Vice-Presidente: Washington Reis (PMDB)
2º Vice-Presidente: Milton Monti (PR)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alexandre Valle	Adail Carneiro
Baleia Rossi	Adalberto Cavalcanti
Edinho Bez	Arnaldo Faria de Sá
Efraim Filho	Aureo
Ezequiel Fonseca	Carlos Henrique Gaguim
Hermes Parcianello	Fabio Reis
Laudivio Carvalho	Fernando Jordão
Lázaro Botelho	Flaviano Melo
Marinha Raupp	Julio Lopes
Marquinho Mendes	Junior Marreca
Mauro Lopes	Juscelino Filho
Mauro Mariani	Mário Negromonte Jr.
Nelson Marquezelli	Misael Varella
Roberto Britto vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Missionário José Olimpio
Rodrigo Maia	Osmar Bertoldi
Ronaldo Carletto	Roberto Sales
Ronaldo Martins	Sérgio Moraes
Washington Reis	Simão Sessim vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
2 vagas	2 vagas
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Alfredo Nascimento	Aliel Machado
Clarissa Garotinho	Evandro Rogerio Roman
Danrlei de Deus Hinterholz	Jaime Martins
Diego Andrade	José Airton Cirilo
Fabiano Horta	Leônidas Cristino
Hugo Leal	Paulo Freire
João Rodrigues	Ricardo Izar
Magda Mofatto vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	Rubens Otoni
Marcio Alvino vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
Milton Monti	6 vagas
Paulo Feijó vaga do PSOL	
Remídio Monai	
Silas Freire vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	
Wadson Ribeiro	
5 vagas	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Gonzaga Patriota	Alfredo Kaefer
Tenente Lúcio	Fábio Ramalho
Vicentinho Júnior	João Castelo
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	João Paulo Papa
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	José Reinaldo
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Jose Stédile
4 vagas	Leopoldo Meyer
	Samuel Moreira
	Vanderlei Macris
	1 vaga
PDT	
Major Olimpio	Dagoberto vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Marcelo Matos	Ronaldo Lessa
	Sergio Vidigal
PSOL	
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Admar Pires dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 3216-6853 A 6856
FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTUDAR E PROPOR MELHORIAS NA SISTEMÁTICA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS E DE CONFERÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Presidente: Júlio Cesar (PSD)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luiz Carlos Hauly (PSDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Augusto Coutinho	Daniel Vilela
Benito Gama	Gilberto Nascimento
Celso Maldaner	Hildo Rocha
Celso Russomanno	Luiz Carlos Busato
Conceição Sampaio	Mauro Pereira
Covatti Filho	Veneziano Vital do Rêgo
Edmar Arruda	5 vagas
Efraim Filho	
Lucio Mosquini	
Luiz Carlos Ramos	
Rodrigo Pacheco	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Capitão Augusto	Jaime Martins
Clarissa Garotinho	José Nunes
Domingos Neto	6 vagas
Júlio Cesar	
Rômulo Gouveia	
3 vagas	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Delegado Waldir	6 vagas
Fabio Garcia	
Fernando Coelho Filho	
Hissa Abrahão	
Izalci	
Luiz Carlos Hauly	
PDT	
Marcelo Matos	1 vaga
PSOL	
Edmilson Rodrigues	1 vaga

Secretário(a): Alessandro Alves de Miranda
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6267
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTUDAR E DEBATER OS EFEITOS DA CRISE HÍDRICA, BEM COMO PROPOR MEDIDAS TENDENTES A MINIMIZAR OS IMPACTOS DA ESCASSEZ DE ÁGUA NO BRASIL

Presidente: Celso Pansera (PMDB)
1º Vice-Presidente: Newton Cardoso Jr (PMDB)
2º Vice-Presidente: Sarney Filho (PV)
3º Vice-Presidente: Zé Silva (SD)
Relator: Givaldo Vieira (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Adail Carneiro	Fausto Pinato
Beto Rosado	Laudivio Carvalho
Celso Pansera	Mário Negromonte Jr.
Marcelo Álvaro Antônio	Nelson Marquezelli
Newton Cardoso Jr	7 vagas
Raquel Muniz	
Roberto Alves	
Vitor Valim	
Walney Rocha	
Zé Silva	
1 vaga	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Alexandre Serfiotis	Bohn Gass
Bilac Pinto	Fernando Marroni
Clarissa Garotinho	Goulart
Givaldo Vieira	Jaime Martins
Herculano Passos	Orlando Silva
Luciana Santos	Weliton Prado
Nilto Tatto	2 vagas
Odorico Monteiro	
PSDB/PSB/PPS/PV	
João Paulo Papa	Evair de Melo
Leopoldo Meyer	Paulo Foletto
Luiz Lauro Filho	4 vagas
Raimundo Gomes de Matos	
Sarney Filho	
1 vaga	
PDT	
Flávia Morais	Giovani Cherini
PTdoB	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	1 vaga
PSL	
Macedo vaga do PTdoB	

Secretário(a): Tiago Moreira da Fonseca
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6202
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ELABORAR PROPOSTA DE LEI ORGÂNICA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.

Presidente: Cabo Sabino (PR)
1º Vice-Presidente: Vicentinho Júnior (PSB)
2º Vice-Presidente: Delegado Waldir (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Ronaldo Benedet (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alberto Fraga	Augusto Coutinho
Arnaldo Faria de Sá	Delegado Edson Moreira
Fernando Monteiro	Eduardo Bolsonaro
Guilherme Mussi	Jair Bolsonaro
Jhc	José Otávio Germano vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Laudivio	Mauro Pereira

Carvalho	
Marcos Reategui	Osmar Terra
Marx Beltrão	Rogério Peninha Mendonça
Ronaldo Benedet	4 vagas
Ronaldo Martins	
1 vaga	

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Cabo Sabino	Átila Lins
Capitão Augusto	Hugo Leal
Fábio Mitidieri	Laerte Bessa
Heuler Cruvinel	Lincoln Portela
Paulo Teixeira	Rômulo Gouveia
Ronaldo Fonseca	3 vagas
2 vagas	

PSDB/PSB/PPS/PV

Delegado Waldir	Arnaldo Jordy
Gonzaga Patriota	João Campos
Raul Jungmann	Pastor Eurico
Rocha	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
Vicentinho Júnior	2 vagas
1 vaga	

PDT

Major Olimpio	1 vaga

PSOL

Cabo Daciolo	Edmilson Rodrigues

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE, ESTUDO E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À LEI 8.666, DE 1993 (INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

Presidente: Carlos Marun (PMDB)
1º Vice-Presidente: Julio Lopes (PP)
2º Vice-Presidente: Fábio Mitidieri (PSD)
3º Vice-Presidente: Celso Maldaner (PMDB)
Relator: Mário Heringer (PDT)
Relator-Parcial: Luiz Carlos Busato (PTB)
Relator-Parcial: Osmar Serraglio (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Aguinaldo Ribeiro	Edinho Bez
Andre Moura	Edmar Arruda
Bacelar	Ezequiel Teixeira
Carlos Marun	Jorge Côrte Real
Celso Maldaner	Lucio Mosquini
José Carlos Aleluia	Osmar Bertoldi
Julio Lopes	Renata Abreu
Laercio Oliveira	Ricardo Barros
Luiz Carlos Busato	3 vagas
Osmar Serraglio	
Vinicius Carvalho	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Davidson Magalhães	Átila Lins
Fábio Mitidieri	Gabriel Guimarães
Helder Salomão	João Carlos Bacelar
José Guimarães	Júlio Cesar
Margarida Salomão	Rubens Pereira Júnior
Milton Monti	3 vagas
Remídio Monai	
Rogério Rosso	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Bebeto	Marcos Abrão
Eduardo Cury	5 vagas
Júlio Delgado	
Leandre	
Nelson Marchezan Junior	
Pedro Cunha Lima	
PDT	
Félix Mendonça Júnior vaga do PTC	André Figueiredo
Mário Heringer	
PTC	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR E APRESENTAR PROPOSTAS COM RELAÇÃO À PARTILHA DE RECURSOS PÚBLICOS E RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL (PACTO FEDERATIVO)

Presidente: Danilo Forte (PMDB)
1º Vice-Presidente: Sergio Souza (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
3º Vice-Presidente: Caetano (PT)
Relator: Andre Moura (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Andre Moura	Alceu Moreira
Antônio Jácome	Beto Rosado
Arthur Oliveira Maia	Fabio Reis
Danilo Forte	Fernando Monteiro

Deley	Hiran Gonçalves
Esperidião Amin	Kaio Maniçoba
Hildo Rocha	Laercio Oliveira
Jarbas Vasconcelos	Mário Negromonte Jr.
Ronaldo Carletto	Newton Cardoso Jr
Sergio Souza	Walter Alves
1 vaga	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Caetano	Átila Lins
Clarissa Garotinho	Fábio Mitidieri
Décio Lima	Fernando Marroni
Domingos Neto	Margarida Salomão
Herculano Passos	Maurício Quintella Lessa vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Jorginho Mello	Paulo Freire
José Nunes vaga do PSL	Pedro Uczai
Júlio Cesar	Rafael Motta
Zeca Dirceu	Zenaide Maia

PSDB/PSB/PPS/PV

Alex Manente	Alfredo Kaefer
Alexandre Baldy	Arnaldo Jordy
Fabio Garcia	Heráclito Fortes
João Gualberto	José Reinaldo
Luiz Carlos Hauly	Marco Tebaldi
Valadares Filho	Samuel Moreira

PDT

Ronaldo Lessa	Sergio Vidigal

PSL

(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19-A, DE 2011, DO SR. WILSON FILHO E OUTROS, QUE "ALTERA O ART. 40 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA ESTABELECER A CRIAÇÃO DA ZONA FRANCA DO SEMIÁRIDO NORDESTINO"

Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)
1º Vice-Presidente: Marcelo Castro (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Gonzaga Patriota (PSB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alexandre Valle	Beto Rosado vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
Antônio Jácome	Mário Negromonte Jr.
Cacá Leão	Ricardo Teobaldo
Carlos Melles	Roberto Britto
Fernando Monteiro	Veneziano Vital do Rêgo
Genecias Noronha	Vitor Valim
João Marcelo Souza	6 vagas
Marcelo Castro	
Paes Landim vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	
Raquel Muniz	
Walter Alves	
Wilson Filho	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Átila Lins	Carlos Eduardo Cadoca
Cabo Sabino	Fábio Mitidieri
Chico Lopes	Joaquim Passarinho
Gorete Pereira	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
José Airton Cirilo	4 vagas
Júlio Cesar	
Odorico Monteiro	
Zé Carlos	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Arthur Virgílio Bisneto	6 vagas
Gonzaga Patriota	
João Gualberto	
Raimundo Gomes de Matos	
Rodrigo Martins	
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	
PDT	
Ronaldo Lessa	1 vaga
PTdoB	
Pastor Franklin	1 vaga

Secretário(a): Marcelo Brandão Lapa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39-A DE 2007, DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS E OUTROS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUI A ÁGUA COMO DIREITO SOCIAL), E APENSADA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Andre Moura	Dâmina Pereira
Celso Jacob	Eros Biondini
Daniel Vilela	Fernando Jordão
Hiran Gonçalves	Mauro Pereira
Luiz Carlos Busato	Newton Cardoso Jr
Marinha Raupp	6 vagas
Osmar Bertoldi	
Roberto Balestra	
Zé Silva	
2 vagas	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Átila Lins	Domingos Neto
Cabo Sabino	Odorico Monteiro
Givaldo Vieira	6 vagas
Leo de Brito	
Nilto Tatto	
Rafael Motta	
2 vagas	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Daniel Coelho	Antonio Carlos Mendes Thame
Janete Capiberibe	Marcos Abrão

João Paulo Papa 4 vagas
Raimundo Gomes de Matos
Rodrigo Martins
Sarney Filho

PDT

Giovani Cherini 1 vaga

PSL

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70-A, DE 2011, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O PROCEDIMENTO DE APRECIAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS PELO CONGRESSO NACIONAL"

Presidente: Marcos Rogério (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Walter Alves (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Adail Carneiro	Carlos Marun
Alberto Fraga	Celso Pansera
Antonio Bulhões	Esperidião Amin
Augusto Coutinho	Luiz Carlos Busato
Eduardo Bolsonaro	Ricardo Barros
Manoel Junior	6 vagas
Mário Negromonte Jr.	
Nelson Marquezelli	
Osmar Serraglio	
Simão Sessim	
Walter Alves	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Átila Lins	Ademir Camilo
Domingos Neto	Luiz Couto
Jorginho Mello	Luiz Sérgio
Milton Monti	Rogério Rosso
Paulão	4 vagas
Rubens Otoni	
2 vagas	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Bebeto	6 vagas
Betinho Gomes	
Bonifácio de Andrada	
César Messias	
Marcus Pestana	
Rubens Bueno	
PDT	
Marcos Rogério	Dagoberto
PSOL	
Cabo Daciolo	1 vaga

Secretário(a): Marcelo Brandão Lapa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 171-A, DE 1993, DO SR. BENEDITO DOMINGOS E OUTROS, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 228 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (IMPUTABILIDADE PENAL DO MAIOR DE DEZESSEIS ANOS), E APENSADAS

Presidente: Andre Moura (PSC)
1º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
2º Vice-Presidente: Margarida Salomão (PT)
3º Vice-Presidente: Bruno Covas (PSDB)
Relator: Laerte Bessa (PR)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Aluisio Mendes	Afonso Hamm
Andre Moura	Alberto Fraga vaga do PSL
Efraim Filho	Alexandre Valle
Fausto Pinato	Arnaldo Faria de Sá
Guilherme Mussi	Augusto Coutinho
Juscelino Filho vaga do PSL	Darcísio Perondi
Laudivio Carvalho	Eduardo Bolsonaro
Nelson Marquezelli	Fabio Reis
Sandes Júnior	Felipe Maia
Veneziano Vital do Rêgo	Odelmo Leão
Vitor Valim	Osmar Terra
Wladimir Costa	1 vaga
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Delegado Éder Mauro	Adelmo Carneiro Leão
Erika Kokay	Alessandro Molon
João Rodrigues	Hugo Leal
Laerte Bessa	Jefferson Campos
Magda Mofatto	Leo de Brito
Margarida Salomão	Lincoln Portela
Maria do Rosário	Silas Câmara
Ronaldo Fonseca	Silas Freire
PSDB/PSB/PPS/PV	
Bruno Covas	Delegado Waldir
João Campos	Glauber Braga
Jutahy Junior	Miguel Haddad
Keiko Ota	Pastor Eurico
Rubens Bueno	2 vagas
Tadeu Alencar	
PDT	
Weverton Rocha	Sergio Vidigal
PSL	
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 182, DE 2007, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA OS ARTS. 17, 46 E 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ASSEGURAR AOS PARTIDOS POLÍTICOS A TITULARIDADE DOS MANDATOS PARLAMENTARES E ESTABELECER A PERDA DOS MANDATOS DOS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO E DO PODER EXECUTIVO QUE SE DESFILIAREM DOS PARTIDOS PELOS QUAIS FOREM ELEITOS" (PEC DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA), E APENSADAS

Presidente: Rodrigo Maia (DEM)
1º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)

2º Vice-Presidente: Marcus Pestana (PSDB)
3º Vice-Presidente: Tadeu Alencar (PSB)
Relator: Marcelo Castro (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alceu Moreira	Adail Carneiro
Antonio Bulhões	Afonso Hamm
Arthur Oliveira Maia	Baleia Rossi
Benito Gama	Danilo Forte
Edmar Arruda	Elmar Nascimento
Esperidião Amin	José Fogaça
Josi Nunes	Julio Lopes
Marcelo Aro	Juscelino Filho
Marcelo Castro	Lelo Coimbra
Pedro Fernandes	Lucas Vergilio
Renata Abreu	Paes Landim
Renato Molling	Raquel Muniz
Rodrigo Maia	Ronaldo Nogueira
Veneziano Vital do Rêgo	Vinicius Carvalho
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Carlos Zarattini	Átila Lins
Daniel Almeida	Capitão Augusto
Henrique Fontana	Diego Andrade
Indio da Costa	Gorete Pereira
Joaquim Passarinho	Leônidas Cristino
Lincoln Portela	Margarida Salomão
Milton Monti	Odorico Monteiro
Moema Gramacho	Orlando Silva
Rubens Otoni	Padre João
Valtenir Pereira	Zé Carlos
PSDB/PSB/PPS/PV	
Luciano Ducci	Antonio Carlos Mendes Thame
Marcus Pestana	Arnaldo Jordy
Max Filho	Evandro Gussi
Sandro Alex	Fábio Sousa
Silvio Torres	Luiza Erundina
Tadeu Alencar	Samuel Moreira
Victor Mendes	1 vaga
PDT	
Afonso Motta	Marcos Rogério
PSOL	
Chico Alencar	Jean Wyllys
PTC	
Uldurico Junior	Brunny

Secretário(a): Regina Pereira Games
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2000, DO SR. ALMIR SÁ E OUTROS, QUE "ACRESCENTA O INCISO XVIII AO ART. 49; MODIFICA O § 4º E ACRESCENTA O § 8º AMBOS NO ART. 231, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUI DENTRE AS COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS DO CONGRESSO NACIONAL A APROVAÇÃO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PELOS ÍNDIOS E A RATIFICAÇÃO DAS DEMARCAÇÕES JÁ HOMOLOGADAS; ESTABELECENDO QUE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE DEMARCAÇÃO SERÃO REGULAMENTADOS POR LEI), E APENSADAS

Presidente: Nilson Leitão (PSDB)
1º Vice-Presidente: Nelson Marquezelli (PTB)
2º Vice-Presidente: Bilac Pinto (PR)
3º Vice-Presidente: Luiz Nishimori (PR)
Relator: Osmar Serraglio (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alceu Moreira vaga do PTC	Darcísio Perondi
Celso Maldaner	Diego Garcia
César Halum	Dilceu Sperafico
Covatti Filho	Fausto Pinato
Luis Carlos Heinze	Jerônimo Goergen
Mandetta	Marcos Reategui
Marcelo Aro	Newton Cardoso Jr
Nelson Marquezelli	Sergio Souza
Osmar Serraglio	3 vagas
Professor Victório Galli	
Valdir Colatto	
Zé Silva	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Bilac Pinto	Alessandro Molon
Davidson Magalhães	Cabo Sabino
Erika Kokay	Leo de Brito vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
Evandro Rogerio Roman	Luiz Couto
Luiz Nishimori	Nilto Tatto
Marcos Montes	Sergio Zveiter
Padre João	3 vagas
Ságuas Moraes	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Janete Capiberibe	Adilton Sachetti
Nilson Leitão	Glauber Braga
Rossoni	Marco Tebaldi
Sarney Filho	Ricardo Tripoli
Shéridan	Rocha
Tereza Cristina	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
PDT	
Dagoberto	Abel Mesquita Jr.
PTC	
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PSOL	
	Edmilson Rodrigues vaga do PTC

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 453-A DE 2001, DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS E OUTROS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 38 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PROPONDO A VOLTA À REDAÇÃO ORIGINÁRIA DO ARTIGO 38 DA CONSTITUIÇÃO, APLICANDO AO SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA AS NORMAS PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO)

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Aluisio Mendes	Osmar Serraglio
Andre Moura	Rodrigo Pacheco
Beto Rosado	Ronaldo Nogueira
Cacá Leão	Roney Nemer
Carlos Gomes	7 vagas
Carlos Marun	
Celso Pansera	
Claudio Cajado	
Mauro Lopes	
Walney Rocha	
Zé Silva	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Beto Salame	8 vagas
Bilac Pinto	
Cabo Sabino	
Décio Lima	
Enio Verri	
Erika Kokay	
Fábio Faria	
Fábio Mitidieri	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Fabio Garcia	6 vagas
Júlio Delgado	
Jutahy Junior	
Max Filho	
Raimundo Gomes de Matos	
Sandro Alex	
PDT	
André Figueiredo	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 473-A, DE 2001, DO SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO E OUTROS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XIV DO ART. 84 E AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ALTERNA ENTRE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA E O CONGRESSO NACIONAL A ESCOLHA DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), E APENSADAS

Presidente: Arthur Oliveira Maia (SD)
1º Vice-Presidente: Elmar Nascimento (DEM)
2º Vice-Presidente: Bonifácio de Andrada (PSDB)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Arthur Oliveira Maia	André Fufuca
Benito Gama	Cristiane Brasil
Eduardo Bolsonaro	Daniel Vilela
Elmar Nascimento	Dulce Miranda
Fernando Jordão	Fausto Pinato
Fernando Monteiro	Paulo Pereira da Silva
Junior Marreca	5 vagas
Marx Beltrão	
Osmar Serraglio	
Simão Sessim	
Vinicius Carvalho	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Givaldo Vieira	Bilac Pinto
Helder Salomão	Capitão Augusto
Heuler Cruvinel	Daniel Almeida
Jaime Martins	Delegado Éder Mauro
Laerte Bessa	Evandro Rogerio Roman
Marcio Alvino	3 vagas
Pedro Uczai	
Rubens Pereira Júnior	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Bonifácio de Andrada	6 vagas
Júlio Delgado	
Paulo Abi-ackel	
Tadeu Alencar	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
1 vaga	
PDT	
Dagoberto	1 vaga
Marcos Rogério vaga do PSDB/PSB/PPS/PV	
PTdoB	
Luis Tibé	1 vaga

Secretário(a): Tiago Moreira da Fonseca
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6202
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2011, DO SR. WELINTON PRADO, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME DE APROVEITAMENTO DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS, COM EXCEÇÃO DOS MINÉRIOS NUCLEARES, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS E DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SUBMETIDAS AO REGIME DE LICENCIAMENTO DE QUE TRATA O INCISO III DO ART. 2º DO DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967", E APENSADOS (MINERAÇÃO)

Presidente: Gabriel Guimarães (PT)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (PSD)
2º Vice-Presidente: Evair de Melo (PV)
3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
Relator: Leonardo Quintão (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Benito Gama	André Fufuca
Claudio Cajado	Andre Moura
Cleber Verde	Cacá Leão
Guilherme Mussi	Edio Lopes
João Arruda	Expedito Netto
José Priante	Felipe Maia
Junior Marreca	Fernando Jordão
Leonardo Quintão	Jozi Rocha
Luiz Fernando Faria	Manoel Junior
Marcos Reategui	Mário Negromonte Jr.
Zé Silva	Walter Alves
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Assis Carvalho	Francisco Chapadinha
Beto Faro	Hugo Leal
Gabriel Guimarães	Jaime Martins

Gorete Pereira	Magda Mofatto
João Carlos Bacelar	Vander Loubet
Joaquim Passarinho	Weliton Prado
Marcos Montes	Wellington Roberto
Wadson Ribeiro	Zé Carlos

PSDB/PSB/PPS/PV

Evair de Melo	Alexandre Baldy
Nilson Leitão	Arnaldo Jordy
Paulo Abi-ackel	Fabio Garcia
Paulo Foletto	Jose Stédile
Samuel Moreira	Sarney Filho
Tereza Cristina	1 vaga

PDT

Weverton Rocha	Sergio Vidigal

PTC

(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

PSOL

Chico Alencar vaga do PTC

PTdoB

Luis Tibé vaga do PTC

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1572, DE 2011, DO SR. VICENTE CANDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL"

Presidente: Laercio Oliveira (SD)
1º Vice-Presidente: José Carlos Aleluia (DEM)
2º Vice-Presidente: Alexandre Baldy (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Paes Landim (PTB)
Relator-Parcial: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator-Parcial: Alexandre Baldy (PSDB)
Relator-Parcial: Hildo Rocha (PMDB)
Relator-Parcial: Antonio Balhmann (PROS)
Relator-Parcial: Augusto Coutinho (SD)
Relator-Parcial: Décio Lima (PT)

Titulares	**Suplentes**

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Alceu Moreira	Arnaldo Faria de Sá
Andre Moura	Augusto Coutinho
Daniel Vilela	Edmar Arruda
Hildo Rocha	Eli Corrêa Filho
José Carlos Aleluia	Esperidião Amin
Julio Lopes	Genecias Noronha
Laercio Oliveira	5 vagas
Paes Landim	
Roberto Balestra	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	
1 vaga	

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Alessandro Molon	Átila Lins
Antonio Balhmann	Hugo Leal
Décio Lima	José Carlos Araújo
Francisco Chapadinha	Leo de Brito
Jorginho Mello	Weliton Prado
Milton Monti	3 vagas
Vicente Candido	
Walter Ihoshi	

PSDB/PSB/PPS/PV

Alex Manente	Alfredo Kaefer
Alexandre Baldy	Marco Tebaldi
João Gualberto	Vanderlei Macris
Maria Helena	3 vagas
Nelson Marchezan Junior	
Stefano Aguiar	

PDT

André Figueiredo	1 vaga

PSOL

1 vaga	1 vaga

PSL

Macedo vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Secretário(a): Fatima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2.412, DE 2007, DO SR. REGIS DE OLIVEIRA, QUE "DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS MUNICÍPIOS, DE SUAS RESPECTIVAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (DEFINE CRITÉRIOS PARA O PROCESSAMENTO ADMINISTRATIVO DAS EXECUÇÕES FISCAIS - ALTERA A LEI Nº 8.397, DE 1992 E REVOGA A LEI Nº 6.830, DE 1980) E APENSADOS

Presidente:
1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PR)
2º Vice-Presidente: Alfredo Kaefer (PSDB)
3º Vice-Presidente: Júlio Cesar (PSD)
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Afonso Hamm	Aluisio Mendes
Arnaldo Faria de Sá	Edmar Arruda
Edinho Bez	Jhc
Expedito Netto	Luiz Carlos Busato
Hugo Motta	Mauro Pereira
Jerônimo Goergen	Roberto Balestra
José Carlos Aleluia	5 vagas
Luiz Carlos Ramos	
Marinha Raupp	
Raquel Muniz	
1 vaga	

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Bilac Pinto	Beto Salame
Décio Lima	Clarissa Garotinho
Domingos Neto	Enio Verri
Jorginho Mello	Fernando Marroni
Júlio Cesar	Weliton Prado
Paulo Teixeira	3 vagas
Vicente Candido	
1 vaga	

PSDB/PSB/PPS/PV

Alfredo Kaefer	6 vagas
Arnaldo Jordy	
Luiz Carlos Hauly	
3 vagas	

PDT

Pompeo de Mattos	1 vaga

PSOL

1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3722, DE 2012, DO SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA, QUE "DISCIPLINA AS NORMAS SOBRE AQUISIÇÃO, POSSE, PORTE E CIRCULAÇÃO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES, COMINANDO PENALIDADES E DANDO PROVIDÊNCIAS CORRELATAS" (ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 1940 E REVOGA A LEI Nº 10.826, DE 2003)

Presidente: Marcos Montes (PSD)
1º Vice-Presidente: Claudio Cajado (DEM)
2º Vice-Presidente: Guilherme Mussi (PP)
3º Vice-Presidente:
Relator: Laudivio Carvalho (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Adail Carneiro	Alberto Fraga
Afonso Hamm	Cristiane Brasil
Arnaldo Faria de Sá	Edio Lopes
Claudio Cajado	Jair Bolsonaro
Delegado Edson Moreira	Lucas Vergilio
Eduardo Bolsonaro	Luis Carlos Heinze
Ezequiel Teixeira	Marcos Reategui
Guilherme Mussi	Onyx Lorenzoni
Laudivio Carvalho	Ricardo Barros
Marcos Rotta	Sérgio Reis
Rogério Peninha Mendonça	Valdir Colatto vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
	Vitor Valim
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Alessandro Molon	Antonio Balhmann
Alice Portugal	Capitão Augusto vaga do PTdoB
Cabo Sabino	Fábio Faria
Delegado Éder Mauro	Gabriel Guimarães
Luiz Couto	João Rodrigues
Magda Mofatto	Milton Monti
Marcos Montes	Silas Freire
Paulo Teixeira	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Wellington Roberto vaga do PTdoB	1 vaga
PSDB/PSB/PPS/PV	
Delegado Waldir	Antonio Carlos Mendes Thame
Flavinho	Glauber Braga
Gonzaga	João Campos
Patriota	(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)
Marcus Pestana	
Nelson Marchezan Junior	2 vagas
Sarney Filho	
PDT	
Subtenente Gonzaga	Pompeo de Mattos
PTdoB	
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
PSOL	
	Ivan Valente vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.238, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 19 DA LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983, PARA DISPOR SOBRE O PISO NACIONAL DE SALÁRIO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS PARTICULARES QUE EXPLOREM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES" (O PISO VARIA DE OITOCENTOS REAIS, GRAU MÍNIMO, A MIL E CEM REAIS, GRAU MÁXIMO), E APENSADOS

Presidente: Andre Moura (PSC)
1º Vice-Presidente: Laercio Oliveira (SD)
2º Vice-Presidente: Alexandre Baldy (PSDB)
3º Vice-Presidente: Major Olimpio (PDT)
Relator: Wellington Roberto (PR)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Andre Moura	Arnaldo Faria de Sá
Efraim Filho	Daniel Vilela
Laercio Oliveira	Dimas Fabiano
Marcus Vicente	Edinho Bez
Osmar Serraglio	Expedito Netto
Ricardo Barros	Fausto Pinato
Roney Nemer	Marcos Rotta
Vinicius Carvalho	Missionário José Olimpio
Walney Rocha	Silvio Costa
2 vagas	2 vagas
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Capitão Augusto	Carlos Zarattini
Erika Kokay	Gorete Pereira
Jô Moraes	Goulart
Paulo Magalhães	Lincoln Portela vaga do PTdoB
Ricardo Izar	Paulão
Vicentinho	Paulo Freire
Weliton Prado	Paulo Pimenta
Wellington Roberto	Walter Ihoshi
	1 vaga
PSDB/PSB/PPS/PV	
Alexandre Baldy	João Campos
Bebeto	Luiz Carlos Hauly
Júlio Delgado	4 vagas
Marco Tebaldi	

Marcos Abrão
Nelson Marchezan Junior

PDT

Major Olimpio — Giovani Cherini

PTdoB

Pastor Franklin — (Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Fátima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6583, DE 2013, DO SR. ANDERSON FERREIRA, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", E APENSADO

Presidente: Sóstenes Cavalcante (PSD)
1º Vice-Presidente: Pr. Marco Feliciano (PSC)
2º Vice-Presidente: Rogério Marinho (PSDB)
3º Vice-Presidente: Silas Câmara (PSD)
Relator: Diego Garcia (PHS)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Antonio Bulhões	Alan Rick
Aureo	Christiane de Souza Yared
Bacelar	Edmar Arruda
Conceição Sampaio	Eduardo Bolsonaro
Diego Garcia	Elizeu Dionizio
Eros Biondini	Ezequiel Teixeira
Lucio Mosquini	Fernando Monteiro
Marcelo Aguiar	Irmão Lazaro
Missionário José Olimpio	Josué Bengtson
Pr. Marco Feliciano	Professor Victório Galli
Roney Nemer	1 vaga
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Anderson Ferreira	Cabo Sabino
Erika Kokay	Evandro Rogerio Roman
Jô Moraes	Jefferson Campos
Maria do Rosário	5 vagas
Paulo Freire	
Silas Câmara	
Sóstenes Cavalcante (Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Evandro Gussi	6 vagas
Flavinho	
João Campos	
Pastor Eurico	
Rogério Marinho	
1 vaga	
PDT	
Marcos Rogério	1 vaga
PTC	
Brunny	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys (vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB)	

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 2007, DO SR. BARBOSA NETO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 79 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006" (SIMPLES NACIONAL OU "SUPERSIMPLES"), E APENSADOS

Presidente: Jorginho Mello (PR)
1º Vice-Presidente: Afonso Hamm (PP)
2º Vice-Presidente: Helder Salomão (PT)
3º Vice-Presidente: Lucas Vergilio (SD)
Relator: João Arruda (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Afonso Hamm	Eli Corrêa Filho
Alceu Moreira	Hildo Rocha
Carlos Melles	Jorge Côrte Real
Covatti Filho	Laercio Oliveira
Edmar Arruda	Leonardo Quintão
João Arruda	Marcos Reategui
Jony Marcos	5 vagas
Junior Marreca	
Lucas Vergilio	
Luiz Carlos Busato	
Renata Abreu	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Aelton Freitas	Beto Salame
Antonio Balhmann	Joaquim Passarinho
Assis Carvalho	Vicente Candido
Helder Salomão	5 vagas
Jorginho Mello	
Paulão	
Rogério Rosso	
Walter Ihoshi	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
César Messias	Marco Tebaldi
João Paulo Papa	Otavio Leite
Luiz Carlos Hauly	3 vagas
Paulo Foletto	
Rubens Bueno	
PDT	
Afonso Motta	Pompeo de Mattos
PSL	
Macedo	1 vaga

Secretário(a): Vivianne de Santa Clara Ramos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 251, DE 2005, DO SR. ROBERTO GOUVEIA, QUE "INCLUEM PARÁGRAFOS NO ARTIGO 19 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 4 DE MAIO DE 2000" (AUMENTA O GASTO COM PESSOAL NA ÁREA DE SAÚDE PARA ATÉ 75% 'SETENTA E CINCO POR CENTO' DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À SAÚDE), E APENSADOS

Presidente: João Marcelo Souza (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Nunes (PSD)
2º Vice-Presidente: Mariana Carvalho (PSDB)
3º Vice-Presidente: Toninho Pinheiro (PP)
Relator: Roberto Britto (PP)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Antônio Jácome	Antonio Brito
Christiane de Souza Yared	Conceição Sampaio
Jéssica Sales	Daniel Vilela
João Marcelo Souza	Delegado Edson Moreira
Mandetta	Josi Nunes
Raquel Muniz	Marcelo Belinati
Roberto Britto	Marx Beltrão
Silas Brasileiro	Roney Nemer
Toninho Pinheiro	3 vagas
Zeca Cavalcanti	
1 vaga	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Bilac Pinto	Cabo Sabino
Dr. Jorge Silva	7 vagas
Jorge Solla	
José Nunes	
Luiz Nishimori	
Toninho Wandscheer	
2 vagas	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Carmen Zanotto	Raimundo Gomes de Matos
Eduardo Barbosa	5 vagas
Luciano Ducci	
Marcus Pestana	
Mariana Carvalho	
Paulo Foletto	
PDT	
André Figueiredo	Mário Heringer
PSOL	
Ivan Valente	1 vaga

Secretário(a): Mirna de Castela Carvalho Pessoa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS COM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS INFRACONSTITUCIONAIS DA REFORMA POLÍTICA

Presidente: Rodrigo Maia (DEM)
1º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
2º Vice-Presidente: Marcus Pestana (PSDB)
3º Vice-Presidente: Tadeu Alencar (PSB)
Relator: Marcelo Castro (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Antonio Bulhões	Adail Carneiro
Arthur Oliveira Maia	Afonso Hamm
Baleia Rossi	Alceu Moreira
Benito Gama	Elmar Nascimento
Danilo Forte	José Fogaça
Edmar Arruda	Josi Nunes
Esperidião Amin	Juscelino Filho
Lelo Coimbra	Lucas Vergilio
Marcelo Aro	Paes Landim
Marcelo Castro	Raquel Muniz
Pedro Fernandes	Renato Molling
Renata Abreu	Ronaldo Nogueira
Rodrigo Maia	Veneziano Vital do Rêgo
Simão Sessim	Vinicius Carvalho
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Carlos Zarattini	Átila Lins
Daniel Almeida	Capitão Augusto
Henrique Fontana	Diego Andrade
Indio da Costa	Domingos Neto
Joaquim Passarinho	Gorete Pereira
Lincoln Portela	Margarida Salomão
Milton Monti	Odorico Monteiro
Moema Gramacho	Orlando Silva
Rafael Motta	Padre João
Rubens Otoni	Zé Carlos
PSDB/PSB/PPS/PV	
Luciano Ducci	Antonio Carlos Mendes Thame
Marcus Pestana	Arnaldo Jordy
Max Filho	Evandro Gussi
Sandro Alex	Fábio Sousa
Silvio Torres	Luiza Erundina
Tadeu Alencar	Marco Tebaldi
Victor Mendes	1 vaga
PDT	
Afonso Motta	Marcos Rogério
PSOL	
Chico Alencar	Jean Wyllys
PTC	
Uldurico Junior	Brunny

Secretário(a): Regina Pereira Games
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A CARTELIZAÇÃO NA FIXAÇÃO DE PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES, INCLUSIVE, COM A CRIAÇÃO DE ARTIFICIAL DIRECIONAMENTO DA DEMANDA E CAPTURA DOS SERVIÇOS MÉDICOS POR INTERESSES PRIVADOS - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL

Presidente: Geraldo Resende (PMDB)
1º Vice-Presidente: Ricardo Izar (PSD)
2º Vice-Presidente: Paulo Foletto (PSB)
3º Vice-Presidente: Dr. João (PR)
Relator: André Fufuca (PEN)

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
André Fufuca	Arnon Bezerra
Antônio Jácome vaga do PTdoB	Darcísio Perondi
	Hiran
Aureo	Gonçalves
Geraldo Resende	Osmar Serraglio
Juscelino Filho	Roberto Alves
Lelo Coimbra	Roney Nemer
Mandetta	5 vagas
Marcelo Belinati	
Marcus Vicente	
Silvio Costa	
Walney Rocha	
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Adelmo Carneiro Leão	Alexandr

	e Serfiotis
Aliel Machado	Alice Portugal
Dr. João	Gorete Pereira
Fábio Mitidieri	Henrique Fontana
Hugo Leal vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	Paulo Teixeira
João Carlos Bacelar	Wellington
Jorge Solla	Roberto
Odorico Monteiro	2 vagas
Ricardo Izar	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Célio Silveira	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Dr. Sinval Malheiros	5 vagas
Luciano Ducci	
Nelson Marchezan Junior	
Paulo Foletto	
1 vaga	
PDT	
Mário Heringer	Pompeo de Mattos vaga do PSDB/PSB/PPS/PV
	Sergio Vidigal
PTdoB	
(Dep. do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Tarciso Aparecido de Carvalho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6273
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

Presidente: Hugo Motta (PMDB)
1º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
2º Vice-Presidente: Félix Mendonça Júnior (PDT)
3º Vice-Presidente: Kaio Maniçoba (PHS)
Relator: Luiz Sérgio (PT)
Sub-Relator: Bruno Covas (PSDB)
Sub-Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Sub-Relator: Altineu Côrtes (PR)
Sub-Relator: Andre Moura (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Aluisio Mendes	Beto Rosado
Andre Moura	Carlos Andrade
Arnaldo Faria de Sá	Carlos Marun
Augusto Coutinho	Darcísio Perondi
Celso Pansera	Efraim Filho
Edio Lopes	Eros Biondini
Ezequiel Fonseca	Jhc
Fernando Monteiro	Lelo Coimbra
Hugo Motta	Marcelo Squassoni
Kaio Maniçoba	Pr. Marco Feliciano
Onyx Lorenzoni	Ricardo Barros
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Afonso Florence	Aelton Freitas
Altineu Côrtes	Jorge Solla
João Carlos Bacelar	José Carlos Araújo
Leônidas Cristino	José Rocha
Luiz Sérgio	Leo de Brito
Paulo Magalhães	Maria do Rosário
Silas Câmara	Rogério Rosso
Valmir Prascidelli	Valtenir Pereira
PSDB/PSB/PPS/PV	
Antonio Imbassahy	Adilton Sachetti
Bruno Covas	Carlos Sampaio
Eliziane Gama	César Messias
Júlio Delgado	Delegado Waldir
Otavio Leite	Izalci
Rodrigo Martins	Moses Rodrigues
PDT	
Félix Mendonça Júnior	Weverton Rocha
PSOL	
Ivan Valente	Edmilson Rodrigues

Secretário(a): Manoel Amaral Alvim de Paula
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6210
FAX: (61) 3216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Presidente: Alberto Fraga (DEM)
1º Vice-Presidente: Laudivio Carvalho (PMDB)
2º Vice-Presidente: Rocha (PSDB)
3º Vice-Presidente: Raquel Muniz (PSC)
Relator: Sérgio Brito (PSD)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Alberto Fraga	Arnaldo Faria de Sá
Cabuçu Borges	Eros Biondini
Carlos Henrique Gaguim	Fausto Pinato
Guilherme Mussi	Marcos Reategui
Hiran Gonçalves	(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)
Laercio Oliveira	(Dep. do PSDB/PSB/PPS/PV ocupa a vaga)

Laudivio Carvalho	5 vagas
Luiz Carlos Busato	
Raquel Muniz	
Renzo Braz	
Roberto Alves	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Cabo Sabino	Beto Salame
Carlos Zarattini	Fábio Mitidieri
Delegado Éder Mauro	Francisco Floriano
Diego Andrade	Laerte Bessa
Erika Kokay	Silas Freire vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Givaldo Carimbão	4 vagas
Lincoln Portela	
Sérgio Brito	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Carmen Zanotto	Eliziane Gama
Delegado Waldir	João Campos
Gonzaga Patriota	William Woo vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB
Rocha	4 vagas
Shéridan	
1 vaga	
PDT	
Major Olimpio	Subtenente Gonzaga
PSL	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	1 vaga
PSOL	
Edmilson Rodrigues vaga do PSL	

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6276
FAX: (61) 3216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, RAZÕES, CONSEQUÊNCIAS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA VIOLÊNCIA, MORTE E DESAPARECIMENTO DE JOVENS NEGROS E POBRES NO BRASIL

Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Orlando Silva (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Mariana Carvalho (PSDB)
3º Vice-Presidente: Wilson Filho (PTB)
Relator: Rosangela Gomes (PRB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Andre Moura	Delegado Edson Moreira
Bacelar	Eros Biondini
Celso Jacob	Lindomar Garçon
Conceição Sampaio	Osmar Terra
Darcísio Perondi	Roberto Alves
Iracema Portella	Roney Nemer
Rosangela Gomes	5 vagas
Wilson Filho	
Zé Silva	
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	
1 vaga	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Benedita da Silva	Erika Kokay
Davidson Magalhães	Luizianne Lins
Delegado Éder Mauro	Margarida Salomão
Dr. Jorge Silva	Vicentinho
Luiz Couto	4 vagas
Orlando Silva vaga do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Paulão vaga do PDT	
Reginaldo Lopes	
Sóstenes Cavalcante	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Bebeto	6 vagas
Betinho Gomes	
Evair de Melo	
Mariana Carvalho	
Pastor Eurico	
1 vaga	
PDT	
(Dep. do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB ocupa a vaga)	Major Olimpio
PTC	
Brunny	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys vaga do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FAZER LEVANTAMENTO IN LOCO BEM COMO ACOMPANHAR E FISCALIZAR OS FATOS RELATIVOS AO CANCELAMENTO DA CONSTRUÇÃO DAS REFINARIAS PREMIUM I E PREMIUM II, RESPECTIVAMENTE NOS ESTADOS DO MARANHÃO E DO CEARÁ.

Coordenador: Eliziane Gama (PPS)
Relator: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Vitor Valim	
PSDB	
Betinho Gomes	
Raimundo Gomes de Matos	
PR	
Cabo Sabino	
PTB	
Pedro Fernandes	
PDT	
Weverton Rocha	

PCdoB
Chico Lopes
Rubens Pereira Júnior
PPS
Eliziane Gama
Moses Rodrigues

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR A PARALISAÇÃO NACIONAL DOS CAMINHONEIROS

Coordenador: Celso Maldaner (PMDB)
Relator: Osmar Terra (PMDB)

Titulares **Suplentes**
PMDB
Celso Maldaner
João Arruda
Mauro Pereira
Osmar Terra
Sergio Souza
Valdir Colatto
PT
Arlindo Chinaglia
Pedro Uczai
Ságuas Moraes
PSDB
Nilson Leitão
PP
Covatti Filho
PR
Jorginho Mello
PSB
Fabio Garcia
PTB
Nelson Marquezelli
PDT
Pompeo de Mattos
SD
Laercio Oliveira
PROS
Hugo Leal

Secretário(a): Alessandro Alves de Miranda
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6267
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS CIRCUNSTANCIAS EM QUE OCORRERAM E OS DESDOBRAMENTOS DA PRISÃO DO PREFEITO DA CIDADE DE CARACAS, ANTONIO LEDEZMA, PELO SERVIÇO BOLIVARIANO DE INTELIGÊNCIA NACIONAL (SEBIN)

Coordenador: Raul Jungmann (PPS)

Titulares **Suplentes**
PMDB
Alceu Moreira
PT
Carlos Zarattini
PSDB
Eduardo Barbosa
Nelson Marchezan Junior
PP
Ezequiel Fonseca
PSD
Rômulo Gouveia
DEM
José Carlos Aleluia
PSC
Raquel Muniz
PPS
Raul Jungmann
PSOL
Chico Alencar

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL NO COMBATE À SECA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO.

Coordenador: Zeca Cavalcanti (PTB)
Relator: Manoel Junior (PMDB)

Titulares **Suplentes**
PMDB
Manoel Junior
PP
Cacá Leão
PR
Zenaide Maia
PSB
Gonzaga Patriota
PTB
Arnon Bezerra
Jorge Côrte Real
Zeca Cavalcanti
PROS
Givaldo Carimbão
PPS
Eliziane Gama

Secretário(a): Marcelo Brandão Lapa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTES, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO "TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO", BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Coordenador: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)
Relator: Rômulo Gouveia (PSD)

Titulares **Suplentes**
PMDB
Vitor Valim

PT
Odorico Monteiro
Valmir Assunção
PSDB
Pedro Cunha Lima
Raimundo Gomes de Matos
PP
Beto Rosado
Mário Negromonte Jr.
PSD
Paulo Magalhães
Rômulo Gouveia
PSB
Fernando Coelho Filho
Gonzaga Patriota
DEM
Efraim Filho
PRB
Jony Marcos
PSC
Raquel Muniz
PHS
Adail Carneiro
PSL
Macedo

Secretário(a): Mirna de Castela Pessoa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: 61) 3216-6206
FAX: 61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Titulares	Suplentes
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
7 vagas	7 vagas
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
5 vagas	5 vagas
PSDB/PSB/PPS/PV	
4 vagas	4 vagas
PDT	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 153-A
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO PARA AVALIAR A PROPOSTA DO NOVO CÓDIGO PENAL MILITAR.

Coordenador: Carlos Zarattini (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB	
Osmar Serraglio	
PT	
Carlos Zarattini	
Décio Lima	
Zé Carlos	
PSDB	
Carlos Sampaio	
PP	
Esperidião Amin	
PR	
Cabo Sabino	
Capitão Augusto	
DEM	
Claudio Cajado	
PDT	
Major Olimpio	
PROS	
Domingos Neto	

Secretário(a): Viviane de Santa Clara Ramos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

Edição de hoje: 304 páginas
(O.S. 11663/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL